

RAIMUNDO NONATO PEREIRA MOREIRA

***A NOSSA VENDÉIA: O IMAGINÁRIO SOCIAL
DA REVOLUÇÃO FRANCESA NA CONSTRUÇÃO
DA NARRATIVA DE OS SERTÕES***

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Italo Arnaldo Tronca.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 28/02/2007.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Italo Arnaldo Tronca (orientador)

Prof. Dr. Francisco Foot Hardman

Profª. Dra. Iara Lis Franco Schiavinatto

Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto

Prof. Dr. Paulo Santos Silva

Profª. Dra. Izabel Andrade Marson (suplente)

Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca (suplente)

Prof. Dr. Sérgio Armando Diniz Guerra (suplente)

Campinas

2007

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

Bibliotecário: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

M813n

Moreira, Raimundo Nonato Pereira.

A nossa Vendéia : o imaginário social da Revolução Francesa na construção da narrativa de Os sertões / Raimundo Nonato Pereira Moreira. -- Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientador: Italo Arnaldo Tronca.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Cunha, Euclides da, 1866-1909 - Os sertões.
2. História. 3. Narrativa. 4. Revolução Francesa. I. Tronca, Italo Arnaldo. Universidade Estadual de Campinas. Ciências Humanas. III. Título.

Título e subtítulo em inglês: A nossa Vendéia (Our Vendee): the social Imaginary of the French Revolution in the construction of the narrative in Os Sertões (Rebellion in the Backlands).

Palavras-chave em inglês (Keywords): Cunha, Euclides da, 1866-1909 - Os Sertões, History, Narrative, French Revolution.

Área de Concentração: Política, Memória e Cidade.

Titulação: Doutor em História.

Banca examinadora: Francisco Foot Hardman, Iara Lis Franco Schiavinatto, José Alves de Freitas Neto, Paulo Santos Silva.

Data da Defesa: 28-02-2007.

Programa de Pós-Graduação em História.

Para

Amadeu de Araújo Moreira (1925-2001), meu pai, que me ensinou a amar a História.

Roberto Ventura (1957-2002), o maior dentre os biógrafos de Euclides da Cunha.

AGRADECIMENTOS

Esta Tese é o resultado de um esforço coletivo, no qual muitas pessoas e instituições contribuíram decisivamente para que a pesquisa chegasse a bom termo. Portanto, o mínimo que o autor pode fazer é expressar os seus agradecimentos ao maior número possível dessas personagens, não obstante o evidente risco de olvidar o papel desempenhado por outras, tão importantes quanto as que serão citadas na seqüência desse item. Como este trabalho foi escrito premeditadamente a partir da forma impessoal, o autor adverte aos seus leitores que, nas páginas que se seguem, utilizará a linguagem pessoal, pois, acredita, assim procedendo, manifestará com maior liberdade o reconhecimento das suas dívidas para com os seus muitos colaboradores.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Italo Arnaldo Tronca, pelo seu carinho, pela sua atenção e por haver exercido dignamente o seu papel de tutor, não obstante todas as vicissitudes que enfrentou nesse período. Em que pesem todas as suas atribuições e atribulações, o professor Italo não se negou a me “adotar” intelectualmente, em um momento especialmente delicado da minha trajetória no Doutorado em História da UNICAMP. Ademais, não posso esquecer que, ainda no distante ano de 1996, compondo a banca de seleção que aprovou o meu ingresso no Mestrado, o professor Italo chamou a atenção para a importância fundamental do conceito de imaginário no ofício do historiador. Certamente, algumas das marcas que caracterizam a visão histórica do meu orientador estão contempladas nesta Tese. Entretanto, como exercitei a prerrogativa da autonomia intelectual desejável a um doutorando, assinalo que os equívocos, os lapsos e as omissões presentes no meu texto são da minha inteira responsabilidade. Afinal, esta Tese carrega também as marcas das minhas limitações existenciais e intelectuais.

Estendo os meus profundos agradecimentos aos professores Edgar Salvadori de Decca, Francisco Foot Hardman, Izabel Andrade Marson, Iara Lis Franco Schiavinatto, Cristina Meneguello, Vavy Pacheco Borges, Sidney Chalhoub e Élide Rugai, que contribuíram decisivamente para o aprofundamento de vários aspectos tratados nesse trabalho, através de orientações bibliográficas, da identificação das insuficiências teóricas presentes nos meus textos e das sugestões de abertura de novas vias para a pesquisa. Essas sugestões, sempre que possível, foram incorporadas ao meu texto. No tocante à minha responsabilidade para com os problemas

apresentados no presente trabalho, vale para os professores aqui citados o mesmo raciocínio aplicado ao orientador.

A todos os colegas vinculados aos cursos de pós-graduação e graduação da UNICAMP, com os quais compartilhei alegrias, angústias, ansiedades e conhecimento, meu muito obrigado. Não esquecerei o apoio, o carinho e o respeito manifestados por Cosme, Cristiano Ramalho, Emílio Negreiros, Regina Quites, Monica Selvatici, Susel da Rosa, Amílcar Torrão, Viviane e Rodrigo Ceballos, Ricardo Pirolla, Daniel Faria, Giovana Tempesta, Daniela Manica, Renata Xavier, Alan Russo, Rafael “Maranhão”, Marcio Baroni, Neli Edite e por todos aqueles que tornaram menos amargo o meu “exílio” em Campinas. Registro meu agradecimento à atenção, à confiança e à hospitalidade de Cláudia, Priscila e Celso. Agradeço também ao corpo de funcionários do IFCH (especialmente a Júnior). Da mesma forma, não posso esquecer os trabalhadores do serviço de fotocópias do IFCH (liderados por “seu” Luís), sempre tão corretos e pontuais nas tarefas que lhes atribui nesse período.

Agradeço ao apoio recebido da Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação (PPG) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Agradeço ainda à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, através da concessão de uma bolsa de doutorado da quota do Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT), financiou essa pesquisa. Gostaria de expressar minha gratidão aos colegas do Colegiado do Curso de História do Departamento de Educação (DEDC) – *Campus II/Alagoinhas*, pela liberação integral ao longo desse período e pelo constante estímulo no decorrer do processo de pesquisa. Agradeço especialmente ao meu sempre professor Paulo Santos Silva, a Clóvis Frederico e a Marilécia Oliveira. Recordo com carinho a acolhida, o entusiasmo e as sugestões manifestadas pelo conjunto do corpo docente do Curso de História das Faculdades Jorge Amado (FJA), tão bem representado em meu eterno coordenador Juvenal de Carvalho, em Ricardo Behrens e em Jackson Ferreira. Agradeço aos estudantes dos Cursos de Licenciatura em História da UNEB e das FJA, pois, ao longo das aulas nas disciplinas História Contemporânea e Teoria da História, as questões (sempre tão pertinentes) colocadas pelos discentes fizeram-me repensar e corrigir os rumos dessa pesquisa.

Agradeço aos companheiros dos Ciclos de Estudos Euclidianos, com os quais pude entabular diálogos extremamente proveitosos ao longo das Semanas Euclidianas de 2003 e 2004, realizadas na hospitaleira São José do Rio Pardo. As conversões estabelecidas com Claude

Santos, coronel Davis de Sena, Eldon Canário, Gínia Gomes, Guilherme Garcia, José Carlos Barreto de Santana, Juan Carlos P. Andrade, Lea Dias, Lidiane de Lima, Luitgarde Cavalcanti, Manoel Neto, Nicola Costa, Pedro Vasconcellos, Rachel Bueno, Ronaldes de Melo e Souza e Roberto Dantas possibilitaram enfrentar com sucesso muitos dos obstáculos que apareceram durante a pesquisa. Não poderia deixar de manifestar os meus agradecimentos a todos aqueles que trabalham na Casa de Cultura Euclides da Cunha, representados nas figuras dos diretores Álvaro Ribeiro Neto (*Alvinho*) e Ana Lúcia Sernágli.

Agradeço à professora Ana Luisa Bastos pela elaboração do resumo em língua inglesa que acompanha esta Tese. Quanto ao trabalho de Sísifo no qual se transformou a revisão gramatical do texto em questão, o mesmo foi competentemente realizado pelo professor Francisco Mota. A sua leitura cuidadosa, perseverante e tranqüila certamente tornou mais atraente e precisa a minha Tese – tão minada por tantos e tão variados problemas congênitos. E – o que é o melhor – mais do que um revisor, tive em Chico um amigo com quem dividi as minhas angústias intelectuais e inquietações existenciais. Por dever de ofício e fazendo justiça ao estupendo trabalho do meu amigo e revisor, registro que as ambigüidades, as imprecisões e as demais questões porventura encontradas pelos meus hipotéticos leitores no corpo desse texto são da inteira responsabilidade do autor. Ainda que as suas contribuições intelectuais tenham sido fantásticas, agradeço aos “Três Mosqueteiros” (Augusto, Chatô e Chico) pelo convívio afetivo, que inspirou em muito esta Tese.

Os motivos pelos quais agradeço a Ronnie são muitos. Primeiro, ela mudou o curso da minha trajetória no momento em que as nossas vidas se cruzaram e Gabriel nasceu desse encontro entre dois seres tão distintos quanto o céu e o fundo do mar. Depois, ela me encaminhou para a carreira docente universitária. Sempre insistiu, não obstante a minha freqüente incompreensão, para que eu me aperfeiçoasse profissionalmente. Por fim, buscou ser companheira e compartilhar as alegrias e as angústias que esta Tese desencadeou – muito embora eu não lhe desse oportunidade em estar mais presente no mundo platônico das minhas fantasias teóricas. Certamente eu e ela não nos recordaremos do período no qual o presente trabalho foi construído como um momento positivo em nossa história, mas continuo incondicionalmente grato por tudo que ela me deu ao longo desses treze anos.

Agradeço a Gabriel não somente pelo seu amor e pela sua cumplicidade masculina, mas também pela maturidade emocional e paciência angelical em sublimar a minha ausência e suportar dignamente a sufocante concorrência desleal “daquele homem, Euclides da Cunha”, que

se intrometia, sem pedir licença, em nossas partidas de futebol, nas sessões de cinema e em todas as horas vagas dos finais de semana. Enfim, meu filho, conclui o que você certa vez definiu – com a peculiar sabedoria das crianças – como “esta Tese inútil”. Quem sabe, algum dia, você não deseje ler esse trabalho, com o intuito de reencontrar um pedaço da sua infância?

Agradeço à minha mãe, Consuêlo Pereira Moreira, aos meus irmãos, Consuêlo Maria e Renato, à minha avó Nolita e ao meu cunhado Israel pelo apoio com o qual me cercaram durante todo esse período – não obstante as minhas costumeiras incompreensões em relação aos sentimentos familiares. Mesmo ausente, aparentemente frio e distante do ninho que me agasalhou durante a infância, posto estar imerso no universo paralelo (e egoísta) das minhas elaborações intelectuais, pude sempre contar com o suporte e a torcida familiar para ultrapassar os obstáculos de toda ordem, que teimavam em surgir e surgir em minha vida. No caso da minha mãe, não bastasse todas as nossas afinidades, ela foi a minha primeira professora e leu para mim *A Aldeia Sagrada*, de Francisco Marins – a primeira narrativa escrita sobre a Guerra de Canudos que tive acesso. A minha mãe devo tudo: a vida, os valores, a inspiração profissional e até mesmo a escolha do tema dessa pesquisa.

Finalmente, agradeço a todos os trabalhadores manuais, aos homens e às mulheres cujas vidas estão distantes da revolucionária concepção de cidadania, que constroem essa amálgama de festas, de sonhos e de crueldade explícita chamada Brasil. Graças ao esforço físico, às lágrimas, ao sangue e ao suor dessa gente – que praticamente não possui sequer o direito de figurar como *extras* no palco da História – pude estudar durante todos esses anos. Como antigo militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), alguém que sonhou com a construção de uma sociedade sem exploradores e sem explorados, gostaria de expressar a minha gratidão e o meu respeito a esses milhões de brasileiros – excluídos do processo histórico e do consumo dos produtos culturais da historiografia –, que certamente não lerão esta Tese.

Contra a idéia rudimentar de que os modelos narrativos intervêm no trabalho historiográfico apenas no final, para organizar o material coletado, busco mostrar que, pelo contrário, eles agem durante todas as etapas da pesquisa, criando interdições e possibilidades [...] A idéia de que as fontes, se dignas de fé, oferecem um acesso imediato à realidade, ou, pelo menos, a um aspecto da realidade, me parece igualmente rudimentar. As fontes não são janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento constitutivo. Mas a construção, como procuro mostrar nas páginas que se seguem, não é incompatível com a prova; a projeção do desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infligidos pelo princípio da realidade. O conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível.

(Carlo Ginzburg)

L'histoire a sa vérité, la légende a la sienne. La vérité légendaire est d'une autre nature que la vérité historique. La vérité légendaire, c'est l'invention ayant pour résultat la réalité. Du reste l'histoire et la légende ont le même but, peindre sous l'homme momentané l'homme éternel.

La Vendée ne peut être complètement expliquée qui si la légende complète l'histoire ; il faut l'histoire pour l'ensemble et la légende pour le détail.

(Victor Hugo)

RESUMO

O presente trabalho objetiva discutir os influxos do imaginário social da Revolução Francesa no processo de construção da narrativa da Guerra de Canudos (1896-1897), em *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha (1866-1909). A partir desse escopo, problematizam-se algumas das relações que vinculam as narrativas históricas e os relatos imaginários no corpo da obra citada, destacando a força das imagens relacionadas à Revolução de 1789 na tessitura do enredo euclidiano. Esta Tese apresenta cinco momentos principais. No primeiro capítulo, a partir de um esboço biográfico, abordam-se aspectos considerados relevantes acerca da vida e da obra de Euclides da Cunha. No segundo, discute-se a presença da Revolução Francesa no conjunto da obra euclidiana, argumentando-se que esse processo se constituiu no conjunto de acontecimentos históricos mais relevante no quadro das referências teóricas do escritor, posto que, para o autor, o paradigma francês apresentava-se como um padrão explicativo dos processos ocorridos na sociedade brasileira nas últimas duas décadas do século XIX. No terceiro capítulo, aborda-se a construção da narrativa euclidiana da Guerra de Canudos, mediante uma hipótese de trabalho que postula a existência de três momentos privilegiados desse processo: o primeiro, *antes* do contato de Euclides com o conflito sertanejo; o segundo, *durante* a presença do correspondente de *O Estado de São Paulo* na Bahia; e o terceiro, *após* o desfecho do conflito, materializado nas páginas de *Os Sertões*. No último capítulo, discute-se a *ontologia discursiva* de *Os Sertões*, problematizando-se as relações entre as categorias de *historicidade*, *ficcionalidade* e *literariedade* na composição narrativa euclidiana, destacando-se, ainda, as contribuições decisivas de uma versão histórico-literária da Revolução Francesa, o romance *Quatrevingt-treize* [*Noventa e Três*, 1874], de Victor Hugo (1802-1885), para o *consórcio da ciência e da arte* intentado por Euclides. Nas Considerações Finais, tomando-se como referência as discussões historiográficas contemporâneas acerca da narrativa, reitera-se que a análise da construção do enredo da obra euclidiana evidenciou um processo complexo, no qual o escritor se valeu tanto de relatos históricos quanto de narrações imaginárias, para comunicar aos futuros historiadores o seu juízo sobre a Guerra de Canudos.

ABSTRACT

This thesis is discussing the floods of the social imaginary of the French Revolution in the process of constructing the narrative of Canudos War (1896-1897), in “Os Sertões” (Rebellion in the Backlands, 1902), by Euclides da Cunha. (1866-1909). From this perspective, some of the relations that link the historical narratives and fictional accounts that are established in the body of the above mentioned work, highlighting the strength of the images related to the 1789 Revolution in the bulk of the Euclidian plot. This thesis presents five main stages. In the first chapter, relevant aspects of the life and work of Euclides da Cunha are dealt with from a biographical outline. In the second chapter, the presence of the French Revolution is discussed in the body of then Euclidian work and it is argued that this process was held in the most relevant set of historical events in the theoretical references of the author; since, for him, the French paradigm was presented as an explanatory pattern of the processes undergone in the Brazilian society in the past two decades in the 19th century. In the third chapter, the construction of the Euclidian narrative of Canudos War is touched on through the hypothesis that postulates the existence of three privileged moments within this process: the first one happens before Euclides contacts the backland conflict. The second one occurs while the correspondent from “O Estado de São Paulo” newspaper is in Bahia; and the third one after the end of the conflict which is materialized in the pages of “Os Sertões”. In the last chapter, it is discussed the philosophical part concerning the human beings, bringing up the relations among categories of historicity, fiction, and literacy in the construction of the Euclidian narrative, bringing attention to the ultimate contributions of a historical-literary version of the French Revolution, the novel “Quatrevingt-treize” (Ninety-three, 1874), by Victor Hugo (1802-1885) to the group of science and art created by Euclides. In the final considerations, taking as references the contemporary historiographic discussions about the narrative, it is said that the analysis of the construction of the plot of Euclides work posed a complex process in which the author profited from historical accounts, as well as, imaginary narratives to communicate to future historians his judgments about Canudos War.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	
EUCLIDES DA CUNHA: UM ESBOÇO BIOGRÁFICO	55
CAPÍTULO II	
A REVOLUÇÃO FRANCESA NA OBRA DE EUCLIDES DA CUNHA	117
CAPÍTULO III	
A TESSITURA DA NARRATIVA HISTÓRICA DA GUERRA DE CANUDOS	183
CAPÍTULO IV	
AS NARRATIVAS IMAGINÁRIAS E A CONSTRUÇÃO DE <i>OS SERTÕES</i>	253
CONSIDERAÇÕES FINAIS	331
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	337

INTRODUÇÃO

As linhas gerais que orientam o presente trabalho delinearão-se ao longo do I Semestre do ano letivo de 1997, quando o autor desta Tese ingressou no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas. Assim, durante o curso da disciplina Teoria da História, ministrada pelo Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca, um dos eixos de discussão estava centrado nas relações estabelecidas a historiografia e o romance histórico. Dessa forma, buscava-se estabelecer cruzamentos entre a escrita da história e a literatura, discutindo-se algumas obras que se situavam na zona de fronteira dos gêneros em questão – a exemplo de *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha (1866-1909), *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), de Lima Barreto (1888-1922), e *Memórias de Adriano* [*Mémoires d'Hadrien*, 1951], de Marguerite Yourcenar (1903-1987). O produto final elaborado pelo então mestrando foi o ensaio “A história como história contemporânea: uma abordagem possível de *Os Sertões*?” Nesse texto, evidenciavam-se algumas das analogias existentes entre a obra euclidiana e o romance histórico *Noventa e Três* [*Quatrevingt-treize*, 1874], de Victor Hugo (1802-1885). Não obstante o caráter precário e as insuficiências teóricas dessa incursão, as suas marcas e a pretensão de um maior aprofundamento do trabalho permaneceram ativas nas elaborações mentais deste pesquisador, que defendeu a sua Dissertação de Mestrado, intitulada *Toda verdadeira história é história contemporânea: a historiografia como passado-presente na obra de Benedetto Croce*, em 24 de agosto de 1999.¹

Posteriormente, entre os anos de 1999 e 2001, o exercício docente das disciplinas História Contemporânea e Teoria da História, lecionadas na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), ao lado de uma renovada curiosidade por questões teórico-metodológicas acerca da narrativa histórica e das fronteiras entre os gêneros histórico e literário – presentes em estudiosos como Paul Veyne, Peter Gay, Hayden White, Michel de Certeau, Lawrence Stone, Eric J. Hobsbawm, Carlo Ginzburg, Dominick LaCapra, Peter Burke, dentre outros – influíram na determinação do autor em retomar aspectos esboçados no trabalho sobre *Os Sertões* e no corpo da Dissertação, anteriormente aludidos. Dessa forma, em outubro de 2001, pleiteou o seu retorno no Programa de Pós-graduação em História da UNICAMP, através de um anteprojeto denominado “Victor Hugo

¹ Cf. MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. **Toda verdadeira história é história contemporânea: a historiografia como passado-presente na obra de Benedetto Croce**. 120 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

e a Vendéia em *Os Sertões*: historiografia e literatura na obra de Euclides da Cunha”. O conseqüente ingresso no Doutorado em História, em março de 2002, ensejou a oportunidade de uma maior apropriação do objeto por parte do autor, além de sinalizar a premência das necessárias correções nos rumos da pesquisa. Ao longo desses quase cinco anos, mediante um intenso processo de discussão, que incluiu as contribuições emprestadas por docentes e discentes vinculados ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e ao Instituto de Estudos de Linguagem (IEL) da UNICAMP, as observações dos participantes de eventos acadêmicos, o diálogo com os estudantes de graduação da UNEB e das Faculdades Jorge Amado (FJA) e as dúvidas dos interlocutores “extramuros” universitários, construiu-se essa pesquisa. Portanto, as experiências, os equívocos, os lapsos, as insuficiências teóricas e os méritos intelectuais, por ventura existentes, acumulados nesse espaço de tempo, desembocaram na Tese hora apresentada.²

O presente trabalho objetiva discutir os influxos do imaginário social da Revolução Francesa no processo de construção da narrativa euclidiana da Guerra de Canudos, em *Os Sertões*. A partir desse escopo, busca-se problematizar algumas das relações que vinculam as narrativas históricas e os relatos imaginários no corpo do “livro vingador”, destacando a força imagética do processo revolucionário de 1789 na tessitura da obra. Essa Tese se insere na área de concentração *Política, Memória e Cidade* (e mais especificamente na linha de pesquisa “Jogos do Político: conceitos, representações e memória”) do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas. A referida área propõe, no campo da escrita da história, a abordagem interdisciplinar dos temas da história política, da memória e da questão urbana. Assim, mediante a uma perspectiva problematizadora de textos teóricos e historiográficos e no trato com as fontes textuais, iconográficas e midiáticas, a área privilegia as reflexões sobre conceitos, representações e imaginário, a partir de múltiplas formas de expressão, aí incluídas a

² Cf. VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. Brasília: UnB, 1995; GAY, Peter. **O Estilo na História**: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Cia. das Letras, 1990; WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica no século XIX. São Paulo: EDUSP, 1992; Id. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994; CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982; STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. **Revista de História**, Campinas, n. 2/3, p. 13-37, 1991; HOBBSAWM, Eric J. A volta da narrativa. In: _____. **Sobre história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 201-206; GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de “*Il ritorno de Martin Guerre*”, de Natalie Zemon Davis. In: _____. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa; DIFEL: Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1991. p. 179-202; GINZBURG, Carlo. *Ephrasis* e citação. In: _____. **Revista de História**, p. 107-124; BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: _____. (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 327-348.

estética, as representações discursivas e iconográficas, a questão do patrimônio, as políticas urbanas e o urbanismo. Essa área de concentração inclui duas linhas de pesquisas, dentre as quais aquela denominada “Jogos do Político: conceitos, representações e memória” – na qual está inscrita a Tese ora apresentada. Essa linha de pesquisa define uma ampla área de trabalho que se abre sobre quatro campos de reflexão: 1) interrogar, em uma perspectiva genealógica, as matrizes teóricas do pensamento político moderno burguês e da Estética, assim como as relações tecidas nestes campos entre os conceitos, as representações e o imaginário e as suas mediações com o real; 2) investigar situações históricas específicas nas quais a modalidade de pensamento político em questão se exteriorizou, do mesmo modo que os temas imbricados em sua argumentação (indivíduo, liberdade, poder, trabalho, riqueza, pobreza, doença social, revolução, cidadania, jogo partidário, Estado) e as relações entre saber memória e poder; 3) analisar a historiografia brasileira e internacional; 4) analisar as relações entre história e memória. No que diz respeito à análise da historiografia brasileira e internacional, pretende-se enfatizar seus enfoques teóricos e metodológicos (mais do que seus aspectos temáticos) e os debates que giram em torno das questões mais consagradas da tradição historiográfica, bem como a análise e a reflexão a partir de novas vertentes que tematizam, sob múltiplos ângulos, o fazer da história pelos historiadores. Por fim, a linha abre-se também para os estudos centrados na relação entre memória e história, considerando os aspectos multidisciplinares do trabalho com a memória, quanto às apropriações recíprocas entre uma e outra forma de conhecimento.

Portanto, essa Tese se configura como um estudo historiográfico, referenciado em duas questões das mais candentes da escrita da história contemporânea: o papel desempenhado pelos imaginários sociais nas ações dos sujeitos históricos e no ofício do historiador e a questão da narrativa, ou ainda, das relações estabelecidas entre o gênero histórico e a literatura na composição dos discursos dos amantes de Clio. A esse respeito, conforme assinalou Nicola Abbagnano, na conotação moderna assumida pela expressão, a palavra *historiografia* foi cunhada por Tommaso Campanella (1569-1639), para indicar *a arte de escrever corretamente a história*. O vocábulo permaneceu com esse significado em inglês e francês (em alemão, utiliza-se *Historik*), ao passo que, em italiano, passou a expressar, na esteira das reflexões de Benedetto Croce (1866-1952), a idéia do conhecimento histórico em geral ou o complexo das ciências históricas. Portanto, face à reconhecida ambigüidade do vocábulo *história*, o termo *historiografia* parece oportuno para indicar especificamente o conhecimento histórico, em sua distinção da

realidade histórica. As interpretações que foram dadas a esse conhecimento aparecem segmentadas em dois grupos, denominados como: 1) *historiografia universal*; e 2) *historiografia pluralista*. No primeiro caso, a explanação sobre o conhecimento histórico corresponde à explicação da realidade histórica como mundo. Já a historiografia pluralista corresponde à abordagem da realidade histórica como objeto definível ou verificável somente através dos instrumentos de pesquisa ao alcance do historiador. A história universal (*Weltgeschichte*) é o conhecimento do plano providencial do mundo e se trata de trabalho de filósofo e não de historiador (em que as obras históricas podem lhe servir somente como auxílio não indispensável), além de ser independente das limitações do material historiográfico e dos instrumentos de pesquisa (podendo prescindir de qualquer história que tenha sido ou possa vir a ser escrita). Ao tempo em que a historiografia pluralista se caracteriza pelo abandono de conceitos como *mundo histórico* ou *história universal*, reconhecendo a pluralidade das formas do conhecimento histórico e da sua dependência face aos documentos disponíveis e aos princípios que orientam a opção historiográfica. Dessa maneira, a historiografia pluralista versa sobre objetos delimitados ou delimitáveis e não sobre a totalidade da história. Como não se trata de um juízo sobre essa totalidade, exclui, como desprovidos de sentido, os conceitos de progresso, decadência, entre outros, em seu sentido absoluto. Sob esse enfoque, o conhecimento histórico apresenta-se como *perspectivista*, *individualizante* e *seletivo*, objetivando a *explicação condicional* e a determinação das *probabilidades retrospectivas*. Portanto, uma das condições do conhecimento histórico contemporâneo é o *pluralismo das escolhas*, a possibilidade de efetuar opções historiográficas diferentes e de mudar e corrigir aquelas já processadas. Na perspectiva de complementar essas reflexões, destaque-se, com Jacques Le Goff, que a escrita da história aparece como seqüência de novas leituras sobre o passado, plena em perdas e ressurreições, em falhas de memórias e revisões. Assim, a história da história não deve se preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas abarcar toda uma gama de fenômenos que constituem a cultura histórica, a mentalidade histórica de uma época. Portanto (e esse último aspecto é fundamental no contexto do presente trabalho), seu objetivo é bem mais este sentido difuso do passado, que reconhece nas produções do imaginário uma das principais expressões da realidade histórica e, nomeadamente, da sua forma de reagir perante seu passado.³

³ Cf. ABBAGNANO, Nicola. Historiografia. In: _____. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 509-512; LE GOFF, Jacques. História. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1994. p. 28, 48-49.

Ao identificar o presente trabalho como um estudo historiográfico acerca de dois elementos da obra de Euclides da Cunha – a saber, a presença do imaginário social da Revolução Francesa e as relações entre narrativas históricas e imaginadas na construção do seu relato da Guerra de Canudos – não se está minimizando as implicações e os obstáculos epistemológicos que tal classificação traz consigo. Ao contrário, como destacou José D’Assunção Barros, uma característica crescente da historiografia atual é que ela tem passado a ver a si mesma – de maneira cada vez mais explícita e auto-referenciada – como um campo fragmentado, compartimentado, partilhado em uma gama de sub-especialidades e atravessado por muitas e muitas tendências. Em meio a esse cenário que prefigura *Clio despedaçada*, nota-se uma grande confusão entre algumas destas modalidades historiográficas e uma expressiva dificuldade dos interessados em História em situar um determinado trabalho em um campo específico. Segundo o mesmo autor, na verdade uma abordagem ou prática historiográfica não pode ser rigorosamente enquadrada dentro de um único campo, já que a maioria dos bons trabalhos historiográficos situa-se em uma interconexão de modalidades. Como tais trabalhos são bons, são complexos, comportando algum tipo de ligação de saberes, quer os interiores ou exteriores ao conhecimento histórico. Nesse cenário de loteamento da História, fragmentada em uma miríade de compartimentos internos e marcada pelo crescente fenômeno da especialização, é legítima a preocupação de muitos historiadores com uma “religação dos saberes”. Contudo, o esclarecimento do campo ou da combinação de campos em que se insere um estudo não deve ter efeito paralisante, nem servir como pretexto para justificar omissões. “Definir o ambiente intradisciplinar em que florescerá a pesquisa ou no qual se consolidará uma atuação historiográfica deve ser encarado como um esforço de autoconhecimento, de definir os pontos de partida mais significativos – e não como uma profissão de fé no isolamento intradisciplinar.”⁴

A partir dessas considerações, pode-se inferir que um trabalho de natureza historiográfica, a exemplo do apresentado nesse item, ao mesmo tempo em que recusa a pretensão do *holismo*, (posto reconhecer a fragmentação e a crescente especialização da historiografia contemporânea) não se confunde com o simples exercício de *ecletismo* (pois recusa a justaposição de argumentos e concepções advindo de autores e tendências historiográficas inconciliáveis). Muito embora uma das condições do conhecimento histórico contemporâneo seja o *pluralismo das escolhas*, ou seja,

⁴ Cf. BARROS, José D’Assunção. **O Campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 7-17.

a possibilidade de efetuar opções historiográficas diferentes e de mudar e corrigir aquelas já processadas, a mesma não deve implicar no pragmatismo teórico. Por outro lado, a orientação geral do presente trabalho passa ao largo de qualquer “profissão de fé no isolamento intradisciplinar”. Assim, é possível estabelecer interfaces entre o conteúdo de trabalho acadêmico e diversas abordagens, dimensões e domínios da História – a exemplo da história das idéias, da história intelectual, da história dos intelectuais, dos estudos da história política sobre o imaginário e mesmo da história cultural. Por fim, o autor reconhece que esta Tese relaciona-se intimamente com um dos objetivos centrais da linha de pesquisa “Jogos do Político”: analisar aspectos da historiografia brasileira e internacional. Conforme assinalado anteriormente, com essa meta, pretende-se enfatizar enfoques teóricos e metodológicos da escrita da história (mais do que seus aspectos temáticos) e os debates que giram em torno das questões mais consagradas da tradição historiográfica, bem como a análise e a reflexão a partir de novas vertentes que tematizam, sob múltiplos ângulos, o fazer da história pelos historiadores.⁵

O problema que moveu essa pesquisa pode ser descrito nos seguintes termos. Em 14 de março de 1897, veio a lume, em *O Estado de São Paulo*, a primeira parte de um ensaio intitulado “A Nossa Vendéia”, de autoria do engenheiro militar Euclides da Cunha, no qual avaliava a derrota das tropas federais comandadas pelo tenente-coronel Antônio Moreira César (1850-1897) frente aos adeptos do líder religioso Antônio Vicente Mendes Maciel (1830-1897), vulgo Antônio *Conselheiro*, no arraial de Canudos, nos sertões da Bahia, em 3 e 4 de março daquele ano. No texto em questão, o autor estabeleceu uma “aproximação histórica” entre esses acontecimentos e os da revolta da Vendéia (1793-1796) – um movimento de camponeses e nobres franceses, católicos e monarquistas, os quais se opunham aos princípios da Revolução de 1789. No ensaio, Euclides explicou as simetrias existentes entre os acontecimentos de Canudos e os da Vendéia: “O homem e o solo justificam assim de algum modo, sob um ponto de vista geral, a aproximação

⁵ Cf. FALCON, Francisco. História das idéias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 91-125; DARTON, Robert. História cultural e intelectual. História social das idéias. In: _____. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p. 175-224; CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades. In: _____. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 23-60; SILVA, Helenice Rodrigues da. História intelectual: condições de possibilidades e espaços possíveis. In: _____. **Fragmentos da história intelectual**: entre questionamentos e perspectivas. Campinas: Papyrus, 2002. p. 11-27; SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996. p. 231-269; SILVA, Paulo Santos. **Âncoras de Tradição**: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). Salvador: EDUFBA, 2000; GIRARDET, Raoul. Para uma introdução ao imaginário político. In: _____. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987; BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

histórica expressa no título deste artigo. Como na Vendéia o fanatismo religioso que domina suas almas ingênuas e simples é habilmente aproveitado pelos propagandistas do império.” Além da religiosidade e do monarquismo, os nexos psicológicos e o caráter cúmplice da natureza possibilitavam comparar os rebeldes sertanejos aos vendeianos: “A mesma coragem bárbara e singular e o mesmo terreno impraticável aliam-se completamente. O *chouan* fervorosamente crente ou o *tabaréu* fanático, precipitando-se impávido à boca dos canhões que tomam a pulso, patenteiam o mesmo heroísmo mórbido difundido numa agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados.” Os próprios reveses das tropas republicanas justificavam-se no paralelo traçado entre as duas séries de eventos: “A Revolução Francesa que se aparelhava para lutar com a Europa, quase sentiu-se impotente para combater os adversários impalpáveis da Vendéia – heróis intangíveis que se escoando céleres através das charnecas prendiam as forças republicanas em inextricável rede de ciladas...” Porém, da mesma forma como ocorreu na França, o epílogo dessa história seria favorável às armas republicanas: “Este paralelo será, porém, levado às últimas conseqüências. A República sairá triunfante desta última prova.” Em 17 de julho do mesmo ano, Euclides fez publicar a segunda parte do ensaio, reforçando as analogias entre as duas séries de eventos. Em agosto de 1897, ao ser enviado aos sertões baianos, como correspondente de guerra do diário paulistano, Euclides estava incumbido de uma dupla missão: escrever reportagens acerca da luta e recolher elementos para a elaboração de um trabalho histórico sobre Canudos e Antônio Conselheiro, provisoriamente intitulado *A Nossa Vendéia*. Entretanto, o contato direto com os horrores da guerra fez com que o escritor revisasse, implícita ou explicitamente, certas idéias preconcebidas, experimentando uma “reviravolta de opinião”. Assim, ao escrever *Os Sertões*, Euclides chegou até mesmo a criticar a aproximação entre a insurreição francesa e o movimento de Canudos – estabelecida por ele e por muitos dos seus contemporâneos. Paradoxalmente, diversas imagens, que pertenciam aos escritos anteriores à presença do engenheiro-letrado no teatro das operações, reapareceram, por entre as fendas do texto, nas páginas de *Os Sertões* – inclusive a *metáfora da Vendéia*. Assim, Euclides insistiu em analogias do tipo: “Malgrado os defeitos do confronto, Canudos era a nossa Vendéia. O *chouan* e as charnecas emparelham-se bem como o jagunço e as caatingas.” Ou mesmo quando, ironicamente, assinalava: “E Canudos era a Vendéia...” Portanto, o escritor não logrou se desvencilhar da moldura referencial originalmente construída para dar conta do fenômeno de Canudos. Face aos elementos expostos, colocam-se as seguintes questões: a) Quais as funções desempenhadas pelo

imaginário social da Revolução Francesa no conjunto da narrativa euclidiana da Guerra de Canudos? b) A partir de quais referências historiográficas ou literárias Euclides postulou as relações de identidade entre Canudos e a Vendéia? c) Quais elementos explicariam a permanência da série de imagens pertencentes aos escritos primevos sobre Canudos no corpo do livro vingador? d) Qual a relevância de alguns dos relatos históricos e das narrativas literárias acerca da Revolução Francesa para a construção da narrativa euclidiana em *Os Sertões*?⁶

A relevância acadêmica e intelectual dessa pesquisa pode ser justificada nos termos que se seguem. A importância de *Os Sertões* no contexto da “cultura brasileira” tem sido atestada por diversos autores. A esse respeito, assinala-se que a consagração do escritor caboclo foi quase simultânea ao lançamento da sua obra, que se tornou um *best seller*, alcançando inusitado sucesso junto à sociedade letrada e à crítica especializada. Assim, somente entre 1902 e 1905 foram lançadas três edições do volume em questão – colocando no mercado cerca de seis mil unidades do livro vingador. O assentimento da crítica literária foi expresso nos diversos artigos publicados em órgãos da imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo. Na esteira dessa consagração, em 1903, com apenas trinta e sete anos, Euclides foi eleito para duas das mais importantes instituições culturais brasileiras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Academia Brasileira de Letras (ABL). Sucesso em sua época, *Os Sertões* continuou a ser abundantemente publicado após a morte do escritor, alcançando, em 2002, ano do centenário de seu lançamento, mais de cinquenta edições em língua portuguesa e traduções em pelo menos nove línguas estrangeiras. O papel singular desse autor e as funções sociais desempenhadas por essa obra na cultura nacional ainda se mantêm no dias atuais – malgrado o hercúleo esforço de pesquisadores acadêmicos no sentido de deslindarem o fenômeno que Regina Abreu denominou “o enigma de *Os Sertões*”. Assim, uma enquete publicada na edição de 23 de novembro de 1994 da revista *Veja*, sob a responsabilidade do jornalista Rinaldo Gama, dirigida a “quinze intelectuais de porte no país”, visando determinar as “vinte obras mais representativas da cultura brasileira, em todos os setores e em todas as épocas”, apontou como campeão de indicações o livro vingador – uma unanimidade entre os entrevistados. De acordo ainda com o mesmo levantamento, a obra euclidiana, o livro “número um” dos chamados “clássicos brasileiros”, suplantou rivais de

⁶ Cf. CUNHA, Euclides da. A Nossa Vendéia. In: _____. **Diário de uma expedição**. Organização Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p. 43-61; Id. **Os Sertões** (Campanha de Canudos). Edição, Prefácio, Cronologia, Notas e Índices Leopoldo M. Bernucci. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001. p. 318, 365.

envergadura, tais como: *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre (1900-1987), que alcançou catorze votos; *Grande Sertão: Veredas* (1956), de Guimarães Rosa (1908-1967), com treze votos; *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade (1893-1945), com onze votos; e *Dom Casmurro* (1899), de Machado de Assis (1839-1908), e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), ambos com oito votos. Por sua vez, Luiz Costa Lima, um pesquisador avesso às concessões ao culto da personalidade euclidiana, sublinhou o papel central desempenhado por *Os Sertões* na intelectualidade brasileira. Para Costa Lima, a *intelligentsia* nacional internalizou de tal maneira os filões centrais dessa obra – o empenho do escritor no entendimento do país, a combinação que pretendeu estabelecer entre literatura e interpretação científica, o mito (embora não reconhecido pelos seus estudiosos) que acabou criando – que o livro vingador parece dispor do seu imaginário. Portanto, “se há um livro fundador de nossa identidade, será este.”⁷

Na mesma linha de abordagem, Leopoldo Bernucci destacou que, em toda a história da literatura brasileira, nenhum escritor pôde estabelecer uma relação tão visceral com seus leitores quanto Euclides. Assim, todos os leitores das instigantes e magistrais páginas de *Os Sertões* saem sempre dessa leitura com um sentimento de assombro ou perplexidade. Alguns dos seus leitores o detestam, outros sentem por ele verdadeira adoração. Porém, ainda há um terceiro grupo, o daqueles que reagem de modo ambivalente diante de um texto multifacetado. “Porque é bem verdade que, na construção dessa obra, as camadas justapostas da linguagem, os diferentes níveis de significado, o enorme sentido dado à tragédia de Canudos e as teorias científicas e sociológicas ali discutidas revelam um quadro de acertos e deslizos, mas que nunca nos deixa impassíveis diante da matéria apresentada.” Dessa forma, é justamente essa disparidade de um produto miscelâneo que confere à obra euclidiana uma dignidade própria, um certo aspecto humano e humanístico em que na coluna do *haver* encontram-se os experimentos com a língua portuguesa, a potência de uma retórica barroca, uma enorme curiosidade de conhecer o tipo brasileiro, um esforço veemente por definir nossa nacionalidade, um respeito reverencial pela história brasileira, um afã de justiça por uma campanha militar que terminou em “charqueada” e muitos outros que elevam o livro à categoria dos clássicos, como até hoje ele tem sido tratado. Não obstante, na coluna *deve*, ficaria aquela visão das raças superiores, responsável por impedir

⁷ Cf. ABREU, Regina. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Funarte; Rocco, 1998. p. 19-20; VENTURA, Roberto. **Os Sertões**. São Paulo: Publifolha, 2002. p. 11; LIMA, Luiz Costa. **Terra ignota: a construção de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. x.

Euclides de lançar um olhar mais sereno sobre a formação do tipo étnico nacional, tão complexa, rica e admirável, com o resultado da mestiçagem que marcou profundamente aspectos culturais e religiosos do povo brasileiro. “Como vemos, se comparamos as duas colunas, pensando nos ganhos e nas perdas do livro, notaremos que a segunda se redime pelos lucros notáveis encontrados na primeira. A diferença não é só quantitativa, mas também qualitativa, o que quer dizer que os acertos são muito maiores que as falhas.”⁸

A partir dessa perspectiva, o impacto profundo da “Bíblia da nacionalidade” sobre o universo intelectual brasileiro pode ser dimensionado mediante a leitura de alguns dados estatísticos. A esse respeito, Francisco Venâncio Filho, no corpo de um trabalho publicado em 1940, realizou um levantamento pioneiro da bibliografia euclidiana, que alcançava 430 verbetes à época. Quase meio século após essa recensão, em um inventário que veio à luz em 1995, Marcia Japor de Oliveira Garcia e Vera Maria Fürstentau contabilizaram 4.705 as referências de e sobre o autor de *Os Sertões*. Finalmente, em 2001, Adelino Brandão catalogou 9.372 verbetes relacionados ao engenheiro-escritor e à sua obra. Não obstante a sua pesquisa ser a maior e a mais completa bibliografia de e sobre Euclides, até então publicada, Brandão advertia que a mesma estava longe de ser completa. “Na verdade, uma bibliografia *completa* de Euclides da Cunha (como, de resto, de todo grande autor) é impossível.” Os programas de pós-graduação nacionais (e mesmo estrangeiros) não passaram incólumes a essa aluvião de referências euclidianas. Conforme as informações dispostas no sítio eletrônico *Euclides Site: vida e obra de Euclides da Cunha*, sistematizadas por Juan Carlos Pires de Andrade, cinquenta e quatro dissertações e teses, defendidas entre os anos de 1972 a 2005, abordavam elementos relacionados ao autor e à sua obra maior. Esse conjunto de monografias abarca áreas de conhecimento tão distintas quanto Antropologia, Ciência Ambiental, Comunicação, Diplomacia, Educação, Filosofia, Geografia, História, História da Ciência, Letras e Sociologia.⁹

A narrativa euclidiana da Guerra de Canudos também obteve ressonância na literatura de ficção, no cinema e mesmo na televisão. A esse respeito, inspirou diversos romances nacionais e estrangeiros sobre o tema, a exemplo de *Le Mage du Sertão* [*O Mago do Sertão*, 1952], do

⁸ Cf. BERNUCCI, Leopoldo M. Prefácio. In: CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, p. 13-14.

⁹ Cf. VENÂNCIO FILHO, Francisco. **A glória de Euclides da Cunha**. São Paulo: Nacional, 1940. p. 256-295; GARCIA, Márcia Japor de Oliveira; FÜRSTENAU, Vera Maria. **O acervo de Euclides da Cunha na Biblioteca Nacional**. Campinas: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995; BRANDÃO, Adelino. **Euclides da Cunha**: bibliografia comentada (1884-2001). Judaiá: Literarte, 2001. 12-14; ANDRADE, Juan C. P. de (Org.). **Vida e obra de Euclides da Cunha** site. Bibliografia. Base de dissertações e teses. Disponível em: <<http://www.euclides.site.br.com>>. Acesso em: 2 nov. 2006.

francês Lucien Marchal; *A Aldeia Sagrada* (1953), de Francisco Marins; *João Abade* (1958), de João Felício dos Santos; *O Capitão Jagunço* (1959), de Paulo Dantas; *Ítélet Canudosban* [*Veredicto em Canudos*, 1970], do húngaro Sándor Márai (1900-1989); *La Guerra del Fin del Mundo* [*A Guerra do Fim do Mundo*, 1981], do peruano Mario Vargas Llosa; *As Meninas do Belo Monte* (1993), de Júlio José Chiavenato, dentre outros. No terreno da sétima arte, lastreou diversas curtas, longas-metragens e documentários – a exemplo de *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1963), de Glauber Rocha (1939-1981); *Paixão e Guerra no Sertão de Canudos* (1993), de Antonio Olavo; *A Matadeira* (1994), de Jorge Furtado; e *Guerra de Canudos* (1997), de Sérgio Rezende. Por fim, o drama passionai que envolveu Euclides, Ana Emília Ribeiro da Cunha (1872-1951) e Dilermando Cândido de Assis (1888-1951) foi levado ao ar pela minissérie *Desejo* (1990), escrita por Glória Perez e dirigida por Wolf Maya e Denise Saraceni. Aliás, esse sucesso televisivo reabriu antigas feridas entre os descendentes de Euclides e Dilermando – que há anos polemizam as suas distintas versões sobre o homicídio do escritor caboclo, digladiando-se através da imprensa ou lançando depoimentos sobre a contenda.¹⁰

Portanto, a construção da imagem de Euclides como um escritor renomado se deveu, em muito, ao estrondoso sucesso de *Os Sertões*, já que o engenheiro-letrado não conseguiu repetir esse fenômeno em outros livros que escreveu – tais como *Contrastes e confrontos* (1907) e *À margem da história* (1909). Não obstante, o conjunto do que os seu estudiosos denominam “obra de Euclides da Cunha” inclui ainda poemas, ensaios, crônicas, artigos jornalísticos, reportagens, cadernos de anotações e correspondência ativa. Na interpretação de Nicolau Sevcenko, ao longo desses textos, o autor de *Os Sertões* “forjou um estilo elevado híbrido, subordinado a um novo critério científico, mas conservando algo de seu conteúdo social anterior.” Assim, Euclides combinou influências díspares, advindas de correntes estéticas e filosóficas tais como o Romantismo e o Positivismo, caracterizando o fenômeno da “consciência dividida”, típica da virada do século XIX para o XX – que vibra no cerne da sua obra. “Romântico, do romantismo carregado e desabrido de Victor Hugo e Alfred de Musset, ele estende seu culto ao determinismo

¹⁰ Cf. VENTURA, Roberto. *Os Sertões*, p. 12; GERBASE, Carlos. “As matadeiras e os conselheiros”: representações de Antônio Conselheiro e do canhão Whitworth 32 em *Os Sertões*, *Guerra de Canudos* e *A matadeira*. In: GOMES, Gínia Maria (Org.). **Euclides da Cunha**: literatura e história. Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 329-342; ASSIS, Judith Ribeiro de. **Anna de Assis**: histórica de um trágico amor. Judith Ribeiro de Assis em depoimento a Jefferson de Andrade. Rio de Janeiro: Codecri, 1987; TOSTES, Joel Bicalho. **Águas de Amargura**: o drama de Euclides da Cunha e Anna. Joel Bicalho Tostes em depoimento a Adelino Brandão, Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1990.

mais obstinado, de Comte, Spencer e Gumplowicz.” O escritor caboclo não era sensível somente ao evangelho dos mestres do romantismo no campo das correntes literárias, pois a sua produção assinalava uma verdadeira composição de estéticas concorrentes, adstritas a uma mesma pena. Ao lado de Hugo e Alfred de Musset (1810-1857), prestava medidas ao realismo de Eça de Queirós (1845-1900), ao mesmo tempo em que cultivava uma deferência especial pela literatura russa contemporânea. Não lhe era estranho o gosto pela frase trabalhada, a forma lustrada e cintilante, constituída da ressonância de vocábulos fortes, características dos parnasianos. “Sem ligar-se em particular a nenhuma dessas correntes, Euclides entreteceu-as todas, imprimindo-lhes a unidade de uma trama tensa a serviço de suas convicções filosóficas e científicas.”¹¹

Conforme Sevcenko, ocorreu algo semelhante com os gêneros literários cultivados por Euclides. Assim, a sua obra distribuiu-se em cinco gêneros: historiografia, geografia, crônica, epistolografia e poesia, versadas em estreito consórcio com o comentário científico. Dessa forma, raramente o engenheiro-escritor praticou alguns deles em estado puro, optando também aqui preferivelmente por uma combinação das formas. Afinal, assumindo uma postura de Marcelin Berthelot (1827-1907), químico e literário, membro da Academia Francesa, o autor asseverava de que “o escritor do futuro será forçosamente um polígrafo” – o que lhe permitia exibir uma invejável versatilidade no campo das letras. Sob essa perspectiva, a preocupação em realizar uma síntese entre a linguagem literária herdada e a elocução científica do presente era consciente e se constituiu em uma verdadeira obsessão euclidiana. Portanto, síntese entre literatura e ciência, combinação de estéticas, cruzamento de gêneros, oposições de estilos: a obra de Euclides parece resssudar tensões por inteiro. “Ela é composta estruturalmente de camadas heterogêneas díspares e mesmo incompatíveis, armadas numa clivagem cujo tênue equilíbrio repousa sobre a solidez das certezas transcendentais do autor. Pode-se mesmo entrever nessa característica um indício oportuno para explicar a fixação do escritor em focar a realidade a partir dos seus aspectos desencontrados e conflitantes. É uma constante em sua obra a ênfase sobre os contrastes, as antíteses, os choques, os confrontos, os desafios, os cotejos, as oposições, os antagonismos.”¹²

A projeção do autor *Os Sertões* também se deveu ao seu papel de intelectual público e ao seu engajamento em causas representativas da sua época: a propaganda republicana; a cobertura

¹¹ Cf. SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural da Primeira República. São Paulo: Cia. das Letras, 2003 p. 158-160.

¹² Ibid., p. 159-162; CUNHA, Euclides da. Carta a José Veríssimo. Lorena, 3 de dezembro de 1902. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 143-144.

jornalística da Guerra de Canudos, seguida da denúncia do massacre perpetrado contra os sertanejos pelo Exército; e a participação em uma expedição enviada à Amazônia, encarregada do levantamento cartográfico das cabeceiras do Rio Purus, na fronteira com o Peru. Crítico dos desmandos da República oligárquica, Euclides inclui-se na categoria dos intelectuais portadores de idéias democráticas, preteridos em função dos adesistas e conformistas. Segundo Nicolau Sevcenko, a esses homens de letras derrotados restava apenas tomar a *literatura como missão*. Dessa forma, os inconformados com o novo *status quo*, reagiram com combatividade permanente, buscando, na pregação reformista obstinada, um desagravo contra seu abandono. Portanto, nas obras de escritores como Euclides e Lima Barreto, sobressai-se “uma concepção de literatura e da atividade intelectual em que se apagam as fronteiras tradicionais entre o homem de letras e o homem de ação, entre o escritor profissional e o homem público, e entre o artista e a sua comunidade. Assim metamorfoseados em escritores-cidadãos, esses homens despontavam para uma dupla ação tutelar: sobre o Estado e sobre a nação.”¹³

Não obstante a função *sui generis* desempenhada no imaginário nacional, a sua inegável qualidade literária, a incomensurável produção intelectual que desencadeou e os méritos intelectuais do seu autor, os equívocos teóricos e metodológicos de *Os Sertões* não passaram despercebidos dos pesquisadores contemporâneos. Malgrado a sua pretensão de cientificidade e o seu desejo explícito de produzir uma narrativa da Guerra de Canudos amparada na verdade histórica, o escritor caboclo cometeu deslizes factuais, praticou uma retórica exacerbada e enredou-se nos labirintos de interpretações heterodoxas. Conforme Berthold Zilly, o método de trabalho euclidiano, em que pesem as vastas leituras e as ambições científicas, era mais dedutivo do que indutivo, assistemático, eclético. Assim, o escritor buscava em leituras científicas e literárias, da mesma forma que nas observações empíricas – em grande parte mediadas por leituras, indícios e provas para corroborar as suas próprias opiniões e visões –, intuídas e adquiridas através da formação intelectual, preconcebidas e em parte preconceituosas. Sob esse prisma, das autoridades intelectuais Euclides somente colhia o que lhe convinha, de modo que as suas desleitura formam uma legião. O engenheiro-letrado não tinha tempo nem paciência para uma exegese cuidadosa de livros, como *Der Rassenkampf* [A Luta das Raças, 1883], de Ludwig von Gumplowicz (1838-1909), citado em sua obra maior. Portanto, mesmo se houvesse lido “corretamente” o professor de Direito Público em Graz, esse fato não modificaria

¹³ Cf. SEVCENKO, Nicolau, op. cit., p. 64, 133, 283.

substancialmente a sua argumentação, pois ele costumava ignorar ou interpretar arbitrariamente aquilo que não lhe agradava. “Há várias citações e alusões superficiais, fantasiosas ou nitidamente erradas em *Os Sertões*, que, se fosse tese de doutoramento, não teria sido aceito por nenhuma universidade, pela leviandade na utilização das fontes, o que não diminui em nada sua importância para o pensamento social brasileiro e muito menos o seu valor literário.”¹⁴

A precariedade do sistema de citações euclidiano tem sido, recorrentemente, destacada por muitos dos seus estudiosos. Como assinalou Berthold Zilly, considerando que o autor de *Os Sertões* citasse de vez em quando de modo impreciso, um leitor letrado pode entender melhor certas alusões do que o próprio escritor. Assim, um exemplo é o romance hugoano *Quatrevingt-treize*, no qual o escritor francês narrou a revolta da Vendéia, iniciada em 1793 (cem anos antes da fundação de Canudos) e que “Euclides conhecia, mas conhecia só por alto, obviamente, entendendo ou lembrando alguns detalhes de modo errado.” Para o tradutor alemão, talvez Euclides fosse um pouco vaidoso, não quisesse conceder todos os créditos, para parecer mais original. Ademais, no século XIX, as regras acadêmicas de citação eram menos rigorosas do que as da contemporaneidade. O escritor caboclo leu ou conversou com jornalistas, cientistas, romancistas; colheu junto ao povo muitas lendas, muitos boatos e mitos; dialogou com a Bíblia, com a literatura universal, com Hugo, Ernest Renan (1823-1892) e muito da literatura francesa. Nesse sentido, “para realmente reconstituir a gênese do texto e o seu diálogo com outros textos, é muito útil conhecer as fontes, para entender as alusões à Revolução Francesa, à história do Cristianismo, à mitologia grega. Inclusive porque o texto de Euclides é muito heterogêneo, você tem vários tipos de textos e vários gêneros literários juntos, amalgamados.”¹⁵

No que diz respeito aos deslizes factuais e interpretativos euclidianos, reitere-se que, a partir da segunda metade do século XX, historiadores e outros profissionais das ciências humanas têm reagido às limitações e às insuficiências analíticas de *Os Sertões*. Conforme destacou Roberto Ventura, a sua visão etnocêntrica e pouco diferenciada de Canudos como comunidade primitiva foi criticada por sociólogos e historiadores contemporâneos, tais como José Calazans, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Douglas Teixeira Monteiro, Robert Levine e Marco Antonio Villa – que procuraram despistar a interpretação histórica dos preconceitos encontrados no olhar de

¹⁴ Cf. ZILLY, Berthold. Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 12, abr. 1999, p. 12; HUGO, Victor. **Quatrevingt-treize**. Paris: Garnier-Flamarion, 1965.

¹⁵ Id. Entrevista a Manoel Antônio dos Santos Neto. In: SANTOS NETO, Manoel; DANTAS, Roberto Nunes. **Os intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo**. v. 2. Salvador: Ed. UNEB, 2003. p. 239, 241.

Euclides e dos seus contemporâneos. A esse respeito, cabe um destaque especial aos estudos históricos realizados sob o enfoque “Canudos não euclidiano”, levados adiante pelo professor José Calazans Brandão da Silva (1915-2001) e por historiadores vinculados ao Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC), da Universidade do Estado da Bahia – a exemplo de Renato Ferraz (1934-2002), Manuel Neto, José Carlos Pinheiro e Sérgio Guerra. No que tange ao papel desempenhado por Calazans na renovação da historiografia sobre Canudos, desde 1950 esse estudioso rastreou os indícios da história da gente do *Belo Monte* e do *Bom Jesus Conselheiro*. Assim, através de um inventário que combinava abordagens da história oral com pesquisa documental, José Calazans e os seus discípulos renovaram os enfoques concedidos à temática em questão. Nesse contexto, muito embora a obra euclidiana ainda seja considerada uma fonte relevante, o seu argumento de autoridade foi relativizado, em proveito dos depoimentos dos sobreviventes da Guerra e dos seus descendentes, dos registros encontrados na literatura de cordel, das descobertas arqueológicas e mesmo da pesquisa documental realizada em fontes oficiais. Aqui, destaque-se, ainda, a revisão procedida por Ataliba Nogueira (1901-1983) na imagem estereotipada e patológica de Antônio Conselheiro, legada aos pósteros por Euclides. Em suma, essas pesquisas libertaram Canudos da “gaiola de ouro” de *Os Sertões*.¹⁶

Não obstante a importância fundamental das pesquisas “conselheiristas”, esta Tese se configura no âmbito dos estudos euclidianos. Portanto, o que se buscou realizar não foi uma pesquisa histórica sobre a Guerra de Canudos, mas um trabalho historiográfico que discuta a interpretação euclidiana sobre o conflito travado nos sertões da Bahia. A existência de algumas

¹⁶ Cf. VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. p. 203.; MONTEIRO, Douglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **O Brasil Republicano**. Tomo III, v. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 39-92; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus; Ed. USP, 1965; LEVINE, Robert M. **O Sertão Prometido: o massacre de Canudos**. São Paulo: EDUSP, 1995. VILLA, Marco Antonio. **Canudos: o povo da terra**. São Paulo: Ática, 1999; CALAZANS, José. **Canudos na literatura de cordel**. São Paulo: Ática, 1984; Id. **Canudos não euclidiano: fase anterior ao início da Guerra do Conselheiro**. In: SAMPAIO NETO, José Augusto et al. **Canudos: subsídios para a sua reavaliação histórica**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1986. p. 1-21; Id. **Quase biografias de jagunços: o séquito de Antônio Conselheiro**. Salvador: Centro de Estudos Baianos; Universidade Federal da Bahia, 1986; Id. **Cartografia de Canudos**. Salvador: EGBA, 1997; Id. **A Guerra de Canudos na poesia popular**. In: ABDALA JR., Benjamin; ALEXANDRE, Isabel M. M. (Orgs.). **Canudos: palavra de Deus sonho da terra**. São Paulo: SENAC; Boitempo, 2001. p. 149-160; Id. **Canudos – origem e desenvolvimento de um arraial messiânico**. **Revista USP**, São Paulo, nº 54, p. 72-81, jun. ago. 2002; Id. **O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro: contribuição ao estudo da Campanha de Canudos**. Salvador: EDUFBA, 2002; FERRAZ, Renato José Marques; SANTOS NETO, Manuel Antônio dos. PINHEIRO, José Carlos da Costa. **Cartilha histórica de Canudos**. Salvador: Prefeitura Municipal de Canudos; Universidade do Estado da Bahia, 1991; GUERRA, Sérgio. **Universos em confronto: Canudos versus Belo Monte**. Salvador: Ed. UNEB, 2000; NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. **Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica**. São Paulo: Nacional, 1978.

lacunas oportunizou a realização de uma pesquisa nos moldes da que é agora apresentada. Por outro lado, existe uma carência de teses e dissertações que aprofundem os dois aspectos centrais discutidos ao longo desta Tese: a presença do imaginário social da Revolução Francesa na construção da narrativa de *Os Sertões* e a ação de algumas matrizes historiográficas e literárias na conformação do olhar euclidiano sobre a Guerra de Canudos. No que concerne ao primeiro aspecto, apesar dos ensaios de Walnice Nogueira Galvão, Adelino Brandão, Roberto Ventura e Leopoldo Bernucci, existe a carência de trabalhos de fôlego que analisem o impacto do paradigma revolucionário francês no conjunto da obra euclidiana – inclusive em *Os Sertões*. Quanto ao segundo elemento (fundamental em qualquer estudo que se proponha a discutir as complexas relações entre a escrita da história e a literatura na tessitura do livro vingador), o mesmo foi explorado por Edgar de Decca e Leopoldo Bernucci. Mas, de maneira idêntica ao primeiro caso, também esse aspecto demanda pesquisas mais incisivas, pois ainda existem mais sombras do que luz acerca das leituras históricas (e não somente delas) de Euclides. Como assinalou Bernucci, embora o escritor caboclo cite vários autores em sua obra maior, diversas das suas fontes escritas não estão explícita ou sistematicamente anotadas. Portanto, “mesmo hoje, depois de muitos dos seus aspectos genéticos terem sido cuidadosamente estudados, o que se conhece sobre as fontes originais de *Os Sertões* está geralmente limitado àquilo que sabemos através das notas de rodapé deixadas pelo autor.”¹⁷

A relação estabelecida por Euclides com a História da sua época é outro dos motivos que justificam um esforço teórico no sentido de discutir as matrizes historiográficas que consubstanciaram o seu discurso histórico. Sobre esse ponto, assinala que o engenheiro-letrado, ao tomar a pena para escrever o seu livro vingador, acreditava exercer o ofício de historiador da Guerra de Canudos. Assim, orientou a sua narrativa, buscando esboçar “ante o olhar de futuros

¹⁷ Cf. GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides e a Revolução Francesa. In: _____. **Gatos de outro saco**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 85-89; BRANDÃO, Adelino. Euclides e Victor Hugo. In: _____. (Org.). **Enciclopédia de estudos euclidianos**. Jundiá: Jundiá, 1982. p. 23-45; VENTURA, Roberto. “A Nossa Vendéia”: Canudos, o mito da Revolução Francesa e a formação da identidade cultural no Brasil (1897-1902). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, 31, p. 129-145, 1990; BERNUCCI, Leopoldo M. A Nossa Vendéia? In: _____. **A imitação dos sentidos: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha**. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 25-38; DECCA, Edgar Salvadori de. Os Sertões e sua cena original. In: AGUIAR, Flávio; CHIAPPINI, Lígia (Orgs.). **Civilização e exclusão: visões do Brasil em Érico Veríssimo, Euclides da Cunha, Claude Levi-Strauss e Darcy Ribeiro**. São Paulo: Boitempo, 2001. p. 137-162; Id. Euclides e *Os Sertões*: entre a literatura e a história. In: FERNANDES, Rinaldo de (Org.). **O clarim e a oração: cem anos de *Os Sertões***. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 157-188. BERNUCCI, Leopoldo M. Pressupostos historiográficos para uma leitura de *Os Sertões*. **Revista USP**, São Paulo, nº 54, p. 6-15, jun. ago. 2002.; Id. A ontologia discursiva de *Os sertões*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. V (suplemento), jul. 1998, p. 64.

historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil”, criticando a estreiteza dos “nossos minúsculos historiógrafos” e constatando que “as agitações sertanejas, do Maranhão à Bahia, não tiveram ainda um historiador.” Não bastasse a sua evidente intenção de se inserir entre os amantes de Clio, citou historiadores nacionais e estrangeiros, lançou mão de fontes históricas variadas, elaborou uma biografia do Conselheiro e narrou as peripécias da *guerra do fim do mundo*. O ingresso de Euclides como sócio correspondente do IHGB é significativo da recepção do livro vingador como um relato histórico – nos quadros da historiografia brasileira do início do século XX. Entretanto, *Os Sertões* é um livro de história? Caso a resposta seja afirmativa, quais os seus sustentáculos teórico-metodológicos? Na esteira dos debates travados entre os intérpretes da obra euclidiana, deve-se reconhecer que o livro continua a desafiar qualquer inscrição esquemática em um gênero literário definido. Assim, *Os Sertões* desafia qualquer inscrição esquemática em um gênero literário definido, pois a sua narrativa parece se esgueirar entre os interstícios da *historicidade*, da *literariedade* e mesmo da *ficcionalidade*, movendo-se por entre as fronteiras do *artístico*, do *científico* e do *historiográfico*. A esse respeito, as costumeiras ambigüidades do escritor caboclo erguem barricadas no caminho dos historiadores. Imaginado como um relato histórico sobre a Guerra de Canudos (intitulado *A Nossa Vendéia*), o livro ultrapassou as searas da historiografia. Explicitamente direcionado aos historiadores do futuro e composto sob a égide de Tucídides (c. 460-c. 404 a.C.), Hippolyte Taine (1828-1893), Thomas Carlyle (1795-1881) e Renan, *Os Sertões* não tem, no discurso historiográfico, a sua única possibilidade de expressão. Como assinalou Leopoldo Bernucci, no quadro global da sua estrutura discursiva, formada por engastes diversos, a História se configura como uma das modalidades de narração presentes nessa obra. Não obstante a intenção de seguir as pegadas do *narrador sincero* de Taine, o distanciamento frente ao objeto de pesquisa e a exatidão das informações factuais não são exatamente as características mais salientes do relato euclidiano da Campanha de Canudos. Assim, não teria razão Leopoldo Bernucci, ao afirmar que “ainda hoje parece ser consenso da melhor crítica reconhecer em Euclides não um escritor com veia de ficcionista mas apenas um escritor investido no seu papel de cientista e historiador”? Em suma, a inscrição do escritor caboclo na corporação dos historiadores não se faz sem que venha à baila uma série de especificidades da sua obra maior.¹⁸

¹⁸ Cf. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, p. 170, 243; BERNUCCI, Leopoldo Marco. *A imitação dos sentidos*, p. 19, 23; Id. A ontologia discursiva de *Os sertões*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. V (suplemento), p. 57-72, julho 1998.

Aceitar a premissa segundo a qual o livro de Euclides desafia qualquer inscrição esquemática em um gênero literário definido, traz para a discussão um outro aspecto: a *ontologia discursiva* de *Os Sertões*. Ao longo de mais de um século, desde as primeiras leituras dos contemporâneos da sua publicação, os exegetas dessa obra têm apresentado respostas as mais variadas para o problema. Consórcio de ciência e arte, obra de ficção, discurso sobre a realidade, mescla de gêneros e linguagens, ensaio de interpretação do Brasil. Essas foram algumas das imagens projetadas pelos intérpretes euclidianos ao longo do tempo. Contudo, o debate sobre a ontologia discursiva da obra permanece aberto e encarniçado. Acerca dessa questão, Nicolau Sevcenko assinalou que Euclides extremou-se, desde cedo, em abdicar de toda ficção que envolvesse a imaginação de enredos literários tradicionais. Assim, a crença verdadeiramente animista do engenheiro-escritor nas leis imponderáveis da natureza e no seu efeito positivo sobre os homens, somada à sólida erudição científica, conduziram-no à realização de um drama no qual as personagens são os próprios agentes naturais – a exemplo das narrativas de *Os Sertões*, retratando sobretudo um drama mesológico, e de “Terra sem história”, na qual os envolvimento e os conflitos entre as águas e as terras, a selva e o homem, compõem a trama heróica complexa. Portanto, Euclides “jamais lança mão do romance como processo literário, seus personagens jamais recebem um tratamento característico desse gênero literário.” É muito provável que esse olhar recebesse o assentimento do próprio Euclides. Afinal, em seu discurso de recepção na ABL, em 1906, o novo *imortal*, apresentou-se como um escritor que havia se desviado, por demais, “dessa literatura imaginosa, de ficções, onde desde cedo se exercita e se revigora o nosso subjetivismo, tão imperioso por vezes que faz o escritor um minúsculo epítome do universo, capaz de o interpretar *a priori*, como se tudo quanto ele ignora fosse apenas uma parte ainda não vista de si mesmo.” Não obstante a profissão de fé euclidiana no cientificismo e o seu correspondente rechaço ao imaginário, saltam aos olhos de um leitor da contemporaneidade as estreitas relações intertextuais existentes entre *Os Sertões* e o romance histórico *Quatrevingt-treize* – conforme sublinharam Adelino Brandão, Leopoldo Bernucci, Edgar de Decca e outros.¹⁹

Portanto, as considerações anteriormente expostas justificam e tornam relevante, no contexto da historiografia brasileira contemporânea, o recorte temático explorado por esta Tese.

¹⁹ Cf. SEVCENKO, Nicolau, op. cit., p. 156; CUNHA, Euclides da. Academia Brasileira de Letras (Discurso de recepção). In: _____. **Obra completa**: em dois volume. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1995. v. I. p. 231; BRANDÃO, Adelino. Euclides e Victor Hugo, p. 23-45; BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos**, p. 25-38; DECCA, Edgar Salvadori de. Euclides e *Os Sertões*: entre a literatura e a história, p. 157-188; BERNUCCI, Leopoldo M. A ontologia discursiva de *Os sertões*, p. 57-72.

Assim, uma das contribuições que o presente trabalho objetiva trazer aos estudos históricos é uma discussão acerca da presença do imaginário social da Revolução Francesa no processo de construção da narrativa de *Os Sertões*. Para tanto, buscou-se estabelecer alguns procedimentos básicos, tais como: um mapeamento das alusões e referências ao processo revolucionário de 1789-1799, presentes no *corpus* euclidiano; um levantamento aproximado das leituras do engenheiro-escritor sobre o mesmo tema; uma leitura comparada entre *Os Sertões* e o romance *Quatrevingt-treize*. No que diz respeito ao estabelecimento de quadro aproximado das leituras euclidianas, além das pistas, espalhadas pelo escritor ao longo da sua miscelânea, utilizou-se, de maneira sistemática, a lista de livros da biblioteca de Euclides (cerca de 350 exemplares), compilada e organizada por Oswaldo Galotti, com base no inventário dos bens do engenheiro-escritor. É evidente que as referências bibliográficas contidas nessa lista não permitem dilucidar as questões relacionadas às leituras de Euclides. Contudo, como assinalou Galotti, pode levar a uma compreensão mais exata sobre a personalidade cultural do escritor, proporcionando mais elementos para concluir sobre a sua formação intelectual, as influências nacionais e estrangeiras, as suas predileções e mesmo sobre a qualidade da sua cultura.²⁰

Na mesma perspectiva, um dos aportes oferecidos por essa Tese ao “terreno minado” dos estudos euclidianos foi estabelecer a *Historia de França popular e ilustrada desde os tempos mais remotos até aos nossos dias* [*Histoire de France populaire*, 1867-1875], de Henri Martin (1810-1883), como uma das leituras do adolescente Euclides. Assim, ao longo da pesquisa, descobriu-se que na Casa de Cultura Euclides da Cunha, em São José do Rio Pardo, encontram-se quatro dos sete volumes que compõem a tradução portuguesa da obra – não sendo possível afirmar se o escritor a possuía integralmente. Com exceção do primeiro volume, os três demais apresentam as marcas de um carimbo, com o nome “Euclides Cunha”. No terceiro volume, encontra-se a comprovação de que a obra pertencia ao então estudante do Colégio Aquino, vazada nos seguintes termos: “Esta História de França pertence á Euclides Cunha. Rio de Janeiro, 1884.” Ressalte-se que esse livro não foi mencionado por qualquer dos estudiosos euclidianos como uma das leituras juvenis do engenheiro-letrado e não se encontrava arrolado no inventário dos volumes que compunham o acervo do escritor. Entretanto, um confronto entre a obra supracitada e as epígrafes de dois poemas euclidianos – “A Queda da Bastilha (14 de julho de 1789)” e “A Estátua equestre” – revelou a prova interna dos influxos de Martin nas

²⁰ Cf. GALOTTI, Oswaldo. **Biblioteca de Euclides da Cunha**. São Paulo: [s.n.], 1984.

elaborações artísticas euclidianas. Contudo, não se logrou identificar provas conclusivas da influência desse historiador francês no corpo de *Os Sertões*. Não obstante, essa descoberta se constitui em um elemento que pode encorajar outros pesquisadores no sentido de investigações mais profundas acerca das leituras realizadas pelo engenheiro-escritor. Portanto, doravante, *Historia de França popular e ilustrada desde os tempos mais remotos até aos nossos dias*, de Henri Martin, deve ser incluída no conjunto das leituras formadoras do jovem Euclides.²¹

No que diz respeito ao procedimento metodológico aplicado ao presente trabalho, o mesmo caracteriza-se enquanto uma pesquisa bibliográfica, que se debruçou sobre o conjunto da obra de Euclides da Cunha. Assim, em um primeiro momento, mediante uma abordagem contextualista, buscou-se estabelecer a biografia intelectual do engenheiro-letrado, recorrendo-se tanto à miscelânea da sua produção textual (poesias, ensaios, crônicas, artigos jornalísticos, reportagens, cadernos de anotações, cartas e livros), quanto às leituras de muitos dos intérpretes da sua obra – inclusive os seus biógrafos. Na seqüência, buscou-se identificar, no *corpus* euclidiano, as alusões e as referências aos eventos e às personagens da Revolução Francesa, com destaque para os elementos relacionados à revolta da Vendéia. No terceiro momento, procurou-se reconstituir as etapas da construção da narrativa histórica da Guerra de Canudos, analisando-se os escritos *Ciclo d’Os Sertões – “A Nossa Vendéia”*, *Diário de uma expedição*, *Caderneta de Campo* e *Os Sertões*. Finalmente, buscou-se relacionar o livro vingador a algumas narrativas imaginárias, estabelecendo-se uma leitura comparada entre a obra euclidiana e o romance histórico *Quatrevingt-treize*, de Victor Hugo, uma narrativa histórico-literária da Revolução Francesa. Sob essa perspectiva, alguns pressupostos centrais nortearam a pesquisa, com destaque para duas hipóteses de trabalho. A primeira assinala que a “metáfora da Vendéia” é fundamental para compreender a presença do imaginário social da Revolução Francesa no conjunto dos escritos euclidianos e na construção da narrativa de *Os Sertões*. A segunda assinala que Euclides, para comunicar aos pósteros os acontecimentos Guerra de Canudos, recorreu tanto às narrativas históricas quanto aos relatos literários acerca da Revolução Francesa, o que prefiguraria o caráter híbrido (histórico-literário) da sua obra maior.

O método de exposição utilizado ao longo desta Tese pode ser comparado a uma espiral, pois, recorrentemente, a *metáfora da Vendéia* aparece como peça fundamental para a tessitura da

²¹ Cf. MARTIN, Henri. **Historia de França popular e ilustrada desde os tempos mais remotos até aos nossos dias**. Lisboa: Escriptorio da Empreza, [188?]; CUNHA, Euclides da. **Ondas**: primeiras poesias de Euclides da Cunha. Rio de Janeiro: [s.n.], 1883.

narrativa. A escolha dessa estratégia de exposição sustenta-se na presença dessa figura de linguagem ao longo dos escritos euclidianos. Assim, pelo menos desde 1892, a metáfora da Vendéia contaminou os escritos euclidianos (inclusive *Os Sertões*), na medida em que o escritor caboclo estabeleceu analogias insistentes entre determinados acontecimentos registrados no Brasil das últimas décadas do século XIX e aquele episódio da contra-revolução na França. Esses indícios permitem inferir que a metáfora da Vendéia é o traço mais evidente do imaginário social da Revolução Francesa na obra euclidiana, além de uma chave hermenêutica fundamental no contexto da temática discutida ao longo do presente trabalho. Portanto, a referida figura de linguagem transformou-se no *fio de Ariadne* que orienta a exposição do presente trabalho. A esse respeito, o autor da Tese está consciente das implicações e dos riscos que essa opção traz consigo. Em linhas gerais, toma quase que integralmente como suas as explicações e as escusas de Sigmund Freud (1856-1939), ao resumir e recapitular a segunda parte de *Der Mann Moses und die monotheistische Religion* [*Moisés e o Monoteísmo*, 1939]: “Estou ciente de que um método de exposição como esse é tão inconveniente quanto pouco artístico, e eu mesmo o deploro sem reservas. Por que não o evitei? Não me é difícil descobrir a resposta para isso, mas não é fácil confessar. Descobri-me incapaz de apagar os traços da história da origem da obra, o que foi, de qualquer modo, fora do comum.” Por conta dessa modalidade de exposição, não será difícil aos leitores encontrarem, ao longo do presente trabalho (ainda nos termos freudianos), “lacunas observáveis, repetições perturbadoras e contradições óbvias”. Enfim, “trata-se de uma inépcia cuja culpa deve ser assumida pelo autor. Infelizmente, o poder criativo de um autor nem sempre obedece à sua vontade: o trabalho avança como pode e com frequência se apresenta a ele como algo independente e até mesmo estranho.”²²

Esta Tese foi dividida em cinco momentos principais. No primeiro capítulo, discutem-se aspectos considerados relevantes acerca da vida e da obra de Euclides da Cunha, seguindo-se a diretriz de que a composição desse esboço biográfico é fundamental para o entendimento do processo de construção da narrativa de *Os Sertões*. No segundo capítulo, discute-se a presença da Revolução Francesa no conjunto da obra euclidiana, argumentando-se que esse processo revolucionário se constituiu no conjunto de acontecimentos históricos mais relevante no quadro das referências teóricas do escritor. Assim, sublinha-se que, para o engenheiro-escritor, o paradigma francês apresentava-se como um padrão explicativo dos processos ocorridos na

²² Cf. FREUD, Sigmund. *Moisés e o Monoteísmo*. Rio de Janeiro: Imago, 1997. p. 40, 90-91.

sociedade brasileira nas últimas duas décadas do século XIX, inclusive o movimento de Canudos. No terceiro capítulo, aborda-se a construção da narrativa euclidiana da Guerra de Canudos, mediante uma hipótese de trabalho que postula a existência de três momentos privilegiados desse processo: o primeiro, *antes* do contato de Euclides com o conflito sertanejo, representado em “A Nossa Vendéia”; o segundo, *durante* a presença do correspondente de *O Estado de São Paulo* na Bahia, presente nas reportagens e nos telegramas enviados ao jornal paulistano e nos registros da *Caderneta de campo*; e o terceiro, *após* o desfecho do conflito, que se materializou nas páginas de *Os Sertões*. Ademais, evidenciam-se as marcas de historiadores da Revolução Francesa nas elaborações euclidianas. No quarto capítulo, discute-se a ontologia discursiva de *Os Sertões*, problematizando-se as relações entre as categorias de historicidade, de ficcionalidade e de literariedade, na composição narrativa euclidiana. A esse respeito, destacam-se as contribuições decisivas de uma versão histórico-literária da Revolução Francesa, o romance *Quatrevingt-treize*, para o *consórcio da ciência e da arte* intentado por Euclides. Finalmente, nas Considerações Finais, reitera-se que a análise sobre a construção do enredo euclidiano apontou para um processo complexo, no qual o escritor se valeu tanto dos relatos históricos quanto dos imaginários para esboçar, “ante o olhar de futuros historiadores”, a sua narrativa da Guerra de Canudos.

Na seqüência, problematizam-se dois conceitos fundamentais no contexto do presente trabalho, a saber: *imaginário social* e *narrativa*. A esse respeito, segundo François Laplatine e Liana Trindade, o imaginário é a faculdade originária de pôr-se ou dar-se, sob a forma de apresentação de uma coisa, ou fazer aparecer uma imagem e uma relação que não são dadas diretamente na percepção. Dessa forma, essas imagens são formadas a partir de um apoio na percepção, mas que no imaginário o estímulo perceptual é transfigurado e deslocado, criando novas relações inexistentes no real. Assim, a representação imaginária é carregada de afetividade e de emoções poéticas e criadoras. “Para construir o processo do imaginário é preciso mobilizar imagens primeiras, como dos homens, cidades, animais e flores conhecidas, libertar-se delas e modificá-las. Como processo criador, o imaginário reconstrói ou transforma o real.” Contudo, não se trata da modificação da realidade, que consiste no fato físico em si mesmo, mas trata-se do real que constitui a representação, ou seja, a tradução mental dessa realidade exterior. “O imaginário, ao libertar-se do real que são as imagens primeiras, pode inventar, fingir, improvisar, estabelecer correlações entre objetos de maneira improvável e sintetizar ou fundir essas imagens.” Conforme os mesmos autores, mesmo assumindo a forma de uma “imaginação

transgressora”, o imaginário não é a negação total do real. Não obstante, apóia-se nessa instância para transfigurá-la e deslocá-la, criando novas relações no aparente real. “A negação do real, na qual está contida a concepção de loucura e ilusão, não tem nada a ver com o conceito de imaginário, pois encontra-se no imaginário, mesmo através da transfiguração do real, componentes que possibilitam aos homens a identificação e a percepção do universo real.”²³

Ainda de acordo com Laplatine e Trindade, o imaginário faz parte do campo das representações, mas não é uma tradução reprodutora ou uma transposição de imagens. O imaginário ocupa um lugar nas representações, porém ultrapassa a representação intelectual. “Os símbolos constituem-se de aspectos formais (significantes) e de conteúdos (significados). Esses são polissemânticos e, embora conduzidos pelos significantes, ultrapassam-nos adquirindo sentidos prospectivos.” Constituído e expresso através de símbolos e dotado de caráter afetivo, o imaginário difere do conceito de imaginação, pois também se encontra no processo de conhecimento científico – que estabelece, através de imagens mobilizadoras, correlações entre os conceitos através de procedimentos intelectuais elaborados, expressos em signos. Contudo, imaginário não significa ausência de razão, mas apenas a exclusão de raciocínios demonstráveis e prováveis, os quais constituem o fundamento da imaginação científica. “A razão encontra-se no imaginário e no sentido da lógica interna, que não é contrária ao real, mas que, como um caleidoscópio, recria, reconstrói, reordena e reestrutura, criando uma outra lógica que desafia a lógica formal.” Nesse sentido, o imaginário é um processo cognitivo no qual a afetividade está contida, traduzindo uma maneira específica de perceber o mundo, de alterar a realidade. Sob essa perspectiva, o imaginário possui um compromisso com o real e não com a realidade, já que consiste nas coisas, na natureza, e em si mesmo o primeiro aspecto é interpretação, a representação que os homens atribuem aos objetos e ao mundo natural. “Seria, portanto, a participação ou a intenção com as quais os homens de maneira subjetiva ou objetiva se relacionam com a realidade, atribuindo-lhe significados. Se o imaginário recria e reordena a realidade, encontra-se no campo da interpretação e da representação, ou seja, do real.”²⁴

Mas, como o imaginário torna-se objeto de interesse dos historiadores? Conforme Evelyne Platagean, o domínio do imaginário é constituído pelo conjunto das representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações da experiência e pelos encadeamentos dedutivos

²³ Cf. LAPLATINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 24-28.

²⁴ Ibid., p. 78-79.

que estas autorizam. Portanto, cada cultura, cada sociedade, e até mesmo cada nível de uma sociedade complexa, tem seu imaginário. Segundo a mesma autora, o limite entre o real e o imaginário revela-se variável, enquanto o território atravessado por esse limite permanece, ao contrário, sempre e por toda a parte idêntico, já que nada mais é senão o campo inteiro da experiência humana, do mais coletivamente social ao mais intimamente pessoal: a curiosidade dos horizontes demasiado distantes do espaço e do tempo, terras desconhecíveis, origens dos homens e das nações; a angústia inspirada pelas incógnitas inquietantes do futuro e do presente; a consciência do corpo vivido, a atenção dada aos movimentos involuntários da alma, aos sonhos; a interrogação sobre a morte; os harmônicos do desejo e de sua repressão; a imposição social, geradora de encenações de evasão ou de recusa, tanto pela narrativa utópica ouvida ou lida e pela imagem, quanto pelo jogo, pelas artes da festa e do espetáculo. “Resulta daí que, se quisermos conhecer, através de todos esses temas, o imaginário das sociedades afastadas de nós no tempo ou aliás no espaço, não evitaremos traçar o limite que o separa do real exatamente onde esse limite passa por nós mesmos, em nossa própria cultura.”²⁵

Não obstante, José D’Assunção Barros destacou que, para os casos de expressões como “imaginário”, “representações”, “práticas” e “mentalidades”, é preferível o uso do termo “noção” ao invés de “conceito”. Segundo o autor, as noções são “quase conceitos”, entretanto “ainda funcionam como tateamentos na elaboração do conhecimento científico, atuando à maneira de imagens de aproximação de um determinado objeto de conhecimento (imagens que, rigorosamente, ainda não se acham suficientemente delimitadas).” Dessa maneira, as noções resultam de uma descoberta progressiva, de experiências, de investimentos criativos de um ou mais autores, que podem ou não ser incorporados mais regulamente pela comunidade científica. Assim, com o passar dos anos, uma noção pode se transformar em conceito, na medida em que adquira uma maior delimitação e uma comunidade de cientistas desenvolva uma consciência maior dos seus limites, da extensão de objetos à qual se aplica. Sob essa perspectiva, pode-se dizer que os conceitos são instrumentos de conhecimento mais elaborados, longamente amadurecidos, o que não impede a existência de conceitos com grande margem de polissemia (como “ideologia” e de “cultura”). Ademais, recorde-se que imaginário é uma palavra que recentemente migrou para o campo histórico, incorporado da psicologia e da fenomenologia. A

²⁵ Cf. PLATAGEAN, Evelyne. A história do imaginário. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 291.

esse respeito, a elaboração de um conceito (ou de uma noção) de imaginário deve muito a Cornelius Castoriades, cuja obra referencial é *L’Institution imaginaire de la société* [*A Instituição imaginária da sociedade*, 1975] e a historiadores como Jacques Le Goff e Georges Duby (1919-1997), autores, respectivamente, de *L’imaginaire médiéval* [*O imaginário medieval*, 1985] e *Les trois ordres ou l’imaginaire du féodalisme* [*As três ordens ou o imaginário do feudalismo*, 1978].²⁶

Conforme ainda Barros, o historiador do imaginário começa a fazer uma história problematizada quando relaciona as imagens, os símbolos, os mitos, as visões de mundo, as questões sociais e políticas de maior interesse, quando trabalha esses aspectos não como uma fim em si mesmos, mas como elementos para compreensão da vida social, econômica, cultural e religiosa. Ou seja, o imaginário fornece elementos para estabelecer conexões diversas. Portanto, as combinações da história do imaginário com outros campos são perfeitamente possíveis (como, por exemplo, com a história política). Sob essa perspectiva, da mesma forma que existe um “imaginário religioso”, cada sociedade desenvolve também o seu “imaginário político”. Nesse sentido, os horizontes abertos por uma busca da compreensão do imaginário político são inúmeros: os modos como o poder é representado ou como a estratificação social materializa-se em imagens – um espectro de alturas em que as classes sociais mais favorecidas são denominadas “classes altas”. Assim, determinadas imagens sociais e políticas podem passar a fazer parte da vida de uma sociedade. Portanto, os estudos sobre o imaginário apresentam-se relevantes no contexto da historiografia contemporânea.²⁷

As considerações anteriormente expostas conduzem ao fulcro da discussão sobre o conceito (ou a noção) de imaginário social. Nas últimas quatro décadas do século XX, conforme assinalou Bronislaw Baczko, tornou-se moda associar a imaginação e a política, o imaginário e o social. Nas ciências humanas, verificou-se que a expressão imaginação, acompanhada pelos adjetivos “social” ou “coletiva”, ganhou terreno e que o estudo dos imaginários sociais se tornou um tema na moda. “Os antropólogos, os sociólogos, os historiadores e os psicólogos começaram a reconhecer, senão a descobrir, as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida coletiva e, em especial ao exercício do poder. [...] Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico.” Entretanto, não era possível insistir

²⁶ Cf. BARROS, José D’Assunção, op. cit., p. 82-83, 91-92.

²⁷ Ibid., p. 99, 103-105.

nessas múltiplas funções do imaginário na vida social sem por em xeque certa tradição intelectual da segunda metade do século XIX, levada adiante por algumas correntes de pensamento que desejavam separar, na trama histórica, nas ações e nos comportamentos dos agentes sociais, o “verdadeiro” e o “real” daquilo que era “ilusório” e “quimérico”. “Por detrás dos imaginários, procuravam-se os agentes sociais, por assim dizer, no seu estado de nudez, despojados das suas máscaras, das suas roupagens, dos seus sonhos e representações, etc. Ora, a abordagem cientista não observa realmente esses agentes ‘desnudados’; era ela quem os construía.” Porém, cerca de um século depois, o imaginário se dissociou cada vez mais dos significados que lhe eram atribuídos anteriormente, tais como “ilusório” e “quimérico”. A esse fato, acrescenta-se que os termos “imaginação” e “imaginário” passam a ser utilizados fora do domínio tradicional ao qual o seu uso se restringia, ou seja, o das belas-artes. “O imaginário social é cada vez menos considerado como uma espécie de ornamento de uma vida material considerada como a única ‘real’. Em contrapartida, as ciências humanas tendem cada vez mais a considerar que os sistemas de imaginários sociais só são ‘irreais’ quando, precisamente, colocados entre aspas.” Acerca dessa questão, pode-se verificar que os percursos imaginados pelos agentes sociais para si mesmos e para os seus adversários só raramente se cumprem. *A posteriori*, esses agentes muitas vezes mostram-se surpresos com os resultados das suas ações. Entretanto, essa defasagem em nada retira das funções reais desses percursos imaginários – ao contrário, coloca-os em realce. Por exemplo, em qualquer grave conflito social – e a aproximação como o fenômeno de Canudos é por demais evidente –, uma guerra, uma revolução, não são as imagens de exaltação e magnificentes dos objetivos a serem alcançados e dos frutos da vitória almejada uma condição para a possibilidade de agir das forças em disputa? “Como é que se podem separar, neste tipo de conflito, os agentes e os seus atos das imagens que eles têm de si próprios e dos inimigos, sejam estes inimigos de classe, religião, raça, nacionalidade, etc.? Não são as ações efetivamente guiadas por estas representações; não modelam elas os comportamentos; não mobilizam elas as energias; não legitimam elas as violências?”²⁸

A busca de uma aproximação conceitual mais precisa acerca da terminologia das palavras-chave “imaginação” e “imaginário” não representa, necessariamente, um salvo-conduto no tocante à utilização polissêmica das mesmas – inclusive no corpo desta Tese. Para Baczkó,

²⁸ Cf. BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). **Enciclopédia Einaudi** v. 5 (Anthropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. p. 296-298.

esses termos remetem para um dado fundamental da condição humana, por isso a sua definição nunca pode ser considerada adquirida, pois cada geração traz consigo certa definição de homem – descritiva e normativa –, ao tempo em que se dota, a partir dela, de uma determinada idéia acerca de imaginário, do que é e deveria ser. A aplicação do adjetivo “social” acrescenta pouca precisão ao conceito. Essa designação aponta para um duplo fenômeno: por um lado, trata-se da orientação da atividade imaginativa em direção ao social, à produção de representações da ordem social, dos atores sociais, das suas relações recíprocas e das instituições sociais, especialmente as que dizem respeito ao exercício do poder; por outro, designa a participação da atividade imaginativa social em um fenômeno coletivo. “Com efeito, todas as épocas têm as suas modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário, assim como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar.” Conservado-se esses termos ambíguos, na ausência de outros melhores, deve-se insistir no fato de que os estudos sobre a imaginação social não devem se propor a fixar uma “faculdade” ou um “poder” psicológico autônomo. Ao contrário, trata-se, sim, de enfocar um aspecto da vida social, da atividade global dos agentes sociais, cujas particularidades se manifestam na diversidade dos seus produtos. “O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida coletiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem à mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sócias [...]” E mais: “O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva, e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o *lugar* e o *objeto* dos conflitos sociais.”²⁹

Os imaginários sociais tornam-se inteligíveis e comunicáveis através da produção dos “discursos” nos quais se efetua a reunião das representações coletivas em uma linguagem. O dispositivo imaginário assegura a um grupo social quer um esquema coletivo de interpretação das experiências individuais, complexas e variadas, quer uma codificação das expectativas e das esperanças. Desse modo, os imaginários sociais fornecem um sistema de orientações expressivas e afetivas, que correspondem a tantos outros estereótipos oferecidos aos agentes sociais: ao indivíduo relativamente ao seu grupo social; aos grupos sociais em relação à sociedade global, às suas hierarquias e relações de dominação; à sociedade global no que se refere aos “outros” que constituem o seu meio envolvente. “A potência unificadora dos imaginários sociais é assegurada

²⁹ Ibid., p. 308-310.

pela fusão entre verdade e normatividade, informações e valores, que se opera no e por meio do simbolismo. Com efeito, o imaginário social *informa* acerca da realidade, ao mesmo tempo em que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira.” Conforme o mesmo autor, talvez os imaginários operem mais vigorosamente na produção de visões futuras, designadamente na produção de angústias, esperanças e sonhos coletivos sobre o porvir. Insiste, ainda, que os imaginários sociais não funcionam isoladamente, estabelecendo relações diferenciadas e variáveis com outras modalidades de imaginário, confundindo-se por vezes com elas, e com a sua simbologia (por exemplo, a utilização do simbolismo do sagrado para um poder). Por fim, esses imaginários empregam facilmente as linguagens mais diversas: religiosa e filosófica, política e arquetônica, etc.³⁰

A Revolução Francesa foi, como todas as crises revolucionárias, um “período quente” na produção de imaginários sociais. Uma vez desencadeado, o fato revolucionário deu um ímpeto especial à imaginação social. Assim, a própria dinâmica da Revolução, a transformação das estruturas políticas e sociais, bem como os modos de pensar e dos sistemas de valores, e ainda os conflitos políticos e sociais marcados pela presença das massas, em especial as multidões revolucionárias, estimularam a produção acelerada dos sentidos que se procura atribuir à precipitação dos acontecimentos, cujos efeitos muitas vezes surpreendem os atores sociais e políticos. Nesse cenário original, os protagonistas vêm-se obrigados a esconjurar um destino incerto por meio de programas, senão por visões de futuro. Aqueles que desejavam radicalizar ou deter a dinâmica revolucionária em certo estágio deviam imaginar situações futuras para si e para os adversários; tinham de legitimar ou denunciar a violência popular e a nova redistribuição dos papéis sociais; e, por fim, deviam mobilizar ou canalizar as energias e as esperanças das massas. Portanto, o clima afetivo gerado pelos fatos revolucionários, bem como os avanços e os recuos do medo e da esperança, são elementos que animam, necessariamente, a produção dos imaginários sociais. “O futuro abre-se, assim, como um enorme estaleiro de sonhos sociais de todos os gêneros e em todos os domínios da vida coletiva. As imagens glorificantes ou acusadoras, dos acontecimentos e das forças em presença combinam-se com os conflitos e as estratégias, iluminando-os e ocultando-os simultaneamente. As realidades e as experiências revolucionárias são, muitas vezes, inseparáveis do caráter mitológico como são vividas.”³¹

³⁰ Ibid., p. 311-313.

³¹ Ibid., p. 320-321.

Segundo Baczko, essa geração dos símbolos e dos ritos revolucionários é uma das facetas mais significativas da produção intensa dos imaginários sociais. Assim, os revolucionários necessitam de fatos, signos, imagens, gestos e figuras, para se comunicarem entre si e se reconhecerem ao longo das suas trajetórias. Os sonhos e as esperanças sociais, ainda que vagos e contraditórios, procuram cristalizar-se e buscam uma linguagem e modos de expressão que os tornem comunicáveis. “Os princípios e conceitos abstratos só se transformam em idéias-força quando são capazes de se constituir como pólos em torno dos quais a imaginação coletiva se organiza.” Dessa forma, o nascimento e a difusão dos signos imaginados e dos ritos coletivos traduzem a necessidade de encontrar uma linguagem e um modo de expressão que correspondam a uma *comunidade de imaginação*, garantindo às multidões revolucionárias, às massas, que procuram reconhecer-se e afirmar-se nas suas ações, um modo de comunicação. “Os símbolos só são eficazes quando assentam numa comunidade de imaginação. Se esta não existe, eles têm tendência a desaparecer da vida coletiva ou, então, a serem reduzidos a funções puramente decorativas.” Conforme o mesmo autor, esse foi o destino da maior parte dos símbolos e emblemas da época revolucionária. Em contrapartida, aquilo que imprimiu uma marca duradoura ao imaginário coletivo, para além das iniciativas propagandísticas e até mesmo da própria sobrevivência da Revolução, foi uma narrativa global em que se fundiram as utopias e os mitos produzidos pelas experiências revolucionárias. Assim, a narrativa revolucionária tornou-se a matriz de uma das mais poderosas construções míticas modernas: o mito da revolução, visto como meio e fim últimos, simultaneamente capaz de fazer tábula rasa do passado e instalar definitivamente a Cidade Nova para o homem novo. A esse respeito, não é difícil concluir acerca do papel central exercido pelas lutas políticas no Velho Mundo e pela historiografia francesa do século XIX na cristalização e difusão desse imaginário social para além dos limites da Europa.³²

Com base nos elementos expostos até este ponto não é difícil inferir que Euclides e os republicanos brasileiros extremados participavam, de alguma forma, dessa comunidade de imaginação ou comunidade de sentido e partilhavam aspectos do imaginário social da Revolução Francesa. Assim, os radicais da República cultuavam a França e a Revolução de 1789; identificavam-se com a bandeira tricolor e os demais símbolos republicanos franceses; celebravam o 14 de julho ao som da *Marselhesa*, o seu hino revolucionário; liam as narrativas dos historiadores e literatos franceses acerca dos episódios revolucionários; e, por fim, desejavam

³² Ibid., p. 321, 324-325.

que a Proclamação da República coincidissem com o centenário da Tomada da Bastilha. Nesse contexto, as relações de identidade, estabelecidas por muitos dos contemporâneos, entre Canudos e a Vendéia (a imagem, por excelência, da contra-revolução) são por demais significativas no tocante às afinidades que vinculam os republicanos locais ao imaginário social da Revolução Francesa. Ao postular esse princípio de “repetição identificatória da história” (conforme Roberto Ventura), o autor de *Os Sertões* ligava-se a um tema que atormentou políticos e pensadores do século XIX: o caráter redivivo, repetitivo, da Revolução Francesa, que ressurgiu das cinzas em 1830, 1848 e 1871. Portanto, torna-se necessário discutir tanto as críticas quanto os vínculos entre Karl Marx (1818-1883) e o imaginário social da Revolução Francesa, presentes nos escritos históricos marxianos sobre as lutas sociais na França oitocentista, especialmente em *Der Achtzehnte Brumaire des Louis-Napoleon* [*O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, 1852].³³

Como assinalou Bronislaw Baczko, as contribuições mais significativas de Marx para uma história do imaginário situam-se em dois pontos: a elaboração de um esquema global de interpretação dos imaginários sociais a partir da análise das ideologias e do estudo dos casos concretos, que embora aplicando aquele esquema, tornam-no mais matizado e maleável. Assim, o filósofo alemão destacou que cada classe é, ao mesmo tempo, produtora e prisioneira da sua ideologia. Por um lado, Marx demonstrou que qualquer grupo social fabrica imagens que exaltam o seu papel histórico e a sua posição social, não se definindo senão através dessas representações; entretanto, por outro, fez intervir a imagem do proletariado, classe transparente para si própria, e interpreta essa representação como uma não-imagem, isto é, como a simples verificação de um estado de coisas. No que diz respeito às análises dos casos concretos dos quais os imaginários sociais intervêm, como em *O Dezoito Brumário*, Marx examinou as funções das máscaras e das roupagens envergadas pelos atores sociais durante as crises revolucionárias, as quais serviram aos burgueses e aos pequeno-burgueses para magnificar as suas lutas e engrandecer os seus objetivos reais durante a Revolução Francesa. Segundo Baczko, embora coloquem em relevo o papel do imaginário, as análises marxianas hesitam entre duas tendências. Por um lado, Marx demonstra que essas imagens grandiloqüentes são inseparáveis dos atores sociais e dos seus comportamentos; por outro, a sua crítica pretende-se desmistificadora, buscando identificar, por

³³ Cf. CARVALHO, José Murilo de **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 26; VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha e a República. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, jan. abr. 1996, p. 278; Id. “A Nossa Vendéia”: Canudos, o mito da Revolução Francesa e a formação da identidade cultural no Brasil (1897-1902), p. 130; MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

trás das máscaras sociais e disfarces, os atores “desnudados”, que personificam os interesses da burguesia. A partir dessa premissa, Marx enfatizou o caráter ilusório e quimérico do imaginário social, quando, por exemplo, assinalou que “nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade.”³⁴

Não obstante, a última palavra sobre Marx e o imaginário social ainda não foi proferida, já que o filósofo alemão partilhava, com outros pensadores políticos oitocentistas, da interrogação sobre o caráter redivivo da Revolução Francesa. A esse respeito, François Furet assinalou que Marx jamais deixou de pertencer à cultura política européia obcecada pelo exemplo francês. Assim, toda a sua atividade militante foi orientada para uma revolução alemã, concebida hora como uma superação do antecedente francês, hora como uma simples atualização da história alemã. Segundo Furet, desde os seus trabalhos juvenis (1842-1845), a exemplo de “Crítica à Filosofia do Direito de Hegel” (1844), Marx manifestou interesse pelo “enigma francês” (o constante renascimento da Revolução, que não cessava de desafiar o seu pensamento). Assim, já nessa época desenvolveu a tese segundo a qual o Antigo Regime, que experimentou sua tragédia na França, “encena sua comédia sob a máscara do espectro alemão”. Nesses termos, Marx exprimiu pela primeira vez a idéia de que a história repete as grandes cenas de seu enredo: primeiro como tragédia, caso da França; depois como farsa, caso da Alemanha. Enfim, o trágico manifestando o advento de uma nova era, e o burlesco, a sobrevida da derradeira fase da antiga era, “a fim de que a humanidade se separe *serenamente* de seu passado.” Nos escritos da maturidade (1851-1871), retomou os elementos desse extraordinário poder de coerção e repetição que a Revolução continuava a exercer na França do século XIX, procurando integrá-los ao seu sistema geral de interpretação. “Tarefa difícil, em se tratando de acontecimentos políticos repetitivos que não refletem claramente os interesses das classes sociais, mas sobretudo a força das tradições.”³⁵

Conforme Furet, os processos revolucionários do século XIX renovaram o problema da Revolução Francesa que sempre esteve no centro das preocupações de Marx. Assim, embora desejasse ardentemente a vitória da “verdadeira” emancipação do homem, levado a cabo pelo proletariado das barricadas, Marx percebeu, em cada levante parisiense, o peso das tradições

³⁴ Cf. BACZKO, Bronislaw, op. cit., p. 304-306; MARX, Karl, op. cit., p. 52.

³⁵ Cf. FURET, François. **Marx e a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989. p. 7-9, 62, 83.

legadas pelos acontecimentos do século XVIII e a repetição da Grande Revolução. “Alimenta assim a idéia melancólica, já anunciada em sua juventude ao comparar o antigo regime alemão ao Antigo Regime francês, segundo a qual a história se repete como uma paródia do passado: a farsa sobrevém à tragédia, disse a respeito do 1848 francês.” Para Marx, a França do século XIX apregoava, simultaneamente, a revolução proletária do futuro e a revolução burguesa do passado. Portanto, as revoluções francesas do século XIX ou bem são abortadas ou estão fadadas à paródia. No primeiro caso – a exemplo da Revolução de Julho de 1848 e da Comuna de Paris –, o fracasso foi uma tentativa heróica, de antemão condenada pelas condições objetivas da história. No segundo, dificilmente pode-se falar de fracasso ou de êxito, pois a dominação burguesa era completa, tanto antes quanto depois dos eventos revolucionários. “Daí o caráter de paródia, isto é, ao mesmo tempo ridículo e repetitivo deste grande cenário insurrecional arquitetado, por exemplo, pela revolução de fevereiro de 1848. Neste caso, a República, a Gironda, a Montanha e o segundo Bonaparte representam apenas a retórica da imitação, uma forma particular da França de falsa consciência dos atores históricos em relação à sua própria ação.”³⁶

Por fim, um confronto entre o padrão geral das concepções marxianas sobre as relações infra-estrutura (a sociedade civil) *versus* superestrutura e o caráter repetitivo da Revolução Francesa – ainda conforme as reflexões de Furet –, possibilita discutir a crítica sistemática, nos escritos históricos do filósofo alemão, às funções ilusórias desempenhadas pelo imaginário social. Assim, aceitando-se a interpretação da Revolução Francesa do jovem Marx, segundo a qual o processo revolucionário aparece como apogeu do espírito político (isto é, da ilusão característica do político), conclui-se que ele julgava poder transformar a situação da sociedade civil, quando, ao contrário, não passava de sua expressão mistificadora. Sob essa perspectiva, o político não é nada, trata-se de uma ilusão da sociedade civil em relação a si mesma, e, simultaneamente, é tudo, pois a história abre seu caminho através desta representação – como mostra a história da Revolução de 1789 até o seu término tardio em 1830. “Para compreender esta história, caracterizada pela hipostasia do político, é preciso admitir, portanto, que ela é feita de uma dialética do real e do imaginário, que a imaginação prevalece sobre o real, a representação sobre o interesse, enquanto os franceses persistiram em fundar uma sociedade nova de homens livres e iguais.” Em outras palavras, esta figura imaginária da comunidade inventada pela Revolução também funciona como um processo real da história real. A esse respeito, o

³⁶ Ibid., p. 82-85.

Estado moderno possui uma existência fictícia e, todavia, social, visto que a análise do conceito revela a sua ficção, mas não deixa de mostrar, ao mesmo tempo, o seu papel como força histórica. “Embora não seja uma realidade objetiva, ele é vivenciado na história como tal pelas mesmas razões da religião: porque todos assim acreditam. A ‘crítica’ deve permitir precisamente a reflexão de seu papel, simultaneamente, ilusório e formidável.”³⁷

As probabilidades de Euclides ter consultado *O Dezoito Brumário* ou outro dos escritos históricos de Marx sobre as lutas sociais na França do século XIX são remotas. Contudo, não deixa de ser instigante o fascínio exercido pelo imaginário social da Revolução Francesa em ambos os pensadores e as analogias existentes entre os trabalhos marxianos e alguns escritos do engenheiro-letrado. Assim, não é difícil perceber que, no episódio de Canudos, o autor de *Os Sertões* tanto postulou uma “repetição identificatória da história” (“Canudos era a nossa Vendéia”), quanto abordou a história republicana, alternativamente, sob os signos da tragédia e da comédia. Sem embargo, essas coincidências desconcertantes não fazem de Euclides um “marxista”, alguém que vazou seus textos sob o viés das idéias do filósofo alemão acerca do caráter redivivo da Revolução no século XIX e do papel ilusório desse conjunto de representações, quando confrontado com os interesses objetivos dos homens reais. Contudo, trata-se de um desafio, para os pesquisadores euclidianos, rastreamos a difusão do imaginário revolucionário no Brasil oitocentista e a sua complexa incorporação pelo escritor caboclo.³⁸

No que diz respeito ao conceito de *narrativa*, segundo C. Segre, narrar é uma realização lingüística mediata que tem por finalidade comunicar a um ou mais interlocutores uma série de acontecimentos, de modo a fazê-lo(s) tomar parte no conhecimento deles, alargando assim o seu contexto pragmático. Desse modo, a narração orienta-se para a artificialidade e, em última instância, para a arte, quando a comunicação se ocupa de fatos inventados (com intuídos de fingimento ou por mero prazer), ou, melhor ainda, quando não se verifica uma finalidade imediata, e a narração (verdadeira, tida como tal ou inventada) é retirada do contexto pragmático e se estrutura de modo autônomo. Conforme o mesmo autor, a narração pode desempenhar um papel de documentação e de testemunho, inclusive com valor histórico, voltada para a reposição,

³⁷ Ibid., p. 21, 35. Para uma abordagem alternativa à de Furet, consultar ASSOUN, Paul-Laurent. **Marx e a repetição histórica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

³⁸ Cf. VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha no vale da morte. In: FERNANDES, Rinaldo de (Org.), op. cit., p. 439-459.

no presente, de elementos do passado, dispendo-os na memória, que é dispositivo e repertório cultural (como para a narração dos mitos). A narração orienta-se no sentido da artificialidade e também no das artes. Sempre que, com certa autonomia, mete-se nos confrontos do real, faz intervir os mecanismos da simulação, da invenção (criatividade, expressão), da ficção (fantástico), da imaginação, inclusive a coletiva (crenças, imaginários sociais, fábulas, tradições), que também não são estranhos às relações e interpretações históricas – posto que nelas intervenham os critérios de observação do tempo e, portanto, os valores. Além disso, a narrativa implica nos seus vários usos e finalidades, nos diferentes efeitos de visualização, nos diversos arranjos de material, nos distintos planos de enunciação e nos vários planos de manifestação.³⁹

Esses raciocínios conduzem à chamada questão da narrativa, ou seja, o debate que vem sendo travado na História e em outras disciplinas, ao longo das últimas três ou quatro décadas, sobre as relações entre fato e ficção na construção do texto histórico. A esse respeito, historiadores, filósofos, lingüistas, antropólogos, sociólogos têm discutido vivamente o que convencionou denominar (impropriamente, diga-se de passagem) como *o retorno* ou *ressurgimento da narrativa* – ecoando o título do ensaio de Lawrence Stone, *The Revival of Narrative: reflections on a new old history* [*O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história*, 1979]. Essa discussão sobre a dimensão narrativa da historiografia, em oposição à “história das estruturas”, ocorreu em meio a uma série de mutações registradas na comunidade dos historiadores. Conforme Roger Chartier, ao longo desse período, os diagnósticos inquietantes emitidos acerca da situação do conhecimento histórico carregavam expressões como “tempo de incerteza”, “crise epistemológica” e “reviravolta crítica”. Assim, abalada em suas certezas mais profundas, a História encontrou-se igualmente confrontada com vários desafios. Por um lado, determinados autores pretenderam romper toda ligação entre a historiografia e as ciências sociais. Esse fenômeno assumiu a forma, especialmente nos Estados Unidos, da *linguistic turn* (*virada lingüística*), que considera a linguagem como um sistema fechado de signos, cujas relações produzem os significados por si mesmas. “A realidade não deve mais ser pensada como uma referência objetiva, externa ao discurso, mas como constituída pela e na linguagem.” Por outro, alguns historiadores constataram que toda história, seja qual for, é sempre uma narrativa organizada a partir de figuras e fórmulas que mobilizam também narrações

³⁹ Cf. SEGRE, C. Narração/narratividade. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). **Enciclopédia Einaudi** v. 17 (Literatura-texto). Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1989. p. 58, 69.

imaginárias, enquanto outros concluíram pela anulação das distinções entre ficção e historiografia, posto que esta é “uma *fiction-making operation*, segundo a expressão de Hayden White.” Sob essa perspectiva, a História não proporciona um conhecimento do real mais verdadeiro (ou menos) do que o faz romance, sendo totalmente ilusório desejar classificar e hierarquizar as obras dos historiadores em função de critérios epistemológicos indicando a sua maior ou menor pertinência em dar conta da realidade. As conseqüências desses desafios para o ofício do historiador são evidentes, pois “a reinscrição da escritura histórica no campo da narrativa pôde levar praticamente ao apagamento da fronteira que separa a narrativa de ficção e considerá-la como *literary artifact*, colocando em ação os mesmos procedimentos narrativos e as mesmas figuras retóricas que os textos de fantasia.”⁴⁰

Nesse contexto, são apropriadas as ponderações de Peter Burke, que embora tenha colocado em relevo determinadas potencialidades ensejadas pelo interesse renovado dos historiadores pela narrativa histórica, sublinhou também alguns dos seus limites intrínsecos. Assim, o historiador contemporâneo não está obrigado a se engajar em experiências literárias, simplesmente por viver na atualidade, ou a imitar determinados escritores, devido ao fato de as suas técnicas serem revolucionárias. Dessa forma, o objetivo de buscar uma nova forma literária para os textos históricos decorre da consciência de que as velhas formas narrativas são inadequadas aos novos propósitos dos historiadores. Não obstante considerar ser provável aos historiadores aprenderem algo a partir das técnicas narrativas de romancistas, Burke observou que essa potencialidade não é o bastante para resolver todos os problemas literários dos amantes de Clio – pois os historiadores não são livres para inventarem as suas personagens, ou mesmo as palavras e os pensamentos das suas personagens, além de ser improvável que sejam capazes de condensar problemas de uma época na narrativa sobre uma família, uma técnica frequentemente utilizada pelos romancistas. Mesmo o chamado “romance de não-ficção”, que poderia ter o que oferecer aos historiadores, não é imune aos questionamentos, já que esses romancistas não enfrentam o problema das estruturas sociais. Portanto, “parece que os historiadores teriam de desenvolver suas próprias ‘técnicas ficcionais’ para suas ‘obras factuais’.”⁴¹

As questões discutidas até esse ponto do trabalho conduzem ao debate acerca das relações entre história e ficção na narrativa histórica. Inicialmente, deve-se esclarecer que, conforme

⁴⁰ Cf. STONE, Lawrence, op. cit.; CHARTIER, Roger, op. cit., p. 81, 88, 97; Id. Filosofia e História, op. cit., p. 237.

⁴¹ Cf. BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa, p. 336, 340-341.

assinalou C. Segre, “na palavra latina *fingere* , os significados de ‘plasmear, modelar’ e de ‘imaginar, representar e inventar’ (isto é, ‘modelar com a fantasia’) podem assumir matizes que vão até o ‘dizer falsamente’, ou seja, até o conceito de ‘mentira’: acepção mais evidente no substantivo *fictus* ‘hipócrito’ e no adjetivo *fictio* , não só ‘imaginário, inventado’, mas também ‘fingido, falso’.” Segundo o mesmo autor, no adjetivo *fictio* , prevalecem, por se tratar de um termo retórico, os significados que aludem à invenção lingüística e literária. Sob essa perspectiva, especialmente no contexto da História-ciência do século XIX, ficção transformou-se no antípoda do histórico. A esse respeito, Carlo Ginzburg assinalou que a dimensão narrativa da historiografia tem sido vivamente discutida, por filósofos e metodólogos e historiadores de primeiro plano. Contudo, a absoluta falta de diálogo entre uns e outros não permitiu se chegar a resultados satisfatórios. Assim, os filósofos têm analisado proposições historiográficas soltas, geralmente separadas do contexto, ignorando o trabalho preparatório de investigação que as torna possíveis. Por outro lado, os historiadores têm-se perguntado se houve, nos últimos anos, um regresso à historiografia narrativa, descurando as implicações cognitivas dos vários tipos de narração. Segundo o historiador italiano, que esse debate esteja ligado às mutáveis relações que, ao longo de dois milênios e meio, estabeleceram-se entre narrações historiográficas e outro tipo de narração – desde a epopéia até ao romance e ao filme – parece óbvio. Entretanto, adverte: “Analisar historicamente estas relações – de vez em quando feitas de permutas, de hibridações, contraposições, influxos de sentido único – seria muito mais útil do que propor fórmulas teóricas abstratas (muitas vezes implícita ou explicitamente normativas).”⁴²

Para Ginzburg, há pouco tempo a grande maioria dos historiadores via uma nítida incompatibilidade entre a acentuação do caráter científico da historiografia (assimilada às ciências sociais) e o reconhecimento da sua dimensão literária. No entanto, na contemporaneidade, esse reconhecimento tornou-se cada vez mais extensivo também a obras antropológicas ou sociológicas, sem que isso implique necessariamente em um juízo negativo da parte de quem o formula. Porém, aquilo que em geral é sublinhado não é o núcleo cognitivo que se encontra nas narrações de ficção (a exemplo das romanescas), mas sim o núcleo fabulatório (imaginário) presente nas narrativas que se pretendem científicas – a começar pelas historiográficas. “A convergência entre os dois tipos de narração procura-se, dito em poucas

⁴² Cf. SEGRE, C. Ficção. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). **Enciclopédia Einaudi** v. 17 (Literatura-texto), p. 41; GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis, p.187-188.

palavras, no plano da arte e não no da ciência.” Contrapondo-se às posições de autores como Hayden White, Ginzburg assinalou que um controle das pretensões à verdade, inerentes às narrativas historiográficas, implicaria a discussão de problemas concretos ligados às fontes e às técnicas de investigação que cada historiador utilizou ao longo da sua pesquisa. Quando esses elementos são descurados, a historiografia identifica-se com um simples e puro documento ideológico. Conforme o mesmo autor, a insistência atual sobre a dimensão narrativa da historiografia (de qualquer historiografia, embora em graus diferentes) associa-se às atitudes relativistas que tendem a anular de fato qualquer distinção entre *fiction* e *history*, entre narrações fantásticas e narrações pretensamente verídicas. Contra essa tendência, Ginzburg acentua, por outro lado, que uma maior conscientização da dimensão narrativa não implica uma diminuição das possibilidades cognitivas da historiografia, mas, ao contrário, a sua intensificação. “E é precisamente a partir daí que deverá começar uma crítica radical da linguagem historiográfica, da qual por enquanto só temos alguns esboços.”⁴³

Segundo o mesmo autor, ao longo do século XX, não foi apenas a noção de narração da historiográfica que se transformou, mas a de narração *tout court*. Assim, a sensibilidade dos leitores modificou-se aos trabalhos de historiadores como Mikhail Rostovzev (1870-1952) e Marc Bloch (1886-1944), mas também em função de escritores como Marcel Proust (1871-1922) e Robert von Musil (1880-1942). Dessa forma, o emaranhado de verdade e de possibilidades, assim como a discussão das hipóteses de investigação em contraste, alternando com páginas de reevocação histórica, já não causam estranheza a muitos dos leitores. Consequentemente, a relação entre quem narra e a realidade afigura-se mais incerta, mais problemática. “Este vertiginoso jogo de espelhos lembra um fato bem conhecido: e é que o emaranhado entre realidade e ficção, entre verdade e possibilidade, está no centro das elaborações artísticas deste século.” Contudo, embora reconheça as trocas e as influências mútuas registradas entre o conhecimento histórico e os diferentes gêneros literários; as transformações ocorridas no bojo da narrativa historiográfica, como resultado da força dos modelos literários (onde a relação entre quem narra e a realidade apresenta-se mais incerta e problemática); e mesmo o emaranhamento entre realidade e ficção, entre verdade e possibilidade, como uma característica central das elaborações artísticas do século XX, Ginzburg mantém a distinção entre a historicidade e a

⁴³ Cf. GINZBURG, Carlo, Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis, p. 194-196.

ficcionalidade, na linha de abordagem até aqui discutida: “Termos como ‘ficção’ ou ‘possibilidades’ não devem induzir em erro. O problema da prova continua mais do que nunca no centro da investigação histórica: mas o seu estatuto é inevitavelmente alterado no momento em que são abordados temas diversos relativamente ao passado, com o apoio de uma documentação também diversa.” E mais: “Entre as soluções a excluir terminantemente está a invenção. Seria, além de contraditória com tudo o que foi dito, absurda. Até porque alguns dos mais célebres romancistas dos Oitocentos falavam com desprezo do recurso à invenção, atribuindo-o quando muito, ironicamente, aos próprios historiadores.” Em síntese, o historiador italiano opõe-se ao lugar-comum segundo o qual todas as narrativas pertenceriam em alguma medida à esfera da ficção. Em contraposição, procura demonstrar que existe um relacionamento complexo entre as narrativas inventadas e as narrativas com pretensão à verdade.⁴⁴

A questão da narrativa histórica desempenha um papel privilegiado no presente trabalho, que se propõe a discutir a presença do imaginário social da Revolução Francesa em *Os Sertões*, atendo-se à presença dos relatos históricos e literários na construção da obra maior de Euclides da Cunha. Mas, é pertinente inquirir se uma obra literária (*Quatrevingt-treize*) pode oferecer um modelo para um livro que se pretendia a narrativa verídica da Guerra de Canudos (*Os Sertões*). Colocando a questão em outros termos: um romancista, como Victor Hugo, abordando literariamente a revolta da Vendéia, proporcionaria uma entrada “mais iluminadora” para um historiador, como Euclides, narrar os acontecimentos de Canudos? A esse respeito, Carlo Ginzburg assinalou que o romance funcionou como um “poderoso medianeiro” para o nascimento da historiografia moderna. Nesse sentido, já no prefácio da primeira obra-prima do romance burguês, *Robinson Crusoe* (1719), Daniel Defoe (1660-1731) insistia sobre a veracidade do seu conto (*story*), contrapondo *history* a *fiction*: “A história é contada com moderação, seriedade... O editor acredita que esta é uma verídica história de fatos; e não há nela sobra de ficção...” À mesma época, outro famoso romancista, Henry Fielding (1707-1754), simplesmente intitulava sua maior obra *The History of Tom Jones, a Foundling* [*História de Tom Jones*, 1749], explicitando que preferia a “história” à “vida” ou a “uma apologia da vida”, posto que se inspirava em historiadores – como Edward Hyde (1609-1674), Conde de Clarendon, de quem aprendeu a condensar ou a dilatar a narração, rompendo com o tempo universal da crônica e ou

⁴⁴ Ibid., p. 200-201; Id. **Nenhuma ilha é uma ilha**: quatro visões da literatura inglesa. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. p. 64.

da epopéia. “Na origem desta memorável revolução narrativa encontramos assim a história da primeira grande revolução da Idade Moderna.”⁴⁵

Mas, se durante o século XVIII os romancistas mantiveram uma atitude de inferioridade frente aos historiadores, no curso da centúria seguinte essa situação apresentou mutações significativas. Face ao aumento de prestígio do romance, seus autores, embora continuassem a equiparar-se aos amantes de Clio, desligaram-se pouco a pouco da sua situação de inferioridade. Sob esse enfoque, torna-se possível compreender a declaração de Honoré de Balzac (1799-1850), na introdução à *Comedie Humaine* [*Comédia Humana*, 1842], na qual atribuía aos romancistas a tarefa de escreverem a história esquecida pelos historiadores: a história dos costumes. Na mesma perspectiva, um contemporâneo de Balzac, o italiano Giambattista Bazzoni (1803-1850), propôs um programa historiográfico para o romance histórico: este deveria ser “uma grande lente” aplicável a um ponto do imenso quadro traçado pelos historiadores, inteiramente povoado de grandes personagens. Assim, caberia aos romancistas enfatizarem não somente “os reis, os chefes, os magistrados, mas a gente do povo, as mulheres, as crianças fazem sua aparição; são postos em ação os vícios, as virtudes domésticas e revelada a influência das instituições públicas sobre os costumes privados, sobre as necessidades e os prazeres da vida, que é quanto, no fim de contas, deve interessar a universalidade dos homens.” Conforme Ginzburg, foram necessários cem anos para que os historiadores começassem a aceitar o desafio lançado pelos grandes romancistas oitocentistas – de Balzac a Alessandro Manzoni (1785-1873), de Stendhal (1783-1842) a Leon Tolstoi (1828-1910) –, enfrentando campos de investigação anteriormente desprezados, com o auxílio de outros modelos explicativos distintos das abordagens históricas tradicionais. Portanto, nas palavras desses romancistas estavam prefigurados problemas enfrentados pela historiografia contemporânea: a polêmica contra os limites da história exclusivamente política e militar, a reivindicação de uma história das mentalidades dos indivíduos e grupos sociais e até mesmo uma teorização da *microstoria* e da utilização de novas fontes documentais. “A crescente predileção dos historiadores por temas (e em parte formas expositivas) outrora reservados aos romancistas – fenômeno impropriamente definido como ‘renascimento da história narrativa’ – não é mais do que um capítulo de um longo desafio no

⁴⁵ Id. Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis, p.188-189. Sobre o romance, ver: LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000; Id. Nota sobre o romance. In: PAULO NETO, José (Org.). **Lukács**. São Paulo: Ática, 1992. p. 177-188; WATT, Ian. **A ascensão do romance**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996; SANTOS, Pedro Brum. **Teorias do romance**: relações entre ficção e história. Santa Maria: Ed. UFSM, 1996.

domínio do conhecimento da realidade. Relativamente aos tempos de Fielding, o pêndulo oscila hoje na direção oposta.”⁴⁶

A Introdução do presente trabalho se encerra nesse ponto. A propósito, Michel de Certeau asseverou, com muita sagacidade, que o discurso no qual se fundamenta a pesquisa histórica institui, como primeira imposição, a *inversão escriturária*, prescrevendo como início aquilo que, na realidade, é um ponto de chegada, ou mesmo um ponto de fuga. Assim, enquanto a pesquisa dá os seus primeiros passos na atualidade do lugar social e do aparelho conceitual ou institucional, a exposição segue uma ordem cronológica, na qual os dados mais anteriores são tomados como ponto de partida. Contudo, ao se tornar um texto, a história obedece a uma segunda imposição. “A prioridade que a prática dá a uma tática de desvio, com relação à base fornecida pelos modelos, parece contradita pelo *fechamento* do livro ou artigo. Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até a introdução, já organizada pelo dever de terminar.” Aqui, tem-se um dos múltiplos paradoxos da *operação historiográfica*. Entretanto, algo mais pode ser escrito sobre esse problema. No corpo do ensaio *Die endliche und die unendliche analyse* [“Análise terminável e interminável”, 1937], Freud mencionou as três profissões “impossíveis” – a psicanálise, o governo e a educação –, “quanto às quais de antemão se pode estar seguro de chegar a resultados insatisfatórios.” Não será necessário insistir que essa analogia cabe como uma luva para a pesquisa que aqui se encerra. Os significados simbólicos desencadeados por *Os Sertões* no imaginário coletivo, o caleidoscópio de leituras presentes nas diferentes interpretações que buscaram abarcar a obra e mesmo a amplitude do recorte temático que fundamentou a Tese tornaram “impossível” um outro desfecho para esse trabalho acadêmico e deram aos seus resultados finais um caráter claramente insatisfatório. Não obstante, a pesquisa (como a análise) é terminável e interminável. Por força dos prazos legais, ela se encerra aqui. Mas, as questões que suscita não se esgotam na materialidade do suporte físico da Tese.⁴⁷

⁴⁶ Ibid., p.188-194.

⁴⁷ Cf. CERTEAU, Michel de, op. cit., p. 94; FREUD, Sigmund. Análise terminável e interminável. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. Volume XXIII (1937-1939). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 265.

CAPÍTULO I

EUCLIDES DA CUNHA: UM ESBOÇO BIOGRÁFICO

Ao longo deste capítulo, a partir dos objetivos e dos limites explicitados na Introdução desta Tese, discutem-se aspectos considerados relevantes acerca da vida e da obra de Euclides da Cunha. Na composição desse esboço biográfico, seguiu-se a diretriz de que o mesmo se revela fundamental para o entendimento do processo de construção da narrativa de *Os Sertões*. Como lembrou Alberto Venâncio Filho, compreender como se fez a biografia de Euclides auxilia na explicação da vida dramática do escritor e fornece subsídios para o entendimento de *Os Sertões*. Sob essa perspectiva e tomando como evento catalisador a *Tragédia da Piedade*, buscou-se problematizar as relações entre a vida do engenheiro-escritor e as narrativas engendradas por alguns dos seus biógrafos. Com o maior senso de criticidade possível, esse empreendimento implicou em incorporar, tanto como fonte de pesquisa histórica quanto como objeto de reflexão historiográfica, determinadas produções biográficas sobre o escritor em questão. De maneira complementar, procurando refletir sobre determinadas questões pertinentes à construção das biografias euclidianas, evidenciam-se algumas das ambigüidades e alguns dos limites do gênero biográfico para o ofício dos historiadores contemporâneos. Todavia, contrabalançando esta postura cética, sublinha-se também o seu caráter fecundo e as suas crescentes possibilidades. Na seqüência, discutindo a utilização da correspondência ativa do engenheiro-letrado como fonte para produção das suas biografias e como fonte histórica para essa pesquisa, avaliam-se certas implicações da chamada *escrita de si* (e fundamentalmente da escrita epistolar) para a prática dos historiadores interessados por este campo de pesquisa. Finalmente, com base nas informações pesquisadas, selecionaram-se os eventos mais significativos da vida de Euclides: a sua produção literária, jornalística e ensaística; as suas opções político-ideológicas; a sua participação em determinados eventos da história brasileira do período – com destaque para o episódio de Canudos; e as suas predileções intelectuais e estéticas, enfatizando, sempre que possível, os autores, as correntes de pensamento e os movimentos artísticos relevantes no contexto da sua formação teórica.⁴⁸

⁴⁸ Cf. VENÂNCIO FILHO, Alberto. Aspectos biográficos de Euclides da Cunha. **Instituto de Pesquisas Sociais Euclides da Cunha**. São José do Rio Pardo, janeiro de 2005. Disponível em: <<http://www.euclidesdacunha.org/venancio.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2005.

Não se pretende, no corpo do presente capítulo, realizar um exaustivo esforço de contextualização do período no qual viveu Euclides, ou seja, entre 1866 a 1909. Ao contrário, mediante a uma estratégia de exposição legítima e defensável, mencionaram-se somente os elementos e as informações considerados imprescindíveis para localizar a trajetória da personagem no tempo em que viveu e no espaço geográfico no qual se movimentou. A esse respeito, destaque-se que uma das conquistas alcançadas pela historiografia contemporânea, ao longo das últimas décadas do século XX, foi a adoção de um procedimento teórico-metodológico segundo o qual os historiadores não segmentam, de maneira dicotômica, *texto* e *contexto*. Assim, o que se denomina, nos trabalhos acadêmicos, contexto histórico é, na verdade, mais um dos textos produzidos pelos historiadores, a partir da diversidade ou da escassez dos materiais históricos disponíveis, do princípio de seletividade inerente à historiografia, das suas escolhas teórico-metodológicas e mesmo em função de inexplicáveis idiosincrasias. Ou, em termos semelhantes, a reconstrução histórica de qualquer contexto ocorre a partir de fragmentos e vestígios textualizados de um determinado passado. Acerca dessa questão, Michael R. Marrus, abordando um tema moralmente perturbador e que desafia os limites da representação historiográfica, ou seja, o do universo dos campos de extermínio nazistas, assinalou que os historiadores são especialistas em contexto, assim, seus melhores trabalhos quase sempre envolvem uma manobra imaginativa através da qual ingressam em uma cultura inteiramente diferente de sua própria, adivinhada a partir do material que leram. Não obstante, deve-se insistir na premissa de que o reconhecimento do caráter textual – presente tanto na escrita quanto na montagem do quebra-cabeça da contextualização – não significa, em hipótese alguma, que o texto historiográfico possa ser composto ao arpejo dos princípios elementares do conhecimento histórico, ou através de uma postura menos responsável na sua exposição ou, o que seria ainda pior, desprovido de um compromisso ético para com o seu resultado final. Portanto, ao texto.⁴⁹

⁴⁹ Sobre o período no qual viveu Euclides, ver: CARONE, Edgar. **A Primeira República**. São Paulo: Difel, 1970; _____. **A República Velha**. São Paulo: Difel, 1974; COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1997; CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**; Id. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999; HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **O Brasil Monárquico: do Império à República**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997; FAUSTO, Boris (Dir.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. v. 1 e 2. Ver ainda: VALENTE, Luiz Fernando. Entre Clio e Calíope: a construção da narrativa histórica em *Os sertões*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. V (suplemento), p. 39-55, jul. 1998; MARRUS, Michael Robert. **A assustadora história do Holocausto**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. p. 241.

A Tragédia da Piedade: prelúdio de uma biografia

Piedade, subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, domingo, 15 de agosto de 1909, uma manhã fria e chuvosa de inverno. No interior da casa de número 214 da Estrada Real de Santa Cruz – hoje Avenida Suburbana – travou-se um duelo mortal entre o escritor Euclides da Cunha e o aspirante do Exército Dilermando Cândido de Assis, envolvendo, ainda, o irmão do último, Dinorá Cândido de Assis (1889-1921). Ao final da refrega, o autor de *Os Sertões* tombou, fulminado por quatro projéteis. Os irmãos Assis, ao contrário, sobreviveram: Dinorá, com uma bala alojada nas proximidades do ombro, e Dilermando, ferido por quatro disparos do revólver *Smith & Wesson*, calibre 22, manuseado por Euclides. Esse trágico incidente foi o desfecho de um triângulo amoroso, cujo pivô da disputa foi Ana Emília Ribeiro da Cunha, a *Saninha*, esposa do desditoso literato. As circunstâncias que envolveram o homicídio, somadas à projeção intelectual da vítima – engenheiro, escritor de renome nacional, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro da Academia Brasileira de Letras –, deram formato a um dos maiores escândalos da vida brasileira do início do século XX – denominado pela crônica policial como a *Tragédia da Piedade*. O romance shakespeariano entre Ana e Dilermando começou em 1905, na Pensão de Madame Monat, no Rio de Janeiro, quando Euclides se encontrava na Amazônia, desempenhando a tarefa de mapeamento cartográfico das cabeceiras do Rio Purus. À época, *Saninha* contava com trinta e três anos e acompanhava os estudos dos filhos, Solon e Euclides da Cunha Filho (*Quidinho*), amigos dos irmãos Assis, enquanto o jovem cadete tinha dezessete anos. Ao retornar à capital federal, em janeiro de 1906, Euclides se deparou com a consorte grávida de Mauro, morto aos sete dias de vida, devido à debilidade congênita – conforme o atestado de óbito. As *ligações perigosas* entre Ana e Dilermando resultaram, ainda, no nascimento de Luís, assumido pelo escritor como seu filho, em novembro de 1907. Instalada a crise conjugal, os desentendimentos tornaram-se freqüentes e caíram no domínio público. Em 13 de agosto de 1909, uma sexta-feira, *Saninha* mudou-se para a casa dos irmãos Assis, levando consigo Luís. Na noite do sábado, Euclides obteve a confirmação de que a mulher e a criança estavam no subúrbio da Piedade. No domingo, saiu da sua residência, localizada na Rua Nossa

Senhora de Copacabana, tomou o trem até a Estação da Piedade e de lá marchou para a casa 214 da Estrada Real de Santa Cruz, onde se consumou o seu infortúnio.⁵⁰

No dia seguinte, segunda-feira, 16 de agosto, os principais jornais brasileiros estamparam a *Tragédia da Piedade* nas suas manchetes. Nas páginas de periódicos como *O Estado de São Paulo*, *O País*, *Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* esboçaram-se, nos necrológicos, as primeiras notas biográficas do insigne homem de letras. Como salientou Regina Abreu, noticiando a morte do escritor, a imprensa dava início ao processo de construção póstuma. Assim, os diários louvavam a competência, a honestidade, o profissionalismo, o talento, o caráter e os dotes artísticos e intelectuais de Euclides da Cunha. Um dos traços destacados na sua personalidade seria o de conjugar várias qualidades, como o de ser, simultaneamente, “um homem de letras”, “um patriota” e “um cientista”. A conclusão era de que se tratava de uma “vida exemplar”, na qual eram admirados “o prodigioso talento e a imensa ilustração” e o “puríssimo caráter”. Portanto “no dia 16 de agosto, dia seguinte ao da morte do escritor, o relato dessa vida exemplar apenas se iniciava. Um longo trabalho de memória, produzido por seus admiradores, teria lugar em quase um século de narrativas.” O impacto da tragédia na opinião pública não se esgotou com o ritual de sepultamento do escritor. Ao contrário, cresceu, na medida em que avançavam as investigações policiais e repercutia nas páginas dos periódicos. Em 1911, quase dois anos após o homicídio, contrariando as expectativas dos partidários do engenheiro, que, de maneira incansável, corriam aos jornais para pedir a condenação de Dilermando, o réu foi absolvido, sob a alegação de legítima defesa. Para apimentar ainda mais o escândalo, o algoz e a viúva casaram-se, em 12 de maio do mesmo ano. A reação dos parentes, amigos e admiradores de Euclides foi sem precedentes. Em 15 de agosto de 1913, no quarto aniversário da sua morte, amigos e admiradores, capitaneados por Alberto Rangel (1871-1945), reunidos no Cemitério São João Batista, diante do túmulo do escritor, fizeram um juramento de levar adiante a sua palavra. Decidiram, ainda, iniciar um movimento sob o dístico “Por protesto e adoração” – “por protesto”, contra a absolvição de Dilermando, e “adoração” a Euclides. Desse grupo, no qual figuravam escritores como Alberto Rangel e Coelho Neto (1864-1934), nasceu, então, o “movimento euclidiano”. Formado por amigos e admiradores

⁵⁰ Cf. PONTES, Eloy. **A vida dramática de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. p. 283-292; RABELO, Sílvio. **Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: CEB, 1948. p. 386-388, 451-452, 461-463; VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 243-246, 259-262; SENA, Davis Ribeiro de. Estrada Real de Santa Cruz: o duelo. In: _____. **Sob a luz do meteoro**: Canudos x República. Recife: Ed. do Autor, 2003. p. p. 141-153.

fiéis, a *legião de Euclides* passou a se reunir tanto nos aniversários de nascimento e de morte do escritor, quanto em datas consideradas relevantes para a sua memória, no intuito de afirmar a máxima do movimento. A partir de então, constitui-se um ritual, cujo ponto alto, até os dias de hoje, tem sido o discurso à beira do túmulo, lembrando as façanhas do herói e do mártir, incompreendido na vida e na morte. Caminhava, então, a passos largos, o processo de *santificação* do autor de *Os Sertões*.⁵¹

A esse respeito, em 1911, alunos do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, fundaram o *Grêmio Euclides da Cunha*, destinado a preservar e divulgar a obra do escritor. Com efeito, esses eventos contribuíram para o processo de sacralização da memória do engenheiro-letrado e de imortalização da sua obra. A *Revista do Grêmio Euclides da Cunha*, que vinha à luz sempre na data de 15 de agosto, entre 1915 a 1939, desempenhou um papel fundamental nesse esforço. Sob a mesma perspectiva, nas intervenções públicas, os seus seguidores estabeleciam alguns parâmetros referentes à sua vida e a sua obra. Assim procedeu o médico Afrânio Peixoto (1876-1947), ao discursar na Academia Brasileira de Letras, em 1911, assumindo a vaga aberta pela morte de Euclides. Da mesma forma agiu Alberto Rangel, antigo colega da Escola Militar, na conferência realizada na Biblioteca Nacional, em 1913. Ou ainda, em 1915, em outra cerimônia realizada na Biblioteca Nacional, Escragnole Dória, oferecendo à assistência seu testemunho acerca do colega de mocidade. Esses biógrafos primevos compartilhavam dos propósitos enunciados por Dória, em sua reverência à memória do escritor caboclo: “Sequioso de certeza, famélico de verdade, o biógrafo probo, levado a sincero, deve ornar de lisura a vida e os dias dos heróis e das heroínas. Incumbido de dizer acerca de Euclides, desejamos apenas fazer gala de testemunhos singelos sobre honestos. Nem o exagero da loa uniforme, incapacitada de justiça, nem a irritação da crítica parcial, da inveja, comichando como afecções cutâneas cujo prurido cresce com o ensangüentador das unhas.” Em consonância com essa fórmula, os admiradores passaram a narrar a vida de seu herói mediante a um estilo grandiloquente, no qual a existência do autor de *Os Sertões* era marcada pela abnegação, pelo desprendimento, pelo heroísmo e pela sabedoria. Em suma, nestes relatos edificantes, Euclides aparecia desempenhando,

⁵¹ Cf. ABREU, Regina, op. cit., p. 278-280, 299-300; RANGEL, Alberto. Discurso na sepultura. In: _____. **Por protesto e adoração: In memoriam** de Euclides da Cunha. Rio de Janeiro: Grêmio Euclides da Cunha, 1919. p. 289-290.

concomitantemente, os papéis de mártir, sábio e santo – era, conforme Rangel, um “gênio que era um santo.”⁵²

Em 4 de julho de 1916, reeditou-se a tragédia. Em outro episódio romanesco, Dilermando, após ter sido alvejado três vezes nas costas, quando se encontrava num cartório do Rio de Janeiro, fuzilou *Quidinho*. O filho predileto de Euclides buscava acertar as contas com o assassino do pai. O homicida, mais uma vez, foi absolvido sob a mesma alegação, provocando novos protestos e novas homenagens ao escritor. Esse acontecimento contribuiu para fortalecer o euclidianismo, que acolheu *Quidinho* como o segundo mártir da causa, conforme acentuou a *Revista do Grêmio*, mencionando o “drama singular desses dois homens um, o marido atraído que se entrega à morte para purificar no sacrifício o legado dos filhos; – outro, o filho orfanado que se dignifica à herança e tem a mesma morte na mesma covardia [...]”. Nos anos seguintes, os euclidianos ganharam a adesão de intelectuais paulistas, com destaque para a cidade de São José do Rio Pardo, logo denominada *Meca do Euclidianismo*, que desde o dia 15 de agosto de 1912 cultuava a memória de escritor, num ritual que se repete anualmente até os dias de hoje. O movimento passou a investir na organização de um *arquivo euclidiano*, constituído pelas “reminiscências, os traços pessoais, as recordações votivas, a correspondência íntima”, enfim por “tudo que pertenceu a Euclides da Cunha.” Com esse intuito, reuniram as suas poesias, até então dispersas em jornais, revistas e nas mãos de amigos; os cadernos de anotações; a coleção de fotografias do autor; e os livros da sua biblioteca, devidamente guardados num armário que lhe pertenceu. Ademais, os euclidianos, procedendo como autênticos historiadores orais, recolheram informações sobre a sua vida com os que lhe conheceram. E, por fim, organizaram uma *bibliografia euclidiana*, composta por textos de sua autoria e por esboços biográficos, artigos de jornais e conferências produzidos por seus admiradores.⁵³

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, na esteira do processo de intensificação do culto ao autor de *Os Sertões*, firmou-se a tríade clássica dos biógrafos do escritor, formada por Francisco Venâncio Filho (1894-1946), Eloy Pontes e Sylvio Rabello (1899-1972). O primeiro escreveu,

⁵² Cf. PEIXOTO, Afrânio. Euclides da Cunha: o homem e a obra. In: _____. **Poeira da estrada**: ensaios de crítica e história. São Paulo: Nacional, 1944. p. 9-48; RANGEL, Alberto. Euclides da Cunha: um pouco do coração e do carácter. In: RANGEL, Alberto et al, op. cit., p. 4-30; DORIA, Escragnolle. Euclides da Cunha. In: RANGEL, Alberto et al., op. cit., p. 31-55.

⁵³ Cf. 15 DE AGOSTO de 1918. **Revista do Grêmio Euclides da Cunha**, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1918, p. 81; ABREU, Regina, op. cit., p. 309-316; MASCHIETTO, Cármen Cecília Trovatto. **A tradição euclidiana**: uma ponte entre a história e a memória. São Paulo: Arte & Ciência, 2002; ARCHIVO euclideano. **Revista do Grêmio Euclides da Cunha**, p. 40-42.

em 1915, uma protobiografia denominada *Euclides da Cunha (notas biográficas)*. Ademais, também produziu *Euclides da Cunha: ensaio bio-bibliográfico* (1931), *Euclides da Cunha a seus amigos* (1938) e *A glória de Euclides da Cunha* (1940). Quanto ao segundo, escreveu a polêmica biografia *A vida dramática de Euclides da Cunha* (1938), na qual buscou enfrentar alguns tabus que envolviam a *Tragédia da Piedade*, como, por exemplo, mencionar claramente e narrar o romance entre Ana e Dilermando – atraindo para si reações emocionais desse casal. Já Rabelo, considerado por muitos especialistas o melhor dos três biógrafos, responsabilizou-se pela obra *Euclides da Cunha* (1948). Posteriormente, Olímpio de Souza Andrade (1914-1980), Oswaldo Galotti (1911-2001) e Adelino Brandão (1926-2004) foram incorporados à lista dos grandes nomes do euclidianismo. Andrade escreveu *História e interpretação de Os Sertões* (1960) e publicou textos euclidianos até então inéditos. Galotti dirigiu o movimento euclidiano durante vários anos, fez publicar uma série de artigos em jornais e revistas e organizou a correspondência ativa de Euclides. Já Brandão, além de biógrafo, lançou uma volumosa bibliografia comentada do autor de *Os Sertões*. Como assinalou Regina Abreu, “os euclidianos foram assim ocupando aos poucos vários espaços e, gradativamente, passaram a deter o controle sobre a difusão da memória e da obra do escritor.”⁵⁴

Portanto, a *Tragédia da Piedade* foi decisiva para articular a tessitura das narrativas biográficas que giram em torno da figura de Euclides. As circunstâncias anormais que envolveram a sua morte contribuíram para cristalizar a imagem de uma “vida dramática, que se fechara imprevistamente, aos tiros” – conforme a expressão de Eloy Pontes. Por outro lado, o desaparecimento trágico do escritor contribuiu para aproximar os relatos acerca da sua vida aos dos mártires cristãos e mesmo ao do próprio Cristo. Sob essa perspectiva, pode-se inferir que as relações de semelhança entre diversos dos seus relatos biográficos e as hagiografias não são uma mera coincidência. Assim, os pesquisadores contemporâneos, ao se debruçarem sob a vida e a obra do autor de *Os Sertões*, não se encontram numa posição mais confortável do que a das tropas federais, perdidas, em meio à troca de tiros, nos becos e nas vielas de Canudos,

⁵⁴ Cf. VENÂNCIO FILHO, Francisco. **Euclides da Cunha**: ensaio bio-bibliográfico. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica Industrial, 1931; _____. **Euclides da Cunha a seus amigos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938; _____. **A glória de Euclides da Cunha**; PONTES, Eloy, op. cit.; ASSIS, Dilermando de (CIBÉLA, Ângelo). **Um nome, uma vida, uma obra**. Rio de Janeiro: Neves & Cia., 1946; _____. **A Tragédia da Piedade**: mentiras e calúnias de “A vida dramática de Euclides da Cunha”. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1952; RABELO, Sílvio, op. cit.; ANDRADE, Olímpio de Souza. **História e interpretação de Os Sertões**. São Paulo: EDART, 1960; GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, op. cit.; BRANDÃO, Adelino. **Paraíso Perdido**: Euclides da Cunha: vida e obra. São Paulo: IBRASA, 1996; _____. **Euclides da Cunha**: bibliografia comentada (1884-2001). Judai: Literarte, 2001; ABREU, Regina, op. cit., p. 311.

desnorteados nesse “dédalo desesperador” de informações, no qual os fatos concretos se amalgamam às construções míticas relacionadas à existência dramática e gloriosa da personagem em questão. A pesquisa corre o risco de descambar para uma profusão incontrolável de sentidos, que ameaça arrebatá-lo, de chofre, o necessário distanciamento do investigador face ao seu objeto de estudo. Utilizando uma imagem que não desagradaria de todo ao autor, pode-se comparar a biografia de Euclides a um *palimpsesto infernal*. Não obstante, os pesquisadores que tomam a vida e a obra do engenheiro-letrado como objeto de investigação consolam-se com um fato imperioso: as dificuldades relacionadas a qualquer empreendimento que envolva o gênero biográfico são idênticas. Desse modo, ao escrever ou trabalhar com as biografias, os historiadores são atormentados por uma série de dilemas: quais os principais riscos do gênero biográfico para a escrita da história? Toda biografia é necessariamente parcial e eivada de subjetividade? Ou mais decisivamente: pode-se escrever a história a partir da vida de um homem ou de uma mulher?⁵⁵

No princípio era a biografia...

Como lembrou Philippe Levillain, durante muito tempo a biografia e a História mantiveram relações de alternativa e não de hierarquia ou de complementaridade. A separação entre biografia e História não é uma lei da natureza, mas uma herança da historiografia grega, que situava a segunda ao lado dos acontecimentos coletivos e colocava a primeira à parte, como uma análise dos fatos e gestos de um indivíduo, cujo sentido era sugerido pelo autor. Se na História estava sempre estipulado que o historiador poderia se vangloriar de estar dizendo sempre a verdade, na biografia, ligada na origem ao panegírico, o autor ia de encontro a esta norma. Curtas notícias biográficas podiam entrar na História, mas esta não podia caber inteira numa biografia. Para os gregos, esses gêneros divergiam no seu próprio modo de expressão: “narrativo para a História destinada a mostrar a mudança; descritivo para a biografia dedicada a celebrar ou a estudar a natureza do homem, tarefa que a História de bom grado lhe deixava.” Segundo o mesmo autor, esta diálise inicial pesou mais no *status* da biografia como gênero que na História como disciplina e como ciência. A relação entre o indivíduo e a História sempre suscitou a mesma suspeita que a relação entre os deuses e a História, que já não era apreciada pelos historiadores gregos anteriores ao século IV a.C. Ademais, a situação e o desenvolvimento da

⁵⁵ Cf. PONTES, Eloy, op. cit., p. 286.

biografia estavam estreitamente ligados ao regime político no qual trabalhava o historiador. Desses fatores decorreu a longa aventura do errante gênero biográfico: desde Plutarco (c. 46 c.120) e Suetônio (c.75-c.150) às hagiografias do medievo; do interesse romântico pelos sentimentos à distinção entre “biografia histórica” e “biografia literária”; e da sua rejeição por uma parcela expressiva da historiografia acadêmica, durante parte do século XX, até o retorno triunfal, sob a égide da nova biografia histórica.⁵⁶

Aqui, cabe reconhecer que, nas últimas décadas do século XX, os vínculos entre a escrita da história e o gênero biográfico transformaram-se radicalmente. Acerca dessa questão, Sabina Loriga resumiu o significado dessa “reviravolta radical” nos seguintes termos: “Após um longo período de desgraça, durante o qual os historiadores se interessaram pelos destinos coletivos, o indivíduo voltou a ocupar um lugar central em suas preocupações.” Conforme essa historiadora, a “redescoberta da biografia” remete-se principalmente às experiências no campo da história atentas ao cotidiano e à subjetividades outras – tais como a história oral, os estudos sobre a cultura popular e a história das mulheres. Por sua vez, Giovanni Levi sublinhou que, no período enfocado, mais do que nunca, a biografia voltou ao centro das preocupações dos historiadores, denunciando, entretanto, claramente as suas ambigüidades. Em determinados casos, recorre-se ao gênero biográfico para sublinhar a irredutibilidade dos indivíduos e de seus comportamentos a sistemas normativos gerais, levando em consideração a experiência vivida; em outros, a biografia é vista como o terreno ideal para provar a validade de hipóteses científicas concernentes às práticas e ao funcionamento efetivo das leis e das regras sociais. Fecundo e ao mesmo tempo ambíguo, o gênero biográfico colocou uma interrogação para os historiadores: a biografia pode ser um instrumento de pesquisa social ou, ao contrário, propõe uma forma de evitá-la? Para Levi, um aspecto significativo desse gênero vincula-se às relações entre história e narrativa, constituindo-se o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura são transmitidos à historiografia. Essa questão remete diretamente aos debates acerca da chamada *narrativa histórica*. Entretanto, como se sabe, as exigências para historiadores e romancistas não são as mesmas, embora estejam se tornando parecidas. Conseqüentemente, as novas relações estabelecidas entre a biografia e a história possibilitaram alimentar a renovação da história narrativa como também motivar o interesse por outras fontes, nas quais se poderiam

⁵⁶ Cf. LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas : da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996. p. 141-176.

descobrir indícios esparsos dos atos e das palavras do cotidiano, ausentes nos documentos de arquivo. Além disso, reascendeu-se o debate sobre as técnicas argumentativas e sobre o modo pelo qual a pesquisa se transforma num ato de comunicação por intermédio de um texto escrito.⁵⁷

Mas, ao tempo em que se assistiu ao triunfo do gênero biográfico, os seus limites foram claramente percebidos. Desse modo, um dos problemas colocados para os historiadores é: pode-se escrever a vida de um indivíduo? Esse questionamento, que levanta pontos importantes para a historiografia, geralmente é esvaziado por meio de certas simplificações que tomam como pretexto a ausência de fontes. Mas, essa não é a única nem mesmo a principal dificuldade colocada pela biografia. As distorções mais gritantes se devem ao fato de que os historiadores imaginam que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado. Assim, “seguindo uma tradição biográfica estabelecida e a própria retórica de nossa disciplina, contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas.” A esse respeito, alguns dos riscos da *ilusão biográfica* foram destacados por Pierre Bourdieu, para quem falar de *história de vida* é pelo menos pressupor que a vida é uma história e que uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história. Essa noção coincide com a percepção do senso comum, que descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas, ou como um caminho que percorremos e que deve ser percorrido, um trajeto, uma corrida, um *cursus*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional, que tem um começo, etapas e um fim – no sentido de término e de finalidade –, “um fim da história.” Sob essa perspectiva, na história de vida está implícita uma filosofia da história, tanto no sentido de sucessão de acontecimentos históricos, quanto de teoria do relato, narrativa de historiador ou de romancista, indiscerníveis, sob esse aspecto, na biografia e na autobiografia. Assim, um dos pressupostos dessa teoria é o fato de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e ordenado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma “intenção” subjetiva e objetiva de um projeto. “Essa história de vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa

⁵⁷ Cf. LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janáina (Orgs.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 167-169; LORIGA, Sabina. A biografia como problema. REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 225.

primeira, até seu término, que também é um objetivo.” Portanto, “o sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o *postulado do sentido da existência* narrada (e, implicitamente, de qualquer existência).”⁵⁸

Dessa forma, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. A partir dessas observações, o juízo de Bourdieu sobre as biografias não é nem um pouco estimulante: “Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.” Segundo o mesmo autor, não se pode compreender uma trajetória sem que se tenha construído previamente os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. Na verdade, como lembrou Giovanni Levi, as advertências de Bourdieu sobre a ilusão biográfica parecem assinalar ser indispensável o trabalho de reconstrução do contexto, “a superfície social” em que age um indivíduo, numa pluralidade de campos. Essa observação possibilita retomar as conexões entre a biografia e o ofício do historiador. Para Levi, os historiadores têm se mostrado cada vez mais conscientes dos problemas anteriormente evidenciados. Entretanto, as fontes disponíveis não os informam acerca dos processos de tomada de decisão dos atores históricos, mas somente sobre os seus atos. Fascinados com a riqueza das trajetórias individuais e ao mesmo tempo incapazes de dominar a singularidade irreduzível da vida de um indivíduo, os historiadores passaram a abordar o problema biográfico de maneiras bastante diversas. Assim, a sugestão de uma tipologia dessas abordagens, formulada por Levi – *prosopografia e biografia modal, biografia e contexto, biografia e casos extremos e biografia e hermenêutica* –, pode ser tomada como uma amostra das novas atitudes assumidas pelos historiadores frente ao gênero biográfico.⁵⁹

⁵⁸ Cf. LEVI, Giovanni, op. cit., p. 169-170; BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA Marieta de Moraes; AMADO, Janaína, op. cit., p. 183-184.

⁵⁹ Cf. BOURDIEU, Pierre, op. cit., p. 184-185, 190; LEVI, Giovanni, op. cit., p. 169, 173-184.

Se a biografia é um gênero que requer uma atuante atitude de criticidade, no caso das produções biográficas euclidianas esse investimento crítico não deve ser menor. Como destacou Regina Abreu, a celebração biográfica retoma algumas das características das hagiografias. Não se trata de informação, mas de celebração. Essas biografias repetem e enfatizam motivos que emanam das vidas dos santos: a infância triste (a morte da mãe, a ausência do pai, a morte da tia); o alheamento do menino, a vocação precoce (desde cedo fazia versos e se preocupava com o povo brasileiro); o isolamento, as atitudes excepcionais, a honestidade e a firmeza dos ideais, inaptidão à vida prática e social (dificuldades com a carreira de engenheiro e com relação à vida conjugal); a constante pobreza, o desinteresse pelas coisas deste mundo – conforto, riqueza material –, o trabalho desinteressado motivado por um ideal – o de construir a nação, o da ciência, o da República, o de uma sociedade do talento e do mérito –; o desprendimento dos bens terrestres e a elevação espiritual. Não obstante, esses relatos podem ser objeto de pesquisa e tema de reflexão para os historiadores. Um exemplo dessas possibilidades aparece no caráter intersticial do gênero biográfico, que se apresenta como uma via intermediária entre a escrita da história e a literatura. Aqui, o conceito de verossimilhança (comum ao *métier* de historiadores e de literatos) ganha destaque. É precisamente nesse ponto nevrálgico que a vida e a obra de Euclides da Cunha podem ser pensadas no bojo desta Tese. Como sublinhou Roberto Ventura, toda biografia é um relato verossímil construído a partir de fontes diversas. Esse relato será sempre uma versão dos fatos, criada a partir de depoimentos e documentos. No entanto, muitos indícios, como uma carta ou uma entrevista, são interpretados pelo biógrafo, sem que se possa ter certeza sobre o grau de verdade da interpretação proposta. O biógrafo precisa ter a coragem e a ousadia de dar a sua versão dos fatos, de trazer idéias sobre as motivações de seu personagem. É este fato que cria o interesse pelo relato biográfico, que deve ir além da mera exposição de fatos e dados. Isto aproxima a biografia do romance e da ficção, com a diferença de que, no relato biográfico, a narração deve partir de evidências dadas por documentos e depoimentos. “Para escrever uma biografia, é preciso confrontar testemunhos contraditórios e rever o que se conhece sobre o biografado à luz das fontes levantadas. É aí que o biógrafo pode descobrir fatos novos ou pistas até então desconhecidas.”⁶⁰

⁶⁰ Cf. ABREU, Regina, op. cit., p. 384; VENTURA, Roberto. A biografia como micro-história. *Apud* CARVALHO, Mario César. Diálogo com a memória de um computador. In: VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 12-13.

A escrita de si: a autobiografia como história

Antes de retomar o fio da narrativa biográfica de Euclides da Cunha, anteriormente esboçada, devem-se evidenciar algumas observações sobre a utilização da correspondência desse escritor ao longo do presente capítulo. Com esse intuito, recorre-se às reflexões de Ângela de Castro Gomes acerca da *escrita de si*, ou seja, certo gênero de escritos de caráter biográfico e autobiográfico, que abarca tanto os diários, quanto as correspondências, as biografias e as autobiografias – independente do fato de serem memórias ou entrevistas de história de vida. Assim, “a escrita auto-referencial ou escrita de si integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si no mundo ocidental.” Segundo a mesma autora, essa escrita expressou uma nova relação entre os indivíduos comuns e a produção deliberada de uma memória de si – prática intensificada, *grosso modo*, no século XVIII. Esse processo foi assinalado pelo surgimento, na língua inglesa, das palavras biografia e autobiografia no século XVII, atravessando o século seguinte e atingindo seu apogeu no período oitocentista – marcado pela institucionalização dos museus, pelo aparecimento do romance moderno e pela emergência da figura do cidadão dotado de direitos civis e políticos. Nesse contexto, mediante diversos tipos de práticas culturais, o indivíduo moderno constituiu uma identidade para si através de seus documentos, cujo sentido passa a ser alargado. Muito embora o ato de escrever sobre a sua própria vida e a vida de outros, bem como o de redigir cartas, seja anterior ao processo em discussão, seu significado adquiriu contornos específicos com a constituição do individualismo moderno. Trata-se de um indivíduo que postula uma identidade para si e busca registrar a sua vida, não é mais apenas o “grande” homem, ou seja, o homem público, o herói, a quem se autoriza deixar a sua memória pela excepcionalidade dos seus feitos. “A chave, portanto, para o entendimento dessas práticas culturais é a emergência histórica desse indivíduo nas sociedades ocidentais.”⁶¹

Nas últimas décadas do século XX, os historiadores foram levados a considerar a necessidade de incorporar esses objetos ao seu ofício, o que demandou a construção de novas metodologias e categorias de análise, assim como o enfrentamento da questão referente à dimensão subjetiva desse tipo de documentação – a exemplo dos problemas relacionados à

⁶¹ CF. GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história: a título de um prólogo*. In: _____ (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 7, 10-11-13.

autenticidade, à sinceridade e à singularidade da escrita de si. Nesse ponto, deve-se insistir na evidência de que, embora muitos historiadores, anteriormente, utilizassem essa categoria de documentos, nas últimas décadas a *escrita de si* experimentou uma mudança no seu *status* historiográfico – transformando-se, em si mesma, num objeto privilegiado de pesquisa histórica. Assim, o trabalho de crítica demandado por essa documentação não é maior ou menor do que o necessário com qualquer outra, levando em conta, entretanto, as suas propriedades, para que o exercício de análise seja realmente produtivo. No Brasil, apesar do *boom* das publicações biográficas e autobiográficas registrado nos últimos dez anos, foram poucos os estudos que se dedicaram a uma reflexão sistemática sobre esse tipo de escritos na historiografia brasileira. As iniciativas que constituem exceção provêm muito mais do campo da literatura e da história da educação. A esse respeito, destaca-se o trabalho de Walnice Nogueira Galvão e Osvaldo Galotti sobre a correspondência ativa euclidiana. O fato de não terem sido freqüentes as pesquisas históricas que se concentrem na exploração desse tipo de escrita é compreensível, pois embora tal documentação sempre tenha sido usada como fonte, apenas recentemente foi considerada fonte privilegiada e, principalmente, tornada, ela mesma, objeto da pesquisa histórica. Portanto, “uma inflexão que passa a requerer maiores investimentos em sua utilização e análise, ou seja, maiores cuidados teórico-metodológicos.”⁶²

A escrita epistolar emergiu como uma das modalidades de escrita de si que mais tem sido manipulada pelos historiadores, tanto como fonte, quanto como objeto de estudo. Entretanto, a sua utilização não se faz sem advertências. Para Ângela de Castro Gomes, a correspondência é um tipo de documentação abundante e variadíssima, mas também fragmentada, dispersa e, muitas vezes, quase inacessível, pelas barreiras impostas pelos segredos (familiares, políticos, profissionais) e pela invasão de privacidade que seu exame pode acarretar. Assim, não surpreende que os pesquisadores sintam ser o trabalho com cartas algo fácil e agradável e, ao mesmo tempo, muito difícil e complexo. Um aspecto também destacado pela mesma autora diz respeito à dimensão narrativa inerente à correspondência privada. Ela é, freqüentemente, um espaço que acumula temas e informações, sem ordenação, finalização ou hierarquização. Um espaço que estabelece uma narrativa plena de imagens e movimentos – exteriores e interiores –, dinâmica e inconclusa como cenas de um filme ou de uma peça de teatro. “Um tipo de discurso multifacetado, como temas desordenados, que podem ou não ser retomados e desenvolvidos,

⁶² Ibid., p. 7-10, 14-15.

deixando às vezes bem claro até onde se diz uma coisa. A carta pessoal ‘diz’ que o segredo existe, explicitando os seus limites, ou faz crer que ele não existe e a confissão é plena.”⁶³

Não obstante os limites relacionados à utilização da escrita epistolar, quer como objeto de pesquisa, quer como fonte histórica, diversas são as possibilidades para o seu uso no presente trabalho. Nesse sentido, a correspondência de Euclides evidencia detalhes e proporciona elementos para discutir acontecimentos da sua vida, da sua trajetória profissional e intelectual, assim como determinadas opções político-ideológicas e fundamentalmente algumas das suas preferências literárias e historiográficas. Aqui, cabe recordar que a escrita de si pode ser vista como um trabalho de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida no suporte de um texto, criando-se, através dela, um autor e uma narrativa – já que essa modalidade de escrita foi mobilizada pelos indivíduos modernos como múltiplas intenções: autoconhecimento, prazer, catarse, comunicação consigo mesmo e com os outros. Portanto, se, por um lado, não se deva considerar, na esteira de Benedetto Croce, que “toda verdadeira história é sempre autobiografia”, por outro, admita-se à escrita de si o direito legítimo de existir e de contribuir para dar sentido ao passado humano. A esse respeito, nunca será demasiado lembrar que a tarefa de conferir sentido ao passado é uma das funções sociais do historiador.⁶⁴

Uma infância triste

Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha nasceu em 20 de janeiro de 1866, na Fazenda da Saudade, no distrito de Santa Rita do Rio Negro (atual Euclidelândia), em Cantagalo, município da então província do Rio de Janeiro. Seu pai, Manoel Rodrigues Pimenta da Cunha, nascido em Salvador, na Bahia, trabalhava como contador nas fazendas do vale do Paraíba e demonstrava pendores literários – até mesmo escreveu um poema intitulado “À Morte de Castro Alves” (1871). Sua mãe, Eudóxia Moreira da Cunha, natural de Cantagalo, era a filha mais moça de um casal de proprietários rurais. Em agosto de 1869, Dona Eudóxia faleceu, vítima de tuberculose. A partir de então, Euclides residiu em Teresópolis, na companhia de uma tia, Rosinda Gouveia, até a morte desta, em 1871, quando passou a morar com outra tia, Laura Garcez, no município de São Fidélis, na província do Rio de Janeiro. Conforme destacado anteriormente, os biógrafos

⁶³ Ibid., p. 19-21.

⁶⁴ Ibid., p. 16.; CROCE, Benedetto. **El carácter de la filosofía moderna**. Buenos Aires: Imán, 1959. p. 141.

euclidianos têm realçado, recorrentemente, alguns dos componentes que consideraram decisivos da personalidade do menino Euclides: o comportamento melancólico, arredio e nervoso, os influxos decisivos de alguns dos seus professores e a sua precocidade intelectual – uma característica que marca indelevelmente os gênios. No perfil traçado por Francisco Venâncio Filho, a criança aparece “revelando vivacidade de inteligência, traços precisos de personalidade, como grande piedade pelos escravos, a par de temperamento irritadiço e violento por vezes.” No que diz respeito aos seus humores, Eloy Pontes assinalou: “O pirralho era altivo. Gênio pouco acessível aos derrames de entusiasmo, irritadiço, teimoso, mas facilmente exposto às emoções. Nunca perdera de vista a morte da mãe.” Para Olímpio de Souza Andrade, “Euclides, desde tenra idade rodando por casas alheias, fato que [...] parece ter feito dele um eterno contrariado, um esquivo, arredio das relações sociais, pouco interessado no bulício da vida que ia pelas fazendas e cidades que conheceu [...]”⁶⁵

Entre 1874 e 1876, Euclides cursou aquela que foi a sua primeira escola, o Colégio de Francisco José Caldeira da Silva, em São Fidélis. Segundo Eloy Pontes, o professor Caldeira nasceu em Portugal e veio cedo para o Brasil, escorraçado devido às suas idéias republicanas. Descrito como homem inteligentíssimo, dotado de uma excelente cultura, conhecia bem o francês e o inglês, que ensinava, e as ciências naturais não lhe eram estranhas. Atraído pela prosperidade de São Fidélis, reunindo outros mestres, fundara um grande colégio, fazendo fortuna rápido. “Seu prestígio social foi enorme. Euclides encontraria ali atmosfera propícia.” Para Sylvio Rabello, sob os cuidados do professor Caldeira, em poucos anos os alunos sabiam a gramática, a retórica, o latim e o francês. “Euclides aproveitou muito com esse primeiro mestre das letras elementares. Em três anos pode acompanhar o pai à Corte e freqüentar um colégio que abriria um melhor futuro à precocidade de sua inteligência.” Eloy Pontes também ressaltou os influxos decisivos do mestre sobre o pupilo: “O professor Caldeira não perdera as fumaças de republicano, insistindo em explicar os lances da revolução francesa. Os nomes sonoros, que constituíam o elenco revolucionário, ficariam na memória do fedelho: Danton, Marat, Mirabeau... Pode-se concluir que Euclides teve o seu período de formação em S. Fidélis.” Os mesmos biógrafos sublinharam a importância do ambiente intelectual de São Fidélis para a formação do jovem Euclides. Eloy Pontes destacou que essa cidade fluminense transformara-se em pequeno centro de cultura. O

⁶⁵ Cf. DÓRIA, Escragnoille, op. cit., p. 35-37; VENÂNCIO FILHO, Francisco. **Euclides da Cunha**: ensaio bibliográfico, p. 7-8; ANDRADE, Olímpio de Souza, op. cit., p. 12, 15; VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 38; PONTES, Eloy, op. cit., p. 19.

Club dos Aventureiros, além dos compromissos carnavalescos, mantinha biblioteca e sala de leitura, nas quais se encontravam autores clássicos portugueses, franceses e ingleses – romancistas, poetas e críticos. Os periódicos locais (*Monitor Fidelense*, *Jornal da Comarca*, *Sentinela*), além de debaterem os problemas relacionados à campanha abolicionista, publicavam contos folhetins e poemas. O *Teatro Ateneu Fidelense* exibia peças românticas, representadas por atores procedentes do Rio de Janeiro. Duas bandas de música tocavam no *Teatro Ateneu* e nas festas religiosas. Coroando essa atmosfera cultural mais que propícia, “o Colégio Caldeira completaria as influências indeléveis dos oito aos doze anos.” Já Olímpio de Souza Andrade sublinhou que, tanto nas bibliotecas dos clubes quanto nas ricas vivendas daquela época, podiam ser lidos, além dos principais poetas e romancistas nacionais, autores como Voltaire (1694-1778), Rousseau (1712-1778), Montesquieu (1689-1755), Alphonse de Lamartine (1790-1869), Musset e Hugo – “cujas idéias, misturadas mais tarde às de Comte, legaram ao menino-moço as inquietações filosóficas que, raro, não roubam aos artistas a segurança de que não podem prescindir.”⁶⁶

Muito embora não se deva fazer tábula rasa das informações anteriormente expostas – que resultaram de louvável esforço de investigação por parte dos euclidianos – salta aos olhos do pesquisador acadêmico a construção de sentidos e, conforme assinalou Philippe Levillain, uma espécie de troca de identidade entre o autor e o biografado – “como a que ocorre algumas vezes entre uma obra e seu tradutor.” Desse modo, analisando-se criticamente essa massa de informações, percebe-se que os biógrafos esmeraram-se em construir uma imagem do menino Euclides como protótipo de um gênio. Uma fotografia da criança, aos nove ou dez anos à época, contribuiu para reforçar esse estereótipo, conforme a descrição de Olímpio Souza Andrade: “Apresenta-nos um menino grave, circunspecto, fisionomia tranqüila, com um livro na mão apoiada sobre fino móvel, cabelo basto e bem repartido, muito bem vestido, apesar de, hoje, parecer-nos vestido de velho, como era do agrado da época: calças compridas, caindo exageradamente sobre a botina preta; paletó prolongado até quase o joelho, com um lenço em ponta no bolsinho; gravata borboleta dando o ar de sua graça num colarinho duro, de pontas dobradas; uma corrente de relógio, em curva, com uma extremidade presa à cinta e outra descansando no bolsinho esquerdo da calça.” Em 1877, na companhia do pai, Euclides mudou-se

⁶⁶ Cf. PONTES, Eloy, op. cit., p. 20-23; RABELO, Sílvio, op. cit., p. 29-30; ANDRADE, Olímpio de Souza, op. cit., p. 19-20.

para o Rio de Janeiro. Nos anos seguintes, frequentou o Colégio Carneiro Ribeiro, em Salvador (1877-1878), e, de volta à capital do Império, os Colégios Anglo-Americano (1879), Vitório da Costa (1880-1882), Menezes Vieira (1882), Aquino (1883-1884), a Escola Politécnica (1885), até assentar praça na Escola Militar da Praia Vermelha (1886). Em síntese: “Viveu, dos três aos dezoito anos, em Teresópolis, São Fidélis, Rio de Janeiro, Salvador e novamente no Rio. Passou por no mínimo cinco cidades e por seis colégios em pouco mais de dez anos, dos oito aos dezoito anos até ingressar na Escola Militar.”⁶⁷

***O vermelho e o negro* ou Romantismo e Positivismo**

Uma chave de leitura que caracteriza diversos trabalhos centrados na vida e na obra de Euclides é aquela que enfatiza o seu caráter híbrido, ou seja, os influxos exercidos tanto nas concepções teóricas quanto na existência do escritor caboclo por duas nebulosas intelectuais oitocentistas, em tese antagônicas: o Romantismo e o Positivismo. Esse lugar-comum foi, recorrentemente, sublinhado tanto pelos biógrafos euclidianos quanto por diversos pesquisadores acadêmicos. Conforme essa abordagem, a polaridade aqui discutida foi especialmente significativa durante a juventude da personagem, ou seja, ao longo da década de 1880 – o que não significa que essa leitura seja descartada para pensar até os anos maduros do autor de *Os Sertões*. Assim, como ajuizou Nicolau Sevcenko, em meio à sólida postura cientificista euclidiana, não deixa de ser fascinante esse fenômeno da consciência dividida, característica da passagem do século XIX para o século XX, que vibra no cerne da obra euclidiana. Romântico, do romantismo carregado e desabrido de Victor Hugo e Alfred de Musset, Euclides estendeu o seu culto ao determinismo mais obstinado, representado por Auguste Comte (1798-1857), Herbert Spencer (1820-1903) e Ludwig von Gumplowicz. Portanto, o seu espírito se identificava com os dois pontos extremos mais distantes do espectro cultural da sua época. “Euclides da Cunha possuía igualmente vivos em si, com o mesmo calor, exatamente os dois mundos que se negavam um ao outro, que só poderia sobreviver um à custa da morte do outro. Eram dois tempos, duas idades que se opunham pela própria raiz da sua identidade: o século XIX literário, romântico e idealista; e o século XX, científico, naturalista e materialista.” Na mesma perspectiva, os vínculos

⁶⁷ Cf. LEVILLAIN, Philippe, op. cit., p. 144; ANDRADE, Olímpio de Souza, op. cit., p. 19; VENTURA, Roberto, **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 38-42; DÓRIA, Escragnolle, op. cit., p. 39-40; RABELO, Sílvio, op. cit., p. 30.

euclidianos com as concepções político-ideológicas e estético-literárias da sua época também foram abordados por Francisco Foot Hardman, para quem os estudiosos têm ressaltado muito o peso da ideologia do progresso na formação e na obra euclidianas. Engenheiro e oficial do Exército era natural que o seu pensamento fosse impregnado por idéias que perpassavam os grandes movimentos político-culturais do último quartel do século XIX, especialmente no Brasil: positivismo, evolucionismo, cientificismo, monismo materialista, socialismo reformista e republicanismo. Não obstante, outra polaridade marca profundamente a obra de Euclides: “trata-se de um romantismo de base, de matriz hugoniana, que provoca em sua prosa e poesia uma interessante combinação entre estética do sublime, dramatização da natureza e da história e discurso socialmente empenhado.”⁶⁸

Assim, considerando a necessidade de problematizar os significados não necessariamente unívocos, atribuídos ao Romantismo e ao Positivismo, discutem-se, na seqüência do presente trabalho, esses conceitos. No que se refere ao primeiro termo, designa-se com este nome o movimento filosófico, literário e artístico que começou nos últimos anos do século XVIII, floresceu nos primeiros anos do século XIX e se constituiu numa marca característica desse último período. Portanto, o significado comum atribuído ao termo “romântico”, que significa “sentimental”, deriva de um dos aspectos mais evidentes desse movimento, ou seja, a valorização do sentimento, que no Romantismo adquiriu valor preponderante. As origens do Romantismo remetem-se ao espaço geográfico da atual Alemanha, ascendendo do movimento literário pré-romântico *Sturm und Drang* (*Tempestade e Ímpeto*, 1767-1785) e nutrido-se dos pontos de vista de artistas e filósofos pertencentes a essa corrente – a exemplo de Johann Wolfgang Goethe (1749-1832), Johann Gottfried Herder (1744-1803) e Friedrich Schiller (1759-1805). Posteriormente, jovens intelectuais, como Ludwig Tieck (1773-1853), Novalis (1772-1801), os irmãos August (1767-1845) e Friedrich Schlegel (1772-1829), suas respectivas companheiras Karoline (1763-1809) e Dorothea Schlegel (1763-1839), e Friedrich Schleiermacher (1768-1834) consubstanciaram a chamada “Escola de Jena”. Dessa forma, as origens do movimento literário remontariam ao período que se localiza entre 1798 a 1800, quando os irmãos Schlegel editaram o periódico *Athenäum*, órgão veiculador da reflexão teórica da primeira geração romântica,

⁶⁸ Cf. SEVCENKO, Nicolau, op. cit., p. 158-159; HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n° 26, jan.abr. 1996, p. 293-294.

denominada pela historiografia literária como *Jenaer Romantik (Romantismo de Jena)*, ou ainda *Frühromantik (Romantismo inicial)*.⁶⁹

Não obstante as linhas gerais dessa abordagem, as ambigüidades do movimento romântico não se esgotam mediante o simples gesto de sua conceptualização ou mesmo da sua contextualização. Acerca desse ponto, Otto Maria Carpeaux destacou que, embora o Romantismo, como conceito histórico, seja um dos melhor definidos da história da literatura – trata-se de um movimento que surgiu na Alemanha por volta de 1800, conquistou logo a Inglaterra e, a partir de 1820, a França; posteriormente, todas as literaturas européias e americanas; encontrando seu término nas tempestades revolucionárias de 1848 –, paradoxalmente, essa noção apresenta-se como um das mais vagas, um das mais indefinidas, da história da literatura. “Não é somente impossível defini-lo; qualquer tentativa de definição produz antinomias sem solução.” Por sua vez, Jacó Guinsburg assinalou que essa palavra se remete tanto a uma escola, uma tendência, uma forma, um fenômeno histórico, um estado de espírito ou, provavelmente, a tudo isto junto e a cada um dos itens separadamente. Desse modo, o Romantismo pode apresentar-se como uma da série de denominações como Classicismo, Barroco, Maneirismo, através das quais são designados os vários agrupamentos de formas e peculiaridades que são os estilos, os modos de formar, e que traduzem qualidades e estruturas da obra de arte. Contudo, ele designa também uma emergência histórica, um evento sócio-cultural, não se limitando apenas a uma configuração estilística ou a uma das duas modalidades polares e antitéticas – Classicismo e Romantismo – de todo o fazer artístico. “Seja como for, o Romantismo é um fato histórico e, mais do que isso, é o fato histórico que assinala, na história da consciência humana, a relevância da consciência histórica. É, pois, uma forma de pensar que pensou e se pensou historicamente.” Esse movimento colocou de lado não apenas o enfoque teológico judaico-cristão, mas também a concepção clássica da História, que via a sucessão dos fatos como produto das “vidas ilustres”, do sábio, filósofo, herói, rei, gênio, cuja razão e ação, “ainda que às vezes toldadas pelas paixões e pagando por essas falhas trágicas o preço heróico”, iluminavam e melhoravam o homem, produzindo o aperfeiçoamento ou progresso das instituições. Portanto, sob o Romantismo tudo se faz história: “a História se faz então ‘realidade’, integrando historiograficamente o estudo do desenvolvimento dos povos, de sua cultura erudita e

⁶⁹ Cf. ABBAGANANO, Nicola, op. cit., p. 860-862; VOLOBUEF, Karin. **Frestas e Arestas: a prosa de ficção do Romantismo na Alemanha e no Brasil.** São Paulo: UNESP, 1999. p. 26-37.

de seu saber popular (folclore), de sua personalidade coletiva ou espírito nacional, de suas instituições jurídicas e políticas, de seus *mores* e práticas típicas, de seus modos de produção e existência material e espiritual, cada vez mais nas linhas de um tempo cada vez menos mítico e idealizado.”⁷⁰

Considerando a dimensão histórica do movimento, Eric J. Hobsbawm assinalou que, não obstante o Romantismo escapar de uma classificação – já que as suas origens e o seu término se dissolvem na medida em que se tenta datá-los e que o critério mais agudo se perca em generalidades tão logo se tenta defini-lo –, a sua existência e a capacidade dos pesquisadores em reconhecê-la não devem ser postas em dúvida. Ademais, embora os fatores determinantes do florescimento ou do esgotamento das atividades artísticas em qualquer período seja ainda um problema obscuro, a emergência do fenômeno histórico do Romantismo está relacionada com o impacto da “revolução dupla”, ocorrida no final do século XVIII. “Se fôssemos resumir as relações entre o artista e a sociedade nesta época em uma só frase, poderíamos dizer que a Revolução Francesa inspirava-o com seu exemplo, que a revolução industrial com seu horror, enquanto a sociedade burguesa, que surgiu de ambas, transformava sua própria experiência e estilos de criação.” Assim, em que pese o fato de o Romantismo não poder ser simplesmente rotulado como um movimento antiburguês e embora não sejam absolutamente claros quais eram os seus propósitos, é bastante evidente o que ele combatia: o termo médio. “Qualquer que seja o seu conteúdo, era um credo extremista. Os artistas e pensadores românticos, no sentido mais estrito, são encontrados na extrema esquerda, como o poeta Shelley, ou na extrema direita, como Chateaubriand e Novalis, saltando da esquerda para a direita, como Wordsworth, Coleridge e numerosos defensores desapontados da Revolução Francesa, saltando do monarquismo para a extrema esquerda como Victor Hugo, mas quase nunca entre os moderados e liberais ingleses do centro racionalista, que de fato eram os fiéis mantenedores do ‘classicismo’.”⁷¹

Para a constituição dessa nebulosa imagética, tanto o romantismo político quanto a historiografia romântica desempenharam um papel decisivo. Como assinalou Nachman Falbel, o romantismo político manifestou-se, em diversas ocasiões, com tendências sociais contraditórias, o que impossibilita determinar, por exemplo, qual foi a ligação direta do socialismo dessa época com todos os diferentes rumos tomados pelo movimento romântico. Assim, pode-se diferenciar o

⁷⁰ Cf. CARPEAUX, Otto Maria. Prosa e ficção do Romantismo. In: GUINSBURG, Jacó (Org). **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 157; GUINSBURG, Jacó. Romantismo, Historicismo e História, op. cit., p. 13-14.

⁷¹ Cf. HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**: Europa 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 354, 358.

romantismo político alemão (nitidamente conservador) do italiano (liberal), ao tempo em que a variante inglesa apresentou as duas tendências em vários dos seus representantes. No que diz respeito à França, diversas foram as fases do romantismo político, não havendo nenhuma linha de demarcação que permita estabelecer uma caracterização precisa. Portanto, se, por um lado, o saudosismo sentimental impera nos primeiros românticos, já em escritores como François Chateaubriand (1768-1848) e Alphonse de Lamartine pode-se visualizar uma concepção política inteiramente monárquica. Na Revolução de 1830, os revolucionários pareciam querer derrubar tanto os Bourbon quanto o romantismo difundido nos meios intelectuais franceses. Posteriormente, com Victor Hugo, que passou a se identificar com as idéias de progresso, fraternidade e democracia, surgiu uma nova tendência para o romantismo político. “Certos valores sobressaem-se nesse romantismo político, valores que o definem melhor e o qualificam historicamente como pertencente ao século XIX, pois ele se alimenta das evocações da Revolução Francesa e do Império que a sucede.” Na mesma perspectiva, o Romantismo, em sua expressão historicista – representada por Lamartine, Walter Scott (1771-1832), Augustin Thierry (1795-1856), François Guizot (1787-1874) e Jules Michelet (1798-1874) – foi imensamente rico e criador. Ademais, a idealização romântica também atingia a política, que, doravante, estava arejada pela participação pública nos acontecimentos e pelo convite verbal à participação popular. “Chegou a vez do verbo, do convencimento, do entusiasmo, todos eles configurados pela literatura política típica do Romantismo.” Dessa forma, o gênero histórico era parte da literatura política. Grandes obras historiográficas desse período – tais como as de Adolphe Thiers (1797-1877), Lamartine ou Michelet – foram elaboradas a partir de conceitos impregnados de romantismo político, buscando extrair do passado uma orientação para o futuro da sociedade humana. A História oferecia os argumentos para a luta política, comprovando as idiossincrasias dos historiadores. “A imaginação do historiador e sua participação política pessoal nos acontecimentos da época, bem como suas convicções intelectuais são elementos que interferem na ciência histórica desses homens.” Por fim, a “questão social” encontrou lugar na historiografia, manifestando-se sob a forma da piedade para com os humildes ou então para com as massas populares.⁷²

⁷² Cf. FALBEL, Nachman. Os fundamentos históricos do Romantismo. In: GUINSBURG, Jacó (Org.), op. cit., p. 36; CESA, Claudio. Romantismo político. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política** (v. 2). Brasília; São Paulo, UnB; Imprensa Oficial de São Paulo, 2000. p. 1131-1140.

Por sua vez, no que se refere ao Positivismo, segundo Nicola Abbagnano, esse termo foi utilizado pela primeira vez por Claude-Henri de Saint-Simon (1760-1825), na obra *De la religion Saint-Simonienne* [*Da religião Saint-Simoneana*, 1830], para designar o método exato das ciências e sua extensão para a filosofia. Posteriormente, essa expressão foi adotada por Auguste Comte para nomear a sua filosofia e, graças a esse pensador, passou a designar uma grande corrente filosófica que, ao longo da segunda metade do século XIX, teve numerosas e variadas manifestações em todos os países do mundo ocidental. Para Abbagnano, a característica fundamental do Positivismo foi a “romantização da ciência”, sua devoção como único guia da vida individual e social do homem, único conhecimento, única moral, única religião possível. Na mesma forma que o movimento romântico, as idéias positivistas também se constituíram sob o influxo da revolução dupla: “Como Romantismo em ciência, o Positivismo acompanha e estimula o nascimento e a afirmação da organização técnico-industrial da sociedade moderna e expressa a exaltação otimista que acompanhou a origem do industrialismo.” No que diz respeito às suas formas históricas fundamentais, pode-se distinguir as seguintes modalidades: o Positivismo *social* de Saint-Simon, Comte e John Stuart Mill (1806-1873), que se originou da exigência de constituir a ciência como fundamento de uma nova ordenação social e religiosa unitária; e o Positivismo *evolucionista* de Spencer, que estendeu a todo o universo o conceito de progresso e procura impô-lo a todos os ramos da ciência. Não obstante, o Positivismo fundamenta-se nas seguintes teses: 1ª a ciência é o único conhecimento possível e o método científico o único a ter validade, daí porque o recurso a causas ou princípios não acessíveis ao método científico não origina conhecimento – a metafísica não possui nenhum valor; 2ª o método da ciência é puramente descritivo, tanto no sentido de descrever os fatos e mostrar as relações constantes entre os fatos expressos pelas leis, que permitem a previsão das futuras ocorrências (segundo Comte), quanto no sentido de determinar a gênese evolutiva dos fatos mais complexos a partir dos mais simples (conforme Spencer); e 3ª por ser o único válido, o método científico deve ser estendido a todos os campos de indagação e da atividade humana, ou seja, “toda a vida humana individual ou social, deve ser guiada por ele.”⁷³

Portanto, a discussão conceptual, até aqui esboçada, ensejou uma interessante hipótese de trabalho – relevante no sentido de discutir os significados possíveis da herança híbrida euclidiana –, ou seja, a possibilidade de encontrar uma zona fronteira entre o Romantismo e o Positivismo,

⁷³ Cf. ABBAGNANO, Nicola, op. cit., p. 776-777.

presente na idéia de “romantização da ciência”, proposta por Abbagnano. Como se verá, a fusão entre elementos dessas correntes explicava, em muito, o hibridismo teórico de Euclides e de muitos dos seus contemporâneos. Assim, retomando o fio da narrativa biográfico, destaque-se que, desde a produção dos primeiros esboços, a passagem do adolescente Euclides no Colégio Aquino foi revestida de um significado especial. Segundo Eloy Pontes, o proprietário da escola, João Pedro de Aquino, recrutou os melhores mestres do Rio de Janeiro, dentre os quais Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1833-1891) e Teófilo das Neves Leão. “Tudo indica que ambos atuaram imenso no espírito de Euclides, abrindo-lhe janelas para inquietações filosóficas, que haviam de conquistá-lo.” Compartilhando do mesmo ponto de vista, Francisco Venâncio Filho colocou em destaque o papel desempenhado pelo mestre de História nas imagens construídas pelo estudante sobre a Revolução de 1789: “Ouvindo a aula de História de Theophilo das Neves Leão, mestre afamado, ocorreu a Euclides, a essa época embriagado de poesia, de reduzir a sonetos todas as figuras da Revolução francesa.” Por outro lado, Sylvio Rabello assinalou que Benjamin Constant exerceu grande influência na formação de Euclides. Entretanto, naquela época, o mestre de Matemática ainda não havia tomado partido pela República, cuidando apenas das suas lições de Álgebra e das suas leituras de Comte. Na mesma perspectiva, Eloy Pontes destacou que os influxos de Constant sobre Euclides conduziram-no até o comtismo, ressaltando, contudo, que, com apenas dezoito anos, o positivismo não lhe despertara no espírito deslumbramentos. O estudante andava, à época, mergulhado na poesia, dando pouca importância aos livros do Colégio. “Sempre às voltas com Musset, Victor Hugo, Álvares de Azevedo e Gonçalves Dias, não é visto de entre as páginas dos compêndios.” Não obstante a opinião do eminente biógrafo, um dos elementos revelados por esta pesquisa acadêmica é que o jovem Euclides leu com interesse pelo menos um dos manuais escolares: a *Historia de França popular e ilustrada*, de Henri Martin – que repercutiu intensamente na composição das poesias do caderno *Ondas*.⁷⁴

A esse respeito, em 1883, quando cursava o Colégio Aquino, Euclides escreveu os seus primeiros poemas. Registrada num pequeno caderno de capa de couro, a coletânea foi intitulada *Ondas – primeiras poesias de Euclides Cunha*. Na folha de rosto do opúsculo escreveu: “14 anos de idade”. Em 1906, acrescentou a seguinte advertência ao provável leitor do futuro:

⁷⁴ Cf. PONTES, Eloy, op. cit., p. 28, 30; VENÂNCIO FILHO, Francisco. **Euclides da Cunha**: ensaio biobibliográfico, p. 9-10; RABELO, Sílvio, op. cit., p. 37.

“Observação fundamental para explicar a série de absurdos que há nestas páginas.” Já no corpo do caderno, colocou outra observação: “Eu tinha 15 anos. Contém, pois, a tua ironia, quem quer que sejas.” Na verdade, em 1883 o jovem poeta já completara dezessete anos. Portanto, este jogo de datas ainda aguarda uma explicação plausível. Acerca dessa questão, pode-se imaginar que essa atitude estivesse relacionada com dois elementos essenciais do romantismo: o culto à juventude e a aspiração à genialidade precoce por parte dos seus cultores. Segundo Eric J. Hobsbawm, nunca houve um período para jovens artistas, vivos ou mortos, como o romântico, no qual diversas realizações artísticas foram levadas a cabo por homens com vinte e poucos anos. Assim, Lorde Byron (1788-1824) tornou-se famoso aos vinte e quatro anos, idade na qual Percy Shelley (1792-1827) já gozava de notoriedade e John Keats (1795-1821) estava quase morto. Acrescente-se, ainda, que a carreira poética de Hugo começou aos 20 anos, a de Musset aos 23. Franz Schubert (1797-1828) escreveu *Erlkoening* aos 18 anos, morrendo aos 31. Eugene Delacroix (1798- 1863) pintou o *Massacre de Chios* aos 25 anos e Sandor Petofi (1823-1849) publicou seus *Poemas* aos 21. “Uma reputação não obtida ou uma obra prima não produzida até os trinta anos é uma raridade entre os românticos.” Ainda no que diz respeito ao caderno *Ondas*, ele é constituído por um conjunto de oitenta e quatro poesias, que se estendem desde 1883 até 1886. Nos versos, de nítida inspiração romântica e ultra-romântica, evidenciam-se as marcas de poetas brasileiros como Álvares de Azevedo (1831-1852), Castro Alves (1847-1871), Gonçalves Dias (1823-1864) e Fagundes Varela (1841-1875), além dos franceses Hugo e Musset. As temáticas dominantes em tais poesias versavam sobre a Revolução Francesa, episódios da História Universal, a escravidão e a república e o amor platônico.⁷⁵

As tendências literárias de Euclides o fizeram freqüentar várias associações juvenis, como o Centro Científico José de Alencar, que se reunia, ora na Galeria Moncada, ora no Liceu Literário Português. Nesses locais, declamava versos de sua autoria e de outros poetas. Segundo Roberto Ventura, Euclides admirava sobretudo o Fagundes Varela de *Vozes da América* e gostava de recitar “Mauro, o escravo”, o longo poema narrativo do escritor brasileiro. Herói rebelde e romântico, descendente de africanos, dos quais herdou a coragem sobre-humana, Mauro matou o senhor para vingar a morte da irmã. Assim, Varela seguia, como Castro Alves, a tradição do negro nobre da literatura francesa, personificada por *Bug-Jargal*, do romance do mesmo nome

⁷⁵ Cf. CUNHA, Euclides da. **Ondas**: primeiras poesias de Euclides Cunha. Rio de Janeiro: [s.n.], 1883; VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 45; HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**, p. 360.

de Victor Hugo. Em 1884, juntamente com outros alunos do Colégio Aquino, Euclides fundou um pequeno jornal, *O Democrata*. Em 4 de abril do mesmo ano, publicou o seu primeiro artigo, denominado “Em Viagem”. A pretexto de narrar o percurso do bonde puxado por cavalos, que tomava para ir ao colégio, o jovem autor discutia aspectos das tensas relações entre a civilização e a natureza – um dos lugares comuns que marcaram a sua obra –, sob um viés pessimista e marcado pela sensibilidade romântica. Nesse texto, protestava contra a destruição da natureza e anunciava a inexorabilidade do progresso: “Ah! Tachem-me muito embora de antiprogressista e anticivilizador; mas clamarei sempre e sempre: - o progresso envelhece a natureza, cada linha do trem de ferro é uma ruga e longe não vem o tempo em que ela, sem seiva, minada, morrerá!” [...] Tudo isto me revolta, me revolta vendo a cidade dominar a floresta, a sarjeta dominar a flor!”⁷⁶

Em 1885, Euclides ingressou no curso preparatório da Escola Politécnica e, em 20 de fevereiro do ano seguinte, assentou praça na Escola Militar. A sua opção pela carreira militar pode ser explicada em função do seu perfil sócio-econômico, pois como assinalou Eloy Pontes, o ensino gratuito oferecido pela Escola atraía principalmente os filhos das famílias pobres. Ademais, a Praia Vermelha transformou-se num espaço propício à propaganda democrática. As lutas contra a escravidão e o republicanismo inquietavam os jovens militares, que se lançaram abertamente em tais campanhas. A Escola Militar era um laboratório de idéias, na qual se desenrolavam intensos conflitos filosóficos entre positivistas e evolucionistas. As inquietações filosóficas tinham empolgado os cadetes, provocando debates entre spencerianos e comtistas, que movimentavam as páginas da *Revista da Família Acadêmica* – inclusive com as contribuições de Euclides. No que diz respeito ao antigo mestre Benjamin Constant, ele era de tal modo impregnado das idéias de Comte que não se podia distinguir a sua essência da do apóstolo positivista. Segundo Sílvio Rabelo, Constant “não escolhia oportunidade para discorrer sobre Comte – a sua vida, as suas obras, os seus princípios. Tanto nas salas de aula como fora, era o positivista, que se sobrepunha ao militar e ao professor.”⁷⁷

Discutindo os influxos decisivos da vida castrense na vida do protagonista desse esboço biográfico, Walnice Nogueira Galvão, assinalou que a obra de Euclides da Cunha, vista como conjunto amplo e diversificado, seria imperfeitamente compreendida se não for colocada contra o

⁷⁶ Cf. VENÂNCIO FILHO, Francisco. **A glória de Euclides da Cunha**, p. 12; RABELO, Sílvio, op. cit., p. 38; VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 42; CUNHA, Euclides. Em viagem. **Obra completa**, v. 1, p. 567.

⁷⁷ Cf. PONTES, Eloy, op. cit., p. 40-43; RABELO, Sílvio, op. cit., p. 50.

pano de fundo da Escola Militar, instituição de quem foi um dos mais característicos frutos. A esse respeito, destaque-se que essa instituição foi fundada em 1810, durante a permanência da família real portuguesa no Brasil, com o nome de Real Academia Militar, integrando-se no contexto de uma série de medidas modernizadoras do período joanino – a exemplo da Abertura dos Portos; o estabelecimento da Imprensa Régia; a criação dos cursos de Medicina e da Biblioteca Real; e a criação do Arsenal e da Fábrica de Pólvora. Pelo seu estatuto, a Real Academia objetivava formar oficiais e engenheiros para os serviços públicos civis, tais como a construção de estradas, de portos e de pontes. A nova escola possuía, então, quatro armas: engenharia militar, artilharia, cavalaria e infantaria. O seu primeiro currículo, com duração de sete anos, incluía disciplinas como álgebra, geometria, trigonometria e desenho – durante o primeiro ano –, além de artilharia, minas e história natural – no sétimo ano. “Esse currículo de sete anos só era obrigatório para engenharia e para artilharia; infantaria e cavalaria constavam apenas do primeiro ano e das disciplinas militares do quinto ano, podendo assim formar pessoal em dois anos. Por isso mesmo, as duas primeiras armas eram chamadas de ‘técnicas’ ou ‘científicas’.”⁷⁸

Nesse primeiro momento, o ingresso nessa instituição de ensino se fazia aos quinze anos de idade, com a exigência mínima de saber ler, escrever e contar. Caracterizada pelo regime de externato, a Real Academia contava com a presença de professores portugueses e formados em Portugal. Paradoxalmente, embora estivesse na área de influência britânica, a fonte de inspiração da escola era a francesa, até mesmo no tocante aos livros didáticos adotados. Conforme Walnice Nogueira Galvão, alguns dos manuais recomendados, não para os alunos, mas para os *lentes*, eram os seguintes: para aritmética e álgebra, Lacroix; para geometria e trigonometria, Legendre; para cálculo diferencial e integral, Lacroix; para geometria descritiva, Monge; para física, Hauy e Brissan; para química, Lavoisier, Vauquelin, Fourrerci, Lagrange e Chaptal; para astronomia, Lacaille, Lalande e Laplace; para mineralogia, Werner, Hauy, Brochant e Napion; e, para os assuntos militares, Guy de Vernon, Cessac e o *Manual Topográfico* do Arquivo Militar Francês. Dessa forma, a Real Academia Militar perseguia o modelo francês, representado pela *École Polytechnique* [Escola Politécnica], criada pela Revolução Francesa, em 1794, e pelas congêneres de Metz e Saint-Cyr. No caso brasileiro, seguia-se tão de perto o modelo ilustrado

⁷⁸ Cf. GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides, elite modernizadora e enquadramento. In: ____ (Org.). **Euclides da Cunha**. São Paulo: Ática, 1984. p. 7-9.

que, ao contrário do que preconizava a hierarquia militar, não havia um comandante único, mas uma junta colegiada, “a qual, em certos períodos, chegará ao excesso democrático de ser constituída pela totalidade de seus professores: em vez de um comandante, dirige-a uma congregação do corpo docente.”⁷⁹

Ao longo dos anos, a Academia passou por diversas reformas, oscilando entre avanços e recuos rumo à militarização. A reforma de 1839, além de adotar o novo nome de Escola Militar, buscou juntar o tríptico modelo francês numa só escola, além de buscar uma maior especialização castrense, com a exigência de formaturas diárias, disposição dos alunos em companhias e prática de armas. Por outro lado, pela reforma de 1845, introduziu-se um curioso item, que dizia respeito à bacharelização da escola: os alunos que completassem os sete anos exigidos obteriam o título de bacharel, e os que obtivessem aprovação com *plenamente* (ou seja, com notas acima de 7) ao longo de toda a duração do curso receberiam o título de *doutor em ciências matemáticas*. “Se não é a criação, é a ratificação da figura do bacharel fardado. Ganhava passo outra vez a desmilitarização da escola, evidenciando-se, com isso, a preferência pela titulação civil e não pelas patentes.” No que se refere ao recrutamento dos seus quadros, a Escola passou a preparar os próprios docentes, que não mais necessitavam fazer os seus estudos no além-mar. Nesse sentido, cabe destacar o esforço de alguns dos mestres no sentido da elaboração, adaptação e tradução dos manuais didáticos. Quanto à clientela, segundo Walnice Nogueira Galvão, há um evidente exagero, ou confusão, quando chamam de “pobres” ou de “povo” aos egressos nessa instituição educacional. “Os pobres, ou o povo, eram os recrutados a laço para compor as fileiras de soldados rasos do exército, sem estudos e sem qualificação acadêmica. A Escola Militar só formava o oficialato, o que já é uma primeira distinção.” Assim, as questões relacionadas aos privilégios para o oficialato e aos maus-tratos para a tropa, ou, ainda, à formação de quadros e à constituição de massas para as Forças Armadas, arrastaram-se por vários decênios. Somente na transição do Império à República ensejou a profissionalização e a “militarização” do aparelho repressivo. Com a Abolição e a conseqüente expansão do mercado de trabalhadores livres, a carreira militar, como qualquer outra, passou a ser aberta à ascensão social. Por outro lado, o advento da República implicou em implantar e manter uma nova ordem política, que se traduziu em tarefas redobradas para o aparelho repressivo. “O treinamento do soldado passa a acentuar preferencialmente a sua doutrinação; formula-se o papel do bom militar; aclara-se o princípio

⁷⁹ Ibid., p. 9-10- 12.

integrativo constituído pelo uso da força e pelo sentido da repressão. Esse processo exigiu que as forças armadas se definissem duplamente: para dentro, enquanto instituição e princípios norteadores (hierarquia, disciplina, respeito à autoridade superior), e para fora, na relação com a sociedade global (identificação com o Estado e com a posição deste ‘acima das classes’).”⁸⁰

Segundo a mesma autora, o mais importante sinal desses novos tempos que se gestavam foi a passagem da engenharia militar à frente das demais armas, fator que foi decisivo na formação e na carreira militar de Euclides. Anteriormente, não havia distinção entre a engenharia militar e a artilharia, pois ambas eram as armas “técnicas” ou “científicas” e apresentavam o currículo completo de sete anos. Com as diversas reformas, a duração do curso de artilharia foi reduzido para quatro anos e depois reajustado para seis, “ficando a engenharia militar como a indiscutível aristocrata das quatro armas.” Nesse contexto de transição do trabalho escravo para o assalariado, sintomas como que a liberação de capitais anteriormente aplicados no tráfico negreiro, a ampliação das iniciativas financeiras e comerciais, a incipiente industrialização e a construção das estradas de ferro anunciavam o paraíso dos engenheiros. Afetada por esse surto de prosperidade, a Escola experimentou outras transformações, a exemplo da reforma do ensino militar de 1874, que liberou o Exército da incumbência de formar engenheiros para as atividades civis – que continuaram a estudar na antiga Escola Central, denominada a partir de então Escola Politécnica. Por conta dessa reforma, os estudos militares foram centralizados na Praia Vermelha, que ficou responsável tanto pelos cursos de infantaria e cavalaria e de artilharia quanto pela formação dos oficiais para os corpos de Estado-Maior e de engenharia. A matemática predominava no currículo da Escola, o que favorecia a formação em engenharia militar, mas se tornava prejudicial ao preparo dos oficiais, os quais recebiam um ensino sobretudo teórico. Os ensinamentos práticos e os aspectos militares do curso ficavam limitados a exercícios de infantaria e a algumas aulas práticas de artilharia e cavalaria. Não obstante essa separação, o que ocorreu, a partir de então, foi a repetição do que já ocorrera na antiga escola híbrida, tendo a engenharia militar se colocado na linha de frente, sob a condição de um centro de altos estudos de matemática, ciências físicas e naturais, enquanto os outros cursos ficaram para trás: “os engenheiros militares estudavam tudo que os alunos das outras armas estudavam, e ainda mais

⁸⁰ Ibid., p. 12-16.

algumas coisas. Isso ficará claro pelo exame do currículo, que foi o de Euclides da Cunha quando aluno, precisamente estabelecido pela reforma de 1874.”⁸¹

Ademais, a década que precedeu à Abolição e à República foi marcada por um intenso ativismo e uma notável participação da Escola Militar na vida pública do país. Essa militância imbricou três temas característicos dessa época: o abolicionismo, o republicanismo e a Questão Militar. Assim, a academia possuía a sua própria organização secreta abolicionista, integrada por alunos e dirigida por um deles, e desenvolveu o Clube Republicano da Escola Militar – a que se atribuiu, já em 1885, um plano para impedir que o Conde D’Eu presidisse os exercícios gerais do final de ano. Os cadetes distribuíam o jornal republicano do gaúcho Júlio de Castilhos (1860-1903), *A Federação*, e o livro de Joaquim Francisco Assis Brasil (1857-1938), *A República Federal*, além de a sua presença nos atos públicos e comícios relacionados à essas causas ser maciça. Em suma, essa geração da Escola Militar foi aquela que viveu em cheio as conseqüências das transformações que caracterizaram a sociedade brasileira do último quartel do século XIX. “Religião católica, instituições monárquicas, escravidão, grande propriedade rural, ecletismo filosófico e espiritualismo, romantismo artístico-literário, tudo isso será levado de roldão pelo ‘um bando de idéias novas’ que penetra as elites brasileiras concomitantemente ao fim da Guerra do Paraguai.” Na mesma perspectiva, com a progressiva retirada do apoio das forças armadas ao regime imperial, os dissídios entre os militares e as autoridades civis não tardaram a surgir, até desembocar na Questão Militar. – que deteriorou irreparavelmente as relações entre o Exército e a Monarquia, e na qual a presença da Escola Militar foi significativa.⁸²

Essa postura militante da Escola continuou intensa durante as décadas iniciais da República Velha. Conforme Walnice Nogueira Galvão, alunos e professores da instituição prosseguiram exercendo o seu papel político com tanta determinação e tanto entusiasmo que, em 1904, provocaram uma solução radical por parte das autoridades: a prisão de todos os alunos, a ocupação do prédio pelas Forças Armadas e o fechamento definitivo da Escola da Praia Vermelha. As principais motivações para essa onda repressiva estavam no apoio dos cadetes à *Revolta da Vacina* e no seu envolvimento numa conspiração para depor o Presidente Rodrigues Alves (1902-1906). Em substituição, criou-se a Escola Militar do Realengo, num subúrbio afastado do centro do Rio de Janeiro, uma instituição quartelizada e despida do caráter de centro

⁸¹ Ibid., p. 16-20; VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha.**, p. 50-51.

⁸² GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides, elite modernizadora e enquadramento, p. 21-24.

de altos estudos. “As reformas subseqüentes a 1904 visarão despaizanizar e desbacharelizar os alunos. A escola deixará inclusive de formar engenheiros militares entre 1913 e 1928 (quando o curso básico de engenharia é reduzido para apenas dois anos, passando a formar apenas oficiais da arma de engenharia e não mais engenheiros), só voltando a formá-los a partir desse último ano, com a fundação da Escola de Engenharia Militar.” Concomitantemente, declinou a influência francesa, substituída pela norte-americana, até que, em 1944, a Escola Militar foi transferida para Resende, no interior fluminense, permanecendo no Realengo somente o quartel.⁸³

Em 1886, no bojo dessa fase de ativismo político, Euclides ingressou na Escola Militar. Aqui, sublinhe-se que o estudante não realizou os preparatórios mantidos por essa instituição militar, tendo-os cursado nos colégios civis, a exemplo do Aquino. O currículo que o jovem cadete encontrou foi aquele determinado pela reforma de 1874. Assim, o curso de engenharia militar tinha a duração de cinco anos, constando dos cursos completos de infantaria e de cavalaria, de artilharia, do estado-maior e mais um ano de especialização, sendo o curso mais avançado e de formação mais integrada dentre todos ministrados pela escola. Dentre os mestres, destacavam-se os positivistas Benjamin Constant (que lecionava as disciplinas álgebra superior, geometria analítica e cálculo) e Roberto Trompowsky (autor de quatro compêndios de geometria e álgebra). Quanto ao material didático, não obstante o aparecimento de novos compêndios e apostilas, os livros franceses continuavam a imperar – com destaque para a *Balística* de Didion, a *Física* de Cannot, a *Mecânica* de Delonay e a *Tática* de Maya. No que diz respeito às produções nacionais, surgiram, nesse período, *Curso de direito militar*, de Tomás Alves, e *Tratado de álgebra superior* (1890) e *Tratado de geometria diferencial*, de autoria dos irmãos Alfredo e Antônio Moraes Rego. No que diz respeito às notas alcançadas por Euclides, em 1886, foram as seguintes: 8 em geometria analítica, cálculo diferencial e integral; 9 em física experimental e química inorgânica; 7 em desenho topográfico; e 8 em exercícios práticos. No ano seguinte, recebeu 8 em tática, estratégia, história militar, castrametação, fortificação e noções de balística; 7 em direito internacional aplicado às relações de guerra, noções de direito natural e direito público, direito militar e análise da Constituição do Império; e 7 em desenho. Portanto, esses conceitos, além de confirmarem o plenamente necessário para garantir o soldo de 3500 réis ao cadete, atestam o currículo vigente na Escola Militar à época.⁸⁴

⁸³ Ibid., p. 20-21.

⁸⁴ Ibid., p. 24-27; VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 53; ANDRADE, Olímpio de Souza, op. cit., p. 30-31.

Por outro lado, como notou José Murilo de Carvalho, os depoimentos de egressos, o conteúdo das publicações editadas na Escola e tudo mais apontam para a existência de um ambiente muito distante do que se esperaria de uma instituição militar destinada a preparar técnicos em fazer guerra. Assim, as revistas da Praia Vermelha não eram exatamente especializadas em assuntos militares. A *Fênix*, publicava artigos intitulados “A Poesia Científica”, “A Positividade do Século”, “A harmonia do Estilo” etc. Nas páginas da sua congênere, *Clube Acadêmico*, discutia-se temas como a “Evolução Cósmica” e a “Concepção de Leibniz”. As freqüentes sessões de discussão debatiam questões do tipo “Será possível a Paz Universal?” Por fim, havia várias sociedades literárias, e mesmo dramáticas. O testemunho do ex-aluno Estevão Leitão de Carvalho é elucidativo no sentido de que a arte da guerra não era exatamente a tônica na instituição militar que formou Euclides: “A ausência do espírito militar nos cursos das Escolas do Realengo e da Praia Vermelha tinham feito de mim um intelectual dileitante, que não sabia bem para onde se virar: se para as ciências exatas, a literatura ou, simplesmente, os assuntos recreativos do espírito.” Portanto, não se podia esperar que profissionais competentes saíssem da Escola – com a exceção dos engenheiros militares. O que a Praia Vermelha produzia eram bacharéis fardados, que competiam com os bacharéis de Direito e Medicina e que gostavam de ser tratados, no próprio Exército, de uma maneira nada convencional: “Era ‘Dr. General’, ‘Dr. Tenente’, ou simplesmente ‘seu doutor’. Estava criado aí o perfeito ambiente para a aceitação da idéia do soldado-cidadão que desde a proclamação da República passou a pertencer à ideologia das intervenções militares no Brasil.”⁸⁵

Não obstante os consideráveis influxos da formação castrense na vida e na obra de Euclides da Cunha, diversos biógrafos têm sublinhado a importância das leituras românticas sobre o futuro escritor – para a qual contribuíram a atmosfera intelectual reinante na instituição militar na qual se graduou. Segundo Sylvio Rabello, na Escola Militar, mesmo nas monótonas lições de cálculo ministradas por Constant, havia espaço para as divagações filosóficas com a física social de Comte. Essas incursões teóricas, exercitadas por outros tantos mestres igualmente positivistas, deram à Escola Militar daquela época o aspecto de uma “academia dentro de um quartel”. “Uma academia que levava os seus discípulos tanto à leitura de autores que nada tinham com a carreira das armas, enciclopedistas e doutrinários da democracia, como ao romantismo

⁸⁵ Cf. CARVALHO, José Murilo. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **O Brasil Republicano**, volume 2: sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 196.

revolucionário, que a abolição vinha favorecendo.” Portanto “Euclides, que não tinha nenhum gosto pela vida da caserna, chegara, entretanto, ao terceiro ano do curso superior perfeitamente à vontade, expandindo seus pendores literários, na Escola Militar como numa escola de Belas Letras.” Para Olímpio de Souza Andrade, Euclides “era e não era positivista: cantava nos seus versos a doutrina da sua geração, mas não renunciava à crítica e adorava autores que afinavam com ela.” Sob esse enfoque, consciente ou inconscientemente, o jovem cadete vislumbrava nos princípios comteanos um aspecto fundamental – que talvez tenha sido a causa da sua extraordinária recepção juntos às camadas intelectuais brasileiras: “um instrumento, uma teoria para organizar a sociedade em mudança.” Dessa maneira, o positivismo, que na Europa foi um sistema filosófico, no Brasil, menos do que uma filosofia tornou-se um sistema religioso e uma força de ação política. Segundo ainda o mesmo autor, no que diz respeito aos influxos do comtismo sobre Euclides, ele encontrou no positivismo novos elementos, os quais buscou incorporar aos seus sentimentos e idéias – como já havia procedido com a Revolução Francesa. Porém, a influência recebida pelo cadete não foi nem profunda nem extensa. Euclides integrava o grupo dos spencerianos da Escola Militar, ao contrário da maioria dos alunos, partidários da ortodoxia positivista. Assim, o rapaz colocava-se, talvez sem o saber, mais em consonância com o espírito vigente nas Faculdades de Direito do país, cuja maior expressão era a do Recife, dominada por Tobias Barreto (1839-1889) e na qual estudavam Sílvio Romero (1851-1914) e Clóvis Beviláqua (1859-1944). Naquela Faculdade, o positivismo chegou concomitantemente com o evolucionismo, não através da matemática, mas da literatura – não tanto através de Comte, mas de Émile Littré (1801-1881). Assim, em Recife e em São Paulo, o positivismo foi submetido a críticas, debates e comparações com os modernos conceitos científicos. No caso de Euclides, “o comtismo maciço não se ajustava ao seu temperamento impetuoso e ardente, cheio de dúvidas, tão próximo da matemática quanto da literatura, incapaz de renunciar à pesquisa, à descoberta, à imaginação, à sensibilidade, ao anseio de poesia que nunca o abandonou.”⁸⁶

Na mesma perspectiva, Valentim Facioli lembrou Euclides “forjou para si uma espécie de ecletismo teórico, de base positivista, cujo resultado, enquanto ciência da natureza ou ciência da sociedade, não é melhor nem pior do que o funcionamento ideológico geral do pensamento do Brasil de seu tempo.” Conforme o mesmo pesquisador, a essa questão deve-se acrescentar que a mencionada postura eclética não foi apenas euclidiano, mas, com diferenças pessoais, foi um

⁸⁶ Cf. RABELO, Sílvio, op. cit., p. 52; ANDRADE, Olímpio de Souza, op. cit., p. 26-29.

apanágio generalizado de toda a camada letrada brasileira – e também latino-americana – e que somente a compreensão dessa “circunstância determinante” possibilita uma reflexão esclarecedora no cipoal ideológico do período estudado. Por sua vez, o próprio Euclides contribuiu para esclarecer algumas das razões que tornaram esse caleidoscópio de idéias vitorioso no Brasil do último quarto do século XIX, conforme se depreende da leitura do ensaio “Da Independência à República”, publicado em 1900. Segundo o escritor, o que as novas correntes de pensamento, “forças conjugadas de todos os princípios e de todas as escolas – do comtismo ortodoxo ao positivismo desafogado de Littré, das conclusões restritas de Darwin às generalizações ousadas de Spencer” – trouxeram, de fato, à sociedade brasileira “não foram os seus princípios abstratos, ou leis incompreensíveis à grande maioria, mas as grandes conquistas liberais do nosso século; e estas compondo-se com uma aspiração antiga e não encontrando entre nós arraigadas tradições monárquicas, removeram, naturalmente, sem ruído – no espaço de uma manhã –, um trono que encontraram...”⁸⁷

Quem sabe por conta dessa herança intelectual, Euclides, ao longo da sua vida, oscilou, pendularmente, entre atitudes extremadas que demonstravam os seus pendores românticos e uma adesão nem sempre confortável às idéias fundamentais do positivismo. Assim, na sua correspondência pessoal, ao longo dos anos que se seguiram ao lançamento de *Os Serões*, ora revelava ter estado “sob o domínio cativante de Auguste Comte” e haver guardado o seu “vírus positivista”, ora reconhecia somente admirar e conhecer esse filósofo através da matemática e que o pensador em questão revelava-se, “no agitar de idéias preconcebidas e prenoções, e princípios, um ideólogo, capaz de emparceirar-se ao mais vesânico dos escolásticos.” Em outras oportunidades, assumia ser um “romântico escandaloso e recalcitrante”, ou “o último funcionário público romântico”. Numa das suas reviravoltas surpreendentes, em 25 de maio de 1908, segredava ao diplomata Oliveira Lima (1867-1928): “Reivindico, assim, o belo título de último dos românticos, não já do Brasil apenas, mas do mundo todo nestes tempos utilitários!” Contudo, a mais perfeita tradução desse hibridismo intelectual e existencial aparece na confissão que fez a Francisco de Escobar (1865-1924), na carta datada de 10 de abril de 1904: “Sou o mesmo romântico incorrigível. A idealização submeto-a aos estudos mais positivos, envolvo-a no cilício

⁸⁷ Cf. FACIOLI, Valentim Aparecido. **Euclides da Cunha**: a gênese da forma. 1990. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990. p. 29; CUNHA Euclides da. Da Independência à República (esboço político). In: _____. **Obra completa**, p. 415.

dos algarismos, esmago-a no peso das indagações as mais objetivas – e ela revive-me, cada vez maior e triunfante.”⁸⁸

Romântico, positivista e republicano, Euclides protagonizou, em 4 de novembro de 1888, durante uma visita do Ministro da Guerra, Tomás Coelho, à Escola Militar, um ato de indisciplina, destacando-se da formatura e atirando o sabre aos pés da autoridade, depois de tentar inutilmente amolgá-lo no joelho. Protestava contra o fato de não ter sido promovido à patente de alferes. Recolhido à enfermaria como “um doente dos nervos”, foi excluído dos quadros do Exército, em 14 de dezembro do mesmo ano. “O episódio do sabre” ecoava a *Questão Militar* e a difusão das idéias republicanas nos quartéis. Um dos seus estopins foi a proibição, por parte do diretor da Escola, general Clarindo de Queirós, da saída dos cadetes no final de semana, para evitar que tomassem parte de uma manifestação contra a monarquia, durante o desembarque do propagandista republicano José da Silva Lopes Trovão (1847-1925). Esse incidente provocou acirrados debates na imprensa e no Parlamento, especialmente com as intervenções de Gaspar da Silveira Martins (1834-1901) e Joaquim Nabuco. Enquanto o primeiro buscou minimizar o assunto, Nabuco declarou que o governo não deveria permitir que uma instituição mantida pelo Estado se tornasse um foco de agitação revolucionária. Anos depois, o protagonista do episódio declarou a Gastão da Cunha (1863-1927) que o seu gesto relacionava-se com um plano para proclamar a República, no qual os cadetes sublevariam a Escola, prenderiam o Ministro da Guerra e, por fim, marchariam até São Cristóvão, detendo também o Imperador. Em questão de dias, a República estaria feita. Posteriormente, a rebeldia do jovem cadete foi apresentada sob diversas versões pelos seus biógrafos, adquirindo contornos heróicos e grandiloquentes.⁸⁹

Da Propaganda à República

Em 20 de dezembro do mesmo ano, Euclides partiu para São Paulo, engajando-se na difusão das idéias republicanas. Os biógrafos, até então, não explicitaram suficientemente os motivos da sua ida para a capital paulista e nem mesmo de quem partiu o convite para que colaborasse com *A Província de São Paulo*. A hipótese mais plausível é que tenha sido

⁸⁸ Cf. CUNHA, Euclides da. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 194, 325, 343, 358, 362, 406.

⁸⁹ Cf. PEIXOTO, Afrânio, op. cit., p. 12-17; DÓRIA, Escragnolle, op. cit., p. 42-44; PONTES, Eloy, op. cit., p. 60-84; RABELO, Sílvio, op. cit., p. 54-57; ANDRADE, Olímpio de Souza, op. cit., p. 31-33; VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 65-76.

convocado por Júlio Mesquita (1862-1927), um dos proprietários do jornal e republicano. Em 22 de dezembro, publicou o seu primeiro artigo, intitulado *A Pátria e a Dinastia*. Nesse texto, criticava a transferência do marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892) para o Mato Grosso – num claro esforço do governo imperial para enfraquecer o Exército. Não obstante, manifestava a sua crença no avanço inexorável da civilização e do curso da história. “Desiluda-se o governo. A civilização é o corolário mais próximo da atividade humana sobre o mundo; emanada imediatamente de um fato, que assume hoje, na ciência social, o caráter positivo de uma lei – a evolução –, o seu curso, como está é fatal, inexorável, não há tradição que lhe demore a marcha, nem revoluções que a perturbem [...]” Previa a inevitável transição da Monarquia para República, em consonância com as leis de evolução. Como assinalou Roberto Ventura, “sua formação positivista e evolucionista o levava à crença fatalista em uma série linear de etapas históricas e políticas.” O artigo em questão foi o primeiro de uma longa série de textos escritos para o periódico de Mesquita. Euclides colaborou com *A Província de São Paulo* e depois com *O Estado de São Paulo* por quase duas décadas, de 1888 a 1907, com algumas interrupções. No total, escreveu cento e catorze artigos e ensaios (catorze para *A Província* e cem para *O Estado*), além de cinquenta e sete telegramas sobre a Guerra de Canudos e um poema. Os artigos que se seguiram, “Revolucionários” e “1889”, que vieram à luz em 29 de dezembro e de 1888 e 4 de janeiro de 1889, foram assinados sob o pseudônimo de *Proudhon*. Com efeito, dos catorze artigos escritos para *A Província*, apenas um, “Da Corte”, de 17 de maio de 1889, foi assinado com o nome completo, quando o ex-cadete já retomara o curso de engenharia, na Escola Politécnica.⁹⁰

Nos artigos publicados na *Província*, que se estendem de dezembro de 1888 a junho de 1889, Euclides, aparentemente, buscou sedimentar a sua versão do ideário republicano. Acreditava que a República seria introduzida, pela via pacífica, de forma evolutiva, ou com o uso da força, pela revolução, como explicitou no artigo datado de 15 de janeiro de 1889: “Porque sabemos que a República se fará hoje ou amanhã, fatalmente como um corolário de nosso desenvolvimento; hoje, calma, científica, pela lógica, pela convicção: amanhã... Amanhã será preciso quebrar a espada do senhor Conde d’Eu...” Esse texto sintetizava os dilemas euclidianos em escolher uma das alternativas políticas colocadas pelas principais correntes do movimento republicano, classicamente denominadas, pela historiografia brasileira, como *evolucionista* e

⁹⁰ Cf. CUNHA, Euclides da. *A Pátria e a dinastia*. In: **Obra completa**, p. 597; VENTURA, Roberto, **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 79-81.

revolucionária. Entre os *republicanos históricos*, o primeiro grupo estava ligado à corrente liberal spenceriana e federalista, à moda de Alberto Sales e que reunia os paulistas em geral. No que diz respeito à segunda corrente, inspirava-se antes na tradição da Revolução Francesa, que favorecia uma visão mais rousseauiana do pacto social, mais popular e centralista, ao estilo de Antônio da Silva Jardim (1860-1891) e de Lopes Trovão. Essa cisão entre os republicanos poderia, ainda, incorporar uma terceira corrente: a *positivista* – por sua vez subdividida entre os *ortodoxos* da Igreja Positiva e as suas variantes civil e militar. Portanto, a leitura desses artigos sugere um Euclides dividido entre essas opções, apresentando-se como evolucionista, em termos filosóficos, e politicamente revolucionário. Essa contradição espelhava a frente ampla de interesses que constituía o movimento republicano, abarcando uma diversidade de classes e grupos sociais, alguns deles antagônicos: escravocratas e abolicionistas, militares e civis, fazendeiros, estudantes, profissionais liberais, pequenos comerciantes. Não obstante, o publicista vislumbrava na mudança de regime um avanço civilizatório para o Brasil: “o advento da República não indicará a vitória de um partido – exprimirá o renascimento de uma sociedade.”⁹¹

No que concerne à relação estabelecida por Euclides e outros republicanos com o positivismo, deve-se insistir no aspecto relacionado às especificidades da difusão das idéias de Comte no Brasil. A esse respeito, Sérgio Buarque de Holanda assinalou que o positivismo, tal como se generalizou nessas plagas, não era uma doutrina monolítica, pois o Mestre, além de ter deixado discípulos que preferiram tomar depois os seus próprios caminhos, legou, também, numerosas obras – escritas em épocas diferentes –, que se prestaram às interpretações mais variadas. No caso brasileiro, “o papel predominante, politicamente, do positivismo, não é tanto o da filosofia, ou da seita, ou da religião, mas o do estado de espírito e o clima de opinião que, a partir dele, passou a contaminar vastas camadas, marcando até alguns que se prezavam de combatê-lo.” Desse modo, o evangelho comteano prestava-se a interpretações múltiplas e até mesmo contraditórias. Ou seja, essa doutrina que pregava o pacifismo e a conciliação entre governantes e governados, viu-se transformada, nas palavras e nas ações de republicanos como Silva Jardim, em um instrumento para justificar o recurso à insurreição, à derrubada violenta do regime monárquico – com a qual concordavam muitos integrantes do Exército. Como a ênfase nos aspectos filosóficos ou religiosos do positivismo não encontrou muita receptividade aqui, “restava a possibilidade de aproveitamento da doutrina onde oferecesse pontos de articulação

⁹¹ Cf. CUNHA, Euclides da. Atos e palavras, p. 609, 614; CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**, p. 24-25.

possível com as nossas condições sociais ou atendessem a exigências imperiosas de setores influentes e ascendentes na vida do país.” Em suma, operou-se uma “deturpação da doutrina”, destacando-se da obra do filósofo de Montpellier partes isoladas – e, não raro, discrepantes do conjunto –, que melhor servissem aos objetivos imediatos da luta política. Ademais, para os militares não havia tempo para esperar as mudanças profundas e de longo prazo teorizadas pelos positivistas ortodoxos. Como a impaciência pelas reformas não tolerava procrastinações, o remédio à mão era a insurreição contra os poderes constituídos e a posterior consolidação da revolta triunfante. “Para chegar á ação regeneradora ou redentora de um mundo corrompido até as vísceras, era inevitável o recurso á violência. Invertia-se, por essa forma, o processo imaginado por Auguste Comte.” Portanto, mesmo sem empolgar a maioria dos responsáveis militares, essa versão abasileirada do comtismo respondia aos apelos e aos clamores tradicionais da corporação, influenciando, direta ou indiretamente, sobre quase toda ela. Sob essa perspectiva, estavam dados alguns dos requisitos que resultaram na passagem da Monarquia à República, mediante a uma intervenção do aparelho militar na esfera político-institucional. “Nessas condições, o positivismo, no Brasil, ou o que fosse possível utilizar do positivismo vai servir principalmente para despertar as forças eruptivas, ganhando adesão nas classes onde lavra maior descontentamento com o regime, e que tinham os meios de traduzir o descontentamento em atos. Quando se fala na grande atração que exerceu o positivismo nos sucessos que prepararam o advento da república, e entre elementos militares, não é preciso admitir que esses sucessos tivessem sempre a guiá-los os prosélitos da doutrina.”⁹²

Por outro lado, no que tange à ausência de participação de Euclides no golpe militar que resultou na Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, os biógrafos não divergem significativamente em suas descrições. Segundo Francisco Venâncio Filho, o ex-cadete correu para se juntar aos companheiros, mas já encontrou os fatos consumados. Eloy Pontes assinalou que a revolução triunfante colheira-o de improviso, somente tomando conhecimento da mesma em 16 de novembro, através do amigo Edgar Sampaio. Para Sylvio Rabello, o acadêmico de engenharia nada sabia do que se tramava nos quartéis, sob os olhos mortiços do chefe do Exército, o general Floriano Peixoto (1839-1895). Assim como boa parte dos cariocas, Euclides somente tomou conhecimento da queda da Monarquia em 16 de novembro. Na mesma noite, foi levado por Edgar à casa do major Solon Ribeiro (1842-1900), um dos artífices do movimento que

⁹² Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de, op. cit., p. 299-305.

depusera o Imperador Pedro II. Na residência do militar, em meio às comemorações pela vitória republicana e aos projetos de reintegração de Euclides aos quadros do Exército, ele conheceu Ana Emília Solon Ribeiro. O ex-cadete tinha, então, vinte e três anos, enquanto a moça contava com dezessete anos. Conforme Eloy Pontes, ao sair, Euclides deixou nas mãos da jovem, subrepticiamente, um cartão, no qual escrevera: “Entrei aqui com a imagem da República e parto com a sua imagem.”⁹³

Reintegrado à Escola Militar, em 19 de novembro, recebeu a esperada promoção a aluno-alferes, razão do protesto de um ano atrás. A partir de então, ascendeu meteoricamente. Em 1890, matriculou-se na Escola Superior de Guerra e concluiu o curso de artilharia. Em abril do mesmo ano, foi promovido à condição de segundo-tenente. Em janeiro de 1892, concluiu o curso de engenharia da Escola Superior de Guerra e foi promovido a primeiro tenente, seu último posto na carreira militar. Em 16 de janeiro do mesmo ano, recebeu o grau de Bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Em julho do mesmo ano foi nomeado auxiliar de ensino teórico na Escola Militar do Rio de Janeiro. Um pouco antes, em 10 de setembro de 1890, para surpresa de muitos dos seus amigos, casou-se com Ana Emília. Após uma breve lua-de-mel com os companheiros de ideais, agora senhores do poder, Euclides experimentou a mesma desilusão precoce de outros republicanos históricos no tocante aos rumos do novo regime. O cadete parecia não recordar as suas próprias lições de maquiavelismo, expostas em junho de 1889, na *Província de São Paulo*: “Em política não há desilusões por uma razão simplicíssima: a política não ilude. [...] iludir-se em política, é errar.” Entre março e junho de 1890, publicou artigos no jornal *Democracia*, nos quais criticava determinadas atitudes do Governo Provisório, a exemplo da proposta de indenização pelo espólio dos bens de D. Pedro II – oferta, aliás, recusada pelo antigo soberano. A cooperação com *Democracia* ficou restrita a alguns artigos e a uma série de textos de rodapés – sob a denominação geral “Divagando”. Aconselhado pelo Major Solon, desligou-se do periódico supracitado, que se situava à esquerda do governo Deodoro da Fonseca. Entretanto, escrevendo ao seu pai, não escondia o seu desencantamento com a atmosfera política dominante e com os nítidos sinais do *Encilhamento*: “[...] desconfio muito que entramos no desmoralizado regime da especulação mais desensofrida e que por aí se pensa em tudo, em tudo se cogita, menos na Pátria.” Sobravam farpas para Benjamin Constant, seu antigo ídolo, visto como alguém que

⁹³ Cf. VENÂNCIO FILHO, Francisco. **Euclides da Cunha**: ensaio bio-bibliográfico, p. 18; PONTES, Eloy, op. cit., p. 104-106; RABELO, Sílvio, op. cit., p. 62; VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 88.

havia descido à vulgaridade de um político qualquer, acessível ao filhotismo, sem orientação, sem atitude, sem valor e desmoralizado. Enfim, exasperava o seu desespero para com a imagem anti-República, que se prefigurava aos seus olhos: “Eu creio que se não tivesse a preocupação elevada e digna que me nobilita, teria de sofrer muito, ante esse descalabro assustador, ante essa tristíssima ruína de ideais longamente acalentados...”⁹⁴

Por outro lado, ainda nas páginas de *Democracia*, em três artigos escritos às vésperas do 13 de maio 1890 – recentemente descobertos por Joel Bicalho Tostes –, Euclides e dois colegas do “Batalhão Acadêmico”, Saturnino Nicoláo Cardoso e Thomaz Cavalcanti de Albuquerque, polemizaram com a *Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro* sobre os significados da emancipação dos escravos no Brasil. Como assinalou Francisco Foot Hardman, os jovens integrantes desse batalhão – agrupamento de mobilização pelos ideais republicanos e positivistas – resolveram confrontar as comemorações festivas e populares que a Confederação organizou referente aos dois anos da promulgação da Lei Áurea. Desse modo, Euclides e os colegas de farda sugeriram uma espécie de contramanifestação, mais solene e menos concorrida, próxima ao que o positivismo entendia dever ser os rituais de construção das festas nacionais. Assim, embora assinalando a sua não filiação ao Apostolado Positivista, esses militares estavam impregnados pela visão redentora de uma elite dirigente, a qual deveria forjar o proletariado nacional a partir dos ex-escravos. No primeiro artigo, “Amanhã”, Euclides contrapunha-se à concepção festiva que se desejava imprimir ao evento, e, equiparando a noção de Pátria à generalização da família, questionava: “As festas nacionais, instituídas pela República, nada mais são do que a manifestação exterior deste culto e como não justificar pois que seja, para nós, um sacrilégio o desdobraram-se sobre elas os estandartes impuros, dos que realizam nos tempos de hoje as lupercais antigas?” Condenado os folguedos, preferia adaptar às condições da sua época o pensamento de Louis Blanc (1811-1882) sobre a ação dos mortos ilustres sobre o destino humano, saudando as memórias dos abolicionistas e das suas lutas “pela nobilitação de um povo”. Nos artigos “Resposta à Confederação Abolicionista” e “Resposta à Confederação”, os três militares atacavam aquela instituição, acusando-a de desprezar a raça negra, pois não apenas os abolicionistas não glorificavam o vulto do libertador do Haiti, Toussaint-Louverture, como por

⁹⁴ Cf. VENÂNCIO FILHO, Francisco. **Euclides da Cunha**: ensaio bio-bibliográfico, p. 18; PONTES, Eloy, op. cit., p. 106-108; RABELO, Sílvio, op. cit., p.64-65; VENTURA, Roberto, **Retrato interrompido de Euclides da Cunha**, p. 93, 101-102; CUNHA, Euclides da. Homens de hoje. In: **Obra completa**, p. 622; Id., [No *Jornal Democracia*], **Obra completa**, p. 625-637; Id. Carta a Manoel Rodrigues Pimenta da Cunha. Rio de Janeiro, 14 de junho de 1890. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 30.

não terem se esforçado por educar civicamente e por “preparar o proletariado preto e nacional para resistir vantajosamente a concorrência que em breve lhe farão os operários estrangeiros, concorrência essa desastrosa pela superioridade de educação profissional e de hábitos dos operários estrangeiros, e que será a aniquilação dessa generosa raça por tanto tempo tão dura e nefandamente explorada.”⁹⁵

Um mosqueteiro intelectual

Em 3 de novembro de 1891, o marechal Deodoro dissolveu o Congresso, inaugurando um perigoso precedente para a República brasileira. Como resposta a esse ato, em 23 de novembro, os militares, chefiados pelo almirante Custódio José de Melo (1840-1902), forçaram a renúncia do Presidente, em proveito do seu vice, Floriano Peixoto. A julgar pelas notas esboçadas no ensaio “O Marechal de Ferro”, Euclides participou das articulações do contragolpe que resultou na queda de Deodoro. Nesse texto, publicado quase treze anos após os acontecimentos, Euclides abordou aspectos da personalidade indecifrável de Floriano Peixoto: “O herói, que foi um enigma para os seus contemporâneos pela circunstância claríssima de um ser excêntrico entre eles, será para a posteridade um problema insolúvel pela inóxia completa de atos que justifiquem tão elevado renome.” Para, na seqüência, arrematar: “E foi assim – esquivo, indiferente e impassível – que ele penetrou na História.” Antecipando uma discussão que ocorrerá em outro momento dessa Tese, deve-se observar nos textos euclidianos sobre o *Marechal de Ferro* as nítidas marcas do ensaísta e historiador britânico Thomas Carlyle, especialmente as das suas conferências sobre os heróis e o heroísmo. Ademais, Euclides planejou escrever uma obra na qual trataria da figura enigmática de Floriano, intitulada *Diário de uma Revolta*. Esse livro se transformou em mais um dos seus projetos inacabados, reduzindo-se à publicação de alguns ensaios, em *O Estado de São Paulo*, e a posterior incorporação dos mesmos à coletânea *Contrastes e confrontos* (1907). Não obstante, entre 1892 e 1893, nas páginas de *O Estado de São Paulo*, Euclides empenhou-se numa ardorosa defesa do governo, em diversos artigos, que integraram as séries de crônicas “Da Penumbra” e “Dia a dia”. Partidário da “regeneração nacional”, assegurava: “Os que dirigem hoje

⁹⁵ Cf. CUNHA, Euclides da. Amanhã. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 maio de 2005. Caderno Mais! p. 4; ____; CARDOSO, Saturnino Nicoláo; ALBUQUERQUE, Thomaz Cavalcanti de. Resposta à Confederação Abolicionista. **Folha de São Paulo**, p. 5; Id. Resposta à Confederação. **Folha de São Paulo**, p. 5; HARDMAN, Francisco Foot. Festa melancólica. **Folha de São Paulo**, p. 4.

a República podem se definir pela serenidade vingadora do Marechal Floriano Peixoto.” Assim, os adversários da nova ordem, sob os seus diversos matizes, cerravam fileiras nos “partidos da sombra”, não passavam de “os tristes cavaleiros andantes da discórdia.” Ao tempo em que clamava pela defesa da legalidade, desqualificava os adversários do florianismo, estigmatizando-os como “conspiradores”, “perturbadores”, “agitadores”, “criminosos políticos”, “sediciosos”, “delinquentes impalpáveis” e outras adjetivações nada lisonjeiras. Esses raciocínios simbolizavam a lógica maniqueísta que se apossou do imaginário do jovem militar, segundo a qual a oposição não passava de “uma aglomeração fortuita de alguns indivíduos animados de despeitos comuns.” Certamente, o mais potente ataque desferido por Euclides contra os inimigos foi a analogia que estabeleceu entre os adversários do governo e os camponeses católicos e realistas da Vendéia (1793-1796), que se rebelaram contra a Revolução Francesa. Ressalte-se que essa representação imagética teria uma fortuna crítica impensável, à época, para o seu propositor...⁹⁶

Segundo Sylvio Rabello, pode-se afirmar que o período florianista foi o mais favorável aos que possuíam a aura do *republicanismo histórico* – a exemplo de Euclides. Assim, nos primórdios de 1893, foi convidado pelo Presidente para uma entrevista, na qual o marechal sugeriu ao tenente escolher uma posição no seu governo – neste tempo os governadores fiéis a Deodoro estavam sendo substituídos por interventores. A resposta do jovem militar surpreendeu negativamente Floriano (a ponto de intuir no seu semblante a expressão “nada vales”): desejava apenas o que previa a lei para os engenheiros recém-formados, ou seja, um ano de prática na Estrada de Ferro Central do Brasil. Assim procedeu Sua Excelência, nomeando-o para o estágio em fevereiro de 1893. No episódio da Revolta da Armada (1893-1894), Euclides manteve-se ao lado dos florianistas. Escrevendo ao advogado Reinaldo Porchat (1868-1953), explicava as razões da sua escolha: “Coloquei-me naturalmente, espontaneamente ao lado da entidade abstrata – governo – porque repilo a perspectiva desmoralizadora dos *pronunciamentos* e porque entendo que a *salvação própria* sendo um direito dos indivíduos é um dever para os governos.” Expressava a desaprovação e o horror face à rebelião: “Parece que a revolta da Armada, na falta de um princípio orientador e sério, enlouquece, vibrando numa epilepsia sinistra, estortegando-se através de bombardeios contínuos.” Assim, foi comissionado pelo governo para as obras de

⁹⁶ Cf. CUNHA, Euclides da. O Marechal de Ferro. In: _____. **Obra completa**, p. 128-132; Id. Dia a Dia. In: _____. **Obra completa**, p. 641, 643, 648-649, 652, 658- 659, 662, 665-667.

fortificação de alguns pontos do litoral da cidade do Rio de Janeiro, supostamente ameaçados por um desembarque dos marinheiros amotinados, conforme relatou no ensaio “A Esfinge”, datado de 8 de fevereiro de 1894. Paradoxalmente, a Revolta da Armada ensejou uma das mais surpreendentes reavaliações euclidianas sobre os insistentes paralelos traçados entre a Grande Revolução e a consolidação republicana brasileira. Em “A Esfinge”, Euclides não apenas examinava a personalidade enigmática de Floriano Peixoto como esboçava uma autocrítica ao seu alinhamento político, com a versão tupiniquim do jacobinismo: “Acompanhei-os e não esqueci um adorável companheiro e mestre, Thomas Carlyle, em cujas páginas nobremente revolucionárias me penitencio do uso desta espada inútil, deste heroísmo à força e desta engenharia mal-estreada...” Como se verá, a menção ao a esse historiador e ensaísta britânico era bastante significativa naquele contexto...⁹⁷

Não obstante a disciplina ideológica e o realismo político euclidianos, o desencanto com a política florianista e a crítica à versão tupiniquim do jacobinismo não tardaram a aparecer. A prisão do general Solon, em setembro de 1893, inquietou profundamente ao seu genro, que interpelou o Presidente acerca do paradeiro do velho republicano. Em fevereiro de 1894, os desencontros entre Euclides e o florianismo culminaram com a expedição de duas cartas, dirigidas à *Gazeta de Notícias*, nas quais protestava contra o pedido de execução sumária dos prisioneiros políticos, solicitada pelo senador João Cordeiro. O parlamentar replicou à carta de Euclides e, na seqüência, o jovem tenente fez publicar a sua tréplica. Na imprensa, abria-se uma brecha para questionar os estreitos limites da legalidade sob a égide do florianismo. A resposta de Floriano à polêmica política foi a transferência do engenheiro militar para o município de Campanha, em Minas Gerais – oficialmente encarregado da adaptação do um prédio de um hospital num quartel. Assim, Euclides morou em Campanha de abril de 1894 a maio de 1895. Durante esse período, nasceu o segundo rebento do casal, Euclides Ribeiro da Cunha Filho (1894-1916). A primogênita da família seria a menina Eudóxia, nascida em 1891, mas que faleceu poucas semanas depois. Na seqüência, em novembro de 1892, nasceu o aquele que se tornou o filho mais velho, Solon Ribeiro da Cunha (1892-1916).⁹⁸

⁹⁷ Cf. RABELO, Sílvio, op. cit., p. 69; CUNHA, Euclides da. Carta a Lúcio de Mendonça. 1904. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 194; Ibid. Carta a Reinaldo Porchat. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1893, p. 50; CUNHA, Euclides da. A Esfinge (De um diário da revolta). In: **Obra completa**, p. 200.

⁹⁸ Cf. ARARIPE JÚNIOR. Dois vulcões extintos: Raul Pompéia e Euclides da Cunha. In: _____. **Obra Crítica de Araripe Júnior**. (v. IV). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Casa de Rui Barbosa, 1966. p. 291-299; CUNHA, Euclides da. A Dinamite. **Obra completa**, p. 573-575.

Portanto, o autoritarismo florianista contribuiu para transformar a precoce desilusão de Euclides com os primeiros atos da República numa autêntica “ruinaria de ideais longamente acalentados”. Não obstante os desencantos com o poder, o ex-militante republicano não abandonou, completamente, o sonho de uma participação mais incisiva nos rumos da política nacional – como atesta a sua correspondência privada. Em duas ocasiões, pelo menos, o engenheiro-letrado sonhou com a possibilidade de uma candidatura a deputado por São Paulo ou Minas Gerais. Em 1900, elaborou um rascunho de carta, dirigida a Júlio Mesquita, no qual aceitava o convite para ocupar um lugar no próximo Congresso Constituinte de São Paulo. No texto em questão, o escritor buscava apresentar uma postura escrupulosa diante da provável candidatura, que, assegurava, não havia contribuído para a circulação da notícia: “Apesar de uma mocidade revolucionária, sou um tímido. Assusta-me qualquer conceito dúbio ou vacilante. E está nisto explicada mesmo a anomalia de ter permanecido engenheiro obscuro até hoje, num regime cuja propaganda me levou até a revolta e ao sacrifício, como sabe.” A Mesquita, prometia ser, no Congresso, “um trabalhador”. Entretanto, vislumbrando o fracasso da sua pretensão, declarava: “Porém, se na engrenagem complicada das candidaturas se anular a minha, eu terei, certo, mais um desapontamento que recalcarei como muitos outros, mas continuarei a ser sempre o mesmo amigo.” Com efeito, na carta enviada a Reinaldo Porchat, em 2 de dezembro do mesmo ano, ao tempo em que o felicitava pela inclusão na chapa da Comissão Central dos futuros legisladores estaduais, lamentava o naufrágio da sua “extravagante candidatura”, buscando conforto na virtude republicana: “Sinto singular consolo no próprio travar do desapontamento que me estonteou. E se relendo a carta que me noticia o desabamento de uma meia dúzia de aspirações sinto amargas delícias de um penitente sofredor e tenaz.”⁹⁹

Em que pese mais essa frustração, Euclides voltou à carga, entre os meses de abril e maio de 1908, articulando com Francisco de Escobar a possibilidade de se lançar na corrida por uma vaga na Câmara dos Deputados, como representante de Minas Gerais. Em 10 de abril, permitindo que seu imaginário romântico alçasse vôo, o autor de *Os Sertões* declarava: “Ora, nesta quadra de ‘grandes nivelamentos’, talvez tenha realmente uma função providencial o aprumo de uma inteligência rebelde e sonhadora. Penso até, num ímpeto de pecaminosa vaidade, que destruirei a esterilidade de um Congresso de resignados, tolhidos por toda espécie de compromissos.” Positivamente, não era esse o perfil adequado para um candidato minimamente competitivo num

⁹⁹ Cf. GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. Op. cit. p. 120-122.

país em que vigorava a *Política do café com leite* e em cujo sistema eleitoral grassavam o *voto de cabresto* e o *bico-de-pena*. Ademais, os prováveis colegas de bancada do engenheiro-letrado passaram para o folclore político nacional através de uma alcunha que simbolizava a sua subserviência ao governo federal: a *carneirada*. O escritor pensava em atuar de maneira independente, ao menos como um “franco-atirador”, combatendo os opositores da política externa de José Maria da Silva Paranhos (1845-1912), o Barão do Rio Branco, a quem qualificava como “nosso único grande homem.” Com idéias temerárias como essas, Euclides, mais uma vez, não logrou êxito em ingressar nas esferas da política institucional. Em 27 de maio, escrevia a Escobar: “Depois que partistes – pensei ainda melhor sobre o teu belo sonho – chegando mais uma vez a este resultado: abandonar de vez qualquer idéia da minha candidatura revolucionária. Ser deputado nesta terra é hoje uma profissão qualquer – para a qual decididamente não me prepararei. [...] Portanto, *seu* Escobar, passemos uma esponja sobre o nosso romance eleitoral.” Esse desenlace era previsível para os projetos de participação de republicano que não havia se ajustado à lógica inexorável dos jogos da política oligárquica na Primeira República.¹⁰⁰

A exclusão de Euclides dos círculos de poder da República que contribuiu para fundar estava longe de ser um fenômeno isolado naquele. Ao contrário, muitos dos republicanos históricos foram, paulatinamente, afastados dos centros de decisão do novo regime – e trocados pelos adesistas e arrivistas da vigésima quinta hora. Essa versão cabocla do *transformismo* – tão característica do republicanismo à brasileira – foi argutamente esmiuçada por testemunhas dessa época – a exemplo do crítico literário José Veríssimo (1857-1916) e do escritor Lima Barreto. Assim, a “República Aristocrática” resultou de dois atos correspondentes e espontâneos de conversão: “Primeiro, a adesão dos monarquistas de todos os quadrantes ao novo regime vitorioso e, em seguida, a reversão dos republicanos ao conservadorismo mais tacanho diante das agruras da fase da consolidação.” Segundo Walnice Nogueira Galvão, o primeiro movimento da República caminhou no sentido de alijar não apenas os membros do antigo regime, mas também parte dos próprios republicanos, especialmente os mais radicais e os intelectuais comprometidos com as causas democráticas. Já o segundo movimento, resultou na absorção dos adesistas, que ingressaram na ampla transição no novo regime, seguindo-se o aniquilamento dos jacobinos e a anulação daqueles que desejavam continuar, a todo custo, intervindo no processo político. Como

¹⁰⁰ Ibid., p. 358-364.

assinalou Nicolau Sevcenko, para os homens de letras derrotados restava apenas tomar a *literatura como missão*. Dessa forma, Euclides e outros inconformados com a nova ordem das coisas, reagiram com combatividade permanente, buscando, na pregação reformista obstinada, um desagravo contra seu abandono. Esses intelectuais eram os mantenedores da tradição mais pura da “geração de 1870”, os legítimos sucessores dos chamados “mosqueteiros intelectuais”. A esse respeito, nos textos de Euclides e Lima Barreto, sobressai-se “uma concepção de literatura e da atividade intelectual em que se apagam as fronteiras tradicionais entre o homem de letras e o homem de ação, entre o escritor profissional e o homem público, e entre o artista e a sua comunidade. Assim metamorfoseados em escritores-cidadãos, esses homens despontavam para uma dupla ação tutelar: sobre o Estado e sobre a nação.”¹⁰¹

A guerra do fim do mundo ou Euclides da Cunha no Vale do Inferno

Euclides retornou a São Paulo em maio de 1895. Conforme relatou nas cartas aos amigos, pensou em se tornar agricultor, administrando a fazenda do seu pai, em Descalvado, interior paulista. Logo, reconheceu sua inaptidão para a “vida da roça” e resolveu abraçar a engenharia. No mesmo ano, trabalhou como engenheiro ajudante na Superintendência de Obras Públicas de São Paulo, por indicação de Júlio Mesquita, ao tempo em que aguardava a aprovação de seu pedido de reforma da vida militar – fato que somente ocorreu em 13 de julho de 1896. A sua correspondência dos anos de 1895 a 1897 apresenta claros sinais de desilusão para com a República e a sua vida profissional. Queixava-se da situação política vigente, dos novos hábitos intelectuais e da situação da engenharia no Brasil. Ao sogro, denunciava a “política enredadíssima e listrada pelas raias rubras do jacobinismo”, que lhe via com maus olhos. Ao mesmo tempo, escrevendo ao médico Júlio Brandão (1858-1931), assinalava que uma Restauração poderia fazer ressurgir o que havia de melhor do republicanismo. Na carta ao amigo João Luís Alves (1870-1925), lamentava: “[...] a minha atividade intelectual agora converge toda para os livros práticos – deixando provisoriamente de lado os filósofos, o Comte, o Spencer, o Huxley etc.” Deplorava que as “ásperas páginas” dos manuais de engenharia se tornaram, na virada do século, mais eloqüentes do que a “mais luminosa página” do mais admirado pensador.

¹⁰¹ Cf. SEVCENKO, Nicolau, op. cit., p. 64, 133, 283; GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides, elite modernizadora e enquadramento, p. 32-33.

Noutra missiva, definia a sua vida como “a mesma, incoerente, sulcada de desânimos profundos, agitada, de aspirações tumultuosas, iluminada às vezes por esperança imensas...” Explicitava o seu mal-estar para com o “meio tumultuoso” no qual vivia, onde a “luta pela vida” lembrava “a agitação da idade das Cavernas”. Nem mesmo os anônimos contemporâneos eram poupados dos seus ataques: “Estou entre trogloditas que vestem sobrecasaca, usam cartola e lêem Stuart Mill e Spencer – com o agravante de usarem armas mais perigosas e cortantes que os machados de Silex ou rudes punhais de pedras lascadas.”¹⁰²

A Guerra de Canudos transformou profundamente o estado de espírito e o posicionamento político do escritor caboclo. Para Roberto Ventura, esse episódio preencheu o vazio político e existencial no qual o engenheiro militar se encontrava desde o final da luta pelo estabelecimento da República. A *cena originária*, que marcou o entrelaçamento da biografia de Euclides da Cunha com a *guerra do fim do mundo*, pode ser descrita, sumariamente, nos seguintes termos: Canudos, sertão da Bahia, dias 3 e 4 de março de 1897; as tropas federais chefiadas pelo tenente-coronel Antônio Moreira César foram derrotadas pelos adeptos do *beato* Antônio Conselheiro, na batalha travada naquele arraial; o comandante da Expedição foi mortalmente ferido, o seu corpo abandonado e os soldados debandaram – largando na caatinga os cadáveres dos companheiros, os feridos e fardo material bélico. Estarrecido com esta série de eventos, em 14 de março do mesmo ano, Euclides expressou os sentimentos de perplexidade e de vergonha na carta endereçada a João Luís: “Creio que como eu estás ainda sob a pressão do deplorável revés de Canudos aonde a nossa República tão heróica e tão forte curvou a cerviz ante uma horda desordenada de fanáticos maltrapilhos.” Não obstante, vislumbrava no conjunto desses fatos a possibilidade de uma ação mais efetiva da “geração heróica de 15 de novembro” e mesmo de regeneração da República: “Procurando ser otimista [...] vejo nesta situação dolorosa um meio eficaz para ser provada a fé republicana. Não achas que ela resistirá brilhantemente – emergindo amanhã, rediviva dentre um espantoso acervo de perigos? Eu creio sinceramente que sim.” Em 1º de abril, escrevendo ao mesmo correligionário, indagava-lhe: “Será possível que nossa República tenha quadros de tal ordem, que lembrem os últimos dias do Baixo Império.” Na seqüência, afirmava a sua fé nos antigos princípios: “A República é imortal, e já que temos a felicidade de possuí-la, eu acredito que ela afinal galvanizará este povo agonizante e deprimido.”¹⁰³

¹⁰² Cf. CUNHA, Euclides da. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 68-88.

¹⁰³ Cf. VENTURA, Roberto, **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 143; CUNHA Euclides da. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 103-105.

Envolvido por essa atmosfera de comoção nacional e ecoando a campanha de manipulação da opinião pública pelos órgãos da imprensa (fatores que mereceram a sua impiedosa crítica nas páginas de *Os Sertões*), escreveu um ensaio intitulado “A Nossa Vendéia”, publicado em duas partes, nas edições de 14 de março e 17 de julho de *O Estado de São Paulo*. No corpo desse trabalho, estabeleceu analogias entre a revolta dos camponeses da região da Vendéia, no oeste da França, e o movimento de Canudos. Assegurava que o homem e o solo justificavam a aproximação histórica expressa no título escolhido. Assim como ocorrera com as massas rurais vendeianas, o fanatismo religioso que dominava as “almas ingênuas e simples” dos sertanejos era habilmente aproveitado pelos propagandistas da restauração monárquica. Destacava que a “coragem bárbara e singular” de *chouans* e de *tabaréus* se aliava com um terreno impraticável, desfavorável às tropas republicanas francesas e brasileiras. Apesar dos percalços, vaticinava: “A República, sairá triunfante desta última prova.” A metáfora da Vendéia fazia sua segunda – e mais espetacular – aparição nos escritos euclidianos... Assim, sob a pena de Euclides, Canudos transformou-se numa usina produtora de ensaios, artigos, reportagens e telegramas. De março a julho de 1897, antecedendo ao seu envio à Bahia, escreveu, além de “A Nossa Vendéia”, seis artigos para o *Estado de São Paulo*. Como correspondente de guerra, fez publicar trinta e dois artigos e cinquenta e quatro telegramas, com breves notícias sobre o conflito. Ainda enviou três telegramas a Campos Sales, governador de São Paulo, reproduzidos pelo *Estado*. Ao todo, foram trinta e quatro artigos e cinquenta e sete telegramas sobre Canudos escritos para o periódico de Júlio Mesquita.¹⁰⁴

O ensaio “A Nossa Vendéia”, recheado de alusões e de citações referentes a cientistas, naturalistas e viajantes, tais como Karl von Martius (1794-1868), Augustin de Saint-Hilaire (1779-1853), Alexander von Humboldt (1769-1859), Joaquim Caminhoá (1836-1896) e David Livingstone, (1813-1873), certamente foi decisiva para a contratação de Euclides como correspondente de guerra de *O Estado de São Paulo*. Aqui, cabe lembrar que outros periódicos da Bahia e do Rio de Janeiro, a exemplo do *Diário de Notícias* e do *Jornal do Comércio*, adiantaram-se ao *Estado* e enviaram seus repórteres aos sertões, podendo, assim, cobrir com certa regularidade e publicar os principais acontecimentos a partir de julho e agosto de 1897. Por sua vez, o próprio Mesquita se esforçou para inserir Euclides no estado-maior do Ministro da Guerra,

¹⁰⁴ Cf. CUNHA, Euclides da. *A Nossa Vendéia*, p. 51-52; VENTURA, **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 152.

marechal Carlos Machado Bittencourt (1840-1897). No telegrama datado de 29 de julho, o proprietário de *O Estado* solicitou ao Presidente Prudente de Moraes (1894-1898) a nomeação do companheiro de redação como adido do Ministro. O jornalista era descrito ao chefe do Executivo como alguém dotado tanto de “talento de escritor quanto dedicação de soldado republicano” e que desejava “prestar serviços à República e preparar elementos para um trabalho histórico.” No dia seguinte, o periódico anunciava a provável nomeação do engenheiro militar. Ademais, mencionava a assinatura de um contrato entre a empresa jornalística e Euclides, no qual se firmava que o correspondente deveria enviar material do teatro das operações e tomar notas para escrever “um trabalho de fôlego sobre Canudos e Antônio Conselheiro” – a ser publicado pelo *Estado*. Em seguida, o assegurava que o engenheiro era “um escritor brilhante e perfeitamente versado nos assuntos” sobre os quais iria dissertar. Finalmente, prognosticava a elaboração de uma grande obra histórica. “O seu trabalho, por conseguinte, será interessante e constituirá um valioso documento para a história nacional.”¹⁰⁵

Em 3 de agosto, no Rio de Janeiro, Euclides juntou-se ao *staff* do marechal Bittencourt e partiu para a Bahia, a bordo do navio *Espírito Santo*. Levava consigo uma caderneta de campo, intitulada *A Nossa Vendéia: Diário de uma expedição*. Aportou em Salvador no dia 7 e permaneceu na capital baiana até o dia 30 de agosto. Receava que essa demora o impossibilitasse de presenciar a tomada de Canudos pelas tropas federais, como confidenciou a Reinaldo Porchat: “Infelizmente o ministro não permitiu que eu o precedesse e fosse esperá-lo em Canudos; de sorte que temo não ir a tempo de assistir a queda do arraial maldito.” Em Salvador, expediu reportagens e telegramas, além de pesquisar acerca de Antônio Conselheiro e do movimento de Canudos “na poeira dos arquivos” soteropolitanos. Ainda utilizou o tempo disponível para entrevistar militares feridos, pessoas comuns e até mesmo um dos prisioneiros canudenses, um adolescente de nome Agostinho. Em 30 de agosto, Euclides partiu da Estação da Calçada, em Salvador, com destino à cidade de Queimadas, na qual se localizava a parada de trens mais próxima de Canudos, e de lá seguiu para Monte Santo, base das operações militares, ali permanecendo até 13 de setembro. Finalmente, de acordo com o registro que fez na sua *Caderneta de Campo*, chegou em Canudos às catorze horas do dia 16 de setembro. No dia 19, observou a “aldeia sagrada” pela primeira vez. Considerou-a surpreendente e estimou o número

¹⁰⁵ Cf. GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora**: a Guerra de Canudos nos jornais. 4ª. Expedição. São Paulo: Ática, 1994. p. 107-117; Apud GALVÃO, Walnice Nogueira. Introdução. In: CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**, p. 13-14.

de habitações existente em mais de duas mil. Comparou os casebres do “arraial imenso” a “uma paródia grosseira da antiga casa romana” e às cabanas dos “gauleses de César”. Prognosticou que Canudos, “como um vastíssimo *Kraal* africano”, poderia durar mil anos, “se o bombardeio e os incêndios não o destruírem breve” – embora os muitos meses do conflito não tivessem destruído sequer metade das casas. Sublinhou o caráter fantástico que marcava aquela guerra, afirmando não conseguir avistar nenhum dos seus habitantes. “Lembra uma cidade bíblica fulminada pela maldição tremenda dos profetas. E quando os tiros dela partem, de todos os pontos [...] a fantasia apenas divisa ali dentro uma legião invisível e intangível de demônios...”¹⁰⁶

Do teatro das operações, enviou reportagens e telegramas para o *Estado de São Paulo* – com destaque para as narrativas dos combates de 24 de setembro e 1º de outubro. Deparou-se com uma cidade semidestruída pelos bombardeios e com a sua população torturada pela fome e pela sede. No dia 29 de setembro, na companhia do general Artur Oscar de Andrade Guimarães (1850-1903) e de outros oficiais, passeou pelas ruas de Canudos, embrenhando-se na “tapera colossal”. Na *Caderneta de Campo*, buscou traduzir o seu sentimento: “Não posso definir a comoção ao entrar no arraial.” Horrorizou-se com as imagens dos cadáveres carbonizados dos sertanejos, ainda fumegando, “como piras sinistras”. Reprovou a “absoluta desordem” que caracterizava as ruas daquela “povoação estranha.” Avistou no arraial um “acervo incoerente de casebres escuros e pequenos”, o que sugeria ter sido “construído rapidamente, vertiginosamente, febrilmente – numa noite – por uma multidão de loucos!” Anos depois, Euclides voltou a discutir aspectos relacionados à (des) organização do espaço urbano em Canudos. A sensação insólita provocada pela “excursão atraentíssima” de 29 de setembro de 1897 permaneceu em *Os Sertões* e encontrou a sua mais completa tradução na sentença: “A *urbs* monstruosa, de barro, definia bem a *civitas* sinistra do erro.” A esse respeito, conforme destacou Roberto Ventura, a visão etnocêntrica e pouco diferenciada de Canudos como comunidade primitiva foi criticada por sociólogos e historiadores contemporâneos, tais como José Calazans, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Douglas Teixeira Monteiro, Robert Levine e Marco Antonio Villa – que procuraram

¹⁰⁶ Cf. CUNHA, Euclides da. **Caderneta de campo**. São Paulo: Cultrix, 1975. p. 2, 53-54; Id. Carta a Reinaldo Porchat. Bahia, 20 de agosto de 1897. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 108; CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**, p. 69-126, 174-178.

despir a interpretação histórica dos preconceitos encontrados no olhar de Euclides e dos seus contemporâneos.¹⁰⁷

Euclides testemunhou ao combate de 1º de outubro e admirou a “coragem estóica e incoercível” dos conselheiristas – repentinamente transmutados da condição de “nossos selvagens adversários” para a de “nossos rudes patrícios”, que deveriam ser incorporados à “existência política” nacional. Nas últimas linhas dessa reportagem, expressou os sintomas da “reviravolta de opinião” que assaltou a consciência de uma parcela considerável da *intelligentsia* brasileira, logo após o massacre de Canudos: “Quando eu voltei, percorrendo, sob os ardores da canícula, o vale tortuoso e longo que leva ao acampamento, sentia um desapontamento doloroso e acreditei haver deixado muitos ideais, perdidos, naquela sanga maldita, compartilhando o mesmo destino dos que agonizavam manchados de poeira e sangue...” Em suma, o correspondente de *O Estado de São Paulo* presenciou menos de três semanas da guerra, ficando em Canudos de meados de setembro aos primórdios de outubro. Entretanto, nem mesmo o tempo de permanência no cenário da guerra é ponto pacífico entre os intérpretes da obra. Segundo Sylvio Rabello, Euclides permaneceu até o dia 5 de outubro e viu o desfecho da luta. Para Marco Antonio Villa, entretanto, a hipótese mais plausível é que o jornalista tenha partido para Monte Santo na tarde do dia 1º de outubro, provavelmente devido ao agravamento da sua doença e aproveitando alguma escolta levando os feridos para serem tratados em Monte Santo. Por outro lado, José Calazans, pesquisando as notícias publicadas sobre o engenheiro-escritor nos jornais baianos, durante a Campanha de Canudos, destacou uma matéria do *Diário da Bahia*, com data de 17 de outubro de 1897, segundo a qual o correspondente esteve no *arraial maldito* de 17 setembro a 3 de outubro. Apoiando-se nessa evidência, Roberto Ventura supôs que Euclides saiu de Canudos na manhã do dia 3 de outubro, por conta dos seus acessos de febre, resultantes das condições da guerra, ou seja, pilhas de cadáveres e feridos, falta de comida e noites de sono interrompidas por conta dos tiroteios. Portanto, não assistiu ao massacre dos prisioneiros, ao incêndio e à queda da cidade, à exumação do cadáver do Conselheiro e à descoberta dos seus manuscritos. As cenas em questão, ausentes das suas reportagens, foram narradas com poucos detalhes em *Os Sertões*.¹⁰⁸

¹⁰⁷ Cf. CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**, p. 199-204; Id. **Caderneta de campo**, p. 69; Id. **Os Sertões**, p. 291; VENTURA, Roberto. Canudos com cidade iletrada: Euclides da Cunha na *urbs* monstruosa. In: ABDALA JR., Benjamin; ALEXANDRE, Isabel M. M (Org.), op. cit., p. 89-99; VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 203.

¹⁰⁸ Cf. CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**, p. 204-218; GALVÃO, Walnice Nogueira. **Saco de gatos**: ensaios críticos. São Paulo: Duas Cidades, 1976. p. 68; RABELO, Sílvio, op. cit., p. 174; VILLA, Marco Antonio,

O livro vingador

Euclides retornou a Salvador no dia 13 de outubro. No dia 16, partiu para o Rio de Janeiro e de lá para São Paulo, chegando em 21 do mesmo mês. Doente, obteve quatro meses de licença médica, retirando-se para a fazenda do pai, em Descalvado. Ao longo desse período, em 23 de outubro, o *Jornal do Comércio* noticiou o “breve aparecimento” de um importante livro, *A Nossa Vendéia*, que estava sendo escrito pelo representante de *O Estado de São Paulo*. O diário carioca publicou até mesmo um esboço das duas primeiras partes desse volume sobre a Guerra de Canudos – intituladas “A natureza” e “O homem”. Mas, o livro anunciado ainda se constituía num espinhoso projeto, conforme admitia o seu pretenso autor, na carta a Domingos Jaguaribe (1847-1926): “Ando verdadeiramente acabrunhado e sem disposição para o trabalho – e olho para as páginas vazias do livro que pretendo escrever e parece-me às vezes que não realizaria o intento.” Não obstante, a obra foi escrita... Entre março de 1898 a maio de 1901 Euclides residiu em São José do Rio Pardo, inspecionando a reconstrução de uma ponte metálica, danificada por uma enchente. Ali, escreveu grande parte da sua versão sobre a guerra – durante o dia, numa cabana de sarrafos e folhas de zinco, localizada na margem do rio, de onde fiscalizava as obras; e, durante a noite, na sua residência, situada à Rua Marechal Floriano. Nessa cidade nasceu ainda o terceiro filho do casal, Manoel Afonso (1901-1932). Os biógrafos têm destacado o significado do ambiente tranqüilo existente no pacato recanto do interior paulista para a elaboração de *Os Sertões*. Os mesmos autores sublinharam, também, a importância de uma equipe de interlocutores rio-pardenses para a concretização do empreendimento intelectual em questão – especialmente representada na figura de Francisco de Escobar. Intendente municipal e bibliófilo, Escobar franqueou a Euclides os livros e as informações que possibilitaram preencher algumas das lacunas do livro que ia reconstruindo, *pari passu* às obras da ponte sobre o rio Pardo.¹⁰⁹

A primeira versão de *Os Sertões* foi concluída em setembro de 1899. Entretanto, a publicação do livro foi marcada por inúmeros contratemplos. Conforme declaração do escritor

op. cit., p. 255; CALAZANS, José. Euclides da Cunha nos jornais da Bahia. **Revista de Cultura da Bahia**. Salvador, n. 4, jul. dez. 1969, p. 49; VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 174.

¹⁰⁹ Cf. GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora**, p. 339-340; CUNHA, Euclides da. Carta a Domingos Jaguaribe. Descalvado, 23 de dezembro de 1897. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 113; Id., p. 113-114, 116-117, 119-120, 124; VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 185; VENÂNCIO FILHO, Francisco. **Euclides da Cunha: ensaio bio-bibliográfico**, p. 22; RABELO, Sílvio, op. cit., p. 198-207; PONTES, Eloy, op. cit., p. 156-159; ANDRADE, Olímpio de Souza, op. cit., p. 176-181.

caboclo em sua última entrevista, às vésperas da sua morte, *O Estado de São Paulo* e o *Jornal do Comércio* recusaram a edição da obra sob o formato de folhetim. Em 25 de dezembro de 1901, Euclides informou a Escobar ter entregado à Editora *Laemmert* o seu livro – definitivamente intitulado *Os Sertões*. Lamentava ter assinado um contrato do desvantajoso e afiançava que a obra sairia à luz em abril do ano seguinte. No entanto, o engenheiro-letrado passou boa parte do ano de 1902 revisando as provas tipográficas do livro, executando numerosas correções e modificações e se torturando com os abundantes erros, que apareciam no corpo da obra. Não obstante, mantinha a crença de que o seu livro seria um ato de justiça para com os “pobres jagunços” massacrados, que, afinal, dariam a palavra ao “seu advogado diante da História.” Além de dar à obra o caráter de denúncia contra um crime da nacionalidade brasileira, destinava-o aos leitores da posteridade. Escrevendo ao seu melhor colaborador, insistia nessas duas questões: “Seja como for, porém alenta-me a antiga convicção de que o futuro o lerá. Nem outra coisa quero. Serei um vingador e terei desempenhado um grande papel na vida – o de advogado dos pobres sertanejos assassinados por uma sociedade pulha, covarde e sanguinária.”¹¹⁰

Finalmente, em 2 de dezembro de 1902, foi lançado *Os Sertões*. A recepção do livro certamente foi influenciada pelo elogioso artigo escrito pelo crítico José Veríssimo, publicado na edição do dia 3 de dezembro do *Correio da Manhã*. A obra foi saudada como “um livro de um homem de ciência, de um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista”. Não obstante, o articulista censurou o estilo e a linguagem euclidianos, sobrecarregados de termos técnicos, de arcaísmos e de neologismos, que lhes imputavam um tom de gongorismo, de artificialidade, e, sobretudo, a sua falta de simplicidade. A melhor e a mais sintética formulação sobre o impacto do *livro vingador* na carreira intelectual de Euclides da Cunha foi proposta por Sílvio Romero, para quem o engenheiro-escritor se deitou obscuro e acordou célebre, com a publicação de *Os Sertões*. Contrariando os mais recônditos e extremados temores do seu autor, a obra tornou-se um *best seller*, alcançando inusitado sucesso junto à sociedade letrada e à crítica especializada. Os primeiros mil e duzentos exemplares esgotaram-se em cerca de dois meses e, entre 1902 e 1905, foram lançadas três edições do volume em questão – colocando no mercado literário algo em torno de seis mil unidades do livro vingador. O

¹¹⁰ Cf. CUNHA, Euclides da. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 116-117, 129-130, 133, 141; Id. (Entrevista a Viriato Correia). A última entrevista. In: **Obra completa**, p. 521.

assentimento da crítica foi expresso nos diversos artigos publicados em órgãos da imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo, via de regra apologéticos – não obstante algumas dissensões. Em 1904, a *Laemmert* reuniu quinze desses trabalhos no volume intitulado *Juízos críticos*. Na esteira da consagração literária, com apenas trinta e sete anos, Euclides foi eleito para duas das mais importantes instituições culturais brasileiras. Em 24 de abril de 1903, foi designado sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomando posse em 20 de novembro do mesmo ano. Já em 21 de setembro, os *imortais* da Academia Brasileira de Letras escolheram-no como o novo ocupante da cadeira cujo patrono era Castro Alves. Somente tomou posse na *República das Letras* em 18 de dezembro de 1906. Portanto, Euclides participou tanto das instituições literárias (como a ABL), quanto das científicas (a exemplo do IHGB, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas) e das profissionais (como o Clube de Engenharia).¹¹¹

Um Paraíso Perdido

Euclides não conseguiu repetir o sucesso de *Os Sertões* nas suas demais obras. Assim, ficou marcado pelo estigma do *escritor de um livro só*. Na verdade, corriqueiramente expressava o seu mal-estar para com a condição de dublê de engenheiro e homem das letras. A engenharia tornara-se um fardo pesadíssimo para os seus projetos literários. Nas cartas, mencionava os seus dissabores com a “engenharia precipitada”, “ingrata” e “trabalhosa”, ou ainda, com a “engenharia rude, engenharia-andante, romanesca e estéril.” Ao amigo Escobar, desabafava: “Como é difícil estudar-se e pensar-se aqui!... Que saudades do meu escritório de folhas de zinco e sarrafos, da margem do rio Pardo! Creio que se persistir nessa agitação estéril não produzirei mais nada de duradouro.” A este respeito, como sugeriu José Carlos Barreto de Santana, Euclides, escritor, transitoriamente desgarrado da engenharia, ou escritor por acidente, com o espírito dedicado à observação da natureza, não se libertou do aspecto dúbio que o caracterizou ao longo da sua vida. Se, por um lado, buscou o reconhecimento como escritor, que significava um lugar entre os

¹¹¹ Cf. VERÍSSIMO, José. *Os Sertões*, campanha de Canudos por Euclides da Cunha. In: NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentim (Orgs.). **Juízos críticos: Os Sertões e os olhares da sua época**. São Paulo:UNESP, 2003. p. 47; ROMERO, Sílvio. Euclides da Cunha. In: RANGEL et al., op. cit., p. 201; VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 221 e 224; ANDRADE, Olímpio de Souza, op. cit., p. 297; ARARIPE JÚNIOR. Campanha de Canudos por Euclides da Cunha, p. 55-86; COELHO NETO. *Os Sertões*, p. 102-111; SANTANA, José Carlos Barreto de. **Ciência e Arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais**. São Paulo; Feira de Santana: Hucitec; UEFS, 2001.

homens de letras, por outro sempre se viu como integrante da comunidade científica da sua época, perfilando-se entre os *homens de ciencia*.¹¹²

Em 1904, Euclides demitiu-se na função que ocupava na Comissão de Saneamento de Santos, após desentendimentos com superiores. Desempregado, reiniciou a colaboração com *O Estado de São Paulo* e passou a escrever para *O País*. O produto desse retorno ao jornalismo foi reunido no volume *Contrastes e confrontos*, obra da qual se destaca o ensaio “Um Velho Problema”, pois, ali, discutindo o significado do 1º de maio, o escritor caboclo interpretou o legado intelectual e político de Karl Marx. Para o engenheiro-letrado, apenas o “inflexível adversário de Proudhon” fora capaz de perceber “o grande problema que desde Pitágoras e Platão vinha agitando os espíritos”: a propriedade privada. A própria Revolução Francesa traíra os seus ideais, ao não estabelecer limites para a propriedade burguesa – “intangível, absoluta e sacratíssima”. Assim, somente com Marx, o socialismo científico começou a utilizar uma linguagem firme, compreensível e positiva: “Nada de idealizações: fatos; e induções inabaláveis resultantes de uma análise rigorosa dos materiais objetivos; e a experiência e a observação, adestradas em lúcido tirocínio ao través das ciências inferiores; e a lógica inflexível dos acontecimentos; essa terrível argumentação terra-a-terra [...]” O autor de *Os Sertões* aplaudia os princípios de socialização dos meios de produção e de circulação e os de posse individual limitada aos objetos de uso. Porém, a velha grade interpretativa eivada de positivismo e de evolucionismo – anteriormente utilizada para profetizar a passagem da Monarquia à República – reapareceu, sob a forma do triunfo inevitável do socialismo: “Garantem-no as leis positivas da sociedade que criarão o reinado tranqüilo das ciências e das artes, fontes de um capital maior, indestrutível e crescente, formado pelas melhores conquistas do espírito e do coração...”¹¹³

Essa incursão euclidiana nos problemas relacionados ao mundo do trabalho e ao socialismo apresentava, pelo menos, dois antecedentes. O primeiro, num artigo alusivo ao 1º Maio de 1892, também publicado em *O Estado de São Paulo*. Quanto ao segundo, trata-se de uma questionável participação, juntamente com Escobar e outros companheiros, numa organização socialista denominada *Clube Democrático Internacional Filhos do Trabalho*, em São José do Rio Pardo, em 1899. Como lembrou Sylvio Rabello, não deixa de ter certo interesse psicológico essa explosão de Euclides a favor do marxismo, exatamente na época da sua maior

¹¹² Cf. CUNHA, Euclides da. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 148, 150, 158, 357; SANTANA, José Carlos Barreto de, op. cit., p. 189.

¹¹³ Cf. CUNHA, Euclides da. Um velho problema. In: _____. **Obra completa**, p. 218-220.

dificuldade de vida – o seu ressentimento derivando para uma doutrina, como meio de liberação do homem desajudado que sempre fora. Entretanto, deve-se destacar que nunca chegando a uma situação confortável ou ao menos folgada, ele não mais tivesse se manifestado contra as mazelas do capitalismo e a favor da socialização dos meios de produção e de circulação. Por outro lado, referindo-se ao conteúdo do artigo “Um velho problema”, Francisco Foot Hardman destacou que Euclides privilegiava o gradualismo das conquistas jurídico-políticas em detrimento de qualquer processo revolucionário mais violento. Sob esse aspecto, o autor de *Os Sertões* aproximava-se das idéias contidas nos ensaios sobre o socialismo de Joaquim Pedro Oliveira Martins (1845-1894), do enquadramento determinista de Elisée Reclus (1830-1903) e da concepção reformista hegemônica na Segunda Internacional (1889-1914). A propósito dessas inferências, sabe-se que o engenheiro-letrado leu *Teoria do socialismo*, de Oliveira Martins, durante o seu “exílio” na cidade de Campanha, em 1894 – conforme provam as anotações feitas pelo jovem militar no corpo de um exemplar daquela obra, atualmente sob a guarda da Casa de Cultura Euclides da Cunha, em São José do Rio Pardo. Consonante com os princípios reformistas vigentes na Europa, após a derrota da Comuna de Paris, Martins definiu a sua concepção de socialismo nos seguintes termos: “A theoria do socialismo é a Evolução. Evolução quer dizer o movimento natural e fatal executado segundo uma lei do universo.” Por acaso outra citação traduziria melhor a faceta determinista e evolucionista, volta e meia exibida pelo engenheiro-escriptor?¹¹⁴

Em agosto de 1904, Euclides foi nomeado pelo Barão do Rio Branco, Ministro do Exterior do governo Rodrigues Alves, para a chefia da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, encarregado da realização de um levantamento cartográfico das cabeceiras daquele rio, na fronteira entre o Brasil e o Peru. Partiu para Manaus em dezembro do mesmo ano, somente retornando à capital federal em janeiro de 1906. De volta ao Itamaraty, elaborou um Relatório das atividades desenvolvidas, acompanhado de mapas. A viagem ao coração da selva amazônica resultou ainda no opúsculo *Peru versus Bolívia* (1907), composto de oito artigos publicados no *Jornal do Comércio* acerca das questões fronteiriças que envolviam os dois países andinos. Planejou, ainda, escrever um livro sobre a Amazônia, *Um Paraíso Perdido*, inspirado no

¹¹⁴ Cf. Id. 1º de maio de 1892. In: **Obra completa**, p. 669-671; Id. Programa de *O Proletário* e mensagem aos trabalhadores. In: **Obra completa**, p. 578-579; ALEIXO IRMÃO, José. **Euclides da Cunha e o socialismo**. São José do Rio Pardo: Casa Euclidiana, 1960; RABELO, Sílvio, op. cit., p. 301; HARDMAN, Francisco Foot. Incêndios sublimes: configurações da Comuna no Brasil. In: BOITO JR., Armando (Org.). **A Comuna de Paris na História**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 196; MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira. **Theoria do socialismo: evolução política e econômica das sociedades na Europa**. Lisboa: PP, 1872. p. 11.

poema *Paradise lost* (1667), de John Milton (1608-1674). Em correspondência dirigida a Francisco de Escobar, datada de 13 de junho de 1905, essa idéia foi exposta nos seguintes termos: “[...] que vá alinhando as primeiras páginas de *Um Paraíso Perdido*, o meu segundo livro vingador. Se o fizer, como o imagino, hei de ser (perdoa-me a incorrigível vaidade) hei de ser para a posteridade um ser enigmático, verdadeiramente incompreensível entre estes homens.” A obra intentada se constituiu noutra dos seus projetos abortados, resumindo-se a alguns estudos esparsos publicados em jornais e revistas, mais tarde incluídos na obra póstuma *À margem da história* (1909). A expressão “o meu segundo livro vingador” é significativa para se estabelecerem determinadas analogias entre as abordagens euclidianas sobre o sertão nordestino e a selva amazônica, ou ainda, entre algumas das idéias centrais que permeiam os enredos de *Os Sertões* e do livro sobre a Amazônia. Para Euclides, tanto o sertão quanto a selva apareciam como *terra ignota*, paisagem fantástica ou maravilhosa que provoca vertigem no observador, que oscila entre a desilusão e o deslumbramento, entre o horror e o êxtase, entre a “visão” do inferno e a do paraíso. Enfim, são territórios à margem da história, fora da escrita e da civilização. Aqui, cabe salientar que a primeira parte do seu “segundo livro vingador”, contendo os ensaios sobre a Amazônia, apresenta como título “Terra sem história”.¹¹⁵

A Tragédia da Piedade: ato final

Euclides manteve-se como auxiliar do Barão do Rio Branco até 1909, quando se desligou dos quadros do Itamaraty. A verdade é que, como cartógrafo, sentia-se desconfortável, ocupando uma posição instável, sem função estabelecida em lei e dependente da boa vontade do chanceler. Intentando passar de adido a professor, em dezembro de 1908, inscreveu-se no concurso para a cadeira de Lógica do Ginásio Nacional (atual Colégio Pedro II), juntamente com quinze concorrentes. Era mais uma tentativa de ingresso definitivo no magistério, pois, anteriormente, entre 1892 e 1904, buscou se inserir nos quadros da Escola Politécnica de São Paulo e do Ginásio de Campinas. No caso da Politécnica, teve a sua pretensão frustrada em virtude de dois artigos, intitulados “Instituto Politécnico”, publicados em *O Estado de São Paulo*, em 1892, nos quais

¹¹⁵ Cf. CUNHA, Euclides da. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, p. 219, 244, 249, 295, 300, 306; VENÂNCIO FILHO, Francisco. **Euclides da Cunha**: ensaio bio-bibliográfico, p. 28-32; PONTES, Eloy, op. cit., p. 218-228; RABELO, Sílvio, op. cit., p. 328-361; CUNHA, Euclides da. Peru *versus* Bolívia. In: **Obra completa**, p. 811-893.; Id. *À margem da história*. In: **Obra completa**, p. 247-425; VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 236.

criticou os fundamentos teóricos do projeto de criação daquela escola técnica – de autoria do engenheiro e deputado estadual paulista Antônio Francisco de Paula Souza. Segundo Euclides, o projeto era “vazio de orientação, incorretíssimo na forma e filosoficamente diferente.” Conforme Roberto Ventura, o modelo Paula Souza baseava-se na concepção das escolas técnicas suíças, orientadas para um ensino prático, voltado para as ciências aplicadas às artes e às indústrias. Dessa forma, “afastava-se da idéia positivista, de ensino eminentemente matemático, de cujos princípios seriam deduzidas as aplicações práticas, característico do modelo francês, predominante na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que Euclides cursara em 1889.” Euclides manifestou interesse ou tentou ser admitido na Politécnica de São Paulo em três oportunidades, em 1892, 1896 e 1904. Entretanto, os seus ataques a Paula Souza cerraram-lhe as portas daquela instituição. Assim, preparando-se para o concurso do Ginásio Nacional, submergiu na leitura de autores como Immanuel Kant (1724-1804), Baruch Spinoza (1632-1677), Émile Durkheim (1858-1917), Henri Poincaré (1854-1912) e Ernest Mach (1838-1916), além de Comte e Spencer. Em 5 de maio do mesmo ano, escrevendo a Oliveira Lima, descrevia o seu estado de espírito: “Andei perdido, dentro da caverna de Platão... Conhece com certeza a alegoria daquele sonhador – de sorte que bem pode avaliar os riscos que passei. Volto à claridade embora ainda sinta a repercussão formidável das rixas intermináveis dos filósofos e os últimos ecos irritantes da algazarra das Teorias. Tudo isto quer dizer que me preparei para o concurso de Lógica.”¹¹⁶

Em maio de 1909, submeteu-se à prova escrita, dissertando sobre o ponto “A Verdade e o Erro”, e ao exame oral, explanando acerca da temática “A Idéia do Ser”. Em junho, publicou-se o resultado final do concurso, que apontou o filósofo Raimundo Farias de Brito (1862-1917) em primeiro lugar e Euclides em segundo. Com a saúde comprometida pela tuberculose (que o acompanhava desde a infância), o engenheiro-letrado se viu envolvido numa contenda política em torno da sua nomeação – já que o Presidente da República poderia indicar tanto o primeiro quanto o segundo colocado, conforme a legislação em vigor. Na batalha das influências, o deputado Coelho Neto e o ministro Rio Branco intercederam em favor do autor de *Os Sertões*. Finalmente, em 17 de julho, o Presidente Nilo Peçanha nomeou-o como professor da cadeira de Lógica do Ginásio Nacional. Euclides proferiu a sua lição inaugural em 21 de julho de 1909. Considerando-se o horário, deveria ministrar três aulas semanais, as segundas, quartas e sextas-

¹¹⁶ Cf. CUNHA, Euclides da. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 319, 321, 325, 330-331, 349, 386, 392, 394, 405-406; CUNHA, Euclides da. Instituto Politécnico. In: _____. **Obra completa**, p. 429-435; VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 108-114.

feiras, das onze horas ao meio-dia. Assim, deu dez aulas, de 21 de julho a 13 de agosto, uma sexta-feira, a sua última intervenção no magistério.¹¹⁷

Ao se debruçar sobre os últimos meses da vida de Euclides, alguns dos seus biógrafos experimentam uma tentação incontrolável de construir sentidos sobre determinadas premonições do escritor caboclo acerca da triste sina que o aguardava. “Quem definirá um dia essa Maldade obscura e inconsciente das coisas, que inspirou aos gregos a concepção indecisa da Fatalidade?”, indagava ao poeta Vicente de Carvalho (1866-1924), em 10 de fevereiro de 1909. Por outro lado, segundo amigos, o escritor parecia antever a sua própria catástrofe. Sobre esse assunto, numa conferência proferida em 1918, Coelho Neto relatou um fato incomum a respeito do último mês de vida do autor de *Os Sertões*. Contou que, no início de agosto, Euclides encontrava-se em sua companhia e na do literato Goulart de Andrade (1881-1936), no Cinema Ouvidor, no Rio de Janeiro. Ao desfecho de um filme norte-americano (cujo título ainda não foi identificado pelos pesquisadores), no qual um esposo traído vingou-se assassinando a consorte, Euclides, emocionado, transfigurado, proferiu, em voz alta, as seguintes palavras: “É assim que eu compreendo.” A respeito dessas curiosas predições *ex post facto*, Walnice Nogueira Galvão, discutindo aspectos da epistolografia euclidiana dirigida a Oliveira Lima, comentou, “Como sempre no que se refere a Euclides, tudo é nimbado pela aura da tragédia a avizinhar-se. E para o leitor, que dela tem conhecimento *a posteriori* (numa dessas ‘profecias retrospectivas’ do oxímoron que Euclides registrou a outro propósito), tudo se tingem igualmente de um luto particular.”¹¹⁸

Por sua vez, Roberto Ventura sublinhou as coincidências insólitas que aproximaram, tragicamente, as *vidas paralelas e invertidas* de Euclides e de Antônio Conselheiro. Por uma estranha ironia, a trajetória do autor de *Os Sertões* apresenta notáveis semelhanças com as peripécias da personagem que buscou delinear nas páginas do livro vingador. Ambos eram órfãos de mãe e tiveram o destino marcado pela infidelidade das esposas, pela *vendetta* entre as suas respectivas famílias e pelas posições assumidas perante a República – um se opondo violentamente e o outro apoiando com fervor e depois criticando o novo regime. Ademais, tanto

¹¹⁷ Cf. CUNHA, Euclides da. A Verdade e o Erro; A Idéia do Ser. In: **Obra completa**, p. 505-509, 509-518; VENÂNCIO FILHO, Francisco. **Euclides da Cunha**: ensaio bio-bibliográfico, p. 38; CUNHA, Euclides da. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 407-421; DÓRIA, Escragnolle, op. cit., p. 51.

¹¹⁸ Cf. CUNHA, Euclides da. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 405; COELHO NETO. Feições do homem. In: RANGEL et al., op. cit., p. 99; GALVÃO, Walnice Nogueira. À margem da carta. In: AGUIAR, Flávio; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (Orgs.). **Gêneros de fronteira**: cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997. p. 125.

Antônio quanto Euclides eram construtores itinerantes – de capelas, cemitérios e igrejas e de pontes, prédios e estradas, respectivamente – e andarilhos contumazes, que vagaram anos a fio pelos sertões. A mais cruel das analogias entre as vidas desses homens aparece no fato que ambos tiveram as suas cabeças “cortadas”. No caso do *Peregrino*, literalmente, como prova cabal do seu extermínio e para investigações científicas. Examinada pelo legista Raimundo Nina Rodrigues (1863-1906), que atestou se tratar um “crânio normal”, a cabeça do Conselheiro permaneceu conservada na Faculdade de Medicina da Bahia, até o seu desaparecimento, devido a um incêndio, em 1905. Quanto ao escritor, após a autópsia, teve o seu cérebro retirado por Afrânio Peixoto e, posteriormente, conservado em formol, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, devido ao interesse no estudo das circunvoluções, pesquisa levada a cabo, entre outros, pelo antropólogo Edgar Roquette Pinto (1884-1954). Somente em 1983, o encéfalo euclidiano foi inumado na cidade fluminense de Cantagalo. “Euclides ou Conselheiro, o ‘gênio’ ou o ‘louco’, ambos têm como destino a vala comum da ciência antropométrica da virada do século.”¹¹⁹

Segundo ainda o mesmo biógrafo, Euclides projetou sobre o líder religioso muitas das suas obsessões, a exemplo do temor da irracionalidade, da sexualidade, do caos e da anarquia, desembocando na construção de uma personagem trágica, guiado por maldições hereditárias e pelas crenças messiânicas, que o conduziram à loucura, ao conflito com a República e à queda na desgraça. Baseado em profecias apocalípticas, que julgou serem de autoria do líder carismático, e poemas populares criou, em *Os Sertões*, um retrato sombrio do Conselheiro e sedimentou uma concepção de Canudos como movimento sebastianista e messiânico. Sob essa perspectiva, o engenheiro-letrado enxergou o *beato* e a *aldeia sagrada* como desvios históricos capazes de ameaçar a linha reta que ele se impusera desde a juventude. Portanto, é verossímil a impressão de que a imagem do *Bom Jesus*, composta a partir de tintas fortíssimas, apresenta diversos requisitos de uma autêntica personagem literária e muito dos mecanismos de projeção psicanalítica mobilizados pelo escritor. Por outra amarga ironia, Euclides foi vítima da violência e da passionalidade, explicitamente criticadas em *Os Sertões*. O fim do autor foi contraditório com os propósitos da sua obra maior, um manifesto contra a irracionalidade da força bruta e uma crítica ao código ancestral de reparação das ofensas à honra mediante a utilização de sangrentas

¹¹⁹ Cf. VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 258-262; Id. Euclides da Cunha no vale da morte, p. 458-459; Id. “A Nossa Vendéia”: Canudos, o mito da Revolução Francesa e a formação da identidade cultural no Brasil (1897-1902). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, nº 31, 1990, p. 144-145.

desforras – que resultaram em funestas conseqüências na vida do Conselheiro e na Guerra de Canudos. Assim, os fatídicos embates entre as famílias Maciel e Araújo teriam criado entre os seus descendentes uma “predisposição fisiológica”, que tornou hereditários os rancores e as vinganças, de maneira similar às personagens trágicas gregas. Euclides rastreou, nesse conflito entre os dois clãs sertanejos, a presença da *Nêmesis*, deusa da vingança e da justiça entre os antigos helenos, ignorando que ela se abateria sobre a sua própria vida e a da sua família poucos anos depois. O engenheiro-letrado tinha predileção pelos modelos estéticos e intelectuais gregos e franceses, os quais aplicava à sua existência e à sua obra, mas “ao agir como os heróis antigos ou os valentões sertanejos, Euclides transformou a sua vida numa ficção trágica.”¹²⁰

Doze anos após a destruição apocalíptica da *Tróia de taipa dos jagunços*, o historiador da Guerra de Canudos interpretou o papel central na *Tragédia da Piedade*. Esse admirador de Ésquilo e Shakespeare morreu por volta das dez e meia da manhã do dia 15 de agosto de 1909, um domingo, num distante e ermo subúrbio carioca, aos quarenta e três anos. Anteriormente, havia se deslocado da sua residência, situada na Rua Nossa Senhora de Copacabana, para a casa de Dilermando e Dinorá de Assis, na Estrada Real de Santa Cruz. Nervoso, procurava a mulher e o filho. Conforme declararam os irmãos Assis no inquérito policial, o autor de *Os Sertões*, de revólver em punho, entrou na casa bradando que viera “para matar ou morrer”. No desfecho dessa trama, seguiram-se as cenas do tiroteio e da morte do engenheiro-letrado. Parafraseando as últimas linhas escritas por uma outra enigmática personagem da história nacional, Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha saía da vida para entrar na História. Ou melhor, tornava-se um protagonista, por excelência, da biografia...¹²¹

¹²⁰ Id. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 204, 258-259; Id. Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na *urbs* monstruosa, p. 89; Id. **Os Sertões**. São Paulo: Publifolha, 2002. p. 78-79; Id. Euclides da Cunha no vale da morte, p. 459; CUNHA, Euclides. **Os Sertões**, p. 257-263.

¹²¹ Cf. DORIA, Escragnolle, op. cit., p. 52-55; PONTES, Eloy, op. cit., p. 283-292; RABELO, Sílvio, op. cit., p. 451-452, 461-463; VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 260; SENA, Davis Ribeiro de, op. cit., p. 148-153.

CAPÍTULO II

A REVOLUÇÃO FRANCESA NA OBRA DE EUCLIDES DA CUNHA

No capítulo anterior, evidenciaram-se diversos momentos nos quais Euclides da Cunha estabeleceu analogias entre a história brasileira do final do século XIX e a Revolução Francesa. Nos diferentes textos de sua autoria – poesias, ensaios, crônicas, cartas e livros –, expressou admiração pelas personagens revolucionárias do século XVIII; considerou a possibilidade de uma transição do Império à República, e a conseqüente liquidação do Antigo Regime brasileiro, nos moldes da série de eventos francesa; temeu o restabelecimento da forma de governo monárquica, que devolvesse o poder à dinastia de Bragança, a partir do *símile* da Restauração Bourbônica (1815-1830); e, no que se constitui o dado mais relevante para avaliar a sua verdadeira obsessão por referências históricas francesas, empregou a metáfora da Vendéia para caracterizar fenômenos tão distintos quanto as articulações dos opositores do governo Floriano Peixoto e o movimento de Canudos. A esse respeito, conforme destacou Walnice Nogueira Galvão, a Revolução Francesa aparece como a série de eventos históricos mais importantes no quadro das referências de Euclides – embora não seja o único acontecimento que apareça com destaque em sua prosa. Num discurso altamente alusivo, como o euclidiano, não faltam menções a outros fatos, sobretudo àqueles ligados à formação militar do autor. Entretanto, esses registros nem de longe têm a força da presença da Revolução Francesa, a qual transcendeu ao mero nível alusivo. O fenômeno aqui discutido não se restringiu apenas ao engenheiro-letrado, mas abarcou toda uma geração, pois, no Brasil, por uma curiosa defasagem, nos cem anos que vão de 1789 a 1889, ou seja, no *interregno* entre a Tomada da Bastilha e a Proclamação da República criou-se uma série de equívocos. Nesse sentido, embora independente da condição de colônia, o Brasil adotou um regime monárquico e permaneceu escravocrata, ficando à margem do movimento geral de emancipação política nas Américas – sem que os ideais de 1789 se expandissem nas terras brasileiras. Assim, “a geração de Euclides, gente que se formou na segunda metade do século XIX, tinha na Revolução Francesa o modelo de liquidação do Antigo Regime – estamental, monarquista e escravocrata.” Sob essa perspectiva, como assinalou Roberto Ventura, o autor de *Os Sertões* interpretou diversos eventos da sua época “a partir da projeção do modelo da Revolução Francesa sobre a história brasileira.” Ou ainda, avançando-se um pouco mais sobre

essa hipótese: o autor tomou a Grande Revolução como um *leitmotiv*, como um padrão explicativo, dos processos ocorridos na sociedade brasileira nas últimas duas décadas do século XIX. A partir dos indícios anteriormente destacados, investiga-se, ao longo das páginas que se seguem, algumas das possíveis motivações dessas obsessivas analogias.¹²²

Ondas: Poesia e Revolução

As primeiras marcas da Revolução Francesa nos escritos euclidianos aparecem no caderno de poesias *Ondas*, no qual o então estudante do Colégio Aquino dedicou uma parcela significativa dos seus versos para reverenciar o processo revolucionário e alguns dos seus heróis. Esses poemas, que se estendem ao longo dos anos de 1883 a 1866, apresentam nítida inspiração romântica e ultra-romântica, denunciada pelos influxos de Álvares de Azevedo, Castro Alves, Gonçalves Dias, Fagundes Varela, Victor Hugo e Alfred de Musset. As temáticas dominantes na poesia euclidiana versavam sobre a Revolução Francesa, episódios da História Universal, a escravidão, a República e o amor platônico. Em seus versos, Euclides recorria às imagens marítimas, freqüentes na poesia grandiloqüente de Hugo e do seu epígono Castro Alves. Essas, por sua vez, segundo Roberto Ventura, seriam retomadas em *Os Sertões*, para criar a pré-história do sertão de Canudos ou para narrar os fluxos e refluxos dos combatentes, movimentos comparados aos do mar. No que concerne aos poemas dedicados às personagens revolucionárias, Euclides concebia, nesses versos, o indivíduo como herói ou gênio, capaz de mudar o curso da história. Para Leopoldo Bernucci, o engenheiro-letrado, nos versos contidos em *Ondas*, manifestou, pela primeira vez, o seu modo de composição artística, tornando-se poeta aos quinze anos. Assim, parte dessa poesia, por mais precoce e rechaçada que fosse, voltou sempre a interessar ao escritor, que continuou, ao longo da sua vida, reescrevendo alguns versos e compondo outros novos, com a parcimônia e o empenho de quem lapida uma pedra precisa. Segundo Bernucci, Euclides possuía as faculdades criadoras do poeta: “*razão* para controlar os impulsos da imaginação; *imaginação* para engenhosamente revelar o seu estro; e, finalmente,

¹²² Cf. GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides e a Revolução Francesa, p. 85-87; VENTURA, Roberto. “A Nossa Vendéia”: Canudos, o mito da Revolução Francesa e a formação da identidade cultural no Brasil (1897-1902), p. 130.

sensibilidade para humanizar a sua obra e, assim, fazer com que a percebamos como muito próxima das nossas emoções.”¹²³

Com efeito, uma análise preliminar do conjunto desses poemas aponta para a evidência de que pelo menos nove deles – “Clava...”, “A Canalha”, “Dantão”, “Marat”, “Robespierre”, “Saint-Just”, “A Queda da Bastilha”, “A estátua eqüestre” e “Madame Roland” – remetem-se à temática da Revolução Francesa. Talvez porque foram incluídos na *Obra completa* (1966), os sonetos nos quais o jovem Euclides expressou a sua admiração por Danton, Marat, Robespierre e Saint-Just têm atraído os olhares mais atentos dos intérpretes euclidianos. Nos limites desse trabalho, assinala-se que as poesias dedicadas aos líderes radicais franceses foram compostos ao longo dos dias 28 e 29 de novembro de 1884 e, por conseguinte, que são significativos para se reconstituir a trajetória das idéias revolucionárias no pensamento e na ação política do engenheiro-letrado. A esse respeito, desde as biografias de Francisco Venâncio Filho, consolidou-se uma perspectiva segundo a qual as aulas de História, ministradas por Teófilo das Neves Leão, inspiraram no colegial os poemas mencionados. Por sua vez, Roberto Ventura observou que a galeria de heróis euclidianos, exposta em *Ondas*, mostra a predileção do poeta pela atuação dos jacobinos, partidários da ditadura da salvação pública, que dominaram a cena política francesa entre 1792 a 1794 e implantaram o Terror como política de Estado. Assim, pode-se constatar a grande admiração manifestada pelo jovem Euclides a George Jacques Danton (1759-1794). Entre outras considerações, o poeta lembrava que, não obstante há muito ter tombado, o eco formidável da voz do *cordelier* ainda estrugia na razão do mundo. No conjunto do soneto que lhe foi dedicado, o revolucionário francês foi descrito mediante imagens épicas:

Parece-me que o vejo iluminado.
Erguendo delirante a grande frente.
— De um povo inteiro o fúlgido horizonte
Cheio de luz, de idéias constelado!

De seu crânio – vulcão – a rubra lava
Foi quem gerou essa sublime aurora
— Noventa e três – e a levantou sonora
Na frente audaz da população brava!¹²⁴

¹²³ Cf. VENTURA, Roberto. **A narração do mundo**: ensaios sobre ficção e história. 1999. Tese (Livre Docência em Teoria Literária) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 15-16; BERNUCCI, Leopoldo M. Pressupostos historiográficos para uma leitura de *Os Sertões*, p. 15.

¹²⁴ Cf. VENÂNCIO FILHO, Francisco. **Euclides da Cunha**: ensaio bio-bibliográfico, p. 9-10; _____. **A Glória de Euclides da Cunha**, p. 103; VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 46; CUNHA, Euclides. Dantão. In: _____. **Ondas**: primeiras poesias de Euclides Cunha.

A figura de Maximilian Robespierre (1758-1794) também foi homenageada por Euclides, que vislumbrava a sua alma “colossal, cruel, potente”, rompendo as barreiras do tempo e a sua atroz memória ainda se constituindo no pesadelo mais cruel dos reis. Em suma, o *Incorruptível* se constituiu num dos heróis euclidianos, compondo o panteão das grandes personagens históricas de *Ondas*:

Alma inquebrantável – bravo sonhador
De um fim brilhante, de um poder ingente,
De seu cérebro audaz, a luz ardente
É que gerava a treva do Terror!

[...] Há muito que, soberba, ess’alma ardida
Afogou-se cruenta e destemida
– Num dilúvio de luz: Noventa e três...¹²⁵

No que concerne a Jean-Paul Marat (1743-1793), “a alma cruel das barricadas”, a sua imagem de herói revolucionário, na poesia euclidiana, estava marcada por traços ambíguos e mesmo por certa antipatia, nutrida pelo o poeta. Assim, o redator de *L’Ami du Peuple* era um “misto de luz e lama” e um “fanático da luz”. Entretanto, o bardo reconhecia que Marat “batia o despotismo à luz do dia” e que do “seu cérebro tremente negrejavam os planos mais cruéis e cintilavam as idéias mais bravas e brilhantes.” Em contrapartida, Euclides admirava Louis Antoine de Saint-Just (1767-1794), imaginando-o erguendo-se, rugindo, na Convenção. Atribuía-lhe o fascínio da oratória, no “ardente lábio de terríveis frases”, “a luz do gênio em seu olhar fulgindo” e a capacidade de reacender as esperanças nos corações dos franceses, despertando o Direito de um longo sono: “E a Europa – o mundo – mais que o mundo a França – sentiu numa hora sob o verbo seu as comoções que em séculos não sofreu!...” Ademais, Euclides estendia as suas *afinidades eletivas* para além do espectro político jacobino, enaltecendo a girondina Jeanne-Marine Philipon (1754-1793), *Madame Roland*, guilhotinada durante o Terror. Assim, a “santa e formosa” heroína, trazia “na frente uma aurora e um poema na alma ardente e radiosa.” Para o poeta, Roland foi uma “antítese sublime”, que “conquistou na guilhotina a morte e a imortalidade.” Complementando o seu plantel de heróis, louvou uma personagem que era a antípoda da bela girondina: a escritora anarquista e participante da Comuna de Paris (1871) Louise Michel (1830-1905). Através de uma série de figuras antitéticas, ele a imaginava como um ser audaz, “erguida pela febre brava e fatal da multidão colérica.” Via, na militante da causa operária, uma mulher “sublimemente feia, horrivelmente bela.” Assim, Louise, vivendo “entre a

¹²⁵ Cf. CUNHA, Euclides da. Robespierre. In: _____. *Ondas*.

glória e o crime”, devia ser grandiosa, entoando os cantos da revolta – “pálida, magra, feia, hedionda, hirta... Sublime!...”¹²⁶

Não obstante a celebração de homens e de mulheres notáveis, Euclides manifestou a sua paixão pela Revolução Francesa em si mesma. Uma evidência insofismável da intensidade do sentimento e da centralidade desse conjunto de eventos nas referências euclidianas encontra-se no poema “A Queda da Bastilha (14 de julho de 1789)”, datado de 14 de julho de 1884 – portanto, noventa e cinco anos após a ocorrência de um dos acontecimentos capitais do processo revolucionário. A poesia era encimada pela seguinte epígrafe, atribuída pelo autor a Jean-Sylvain Bailly (1736-1793): “A tomada da Bastilha era para o povo a imagem material da queda do antigo regime e da destruição do poder arbitrário.” Na seqüência, Euclides descrevia o que denominava “quadro grandioso” da tomada do símbolo do Antigo Regime, representado no embate entre a Bastilha – “onde rugia o despotismo ingente” – e a barricada – “onde vibrava a consciência humana.” Ademais, o jovem escritor valorizava – se bem que ambigualmente – a ação das massas populares no curso da Revolução. Acerca desse aspecto, assinala-se que, tanto em sua poesia quanto na sua prosa, o autor explicitou, diversas vezes, a sua admiração pelo Povo, esse “anônimo extraordinário que é o maior colaborador da história”, que trabalhava e que sofria, “sempre obscuro.” Como o revolucionário Maximin Isnard (1758-1825), o jovem poeta acreditava: “Um povo em revolução é invencível.” Assim, em “Clava...”, o autor criou um panorama muito verossímil da Paris revolucionária, em 1793, quando, segundo as suas palavras, o trono se curvava frente à barricada, a púrpura ante o farrapo, em ombros seminus, um rei aos pés do povo tremia e “vinte séculos maus de treva e tirania curvaram-se ante uma hora de liberdade e luz!...”¹²⁷

A crença na Revolução Francesa contribuiu para a adesão de Euclides à causa da República, confessada no poema-manifesto “Eu sou republicano”. Afirmando que “um rei é um rei e o democrata um homem”, adotava uma postura insubordinada e de combate às instituições monárquicas. Em outra poesia, “A Estátua equestre”, Euclides acreditava que a Revolução faria “tremar, ranger, oscilar, estalar, quebrar, ruir” aquela escultura, um dos símbolos do Império brasileiro. Para derruir a versão nacional do Antigo Regime, contava com o auxílio dos símiles

¹²⁶ Id., Marat; Id., Saint-Just; Id. Madame Roland (1793); Id. Luiza Michel (1882); HARDMAN, Francisco Foot. Incêndios sublimes: figurações da Comuna no Brasil, p. 196-199.

¹²⁷ Cf. CUNHA, Euclides da. A Queda da Bastilha (14 de julho de 1789). In: _____. **Ondas**; Id. Dia a dia, 1º de maio de 1892. In: **Obra completa**, p. 670; Id. Clava... In: **Ondas**.

dos seus heróis revolucionários: “Brotarão Marats da terra, rolarão Rolands dos céus.” Um bosquejo acerca desse conjunto de poemas evidencia que o bardo privilegiou um momento significativo da Revolução Francesa: o chamado período do Terror ou, mais especificamente, o ano de 1793. Essa hipótese de trabalho apóia-se não somente no indício de que Danton, Robespierre, Marat, Saint-Just e Madame Roland foram *dramatis personae quatre-vingt-treizistes*, mas na recorrência da enigmática expressão “Noventa e três” em outros poemas, a exemplo de “Clava...” e “A canalha”. Aqui, trata-se de recordar que, nos sonetos dedicados a Danton e Robespierre, o termo “Noventa e três” apareceu caracterizado como, respectivamente, “sublime aurora” e “dilúvio de luz”. Já em “Clava...”, o autor, por três vezes, fez questão de identificar o momento histórico que lhe serviu de matéria para a poesia, mediante a advertência aos possíveis leitores: “Era em Noventa e três...”¹²⁸

Com base nos elementos anteriormente evidenciados, pode-se sugerir que algumas narrativas acerca da Revolução Francesa exerceram poderoso influxo sobre o jovem Euclides, a exemplo da *Historia de França popular e ilustrada*, de Henri Martin – referida no capítulo anterior desta Tese. Romântico, republicano e admirador da ação dos heróis e das multidões revolucionárias, o estudante do Colégio Aquino e o depois cadete da Escola Militar da Praia Vermelha vivenciou, com outros homens e outras mulheres da sua época, a força do imaginário revolucionário. A respeito dessa questão, Bronislaw Baczko, analisando a entrada em cena do revolucionário como um ator da política moderna, lembrou que a Revolução transmitiu ao imaginário social uma memória e uma promessa; um mito e uma utopia; uma linguagem simbólica e uma escatologia; uma religião que os revolucionários reconheciam como sua. Daí o efeito mimético típico dos militantes da causa revolucionária: “Tratava-se acima de tudo da imitação das figuras heróicas das quais a Revolução oferecia uma galeria completa, os Vergniaud e os Danton, os Robespierre e os Saint-Just, os justicados e os suicidas, as mulheres que subiam ao patíbulo.” Nesse contexto, a política surgia como um imenso teatro histórico, no qual se recitava o drama sublime da liberdade. “Exemplos individuais, mas também o modelo do homem novo e regenerado, que a idéia revolucionária veiculava. O fato de este modelo não ter sido realizado jogava a seu favor: permitia-lhe desprender-se das suas origens circunstanciais e ascender à condição de símbolo, oferecendo-se como um modelo formador de alcance geral.” Acrescente-se, ainda, que, como assinalou Jacó Guinsburg, sob o influxo do romantismo, o

¹²⁸ Id., *Eu sou republicano*; Id., *A Estátua eqüestre*; Id., *A canalha*; Id., *Clava...*

discurso histórico também experimentou uma mudança revolucionária, passando de uma forma meramente descritiva e repetitiva, para uma modalidade tanto interpretativa quanto formativa, genética. Sob essa perspectiva, era a história que produzia a civilização. Entretanto, não se trata de a História, mas sim das histórias. As fontes propulsoras dessas histórias estavam menos na ação isolada do homem abstrato, singularizado na sua razão, do que em dois outros elementos. O primeiro é o indivíduo, fantasioso, imprevisível, de alta complexidade psicológica, centrado na sua imaginação e sensibilidade, gênio intuitivo investido de missão por lance do destino ou por impulso inerente à sua personalidade (o herói romântico), encarnação de uma vontade antes social do que pessoal – em que pese a forma caprichosamente subjetiva dos seus motivos e das suas decisões. Quanto à segunda força motriz dessa tradição historiográfica, tratou-se de um ser ou organismo coletivo dotado de corpo e alma, cujo espírito é o centro nevrálgico e alimentador de uma existência conjunto: “o Romantismo, na sua propensão historicizante, aglutina as sociedades em mundos, comunidades, nações raças, que têm antes culturas do que civilizações, que secretam uma individualidade peculiar, uma identidade, não de cada indivíduo mas do grupo específico, diferenciado de quaisquer outros.”¹²⁹

Portanto, revisitar as poesias de Euclides significa destacar os nexos entre a temática da Revolução Francesa e a sua vida e obra, os quais se prolongaram ao longo da existência do autor de *Os Sertões*, vinculando-se, dessa maneira, intimamente com o imaginário romântico – um dos elementos que compõem a ambígua e complexa herança revolucionária. A esse respeito, Roberto Ventura destacou que o escritor lia os românticos franceses, como Victor Hugo e Jules Michelet, os quais escreveram sobre os acontecimentos de 1789. Aquele, tratou da Convenção e da revolta da Vendéia, no romance histórico *Quatrevingt-treize*; este, autor de *Histoire de la Révolution Française [História da Revolução Francesa, 1847-1853]*, foi um dos criadores do imaginário revolucionário do século XIX, tendo inspirado outros republicanos brasileiros. Assim, esses ideais românticos e revolucionários marcaram Euclides não apenas nos tempos de estudante do Colégio Aquino ou na Escola Militar, mas se fizeram presentes na sua obra, tanto nos artigos jornalísticos e ensaios políticos, quanto nas reportagens sobre a Guerra de Canudos, que originaram o livro que o consagrou como escritor. Em resumo, as poesias do jovem Euclides, não obstante a presença da imaginação e do sentimento, estavam intoxicadas do senso de

¹²⁹ Cf. BACZKO, Bronislaw. O revolucionário. In: FURET, François (Dir.). **O homem romântico**. Lisboa: Presença, 1999. p. 231; GUINSBURG, Jacó, op. cit., p. 15.

historicidade característico do movimento romântico. A partir das evidências, até aqui apresentadas, consubstancia-se uma ousada hipótese, proposta por Roberto Ventura, segundo a qual o romantismo euclidiano ia muito além de seus escritos, pois o engenheiro-letrado adotou, em sua vida, atitudes extremadas e gestos arrebatados, com atos de heroísmo e abnegação – colocando a defesa dos princípios éticos e das crenças políticas acima dos interesses pessoais. Vale lembrar que o então cadete protestou, solitariamente, contra a Monarquia, sendo excluído do Exército, por causa desse ato. Na maturidade, perseguiu missões e encargos profissionais de forma obstinada, tais como na exploração do Rio Purus, em 1905, que concluiu, não obstante os diversos obstáculos, que colocaram em risco a sua vida e a dos demais membros da expedição. Portanto, “mais do que um poeta romântico, tentou ser, ele próprio, um herói, que perseguia visões inspiradas nos romances e nas narrativas da Revolução Francesa que lera na juventude.”¹³⁰

Páginas da Revolução

A Revolução Francesa reapareceu nos artigos euclidianos, publicados em *A Província de São Paulo*, nos meses que antecederam a Proclamação da República, entre dezembro de 1888 a junho de 1889. Nesses textos, longe de representar um mero repertório de analogias, o processo revolucionário se constituiu numa idéia recorrente, um padrão explicativo para a história brasileira do final do século XIX. Assim, em “A Pátria e a dinastia” (22 de dezembro de 1888), “Revolucionários” (29 de dezembro de 1888) e “1889” (4 de janeiro de 1889), Euclides buscou expor os fundamentos da sua crença republicana, mirando-se no exemplo da Grande Revolução. Para além da francofilia do autor, um traço, aliás, bastante comum a outros republicanos da época, a história da Revolução Francesa aparenta cumprir o papel de *script* para a transição da Monarquia à República nos trópicos, antecipando o enredo, a trama e o epílogo da história. Assim, em “A Pátria e a dinastia”, Euclides comentava questões que diziam respeito às tensas relações entre o Império e o Exército – tais como a transferência do marechal Deodoro da Fonseca para a província do Mato Grosso. Afirmava que o governo “coagido pela própria evolução da sociedade” e temendo “o consórcio do pensamento com a espada”, resolvera “antepor à política da Pátria a política imperial”. Não obstante, estava convicto de que o governo deveria se desiludir quanto ao sucesso das suas ações e assegurava que a civilização era o

¹³⁰ Cf. VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 47-48.

corolário mais próximo da atividade humana sobre o mundo. Lembrava que a evolução, em seu curso fatal e inexorável, não poderia ser atrasada pela tradição, nem tampouco perturbada pelas revoluções. Para consubstanciar essa tese, esgrimia mais das suas relações de semelhança entre as duas histórias nacionais, aludindo o exemplo da nação francesa, que após ter atravessando “o delírio revolucionário de 93 e tendo pela frente – impugnadora – a espada de Bonaparte, onde irradiavam as gloriosas tradições do maior povo do mundo – emergiu tranqüila no vasto deslumbramento do século XIX.”¹³¹

No que concerne ao artigo “Revolucionários”, o mesmo é significativo para compreender algumas das concepções euclidianas sobre o “curso fatal e inexorável” da sociedade brasileira, que evoluía, em conformidade com as leis do progresso, rumo à República. Assim, o ex-cadete afirmava que o republicano brasileiro deveria ser, sobretudo, eminentemente revolucionário. Aduzia que a noção de Pátria, despida da feição sentimental que a caracterizava, assumia, à época, as proporções de uma brilhante criação intelectual: as concepções de tempo e espaço. Argumentava que o homem da modernidade, mais do que filho de uma região, era filho do seu tempo: “Vinculado ao território pelas tradições e pela família, a humanidade, que é a generalização desta, e a história, que é a síntese racional daquelas, vinculam-no a seu século.” A partir de tais raciocínios, Euclides assegurava que a marcha das sociedades traduzia-se pelo equilíbrio dessas duas concepções. Preconizava a colaboração entre a democracia, o regime político do século XIX, e todas as ciências e as tendências naturais da época, despindo-o, assim, do frágil caráter de uma opinião partidária – para revesti-lo “da fortaleza da lógica inquebrantável de uma dedução científica.” Assim, a democracia não era apenas uma forma de governo a ser implementada, mas um resultado filosófico que se obrigava a adotar. Comparando a política à matemática, destacava que se formava um democrata de forma idêntica ao geômetra, pela observação e pelo estudo. No embate travado pelos partidos políticos de então, os republicanos, cientificamente preparados, saíam vencedores. Entretanto, parecendo querer distanciar suas formulações de quaisquer ilações com o imaginário e o programa político jacobinos, Euclides frisava: “o republicano não vencerá – convencerá; e, tendo enfim dominado os adversários, não os enviará á guilhotina, manda-los-á para a escola.”¹³²

¹³¹ Cf. CUNHA, Euclides da. A Pátria e a dinastia. In: _____. **Obra completa**, p. 597.

¹³² Id. Revolucionários. In: _____. **Obra completa**, p. 597-598.

Embora aceitasse o fato de que a democracia era a forma de governo mais adequada ao seu tempo, o propagandista da República pontuava que a simples luta pela sua implantação, no Brasil, seria “francamente reacionária.” Destacava que não se podia entregar o desenvolvimento desse regime à vagarosa evolução do espírito popular, descrente da política e dos estadistas do seu país. Ademais, os republicanos atuavam num Estado que realizou o deplorável fenômeno histórico de possuir sessenta anos de vida política e quase mil de inervação monárquica, pois, com a importação do trono dos Bragança, adquiriu todo o velho carrancismo das dinastias portuguesas. Por outro lado, impelido pelas tradições da sua terra, os militantes republicanos deveriam ser forçosamente revolucionários. Euclides declarava que a própria orientação filosófica da causa obrigava-a a destruir para construir. Assim, a edificação da nova ordem demandava a eliminação de todos os vícios do antigo regime. Não sem uma boa dose de ironia, tranqüilizava os hipotéticos leitores, os interlocutores e os adversários. “Descansem, porém, os que se assustam com este título: Revolucionários – ele, além de exprimir uma louvável tendência a nivelar-se a seu século, realiza o verdadeiro tipo de propagandista, não de uma opinião política, mas de uma necessidade social.” Aceitava esse epíteto, “como corolário inevitável do conflito da ação positiva de seu espírito sobre a influência negativa do regime antigo.” Logo, o republicano brasileiro deveria ser inteligente, inflexivelmente enérgico e calmo. A esse respeito, projetava as imagens de 1789 sobre o seu tempo, já que o perfil ideal para o revolucionário tropical seria “alguma coisa semelhante ao temperamento tempestuoso de Danton dentro da disciplina mental de Condorcet.” No epílogo dessa história, o herói da República superaria tanto os ranços monárquicos, quanto o radicalismo revolucionário, pois: “quando amanhã de larga expansão à sua vitalidade, vê-lo-ão, rígido e inexorável, despedaçar, com o mesmo golpe o trono e a guilhotina.”¹³³

No último dos três artigos aqui discutidos, “1889”, Euclides saudou a chegada do ano novo e sugeriu paralelos entre a eclosão do movimento revolucionário do século XVIII, cujo centenário se comemorou naquela época, e a marcha rumo à República, no Brasil. Ajuizou que não se podia fixar como o início da Revolução a convocação dos Estados Gerais, estando a origem daquele processo no reinado de Luís XIV. Lembrava que a Revolução, como todos os fenômenos históricos de influência geral sobre os destinos das nacionalidades, exprimia o resultado das ações de todos os povos, em todos os tempos. Consonante com essa concepção

¹³³ Ibid., p. 598-599.

teleológica do curso da história, o articulista comparava a humanidade a um “individuo secular enorme, eterno”, a uma “entidade abstrata, que cresce e se avoluma a todo instante – cuja vida é feita das experiências das gerações desaparecidas” e “traduz uma lei no seu movimento firme, retilíneo e invencível para o futuro.” Conforme o propagandista, como toda a lei natural, essa era indestrutível. Portanto, modificar esse movimento seria infringi-la, retardá-lo em um segundo ou em um século era suprimir o trabalho que deveria ser realizado, por uma acumulação proporcional de energia, o que aconteceu, enfim, de maneira brutal, enérgica e precipitada. Com base nessa concepção naturalizante da história, Euclides deduziu uma teoria geral dos processos revolucionários: “Daí as agitações da história; as revoluções – perturbações impressas no movimento tranqüilo do progresso, inteiramente subordinadas a uma lei, que é como uma força constante – a Evolução.” O ex-cadete assinalava que o trono de Luís XIV – que era, afinal, o de Luís XVI – antepôs-se à marcha da evolução, detendo-a, condensando a sua energia durante dois séculos. E, finalmente, excitada pelo “lirismo revolucionário” dos enciclopedistas, precipitou-se em 1789 – realizando a Revolução em três meses o que o desdobramento natural dos acontecimentos deveria fazer em três séculos. Muito embora louvasse as conquistas revolucionárias, especialmente a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (“a Carta da Liberdade do Gênero Humano”), o jovem articulista demarcava o seu distanciamento do jacobinismo, ao expressar seu desacordo para com os *excessos* cometidos durante o período de hegemonia daquela sociedade política revolucionária: “A revolução deveria ter parado aí. Foram demais o assassinato de um rei e o regime sinistro do Terror.” Como se verá ao longo desse segmento, a temática da Revolução Francesa reapareceu, em outros artigos, demonstrando as hesitações do seu autor no tocante às possíveis vias para implantação do regime republicano no Brasil. Um exemplo é o texto publicado em 15 de janeiro de 1889, que testemunha um Euclides dividido entre as soluções evolucionista e revolucionária. Por um lado, acreditava na marcha inexorável da sociedade para a República, mas oscilava, pendularmente, sobre qual a senda a ser trilhada: “Porque sabemos que a República se fará hoje ou amanhã, fatalmente, como um corolário de nosso desenvolvimento; hoje, calma, científica, pela lógica, pela convicção: amanhã... Amanhã será preciso quebrar a espada do senhor Conde d’Eu.”¹³⁴

Dentre esses textos jornalísticos, o mais surpreendente foi o de 24 de janeiro, no qual o estilo do autor experimentou uma notável reviravolta. Comentando episódios de agressão aos

¹³⁴ Id. 1889. In: **Obra completa**, p. 599-600; Id. Atos e palavras, 15 de janeiro de 1889. In: **Obra completa**, p. 609.

republicanos, supostamente cometidos por capangas arregimentados pelos monarquistas, Euclides sugeria aos correligionários não levar tão a sério tais acontecimentos, que apenas refletiam a “hilariante *degringolade*” do antigo regime. Na marcha rumo à República, vislumbrada pelo articulista como uma “jornada ideal para o futuro – cadenciada ao ritmo febril de nossos corações”, não ficava bem para um moço adotar um tom dogmático e austero. “Não, decididamente não nos serve a compostura rígida e impenetrável; a frase meditada e severa; a sinceridade na emissão grandiosa das idéias e a espontânea e desassombrada franqueza – para combater essa gente.” Dessa maneira, argumentava, os republicanos deveriam se sentir felizes, como toda a gente. Não valendo a pena adotar a gravidade sistemática que envelhecia a mocidade, era preciso que se compartilhasse “também um pouco da salutar alacridade que anima.”; que se desse ao estilo “a flexibilidade interessante dos acrobatas e dos cortesãos”; que se fizesse “espírito sobre as ruínas da pátria”; que se estabelecesse “larga importações dos *calembours*, [“trocadilhos”] dos romances franceses” e que se lançasse “ao trapézio ideal da fantasia, como um *clown* destemido, o pensamento tão precocemente levado aos retiros tristonhos da meditação...” Consonante com esse ponto de vista, o revisava as convicções revolucionárias de outrora: “Longe vai o tempo em que – aterrorizados pelas visagens truanescas dos corifeus governamentais, pensávamos na expansão violentíssima das grandes almas revolucionárias e heróicas.” Na seqüência, confessava um equívoco sobre o passado e emitia um juízo acerca do presente: “Chegamos a sentir a necessidade de um Danton – tempestuoso e nobre – capaz de transmitir ao povo, através da fortaleza da sua palavra, todo o vigor de seu temperamento: evocamos mentalmente os vultos lendários quase das grandes revoluções; mas hoje, melhor orientados, temo-los por desnecessários.” No desfecho dessa crônica, Euclides adotou um procedimento que reeditou em outros textos, ou seja, enfocou *a história como comédia*: “A velha sociedade extingue-se naturalmente, comicamente até, e se há alguém cuja presença devesse se achar em meio dos acontecimentos atuais, esse é o grande gênio da alta comédia – Molière...”¹³⁵

Nos anos que se seguiram à Proclamação da República, Euclides repetiu esse processo em outros textos de sua autoria, a exemplo da crônica datada de 1º de abril de 1892, publicada em *O Estado de São Paulo*, na qual desqualificou os opositores do florianismo valendo-se da mesma técnica adotada contra os monarquistas de 1889 – tratando *a história como comédia*. Assim, o autor utilizou uma linguagem debochada para se referir aos seus adversários, pois, comentando o

¹³⁵ Id., 24 de janeiro de 1889, p. 614-615.

malogro das suas articulações, fulminava: “Perdem-se distantes, muito ao longe, com o acompanhamento obrigado de uma surdina lacrimalmente hilariante, de ópera cômica, os últimos passos dos conspiradores.” Em seguida, manifestava a sua simpatia para com os revolucionários em geral, “pelos heróicos rebelados, que vivem dentro de uma vertigem e procuram pela movimentação vigorosa do meio imprimir-lhe a febre da revolta.” Ademais, lembrava a trajetória da República “pelas asperezas da propaganda revolucionária”, ao tempo em que repelia a violência revolucionária, presente no “espetáculo das reações ensangüentadas”. Mas, “fitando a grande revolução” e compreendendo os seus valores representados no “espírito generoso e altíssimo” de Vergniaud, preferia “a trágica hediondez de Marat à feição desfrutável de Anarchasis Clootz, o que fazia chorar ao que fazia rir a toda a gente...” Argumentava que, para os que buscavam a conquista da opinião geral, deveria existir uma preocupação primordial: serem levados a sério. Não obstante, recordava que aqueles que procederam nessa linha de ação sempre exageraram na destruição e foram precipitados “numa grande perversão do sentimento e do espírito, como os desvairados do Terror” – que realizaram a estranha antítese “de formarem com as palavras liberdade, igualdade e fraternidade, os lados do inumano triângulo das guilhotinas...” Embora reprovasse tais comportamentos, assinalava que tristes dos revolucionários cujas ações, metrificadas, se subordinavam à toada das partituras alegres. A crônica se encerrava com irônico conselho: “Pois que aproveitem e aumentem esta instabilidade [...] sacrifiquem às próprias paixões os mais altos interesses. Que perturbem e tentem a destruição de tudo que está feito – e espantem a todo o mundo... Mas não façam rir ninguém.”¹³⁶

A força imagética da Revolução Francesa, nos textos euclidianos, implica um balanço provisório das filiações do escritor aos princípios de 1789. Preliminarmente, deve-se insistir em algumas evidências, reveladas pela leitura das diferentes séries de documentos relativos à história do Brasil das três últimas décadas do século XIX. Em primeiro lugar, a simpatia de Euclides pela Grande Revolução não era um privilégio seu, mas expressava um movimento das idéias dessa época – especialmente forte entre os componentes de sua geração. Por outro lado, embora admirasse a obra revolucionária, o jovem propagandista não demonstrava uma aceitação incondicional de todos os seus resultados – o repúdio ao jacobinismo, por exemplo, delineou-se de maneira enfática já nos primeiros artigos. Revelando mais uma das suas ambigüidades ideológicas, no que dizia respeito à superação do Antigo Regime brasileiro, oscilava entre as

¹³⁶ Id. Dia a dia. In: _____. **Obra completa**, p. 649-650.

soluções *evolucionista* – uma possibilidade que aparentemente preferia – e *revolucionária* – uma via que o ligava ao imaginário romântico. É provável que essas oscilações – um dos nós górdios do pensamento euclidiano – expliquem-se, parcialmente, em virtude de uma eclética composição, operada pelo jovem militar, de elementos estéticos e teóricos de correntes de pensamento como o romantismo, o evolucionismo e o positivismo. Segundo Roberto Ventura, a Revolução de 1789 serviu de inspiração a Euclides e a outros republicanos para a derrubada do Antigo Regime, representado no Brasil pela realeza hereditária e por uma Monarquia constitucional acusada de arbítrio político, sobretudo em suas relações com o Exército. Assim, essa mistura de credos reforçava a fé do jovem cadete na evolução da humanidade, que deveria se dar através de uma série linear de etapas históricas. Aos seus olhos, a República surgia como a salvação da nacionalidade, que traria a reparação da honra da corporação, cujos membros se sentiam indignados com os baixos salários e a lentidão das promoções. “Mas a República também era a mulher amada, com que os cadetes sonhavam. Essa personificação feminina da República, meio revolucionária e meio romântica, foi um dos traços que os republicanos brasileiros trouxeram da França.” Por fim, segundo o jovem Euclides, o curso da Revolução Francesa, nos trópicos, implicava ajustes, rearranjos, adaptações à moda da casa. Tratava-se, nos marcos do liberalismo à francesa, de evitar uma “derrapagem revolucionária”, similar à que ocorreu a partir de 1791. Em suma, deveria haver uma outra rota, um *modus operandi*, que exorcizasse o espectro da repetição dos “excessos” revolucionários – representados pelo regicídio, pelos massacres aos opositores e pelo Terror jacobino. Não é implausível creditar essas ponderações com a estratégia das lideranças do Partido Republicano, que insistiam na tese da passagem evolutiva para o novo regime e na difusão pacífica das suas idéias, mediante a propaganda política. Contudo, Euclides apostava na inexorabilidade da mudança para a República e traçava paralelos entre a Revolução de 1789 e as comemorações do seu centenário no Brasil, estas que poderiam apressar a evolução rumo à República. Paradoxalmente, esgrimia argumentos evolucionistas e demonstrava simpatias pela via revolucionária para se chegar à República. Essa ambivalência refletia os debates travados entre as distintas correntes do movimento republicano brasileiro, às vésperas de 15 de novembro de 1889.¹³⁷

¹³⁷ Cf. VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 52-53; CARVALHO, José Murilo de. República-mulher: entre Maria e Marianne. In: _____. **A formação das almas**, p. 75-96; FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 142-143; SOLÉ, Jacques. **A**

Qual República?

As oscilações de opinião de Euclides, dividido entre as soluções evolucionista e revolucionária, espelhavam as distintas opções ideológicas que separavam os republicanos brasileiros, às vésperas da Proclamação. Segundo José Murilo de Carvalho, havia, pelo menos, três modelos à disposição dos brasileiros: o *americano*, o *jacobino* e o *positivista*. O primeiro e o terceiro, embora partissem de premissas muito distintas, enfatizavam os aspectos da organização do poder, enquanto a versão jacobina colocava a intervenção popular como fundamento do novo regime, desprezando as questões de cunho institucional. Esquemáticamente, essas alternativas podem ser sintetizadas nos termos que se seguem. A primeira era a dos proprietários rurais, especialmente os paulistas – que desde 1873 haviam fundado um partido republicano. Para esses homens, a república ideal era a do modelo norte-americano, individualista, que garantia a *liberdade dos modernos* e evitava o apelo à ampla participação popular, tanto na sua implementação quanto no seu governo. Esse modelo, ao definir o público como a soma dos interesses individuais, fornecia aos fazendeiros a justificativa para defesas dos seus pontos de vista particulares. A versão do pensamento liberal no final do século XIX era o *darwinismo social*, absorvido através da leitura de Spencer, pelo principal teórico paulista da República, Alberto Sales. Para os republicanos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o federalismo era talvez o aspecto mais importante que buscavam no novo regime. A essa classe de ex-senhores de escravos, preocupados com a ordem política e social, convinha-lhes a ênfase americana na organização do poder, de modo especial a solução federalista.¹³⁸

Não era essa a República dos sonhos de outros adversários do Império. Para determinados segmentos da população urbana – pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, estudantes e professores –, a Monarquia aparecia como limitadora das oportunidades de trabalho. Aos olhos dos componentes dessa classe média, a solução liberal ortodoxa não era atraente, já que não controlavam os recursos do poder econômico e social capazes de colocá-los vantajosamente num sistema de competição livre. Assim, eram mais atraídos pelos apelos em favor da liberdade, da igualdade, da participação, embora nem sempre fosse clara a partir de quais meios se chegaria à operacionalização dessas metas. A sua idéia de povo era abstrata e

Revolução Francesa em questões. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989. p. 96-116; VOVELLE, Michel. **Combates pela Revolução Francesa.** Bauru: EDUSC, 2004. p. 88-89, 91-92, 110.

¹³⁸ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**, p. 22, 24-25.

muitas das referências ideológicas do grupo eram quase simbólicas. “Os radicais da República falavam em revolução (queriam mesmo que esta viesse no centenário da grande Revolução de 1789), falavam do povo nas ruas, pediam a morte do príncipe-consorte da herdeira do trono (era um nobre francês!), cantavam a *Marselhesa* pelas ruas.” A esse respeito, Roberto Ventura destacou os estreitos vínculos que ligavam o imaginário dos republicanos radicais à tradição revolucionária de 1789. Um exemplo dessas afinidades pode ser vislumbrado em 1889, quando jornais como a *Gazeta de Notícias* e *A Província de São Paulo* publicaram narrativas de historiadores franceses, inclusive Taine e Michelet, sobre episódios da derrubada do Antigo Regime. No Rio de Janeiro e em São Paulo, a Tomada da Bastilha era comemorada com passeatas ao som do hino francês, a canção revolucionária predileta dos cadetes da Escola Militar. Para José Murilo de Carvalho, essa versão jacobina tendia a projetar sobre a monarquia brasileira os mesmos vícios do *Ancien Régime*, por menos comparáveis que fossem as duas realidades. Dentre as acusações lançadas contra o Império estavam o atraso, o privilégio e a corrupção. Contudo, dados os seus limites intrínsecos, os partidários da *liberdade à antiga* formavam um grupo pequeno, embora politicamente agressivo. “A maior parte desse grupo de descontentes percebia a dificuldade, se não a impossibilidade, de se fazer a república na praça pública.”¹³⁹

O entusiasmo e as expectativas despertadas em certas camadas da população pelo advento do novo regime provinham de promessas democratizantes feitas nos comícios, nas conferências públicas, na imprensa radical. Quem melhor caracterizou este lado da campanha foi Antônio da Silva Jardim, um dos mais ativos propagandistas do republicanismo radical. Este jacobino inspirava-se, basicamente, na retórica da Revolução Francesa e insistia na tese de que o Império deveria cair em 1889, para coincidir com o centenário do movimento de 1789 – a proximidade dessa efeméride, aliás, somente fez aumentar o entusiasmo dos republicanos radicais. Além de pregar abertamente a derrubada da Monarquia, Silva Jardim “não se esquecia de incluir o fuzilamento do Conde D’Eu, o francês, a quem destinava o papel do infortunado Luís XVI, numa réplica tropical do drama de 1792.” Ademais, contra a opinião dos líderes partidários evolucionistas, queria a transformação feita revolucionariamente nas ruas, com apoio e participação do povo. No entanto, nunca expôs sistematicamente as suas idéias sobre como seria

¹³⁹ Ibid., p. 25-26; VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha e a República, p. 278; CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*, p. 26.

a participação popular no novo regime, falando apenas na necessidade inicial de uma ditadura, que lhe poderia ter sido inspirada tanto por Robespierre quanto pelo positivismo, a ser depois legitimada por sufrágio universal. O fato é que o radicalismo de Jardim incomodava o grosso do partido e levou-o ao rompimento com os dirigentes. Foi-lhe ocultada até mesmo a data da revolta e ele dela participou por acaso.¹⁴⁰

A concepção positivista ofereceu uma saída para os republicanos que não desejavam nem a solução americana, nem a via jacobina. O arsenal teórico positivista trouxe muitas armas úteis para o embate ideológico com os monarquistas. Um primeiro elemento era a condenação da Monarquia em nome do progresso. De acordo com a teoria comteana dos três estágios, a monarquia correspondia à fase teológico-militar, que devia ser superada pela fase positiva, cuja melhor encarnação era a República. A separação entre o Estado e a Igreja também era uma proposta atraente – especialmente para os professores, estudantes e militares. A idéia positivista de incorporação do proletariado à sociedade moderna, uma política social a ser levada a cabo pelo Estado, possuía maior credibilidade do que o apelo abstrato ao povo e abria caminho para penetração do republicanismo no operariado. Por fim, a idéia de ditadura republicana, o apelo a um executivo forte e intervencionista, servia bem aos interesses dos componentes desse grupo social. “Progresso e ditadura, o progresso pela ditadura, pela ação do Estado, eis aí um ideal de despotismo ilustrado que tinha longas raízes na tradição luso-brasileira desde os tempos pombalinos do século XVIII.” Um segmento que se sentiu particularmente atraído por essas concepções de sociedade e república foi o dos militares, em que pese os positivistas afirmarem ser um governo castrense um retrocesso social. Entretanto, os oficiais tinham formação técnica, em oposição aos pendores literários da elite civil, e sentiam-se atraídos pela ênfase dada à ciência pelo positivismo. Por outro lado, fazendo parte do aparelho de Estado, não podiam dele prescindir como instrumento de ação política. “A idéia de ditadura republicana tinha para eles um forte apelo, embora na América Latina pudesse aproximar-se perigosamente da defesa do caudilhismo militar e assim tenha sido vista por observadores estrangeiros, especialmente europeus, durante os dois governos militares que iniciaram a República.”¹⁴¹

Portanto, assinalar que os artigos de Euclides refletiam os debates travados pelas diferentes facções republicanas brasileiras, no período anterior à Proclamação, é quase uma

¹⁴⁰ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**, p. 12; Id. **Os bestializados**, p. 46-47, 168.

¹⁴¹ Id. p. 27-28.

tautologia. Como notou Roberto Ventura, na divisão do movimento republicano entre os evolucionistas, favoráveis à transição pacífica para a nova forma de governo, e os revolucionários, que lutavam pela derrubada do Imperador por um movimento armado, a ser conduzido pelo povo ou pelo Exército, Euclides se mostrava ao mesmo tempo evolucionista e revolucionário: por um lado, era evolucionista, em termos filosóficos, ao conceber a história como sucessão de etapas evolutivas; por outro, era revolucionário em termos políticos, ao pregar a revolução como um modo de abreviar a passagem da Monarquia para a República, a exemplo do que fizera a França para derrubar o Antigo Regime. Assim, mesmo após a Proclamação e nos anos de consolidação do novo regime, o engenheiro-letrado oscilou entre as duas posturas em debate. A propósito, em 21 de abril de 1893, escrevendo a Reinaldo Porchat, lamentava que o povo brasileiro abdicasse completamente das suas energias revolucionárias, após o 15 de novembro – acompanhando, ironicamente, o gesto do ex-Imperador Pedro II. Assim, com o povo brasileiro não possuindo forças “para agitar-se além das arruaças desprezíveis”, Euclides via o país atravessando longos e sombrios dias de anarquia sem nome: “Nós atravessamos uma revolução – a revolução dos cochichos: os revolucionários vivem a discursar pelas esquinas inclinados para os ouvidos dos comparsas – mas toda a ação não vai além disso. Falta-nos vigor, falta-nos brio, falta-nos sentimento e falta-nos espírito.” Em síntese, caso seja lícito acrescentar um adendo ao juízo euclidiano, faltava à República tropical, essencialmente, a glória, o heroísmo e a força da dramaticidade histórica da Revolução Francesa.¹⁴²

Restauradores e Jacobinos na Primeira República

Nos anos que se seguiram à Proclamação da República, não obstante o precoce desencanto com os rumos do novo regime, um tema, que povoou e atormentou o imaginário euclidiano, foi aquele relacionado à possibilidade de uma Restauração monárquica, ou seja, a existência de um Terceiro Império em terras brasileiras. As analogias com a história européia, particularmente com a francesa, eram por demais evidentes, pois, no século XIX, os modelos clássicos da Restauração eram o dos Stuart, ocorrido na Inglaterra, em 1660, que restabeleceu o controle daquela dinastia sobre este reino, encerrando a experiência republicana, comandada por

¹⁴² Cf. VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido de Euclides da Cunha**, p. 81; CUNHA, Euclides da. Carta a Reinaldo Porchat. Rio de Janeiro, 21 de abril de 1893. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 46.

Oliver Cromwell, e o dos Bourbon, na França, em 1815, que colocou um término ao Império de Napoleão Bonaparte, herdeiro e continuador da obra da Revolução Francesa. Assim, mesmo antes do episódio de Canudos, Euclides vislumbrou em determinados movimentos de oposição ao governo do marechal Floriano, tais como a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, a sombra da restauração monárquica no Brasil. Quanto à primeira rebelião, ela proporcionou ao escritor terreno fértil para exercitar suas relações de semelhança entre as histórias da França revolucionária e do Brasil republicano. Na luta, que se travou entre os revoltosos da Marinha e o governo florianista, o militante republicano perfilou-se ao lado dos defensores do *Consolidador da República*. Em 22 de novembro de 1893, na carta dirigida a Reinaldo Porchat, expunha as razões da sua opção e expressava o temor de uma restauração monárquica, que derruísse as nascentes instituições republicanas: “Há ainda uma razão poderosa que fixa a minha posição: pressinto através da feição dúbia de alguns caracteres, através da simpatia suspeita pela revolta, por parte da esquadra estrangeira – o fantasma do 3º Império.” Em 15 de dezembro do mesmo ano, expressava ao mesmo amigo as suas dúvidas sobre o porvir do Brasil republicano, acossado pelo complô da Restauração: “A nossa grande Pátria cindida pelas paixões decompor-se-á em minúsculos estados? Resistirá, forte, amparada pela República, à sinistra conspiração, dos velhos devassos imperiais, emudecidos a 15 de novembro e rugidores hoje?” Para Roberto Ventura, esse raciocínio incorporava uma das acusações dirigidas pelos florianistas contra os marinheiros rebelados, ou seja, que se tratavam de *sebastianistas* – numa alusão à crença messiânica relacionada ao retorno do rei português D. Sebastião I (1554-1578), morto na batalha de Alcácer-Quibir, no Marrocos, travada contra os mouros –, como se os opositores do Marechal de Ferro sonhassem com uma restauração impossível da monarquia. Portanto, “Euclides se equivocava quanto ao monarquismo dos revoltosos, mas já revelava o mesmo tipo de projeção política que a imprensa, inclusive ele próprio, iria fazer por ocasião da Guerra de Canudos.”¹⁴³

Entretanto, deve-se lembrar que as analogias entre os adversários do florianismo e os seguidores da lenda do *Rei Encoberto* eram corriqueiras em diversos órgãos da imprensa brasileira, no final do século XIX. Em 1893, a fusão entre os marinheiros derrotados da Armada e as forças da Revolta Federalista deu aos republicanos radicais mais um motivo para denunciar a aliança entre os revolucionários e os monarquistas. Assim, o periódico *O Jacobino* publicou,

¹⁴³ Cf. CUNHA, Euclides da. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 50, 57; VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 117-118.

entre setembro e outubro de 1893, sob o título “O sebastianismo em São Paulo”, artigos nos quais denunciava um suposto complô monarquista, que contava até mesmo com a colaboração de republicanos históricos. Os articulistas radicais asseguravam que os restauradores enviavam armas secretamente aos revoltosos e falavam abertamente em depor o marechal Floriano. Em decorrência dessas denúncias, explodiram conflitos de rua em São Paulo e a Câmara Municipal proibiu a venda do referido jornal. Como se percebe, a imagem de Canudos como um foco restaurador encontraria terreno mais que propício para a sua disseminação. Portanto, a obsessiva recorrência de Euclides à temática da restauração monárquica ecoava uma crença generalizada nos meios republicanos. Assim, em 6 de novembro de 1895, na missiva dirigida ao médico Júlio Brandão (1858-1931), inquiria acerca dos movimentos dos realistas da cidade de Campanha, aos quais denominava “caducos cavalheiros andantes da Restauração”. Na seqüência, confessava que, no íntimo, desejava que se realizasse o “absurdo” do restabelecimento do Império, fato esse que possibilitaria a retomada dos ideais republicanos: “Tenho saudades daquela minoria altiva anterior ao 15 de novembro... há tanto republicano hoje... Para mim Restauração teria o valor de fazer ressurgir a legião sagrada mais enérgica e mais orientada, capaz de vencer com mais dignidade e com mais brilho.” Em outra carta, destinada a João Luís, retomava a preocupação com os intuítos monarquistas: “Tenho fundadas esperanças em melhores dias para a nossa República, em torno da qual escandalosamente entoa-se por aqui o *cantochão* monótono da restauração do império. Aguardemos o futuro.”¹⁴⁴

Esses espectros restauradores, aparecem, hoje, como absolutamente descabido de sentido e mesmo risível. Mas, existiam elementos plausíveis para tais inquietações. Conforme lembrou Maria de Lourdes M. Janotti, a ação do movimento monarquista, durante os primórdios da República, foi ignorada pela historiografia brasileira, que lhe atribuiu pouca relevância. Entretanto, assim não pensavam os contemporâneos e os governos republicanos desse período, que o temeram como uma constante ameaça ao novo regime e tomaram diversas medidas contra os *subversivos da República*. “O exílio, a prisão, o confinamento, a perda de cargos públicos, o empastelamento de jornais, a violação de domicílio, o impedimento do exercício dos direitos políticos, o assassinato, eis aí os elementos da contextura histórica da repressão exercida sobre os grupos restauradores.” Segundo a mesma autora, o esquecimento das lutas sustentadas pelos restauradores contribui para que permaneçam inexplicáveis muitos dos aspectos da política

¹⁴⁴ Cf. CUNHA, Euclides da. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 88, 99.

interna dos primeiros governos republicanos, do jacobinismo, da história da imprensa e das dissensões entre as classes dominantes. Após a Proclamação, consagraram-se dois mitos sobre esse acontecimento: o consenso nacional e a indiferença da população. Generalizou-se, então, a versão veiculada pelos manuais didáticos de que não houve oposição ao novo regime nem discordâncias entre os republicanos sobre o modelo adotado. No entanto, as primícias do novo regime caracterizaram-se pela decretação, por diversas vezes, do estado de sítio, pelo arbítrio e pela violência como instrumentos para resolver os desentendimentos no interior das classes dominantes e neutralizar as manifestações das contradições entre as diferentes classes sociais. Os elementos anteriormente destacados evidenciam a ação dos grupos restauradores durante os primórdios da República. Quanto aos antigos políticos monarquistas, duas correntes de opinião delinearão-se após o 15 de novembro: a dos que consideravam a situação reversível (os restauradores) e a dos que aderiram à nova situação (os neo-republicanos). Ambos os grupos foram tratados com imenso rigor pelos primeiros cronistas da história republicana: “Aos restauradores atribuíam todas as maquinações tendentes a desmoralizar a imagem do país no exterior, a confundir a opinião pública e a semear a discórdia entre os patriotas; e aos neo-republicanos, ou adesistas, atribuíam um comportamento caracterizado pelo oportunismo e pela ausência de princípios.” Quanto ao segmento dos monarquistas inconformados, eles passaram a contestar o novo regime, mediante pronunciamentos pessoais, manifestos coletivos, conspirações em parceria com republicanos descontentes e, principalmente, através de uma imprensa combativa. Paulatinamente, os restauradores foram se reunindo em pequenos grupos, que estreitaram os contatos entre si. Arregimentando-se em torno de lideranças do Império, tais como Afonso Celso de Assis Figueiredo (1836-1912), o Visconde de Ouro Preto, cercaram-se de jornalistas e contavam com adesão de intelectuais. Essas condições deram-lhe a fisionomia de um grupo político estruturado. Ademais, nos estados subsistiram os monarquistas que não aderiram à República – com destaque para os núcleos do Pará, Ceará, Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Rio de Janeiro –, de onde se irradiava a propaganda restauradora para os demais estados da Federação. Assim, em 1895, fundou-se o Partido Monarquista, em São Paulo, e logo a seguir, em janeiro de 1896, organizou-se o Centro Monarquista do Rio de Janeiro – as duas primeiras organizações formais dos restauradores brasileiros.¹⁴⁵

¹⁴⁵ Cf. JANOTTI, Maria de Lourdes M. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 7-9. 72-73.

Esses grupos apresentavam uma composição social variada, incluindo tanto os egressos do estamento burocrático imperial quanto *homens novos*, tais como bacharéis das Faculdades de Direito – a exemplo de Eduardo Prado (1860-1901), cuja família estava ligada à cafeicultura. Os monarquistas podem ser divididos em quatro tipos: os *afetivos*, os *saudosistas*, os *intelectuais* e os *ativistas*. Não obstante, estavam unidos pelos motivos do antimilitarismo, da idealização do Império como modelo de virtudes cívicas e do conservadorismo religioso e pelo sentimento de respeito á tradição. Mesmo considerando a participação dos dois primeiros tipos no esforço político, a tônica do movimento foi dada pelos *intelectuais* e pelos *ativistas*. Os primeiros sustentaram a propaganda, responsabilizando-se pela produção de panfletos, livros e artigos, travaram polêmicas pela imprensa, mediante as quais censuravam os atos do governo, ressaltando a instabilidade do regime e a possível reversibilidade do 15 de novembro. Intimamente vinculados aos líderes monarquistas, dividiam com eles as responsabilidades e o ônus das posições assumidas. Eduardo Prado e Afonso Arinos (1868-1918), esse último redator do periódico monarquista *O Comércio de São Paulo*, apareciam como dois dos expoentes intelectuais da causa restauradora. Quanto aos ativistas, eles atuaram ao longo da duração do movimento – de 1889 a 1910 –, agitaram comícios populares, quando da renúncia do Marechal Deodoro; apoiaram a Revolta da Armada; combateram na Revolução Federalista; incentivaram greves, como a dos cocheiros e ferroviários, objetivando um levante monárquico, em 1900; militaram na Revolta da Vacina; apoiaram a candidatura à Presidência de Hermes da Fonseca; e mesmo proclamaram a restauração da monarquia, em 1902, na cidade paulista de Ribeirãozinho.¹⁴⁶

Segundo a mesma autora, essas atividades refletiam os esforços de um grupo político minoritário que buscou, mediante todos os meios de que dispunha, promover a derrubada do novo regime. O conjunto dessas ações explica por que os restauradores foram responsabilizados pela maioria dos acontecimentos que abalaram os anos iniciais da República; por que foram temidos pela influência que possuíam, bem menor, aliás, do que se acreditava; por que foram usados para encobrir muitas das dissidências existentes nas fileiras republicanas; e, finalmente, por que foram utilizados para justificar a repressão, que tinha por objetivo o fortalecimento do poder. Portanto, repassadas as fontes sobre o movimento restaurador desse período, brota uma questão relevante: deve-se considerar apenas os fatos que, concretamente, aconteceram; ou se

¹⁴⁶ Ibid., p. 9-11.

deve levar em conta aquilo que os contemporâneos acreditavam que acontecia? Se forem levadas em conta apenas as tentativas de restauração pela ação concreta revolucionária, pouco se poderia documentar. Entretanto, se o historiador atentar para os editoriais dos jornais republicanos, os manifestos de Presidentes da República, os discursos no Parlamento, as memórias e outras fontes não monarquistas, não se pode omitir a importância que se dava ao perigo restaurador – e este é um fato. “Mais forte que a ação monarquista foi o receio que dela se tinha e, em nome dele, eram justificados os atos de violência que consolidavam o novo regime.”¹⁴⁷

Sob essa perspectiva, a contrapartida ideológica dos sebastianistas era representada pelos jacobinos brasileiros – fato esse que remete o presente trabalho, mais uma vez, à notável persistência do imaginário da Revolução Francesa no Brasil de fins do século XIX. Como assinalou Suely Robles Reis de Queiroz, as expressões “jacobinos” e “jacobinismo” eram correntes na crônica da Primeira República, desde a sua implantação. Nos primórdios do governo provisório, os jornais chamavam de “jacobino feroz” o redator de boletins afixados nos muros do Rio de Janeiro, os quais conclamavam os revolucionários de 1889 a derrubarem a “ditadura” do marechal Deodoro da Fonseca, na qual os ministros esbanjavam escandalosamente os cofres públicos e o filhotismo imperava desassombrado. Não obstante, foi a partir do governo Floriano Peixoto que os termos em questão fizeram parte do cotidiano político, e até praticamente o final do mandato de Prudente de Moraes ressurgiram, com maior ou menor intensidade, na vida brasileira, conforme demandassem as contingências desse período atribulado. Conforme a mesma autora, o jacobinismo foi um movimento político de composição social heterogênea e conduzido por um discurso militar-positivista que marcou a Primeira República. Todavia, esse movimento, como objeto específico de análise, é uma das grandes ausências de que se ressentem a historiografia brasileira, visto que a sua presença na arena política dos anos 1893-1897 tem merecido referências fragmentárias, dispersas e unilaterais. As razões que explicam essa lacuna são ainda obscuras, podendo ser justificadas no recuo da escrita da história frente ao extremismo que caracterizou o jacobinismo – responsável por despertar ódios e paixões duradouras –, encobrendo, assim, as possibilidades de uma apreciação mais distanciada. Em suma, o tema se constituiu num desafio para os pesquisadores, tendo em vista a dispersão das fontes, a passionalidade e o sectarismo das mesmas e a ausência de outras, talvez fundamentais para a compreensão desse movimento localizado na passagem da Monarquia à República. Mas, quem

¹⁴⁷ Ibid., p. 11, 56.

eram esses jacobinos brasileiros? Quais os seus pressupostos ideológicos? E quanto às afinidades com os congêneres franceses? A esse respeito, deve-se, preliminarmente, rediscutir os conceitos em questão, pois os mesmos, desde que vieram à baila, no contexto da década revolucionária (1789-1799), adquiriram uma crescente ambigüidade e carregam uma polissemia demoníaca, tanto no que diz respeito à história quanto à historiografia.¹⁴⁸

A esse respeito, François Furet, corifeu da historiografia *revisionista* da Revolução Francesa, assinalou que a palavra “Jacobinismo” – antes mesmo de ser um conceito ou uma tradição, ou um estado de espírito político – evoca a história de um clube cuja atuação (essencial desde o início do processo revolucionário) tornou-se tão dominante entre os anos de 1792 e 1793 que, nesse período e no futuro, o adjetivo “jacobino” passou a designar os partidários da ditadura da salvação pública. Assim, desde as primeiras reuniões dos deputados bretões, em Versalhes, entre maio-junho de 1789, passando pela instalação desse clube na biblioteca do convento dos frades Jacobinos, a partir de outubro do mesmo ano, até a conquista da hegemonia, a partir da derrota dos seus rivais Girondinos, em maio de 1793, essa sociedade política transformou-se, de um clube de discussão numa “máquina política a serviço de uma segunda revolução.” Então, abriu-se um novo período na história dos jacobinos, caracterizado pela conquista e pelo exercício do poder. A partir de 1792 até o Golpe do 9 Termidor, essa “máquina jacobina”, mediante ao Terror, dominou todo o processo político e principalmente a Convenção. “Mas a contribuição essencial da sociedade reside em ter sido o cadinho em que se formou o espírito do dia 10 de agosto, mistura de desprezo pelas leis e de idealismo republicano, misto de suspeita generalizada e de utopia igualitarista em que se volta a encontrar o traço próprio da pedagogia robespierrista.” Assim, mesmo a queda de Robespierre não acarretou o fim imediato daquela sociedade política, que somente teve o Clube de Paris fechado pelos “termidorianos” em 12 de novembro de 1794.¹⁴⁹

Conforme o mesmo autor, após a história dos jacobinos, veio a do Jacobinismo, iniciada de imediato como a de uma recordação atuante, celebrada ou detestada, encarnação para o bem e para o mal da própria Revolução. “Por sua capacidade de encarnar o que houve de mais radical na Revolução Francesa, e por conseguinte a própria Revolução, o Jacobinismo se transmitiu aos dois séculos seguintes juntamente como legenda, história, tradição, teoria e prática.” Consequentemente, a elasticidade semântica do termo, na política francesa desde o final do

¹⁴⁸ Cf. QUEIROZ, Suely Robles R. de. **Os radicais da República**. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 9, 17, 263.

¹⁴⁹ Cf. FURET, François. Jacobinismo. In: _____; OZUF, Mona, op. cit., p. 764-770.

século XIX, fez com que as palavras Jacobinismo ou Jacobino possam designar, segundo cada caso, predileções muito diversas: a indivisibilidade da soberania nacional; a vocação que teria o Estado para transformar a sociedade; a centralização governamental e administrativa; a igualdade dos cidadãos garantida pela uniformidade da legislação; a regeneração dos homens pela escola republicana; ou o apego zeloso pela independência nacional. Entretanto, antes de se tornar esse ponto de referência confuso, o Jacobinismo foi, no curso do século XIX, na França e na Europa ocidental, o centro de conflitos políticos e intelectuais muito profundos. “Desde a Restauração até a fundação da Terceira República, ele fez parte das bagagens do partido republicano, a títulos e graus diversos; constituiu nele uma herança indivisa, onde se encontravam ao mesmo tempo a soberania do povo una e indivisível, a Assembléia todo-poderosa eleita por sufrágio universal, a nação francesa como figura de proa da emancipação dos povos, a hostilidade contra a Igreja Católica, a religião da igualdade e por fim, segundo o caso, a sociedade secreta ou pública de ativistas profissionais da política revolucionária.” A esse respeito, a idéia socialista, ou comunista, dos séculos XIX e XX e a concepção do partido revolucionário (vide o modelo leninista) como uma condição preliminar ao processo revolucionário constituiriam uma herança do Jacobinismo. Por fim, no que se refere à historiografia da Revolução Francesa, Furet lembrou que os debates sobre o Jacobinismo, travados pelos historiadores franceses, ao longo do século XIX, exprimiam as opiniões e os julgamentos pró ou contra a ditadura do ano II, o governo revolucionário da salvação pública e o exercício do Terror. Para esse historiador anglófilo e liberal, o Jacobinismo pode ser definido, lapidarmente, nos seguintes termos: “O Jacobinismo é menos um conceito do que um período, menos um objeto de análise do que um acontecimento da nossa história: aquele que une o culto do Estado e o culto da nação em torno de valores igualitários e de luta pela salvação pública. Essa constelação indistinta permanece o ponto de partida obrigatório de toda a história do Jacobinismo.”¹⁵⁰

Por sua vez, Michel Vovelle, situado na tradição historiográfica e no espectro ideológico diametralmente opostos aos de Furet, assinalou que o termo jacobino e o conceito de jacobinismo pertencem ao registro excepcional no qual uma palavra, escapando de seu limite geográfico e do contexto histórico de seu nascimento, reveste-se de um significado mais geral, designando, para o bem e para o mal, uma atitude, um comportamento e até uma visão de mundo. Assim, o acaso da história fez com que se instalasse, em outubro de 1789, na Rua Saint-Honoré, num edifício da

¹⁵⁰ Ibid., p. 770-775; Id. **A Revolução em debate**. Bauru: EDUSC, 2001. p. 23.

ordem dos dominicanos, o clube cuja hegemonia se impôs, durante um determinado período, ao longo do episódio revolucionário, tanto em Paris quanto nas províncias. Em novembro de 1789, a referida agremiação tomou para si o nome *Sociedade dos Amigos da Constituição*, para, em 22 de setembro de 1792, adotar a denominação de *Sociedade dos Jacobinos Amigos da Liberdade e da Igualdade*. Essa sociedade política legou como herança “a imagem forte de um grupo de homens decididos a levar a Revolução ‘até o fim’, de uma estrutura em que alguns vêm a experiência ou a antecipação de uma democracia forte e vitoriosa, e que outros consideram como uma ‘máquina’ de moer indivíduos e, até mesmo, a matriz dos totalitarismos futuros.” Conforme o mesmo autor, ao longo do episódio revolucionário, os jacobinos tiveram, por algum tempo, o poder de galvanizar as energias coletivas e ser o “braço armado” do governo revolucionário. “Os jacobinos de 1789-1794 constituíram, ao mesmo tempo, um grupo de pressão e uma rede de notável e inédita eficácia, e, por isso, ocuparam um lugar privilegiado nos processos de aculturação à política moderna da França.” Derrotadas após o golpe do 9 Termidor, as idéias jacobinas não tardaram em ultrapassar os limites geográficos franceses, ganhando a Europa e tomando até mesmo uma dimensão extra-européia – como nos casos do Caribe e do Brasil. Nesse panorama, a difusão do jacobinismo transformou-se em uma das fontes do grande medo de todas as potências conservadoras da Europa. Paradoxalmente, foram adversários da Revolução, como o rei Frederico Guilherme ou a czarina Catarina II, desejosos da destruição da “fábrica de jacobinos” polonesa – a imperatriz russa, ao denunciar a “jacobineria” como espécie de internacional da subversão, tinha seus olhos voltados para Varsóvia –, que contribuíram para banalizar o termo, aplicando-o a todas as correntes opositoras de seus Estados – ecoando um grande medo amplamente partilhado. Assim, criou-se não somente uma memória, mas também uma dinâmica que transformaram o jacobinismo, com avanços, recuos e migrações significativas, em uma referência mitificada, exaltada ou anatemizada. “A terrível ambigüidade dos termos jacobinos/jacobinismo, tais como o episódio da Revolução e do Império legaram como herança, deixa subsistir, no nível de uma memória dividida entre o anátema e a admiração, a lembrança de uma energia coletiva, mobilizada a serviço da Revolução e de seu ideal democrático.”¹⁵¹

Portanto, quando os historiadores buscam verificar se os correligionários de Robespierre e Saint-Just merecem tanta honra e tanta infâmia, confrontam-se com dois modelos de jacobinismo: o “histórico”, enquadrado no contexto preciso da experiência revolucionária, e o “transhistórico”,

¹⁵¹ Cf. VOVELLE, Michel. **Jacobinos e jacobinismos**. Bauru: EDUSC, 2000, p. 25, 28, 37, 48, 101, 144, 263-264.

o qual ocupa um lugar singular na série de palavras terminadas em “ismo” que o vocabulário designa para as teorias, comportamentos ou atitudes no âmbito intelectual. Conceito essencialmente problemático, o jacobinismo não se remete a um sistema social determinado e, muito embora seja associado ao sistema de valores oriundo da Revolução Francesa, o seu conteúdo democrático não é universalmente reconhecido. Ele chega a ser contestado, na medida em que seu conteúdo social é ambíguo e discutido (em sua essência seria burguês ou popular?). “Ao invés de se fechar num programa preciso, o jacobinismo se caracteriza – como foi dito de diversas formas – por uma ‘maneira’. Assim, para Marx, ele constitui a ‘maneira plebéia de finalizar a revolução burguesa’ por meio de estruturas organizacionais, de uma teoria – e sobretudo de uma prática – do poder e de uma visão de Estado.” Desse modo, embora as origens históricas do jacobinismo remetam-se a um contexto histórico preciso, esse conceito não se fecha na dada época, como seria o caso, por exemplo, do bolchevismo. Por outro lado, o jacobinismo pode ilustrar uma atitude, um comportamento apto a se adaptar a diversos momentos, sem cair, no entanto, no grau de generalidade encontrado em outras posturas como o pragmatismo, o nihilismo ou o militantismo.¹⁵²

Retomando a análise da questão do jacobinismo à brasileira, destaque-se, com Suely Robles Reis de Queiroz, que o termo “jacobino” foi utilizado de maneira muito elástica ao longo dos primeiros anos da República Velha: “Segundo alguns, os jacobinos eram meia dúzia de desordeiros conhecidos, animados de falso patriotismo. Segundo outros, ‘politiqueiros contumazes’, ‘desordeiros irresponsáveis’ ou ‘maltrapilhos que andam pelas ruas dano vivas ao partido jacobino’. Para outros, ainda, a ‘incoerência apaixonada e perturbadora’. É claro que eles próprios e os que lhe eram simpáticos consideravam-se ‘puros nacionalistas republicanos’.” Dessa forma, a sua identificação encerra uma série de dificuldades, pois, em geral, a historiografia privilegia os elementos urbanos exaltados, que aos gritos de “mata galegos” perseguiram os portugueses pelas ruas do Rio de Janeiro. Não obstante, a leitura das fontes do período revela a participação de políticos ligados às oligarquias regionais, de homens de letras e de militares, que imprimiam as suas características particulares ao movimento. A menção dessas personagens não elimina as dificuldades no trato com esse movimento radical, pois os jacobinos não constituíam um partido político estruturado, não representavam uma classe social específica e ainda envolviam o problemático grupo social dos militares. No que diz respeito aos seus marcos

¹⁵² Ibid., p. 25-28, 60, 81-2, 85.

cronológicos, os mesmos localizam-se entre 1893 (início da Revolta da Armada) e 1897 (final da Guerra de Canudos). Assim, a sublevação dos marinheiros e as atitudes de simpatia dos diplomatas europeus para com os revoltosos provocaram reações nacionalistas – exploradas por Floriano Peixoto –, as quais, posteriormente, converteram-se no “jacobinismo rubro e violento.” Ademais, adesão do almirante Saldanha da Gama à revolta de 7 de setembro de 1893, através de um manifesto no qual não ocultava as suas simpatias imperiais, elevou a intensidade da disputa política – acrescentando à exaltação dos brios nacionalistas o temor da restauração monárquica. “Na verdade, o temor de uma restauração monárquica esteve sempre presente nesses primeiros dias republicanos e foi grandemente dimensionado pelo jacobinismo.”¹⁵³

Hegemônicos durante o governo do Marechal de Ferro, os jacobinos passaram para a oposição durante o quadriênio de Prudente de Moraes. Nesse contexto, o episódio de Canudos se constitui no pomo da discórdia entre jacobinos e civilistas. Assim, o movimento sertanejo adquiriu uma coloração política perigosa aos olhos dos republicanos radicais, que acusavam os monarquistas de estarem influenciando a horda de Antônio Conselheiro e a Prudente de Moraes de conhecer e dar proteção ao complô restaurador. O clímax do confronto foi a tentativa de assassinato do Presidente, em 5 de novembro de 1897, perpetrada pelo anspeçada Marcelino Bispo, resultando na morte do Ministro da Guerra, marechal Carlos Bittencourt. Retomando a ofensiva, o grupo civilista neutralizou politicamente os jacobinos, especialmente porque o inquérito policial conclui que o atentado resultou de uma vasta conspiração, que almejava por termo à vida do chefe do Executivo, e responsabilizaram a sua urdidura a políticos, militares e intelectuais ligados aos jacobinos – como o vice-presidente Manoel Vitorino (1853-1902) e os deputados Francisco Glicério (1846-1916), Alexandre Barbosa Lima (1862-1931) e Alcindo Guanabara (1865-1918). Portanto, esse episódio forneceu ao Presidente a oportunidade para o desmonte completo do grupo que lhe ameaçava o poder – pavimentando o caminho para a consolidação do sistema oligárquico da República Velha. “O confronto chegara ao fim. Como movimento político, o jacobinismo esvaíra-se.”¹⁵⁴

Entretanto, como salientou a mesma autora, os jacobinos foram alguns dos peões que se moviam no intrincado jogo de xadrez que foi a luta pelo poder nos primeiros anos republicanos. Assim, entre 1893 a 1897, os jacobinos participaram dos debates políticos sobre o rumo da

¹⁵³ Cf. QUEIROZ, Suely Robles Reis de, op. cit., p. 12-14, 18, 22-23, 238-239.

¹⁵⁴ Ibid., p. 44-46, 61-63, 79-80.

República; atuaram no Parlamento, no Partido Republicano Federal (PRF) e em diversos estados da Federação – através de lideranças como Francisco Glicério, Júlio de Castilhos, Nilo Peçanha (1867-1924) e Pinheiro Machado (1851-1915); estruturaram os chamados “batalhões patrióticos”, uma espécie de milícia encarregada de defender a República contra as ameaças restauradoras; os militares ligados ao movimento atuaram na repressão à Revolta da Armada, à Revolução Federalista e a Canudos; celebram um autêntico culto à memória do marechal Floriano, principal herói do panteão do jacobinismo brasileiro; organizaram *meetings*, caracterizados por discursos incendiários contra os monarquistas e os civilistas; promoveram campanhas de perseguição aos portugueses e empastelaram jornais restauradores; e fundaram clubes e editaram jornais em diversos rincões do Brasil – em novembro de 1895, existiam 29 clubes e 17 periódicos jacobinos (com destaque para *O Jacobino* e *A Bomba*). No que se refere à concepção jacobina de Estado, o modelo republicano era o único possível. Ademais, não bastava que o regime fosse republicano e federativo, mas, sobretudo, presidencialista, já que essa era a fórmula política oposta ao parlamentarismo monárquico. Na seqüência, os jacobinos passaram a defender um governo autoritário, que seria o caminho para purificar as instituições republicanas e conjurar o espectro da Restauração. Aos jacobinos agradava o militarismo, a xenofobia, um determinado nacionalismo econômico e um discurso militar-positivista. Quanto às bases sociais do movimento, seu grande público era o do pequeno funcionário e o dos militares de baixa e média patente – majores, capitães, tenentes e alferes estavam presentes em clubes e atuavam na imprensa. Por fim, os jacobinos opunham-se ao modelo de sociedade liberal à americana, pretendido pelos republicanos moderados: “Uma sociedade laica, anticlerical, sem o bacharelismo pedante e pontificador, onde os grupos urbanos tivessem maiores oportunidades. Um Estado republicano, nacionalista, voltado para as próprias fronteiras e conduzido por um governo forte – eis a concepção jacobina.”¹⁵⁵

No que tange às analogias com a matriz francesa, tanto os jacobinos brasileiros quanto alguns dos seus adversários identificavam determinadas similaridades entre os movimentos em discussão – especialmente na utilização sistemática da violência como método de ação política. Assim, *O Jacobino* defendia a legitimidade histórica do Terror, praticado pelos congêneres franceses: “Há um século o jacobinismo em França conseguiu firmar a República contra as facções reacionárias que a dilaceravam internamente e repelir do solo da pátria os exércitos

¹⁵⁵ Ibid., p. 81-85, 88, 90, 93, 101, 106-107, 125, 127-128, 193, 232-233.

invasores coligados para o restabelecimento da realeza e o predomínio clerical. O patriotismo dos jacobinos salvava a nação, embora empregando meios violentos.” Ao mesmo tempo, advogava a utilização de métodos equivalentes no Brasil: “Para combater o mal que nos flagela e que predomina há séculos, só pela violência dos meios e pela aplicação de medidas enérgicas é que a República brasileira poderá desbaratar o inimigo comum que a avassala materialmente e salvar-se do torpor em que jaz a Pátria, desde o seu descobrimento casual pela lusa gente.” Ao elevarem o terror a um princípio de governo, os jacobinos provocam condenações dos seus opositores, como a que apareceu no jornal *O Rebate*, em 6 de fevereiro de 1901: “O jacobinismo não cogita do direito: procede por medidas violentas, execuções sumárias: é o que denomina governar revolucionariamente. A revolução para eles são as fulminações, as razzias, as requisições, o empréstimo forçado, as depurações, o terror. É pela ditadura que os jacobinos blasonam de ter salvo em 1793 a França e a Revolução; ora, quanto mais estudamos esta história de 93, mais nos convenceremos de que o perigo veio sobretudo dos jacobinos [...]” Em contrapartida, respondendo aos impropérios dirigidos aos seguidores de Robespierre e de Floriano, o deputado Lauro Sodré, discursando em 1897, insistia na evidência histórica segundo a qual “o Jacobinismo e o Terror salvaram a França.”¹⁵⁶

Mas, essa filiação às idéias dos revolucionários franceses não convencia outros adversários dos republicanos radicais, como Joaquim Nabuco, para quem o predomínio e a ascendência, durante o período florianista, de um elemento que chamava a si mesmo de jacobinismo era artificial e teria curta duração: “o jacobinismo não é mais do que uma moda da época, um pastiche histórico.” Assim, cabia ao Marechal de Ferro o ônus pelo seu aparecimento, já que o Presidente (visto pelo escritor como um misto de Robespierre e Gaspar de Francia) desencadeou sobre a apavorada sociedade brasileira um partido, “imitação da Revolução Francesa, chamado Jacobino.” Portanto, sob a ótica de Nabuco, “o jacobinismo parecia um modismo – passageiro como todo modismo, mas perigoso porque, pastiche da Revolução Francesa, desprezava as instituições liberais.” Não obstante, o julgamento do autor de *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893* estava contaminado pela paixão dos testemunhos da sua época e pelo imediatismo dos acontecimentos. Na contracorrente, Suely Robles R. de Queiroz concluiu que o jacobinismo não deixou de ser um elemento perturbador na construção do sistema de dominação imposto pela classe agrária à Primeira República. “Não foi

¹⁵⁶ Ibid., p. 36, 91-92.

apenas um ‘pastiche histórico’ como queria Nabuco. No recôndito do seu discurso, abrigavam-se traços que repontariam intermitentemente na história brasileira, sempre que os militares entram em cena: o moralismo regenerador e salvacionista, o exclusivismo radical que o Policarpo Quaresma de Lima Barreto tornaria célebre.”¹⁵⁷

Autoritários, militaristas, xenófobos e antiliberais, os jacobinos brasileiros viam a República permanentemente ameaçada por todos os lados, especialmente pelo perigo da restauração do Antigo Regime. Mas, essa crença na repetição do esquema clássico da Revolução Francesa era largamente compartilhada. Para Euclides e muitos dos seus contemporâneos letrados, a convicção de um iminente e plausível restabelecimento da velha ordem política proporcionou uma moldura referencial para vislumbrar todo e qualquer movimento de contestação à República sob esse viés. Por mais insólito que pareça, a possibilidade de um Terceiro Reinado era verossímil tanto para os republicanos quanto para os monarquistas. A esse respeito, escrevendo em 1895, o líder restaurador Afonso Celso buscava o testemunho da História para assegurar que “todos os países monárquicos que se converteram em república volveram, após um período mais ou menos longo, à monarquia.” Nesse contexto, as sucessivas derrotas das expedições militares, enviadas para combater os seguidores de Antônio Conselheiro, consubstanciaram a tese que relacionava Canudos com os propósitos sebastianistas, perseguidos pelos restauradores. Assim, a identificação, proposta pelo engenheiro-letrado, entre o fenômeno sertanejo e a Vendéia, traduzia os temores e as expectativas de segmentos das elites brasileiras sobre o futuro do novo regime. Esse equívoco de interpretação histórica se constituiu no autêntico nascedouro de *Os Sertões*...¹⁵⁸

E Canudos era a Vendéia...

Sem descartar as pistas anteriormente evidenciadas, deve-se pontuar que o conjunto de imagens, por excelência, da Revolução Francesa, que se cristalizou na obra de Euclides da Cunha, foi aquela relacionada à Vendéia, ou seja, à rebelião monarquista e católica ocorrida no oeste da França, que associou camponeses e nobres em oposição à República recém-proclamada. As alusões à essa revolta surgem, no conjunto dos textos euclidianos, precedendo os

¹⁵⁷ Ibid., p. 164, 166, 273.

¹⁵⁸ Cf. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco, op. cit., p. 93

acontecimentos dramáticos de Canudos e constituíram-se em uma das obsessões do escritor caboclo. A metáfora da Vendéia ensejou a Euclides relacionar diversos movimentos de oposição à República ao *leitmotiv* da Revolução Francesa, que contaminava os seus escritos desde a adolescência. A primeira referência explícita à contra-revolução francesa apareceu numa crônica publicada em *O Estado de São Paulo*, em 6 de abril de 1892, na qual Euclides estabeleceu analogias entre o que julgava tentativas de desestabilização do governo do Marechal de Ferro e a insurreição do século XVIII. Nesse texto, o jovem tenente, inicialmente, comparava os antiflorianistas aos guerrilheiros, para, na seqüência, distinguir duas modalidades de guerrilha, uma positiva e outra negativa: “Romanesca e gloriosa, salvando a Espanha – aonde a legenda napoleônica iniciou a sua página dolorosa –, ela é selvagem e condenável na Vendéia, transformada inteira numa emboscada – ante os homens de 1789.” No intuito de demonstrar as semelhanças e as assimetrias entre os dois exemplos históricos, anteriormente aludidos, Euclides assinalou que a Vendéia preocupava mais aos revolucionários franceses do que a Europa inteira e se apresentava capaz de precipitar sobre a República uma “avalanche de lutas formidáveis.” Nessa lição de história comparada, o articulista explicava, pedagogicamente, aos seus leitores, que os revolucionários enviaram, para abater a Vendéia, o seu melhor general, Hoche. Ademais, o grande exército francês, que mais tarde passou triunfalmente pela Europa, recebeu a sua mais larga cicatriz “daqueles adversários impalpáveis, que lhe punham em frente uma única trincheira – a sombra misteriosa das suas florestas.” Retomando a análise do panorama político brasileiro, advertia: “A República brasileira tem também a sua Vendéia perigosa.” Não obstante, fazia uma ressalva, a de que, “nesta aproximação histórica”, não cometia a injustiça de comparar em tudo, “aos perturbadores de hoje, os rudes cavaleiros bretões, que se fizeram os últimos cavalheiros da velha monarquia derruída, enquanto abrigava-se no estrangeiro, acobardada, a aristocracia francesa.” Buscando assinalar a ausência de um projeto político naqueles que se opunham ao governo brasileiro, explicitava a sua admiração aos vendeianos: “Rebelados e ousados, extinguindo, numa desordem maravilhosa, a admirável simetria dos batalhões republicanos, procurando a vitória através dos incêndios e das ciladas – ligava-lhes entretanto o coração o liame indestrutível de um sentimento comum.” Ao contrário do que ocorrera com os contra-revolucionários de 1793, Euclides não valorizava os adversários do governo brasileiro, que, “unicamente pela maneira por que perturbam o começo da República, se assemelham aos heróicos vendeianos.” Ademais, acusava os opositores de não possuírem uma idéia, um princípio,

um objetivo qualquer e lhes imputava a culpa de terem tomado “a deliberação infeliz de sistematizar a anarquia.” Defensor da consolidação da nova ordem e de uma “política conservadora”, concluía o artigo profeticamente: “A República vencê-los-á como a grande revolução à Vendéia, com uma diferença fundamental porém – a glória do republicano francês foi verdadeiramente brilhante, graças à grandeza dos vencidos.”¹⁵⁹

A fortuna crítica da crônica aqui analisada decorre do fato de que a mesma antecipou uma série de procedimentos, de expectativas e de juízos através dos quais Euclides lançou o seu primeiro olhar sobre o movimento de Canudos. Nesse ponto, encontramos a mais significativa das projeções da Revolução Francesa sobre a história brasileira do final do século XIX imaginadas pelo escritor: a metáfora da Vendéia. Sob essa perspectiva, os devotos do *Santo Conselheiro* também foram equiparados aos vendeianos, num procedimento semelhante ao que ocorreu com os “rudes e inconscientes” desafetos do marechal Floriano. Os sertanejos estavam envolvidos numa conspiração que perturbava os primórdios da República, adotavam os expedientes típicos da guerra de guerrilhas, eram “adversários impalpáveis”, etc. Contudo, algumas importantes diferenças podiam ser ressaltadas: os conselheiristas possuíam um “sentimento comum” e, principalmente, os *jagunços* possuíam a “grandeza dos vencidos”, estando, portanto, à altura dos “heróicos vendeianos”. A respeito da projeção dessa sombra revolucionária sobre o Brasil, Leopoldo Bernucci assinalou que a temática da Vendéia aparece, nos escritos euclidianos, como uma das suas idéias mais emblemáticas, pois, cinco anos antes do episódio de Canudos, na crônica de abril de 1892, ela já havia emergido sob a forma de uma correlação desprezível. Portanto, antes mesmo da produção do “seminal ensaio” sobre o movimento sertanejo, a idéia da insurreição contra a Revolução Francesa, vista como correlato do fenômeno Canudos, começa a germinar nos escritos do engenheiro-letrado, “mas como esquema mental, ela se destila dos afogos revolucionários que marcaram época na carreira de Euclides.” Sob esse aspecto, deve-se lembrar que os sonetos dedicados a Danton, Marat, Robespierre e Saint-Just foram redigidos em 1883. Recorde-se, ainda, que a paixão euclidiana pelos ideais revolucionários fez com que o assunto viesse à baila novamente – inclusive em plena campanha

¹⁵⁹ Cf. CUNHA, Euclides. Dia a dia. In: _____. **Obra completa**, p. 655-657; PÉRONNET, Michel. Vendéia. In: _____. **A Revolução Francesa em 50 palavras-chaves**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 276-282. Ver também DUPUY, Roger. Vendéia e Chouannerie. In: VOVELLE, Michel. **França revolucionária (1789-1799)**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 295-299; FURET, François. A Vendéia. In: _____. _____.; OZUF, Mona. **Dicionário crítico da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989; TULARD, Jean; FAYARD, Jean-François; FIERRO, Alfred. **Histoire et dictionnaire de la Révolution française (1789-1799)**. Paris: Robert Laffont, 1987.

militar contra Canudos. Conseqüentemente, “a matriz já estava construída em 1892 para moldar os textos vindouros.”¹⁶⁰

As sugestivas imagens vendeianas retornaram ao centro das preocupações euclidianas em março de 1897, no rastro da catastrófica derrota da Expedição Moreira César. Estarrecido com os acontecimentos, o engenheiro-letrado redigiu o ensaio, publicado nas edições de 14 de março e 17 de julho de *O Estado de São Paulo*, emblematicamente denominado “A Nossa Vendéia”. A partir dos seus conhecimentos relativos às ciências naturais e com base nos pontos de vista de viajantes e de especialistas, o articulista previa uma guerra árdua para as tropas federais nas caatingas baianas, ao destacar que o solo daquelas paragens era, “talvez mais do que a horda dos fanatizados sequazes de Antônio Conselheiro, o mais sério inimigo das forças republicanas.” Após entabular considerações sobre o relevo, o clima, a vegetação e os tipos humanos dos sertões, encerrava o primeiro artigo explicando a simetria existente entre os acontecimentos de Canudos e os da Vendéia. Sob a perspectiva de Euclides, a motivação política de ambos os movimentos era evidente: “O homem e o solo justificam assim de algum modo, sob um ponto de vista geral, a aproximação histórica expressa no título deste artigo. Como na Vendéia o fanatismo religioso que domina suas almas ingênuas e simples é habilmente aproveitado pelos propagandistas do império.” Além da religiosidade e do componente político monarquista, os nexos psicológicos e o caráter cúmplice da natureza possibilitavam comparar os rebeldes sertanejos aos “heróicos vendeianos”: “A mesma coragem bárbara e singular e o mesmo terreno impraticável aliam-se completamente. O *chouan* fervorosamente crente ou o *tabaréu* fanático, precipitando-se impávido à boca dos canhões que tomam a pulso, patenteiam o mesmo heroísmo mórbido difundido numa agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados.” Os reverses das primeiras expedições justificavam-se no paralelo traçado entre as duas séries de eventos: “A Revolução Francesa que se aparelhava para lutar com a Europa, quase se sentiu impotente para combater os adversários impalpáveis da Vendéia – heróis intangíveis que se escoando céleres através das charneças prendiam as forças republicanas em inextricável rede de ciladas...” Porém, da mesma forma como ocorreu na França, o epílogo dessa história seria, fatalmente, favorável às armas republicanas: “Este paralelo será, porém, levado às últimas conseqüências. A República sairá triunfante desta última prova.”¹⁶¹

¹⁶⁰ Cf. DECCA, Edgar Salvadori de. *Euclides e Os Sertões: entre a literatura e a história*, p. 162-163; BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos**: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha, p. 25-27.

¹⁶¹ Cf. CUNHA, Euclides da. *A Nossa Vendéia* (1), p. 44-52.

Em 17 de julho, Euclides fez publicar a segunda parte do ensaio, analisando as condições da Campanha de Canudos. Nesse texto, retomava a “aproximação histórica”, anteriormente “apenas esboçada palidamente.” Assinalava que a situação da Quarta Expedição, marcada pelos “tropeços que se antolham às forças da República, a morosidade das operações de guerra e os combates mortíferos realizados”, decorriam “naturalmente das próprias condições da luta, como o corolário inevitável”, não devendo surpreender a ninguém. Ressalte-se que, embora a palavra Vendéia não se fizesse presente no corpo do ensaio, diversas imagens e inúmeros signos relacionados àquela revolta povoavam o texto euclidiano. A começar pelas dificuldades da guerra nas caatingas, imaginada como um “solo quase impraticável” para o combate regular. Mais uma vez, o escritor recorria aos paralelos com a história francesa: “A Espanha não o teve melhor para abalar o exército napoleônico que nela se exauriu depois de atravessar numa marcha triunfal quase que a Europa inteira [...]” Um outro motivo complementar e recorrente era a tática de guerrilha utilizada pelos conselheiristas, que se aproximava daquela desenvolvida pelos vendeianos e por outros combatentes do final do século XIX. Assim, havia “os exemplos modernos eloqüentíssimos” das derrotas militares dos ingleses, franceses e italianos nas batalhas contra afegãos, zulus, malgaxes e abissínios. Ou seja, tal qual as tropas republicanas nas charnecas da Vendéia. As imagens desses rebeldes primitivos aproximavam-se, nitidamente, das descrições dos *chouans*, presentes no ensaio anterior. O ensaísta colocava em destaque o significado desses “reveses notáveis de exércitos regulares aguerridos e bravos e subordinados a uma disciplina incoercível, ante os guerrilheiros inexpertos e atrevidos, assaltando-os em tumulto, desordenadamente e desaparecendo, intangíveis quase, num dédalo impenetrável de emboscadas.” Euclides insistia, ainda, em dois outros *topoi*, compartilhados pelos vendeianos, sertanejos e rebeldes africanos e asiáticos: a sua invisibilidade e a cumplicidade para com a natureza. Sobre esses aspectos, destacava que a tática de fuga das forças antagonistas dos exércitos regulares, adaptada de modo singular ao terreno, tornavam-nas “invisíveis como misteriosas falanges de duendes”, que irrompiam, inopinadamente, de todas as direções, surgindo, de modo inesperado, “nas anfractuosidades das serras, nas orlas ou nas clareiras das matas.” Assim, fugiam sistematicamente da batalha decisiva, diferenciando e prolongando a luta, “numa sucessão ininterrupta de combates rápidos e indecisos.” Quanto ao *jagunço*, “traíçoeiro e ousado”, tornava-se inatingível, não havendo como as tropas republicanas persegui-lo “no seio da natureza que o criou à sua imagem – bárbaro, impetuoso, abrupto.” Não obstante essa análise, o

engenheiro-letrado concluía o ensaio manifestando a mesma certeza na vitória das tropas republicanas, pois, tomadas algumas providências, a campanha seria “inevitavelmente coroada de sucesso.”¹⁶²

Essa rede de semelhanças, estabelecida por Euclides, entre a história francesa e os eventos que marcaram os primórdios da República, repercutia no imaginário das camadas letradas da sociedade brasileira dessa época. Como assinalou Roberto Ventura, representado de forma paradigmática sob a designação genérica de “a Revolução Francesa”, o processo de liquidação do Antigo Regime manifestou-se de forma paralela na sociedade brasileira do final do século XIX, justificando o emprego da metáfora da Vendéia. A esse respeito, colocam-se duas questões: a universalização da Revolução Francesa, que adquire um *caráter exemplar*, e a inserção de sociedades nacionais em um modelo normativo de história universal. A superposição de ambas as questões traz à tona o problema relativo à função e ao sentido que paradigmas de ação e pensamento adquirem quando deslocados dos seus contextos de origem. “Deve-se indagar sob que formas, condições e limites, o paradigma da Revolução Francesa se converte em modelo de uma revolução *nacional*: trata-se, como colocou J. Guilhaumou a respeito das relações entre a tradição jacobina e o pensamento marxista, da possibilidade de construir, através da tradudibilidade entre duas culturas nacionais, uma ‘repetição identificatória da história.’” Sob essa perspectiva, para Euclides e seus coetâneos, a identificação com o mito revolucionário francês integrava um fenômeno religioso e político (Canudos), que deixou perplexas as populações litorâneas e as elites urbanas, a um horizonte prévio de expectativas, possibilitando enquadrar o movimento como “monarquista” e “restaurador”. Tratava-se de assegurar, pela crença na repetição da história, uma resolução do conflito a favor da República. Assim, a metáfora da Vendéia incorporou Canudos a uma história vivida no imaginário pelos republicanos brasileiros, expurgando as dúvidas e as incertezas quanto ao futuro nacional. Portanto, “a história da Revolução Francesa apresenta no Brasil de fins do século XIX um efeito mítico-ideológico enquanto estrutura fechada de perguntas e respostas, que assimila acontecimentos adversos a um horizonte em que *as perguntas e as respostas já estão dadas.*”¹⁶³

Por outro lado, as observações esboçadas por Marx, na análise da conjuntura histórica que desembocou no *coupe d'état* de Louis Bonaparte (1808-1873), são instigantes para avaliar essas

¹⁶² Id. A Nossa Vendéia (2), p. 52-61.

¹⁶³ VENTURA, Roberto. “A Nossa Vendéia”, op. cit., p. 130-131.

ilações entre as histórias francesa e brasileira – estabelecidas por Euclides e outros membros da inteligência caseira. Sob essa perspectiva, um dos elementos fundamentais dos escritos marxianos em questão aparece nas relações tecidas entre o presente e o passado, ou melhor, nas reflexões sobre os usos do passado por parte dos atores do presente, ao sabor das crises políticas e sociais. Como se sabe, *O Dezoito Brumário* resultou da reunião de artigos jornalísticos, nos quais o seu autor analisou a situação política francesa entre 1848 e 1851. Para o filósofo alemão, esse período não passou de uma grosseira paródia da revolução do século XVIII, a ponto de abrir caminho para a ascensão ao poder de uma personagem medíocre: Louis Bonaparte, sobrinho do antigo imperador dos franceses. Dessa maneira, enquanto a Revolução de 1789 moveu-se em um *continuum* ascendente, a de 1848 seguiu em uma linha descendente. O resultado final desse processo foi uma “paródia de restauração do Império.” Assim, Marx referenciou-se numa observação hegeliana, segundo a qual todos os fatos e as personagens de grande importância da história universal ocorrem, por assim dizer, duas vezes. Entretanto, Hegel “esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.” Portanto, mesmo reconhecendo que os homens fazem a sua própria história, o analista político sublinhava que eles não a fazem como querem, sob as circunstâncias de sua escolha, mas, sim, sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. “A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhadas em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestados os nomes, os gritos de guerras e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada.” Marx ironizava os revolucionários franceses da sua época, por desejarem retirar sua poesia do passado e não do futuro. Nas revoluções anteriores, a ressurreição dos mortos tinha “a finalidade de glorificar as novas lutas, e não a de parodiar as passadas; de engrandecer na imaginação a tarefa a cumprir, e não de fugir da sua solução na realidade; de encontrar novamente o espírito da revolução e não de fazer o seu espectro caminhar outra vez.” Entretanto, de 1848-1851, todo o povo francês, que pensava ter impulsionado a sua história para adiante, através da revolução, viu-se trasladado para uma época morta e, no sentido de que não restasse sombra de dúvida quanto ao retrocesso, surgiram novamente as velhas datas, o velho calendário, os velhos editos e os velhos esbirros. Dessa forma, os revolucionários do século XIX não poderiam iniciar a sua tarefa enquanto não se

despojasse de toda veneração supersticiosa do passado. “As revoluções anteriores tiveram que lançar mão de recordações da história antiga para se iludirem quanto ao conteúdo. A fim de alcançar seu próprio conteúdo, a revolução do século XIX deve deixar que os mortos enterrem seus mortos.”¹⁶⁴

A partir dessas elaborações marxianas, pode-se inferir que, para Euclides e seus contemporâneos, a idéia de repetição histórica, a conjuração dos espíritos do passado, a ressurreição dos mortos, a veneração supersticiosa do passado, as recordações da história antiga, a utilização de uma linguagem emprestada, enfim, a paródia da Revolução Francesa, ensejava uma grade interpretativa para vislumbrar a incompreensível Canudos. Por outro lado, ironicamente, o autor de *O Dezoito Brumário* também se utilizou da metáfora da Vendéia, na sua análise de conjuntura, discutindo os vínculos entre *Napoléon-le-Petit* e o pequeno campesinato, base social de apoio do regime bonapartista. Segundo Marx, a tradição histórica originou, nos camponeses franceses, a crença no milagre de que um homem chamado Napoleão restituiria a eles toda a glória passada. Assim, tanto o tio quanto o sobrinho representavam não o camponês revolucionário, mas o conservador. Em suma, “Bonaparte representa não o esclarecimento, mas a superstição do camponês; não o seu bom senso, mas o seu preconceito; não o seu futuro, mas o seu passado; não a sua moderna Cevènes, mas a sua moderna Vendée.” Como se percebe, as idéias e as imagens da Revolução Francesa constituíram uma peça fundamental no imaginário político ocidental durante o curso do século XIX. Acerca desse último aspecto, refletir sobre essa identificação euclidiana significa passar em revista os usos e abusos das idéias francesas no Brasil, em fins do século XIX. Como assinalou Walnice Nogueira Galvão, o próprio Exército requeria para si os papéis de realizador e consolidador da Revolução Francesa no Brasil. Na Escola Militar, Benjamin Constant pregava o ideal do soldado como um “cidadão armado”, imbuído de uma missão civilizatória, humanitária e moral. Portanto, em face de tais deslocamentos, “estava pronto para ser usado – como de fato o foi, até para legitimar a chacina dos pobres em Canudos – o mito da Revolução Francesa à moda da casa.” Quanto ao ensaio “A Nossa Vendéia”, o mesmo foi redigido sob uma atmosfera política e intelectual que representava Canudos como foco de uma contra-revolução monarquista internacional, sediada em Nova Iorque, Paris e Buenos Aires, com ramificações e apoio logístico no território brasileiro. A primeira denominação euclidiana ao fenômeno sertanejo apresentou-se tão feliz e oportuna que se

¹⁶⁴ Cf. MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte, p. 13-24.

alastrou, foi muito glosada e chegou a ser o título provisório de *Os Sertões*. Portanto “não calhava mal naquele momento a lembrança da contra-revolução oriunda da aliança entre nobres e camponeses que fustigara a Revolução Francesa por dentro, enquanto os países europeus atacavam de fora.” Assim, objetivando enfrentar esses ameaçadores *chouans* oitocentistas, mobilizaram-se expressivos segmentos da *intelligentsia* brasileira – no país e também no exterior. A esse respeito, Berthold Zilly sublinhou que a equiparação de Canudos com a contra-revolução francesa de 1793 era moeda corrente entre determinados brasileiros residentes na Europa. Assim, alguns positivistas e republicanos, militantes na França, tentaram conquistar a opinião pública estrangeira, inventando a tese de uma conspiração restauradora nos trópicos. Esses intelectuais chegaram a publicar uma revista – *Revue du Brésil* –, na qual acusavam os monarquistas de serem “os inspiradores desta Vendéia moderna” [“les inspireurs de cette moderne Vendée”].¹⁶⁵

Sob o mesmo enfoque, um paralelo histórico, que talvez não tenha escapado a Euclides e aos seus contemporâneos ilustrados, era o fato de que a Canudos conselheirista havia sido fundada em 1893, exatos cem anos após o início da contra-revolução vendeiana. Outra coincidência bizarra aparecia entre as datas dos primeiros distúrbios camponeses, que incendiaram a Vendéia – registrados em 3 e 4 de março de 1793, na cidade de Cholet, quando foi assassinado um comandante da Guarda Nacional – e da derrota da Expedição Moreira César, seguida pela morte do *Corta-cabeças* e a debandada das tropas federais, eventos ocorridos nos mesmos dias e mês do ano de 1897. Assim, as notáveis simetrias entre os acontecimentos da Vendéia e os de Canudos devem ter calado fundo nas consciências letradas, contribuindo para aproximações históricas sugestivas, as quais acabaram por amalgamar as duas séries de eventos. Nesse contexto, arquitetou-se um jogo infernal de eventos, personagens e coincidências históricas, que enlearam Canudos na teia imagética da Revolução Francesa. Portanto, os artigos euclidianos expressavam as convicções de certa opinião pública na repetição, no Brasil, de um episódio da História Universal. Provavelmente obcecado por esses insólitos paralelos entre as duas histórias nacionais, o correspondente de *O Estado de São Paulo* partiu para a Bahia, incumbido de produzir reportagens acerca da Guerra e de escrever um livro sobre a história de Canudos – um projeto denominado *A Nossa Vendéia*. Os espectros da Revolução Francesa

¹⁶⁵ Ibid., p. 128-129; GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides da Cunha. In: PIZARRO, Ana (Org.). **América Latina**: palavra, literatura e cultura. São Paulo; Campinas: Memorial; UNICAMP, 1994. v. 2. p. 621-623; ZILLY, Berthold. Canudos telegrafado. A guerra do fim do mundo como *evento de mídia* na Europa de 1897. **Ibero-Amerikanisches Archiv**, Berlin, 26. 1/2, 2000, p. 68-69.

povoavam o seu fértil imaginário... Assim, não é inverossímil supor que, em 7 de agosto de 1897, a bordo do navio *Espírito Santo*, na Baía de Todos os Santos, Euclides acreditasse participar de uma versão tropical daquele processo revolucionário – ao tempo em que vaticinava: “Em breve pisaremos o solo onde a República vai dar com segurança o último embate aos que a perturbam.” Na seqüência, relacionava os “cúmulos pesados”, que se erguiam sobre os sertões, com a “situação social tempestuosa” que marcava aquele momento histórico. E escrevia: “Que A Nossa Vendéia se embuce num largo manto tenebroso de nuvens, avultado além como a sombra de uma emboscada entre os deslumbramentos do grande dia tropical que nos alenta. Rompê-lo-á, breve, a fulguração da metralha, de envolta num cintilar vivíssimo de espadas...A República é imortal!”¹⁶⁶

Nas reportagens enviadas de Salvador, Euclides manteve, em linhas gerais, o seu posicionamento sobre essa primeira série de imagens de Canudos. Antes de tomar contato com o que denominava “arraial maldito”, o correspondente partilhava da teoria conspiratória, veiculada pelos jacobinos e por quase a totalidade da *mídia*, que colocava “aquela estranha povoação” como a ponta de lança do “monarquismo revolucionário” brasileiro. Acreditava, como escreveu ao general Solon, que naquela guerra estava “em jogo a felicidade da República.” Conseqüentemente, vislumbrava no aniquilamento do pretense foco sebastianista a oportunidade da consolidação (e da regeneração) da “fé republicana.” Consonante com essa grade interpretativa, na reportagem de 15 de agosto, escrevia: “Porque – consideremos o fato sob o seu aspecto real – o que se está destruindo neste momento não é o arraial sinistro de Canudos: – é a nossa apatia enervante, a nossa indiferença mórbida pelo futuro, a nossa religiosidade indefinível difundida em superstições estranhas, a nossa compreensão estreita de pátria, mal esboçada na inconsistência de uma população espalhada em um país vasto e mal conhecido; são os restos de uma sociedade velha de retardatários tendo como capital a cidade de taipa dos *jagunços*...” Não obstante, expressou, algumas vezes, as suas inquietações com a duração da guerra, além das costumeiras oscilações de estado de espírito. Se, nos primeiros despachos, afiançava, com base nas informações dos que retornavam de Canudos, estar “prestes a findar a dolorosíssima campanha”, em 16 de agosto, queixava-se das informações desencontradas, que o conduziram a avaliar imperfeitamente a situação: “O espírito mais robusto e disciplinado esgota-se em conjecturas vãs; nada deduz – oscila indefinidamente, intermitentemente, num agitar inútil de

¹⁶⁶ Cf. MICHELET, Jules. **Histoire de la Révolution française**. (v. II). Paris: Gallimard, 1985. p. 268; FURET, François; OZUF, Mona, op. cit., p. 177; TULARD, Jean; FAYARD, Jean-François; FIERRO, Alfred, op. cit., p. 1135; PÉRONNET, Michel, op. cit., p. 279; CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**, p. 67-68.

dúvidas, entre conclusões opostas, do desânimo completo à esperança mais alta.” Na reportagem de 23 de agosto, confessou a sua perplexidade com o desenrolar das operações militares mediante um notável paradoxo: “Eu sistematizo a dúvida.”¹⁶⁷

Por outro lado, a tese do complô monarquista experimentou um sério golpe, devido a uma carta, enviada a diversos jornais, pelo coronel Carlos Teles – reproduzidas nos telegramas expedidos por Euclides para o *Estado de São Paulo*, em 21 e 22 de agosto. Segundo o militar, ferido no assédio a Canudos, o número de defensores do arraial era reduzido; os sertanejos nunca possuíram balas explosivas; a aldeia contabilizava cerca de mil casas – e não quatro mil, como se propalara anteriormente; e, principalmente, que não acreditava haver “intuitos monárquicos entre os fanáticos.” Sobre esse último assunto, as declarações do coronel eram incisivas: “não há ali fim restaurador nem mesmo influência de pessoa estranha nesse sentido; [...] em Canudos não existe nenhum estrangeiro e muito menos capitão italiano instrutor de brigadas.” Em que pesem essas evidências insofismáveis, Euclides não descartou a tese que enredava Canudos na teia imagética da Vendéia. Nesse sentido, o conjunto de imagens, aqui discutido, modificou-se muito lentamente, no contato direto do correspondente com os horrores da guerra. A idéia do complô monarquista manteve-se até as últimas reportagens. Assim, nos despachos provenientes do teatro das operações, Euclides movia-se, ciclotimicamente, entre dois comportamentos: a repetição da antiga idéia relacionada ao caráter restaurador do *Império do Belo Monte* e a confissão da quase incapacidade em desvendar “a feição misteriosa” que assumia toda essa guerra. Para Walnice Nogueira Galvão, os correspondentes de guerra oscilavam entre as opiniões preconcebidas e a realidade crua que estavam presenciando. Mas, o inesperado colocava em xeque as observações e os esquemas mentais euclidianos. Os habitantes da “aldeia sinistra” não cansavam em imprimir à luta uma feição misteriosa, inexplicável. Em 28 de setembro, externou a sua perplexidade diante dos lances quase incompreensíveis de heroísmo dos indomáveis antagonistas, frente aos contínuos ataques dos soldados da República, através da sentença: “Incompreensível e bárbaro inimigo!” Finalmente, na reportagem de 1º de outubro, a última enviada ao *Estado de São Paulo*, um Euclides, chocado com a violência do combate, não encontrava meios nem palavras para explicar a “heróica selvaticidade revelada pelo *jagunço*.” Após os sertanejos terem frustrado mais uma das tentativas de tomada do *Belo Monte*, o correspondente de guerra expressou, em termos

¹⁶⁷ Cf. CUNHA, Euclides da, **Diário de uma expedição**, p. 76, 91, 93, 98, 125; GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 107.

absolutos, a sua perplexidade diante do inexplicável: “Tudo é incompreensível nessa campanha.” [...] “A verdade é que ninguém podia prever uma resistência de tal ordem.” [...] “Tudo, porém, são surpresas nesta campanha original.”¹⁶⁸

Nadando contra a corrente, Euclides fez o possível para manter as suas convicções republicanas, já que, nos últimos dias da luta, ainda encerrava os telegramas com os indefectíveis fechos “Viva a República!” ou “A República é imortal!” Sob esse aspecto, não se diferenciava do conjunto das tropas republicanas, presentes no cenário da guerra – as investidas contra o arraial eram precedidas de fervorosos vivas ao regime republicano. Adotando um comportamento semelhante, os generais que comandaram a última expedição antepunham às suas assinaturas, nas ordens do dia, o título de *Cidadão*, tratamento democrático posto em circulação pelos revolucionários de 1789, como sinal de igualdade entre os homens. Como assinalou Walnice Nogueira Galvão, seja como utopia guiando a ação histórica, ou como ilusão mobilizadora para manter o novo *status quo* republicano, o fato é que “o ideal da Revolução Francesa pairou sobre Euclides e sobre as tropas na Guerra de Canudos.” Com efeito, dentre os militares, o caso mais paradigmático foi o do chefe da comissão de engenharia, tenente-coronel José de Siqueira Menezes (1852-1931). Como os demais colegas, este oficial estava convencido de que os conselheiristas lutavam contra a República, a favor da restauração do Império e que o arraial era um “reduto das aspirações doentias do sebastianismo brasileiro.” Portanto, talvez com a mesma intensidade que Euclides, Siqueira Menezes esposava o ponto de vista segundo o qual Canudos era a Vendéia brasileira. Assim, o chefe dos engenheiros tornou-se correspondente do jornal *O País*, sob o pseudônimo de *Hoche* – o sobrenome do general que pacificou a revolta da Vendéia. Siqueira Menezes pretendia escrever uma obra que em muito se assemelhava ao esquema de *Os Sertões*. O militar sergipano intentava publicar “um estudo sob o ponto de vista militar, político, social e religioso do grupo conselheirista.” Segundo os jornais desse período, Siqueira Menezes mostrou o esboço desse trabalho a Euclides. Assim, além de ser continuamente louvado (“espírito observador”, “expedicionário destemeroso”, “olhar da expedição”), o coronel teve algumas das

¹⁶⁸ Cf. CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**, p. 191, 199, 214, 220-221, 240-243; GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora**, p. 87-89, 97; BASTOS, José Augusto C. Barretto. **Incompreensível e bárbaro inimigo: a guerra simbólica contra Canudos**. Salvador: EDUFBA, 1995.

suas reportagens citadas em *Os Sertões*, sem contar os muitos “empréstimos” das suas anotações, livremente tomados pelo escritor caboclo.¹⁶⁹

Alguns intérpretes da obra euclidiana têm destacado que o contato direto com os horrores da guerra fez com que o correspondente experimentasse um “choque realidade”, uma “reviravolta de opinião”, percebendo, enfim, que Canudos não era A Nossa Vendéia. O *ponto de mutação* euclidiano foi registrado na *Caderneta de Campo* e no corpo da reportagem de 1º de outubro, quando o escritor contemplou “o quadro emocionante e extraordinário” do hospital de sangue, improvisado no leito seco do Rio Vaza-Barris, abarrotado por pilhas de cadáveres e numerosos feridos da batalha travada naquele dia. Frente a essas cenas dantescas, Euclides traduziu os seus sentimentos de amargura e decepção mediante os seguintes termos: “Quando eu voltei, percorrendo, sob os ardores da canícula, o vale tortuoso e longo que leva ao acampamento, sentia um desapontamento doloroso e acreditei haver deixado muitos ideais perdidos, naquela sanga maldita, compartilhando o mesmo destino dos que agonizavam manchados de poeira e sangue...” Porém, a despeito da constatação, *in situ*, de quão frágil e inverossímil se apresentava a metáfora da Vendéia, esse conjunto de imagens permaneceu ativa nas referências euclidianas. Assim, em 23 de outubro de 1897, o *Jornal do Comércio* noticiava o breve aparecimento de um importante livro, *A Nossa Vendéia*, que estava sendo escrito pelo Dr. Euclides da Cunha. O periódico apresentava, ainda, o esboço das duas primeiras partes deste trabalho sobre Canudos, intituladas “A natureza” e “O homem”. Portanto, a revisão dos pressupostos políticos e teóricos que norteavam a elaboração de *A Nossa Vendéia* e das reportagens sobre a guerra veio somente nas páginas de *Os Sertões* – não sem revelar as costumeiras ambigüidades do escritor caboclo.¹⁷⁰

A República revisada e a Revolução Francesa revisitada em *Os Sertões*

Ainda hoje não foram suficientemente esclarecidas as razões que levaram Euclides a renomear, com o título *Os Sertões*, o trabalho anteriormente denominado *A Nossa Vendéia*. Aqui,

¹⁶⁹ Cf. CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**, p. 260-261, 265; GALVÃO, Walnice Nogueira. **Gatos de outro saco**, p. 87-89, 92-93; CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, p. 495, 515, 521-522, 527-528, 603, 624, 692, 695, 712; CALAZANS, José. Algumas fontes de *Os Sertões*. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 13, p. 99-125, jul. / dez. 1971; GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora**, p. 457-495; BERNUCCI, Leopoldo M. Índice onomástico. In: CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, p. 848-849; VILLA, Marco A., op. cit., p. 246-248.

¹⁷⁰ Cf. CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**, p. 216-218; Id. **Caderneta de Campo**, p. 30-32; GALVÃO, Walnice Nogueira. **Saco de gatos**, p. 68; VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha no vale da morte, p. 440; GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora**, p. 339-340.

interessa ressaltar que, naquela obra, o escritor retomou a história da Campanha de Canudos mediante um enfoque mais amplo do que nos artigos de jornal, adotando uma abordagem ensaística e historiográfica, que focalizava os fatores naturais e as leis gerais. Conforme assinalou, na “Nota Preliminar”, o livro apresentava uma outra feição, na qual o tema da história da guerra, a princípio dominante, tornou-se apenas variante de assunto geral: “Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil.” Contudo, manteve a narrativa sob tensão constante, devido ao assunto trágico da guerra, ao tom épico do relato e ao conflito entre a realidade observada e os modelos evolucionistas e naturalistas que adotou. Euclides assumiu a perspectiva do historiador e do ensaísta, bem próximo do naturalista e do etnólogo e muito distante do mero cronista ou jornalista, como forma de superar a possível falta de interesse pela Guerra, encerrada há cinco anos. Portanto, uma das diferenças qualitativas mais sensíveis entre os escritos da guerra e *Os Sertões* foi a passagem do jornalismo ao ensaio historiográfico, ou melhor, ao ensaio de interpretação do Brasil. Mas, não se tratou apenas de uma mudança de gênero. Euclides também produziu uma autocrítica das suas antigas convicções ideológicas, a qual se ancorou em duas diretrizes fundamentais: uma radicalização do julgamento negativo sobre os rumos da República e uma revisão das idéias sobre a presença da Revolução Francesa no processo de superação do Antigo Regime brasileiro. Assim, no corpo do livro vingador, predomina uma segunda série de imagens, na qual o escritor descartou a tese do complô monarquista, distanciou-se da idéia preconcebida de uma equivalência entre Canudos e a Vendéia, qualificou o massacre da população sertaneja como um crime da nacionalidade e abordou a *aldeia sagrada* como uma questão brasileira.¹⁷¹

A revisão da República aparece como um elemento central no conjunto da obra de Euclides da Cunha, revelando uma preocupação que manteve ao longo da sua vida. Esse exercício de crítico (e autocrítica) encontra-se presente não apenas em *Os Sertões*, mas também em outros escritos – a exemplo de *Contrastes e confrontos*, *À margem da história* e em diversos artigos jornalísticos. Com efeito, do início dos seus estudos na Praia Vermelha à cobertura da guerra sertaneja, o engenheiro-letrado passou da militância à descrença nos rumos do novo regime. Para Roberto Ventura, Euclides viu a epopéia gloriosa da República brasileira – pela qual

¹⁷¹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, p. 65; cf. VENTURA, Roberto. *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha*, p. 199; Id. *Os Sertões*. São Paulo: Publifolha, 2002 p. 44-45.

combatera na juventude, como cadete e como articulista político – adquirir sentido de tragédia, na intervenção militar que testemunhou nos sertões da Bahia. Sob essa perspectiva, a crítica euclidiana trazia implícita a revisão de muitas das suas posições políticas, marcadas pela adesão às concepções científicas e filosóficas, que se materializaram no movimento republicano, tais como o positivismo e o evolucionismo. Em suma, “testemunha e intérprete dos caminhos e descaminhos da República, sua biografia se confunde com a história social e política.” Segundo o mesmo pesquisador, no contexto dos debates políticos travados no Brasil, nos anos que se seguiram à guerra, *Os Sertões* apresentou uma função *antijacobina*, *antiflorianista* e *antimilitarista*, de uma maior importância para a época do que a crítica ao liberalismo, enfatizada pela tradição interpretativa dessa obra. Assim, a denúncia do massacre cometido pelo Exército contra a população do arraial sertanejo, junto com a revelação de alguns de seus muitos erros de avaliação política e militar, teve o objetivo de negar a legitimidade das pretensões dos herdeiros do florianismo.¹⁷²

A esse respeito, destaque-se que a avaliação negativa dessas concepções ideológicas implicava numa condenação dos alicerces sobre os quais se fundamentava o regime republicano tropical. Assim, o processo de revisão das idéias euclidianas tomou como ponto de partida o caráter conservador assumido pela República, logo após a sua Proclamação. A esse respeito, numa passagem de *Os Sertões*, não incluída na versão definitiva da obra, o escritor assinalou que o novo regime não logrou romper com o passado e que foi vencido pelas forças sociais da inércia, sendo incapaz de transformar as velhas instituições: “A República poderia ser a regeneração. Não o foi. Empreendida por ela numa manhã de Novembro a velha sociedade não teve energia para transformar a revolta feliz numa revolução fecunda. E nós precisávamos de uma revolução, que nada é do que o rompimento brusco do equilíbrio contra a força governamental e a força moral da opinião pública.” A República sucumbiu à força da tradição: “A sociedade assaltada de golpe ante uma manobra heróica ficou-se inerte e passiva. Aristides Lobo apresentou então a rudemente à posteridade. Mas depois reagiu – a revolta venceu e a revolução abortou.” Na seqüência, o país mergulhou numa série ininterrupta de sedições, revoltas e guerras civis. Para Euclides, uma das razões desses movimentos estava na “inadaptabilidade do povo à legislação superior do sistema político recém-inaugurado.” Tudo acontecia como se o novo regime, tendo

¹⁷² Cf. VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha e a República, p. 275, 285 e 288; Id. Euclides da Cunha no vale da morte, p. 440; “A Nossa Vendéia”, p. 141.

acelerado em demasia o curso de uma evolução vagarosa, tivesse, como efeito principal, “alastrar sobre o país que se amolentara no marasmo monárquico, intenso espírito de desordem, precipitando a República por um declive onde os desastres repontavam, ritmicamente, delatando a marcha cíclica de uma moléstia.” Precisamente nesse ponto, Euclides criticou a importação dos modelos políticos e dos arcabouços institucionais estranhos à realidade nacional – revisando, implicitamente, as suas convicções revolucionárias de outrora.¹⁷³

Em *Os Sertões*, a Guerra de Canudos foi caracterizada como “um refluxo em nossa história”, já que o arraial abrigava, ressurrecta e em armas, “uma sociedade velha, uma sociedade morta, galvanizada por um doido.” O Brasil, litorâneo, urbano e europeizado, não conhecia Canudos, nem podia conhecê-lo. Segundo Euclides, a nova forma de governo se constituiu em mais um dos fatores que intensificaram esse desencontro entre o litoral e o sertão: “Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República.” A crítica euclidiana se dirigia ao processo de modernização à brasileira e um dos seus resultados mais conhecidos – a contínua exclusão dos pobres e miseráveis: “Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente.” Desse modo, a nova *classe dirigente*, empenhada em mimetizar o arcabouço institucional e os modelos políticos de outros países, descuidou das necessidades elementares desses brasileiros: “Iludidos por uma civilização de empréstimo; respigando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade.” O resultado dramático desse processo foi a transformação dos “nossos rudes patrícios” sertanejos em brasileiros que eram “mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos...”¹⁷⁴

Sob essa perspectiva, a reação dos sertanejos contra a República foi natural – o surpreendente foi o espanto dos civilizados diante deste fato. Assim, o *jagunço*, “um anacronismo étnico”, isolado no tempo e no espaço, apenas podia fazer o que fez “– bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar por três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da

¹⁷³ CUNHA, Euclides da. Manuscritos de *Os Sertões*, p. 3. Apud BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos**, p. 128-129; Id. **Os Sertões**, p. 417-418.

¹⁷⁴ Id. **Os Sertões**, p. 316-317.

civilização através de descargas.” Aquele povoado, perdido nos sertões da Bahia, somente despertou rancores na nacionalidade, a qual não compreendeu a lição eloqüente: “Canudos era uma tapera miserável, fora dos nossos mapas, perdida no deserto, aparecendo, indecifrável, como uma página truncada e sem-número das nossas tradições.” No cerne desse doloroso trabalho de reelaboração das antigas crenças, encontrava-se o abandono da tese que postulava o caráter restaurador do *Império do Belo Monte* – a qual contribuiu para legitimar, junto à opinião pública, a intervenção militar e o massacre perpetrado contra os habitantes da aldeia sagrada. Assim, Euclides procurou, explicitamente, desqualificar o ponto de vista segundo a qual o “monarquismo revolucionário” animava Antônio Conselheiro e os fiéis. Segundo o escritor, o caso de Canudos era mais complexo e mais interessante, envolvendo outros dados, dentre os quais “nada valiam os sonâmbulos erradios e imersos da restauração imperial.” Embora reconhecendo que o *Bom Jesus* pregasse contra a República, negava que a rebelião por ele liderada exprimisse um projeto político, com o intuito de derrubar o novo regime. Portanto, Canudos “não traduzia o mais pálido intuito político.” Quanto ao representante típico do séqüito conselheirista, o *jagunço*, era “tão inapto para apreender a forma republicana como a monárquico-constitucional. Ambas lhe são abstrações inacessíveis. É espontaneamente adversário de ambas. Está na fase evolutiva em que só é conceptível o império de um chefe sacerdotal ou guerreiro.”¹⁷⁵

Acerca desse último juízo euclidiano, salta aos olhos a analogia com as reflexões de Max Weber (1864-1920) sobre uma das três formas “puras” de dominação: o “poder carismático”, aquele nascido da submissão ao “carisma” puramente pessoal do “chefe”. Contudo, para que não se estabeleça nenhuma relação açodada sobre influxos de sentido único ou duplo, deve-se atentar para o fato de que o texto weberiano aludido neste espaço – a conferência *Politik Als Beruf* [“A Política como vocação”, 1918] – somente tomou corpo dezesseis anos após a publicação de *Os Sertões*. Assim, conforme o sociólogo alemão, o fundamento da legitimidade da forma de poder supramencionada ancora-se nos dons pessoais e extraordinários de um indivíduo (carisma), ou seja, na “devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se diferencia por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dele fazem chefe.” Dessa forma, muito embora os líderes carismáticos surjam em todos os domínios e em todas as épocas da história, eles se revestiram do aspecto de duas figuras essenciais: por um lado, a do mágico e do profeta e, por outro, a do chefe escolhido para dirigir a guerra, do chefe de

¹⁷⁵ Ibid., p. 316, 502-503.

grupo, do condutor. Conseqüentemente, a dominação carismática conduz à questão da “vocação”, na qual se encontram seus traços mais característicos, pois essas lideranças são “chamadas” a desempenharem o papel de condutores de homens e que a elas se presta obediência “não por costume ou por força de uma lei, mas porque neles se deposita a fé.” Enfim, segundo Weber, “caso esses homens não sejam meros aproveitadores do momento, viverão para seu trabalho e procurarão realizar uma obra. Orienta-se a devoção de seus discípulos, dos seguidores, dos militantes exclusivamente para a pessoa e para as qualidades do líder.” Portanto, muito embora a questão da influência não esteja colocada para o caso dos escritos de Euclides e de Weber, as semelhanças entre as suas interpretações acerca das lideranças “carismáticas” suscitam a possibilidade de existência de uma chave heurística comum a esses autores – um tema deveras instigante, tanto para pesquisadores euclidianos quanto para os weberianos.¹⁷⁶

Essa leitura do escritor caboclo, segundo a qual Canudos traduzia um fenômeno religioso e apolítico, desempenhou (e ainda desempenha) um papel fundamental nas distintas explicações historiográficas sobre a origem da guerra nos sertões. Para Euclides, o movimento conselheirista representava uma variante derivada da “exacerbação mística” e do “delírio religioso.” Um movimento milenarista, que acreditava na criação do paraíso terrestre e cujos adeptos aguardavam a volta de D. Sebastião, que sairia das ondas do mar com o seu exército e derrotaria os republicanos. Portanto, sob o influxo da leitura de profecias apócrifas (equivocadamente atribuídas ao Conselheiro) e de poesias populares, encontradas nas ruínas do arraial, o engenheiro-letrado inseriu Canudos no quadro geral dos movimentos messiânicos. Nesse contexto, a expressão sebastianismo perdia sua conotação política, enquanto propósito de restauração da monarquia brasileira, e adquiria o sentido de uma crença messiânica no retorno do *Desejado*, que restabeleceria a ordem anterior das coisas, perturbada pelo advento da República. Entretanto, não era essa a impressão entre os contemporâneos da Guerra, inclusive do próprio articulista de *O Estado de São Paulo*. Como ele mesmo recordou, na seqüência da derrota de Moreira César, organizou-se a Quarta Expedição, em meio a uma “grande comoção nacional”. A opinião pública, atônita com o revés das armas legais nos sertões, mergulhou num desvario geral, num “intenso agitar de conjecturas para explicar o inconceptível do acontecimento e induzir uma razão de ser qualquer para o esmagamento de uma força numerosa, bem aparelhada e tendo chefe

¹⁷⁶ Cf. WEBER, Max. A Política como vocação. In: _____. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2002. p. 61-63.

de tal quilate.” Na desorientação completa dos espíritos, condensou-se em certeza inabalável “a idéia de que não agiam isolados os tabaréus turbulentos. Eram a vanguarda de ignotas falanges prontas a irromperem, de remanente, em toda a parte, convergentes sobre o novo regime.”¹⁷⁷

Para coroar essa teoria conspiratória, a presença da propaganda monarquista fornecia a prova inconteste das ligações entre os rebeldes sertanejos e o intuito restaurador. “E como nas capitais, federal e estaduais, há muito, meia dúzia de platônicos, revolucionários contemplativos e mansos, se agitavam esterilmente na propaganda da restauração monárquica, fez-se de tal circunstância ponto de partida para a mais contraproducente das reações.” Portanto, para a sociedade letrada da época, Canudos era a ponta de lança de amplo projeto de restauração monárquica no Brasil: “Era preciso uma explicação qualquer para sucessos de tanta monta. Encontraram-na: os distúrbios sertanejos significavam pródromos de vastíssima conspiração contra as instituições nascentes. Canudos era uma Koblenz de pardieiros. Por detrás da envergadura desengonçada de Pajeú se desenhava o perfil fidalgo de um Brunswick qualquer. A dinastia em disponibilidade, de Bragança, encontrara afinal um Monck, João Abade.” Nessa citação, Euclides lançou mão de três símiles para expressar algumas das obsessões que estariam no centro da teoria da conspiração sobre Canudos e que perseguiram o imaginário das populações urbanas e litorâneas. Koblenz, cidade da antiga Prússia, foi o local que concentrou grande número de nobres emigrados, durante a Revolução Francesa. No que se refere ao Duque de Brunswick-Lüneburg, título nobiliárquico do general prussiano Karl Wilhelm Ferdinand (1735-1806) – chefe dos exércitos da coalizão antifrancesa, formada por alemães e austríacos – destacou-se por duas atitudes: publicou o famoso manifesto de Koblenz, no qual prometia destruir a Revolução e aniquilar os revolucionários, e invadiu a França, sendo derrotado na batalha de Valmy (1792). Por último, George Monck (1608-1670) foi o general inglês que, logo após a morte de Oliver Cromwell (1599-1658), restaurou a dinastia Stuart, colocando no trono da Inglaterra Carlos II (1630-1685). Como se percebe, Euclides, não obstante a atenuação das suas crenças sobre os paralelismos entre a Revolução Francesa e a história brasileira, manteve a projeção de imagens da História Universal para aproximar o fenômeno de Canudos dos brasileiros letrados.¹⁷⁸

Voltando à questão da atmosfera política e intelectual que envolveu o Brasil, logo após a derrota da terceira República, nota-se que Euclides, sutilmente, manteve as analogias entre as

¹⁷⁷ Cf. CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, p. 278, 316, 497.

¹⁷⁸ *Ibid.*, p. 497-498.

lutas dos revolucionários do século XVIII e as dos republicanos, no crepúsculo oitocentista. Assim como os franceses apelaram para a mobilização popular, frente ao ataque simultâneo de nobres emigrados, padres refratários, camponeses fanatizados e nações estrangeiras, através do *slogan* “Pátria em perigo”, o autor assinalou que os órgãos da imprensa e a opinião pública brasileiros clamaram pelo combate ao monarquismo revolucionário. Os jornais incitavam o Presidente a chamar às armas os republicanos, a convocar as tropas e a decretar o “levantamento em massa”, a mobilização geral dos cidadãos. “A República estava em perigo; era preciso salvar a República. Era este o grito dominante sobre o abalo nacional. [...] A nota em tudo era preciso salvar a República...” Portanto, a certeza de que Canudos integrava um complô restaurador espalhou um *grande medo* na opinião nacional: “A mesma toada em tudo. Em tudo a obsessão do espantinho monárquico, transmutado em legião – coorte misteriosa marchando surdamente na sombra –, meia dúzia de retardatários, idealistas e teimosos.” Analisando essa síndrome de pânico coletiva, que tomou de assalto as consciências ilustradas da sociedade litorânea, Euclides equiparou o fanatismo dos republicanos ao dos sertanejos, ao ponderar constituírem estes comportamentos um par de “símiles que se emparelhavam na mesma selvaticueza.” Assim, relativizou os conceitos de civilização e barbárie, através de sentenças nas quais era impossível determinar com clareza quem eram os civilizados e os bárbaros. Comentando o empastelamento dos jornais monarquistas, no Rio de Janeiro, por uma turba, que dava vivas à República e à memória de Floriano Peixoto, o escritor concluiu: “A rua do Ouvidor valia por um desvio das caatingas. A correria do sertão entrava arrebatadamente pela civilização adentro. [...] O homem do sertão, encourado e bruto, tinha parceiros porventura mais perigosos.”¹⁷⁹

Nesse contexto, uma severa condenação foi dirigida aos jacobinos nacionais. Assim, Euclides foi impiedoso, ao comentar os fundamentos ideológicos e a ação política dos republicanos radicais, ao longo do governo Prudente de Moraes: “Sem ideais, sem orientação nobilitadora, peados num estreito círculo de idéias, em que entusiasmo suspeito pela República se aliava ao nativismo extemporâneo e à cópia grosseira de um jacobinismo pouco lisonjeiro à história – aqueles agitadores começaram a viver da exploração pecaminosa de um cadáver.” O cadáver em questão era o de um ex-presidente, transformado relíquia sagrada e objeto de culto pelos jacobinos: “O túmulo do marechal Floriano Peixoto foi transmutado na arca de aliança da rebeldia impertinente e o nome do grande homem fez-se a palavra de ordem da desordem.” Esse

¹⁷⁹ Ibid., p. 498-501.

componente psicológico repetiu-se durante a Campanha de Canudos. Ao comentar o ataque de 18 de julho, Euclides sublinhou que os retumbantes brados de viva a República, o grito de guerra que marcava as arrancadas contra as posições conselheiristas, deram à luta “um traço singular de heroicidade antiga, revivendo o desprendimento doentio dos místicos lidadores da média idade.” Considerava, ainda, que esse paralelo perfeito entre os homens de diferentes épocas traduzia um notável retrocesso atávico da sociedade da época. Lembrava, ainda, que as sucessivas revoltas, nos primórdios da República, “tinham imprimido, sobretudo na mocidade militar, um lirismo patriótico que lhe desequilibrava todo o estado emocional, desvairando-a e arrebatando-a em idealizações de iluminados.” Ao assinalar que “a luta da República, e contra seus imaginários inimigos, era uma cruzada”, o autor aproximou os comportamentos dos republicanos às crenças messiânicas dos conselheiristas. “Os modernos templários – , se não envergavam a armadura embaixo do hábito e não levavam a cruz aberta nos copos da espada, combatiam com a mesma fé inamalgável.” Os soldados, portadores da civilização e do progresso, cultuavam o seu próprio Messias: “Os que daquele modo se abatiam à entrada de Canudos tinham todos, sem excetuar um único, colgada ao peito esquerdo, em medalhas de bronze, a efigie do marechal Floriano Peixoto e, morrendo, saudavam a sua memória – com o mesmo entusiasmo delirante, com a mesma dedicação incoercível e com a mesma aberração fanática com que os jagunços bradavam pelo Bom Jesus misericordioso e milagreiro...”¹⁸⁰

Portanto, como observou Roberto Ventura, na revisão do ideário republicano, Euclides narrou uma história marcada, paradoxalmente, pelos signos da ironia, da tragédia e da comédia. Por exemplo, o escritor recorreu à ironia para mostrar como a Guerra de Canudos negou ou inverteu o mito glorioso da Revolução Francesa. Sob esse ponto de vista, Euclides fez uma autocrítica do tom patriótico das suas reportagens, afastou-se parcialmente da comparação entre a história brasileira e a Revolução Francesa e descartou a tese de uma conspiração monárquica, apoiada por países estrangeiros, idéia preconcebida que justificou o massacre dos sertanejos. Assim, um dos momentos de suprema ironia euclidiana foi aquele no qual, discorrendo sobre o esforço do Ministro da Guerra, a partir dos últimos dias de agosto de 1897, na organização dos comboios de muares, que abasteciam as tropas com alimentos e munições, fuzilou: “De feito, aquela campanha cruenta e na verdade dramática, só tinha uma solução, e esta singularmente humorística. Mil burros mansos valiam na emergência por dez mil heróis.” A heroicidade da

¹⁸⁰ Ibid., p. 420, 617.

guerra à antiga cedia passo ao esforço de uma obscura (e irônica) racionalização da campanha. “Dispensava o heroísmo, desdenhava o gênio militar, excluía o arremesso de brigadas, e queria tropeiros e azêmolas. Esta maneira de ver implicava com o lirismo patriótico e doía, feito um epigrama malévolos da História, mas era a única.” Assim, foram os asnos quem salvaram a República: “Era forçada a introdução pouco lisonjeira de tais colaboradores em nossos destinos. O mais caluniado dos animais ia assentar, dominadoramente, as patas entaloadas em cima de uma crise, e esmagá-la...”¹⁸¹

O engenheiro-letrado também concebeu a história republicana como um drama trágico, ao escrever sobre os conflitos armados dos primeiros anos da República, tais como a Revolta da Armada e a Guerra de Canudos, dos quais foi testemunha e intérprete. Segundo Roberto Ventura, esse procedimento foi aprendido nas leituras das tragédias clássicas de Ésquilo, Sófocles e Eurípidés, além dos dramas de Shakespeare. Inspirado nos moldes do drama, Euclides operou uma “inversão dos papéis”, evidenciando as semelhanças entre os dois lados em conflito e revelando o deslocamento e o intercâmbio de lugares entre a civilização e a barbárie. Através da técnica da inversão dos papéis, a resistência dos sertanejos ganhou, progressivamente, contornos épicos, ao inverso do que ocorreu com os soldados da República, freqüentemente menosprezados pelo narrador. Para narrar diversos momentos da guerra, o escritor caboclo utilizou-se de expressões tensas como “emocionante drama da nossa história”, “episódio trágico”, “cenário de tragédia”, “tragédia anônima”, “ato de tragédia”. A degola dos prisioneiros canudenses, por exemplo, foi equiparada a “um drama sanguinolento da idade das cavernas”, ou a um “recuo prodigioso no tempo.” A esse respeito, Berthold Zilly assinalou que Euclides narrou a guerra como uma grande tragédia, na qual o sertanejo, o não-herói, vai se revelando, na sua resistência sobre-humana, como o único herói, numa transfiguração quase milagrosa, apoteótica. “A História é apresentada como trágica, repleta de infelicidades, infâmias e catástrofes, um imbrincamento de progressos e retrocessos marcados por hecatombes.”¹⁸²

Além da ironia e da tragédia, Euclides recorreu à comédia. Sobre este ponto, trata-se de recordar que o jovem comentarista republicano lançou mão desse expediente contra os seus

¹⁸¹ Cf. VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha no vale da morte, p. 448-450; CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, p. 665.

¹⁸² Cf. VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha no vale da morte p. 451-452; CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, p. 367, 396, 579, 622, 714, 715, 730, 732, 735; ZILLY, Berthold. Um depoimento brasileiro para a História Universal – traduzibilidade e atualidade de Euclides da Cunha. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 9, outubro de 1997, p. 14; Id. A guerra como painel e espetáculo: História presentificada em *Os Sertões* de Euclides da Cunha. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 14, n. 26/27, jan. dez. 1997, p. 55.

adversários políticos de então – quer fossem os monarquistas ou os antiflorianistas. Em *Os Sertões*, através de um insólito procedimento, o autor conseguiu relatar algumas situações extremamente trágicas por um viés cômico. Desse modo, em Canudos, a tragédia adquiria contornos de farsa. Narrando a retirada da Expedição comandada pelo major Febrônio de Brito (1851-1919), atravessando as gargantas do Cambaio e sendo bombardeada pelos sertanejos, a pedradas, o escritor não perdeu a oportunidade de sublinhar a faceta original do acontecimento: “Num tripúdio de símios amotinados pareciam haver transmutado tudo aquilo num passatempo doloroso e num apedrejamento. Desfilavam pelo alto e corrimaças turbulentas e ruidosas. Os lutadores embaixo seguiam como atores infelizes, no epílogo de um drama mal representado.” Na mesma linha de raciocínio, até mesmo na catastrófica debandada da Terceira Expedição, as cenas cômicas se sucediam: “[...] toda a população de Canudos contemplava aquela cena, dando ao trágico do lance a nota galhofeira e irritante de milhares de assovios estridentes, longos, implacáveis... Mais uma vez o drama temeroso da guerra sertaneja tinha o desenlace de uma pateada lúgubre.” Em seguida, comentando a ordem do dia de 6 de setembro, na qual o general Artur Oscar, a propósito de dar conhecimento da derrubada das torres da igreja nova de Canudos, mencionou terem os soldados dado uma violenta vaia nos sertanejos, Euclides ajuizava: “A campanha era aquilo mesmo. Do início ao termo, uma corrimaça lúgubre.” Finalmente, até mesmo no cenário de tragédia do arraial destruído e em chamas, a história republicana podia ser narrada por um viés cômico. Recordando o passeio dos oficiais pelas ruas do povoado, que contou com a sua participação, em 29 de setembro, fulminou: “Os visitantes, generais, coronéis até o último posto, na ansiedade de quem contorna uma emboscada, avançavam agachados, heroicamente cômicos, céleres, de cócoras, correndo.”¹⁸³

Segundo Roberto Ventura, Euclides utilizou a visão teatral e irônica da história para narrar episódios da vida republicana: “Nesse drama histórico, os papéis se confundiam e se invertiam com cômica ironia. [...] A história republicana se encenava como comédia trágica ou era narrada enquanto epopéia sem heróis, em que o estilo elevado se rebaixava pela perspectiva irônica.” O escritor recorria à inversão de papéis, intercambiando os lugares entre o bárbaro e o civilizado. “Tal noção teatral era usada agora em sua variante cômica, o *quiproquó*, ou o *quid pro quo*, troca de papéis entre as coisas ou os personagens, capaz de criar no palco situações burlescas e engraçadas, que só são solucionadas quando se desfazem os equívocos e as

¹⁸³ Cf. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, p. 410, 485, 690, 750.

confusões.” A síntese da revisão euclidiana da República pode ser traduzida nas observações sobre a Revolta da Armada, fixadas no ensaio “A Esfinge”: “Representamos desastrosamente. Baralhamos os papéis da peça que deriva num jogar de antíteses infelizes, entre senadores armados até os dentes, brigando como soldados, e militares platônicos bradando pela paz – diante de uma legalidade que vence que vence pela suspensão das leis e uma Constituição que estrangulam abraços demasiado apertados dos que a adoram.” Consequentemente, o desenlace desse enredo somente poderia ser tragicômico: “Daí as antinomias que aparecem. Neste enredo de Eurípides, há um contra-regra – Sardou. Os heróis desmandam-se em bufonarias trágicas. Morrem, alguns, com um cômico terrível nesta epopéia pelo avesso. Sublimam-se, acalcanham-se. Se há por aqui Aquiles, não é difícil descobrir-lhes no frêmito da voz imperativa a casquinada hilar de Trimalcão.”¹⁸⁴

Malgrado os defeitos do confronto, Canudos era a nossa Vendéia

No segmento anterior, pretendeu-se evidenciar que a trágica intervenção das tropas republicanas em Canudos implicou num sofrido processo de autocrítica por parte de Euclides, no qual o escritor revisou os fundamentos da sua antiga fé republicana. A esse respeito, o exame de consciência do escritor também minou a sua admiração pelos princípios revolucionários de 1789. Nesse contexto, muitos dos paralelos entre as duas histórias nacionais, estabelecidos em textos anteriores, foram repensados. Filha bastarda da Revolução Francesa, a República tupiniquim somente poderia representar um grande drama histórico como uma farsa grotesca, uma ópera-bufa, com contornos tragicômicos. Assim, a revisão da República foi acompanhada por uma releitura do papel da Grande Revolução nos destinos da nação brasileira. Estando correta essa interpretação, parece claro o intuito de Euclides em inverter a utopia gloriosa da Revolução Francesa, representando-a como uma grosseira e trágica paródia, quando encenada nos tristes trópicos. A esse respeito, em *Os Sertões*, a narrativa de um bombardeio a Canudos, em 14 de julho de 1897, com o intuito de comemorar a Tomada da Bastilha, expõe, mediante cruel ironia, a *mise en scène* da filiação da República brasileira aos ideais revolucionários de 1789: “O dia era propício: uma data de festa nacional. Logo pela manhã uma salva de 21 tiros de bala a

¹⁸⁴ Cf. VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha no vale da morte, p. 457-458; CUNHA, Euclides da. A esfinge. In: _____. **Obra completa**, p. 203.

comemorara. Os matutos broncos foram varridos cedo, – surpreendidos saltando estonteadamente das redes e dos catres miseráveis – porque pouco mais de cem anos um grupo de sonhadores falara nos direitos do homem e se batera pela utopia maravilhosa da fraternidade humana...” Acerca dessa cena, Walnice Nogueira Galvão observou que os militares também viviam no imaginário uma espécie de reedição da Revolução Francesa no Brasil. Assim, o Exército, que se colocava como baluarte das classes oprimidas pelo *Ancien Régime*, ao tempo em que saudava o marco inicial do processo revolucionário, massacrava a plebe entrincheirada em Canudos. “O equívoco não poderia ser mais trágico. Afinal, o povo estava do lado de lá, e não do lado de cá; do lado de cá estava o aparelho de Estado.” Portanto, não é inverossímil supor que, para Euclides, narrar essa paródia de comemoração significava admitir a impossibilidade de “viver em pleno o mito da Revolução Francesa à moda da casa.”¹⁸⁵

A consideração de que Euclides se distanciou do modelo de interpretação que traçava insistentes paralelos entre a Revolução Francesa e a história brasileira não significa afirmar que a metáfora da Vendéia, a principal das suas projeções, desapareceu de circulação nas páginas de *Os Sertões*. Não obstante o doloroso trabalho de elaboração e o investimento de crítica histórica, levados a cabo pelo escritor, as obsessivas analogias entre Canudos e a Vendéia persistiram, no corpo do livro vingador. Assim, deve-se reconhecer que a ruptura do autor com a série de imagens presentes nos ensaios e reportagens sobre a Campanha de Canudos não é total. Em sua obra maior, enredado pela força imagética dos símiles e signos da Revolução, o engenheiro-letrado retomou as tentadoras relações de identidade entre Canudos e a Vendéia, em tese abandonadas. Euclides oscilou entre as duas séries de imagens, ora repelindo as comparações entre *chouans* e charnechas, *jagunços* e caatingas, ora procurando aproximações históricas sugestivas entre os dois conjuntos de acontecimentos. No que se refere ao primeiro caso, uma das linhas de força de *Os Sertões* é justamente a crítica ao princípio de repetição da história da Revolução Francesa em solo brasileiro. Nesse ponto, enquadra-se a desconstrução da tese referente à “Vendéia sertaneja”, propagandeada pelos jacobinos brasileiros e por amplos segmentos da mídia, inclusive pelo próprio articulista de *O Estado de São Paulo*. Assim, a crítica aos órgãos de imprensa, responsáveis diretos pela construção de muitos dos estereótipos, que aprisionaram Canudos nos signos da Vendéia, não foi menos impiedosa. “Vimos no agitador

¹⁸⁵ Cf. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, p. 597; GALVÃO, Walnice Nogueira. *Gatos de outro saco*, p. 93; Id., *Euclides da Cunha*, p. 623.

sertanejo, do qual a revolta era um aspecto da própria rebeldia contra a ordem natural, adversário sério, estrênuo paladino do extinto regime, capaz de derruir as instituições nascentes. E Canudos era a Vendéia...”¹⁸⁶

Mas, a pretexto de lembrar que os estrategistas da Guerra não observaram os ensinamentos da história, as relações de identidade entre as duas séries de eventos, presentes em “A Nossa Vendéia”, foram retomadas com idêntico vigor pelo escritor caboclo. Assim, paradoxalmente, os símiles e os signos da *chouannerie* – tal quais os guerrilheiros do Belo Monte – resistiam e ressurgiam, teimosamente, por entre as fendas do texto: “Malgrado os defeitos do confronto, Canudos era a nossa Vendéia. O *chouan* e as charnecas emparelham-se bem como o *jagunço* e as caatingas.” Na seqüência do texto, o autor recuperou muitos dos argumentos presentes no “seminal ensaio” através do qual lançou o primeiro olhar sobre o fenômeno sertanejo: “O mesmo misticismo, gênese da mesma aspiração política; as mesmas ousadias servidas pelas mesmas astúcias, e a mesma natureza adversa, permitiram que se lembrasse aquele recanto lendário da Bretanha, onde uma revolta, depois de fazer recuar exércitos destinados a um passeio militar por toda a Europa, só cedeu ante as divisões volantes de um general sem fama, ‘as colunas infernais’ do general Turreau – pouco numerosas mas céleres, imitando a própria fugacidade dos vendeianos, até encurralá-los num círculo de dezesseis campos entrincheirados.” Ou seja, em que pese a atenuação do paralelo histórico, o autor manteve, em linhas gerais, o esquema mental que norteou a crônica de 6 de abril de 1892 e os ensaios de 14 de março e 17 de julho de 1897. Mais uma vez, as imagens da Vendéia, os traços psicológicos atribuídos aos vendeianos e as características mais salientes daquela guerra foram projetadas sobre a história brasileira. Uma pequena variação entre as duas séries de textos é que o nome do general que subjogou a Vendéia foi modificado, em *Os Sertões*, com a substituição de Louis Lazare Hoche (1768-1797) por Louis-Marie Turreau (1756-1816). Registre-se que foi o primeiro militar e não o segundo quem pôs termo à revolta, vencendo e fuzilando os últimos líderes do movimento, além de aplicar uma política moderada no tocante à população civil, o que possibilitou retomar a calma em julho de 1796.¹⁸⁷

Assim, mesmo quando Euclides insistia em desmontar um dos elementos centrais da teoria conspiratória, o caráter restaurador do movimento conselheirista, as analogias entre as

¹⁸⁶ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, p. 318.

¹⁸⁷ Cf. *Ibid.*, p. 365-366; FURET, François; OZUF, Mona, op. cit., p. 180-181; TULARD, Jean et al., op. cit., p. 153-154, 1136; DUPUY, Roger, op. cit., p. 298.

imagens da Vendéia e de Canudos voltavam à berlinda. Por exemplo, discutindo o papel dos órgãos da imprensa na montagem da tese supracitada, o autor escarneia: “a opinião nacional, pela imprensa, extravagava, balanceando as mais aventurosas hipóteses que ainda saltavam dos prelos. O espantinho da restauração monárquica negrejava, de novo, no horizonte político atreado de tormentas.”. Na seqüência do mesmo texto, com a conhecida ambigüidade e mediante aos seus raciocínios pendulares, reaproximava as imagens dos sertanejos às dos vendeianos: “A despeito das ordens do dia em que se cantava vitória, os sertanejos apareciam como os *chouans* depois de Fontenay. Olhava-se para a História através de uma ocular invertida: o bronco Pajeú emergia com o fâcies dominador de Cathelineau. João Abade era um Charette de chapéu de couro.” Aqui, mesmo considerando a *overdose* de ironia, injetada pelo escritor à situação – afinal, “olhava-se a História através de uma ocular invertida” –, nota-se que Euclides retomou a antiga equiparação entre os sertanejos e os “heróicos vendeianos”. O guerrilheiro negro Pajeú foi comparado ao generalíssimo Jacques Cathelineau (1759-1793), o “Santo do Anjou” dos camponeses da Vendéia. Quanto ao *chefe do povo* João Abade, foi colocado á altura de François-Athanase Charette de la Contrie (1763-1796), pretense nobre e um dos comandantes supremos dos contrarrevolucionários. Não é menos significativa a referência à localidade de Fontenay-le-Comte, na medida em que recordava uma batalha, ali travada, em 25 de maio de 1793, na qual os exércitos católicos alcançaram um das suas expressivas vitórias frente às tropas republicanas.¹⁸⁸

Por que essa misteriosa permanência das imagens da Revolução Francesa? Uma razão aparece no fato de que a metáfora da Vendéia cumpria uma função primordial na obra euclidiana. Como, nos termos propostos por Berthold Zilly, explicar o *desconhecido* através do *conhecido*, processo para o qual Euclides mobilizou inúmeras comparações, alusões, metáforas e outras expressões figuradas. Dirigindo-se ao público culto do Brasil, o escritor caboclo buscava explicar o sertão através de referências da tradição ocidental: a Antigüidade, o Cristianismo, a literatura e a história francesa. “Assim, Euclides explica parcialmente o sertão por um desvio pela Europa; *traduz* a parte desconhecida do Brasil em conceitos e representações ocidentais, dos quais se originam os seus parâmetros de interpretação. Ele contempla sobretudo a Revolução Francesa como moldura referencial para a guerra de Canudos, sabendo-se nesse aspecto ligado aos republicanos radicais e ao corpo de oficiais.” Ainda segundo o tradutor alemão, inserir o sertão na

¹⁸⁸ Cf. CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, p. 626-627; MICHELET, Jules, op. cit., p. 266-267, 449, 455-457; TULLARD, Jean et al., op. cit., p. 145; DUPUY, Roger, op. cit., p. 296-297; PÉRONNET, Michel, op. cit., p. 280.

Europa era importante, inclusive para o leitor brasileiro da época – que conhecia melhor a história francesa, a história e a mitologia clássicas, a Bíblia do que propriamente a história brasileira, principalmente a do interior. Assim, para explicar esse interior desconhecido, a *terra ignota* do sertão de Canudos, Euclides considerou necessário inseri-la na cultura ocidental, mostrando as semelhanças e, naturalmente, as diferenças, sempre uma dialética de aproximação e de diferenciação do sertão e da *Tróia de taipa dos jagunços*, em relação à paisagem, aos movimentos sociais e às personalidades da história do Velho Mundo. Caso seja correta essa leitura, Euclides *traduziu* o desconhecido (Canudos) através das alusões ao que era mais familiar do público letrado (a Revolução Francesa e a Vendéia).¹⁸⁹

Como se percebe, a idéia da insurreição contra a Revolução Francesa, vista como análoga ao movimento sertanejo, constituiu-se, ainda, num dos sustentáculos da narrativa euclidiana em *Os Sertões*. A esse respeito, Walnice Nogueira Galvão assinalou que a questão mais espinhosa dessas analogias continuava sendo a do paralelo com a Vendéia. Com efeito, essa insurreição “torceu” a maior parte dos símiles e da reflexão histórica do escritor sobre a guerra de Canudos. Em *Os Sertões*, Euclides buscou renegar explicitamente essa analogia. Entretanto, nunca conseguiu se desvencilhar da mesma. Contra a sua vontade, volta a retomá-la, seja para criticá-la, seja para confirmá-la. Eis o porquê dos constantes paralelos entre as paisagens físicas da Bretanha e dos sertões, ou entre os *chouans* e os *jagunços*, ou ainda entre os misticismos e a aspiração monárquica característicos de ambos os movimentos. Em suma, “a crítica almejada, e realizada ao nível das idéias, é insidiosamente minada pela insistência nos símiles.” Para Leopoldo Bernucci, as correlações entre Canudos e a Vendéia, dentro de *Os Sertões*, são fortes e tentadoramente persuasivas, mas também são esporádicas, passageiras e sobretudo contraditórias. A imagem vendeiana, portanto, estava marcada por uma oscilação, que denotava a incerteza ou a dúvida do autor no tocante à sua aplicação ao caso brasileiro: ora mostrava a semelhança (*símile*), ora mostrava a identidade (*metáfora*). “Se Canudos não é a Vendéia em sua forma completa, ao menos se parecerá com ela.” Caso Euclides tivesse adotado o título *A Nossa Vendéia* para o livro vingador, as conseqüências poderiam ter sido mais graves, posto que uma vez nomeado a obra deste modo, ela, “sob o peso do nome, teria necessariamente que sustentar com grande fôlego as teses do autor, de modo a manter sua coerência quanto à estrutura e à unidade.” A supressão do

¹⁸⁹ Cf. ZILLY, Berthold. Euclides da Cunha na Alemanha. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, n.26, jan. abr. 1996, p. 342; Id. Entrevista a Manuel Antonio dos Santos Neto. In: SANTOS NETO, Manoel Antonio dos; DANTAS, Roberto Nunes, op. cit., p. 233.

título anteriormente referido e a sua substituição pelo nome atual da obra pode ter criado para Euclides o ensejo de atenuar as fortes relações de equivalência, providas pelos significados da Revolução Francesa, que impregnavam em demasia a estrutura do livro. Assim, em *Os Sertões*, as leis evolucionistas e deterministas – vigentes tanto no pensamento europeu como no do Brasil da época –, os modelos historiográficos importados, que aqui produziam uma simetria perversa entre passado e presente, e as audaciosas correlações entre as lutas da República francesa contra o *Ancien Régime* e a nossa conquista republicana debatendo-se contra as sobrevivências do espírito monárquico “inevitavelmente encontrariam o seu dia derradeiro na crítica impiedosa.” No entanto, as aproximações entre as duas séries de eventos mantiveram-se. Portanto, “construir paralelos muito estreitos entre os *chouans* e os *jagunços*, intercambiando apenas lugares – a Vendéia poderia ser aqui como Canudos poderia ser lá – era um meio útil e sagaz mas extremamente perigoso para o desenvolvimento das suas teorias.”¹⁹⁰

Para Roberto Ventura, nos artigos iniciais de Euclides sobre Canudos, o modelo da Revolução Francesa apresentava um significado mítico-ideológico, fornecendo respostas definitivas, que atendiam às dúvidas e angústias acerca do desdobramento da “revolução brasileira”. As incertezas coletivas eram banidas pela atribuição de sentido fixo ao fato histórico de Canudos, cuja contingência e indeterminação foram reduzidas a distância efêmera quanto ao horizonte de um público inserido na tradição de um liberalismo ilustrado. Assim, o movimento de 1789 adquiriu um caráter exemplar enquanto dupla estrutura semântica, simultaneamente *histórica* e *universal*: o modelo revolucionário se referia a acontecimentos passados, historicamente localizados; entretanto, esses eventos se convertiam em esquemas dotados de eficácia permanente, quando projetados e aplicados a outros contextos histórico-sociais. Por meio dessa estrutura, aproximavam-se ideologias políticas e modelos de pensamento, a exemplo do liberalismo e do Iluminismo, de formas míticas de pensamento, fornecendo, mediante a referência a fatos do passado, modelos lógicos para a percepção das oposições do presente e para a sua progressiva mediação e resolução. “No caso de Canudos, a interpretação da rebelião pelos republicanos e jacobinos como conspiração monárquico-restauradora se insere em uma recepção mítico-ideológica da Revolução Francesa, que provoca a paralelização de ambas as histórias nacionais.” Contudo, em *Os Sertões*, Euclides rompeu com a recepção e a projeção mítico-

¹⁹⁰ Cf. GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides e a Revolução Francesa, op. cit., p. 88; BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos*, p. 26-27.

ideológica do liberalismo, a partir da crítica a dois fenômenos distintos de mitificação histórica. Apesar da oposição entre os critérios de periodização dos seus adeptos (tempo cíclico e redentor *versus* concepção linear e evolutiva), realizou-se, por ocasião do conflito de Canudos, a convergência entre as versões monárquico-messiânica e republicano-jacobina da história. Ambas se equivaliam, pois se construíam sobre uma recepção mítica dos eventos históricos, tais como o desaparecimento de D. Sebastião – cujo retorno se transformou em objeto de espera coletiva – e a fundação da República brasileira – cuja estabilidade estava ameaçada pela rebelião conselheirista, apoiada pelos monarquistas e pelas potências estrangeiras. Ao aproximar, como fenômenos políticos semelhantes, o messianismo sebastianista e o patriotismo republicano, o escritor projetou a sua obra para além dos limites do liberalismo e sugeriu uma *irrupção simétrica da barbárie*, tanto no sertão quanto no litoral – expressando a resistência ao processo civilizatório e ao projeto de universalização do modelo liberal. “Desponta, em Euclides da Cunha, a consciência ‘trágica’ do desvio entre o modelo da Revolução Francesa e a sua internalização na história brasileira, levando à definição de uma *identidade diferenciada*.”¹⁹¹

Não obstante esse olhar diferenciado da história brasileira, que aparece no livro vingador, no centro da narrativa de Euclides, as correlações entre Canudos e a Vendéia são fortes e arrebatadoras. Mas, por outro lado, também são intrinsecamente ambíguas e contraditórias. Portanto, a metáfora da Vendéia possibilitou a Euclides explicar o desconhecido – Canudos – através do conhecido – a história da Revolução Francesa. Entretanto, a manipulação dessa série de imagens o colocou em palpos de aranha. Enredado pela força imagética dos relatos sobre a Grande Revolução, o autor de *Os Sertões* não poderia extirpar as referências anteriores ao fenômeno europeu (presentes em *A Nossa Vendéia*, nas reportagens e nos telegramas enviados ao *Estado de São Paulo* e até mesmo nas anotações da *Caderneta de campo*) sem comprometer a autoridade e mesmo a eficácia da sua narrativa. Em suma, o ajuste de contas entre Euclides e o imaginário social da Revolução Francesa resultou num impasse: se, por um lado, o escritor se distanciou do modelo revolucionário como *leitmotiv* da história brasileira, por outro, os símiles e os signos revolucionários reapareceram, para organizar a narrativa, explicar o desconhecido e mesmo dar credibilidade à trama. Assim, Euclides não conseguiu se desvencilhar da teia imagética da Revolução Francesa – até mesmo quando buscou negar-lhe a validade da sua aplicação à história do Brasil. Caso seja pertinente uma aproximação entre a recorrência

¹⁹¹ Cf. VENTURA, Roberto. “A Nossa Vendéia”, op. cit., p. 141-142.

euclidiana ao imaginário revolucionário e um conceito axial da teoria psicanalítica de Sigmund Freud, tem-se aqui uma instigante manifestação do *retorno do reprimido*...¹⁹²

Um acerto de contas com a Revolução Francesa?

Muito embora não tivesse se libertado dos fantasmas da Revolução Francesa, Euclides travou um batalha decisiva com a sua antiga forma de consciência, quase dois anos após a publicação de *Os Sertões*, no artigo “Um Velho Problema”, que veio à luz em 1º de maio de 1904, em *O Estado de São Paulo*. Nesse texto, escrito em homenagem ao Dia Internacional do Trabalho, o engenheiro-letrado revisitou os seus antigos fundamentos político-ideológicos, acusando a Revolução Francesa de não ter percebido e haver sacrificado “o grande problema que desde Pitágoras e Platão vinha agitando os espíritos”: a questão da propriedade privada. Ademais, o processo revolucionário ofereceu “o espetáculo singular de repudiar, desde os seus primeiros atos, os seus próprios criadores.” Atraída exclusivamente pelo programa de derruir as classes privilegiadas, a Revolução firmou, nos *direitos do homem*, “um duro individualismo que na ordem espiritual significava a negação dos seus melhores princípios” e que na prática destruiu as corporações populares, a única criação democrática da Idade Média. Portanto, mesmo que o clero e a aristocracia tenham sido despojados de suas propriedades, “ficou em seu lugar – inatingível, absoluta e sacratíssima – a propriedade burguesa, para a qual o ilustre Condorcet não encontrara limites no texto que forneceu à Convenção.” Assim, a Revolução substituiu um pequeno número de aristocratas privilegiados por um outro, maior e formado pela burguesia vitoriosa, inapta para compreender “a missão social da propriedade, ávida por dominar a arena livre que se lhe abria, e tornando maior o contraste entre a sua opulência recente e a situação inalterada do proletariado sem voto naquele tumulto e destinada apenas a colaborar anonimamente na epopéia napoleônica.” Às massas populares somente restou o recurso às fórmulas inócuas de alguns pensadores: das “estupendas utopias de Saint-Simon”, às “alienações de Proudhon”, até as “tentativas bizarras de Fourier” e o “soçobro completo da política de Luís Blanc.” Essa situação persistiu até meados do século XIX, quando apareceu Karl Marx, “pois foi, realmente, com este inflexível adversário de Proudhon que o socialismo científico começou a usar uma linguagem firme, compreensível e positiva.” Euclides creditava ao autor de *O Manifesto*

¹⁹² Cf. FREUD, Sigmund. **Moisés e o monoteísmo**, p. 71, 108-111, 114-115.

do *Partido Comunista* a utilização dessa linguagem, calcada nos fatos, na experiência e na observação, na análise rigorosa dos materiais objetivos, na lógica inflexível dos acontecimentos, em detrimento das idealizações. Enfim, Marx descobriu que a única fonte da produção era o trabalho, “daí uma conclusão irreduzível: – a riqueza produzida deve pertencer toda aos que trabalham. E um conceito dedutivo: o capital é uma espoliação.”¹⁹³

Euclides enxergava a exploração capitalista como “assombrosamente clara, colocando o trabalhador num nível inferior ao da máquina.” Contra a “pecaminosa injustiça que o egoísmo capitalista agrava”, o articulista dava razão ao duplo princípio fundamental do socialismo: a socialização dos meios de produção e circulação e a posse individual somente dos objetos de uso. Não descartando a existência de cisões no interior do movimento, o articulista colocava-se ao lado dos *evolucionistas*, preferindo um processo normal de reformas lentas, as quais se refletiriam na consciência coletiva, na prática, nos costumes e na legislação, “continuamente melhoradas.” Dessa forma, via com bons olhos a “atitude expectante” do socialista belga Émile Vandervelde (1866-1938) – para quem as reformas seriam violentas ou não, conforme o grau de resistência da burguesia – , em contraposição à perspectiva insurrecional do francês Edouard Vaillant (1840-1915) – segundo o qual os privilégios políticos e econômicos deveriam cair ao choque de uma revolução violenta. Privilegiando as interpretações “corretamente evolucionistas”, Euclides argumentava que as catástrofes sociais somente poderiam ser provocadas pelas classes conservadoras, caso insistissem em fazer oposição às reformas inevitáveis. A partir dessa argumentação, sentenciava: “Porque o caráter revolucionário do socialismo está apenas no seu programa radical. Revolução: transformação. Para conseguir basta-lhe erguer a consciência do proletário, e – conforme a norma traçada pelo Congresso Socialista de Paris, em 1900 – aviventar a arregimentação política e econômica dos trabalhadores.” No mesmo diapasão, prosseguia: “Porque a revolução não é um meio, é um fim; embora, às vezes, lhe seja mister um meio, a revolta. Mas esta sem a forma dramática e ruidosa de outrora.” Finalizando, destacava ser necessário aos trabalhadores, para abalarem a Terra, não mais do que um “ato simplíssimo”, cruzarem os braços, pois o triunfo do socialismo era inevitável: “Garantem-no as leis positivas da sociedade que criarão o reinado tranqüilo das ciências e das artes, fontes de um capital maior, indestrutível e crescente, formado pelas melhores conquistas do espírito e do coração...”¹⁹⁴

¹⁹³ Cf. CUNHA, Euclides da. Um velho problema. In: **Obra completa**, p. 216-218.

¹⁹⁴ *Ibid.*, p. 217-218.

Como se assinalou no capítulo anterior, as idéias de Euclides refletiam – além das idéias de Oliveira Martins – algumas das concepções do marxismo ortodoxo dessa época – visto por Eric J. Hobsbawm como o herdeiro de maior peso das velhas certezas (política e ideologicamente transformadas) oitocentistas. Conforme o autor de *A Era dos Impérios*, esse corpo teórico e doutrinário – elaborado após a morte de Marx, a partir dos escritos desse pensador e de Friedrich Engels (1820-1895), sobretudo no interior do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) –, sob a versão do definidor da ortodoxia marxista, Karl Kautsky (1854-1938), foi o último triunfo da confiança científica positivista do século XIX. “Era materialista, determinista, inevitabilista, evolucionista, e identificava firmemente as ‘leis da história’ com as ‘leis da ciência’. O próprio Kautsky considerou inicialmente a teoria da história de Marx como ‘nada além da aplicação do darwinismo ao desenvolvimento social’, afirmando, em 1880, que o darwinismo nas ciências sociais ensinava que ‘a transição de uma concepção de mundo velha a uma nova ocorre inelutavelmente’.” Na verdade, o artigo euclidiano, retomava as preocupações do escritor com as questões referentes ao mundo do trabalho e ao socialismo, já manifestadas numa crônica da coluna “Dia a Dia”, publicada em 1º de maio de 1892. Nesse último texto, aludindo às comemorações daquele dia nos países europeus, Euclides imaginava “o extraordinário amanhecer” nas capitais do velho continente: “Tudo porque o anônimo extraordinário que é o maior colaborador da história, o Povo, que trabalha e que sofre – sempre obscuro –, entende, nessa festiva entrada de primavera, deixar por momentos as ásperas ferramentas do trabalho e sonhar também com dias felizes, pensar, que só tem um passado, no futuro.” Prosseguindo, destacava que o Povo trabalhador, após suportar todos os jugos, ter “alimentado com o seu sangue a alma destruidora das guerras” e ser “a matéria-prima de todas as hecatombes”, transfigurava-se, alentado por uma aspiração grandiosa e apresentava esta novidade à história: pensava. Na mesma linha de raciocínio, Euclides também criticava os resultados concretos da Revolução Francesa para o “quarto estado”: “Deu todas as suas energias ao progresso humano, sempre inconsciente da sua própria força, e quando no fim do século XVIII uma grande aura libertadora perpassou a terra, ela se alevantou, aparentemente apenas – para trazer, às costas, até os nossos dias – a burguesia triunfante.” Assim, cansado de “escutar todas as teorias dos filósofos ou os devaneios de todo os sonhadores” – a exemplo de Proudhon ou Louis Blanc –, que lhe haviam prometido a regeneração, o proletariado iniciou, por si mesmo, o seu próprio

levantamento. Ademais, os operários contavam com um instrumento de luta infalível: a greve geral. “E para abalar a terra inteira basta-lhe um ato simplíssimo – cruzar os braços.”¹⁹⁵

Para Euclides, o socialismo aparecia como uma idéia vencedora e “o quarto estado adquirirá, por fim, um lugar bem definido na vida universal.” Entretanto, o cronista manifestava a sua oposição às formas extremas de luta, adotadas pelos socialistas. Assegurava que os adeptos daquela filosofia política não precisavam “agitar o horror da anarquia ou fazer saltar a burguesia a explosões de dinamite.” Sustentando a tese segundo a qual a força do socialismo residia na notável capacidade de arregimentação, fruto de uma aspiração comum, afiançava que não existia um só político proeminente da época que não tivesse se preocupado com esse grave problema. Assim, o liberal William Gladstone (1809-1898), foi elevado pelo cronista à estatura de “um socialista de primeira ordem” – por haver cedido à causa dos *home-rulers* (partidários de uma autonomia moderada a regiões do Império Britânico). Ecletismos ideológicos à parte, o engenheiro enxergava na vitória do socialismo a “incorporação à felicidade humana dos que foram sempre dela afastados.” Na crônica, sobrou espaço para condenar a “criminosa” exploração do trabalho nos grandes centros urbanos brasileiros – nos quais o operário mal adquiria o necessário para a base material da sua vida e era “muito menos do que um homem e pouco mais que uma máquina...” Não obstante a solidariedade para com os sofrimentos dos trabalhadores, Euclides buscava despir o socialismo do seu conteúdo revolucionário, afirmando que os governos europeus haveriam de transigir, entabulando as conversações de paz e fazendo as justas e inevitáveis concessões. Dessa forma, os contemporâneos assistiriam “ao espetáculo maravilhoso da grande regeneração humana.” Assim, o autor acreditava que, “seja qual for este regime por vir, traduz-se ele pela proteção constante do indivíduo pela sociedade, como pensa Spencer, ou pelas inúmeras repúblicas, em que se diferenciará o mundo, segundo acredita Aug. Comte – ele será, antes de tudo, perfeitamente civilizador.” Daí a conclusão: “Que passe sem lutas este dia notável. O socialismo, que tem hoje uma tribuna em todos os parlamentos, não precisa de se despenhar nas revoltas desmoralizadoras da anarquia.”¹⁹⁶

Em 28 de agosto de 1902, *O Estado de São Paulo* publicou o Manifesto do Partido Socialista Brasileiro, fundado na capital paulista, durante o Segundo Congresso Socialista,

¹⁹⁵ Cf. HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 369-370; HARDMAN, Francisco Foot. Incêndios sublimes: figurações da Comuna no Brasil, p. 196-197; CUNHA, Euclides da. Dia a Dia. 1º de maio de 1892. In: _____. **Obra completa**, p. 669-670.

¹⁹⁶ Cf. CUNHA, Euclides da. Dia a Dia. 1º de maio de 1892. In: _____. **Obra completa**, p. 670-671.

realizado entre os dias 29 de maio e 1º de junho daquele ano. O referido documento, evocando Victor Hugo, “o genial poeta das misérias humanas”, e sintetizando na luta de classes a história da civilização, introduzia um elemento novo na vida política do país. O Manifesto concluía com uma lista dos “livros mais recomendáveis para o estudo do Socialismo Científico”, dentre outros, *Le Capital*, de Marx; *Le manifeste communiste*, de Marx e Engels; *Histoire du Socialisme*, de Jean Jaurès (1859-1914); *La Femme*, de August Bebel (1840-1913); e *Socialisme Scientifique*, de Gabriel Deville (1854-1940). Como assinalou com extrema argúcia Wilson Martins, o socialismo pode ser tido como outra das nossas “idéias francesas”. A esse respeito, não se deve desprezar a possibilidade de que “Um Velho Problema” ecoasse não somente as normas traçadas pelo Congresso Socialista de Paris de 1900, mas também as idéias embrionárias dos socialistas brasileiros de 1902. Por fim, retomando o fio condutor da avaliação crítica de Euclides aos ideais de 1789, é plausível afirmar que o autor de *Os Sertões* vislumbrou na socialização da propriedade a superação das quimeras político-ideológicas francesas. Nesse ponto, sublinhe-se o caráter eclético dos argumentos euclidianos, consubstanciados numa grade interpretativa que fundia elementos do reformismo, do positivismo e do evolucionismo com noções vagas do materialismo histórico, para proclamar a inexorabilidade da vitória do socialismo – uma mistura, aliás, que encontrava ressonância no calidoscópico ideológico da Segunda Internacional. Destaque-se, com Sílvio Rabelo, o interesse psicológico representado por essa explosão do engenheiro-letrado a favor das idéias de Marx, exatamente na época da maior dificuldade financeira da sua vida. Contudo, deve-se recordar que, embora nunca tenha chegando a uma situação confortável ou ao menos folgada, ele não se manifestou contra as mazelas do capitalismo e a favor da socialização dos meios de produção e de circulação. Mais uma vez, o acerto de contas com os espectros da Revolução Francesa permaneceu em aberto.¹⁹⁷

¹⁹⁷ Cf. MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**: v. V (1897-1914). São Paulo: T.A. Queiroz, 1996. p. 176-178; RABELO, Sílvio, op. cit., p. 301.

CAPÍTULO III

A TESSITURA DA NARRATIVA HISTÓRICA DA GUERRA DE CANUDOS

Ao longo do capítulo anterior, sublinhou-se a relevância e a força imagética da Revolução Francesa, no conjunto dos textos de Euclides da Cunha, vista como um padrão explicativo da história brasileira das últimas décadas do século XIX. No presente segmento, pretende-se discutir o lugar da narrativa histórica da Guerra de Canudos em *Os Sertões*. Entretanto, antes de prosseguir nesse empreendimento, impõem-se algumas questões cruciais: *Os Sertões* é um livro de história? Em caso afirmativo, quais os seus fundamentos teórico-metodológicos? Inicialmente, deve-se reconhecer, na esteira dos debates travados entre os intérpretes da obra euclidiana, que o livro vingador continua a desafiar qualquer inscrição esquemática em um gênero literário definido – pois a sua narrativa parece se esgueirar entre os interstícios da *historicidade*, da *literariedade* e mesmo da *ficcionalidade*, movendo-se nas tênues fronteiras entre o *artístico*, o *científico* e o *historiográfico*. Para os historiadores, dizer algo original sobre *Os Sertões* não é um empreendimento dos mais fáceis. Um dos obstáculos intrínsecos a tal incursão teórica é colocado pela ambígua relação estabelecida por Euclides com a escrita da história. Projetado originalmente como um relato histórico, sob a rubrica *A Nossa Vendéia*, o livro em questão ultrapassou, em muito, as searas do que se denomina, *stricto sensu*, História. Explicitamente direcionado ao “olhar de futuros historiadores” e composto sob a égide de amantes de Clio – da estatura de Tucídides, Taine, Carlyle e Renan –, *Os Sertões* não tem, no discurso historiográfico, a sua única possibilidade de expressão. Ao contrário, como assinalou Leopoldo Bernucci, no quadro global da sua estrutura discursiva, formada por engastes sociológicos, geológicos, etnográficos, dentre outros, a história se configura como uma das modalidades de narração presentes nessa obra fascinante. Em que pese a intenção de seguir as pegadas do *narrador sincero* de Taine, manifestada na “Nota Preliminar”, o distanciamento frente ao objeto de pesquisa e a exatidão das informações factuais não são exatamente as características mais salientes do relato euclidiano da Campanha de Canudos. Assim, não teria razão Bernucci, ao afirmar que “ainda hoje parece ser consenso da melhor crítica reconhecer em Euclides não um escritor com veia de ficcionista mas apenas um escritor investido no seu papel de cientista e historiador”? Entretanto, conforme o mesmo autor, seria ingênuo pensar que o narrador sincero deva ser sempre o porta-voz objetivo

de *Os Sertões*. “Narrador que se quer sincero, assumindo o compromisso de esmiuçar e fazer a história de seu país, Euclides não podia deixar de ‘sofrer o mal’ de sua época, isto é, de ter a consciência dividida entre as tendências de um romantismo imaginativo e as de um naturalismo ainda pululante.”¹⁹⁸

Dessa forma, a inscrição de Euclides na comunidade dos historiadores é passível de sérios questionamentos. Acerca desse ponto, Francisco Iglésias, embora identificasse no escritor caboclo o “nome de maior eco nos estudos brasileiros no fim do Oitocentos e início do Novecentos”, não hesitou em afirmar que o engenheiro-letrado não era um historiador: “Se tudo quanto produziu é importante e fonte para a elaboração de obras históricas, na verdade não foi um historiador, a não ser episodicamente.” Assim, embora reconhecesse que o engenheiro-letrado tenha encarado o seu relato sobre a Campanha de Canudos como trabalho de cunho histórico, na linha de Tucídides, Iglésias ponderou que o palimpsesto euclidiano se eternizou como obra de arte, não como livro de história: “*Os sertões* valem como documento para a história, mas não para a historiografia, a não ser na reconstituição da campanha e na rememoração das secas.” Assim, o estudioso da História do Brasil teria, no livro vingador, fontes para elaboração e mesmo matérias elaboradas, entretanto se o nome do autor de *À margem da história* figura em uma história da historiografia é pela “grandeza quase transcendental de seu trabalho máximo e de alguns outros, que não têm no histórico a nota mais forte.” Por sua vez, Edgar de Decca assinalou que, apesar de ser considerado uma obra indispensável para a maioria dos historiadores brasileiros, *Os Sertões* não chega a se constituir numa referência importante para se pensar os procedimentos dos amantes de Clio. Não obstante o fato de o livro euclidiano ser muito louvado e revistado, as opiniões de muitos historiadores e de outros especialistas das ciências humanas não diferem significativamente nas conclusões. No geral, ou são tecidos comentários repetitivos a respeito da visão determinista da história em Euclides, ou então a revisão historiográfica procura demonstrar a precariedade das bases documentais que sustentam a interpretação euclidiana da história. Conforme de Decca, ainda que se considere pertinente mas, ao mesmo tempo, problemático o resultado desses trabalhos, existe neles um olhar exterior que parece ignorar a experiência de todos os historiadores e que foi vivida intensamente por Euclides: “Ela é a crise do autor diante das insuficiências dos modelos teóricos históricos e literários escolhidos para a

¹⁹⁸ Cf. BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos**, p. 19, 23; Id. A ontologia discursiva de *Os sertões*, p. 57-72.

interpretação e a narração histórica. No cerne desta crise está a substância mais instigante da obra de Euclides da Cunha.”¹⁹⁹

Além da sua *ontologia discursiva*, duas outras questões espinhosas, que assaltam os pesquisadores da obra euclidiana, referem-se às fundações teórico-metodológicas do livro vingador e à maneira pouco convencional utilizada por Euclides para citar suas fontes. Quanto ao primeiro obstáculo, Francisco José Alves sublinhou que *Os Sertões* é um livro farto de referências, no qual o escritor caboclo buscou aportes teóricos em autores vigentes à época, citando especialistas nacionais e estrangeiros. Sob essa perspectiva, os teóricos referidos no livro vingador formam uma rede epistemológica, tecida no relato da saga de Antônio Conselheiro e dos seus seguidores. Nesse aspecto de lastro bibliográfico, a obra mostra-se plenamente atendida com o pensamento contemporâneo ao engenheiro-letrado. “É um espelho das idéias científicas e filosóficas da época em que foi redigido. Nesse sentido, *Os Sertões* reflete muito da história intelectual da época.” Assim, é interessante investigar os historiadores que deram substrato teórico à natureza da interpretação euclidiana no entendimento do fato histórico e o feitiço epistemológico da sua abordagem. Levantar e analisar os autores lidos e citados por Euclides é também um exercício necessário para a constituição de uma obra de história das idéias no Brasil. Segundo o mesmo historiador, para além da genérica e abusiva convicção de que os intelectuais brasileiros foram – e são – meros consumidores das teorias estrangeiras, é oportuno notar que autores foram efetivamente lidos – e como foram lidos – e incorporados na obra euclidiana. Essa tarefa pode apontar para estratégias de seleção de autores, bem como para a existência de filtros ou vieses de leitura. “Nossa história intelectual não pode ser reduzida à mera repetição do pensamento europeu. É preciso atentar para as nossas singularidades, ou, como já escreveu alguém, para as ‘especificidades da cópia’.” Conforme o mesmo autor, o estatuto historiográfico de *Os Sertões* manifesta-se, dentre outros aspectos, na constante citação, realizada pelo engenheiro-letrado, dos historiadores brasileiros e estrangeiros – a exemplo de Taine, Renan, Buckle e Gumplowicz, que foram tomados como modelos teóricos. Essa preocupação euclidiana explicitava um propósito de elaborar a sua obra de maneira similar aos congêneres internacionais. Portanto, Euclides inseria o seu texto numa dada tradição historiográfica, colocando-se, dessa forma, na “tribo dos historiadores” – um indicativo dessa pertença foi o seu ingresso, como

¹⁹⁹ Cf. IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Nova Fronteira; UFMG, 2000. p. 147-149; DECCA, Edgar Salvadori de. Euclides e *Os Sertões*: entre a história e a literatura, p.158-159.

historiador, no IHGB. Finalmente, segundo o mesmo pesquisador, todos os historiadores sobre os quais Euclides se apoiou eram partidários da aplicação dos métodos das ciências naturais à historiografia e viam naquelas guias epistemológicas para a escrita da história. Esses autores praticavam a historiografia naturalista, ou seja, aquela corrente do pensamento histórico que se colocava sob a influência das ciências naturais e dos sistemas sociológicos.²⁰⁰

Quanto à última observação, sublinhe-se que essa imagem unívoca de um Euclides aprisionado nas grades de ferro do cientificismo do século XIX, conforme se busca argumentar no corpo do presente trabalho, traduz um perigoso estereótipo, necessitando ser matizada, relativizada, posto descartar os influxos exercidos sobre o engenheiro-letrado por outras correntes intelectuais da época – cujo exemplo mais evidente seria o Romantismo. Essa ponderação conduz diretamente à segunda das questões espinhosas que se antepõem aos pesquisadores euclidianos, nos termos anteriormente colocados: a precariedade do sistema de citações adotado pelo escritor caboclo. A esse respeito, Leopoldo Bernucci assinalou que, muito embora Euclides tenha citado vários autores em *Os Sertões*, muitas das suas fontes escritas – jornais, documentos oficiais, estudos científicos – não estão explícita ou sistematicamente anotadas. Dessa forma, foi a partir de uma perspectiva histórico-literária que o autor reescreveu os episódios relacionados a Canudos de um modo estético, transformando o conteúdo de suas fontes ficcionais e não-ficcionais no processo de escritura do livro. A esse processo, acrescente-se o fato de a sua consciência política e de publicista, somada ao talento de escritor, tê-lo levado a acreditar ser a utilização de um discurso que dramatizasse os episódios e os quadros da natureza o meio mais eficiente para chamar a atenção de suas teorias, como a formação da nacionalidade brasileira e o isolamento do sertanejo. “Era também seu objetivo proporcionar ao leitor uma compreensão justa das causas verdadeiras que motivaram as atrocidades cometidas pelo Exército durante a campanha.” Aqui, observe-se que, para o escritor, tratava-se de resolver a questão da originalidade de raiz romântica, da qual não podia se esquivar. Em *Os Sertões*, as afirmações do autor, bem como a escolha do vocabulário, revelam o curioso uso que ele fez das fontes historiográficas e ficcionais. Por um lado, o escritor que irremediavelmente dependia desses materiais registrou-os, de um modo até certo ponto convencional, em notas de rodapé ou no corpo da obra; por outro, manteve uma parte desse cabedal intelectual parcialmente oculto, sem nenhuma referência aos seus

²⁰⁰ Cf. ALVES, Francisco José. *Os Sertões* como obra historiográfica. **Cadernos UFS: História**. São Cristóvão, v.3, n. 4, jan./ jul. 1997, p. 79, 81-84.

respectivos autores. Infelizmente, não ficou claro se esta atitude composicional resultou do desejo que o escritor tinha de ser original – e de buscar controlar a sua ansiedade da influência – ou se representou uma exagerada precaução de sua parte por ter usado e abusado de suas fontes escritas. “Mesmo hoje, depois de muitos dos seus aspectos genéticos terem sido cuidadosamente estudados, o que se conhece sobre as fontes originais de *Os Sertões* está geralmente limitado a aquilo que sabemos através das notas de rodapé deixadas pelo autor.”²⁰¹

Por fim, mesmo um criterioso trabalho de pesquisa que busque estabelecer as fontes efetivamente citadas e de algumas das muitas não citadas em *Os Sertões* não elucidada de maneira satisfatória outras questões intrínsecas ao texto do livro vingador. Nessa linha de raciocínio, Berthold Zilly ponderou que qualquer texto é uma estrutura em si, possuindo uma estrutura imanente, que necessita ser respeitada, apresentando um valor independente das fontes. Dessa forma, as fontes não explicam completamente o texto, não sendo absolutamente indispensável entendê-las – muito embora seja útil compreendê-las, principalmente quando se considera o texto não como uma estrutura fixa, mas um processo, uma interação entre autor, texto e leitores. Comentando o sistema euclidiano de citações, o tradutor alemão assinalou que, às vezes, o escritor caboclo mencionava fontes que conhecia de cor, incompletamente. Assim, Euclides não citou Victor Hugo, que usou muito, mas citou Renan, também bastante utilizado. Portanto, as dificuldades encontradas no estabelecimento das fontes de *Os Sertões* assemelham-se às de outras obras, pois o texto, a gênese do texto, também é um processo, um diálogo do autor consigo mesmo, com as suas evidências, as suas experiências, os seus pensamentos. Enfim, trata-se de um diálogo com a realidade, com os seus contemporâneos, com as pessoas com quem dialogou e com outros autores.²⁰²

Em suma, a inscrição do escritor caboclo na corporação dos historiadores não se faz sem que venha à baila uma série de especificidades da sua escrita da história. Com base nessas provocações iniciais, trata-se, na seqüência, de discutir o papel de Euclides da Cunha como historiador da Guerra de Canudos, o que implica em estabelecer uma identificação das principais séries documentais utilizadas pelo autor, elaborar um levantamento preliminar das suas leituras e problematizar alguns dos seus fundamentos teórico-metodológicos. Afinal, o que leu o engenheiro-letrado sobre a Antiguidade clássica, a história brasileira, a Revolução Francesa?

²⁰¹ Cf. BERNUCCI, Leopoldo M. A ontologia discursiva de *Os sertões*, p. 65.

²⁰² Cf. ZILLY, Berthold. Entrevista, p. 238-239.

Conforme sublinhado anteriormente, nessa questão axial, as dificuldades com as quais se deparam os pesquisadores, para estabelecerem as fontes de pesquisa do autor de *Os Sertões*, são impressionantes. Sob essa perspectiva, pretende-se, nesse capítulo, abordar a construção da narrativa euclidiana da *guerra do fim do mundo* mediante uma hipótese de trabalho que postula a existência de três momentos privilegiados desse processo: o primeiro, *antes* do contato de Euclides com o conflito sertanejo, representado nos ensaios da série “A Nossa Vendéia”; o segundo, *durante* a presença do correspondente de *O Estado de São Paulo* na Bahia, especialmente na frente de batalha, presente nas reportagens e nos telegramas enviados ao jornal, reunidos no *Diário de uma expedição*, e nos registros da *Caderneta de campo*; e, finalmente, o terceiro, *após* o desfecho do conflito, que se materializou nas páginas de *Os Sertões*, a narrativa euclidiana, por excelência, da Campanha de Canudos.

A Nossa Vendéia: gênese da narrativa euclidiana da Guerra de Canudos

A narrativa euclidiana da guerra de nos sertões foi inaugurada sob a modalidade de um ensaio, que veio à luz nas edições de 14 de março e 17 de julho de 1897, de *O Estado de São Paulo*. Assim, o relato daquela campanha apresentava, já no seu nascedouro, como um dos traços fundamentais, o entrelaçamento entre o jornalismo, o ensaísmo e a historiografia. A esse respeito, o engenheiro-letrado pareceu intuir a potencialidade daqueles eventos como matéria para uma obra de cunho histórico. Dessa maneira, registrou a violentíssima irrupção daquela aldeia ignota às margens do Vaza-Barris – “que os últimos acontecimentos tornaram histórica” – nos quadros da História Universal. Portanto, não é implausível afirmar que o ensaio euclidiano sobre Canudos expressava uma dupla preocupação: a busca de um padrão explicativo para a derrota da Expedição Moreira César e a historicização do fenômeno que se processava nos sertões da Bahia – para a estupefação e o horror das populações urbanas e europeizadas do litoral brasileiro. Assim, alguns intérpretes têm insistido na relevância desses primeiros escritos para o esquema que norteou a construção da obra maior do engenheiro-letrado. Segundo Berthold Zilly, “A Nossa Vendéia” já continha, *in nuce*, o que seria *Os Sertões*: “Os artigos, assim como as reportagens que seguem pouco depois, são tão instrutivos porque exibem, *in statu nascendi*, o raciocínio e os procedimentos literários do escritor em formação.” Para Roberto Ventura, esses textos, escritos em São Paulo, antes de qualquer contato com o sertão baiano, já prefiguravam o livro de 1902 –

ao trazer um amplo estudo geográfico e climático da região, além das análises acerca dos aspectos étnicos e culturais do homem sertanejo. Entretanto, convém não supervalorizar as faculdades imaginativas e as capacidades literárias de Euclides. Acerca desse ponto, José Carlos Barreto de Santana assinalou que o escritor caboclo, nos dias que se seguiram ao anúncio da *débâcle* da Terceira Expedição, participou de uma conversa sobre o assunto na casa do engenheiro e membro do Instituto Histórico de São Paulo Teodoro Fernandes Sampaio (1855-1937) – obtendo do colega preciosas informações sobre os sertões da Bahia. O escritor solicitou autorização para fazer cópia de um mapa – ainda inédito no tocante à região de Canudos – organizado por Sampaio, que havia percorrido partes do interior baiano, desde 1879, participando de comissões encarregadas da verificação dos recursos naturais e do prolongamento da estrada de ferro da Bahia ao São Francisco. Provavelmente o engenheiro também ofereceu a Euclides outros trabalhos de sua autoria – a exemplo do artigo “A Respeito dos Caracteres Geológicos do Território Compreendido Entre as Cidades de Alagoinhas e de Juazeiro Pelo Trajeto da Linha Férrea em Construção”, publicado na *Revista de Engenharia*, em 1884. Portanto, esse conjunto de informações, ao lado das leituras citadas no ensaio – Caminhoá, Martius, Saint-Hilaire, Humboldt, Livingstone – foi crucial para a elaboração de “A Nossa Vendéia”.²⁰³

Não obstante o peso incontestável das ciências naturais na sua formação intelectual e as constantes referências aos viajantes e aos naturalistas supracitados, no corpo dos ensaios aqui discutidos, Euclides propôs-se a abordar historicamente o problema de Canudos. Para tanto, realizou uma “aproximação histórica” entre os acontecimentos que se desenrolavam no interior da Bahia e uma insurreição camponesa ocorrida no departamento da Vendéia, no oeste da França, no final do século XVIII. Sob esse enfoque, Canudos transformou-se em “A Nossa Vendéia”. Assim, buscando tornar inteligível para os seus leitores a excepcionalidade dos eventos sertanejos, o engenheiro-letrado argumentava que a identidade entre o homem e o solo justificavam, sob um ponto de vista geral, a aproximação histórica presente no título do artigo. Na seqüência, aproximava os fatos históricos de Canudos aos da Vendéia – explicitando a tese segundo a qual, nos sertões da Bahia, também se registrava uma revolta de camponeses ultra-religiosos, politicamente atrasados e a serviço das forças restauradoras. Ademais, o estado semibárbaro de ambas as populações, o seu fanatismo religioso e a natureza hostil no qual viviam

²⁰³ Cf. CUNHA, Euclides. *A Nossa Vendéia*, p. 44; ZILLY, Berthold. *Euclides da Cunha na Alemanha*, p. 341; VENTURA, Roberto. *Os Sertões*, p. 30; SANTANA, José Carlos Barreto de, op. cit., p. 92-93.

davam àquelas guerras um caráter distinto de outros confrontos bélicos. Até mesmo nos insucessos do Exército, Euclides viu a confirmação da justeza do paralelo por ele estabelecido. Com base em todas essas analogias, postulava uma “repetição identificatória da história”, antevendo a vitória final das tropas federais: “Este paralelo será, porém, levado às últimas conseqüências. A República sairá triunfante desta última prova.”²⁰⁴

Frente ao conteúdo desses ensaios, deve-se indagar em que medida as alusões de Euclides à Vendéia encontravam apoio nas narrativas históricas da Revolução Francesa, elaboradas ao longo do século XIX. Acerca desse aspecto, deve-se reconhecer o fato de que os artigos em questão não contém referência alguma aos historiadores oitocentistas franceses. Não obstante, um sem-números de outros indícios, distribuídos ao longo de outros escritos euclidianos, apontam correlações muito próximas entre as ilações do escritor brasileiro e os relatos da historiografia francesa desse período. Conforme discutido anteriormente, os escritos do engenheiro-letrado estavam, há muito, contaminados por todo um conjunto de imagens relacionadas à Revolução de 1789. Conseqüentemente, essa obsessão de Euclides pelas referências históricas francesas reapareceu, com maior intensidade, nos ensaios aqui analisados. Assim, é defensável sugerir que o articulista de *O Estado de São Paulo*, objetivando caracterizar aspectos definidores da revolta vendeiana, norteou-se em certas teses da historiografia revolucionária francesa – conforme se discute na seqüência desse capítulo. Sob essa perspectiva, no centro da narrativa euclidiana, a metáfora da Vendéia condensava diversas imagens da Revolução Francesa – presentes na ação política e nas referências teóricas do autor – e aproximava os acontecimentos brasileiros de um episódio paradigmático da História Universal, explicando, assim, o papel do movimento de Canudos como a ponta-de-lança da contra-revolução brasileira e a sua oposição à República.

A esse respeito, refletir sobre a perplexidade dos revolucionários franceses de 1793 frente à “inexplicável” Vendéia pode lançar novas luzes sobre a maneira através da qual o fenômeno de Canudos foi interpretado por Euclides e por muitos outros republicanos. Como assinalou François Furet, um dos desafios encontrados pelos jacobinos e, posteriormente, pelos historiadores republicanos, foi explicar o quadro insólito representado por aquela insurreição camponesa contra uma Revolução que emancipava as massas rurais; por aquele povo do campo unido aos senhores e aos padres contra o anúncio da igualdade universal; por aquele fantasma do Antigo Regime reencarnado contra todo aquele estado de coisas do qual se libertaram os franceses. Para os

²⁰⁴ Cf. CUNHA, Euclides da. *A Nossa Vendéia*, p. 51-52; VENTURA, Roberto. “A Nossa Vendéia”, p. 130.

partidários da República, esse paradoxo era inexplicável – a menos que julgassem ter sido o povo enganado, manipulado por seus inimigos. Doravante, foi esse o papel que em tais versões desempenhou a conspiração dos nobres e dos padres, ou dos dois juntos. Por estranho que pareça, a versão historiográfica republicana da Vendéia – vista como resultado da associação entre o campesinato, a nobreza e o clero – apresenta, não obstante o seu caráter antagônico, determinadas semelhanças com obras produzidas pela historiografia legitimista e clerical. Nas *Memórias* da marquesa de La Rochejaquelein, por exemplo, o camponês da Vendéia foi transformado num irmão do seu senhor – “um idílio feudal ao qual a benção da Igreja confere uma aparência de eternidade.” Por seu turno, os historiadores republicanos também mergulharam as massas rurais vendeianas no Antigo Regime, tornando-as objeto inconsciente da opressão senhorial e do obscurantismo clerical, por estarem encurraladas no horizonte estreito da fazenda e num território isolado do resto do país – remanescentes que testemunhavam os tempos condenados. Assim, estenderam a idéia de dependência política e moral dos insurretos, com relação à autoridade tradicional, representado pelo poder dos nobres, que agiram em comum acordo com os padres. Para Furet, esse conjunto de imagens representou uma extrapolação para o passado das lutas políticas locais do século XIX, que manifestaram uma Vendéia inseparavelmente clerical, nobiliárquica e vinculada ao Antigo Regime, na França da Terceira República.²⁰⁵

Uma simples amostra de alguns textos dos historiadores oitocentistas franceses ilustra, exemplarmente, a discussão aqui travada. Sobre esse aspecto, as obras de François-Auguste Mignet (1796-1884) e Jules Michelet, dois expressivos representantes das escolas historiográficas “Política” e “Romântica”, respectivamente, exemplificam e sintetizam as abordagens da historiografia revolucionária acerca da Vendéia. No que diz respeito ao primeiro, em sua *Histoire de la Révolution française* [*História da Revolução Francesa*, 1824], caracterizou a Vendéia como uma região isolada, cortada por poucas estradas, semeada de vilas, aldeias e castelhanias, na qual quase não havia cidades – em suma, um território que se manteve no antigo estado feudal. Segundo o mesmo historiador, na Vendéia não havia nem luzes, nem civilização e nem classe média. Nessa região, os camponeses não possuíam outras idéias senão as que lhes eram transmitidas pelos padres, além do que as massas rurais não diferenciavam os seus interesses dos da nobreza. Para Mignet, esses homens simples, robustos e afeiçoados à antiga ordem das coisas, nada entendiam de uma revolução, que resultava de crenças e de necessidades estranhas à sua

²⁰⁵ Cf. FURET, François. A Vendéia. In: _____; OZUF, Mona, op. cit., p. 182-184.

situação. Por outro lado, a nobreza e o clero locais, confiantes na sua força, não tinham emigrado. Assim, era ali que existia realmente o partido do Antigo Regime e onde se encontravam as suas doutrinas e a sua sociedade. Por sua vez, Michelet, frisou o caráter inteiramente popular do início da insurreição na Vendéia – descartando a idéia de uma guerra feudal e patriarcal, segundo a qual o povo sublevou-se sob o comando dos chefes de clãs. Desse modo, as massas rurais expressaram o seu antigo ódio aos cidadãos e às suas instituições, além da sua oposição ao recrutamento forçado para as guerras revolucionárias e à requisição dos seus animais. Em contrapartida, o historiador romântico destacou o papel representado pela propaganda fanática e contra-revolucionária do clero sobre os camponeses vendeianos – dependentes dos padres e influenciados pelo carolismo das suas esposas. Segundo Michelet, se a Vendéia foi uma revolução, foi aquela da insociabilidade e do isolamento das massas rurais – marcadas por um profundo espírito local e contrárias à unidade.²⁰⁶

Portanto, as concepções euclidianas estavam inseridas no panorama mais amplo da difusão do imaginário revolucionário nas sociedades ocidentais, ao longo do século XIX, e da produção de sentidos, gerada pela historiografia francesa dessa época. A esse respeito, François Furet assinalou que toda a história desse período – que se estende desde 1789 à III República – testemunha essa realidade. Não houve historiador ou homem político do século XIX que não tenha tido como referência inicial, para explicar o seu tempo, não somente a Revolução Francesa em si mesma, mas principalmente o fato de que ela continuava a repetir seus acontecimentos incontrolláveis, em torno de uma divisão dos franceses cujos segredos possuía. Por isso, a história dessa época pode ser estruturada em torno de dois ciclos cronológicos: o primeiro, vai de 1789 a 1799 (ou a 1804), constituindo o repertório das formas políticas inventadas pela Revolução para institucionalizar a nova soberania popular; já o segundo, foi um ciclo repetitivo, através do qual os franceses refizeram e cristalizaram as mesmas formas políticas, renascidas das mesmas revoluções – duas monarquias constitucionais depois da de 1789-1792, duas insurreições parisienses vitoriosas (junho de 1830, fevereiro de 1848) e duas derrotadas (julho de 1848, março de 1871), uma Segunda República após a Primeira e até mesmo um segundo Bonaparte, quando o primeiro havia passado por um homem único na história. Essa seqüência de repetições não tem precedentes, revelando o extraordinário poder de coerção da Revolução sobre a política francesa

²⁰⁶ Cf. MIGNET, François-Auguste. **Historia da Revolução Franceza desde 1789 até 1814**. São Paulo: J. Azevedo & Cia., 1899. p. 18; MICHELET, Jules, op. cit., p. 261-268.

do século XIX. Em síntese, “todos os atores estão aí, apoiados nos grandes ancestrais: a farsa depois da tragédia, dizia Marx.” Portanto, a história política francesa apresentou essa característica única de ser *repetitiva* e de passar novamente pelos regimes que ela havia sucessivamente revelado no curso da Revolução. Em um século, através de quatro ou cinco gerações, a Revolução Francesa percorreu dois ciclos sucessivos: o primeiro original e o segundo inspirado pelo exemplo ou a lembrança do primeiro. Com efeito, segundo Alice Gérard, a partir de 1815 teve início um segundo ciclo revolucionário: 1830 repetiu o “89 burguês”; 1848, o “93 da Fraternidade”; o golpe de Estado do sobrinho repetiu aquele do tio. Segundo a mesma historiadora, nesses fenômenos de recorrência ou de mimetismo, parte da responsabilidade cabia à historiografia revolucionária, pois foi ela quem alentou – num movimento crescente – a esperança da Revolução, ao ser utilizada como modelo de ideologia e de estratégia, fortificante de energias, mediadora entre o passado e o futuro. “Tal função ela nunca mais terá com tanto ardor e eficácia histórica, tão enaltecida pelos românticos de então.” Ademais, a visão romântica fascinava-se diante da Revolução, pois, marcada pelo sinal do absoluto, esta passou a ser o pólo de atração da história universal e um microcosmo prefigurando o futuro. Esses elementos explicam o finalismo (revolução: revelação) presente em todos os historiadores da época.²⁰⁷

Mas, uma profunda e duradoura cisão dividia o campo revolucionário. Para Furet, há duzentos anos, o exemplo clássico dessa duplicação do enfrentamento político no interior da tradição revolucionária é o que opõe em conflito 1789 e 1793, ou ainda, *quatre-vingt-neuviistes* e *quatre-vingt-treizistes*. Para os primeiros, tratava-se de fixar 1789, de enraizar os novos princípios em instituições estáveis, em suma, e sempre, de terminar a Revolução. Já era este o objetivo de Benjamin Constant de Rebecque (1767-1830), em 1797. Uma geração mais tarde, esse esforço foi tentado pelos historiadores liberais, como François Guizot e Alexis de Tocqueville (1805-1859). O mesmo foi buscado por estadistas da Terceira República, como Léon Gambetta (1838-1882) e Jules Ferry (1832-1893), na Terceira República. Por outro lado, para os jacobinos, tratava-se, ao contrário, de negar e ultrapassar 1789 em nome de 1793, de recusar o primeiro marco como fundação e celebrar o segundo como uma antecipação, cuja promessa ainda precisa ser realizada. “Nesse sentido, a Revolução Francesa fornece duas referências exemplares à alternativa que ela não cessa de oferecer àqueles que a procuram. É preciso ou terminá-la ou

²⁰⁷ Cf. FURET, François. A Revolução no imaginário político francês. In: _____. **A Revolução em debate**. Bauru: EDUSC, 2001. p. 58-59; Id. A idéia francesa de Revolução, op. cit., p. 82-84; GÉRARD, Alice. **A Revolução Francesa: mitos e interpretações**. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 35, 48-49.

continua-la, sinal que em ambos os casos ela permanece aberta.” Nesse ponto, não é de todo dispensável assinalar que esses debates historiográficos e as suas conseqüentes opções políticas (matizadas pelos signos antagônicos do liberalismo e do jacobinismo) tiveram repercussão nas fileiras republicanas brasileiras, diferenciando, por exemplo, as opções ideológicas de homens como Alberto Sales e Silva Jardim. O embate prosseguiu ao longo dos anos tumultuados que marcaram a consolidação do novo regime – explicando o fato de os aliados do Marechal Floriano Peixoto serem identificados como “jacobinos”. Aliás, os florianistas atuaram decisivamente – através da imprensa, da mobilização da opinião pública e dos canais institucionais – para ajustar o episódio de Canudos ao *script* da história da Revolução Francesa. Assim, no Brasil, em 1897, tanto a historiografia quanto a ação política tendiam a se conjugar, perversamente, em torno desse imaginário da Revolução “à moda da casa”. No que se refere Euclides, ele projetou sobre Canudos, *mutatis mutandis*, alguns dos principais traços que a historiografia revolucionária havia aplicado à Vendéia, pois, ao estabelecer a “aproximação histórica” entre as duas séries de acontecimentos, o autor contemplava a Revolução Francesa como moldura referencial para a história brasileira. Conseqüentemente, lançava sobre a guerra sertaneja as imagens elaboradas pelos historiadores europeus, o que possibilitava associar os sertanejos aos *chouans* – ambos marcados por signos negativos como o fanatismo, o monarquismo e a barbárie. Por seu turno, a metáfora da Vendéia cumpria a função de inserir aquela região desconhecida da Bahia no panorama da História Universal. Finalmente, as analogias com as lutas dos revolucionários franceses contra os camponeses e nobres da Vendéia garantia a repetição da história e a conseqüente vitória das armas republicanas brasileiras.²⁰⁸

Por mais uma das diversas ironias da História, ao ser caricaturado, pelos jacobinos e por grande parte da imprensa, como sinônimo, por excelência da Restauração brasileira, Canudos espelhava os signos negativos atribuídos pelos homens de 1793 à sua “prima” distante, a Vendéia. Conforme lembrou Jean-Clément Martin, a Vendéia recebeu a sua identidade dos revolucionários, transformando-se no símbolo da Contra-Revolução no imaginário republicano francês. No que diz respeito à sua “congênere” brasileira, Canudos foi a denominação aplicada pelos republicanos à experiência liderada pelo Conselheiro – não é irrelevante recordar que os seguidores do “anacoreta sombrio” denominavam a sua comunidade *Belo Monte*. Portanto, a

²⁰⁸ Cf. FURET, François. *A idéia francesa de Revolução*, p. 62; CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*, p. 27-27; Id. *Os bestializados*, p. 45-47; GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides da Cunha, p. 623; VENTURA, Roberto. “A Nossa Vendéia”, p. 130.

partir do símile da Vendéia, Canudos foi associado, pelos letrados brasileiros, a tentativa de restabelecimento da dinastia de Bragança. Significativamente, coube a um republicano histórico, o engenheiro Euclides da Cunha, amalgamar as duas séries de eventos históricos, sob a instigante analogia “Canudos é a nossa Vendéia”. Em suma, da projeção da historiografia da Revolução Francesa sobre o Brasil, do desejo de uma “repetição identificatória da história” e de um equívoco de interpretação histórica nasceu *Os Sertões*.²⁰⁹

Diário de uma expedição e Caderneta de Campo: Euclides entre o jornalismo e a história

“Que a nossa Vendéia se embuce num largo manto de nuvens, avultando além como a sombra de uma emboscada entre os deslumbramentos do grande dia tropical que nos alenta. Rompê-lo-á, breve, a fulguração da metralha, de envolta num cintilar vivíssimo de espadas... A República é imortal!” Com essa autêntica declaração de guerra aos restauradores conselheiristas, o enviado especial de *O Estado de São Paulo* encerrava a primeira das matérias despachadas de Salvador, em 7 de agosto de 1897. Essa também foi a única menção direta à Vendéia no segundo momento na construção da narrativa euclidiana da Guerra de Canudos – constituído pelas reportagens e pelos telegramas que deram corpo ao *Diário de uma expedição* e pelas anotações esparsas presentes na *Caderneta de campo*. Como se sabe, a iniciativa de nomear dessa maneira os conjuntos de textos supracitados não partiu de Euclides, mas de seus admiradores e estudiosos, após a sua morte. No que se refere ao conjunto de textos e croquis, o seu autor inseriu, na segunda página da caderneta, o título provisório do livro a ser escrito, *A Nossa Vendéia*, seguido do subtítulo *Diário de uma expedição*. Em 1919, quando o manuscrito original foi doado ao IHGB, por José Carlos Rodrigues, recebeu a denominação *Caderneta de campo de Euclides da Cunha (Campanha de Canudos)*. Já as reportagens e os telegramas – além dos ensaios intitulados “A Nossa Vendéia”, o artigo “O batalhão de São Paulo” e algumas ilustrações – foram reunidos num livro, organizado por Antonio Simões dos Reis, em 1939, sob o título *Canudos (Diário de*

²⁰⁹ Cf. MARTIN, Jean-Clément. La Vendée, entre révolution et contre-révolution: l’imaginaire de l’histoire. In: LEBRUN, François; DUPUY, Roger. **Les résistances à la Révolution**. Paris: Imago, 1987. p. 406-416.

uma expedição). Anteriormente, o conjunto das reportagens fora publicado pela *Revista do Gremio Euclides da Cunha*, em 1927.²¹⁰

Conforme destacado anteriormente, ao partir para o *front*, Euclides levava uma dupla incumbência: realizar a cobertura jornalística da guerra e preparar um livro de história sobre Canudos e Antônio Conselheiro. Não obstante, deve-se atentar para o fato de que essa duplicidade de papéis nem sempre era conciliável. Assim, no segundo momento da construção da narrativa euclidiana da guerra, jornalismo e escrita da história, ao mesmo tempo em que se aproximavam, não se confundiam completamente. Com base nessa suposta divisão do trabalho entre o jornalista e o historiador, é plausível argumentar que o próprio Euclides estabelecesse uma distinção entre o caráter efêmero do jornalismo e a função muito mais perene da história. Assim, atente-se para a evidência de que as reportagens e os telegramas do *Diário de uma expedição* apresentam as marcas fundamentais da atividade jornalística, enquanto a variedade de materiais presentes na *Caderneta de campo* – rascunhos dos artigos enviado para o jornal, notas de pesquisa, desenhos e croquis – compunha o esquema mais amplo de um trabalho histórico em gestação – como se argumenta no conjunto desse segmento. Não obstante, a crônica euclidiana da guerra pode ser comparada a um modelo de “história imediata” ou de “história do presente”. Nesse ponto do trabalho, cabem algumas considerações sobre as relações entre a escrita da história e o jornalismo, ao longo dos séculos XIX e XX. A esse respeito, segundo Jean-Pierre Rioux, as profissões do jornalismo e da história cresceram separadamente, durante mais de cento e cinquenta anos, e, pouco a pouco, delimitaram seus respectivos territórios, numa indiferença recíproca. Assim, o jornalista (repórter, redator ou cronista) é um “Sísifo do efêmero” que escreve para o esquecimento. Sua missão cotidiana consiste em forçar a atenção do leitor ou do ouvinte para cada “papel”; em mergulhar sem cansaço na torrente ininterrupta dos acontecimentos confusos que faz a atualidade; em vencer a angústia da pequena morte diária – a página do jornal é destinada ao lixo, a palavra e a imagem voam sem deixar traço tangível e são pouco arquivadas; em trabalhar profissionalmente, somente correndo o risco de laborar para o futuro ou de sonhar em editar um dia em volume os seus textos escolhidos. No que diz respeito ao historiador, desde o final do século XIX, esse profissional move-se comodamente no seu triplo papel de sábio moderno exercido na crítica das fontes, de sumo sacerdote da memória nacional e

²¹⁰ Cf. CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**, p. 68; Id. **Caderneta de campo**, p. 1-2; Id. **Canudos (Diário de uma expedição)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939; GALVÃO, Walnice Nogueira. Introdução. In: CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**, p. 32.

de intelectual em pleno exercício. Mas, essas relações seriam tão unívocas assim, em se tratando das sociedades ocidentais do século XIX? Ao longo desse período, as linhas de demarcação entre o jornalismo e a historiografia, ou ainda, entre o que hoje denominamos fontes jornalísticas e as demais fontes históricas, eram tão ou mais complexas e sinuosas do que na contemporaneidade. Aqui, não se trata de confundir história e jornalismo. Como lembrou Jean Lacouture, essas duas áreas coincidem sem se confundirem – uma advertência que é muito pertinente também para o século XIX. Sob essa perspectiva, recorde-se o exemplo de escritores e historiadores oitocentistas que produziram artigos jornalísticos e compuseram trabalhos históricos a partir das suas próprias matérias. Acerca dessa questão, obras de autores tão distintos quanto Tocqueville, Marx e Prosper-Olivier Lissagaray (1838-1901) podem ser vistas como modelos para a “história imediata”. O jornalista Lissagaray, por exemplo, participante e sobrevivente da revolução parisiense de 1871, escreveu uma *Histoire de la Commune de Paris* [*História da Comuna de Paris*, 1876]. Quanto a Marx, metamorfoseou-se do jornalista londrino no historiador do *coupe d'état* de Louis Bonaparte ou da Comuna de Paris. A esse respeito, *O Dezoito Brumário*, um trabalho que “tomou forma sob a pressão imediata dos acontecimentos”, talvez seja o exemplo paradigmático dessa simbiose entre o jornalismo e a escrita da história nos textos de alguns prosadores oitocentistas.²¹¹

A situação brasileira, ao longo do século XIX, torna-se significativa para discutir algumas das ligações possíveis entre o jornalismo e a história, conforme destacou Walnice Nogueira Galvão, analisando as relações entre a imprensa e a Guerra de Canudos. Segundo essa autora, o jornal era o mais eficiente veículo de comunicação de massa no Brasil dessa época – sendo assombrosa a quantidade de jornais e de revistas que circulavam nessas plagas. Por exemplo, de 1808 a 1896 quase dois mil periódicos foram editados no Rio de Janeiro. Em 1897, ano em que as notícias sobre a guerra tomaram de assalto as páginas das gazetas, criaram-se vinte e nove jornais na capital da República. No que diz respeito à Bahia, entre 1811 a 1899, houve cerca de setecentos periódicos. Mesmo que esses dados demandem uma leitura criteriosa, eles evidenciam o extraordinário relevo assumido por essa modalidade de *mass media* naquele contexto histórico. Por ser o veículo de comunicação mais eficaz, os periódicos – especialmente os mais antigos e os

²¹¹ Cf. LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques (Dir.). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 215-240; CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999; RIOUX, Jean-Pierre. Entre história e jornalismo. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe, op. cit., p. 120; MARX, Karl, op. cit., p. 13; BATALHA, Claudio H. M. Três visões da Comuna de Paris: Benoît Malon, Louise Michel e Prosper-Olivier Lissagaray. In: BOITO JR., Armando, op. cit., p. 109-120.

das pequenas cidades – acolhiam uma inacreditável quantidade de escritos – a exemplo de cartas anônimas ou declarações assinadas, contendo acusações da maior gravidade contra a vida particular dos indivíduos. Sem fotografias e com raras ilustrações, as gazetas eram muito semelhantes entre si, quer fossem editados na capital, para um público mais refinado e europeizado, ou nas ermas cidades do interior baiano. As páginas dos jornais acolhiam material variadíssimo, que nos dias atuais se encontra disperso em outros veículos de comunicação. Assim, o jornal do século XIX era, ao mesmo tempo, mais literário e menos literário do que os atuais. “Mais, porque nele são freqüentes os contos, os poemas, as crônicas, e porque nele escreveram regularmente grandes nomes da criação literária, como José de Alencar e Machado de Assis, só para citar os maiores; e menos: o estilo jornalístico, ainda pouco desenvolvido, peca a todo o momento pela incorreção da linguagem.” Assim, esse jornal assemelhava-se a um mosaico “constituído por fragmentos de natureza vincadamente díspar”: nas primeiras páginas, podia aparecer um grave soneto ao lado de um anúncio de tratamento de doenças sexualmente transmissíveis; uma crônica literária em francês junto a uma lista de livros “só para homens”; um comentário sobre um processo criminal envolvendo atentado vizinho a um discurso do Presidente da República. Acrescente-se a tudo isso uma miscelânea de outros materiais: publicações a pedido, provocações para briga, cartas abertas, testemunhos sobre remédios milagrosos, bilhetes amorosos. Aos olhos do leitor contemporâneo, a impressão é que tudo se passava nas páginas das gazetas e que nelas também se criavam incidentes, intrigas e até mesmo conspirações. “Não é por coincidência que vários jornais cariocas ficavam na Rua do Ouvidor, então a rua mais importante do país, onde, como relatam cronistas e romancistas, todas as pessoas passavam todos os dias para saber das novidades. As agitações de rua, tão freqüentes nesse período, quando não começavam na Rua do Ouvidor, lá iam parar.” Assim, foi no quadro desse mosaico desordenado e policromo do jornal brasileiro de 1897 que adentrou, fermentando a desordem e carregado nas cores, a representação escrita e imediata, em cima do fato, *no calor da hora*, do conflito travado nos sertões da Bahia. Portanto, as fontes jornalísticas, através das suas distintas representações – *galhofeira*, *sensacionalista* ou *ponderada* –, compõem a tessitura da narrativa euclidiana da Campanha de Canudos.²¹²

Sob essa perspectiva, a relação de Euclides com a imprensa da sua época foi muito mais ambígua e complexa do que se supõe. Como lembrou Leopoldo Bernucci, o escritor caboclo não

²¹² Cf. GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora**, p. 15-19, 32-108.

deixou de apresentar uma preocupação excessiva com respeito à qualidade efêmera e problemática das fontes jornalísticas que, irremediavelmente, estavam sendo utilizadas na escritura da obra inicialmente denominada *A Nossa Vendéia*. “Isso mostra até que ponto não pôde deixar de recorrer aos jornais para escrever ‘A Luta’, enquanto, para as demais seções, o recurso aos livros e ensaios científicos o fazia mover-se com maior segurança e autoridade.” Uma das questões colocados pelas informações da imprensa – e que explica as suspeitas euclidianas acerca dessas matérias – residia no fato de que as mesmas, na maioria das vezes, estavam marcadas por imprecisões e incoerências, quando não por visões mirabolantes e sensacionalistas. Entretanto, como o futuro autor de *Os Sertões* poderia evitá-las? As matérias jornalísticas eram praticamente as únicas fontes que ele podia ter acesso durante o desenrolar da campanha. Registre-se que mesmo outros textos, posteriormente impressos sob a forma de livro, como os dados biográficos do Conselheiro, recolhidos por João Brígido dos Santos (1829-1921), ou *Os Jagunços* (1898), de Afonso de Arinos, foram divulgados originalmente em jornais. Foi também através dos periódicos que Euclides tomou contato com o *Relatório apresentado pelo Reverendo Frei João Evangelista de Monte Marciano ao Arcebispado da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu Séqüito no Arraial dos Canudos* (1895). “Em suma, a imprensa era um mal necessário.”²¹³

A esse respeito, deve-se atentar para a interpretação de Nicolau Sevckenko, que destacou a relação entre Euclides e a história da sua época, mediada pela imprensa. Segundo o historiador paulista, no contexto da passagem do século XIX para o XX – período de transformação e vitalização do papel da imprensa –, de todas as matérias que preenchiam as páginas dos jornais, muito poucas deixaram de aparecer na obra do escritor caboclo. Assim, a transparência dos textos de Euclides com relação aos fatos que animavam a ação social do período é quase total. Conforme o autor de *Literatura como missão* (1983), “esse realismo premeditadamente intoxicado de historicidade e presente” era uma das características mais típicas do autor de *Os Sertões*, afastando-o em proporção visível de seus confrades de pena europeus ou nacionais. Sob esse prisma, ao longo dos seus textos, podem-se acompanhar anotações sobre: movimentos históricos; transformações sociais; relações sociais; relações raciais; transformações econômicas e políticas; ideais sociais, políticos e econômicos; discussões filosóficas e científicas; crítica

²¹³ Cf. BERNUCCI, Leopoldo M. Pressupostos historiográficos para a leitura de *Os Sertões*, op. cit., p. 11-14; ARINOS, Afonso. *Os jagunços*: novela. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985; SAMPAIO NETO, José Augusto et al. *Canudos*: subsídios para sua reavaliação histórica. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. p. 294-295, 369; CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, p. 257-273, 308, 321-327.

social, moral e cultural; análises geológicas; descrições geográficas; e comentários historiográficos, tudo condensado no nível mais amplo e predominante da sua obra. “No plano da sua vivência mais contígua, encontramos anotações sobre o presente imediato e recente, o futuro próximo, o cotidiano urbano (traços fragmentários), a realidade de vida dos sertões, a política nacional e internacional, a burocracia e a boemia, além de registros biográficos.” Assim, os registros históricos que perpassam a obra do escritor caboclo têm um alcance muito amplo, comportando desde referências expressas a eventos e processos locais e internacionais até reflexões sobre ciclos temporais e filosofia da história.²¹⁴

Para Leopoldo Bernucci, malgrado as diversas inconsistências, a relevância que os artigos de jornais têm para a história de Canudos é indiscutível, pois esquadrinhar as fontes jornalísticas significa ler o que a crônica da guerra produziu de mais completo sobre o assunto no que diz respeito à quantidade e à sistematização. Euclides percebeu essa importância, como sugere as suas visitas quase cotidianas que fazia à redação do *Diário da Bahia*, durante a sua estadia em Salvador – conforme se constata em diversas matérias do referido jornal, pesquisadas por José Calazans. Assim, das páginas das gazetas saíram algumas das matérias fundamentais para *Os Sertões*. No livro vingador, Euclides lançou mão de dois importantes artigos de Cícero Dantas Martins (1838-1903), o Barão de Jeremoabo, escritos para *Jornal de Notícias*, em 4 e 5 de março de 1897, que cobrem o trajeto das primeiras andanças do beato. Da mesma forma, aproveitou a publicação das partes de combate e das cartas dos majores Febrônio de Brito e Cunha Matos. “Mas Euclides, como vimos, não se atirava de corpo inteiro neste mar de informações. Seu ceticismo quanto aos jornais e a sua forte intuição o fariam recuar diante dos exageros e da ilogicidade da matéria.” De qualquer maneira, os escritos euclidianos documentam essa amálgama entre jornalismo e história, já que o engenheiro-letrado não podia evitar as fontes jornalísticas da guerra. Entretanto, seria metodologicamente interessante adotar uma hipótese de trabalho que estabelecesse algumas distinções mínimas entre o jornalista que escreveu a crônica de guerra e o pretense historiador que compôs *Os Sertões*. A esse respeito, note-se que o enviado especial era mais propenso a acreditar nas informações orais e nos boatos, ao tempo em que o escritor recusou o sensacionalismo, ridicularizando alguns dos seus lugares comuns – tais como o complô monarquista, o caráter restaurador de Canudos e a tese da Vendéia sertaneja. Assim, parece ter razão Jean Lacouture, quando assinala que o aspecto responsável pela imperfeição do

²¹⁴ Cf. SEVCENKO, Nicolau, op. cit., p. 154-155, 158.

trabalho do jornalista – comparado ao ofício do historiador – é menos a precipitação da sua pesquisa do que a modicidade das suas fontes. “O jornalista é menos aquele que trabalha com pressa do que aquele que manipula poucos fatos, observações, casos. A diferença é menos qualitativa do que quantitativa.”²¹⁵

Na verdade, diga-se a favor do Euclides jornalista que as suas observações foram dificultadas pelo tempo exíguo de permanência no teatro das operações. Como se sabe, o correspondente de guerra permaneceu em Salvador de 7 a 30 de agosto, somente chegando à frente de batalha – conforme registro na *Caderneta de campo* – em 16 de setembro. Assim, a crônica euclidiana apresentou como limite intrínseco a permanência do “enviado especial” no cenário da guerra. Com efeito, o levantamento realizado por Walnice Nogueira Galvão contabilizou trinta e duas reportagens produzidas por Euclides sobre a guerra – das quais onze foram despachadas de Salvador, treze de diversas localidades no caminho para Canudos, uma de São Paulo e apenas sete diretamente do teatro das operações. Um pormenor que ilustra esses obstáculos aparece no fato de que a parte mais importante dessas reportagens – toda a seqüência escrita em Canudos – somente foi estampada nas páginas do diário paulistano após o desfecho do confronto nos sertões. Desse modo, ao longo dos vinte e três dias em que permaneceu na capital da Bahia, o jornalista Euclides – buscando preencher o vácuo de notícias diretas sobre a guerra – entrevistou autoridades, militares feridos e prisioneiros sertanejos. A esse respeito, embora se colocasse de sobreaviso no tocante às informações imprecisas – afirmando ser preciso “não dar crédito a boatos” ou assinalando a circulação de “boatos agourentos, porém sem a menor base” –, o correspondente dependia tanto das *fontes orais* quanto das notícias impressas. Assim, foi mediante a utilização dos depoimentos prestados pelos *arquivos vivos* que Euclides produziu as duas melhores reportagens enviadas de Salvador: “Um episódio da luta” (escrita em 18 de agosto) e a entrevista com o adolescente canudense Agostinho (realizada no dia seguinte). No caso da primeira matéria – centrada no relato do ataque dos sertanejos ao canhão *Whitworth*, em 1º de julho –, Euclides construiu uma narrativa imagetivamente poderosa e verossímil do episódio referido, a partir do que ouviu dos soldados egressos da frente de batalha. O enviado especial não deixou passar despercebida a sua impressão sobre o papel a ser cumprido, no futuro, por essas crônicas de guerra: “Estas e outras histórias, contam-nas, aqui, os soldados, elaboradores

²¹⁵ Cf. BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos**, p. 58-59; CALAZANS, José. Euclides da Cunha nos jornais da Bahia, p. 48-49; _____. Canudos não euclidiano, p. 20; CUNHA, Euclides. **Os Sertões**, p. 290, 389-411, 503-504; LACOUTURE, Jean, op. cit., p. 218.

inconscientes das lendas que envolverão mais tarde esta campanha cruelíssima.” No que diz respeito à entrevista com Agostinho, a mesma foi importantíssima para a narrativa de *Os Sertões*, devido à riqueza de detalhes sobre o *modus vivendi* do povo do Belo Monte e acerca dos traços físicos e psicológicos do profeta e de alguns dos integrantes do seu “estado-maior”. Muito embora manifestasse o seu desapontamento com algumas das respostas do informante, o correspondente avaliou o seu depoimento como absolutamente verídico: “Estas revelações feitas diante de muitas testemunhas têm para mim um valor inestimável; não mentem, não sofismam e não iludem, naquela idade, as almas ingênuas dos filhos rudes dos sertões.”²¹⁶

Em síntese, relacionando-se com as fontes jornalísticas e os depoimentos orais, Euclides se encontrava numa encruzilhada: por um lado, sabia que esses documentos eram imprescindíveis para narrativa da guerra em curso, por outro, percebia o caráter efêmero e pouco seguro das informações que reproduzia. Assim, ao tempo em que aguardava a partida para os sertões, o jornalista afirmava estar sob a “sugestão perene” dos quadros até então expostos nas matérias e revelava mal poder reler as linhas esboçadas “longe da tranqüilidade de um gabinete de estudo e da inspiração serena dos livros prediletos.” Consequentemente, desconfiava da sua própria escrita: “É possível que das notas rápidas de um diário, em que os períodos não se alinham corretos, disciplinados e calmamente meditados, ressumbrem exageros; é possível mesmo que os releia mais tarde com surpresa.” Todavia, justificava que, se ocorresse tal situação, já estaria na mesma condição dos seus leitores, ou seja, “fora do círculo hipnótico de um entusiasmo sincero e não terei, como agora tenho, diante de mim a visão de uma pátria regenerada.” Ao tempo em que o jornalista se debatia com as questões relacionadas à confiabilidade e a fidedignidade das informações, entrava em cena o historiador de Canudos. Com isso, gradativamente, o teor jornalístico das reportagens começou a ser mesclado com elementos de análise histórica sobre os acontecimentos nos sertões da Bahia. Como assinalou Marco Antonio Villa, Euclides, na matéria escrita em 15 de agosto, afastou-se do jornalismo, da busca frenética por notícias, para interpretar analiticamente o significado da guerra. Dessa forma, o correspondente assegurava que a destruição da “cidade de taipa dos *jagunços*” seria apenas um “incidente transitório” e que o conflito abriria a possibilidade de construção da nacionalidade brasileira. “Daí a significação superior de uma luta que tem nesta hora a vantagem de congregar os elementos sãos da nossa

²¹⁶ Cf. GALVÃO, Walnice Nogueira. Nota editorial. In: CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**, p. 30-32, 100-111.

terra e determinar um largo movimento nacional tonificante e forte.” Portanto, considerava que, ao reunir homens procedentes das distintas regiões e das diferentes etnias que compunham a nacionalidade, na antiga capital da Colônia, a guerra contra o “arraial sinistro” ensejou uma espécie de “ressurreição histórica”, um reencontro do povo brasileiro com as suas origens: “Parece um refluxo prodigioso da nossa história. Depois de longamente afastados, todos os elementos da nossa nacionalidade voltam bruscamente ao ponto de onde irradiaram, tendendo irresistivelmente para um entrelaçamento belíssimo.”²¹⁷

Uma outra matéria, com data de 21 de agosto, problematiza a dupla face do trabalho de investigação realizado por Euclides – na medida em que o jornalista comunicava os progressos heurísticos do historiador. Nesse texto, o autor escrevia acerca das suas pesquisas sobre as andanças do Conselheiro, realizadas nos arquivos soteropolitanos, colocando-se sob os auspícios de Clio: “A *poeira dos arquivos* de que muita gente fala sem nunca a ter visto ou sentido, surgindo tenuíssima de páginas que se esfarelam ainda quando delicadamente folheadas, esta poeira clássica [...] que cai sobre tenazes investigadores ao investirem contra as longas veredas do passado, levanto-a diariamente. E não tem sido improficuo o esforço.” Na seqüência, mencionava a presença de um documento altamente expressivo sobre os acontecimentos de Canudos: o jornal, *A Pátria*, de São Félix do Paraguaçu, datado de 20 de maio de 1894. Sob o título “Acerca do Conselheiro”, a matéria fundamentava-se numa carta de um comerciante de Monte Santo, que mencionava o crescimento do *Império do Belo Monte*, ao tempo em que denunciava a incorporação de “grupos de assassinos e malfeitores” ao séqüito do *Bom Jesus* – os quais comporiam um “exército garantidor das instituições imperiais”. O missivista solicitava providências imediatas e prognosticava desdobramentos ainda mais graves para a situação relatada. Euclides notou a relevância desse documento para o seu projeto historiográfico, ao emitir o seguinte comentário: “Há três anos que da pena inexperta de um sertanejo inteligente surgia a primeira página dessa campanha cruelíssima.” Em 23 de agosto, Euclides mencionou outra das suas descobertas arquivísticas: o livro *Descrições práticas da Província da Bahia* (1888), de autoria do tenente-coronel Durval Vieira de Aguiar (1849-1900). Nesse artigo, citou um longo trecho da obra citada, na qual o militar narrava a sua passagem por Monte Santo, em 1882, ocasião na qual se encontrou com Antônio Vicente Mendes Maciel. A descrição do

²¹⁷ Cf. CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**, p. 87-91, 93 VILLA, Marco Antonio. O “Diário de uma expedição” e a construção de *Os sertões*. In: NASCIMENTO, José Leonardo do. **Os sertões de Euclides da Cunha**: releituras e diálogos. São Paulo: UNESP, 2002. p. 21.

Peregrino, esboçada pelo coronel, contribuiu decisivamente para fixar a imagem daquela liderança carismática nos textos euclidianos: “sujeito baixo, moreno acaboclado, de barbas e cabelos pretos crescidos, vestido de camisolão azul, morando sozinho em uma casa desmobiada, onde se apinhavam as beatas e afluíam os presentes, com os quais se alimentava.” As anotações no corpo da *Caderneta de campo* confirmam essa citação e de outras passagens de *Descrições práticas*, as quais se referiam à história do sertão baiano, aos ataques dos *jagunços* às fazendas e às vilas da região e aos usos e costumes da população sertaneja. Seria quase redundante assinalar que vários trechos desse livro foram incorporados ao palimpsesto de *Os Sertões*. A *Caderneta* também apresenta uma longa série de efemérides e de personagens da história brasileira dos séculos XVI a XIX – infelizmente sem a citação das fontes pesquisadas. Por fim, entre essas notas, encontra-se um esquema de livro em gestação, composto por duas partes: “O homem” e “A natureza”. Portanto, esses registros não constituíam matéria jornalística, mas se destinavam à obra sobre a guerra sertaneja.²¹⁸

Nas reportagens enviadas de Salvador, Euclides buscou também interpretar aspectos da complexa personalidade do Conselheiro. De início, via no profeta uma “espécie bizarra de grande homem pelo avesso”, um ser movido por uma “imaginação mórbida e extravagante de grande transviado” e um inimigo da República, “porque o encaçam o fanatismo e o erro.” Em contrapartida, reconhecia a dificuldade em julgar o papel histórico desempenhado pelo “trágico evangelizador”: “Tudo é relativo; considera-lo um fanático é de certo modo enobrecê-lo.” Valendo-se das constantes imagens antitéticas, asseverava que o líder espiritual entraria na história pela porta baixa e escura por onde entrou o bandido francês Mandrin. Em que pese o juízo negativo, admitia ser impressionante a “tenacidade inquebrantável” e a “escravização a uma idéia fixa” presentes no evangelizador sertanejo. Impressionado pela influência exercida por aquele homem sobre as massas, questionava: “Que diferença existe entre ele e os *meneurs de peuples* de que nos fala a história? Um meio mais resumido e um cenário mais estreito apenas.” Um verdadeiro “condutor do povo”, Antônio Conselheiro poderia ser personagem da obra de um grande escritor europeu: “Se recuássemos alguns séculos e o sertão de Canudos tivesse a amplitude da Arábia, por que razão não acreditar que o seu nome pudesse aparecer, hoje, dentro de um capítulo fulgurante de Thomas Carlyle?”²¹⁹

²¹⁸ Cf. CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**, p. 117-121; Id. **Caderneta de campo**, p. 13-17, 40-47, 49-50.

²¹⁹ Id. **Diário de uma expedição**, p. 89-90, 122-124.

Euclides chegou a Canudos em 16 de setembro de 1897, testemunhando alguns dos momentos capitais do desfecho do conflito. A esse respeito, é no conjunto das sete reportagens escritas diretamente da aldeia sagrada que melhor se pode divisar a chamada crônica de guerra – na qual o papel do jornalista-historiador se confunde com o da testemunha. Segundo Jean Lacouture, esse gênero é um dos modelos da história imediata e os seus autores, desde os cronistas medievais, são insubstituíveis: “Testemunhas e atores, combatentes e negociadores, sofredores ou gloriosos, íntimos do Príncipe e em contato com os seus inimigos, eles praticam apaixonadamente uma história no presente cujo subjetivismo não altera a riqueza.” Se aceitas as similaridades entre os textos euclidianos e essa modalidade de história, um outro paralelo pode ser estabelecido entre o escritor brasileiro e Prosper-Olivier Lissagaray, o historiador da Comuna – guardadas as proporções e sublinhadas as diferenças óbvias entre as situações vivenciadas pelos dois historiadores-testemunha. Para Jean Lacouture, Lissagaray propôs o tipo de trabalho que o “imediatista” aspira, ou seja, o primeiro esboço, a primeira apresentação, a incomparável coleção de documentos perecíveis – tais como os gestos dos vivos, a voz humana, as cores e os odores do povo –, a partir da qual as outras operações históricas se desenvolvem em profundidade. Sob essa perspectiva, nas reportagens de *O Estado de São Paulo* aparecem não apenas a descrição das batalhas, a menção ao número de baixas, a identificação de militares feridos e mortos ou os pontos de vista dos comandantes sobre o desenrolar das operações, mas também emergem – distorcidas, frágeis e quase imperceptíveis – as vozes dos vencidos. Sublinhar esse detalhe não quer dizer que Euclides já se colocava na função de advogado dos sertanejos – nos moldes que buscou proceder em *Os Sertões*. A esse respeito, deve-se recordar que vários depoimentos foram arrancados dos prisioneiros em interrogatórios – alguns nos quais o repórter estava presente. Em que pesem essas limitações, as vozes dos habitantes do *Belo Monte* – e os testemunhos sobre a catástrofe da guerra em suas vidas anônimas – começaram a ser incorporadas à narrativa euclidiana, conforme atestam as reportagens e os registros da caderneta de bolso. Essas anotações também incluíam notícias de jornais e depoimentos orais sobre alguns dos principais acontecimentos da guerra, posteriormente reescritos em *Os Sertões*. Mais uma vez, o *métier* do historiador se divorciava do trabalho do repórter, já que esse conjunto de dados não se metamorfoseou em texto jornalístico, excetuando-se algumas informações genéricas.²²⁰

²²⁰ Cf. LACOUTURE, Jean, op. cit., p. 221-222; CUNHA, Euclides da. **Caderneta de campo**, p. 93-144.

De toda sorte, Euclides se defrontou com o problema da oralidade sertaneja. Aqui, tem-se a síntese de um choque entre as culturas das personagens em discussão: de um lado, um intelectual, que se via como portador dos valores de uma civilização urbana, litorânea, cosmopolita e científica; do outro, os informantes de Canudos, imersos numa cultura rural, sertaneja, particularista e religiosa. Muitos dos equívocos de interpretação do engenheiro-letrado sobre a gente do Belo Monte e acerca do seu profeta decorreram da violenta colisão entre dois imaginários sociais radicalmente diferentes. Para Roberto Ventura, o escritor caboclo criou uma imagem de Canudos como cidade iletrada, dominada por fanatismos e superstições transmitidos de forma oral. Dessa maneira, interpretou a guerra a partir de fontes orais, baseou-se em profecias apocalípticas, que julgou serem da autoria do Conselheiro, para criar um retrato sombrio do líder da comunidade. A esse respeito, os poemas e as profecias apócrifas encontradas nas ruínas do Belo Monte constituíram o ponto de partida da visão euclidiana de Canudos como movimento sebastianista e messiânico. Em sua obra maior, o escritor construiu um modelo interpretativo para dar conta dos conflitos entre a sua própria cultura, letrada e urbana, e a cultura oral sertaneja, marcada pelo viés religioso. Não obstante, “procurou dar voz ao outro, objeto de seu discurso e inimigo de suas concepções políticas, ao incorporar textos destinados à oralização, produzidos segundo uma lógica mítica e religiosa que lhe era estranha.” Mas, ao incorporar as vozes sertanejas à narrativa da guerra, Euclides não modificou, de imediato, as suas teses acerca da identidade entre Canudos e a Vendéia. Ao contrário, essa idéia basilar manteve-se ativa e operante durante a sua permanência na frente de batalha. Assim, em 26 de setembro, declarava não compreender o caráter inesgotável da munição utilizada pelos antagonistas e parecia tentado a aceitar a opinião de que a restauração monárquica atuava no interior da Bahia: “Não nos iludamos. Há em toda essa luta uma feição misteriosa que deve ser desvendada.” Na matéria seguinte, mencionava ter visto projéteis desconhecidos, que não pertenciam às armas utilizadas pelas tropas da República – fazendo voltar à baila a suposição de que os defensores do arraial recebiam auxílio externo: “Sou levado a acreditar que tem raízes mais fundas esta conflagração lamentável dos sertões.” Sobre o mesmo assunto, em 25 de setembro, havia constatado: “Os jagunços têm replicado aos nossos tiroteios tenazmente, dando vivas à monarquia! que têm sido distantemente ouvidos.” É provável que Euclides tenha visto as suas suspeitas serem confirmadas, ao ler manuscritos conselheiristas, nos quais estavam projetados a queda iminente da República, a restauração da Monarquia, a volta de D. Sebastião e o final dos tempos. Esses

papéis foram transcritos para a caderneta e parcialmente citados em *Os Sertões*. Tais evidências corroboravam a idéia fixa do autor segundo a qual Canudos era um foco da conspiração monarquista, reforçando a construção do enredo imaginado para *A Nossa Vendéia*.²²¹

Na matéria datada de 26 de setembro, a transcrição do interrogatório de uma prisioneira sertaneja aparece como um dos melhores momentos das reportagens escritas em Canudos. Trata-se do conhecido episódio no qual essa personagem anônima da história respondia às perguntas formuladas pelos militares e pelo jornalista através de uma expressão curiosíssima: “e eu sei?”. A propósito, o correspondente de guerra comentou: “E assim vão torcendo e evitando todas as perguntas, fugindo vitoriosamente ao interrogatório mais habilmente feito. E que as interrogativas assediam-nos demais, inflexivelmente, quando não é mais possível tergiversar lá surge o infalível – *e eu sei?* tradução bizarra de todas as negativas, eufemismo interessante substituindo o *não* claro, positivo.” Refletindo acerca dessa situação, anotou na caderneta uma observação que lembra, insolitamente, os comentários de Carlo Ginzburg sobre as astúcias dialéticas do moleiro Domenico Scandella, vulgo *Menocchio*, frente aos magistrados da Inquisição: “Outro sistema interessante: respondem a uma pergunta com outra. No diálogo as interrogações entrecrocavam-se de lado a lado, de um modo bizarro sendo difícil distinguir o que interroga do que responde.” Nas páginas da caderneta encontram-se fragmentos das vozes sertanejas, informando acerca do cotidiano do Belo Monte. Esse conjunto de informações fragmentadas possibilita, ainda, remontar o quebra-cabeça de um dos episódios mais controvertidos da guerra: a rendição de centenas de mulheres, idosos e crianças, negociada por Antônio *Beatinho*, em 2 de outubro. Além da importância desse evento no epílogo da luta, o acontecimento em discussão remete-se a um dos elementos polêmicos que envolvem a presença de Euclides em Canudos: a data da sua retirada do cenário da guerra. As anotações indicam que, provavelmente, o repórter estava presente num dos interrogatórios aos quais foi submetido o *Beatinho* e na entrega dos prisioneiros às tropas federais ou, na pior das hipóteses, teve acesso aos registros de alguma testemunha privilegiada desses eventos. O cotejo entre essas notas e o texto de *Os Sertões* possibilita identificar – em meio ao emaranhado de outros sons – a voz do zelador das imagens sacras, falando aos militares acerca das dificuldades enfrentadas para convencer os companheiros a se entregarem: “Trabaei cuma porção promode eles virem e eles não vem. Tem um bando lá que não

²²¹ Cf. VENTURA, Roberto. Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na *urbs* monstruosa, p. 89, 93; CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**, p. 191, 193-194, 259; Id. **Caderneta de campo**, p. 21, 58-62, 72-76, 89.

querem. [...] Eles andaram em tempo de me atirá por q. eu não brigava. [...] “São de uma opinião danada [...]” Sob essa perspectiva, o assessor do profeta talvez tenha fornecido uma pista sobre a sua “quase biografia”: “Eu era beato do Padre José Vieira Sampaio – Riacho da Casa Nova, voltemos depois p’ra Stª Anna.” Não se deve desprezar a possibilidade que também sejam do sacristão as revelações da morte do *Bom Jesus*: “Conselheiro morrera quarta-feira 22 de setembro. Foi de doença. Foi enterrado encostado ao Santuário ou dentro do próprio Santuário. Houve grande choro na quarta-feira quando morreu Conselheiro.”²²²

Enfim, a julgar pelos dados anotados em sua caderneta, Euclides estava razoavelmente informado sobre a rendição dos conselheiristas, antes mesmo da sua retirada de Canudos. Portanto, as contribuições do *Diário de uma expedição* e da *Caderneta de campo* para a construção da narrativa euclidiana da guerra são insofismáveis, pois documentam as mudanças de perspectiva do autor e a progressiva alteração do enredo orientava o “trabalho de fôlego” sobre Canudos e Antônio Conselheiro. Na frente de batalha, o engenheiro-letrado notou a discrepância entre os acontecimentos dos sertões e os da Vendéia. Progressivamente, o jornalista-historiador transitou de uma idéia preconcebida – a *aldeia sagrada* era uma congênere da contra-revolução francesa – para um estado de perplexidade e desalento. A esse respeito, não é demasiado insistir que esses textos documentam o horror de Euclides frente à destruição da guerra e a falência da moldura referencial sobre a qual havia vazado a sua interpretação sobre o conflito nos sertões. A última reportagem escrita em Canudos e o poema “Página vazia” testemunham, lapidarmente, um escritor chocado diante da intensidade do conflito e atônito frente à crise existencial que experimentava. Acerca desse ponto, Marco Antonio Villa destacou que, nesses textos, chama a atenção para as modificações na abordagem do objeto, as mudanças no julgamento de certas personagens e a omissão da degola dos prisioneiros canudenses. Por outro lado, as críticas à República quase não apareceram nas matérias, mas estão presentes em diversos momentos da obra maior de Euclides. Deve-se acrescentar, ainda, que nos textos jornalísticos raramente a questão de Canudos foi tratada pelo viés racial, enquanto que em *Os Sertões* esse é o enfoque dominante. Finalmente, os conselheiristas entrevistados por Euclides não fizeram nenhuma menção ao sebastianismo, ao messianismo conselheirista ou ao milenarismo. “O que o próprio

²²² CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**, p. 186-189; Id. **Caderneta de campo**, p. 22-24, 63-65; Id. **Os Sertões**, p. 771-772; GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 113-114.

repórter apresentou foi uma luta de resistência, como poucas na história do Brasil, em defesa de uma comunidade fundada com base na tradição cristã e sertaneja.”²²³

O olhar do historiador em *Os Sertões*

Um dos buracos negros do livro vingador diz respeito ao exato momento no qual se processou a alteração do título do trabalho de fôlego sobre Canudos e Antônio Conselheiro de *A Nossa Vendéia* para *Os Sertões*. Como assinalou Francisco Venâncio Filho, com a chegada de Euclides a São José do Rio Pardo, o título primitivo do livro – traíndo a primeira impressão de luta monárquica contra o regime republicano – foi substituído pelo definitivo, “que ampliava o âmbito da obra às proporções de um largo e profundo estudo sobre a formação do Brasil, do qual a Campanha de Canudos seria episódio catalisador.” A partir dessa sugestão, pode-se argumentar que o escritor caboclo ultrapassou a simples crônica da guerra para elaborar uma complexa teoria da história do Brasil – na qual o episódio de Canudos representa uma espécie de mônada leibniziana desse processo histórico, portador de todas as suas características fundamentais. Por esse ângulo, no processo de escrituração de *Os Sertões* ocorreu a metamorfose do relato jornalístico para a narrativa ensaística e historiográfica, demandando uma constante reescrita dos textos anteriores, uma transformação do conteúdo das reportagens e das notas tomadas na caderneta de bolso. A esse respeito, a própria ontologia do livro se alterou, tornando-se um “ensaio de interpretação do Brasil”. Segundo Roberto Ventura, *Os Sertões*, inscreve-se no gênero ensaístico, de grande presença na cultura brasileira dos últimos cem anos, pois, ao longo desse período, o ensaio se tornou uma forma privilegiada pelos escritores, permitindo a combinação de conhecimentos ecléticos e de experiências múltiplas a partir de um estilo literário, com traços poéticos e memorialísticos. Na mesma perspectiva, Antonio Candido assinalou que o ensaio é uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do país, da qual fazem parte obras como *História da Literatura Brasileira* (1881), de Silvio Romero, *Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco, *Populações meridionais do Brasil* (1920), de Oliveira Viana (1883-1957), *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior (1907-1990). Assim, esses

²²³ Cf. CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**, p. p. 204-221; Id. Página vazia. In: _____. **Obra completa**, p. 726; VILLA, Marco Antonio. O “Diário de uma expedição” e a construção de *Os Sertões*, p. 38-39.

escritores traçaram amplos panoramas da sociedade e da cultura nacionais, com base em modelos procedentes da antropologia, da história, da geografia e da sociologia. Portanto, o ensaio histórico-sociológico, “em que se combinam com felicidade maior ou menor a imaginação e a observação, a ciência e a arte”, constitui o traço mais característico e original do pensamento brasileiro.²²⁴

Ainda no que se refere ao trabalho de reescrita de *Os Sertões*, Leopoldo Bernucci assinalou que essa prática escritural, adotada por Euclides, era antiga e largamente empregada, entretanto a mesma poderia ganhar uma nomenclatura mais adequada aos dias de hoje: a da “reciclagem textual”. Assim, parece que, seguindo a máxima “nada se perde, tudo se transforma”, o engenheiro-letrado empregou meios de reaproveitamento textual que variam de idéias e intuições já anotadas em outros dos seus escritos até a estilização de passagens consagradas em diversos rincões da sua obra. O escritor caboclo deslocou ainda passagens cronologicamente pertencentes a um episódio da campanha, mas que se encontravam em outro, pois fazia parte também da prática euclidiana arrumar e dispor no papel trechos já escritos e que mereceriam uma nova roupagem. Portanto, ao lidar com fontes históricas, vistas como complexas, emaranhadas na dinâmica da história, incrustadas em densos níveis de interpretação, dos quais elas dificilmente podiam ser liberadas, sempre com o devido respeito pelo material histórico, agia com grande liberdade hermenêutica. Assim, frente a uma citação cuja sintaxe ou morfologia lhe desagradava, ele a modificava, sem escrúpulos, reescrevendo o período para dar-lhe um contorno ora mais suave ora mais claro que, afinal, já se deixava ver ligeiramente diferente no que diz respeito ao seu conteúdo original.²²⁵

Além dos obstáculos referentes à ontologia do trabalho, Euclides se viu diante de uma outra questão espinhosa: a enxurrada de materiais publicados sobre a guerra. Com efeito, *Os Sertões* foi precedido pelo lançamento de uma série de trabalhos sobre o tema em discussão, já que, entre 1898 e 1902, não faltaram obras que narrassem às peripécias da campanha militar contra os adeptos do *Bom Jesus*. Alguns dos mais significativos frutos dessa safra podem ser dispostos, sumariamente, em ordem cronológica: o diário de campanha *A Quarta Expedição contra Canudos* (1898), do major Antônio Constantino Nery; a novela sertaneja *Os Jagunços*

²²⁴ Cf. VENÂNCIO FILHO, Francisco. **A glória de Euclides da Cunha**, p. 26-27; VENTURA, Roberto. *Os Sertões*. Introdução. In: SANTIAGO, Silvano (Coord.). **Intérpretes do Brasil** (v. 1). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 171; CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000. p. 124, 130.

²²⁵ Cf. BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos**, p. 114-115.

(1898), de Afonso Arinos, sob o pseudônimo de Olívio Barros; a narrativa militar *Última Expedição a Canudos* (1898), do tenente-coronel Emídio Dantas Barreto; o relato *Descrição de uma Viagem a Canudos* (1899), de Alvim Martins Horcades; a crônica histórica e de costumes *O Rei dos Jagunços* (1899), do ex-correspondente do *Jornal do Comércio* Manoel Benício; o *Libelo Republicano acompanhado de comentários sobre a Campanha de Canudos* (1899), do deputado César Zama (Wosley); o poema *Tragédia Épica: Guerra de Canudos* (1900), de Francisco Mangabeira; a memória *A Campanha de Canudos* (1901), de Aristides Milton; o *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia* (1901), coordenado pelo ex-correspondente do *Jornal de Notícias* Lélis Piedade; e o relato militar *A Guerra de Canudos* (1902), do tenente Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares. Para Leopoldo Bernucci, em teoria, nada prova que Euclides tivesse manuseado as obras supracitadas, exceto o livro do coronel Dantas Barreto, citado em *Os Sertões*. Ademais, um outro trabalho desse militar, *Acidentes da Guerra* (1905), encontrava-se presente no rol dos livros inventariados do escritor. Não obstante, esses dados são insuficientes para se estabelecer um estudo minucioso da genética textual da obra máxima euclidiana. Assim, ao invés de estabelecer critérios de originalidade e de paternidade para essas obras, seria preferível tratá-las como textos coetâneos ao livro vingador e deixar para o leitor o melhor juízo que se possa fazer deles. Ainda a respeito dessa questão, Bernucci ponderou que a contemporaneidade desses textos é outro fator desnorteante para se estabelecer obras precedentes ou pósteras. Por exemplo, *Os Jagunços*, *Última Expedição a Canudos* e *O Rei dos Jagunços* foram publicados no período de gestação de *Os Sertões*, época que sucedeu a um intervalo de matérias jornalísticas de Afonso Arinos, em *O Comércio de São Paulo*, e de Manoel Benício, no *Jornal do Comércio*. No caso dos escritos de Euclides sobre a guerra – estampados nas páginas de *O Estado de São Paulo* entre 14 de março a 26 de outubro de 1897 –, eles apareceram num momento em que outros periódicos também ofereciam copiosa matéria sobre a mesma questão. Portanto, é provável o fato de que Euclides e seus colegas de redação se lessem mutuamente.²²⁶

Muito embora não se possa estabelecer uma relação direta entre o livro vingador e outros textos coetâneos, deve-se reconhecer que, em 1902, narrar as peripécias da Guerra de Canudos não apresentava exatamente uma feição original. Euclides compreendeu as dificuldades intrínsecas ao desafio que se lançava. A esse respeito, a “Nota Preliminar” atesta tanto as

²²⁶ Cf. CALAZANS, José. **O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro**, p. 13-19; BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos**, p. 114; CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, p. 580, 621; GALOTTI, Oswaldo. **Biblioteca de Euclides da Cunha**, p. 5; SAMPAIO NETO, José Augusto et al., op. cit., p. 280.

mutações no antigo projeto euclidiano – e porque não dizer também no enfoque limitado presente nas matérias jornalísticas – quanto o seu esforço para atualizar a temática já saturada da guerra. Portanto, logo nas primeiras linhas dessa Introdução, apressava-se em esclarecer aos seus leitores: “Escrito nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante, este livro, que a princípio se resumia à história da Campanha de Canudos, perdeu toda a sua atualidade, remorada a sua publicação em virtude de causas que temos por escusado apontar.” Na seqüência, explicava como buscou revigorar o assunto do trabalho de fôlego sobre Canudos e o Conselheiro: “Demos-lhe, por isto, outra feição, tornando apenas variante de assunto geral o tema, a princípio dominante, que o sugeriu.” Adotando uma perspectiva ensaística e historiográfica, Euclides procurava, ainda, explicitar quais eram os destinatários da obra: “Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais das sub-raças sertanejas do Brasil.” Apresentando o seu trabalho sob a égide de Clio e procurando elucidar as causas gerais da guerra, o escritor recorria aos princípios do determinismo histórico, fortes no pensamento social da sua época: “A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável ‘força motriz da História’ que Gumpowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes.” A partir desse viés, assinalava que aquela campanha lembrava “um refluxo para o passado” e que a guerra foi, “na significação integral da palavra”, um crime – o qual devia ser denunciado. Por fim, com o intuito de narrar o embate entre os “filhos do mesmo solo”, o engenheiro recorreu a um *tipo ideal* de historiador: o narrador sincero de Taine, aquele “que encara a história como ela o merece”.²²⁷

Portanto, a “Nota Preliminar” revela indícios significativos das opções teóricas (e, especialmente, historiográficas) euclidianas. Como assinalou Luiz Fernando Valente, o escritor caboclo, ao tomar a pena para escrever *Os Sertões*, não teve a intenção de produzir uma obra ficcional, pois, mesmo quando o livro transbordou a meta pensada para *A Nossa Vendéia* – resumir-se à história da Campanha de Canudos –, Euclides continuava trabalhando sob a égide de Clio. Assim, ao afirmar que escrevia o livro “ante ao olhar de futuros historiadores”, o engenheiro-letrado colocava-se firmemente no seio da tradição historiográfica. Ademais, insistindo no seu propósito de buscar a verdade – mediante ao ícone do *narrador sincero* –, o autor de *Os Sertões* assumia a postura essencial que diferencia o historiador do ficcionista. Entretanto, a mesma Introdução, na qual o autor fixou esses princípios, contém diversos

²²⁷ Cf. SAMPAIO NETO, José Augusto et al., op. cit., p. 265-423; CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, p. 65-67.

elementos que desestabilizam essas certezas aparentes. Ademais, no corpo de *Os Sertões*, Euclides, por diversas ocasiões, colocou-se na pele do historiador, valendo-se dos procedimentos característicos do conhecimento histórico e tecendo críticas aos que lhe precederam. Aqui, vale a pena insistir sobre algumas evidências presente no texto do livro vingador: na tessitura da sua narrativa, o escritor valeu-se de fontes históricas variadas – relatos dos cronistas coloniais, documentos oficiais sobre o conflito (ofícios, relatórios, ordens do dia) e até fontes orais (poesias populares, profecias apócrifas e a linguagem cotidiana dos sertanejos); a autoridade intelectual de alguns historiadores foi evocada ao longo do trabalho; e, o que é mais significativo, o próprio Euclides se colocava como um historiador. Assim é que, em “O Homem”, a propósito de discutir a relação entre o meio natural e a povoamento no Brasil colonial, censurou as interpretações dos “nossos minúsculos historiógrafos”. Sobre o mesmo assunto, ainda na segunda parte da sua obra maior, elaborou uma reprimenda contundente ao fato de que a história dos sertões ainda carecia de um historiador: “As agitações sertanejas, do Maranhão à Bahia, não tiveram ainda um historiador. Não as esboçaremos sequer.” Euclides voltou a criticar o que julgava serem fragilidades teórico-metodológicas da historiografia brasileira em outros escritos de sua autoria, como no discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras, em 1906. Segundo o novo *imortal*, o Brasil ainda carecia de uma verdadeira história: “[...] assim como não temos uma ciência completa da própria base física da nossa nacionalidade, não temos ainda história. Não arrisco um paradoxo. Temos anais, como os chineses.” Continuando, expunha os horizontes limitados da historiografia nessas plagas: “À nossa história, reduzida aos múltiplos sucessos da existência político-administrativa, falta inteiramente a pintura sugestiva dos homens e das coisas, ou os travamentos de relações e de costumes que são a imprimidura indispensável ao desenho dos acontecimentos. Está como a da França antes de Thierry.” Não obstante a ressalva de que a história brasileira possuía “episódios empolgantes e alguns atores esculturais”, seu juízo sobre os amantes locais de Clio era severo: “Mas o seu discurso é obscuro – e desdobra-se tão mecanicamente e sobremaneira monótono que não nos permite ouvir, através do estilo incolor dos que escreveram, a longínqua voz de um passado que entre nós falou três línguas.”²²⁸

²²⁸ Cf. VALENTE, Luiz Fernando. Entre Clio e Caliope: a construção da narrativa histórica em *Os Sertões*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. V (suplemento), p. 45-46; VENTURA, Roberto. **Os Sertões**, p. 46-51; Id. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 200-201; CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, p. 170, 243; Id. Academia Brasileira de Letras (Discurso de recepção). In: _____. **Obra completa**, p. 233.

Mas, afinal, quem eram os “nossos minúsculos historiógrafos”, contra os quais o engenheiro-letrado dirigia as suas diatribes? Não se faz necessária uma imaginação histórica sofisticada para inferir que o alvo euclidiano era a tradição historiográfica brasileira como um todo – especificamente a versão praticado pelo IHGB. Fundado em 21 de outubro de 1838, mirando-se nos exemplos de associações congêneres européias, o Instituto Histórico nasceu com a tarefa de “coligir, metodizar e guardar” documentos, fatos e nomes referentes ao Brasil, na perspectiva de compor uma história nacional para o jovem país. Segundo Lilia Moritz Schwarcz, aos institutos históricos, “guardiões da história oficial” brasileira, fora reservado o papel de “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidade em personagens e eventos até então dispersos.” Conforme a mesma autora, financiado pelo Imperador, ou pelos próprios sócios (componentes do círculo ilustrado imperial), o IHGB, ao lado dos outros institutos regionais, caracterizou-se como uma sociedade de corte, especializados na produção de um saber de caráter oficial, caracterizado por um modelo de história católica, patriótica, romântica, embora permeável ao evolucionismo, e ligado à política estatal. “Nesse caso, unificar a nação significava a construção de um passado que se pretendia singular, embora claramente marcado pelo perfil dos influentes grupos econômicos e sociais que participavam dos diversos institutos.” Portanto, nas mãos de uma forte oligarquia local, associado a um monarca ilustrado, o Instituto pretendia fundar uma historiografia nacional e original, além de não somente ensinar e divulgar conhecimentos, como formular uma história que, como os demais modelos europeus, exaltasse e glorificasse a pátria. “Uma história específica porque monárquica em meio a tantas repúblicas, como também conservadora, já que profundamente vinculada à aristocracia rural dominante e ao próprio Império.”²²⁹

Para Manoel Luís Salgado Guimarães, essa leitura da história empreendida pelo IHGB estava marcada por um projeto que almejava dar conta de uma gênese da Nação brasileira e inseri-la numa tradição de civilização e progresso, idéias muito caras ao Iluminismo. Assim, a Nação, cujo retrato o instituto se propunha a traçar, surgiria como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e européia. Não obstante as dificuldades desse projeto, face à diferença entre a realidade social brasileira e o modelo europeu, os esforços do Instituto Histórico concentravam-se no sentido de uma escrita da história brasileira enquanto palco de atuação de um

²²⁹ Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os Institutos Históricos e Geográficos: “guardiões da história oficial”. In: _____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p. 99-117.

Estado iluminado, esclarecido e civilizador. Por seu turno, Arno Wehling destacou que a fundação do Instituto Histórico resultou da ação de uma elite política “moderada”, que procurou institucionalizar o novo país, mergulhado em graves problemas políticos. Assim, uma análise dos quadros de sócios do Instituto revela a predominância da alta burocracia do Império e dos políticos *regressistas*, que fundaram o Partido Conservador. “A heterogeneidade funcional era compensada pela unidade ideológica. Eram, quase todos, homens de visão nacionalista e centralizadora que caracterizou a elite política do Império.” Via de regra, os fundadores do Instituto pertenciam à facção política moderada que, opondo-se ao absolutismo e à lusofilia dos últimos anos do Primeiro Reinado (1822-1831), também recusavam o liberalismo radical e o republicanismo do Período Regencial (1831-1840). Adeptos do liberalismo à inglesa ou da monarquia burguesa de Luís Felipe (1830-1848), esses homens viam no regime monárquico constitucional a melhor saída para os impasses brasileiros, equidistantes do espírito restaurador da Santa Aliança e do jacobinismo revolucionário. Imbuídos desse perfil transacional, os membros do IHGB desejavam ultrapassar as principais finalidades da instituição – ou seja, o desenvolvimento dos conhecimentos históricos e geográficos no Brasil, através do estímulo à pesquisa, com o recolhimento de documentos relativos à formação brasileira, e mediante ao incentivo à produção de textos monográficos e gerais que permitissem o estudo da história brasileira. “Para além desses objetivos puramente ‘desinteressados’ da pesquisa científica, os documentos sobre a fundação do IHGB demonstram explicitamente a busca de outros fins: o ‘esclarecimento’ da sociedade, pelo desenvolvimento da ‘cultura literária’, levando a um aprimoramento das relações sociais; o aperfeiçoamento da administração pública, com a formação de melhores quadros funcionais; e o exercício mais aperfeiçoado de cargos eletivos.” Portanto, o Instituto visava atingir objetivos político-administrativos e intelectuais que transcendiam qualquer rotina acadêmica – conforme atesta a composição sócio-profissional dos seus filiados, integrados ao *establishment* imperial.²³⁰

Com base nessas informações, se a operação histórica implica, como sugeriu Michel de Certeau, a combinação entre um *lugar social*, uma *prática* e uma *escrita*, o IHGB, à época do processo de elaboração de *Os Sertões*, ainda era o *locus* privilegiado da fabricação historiográfica

²³⁰ Cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988; WEHLING, Arno. O historicismo e as origens do Instituto Histórico. In: _____. **A Invenção da História: ensaios sobre o historicismo**. Rio de Janeiro; Niterói: Universidade Gama Filho; EDUFF, 1994. p. 151-158.

nessas plagas. Mas, quais as possíveis ilações que podem ser estabelecidas entre o livro vingador e a “cultura histórica” do Instituto? Acerca desse problema, ressalte-se que, mesmo não tendo escrito a sua principal obra a partir dos cânones estritos do Instituto, o engenheiro-letrado, ao menos, dialogou com essa tradição historiográfica – malgrado a evidência notória de Euclides não poder ser rotulado como um epígono da história oficial produzida por aqueles historiadores. No que se refere a essas relações ainda insuficientemente pesquisadas, Leopoldo Bernucci divisou a possibilidade de o esquema historiográfico esboçado por Karl Friedrich Philipp von Martius, em *Como se deve escrever a História do Brasil* (1843), integrar – de modo seletivo – o plano que Euclides delineou para *Os Sertões*. Assim, diversas razões apontariam para um encontro entre a proposta metodológica sugerida pelo naturalista bávaro e o desenho a partir do qual o escritor concebeu o livro sobre a Campanha de Canudos: a formação do tipo brasileiro, através do caldeamento das três raças; a investigação sobre as línguas indígenas; o estudo sobre as mitologias e crenças; as indagações sobre as descobertas de sítios arqueológicos; o papel fundamental desempenhado pelo colonizador português; o conhecimento da história civil e legislativa; a presença marcante dos jesuítas na vida colonial; as relações entre colonos e escravos ou criados; o progresso da poesia e da retórica; a vida científica, moral e social do Brasil; a vida militar; as entradas e bandeiras pelos sertões; as histórias e lendas sobre as riquezas subterrâneas do país e a poesia popular. Sob essa perspectiva, o engenheiro-letrado construiu uma história que combinava diversidade temática com pluralidade discursiva, seguindo o modelo historiográfico proposto pelo alemão. Caso essas analogias sejam plausíveis, podem-se enfocar as objeções euclidianas aos “minúsculos historiógrafos” como desdobramento das críticas de Martius às histórias provinciais: “Elas abundam em fatos importantes, esclarecem até com minuciosidade certos acontecimentos; contudo não satisfazem ainda as exigências da verdadeira historiografia, porque se ressentem demais de certo espírito de crônicas. Um grande número de fatos e circunstâncias insignificantes, que com monotonia se repetem, e a relação minuciosa até o excesso de acontecimentos que se desvaneceram sem deixar vestígios históricos, tudo isso, recebido numa obra histórica, há de prejudicar o interesse da narração e confundir o juízo claro do leitor sobre o essencial da relação.”²³¹

²³¹ Cf. CERTEAU, Michel de, op. cit., p. 66; BERNUCCI, Leopoldo M. Pressupostos historiográficos para uma leitura de *Os Sertões*, p. 9-11; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a História do Brasil. **Revista (Trimestral) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 219, abr./ jun. 1953, p. 201-202.

Esse diálogo entre Euclides e a cultura historiográfica dominante no IHGB confirma-se no ingresso do engenheiro-letrado no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), em abril de 1897. Curiosamente, a indicação partiu de três sócios fundadores dessa associação, todos cientistas: o engenheiro Teodoro Sampaio, o botânico Alberto Loefgren e o geólogo Orville Derby (1851-1915). Em 1903, na esteira da consagração literária, o escritor caboclo foi admitido nos círculos do IHGB, sob a condição de sócio correspondente. Para Francisco de Assis Barbosa, uma das razões que explicam o ingresso de Euclides no Instituto Histórico estava nas críticas à República, fortemente presentes no livro vingador. Assim, os monarquistas aplaudiram *Os Sertões* porque viram nele um libelo contra a República. Dessa forma, os restauradores uniram-se aos *jagunços*, para derrotar, ao menos no terreno moral, os jacobinos, mas não se deram conta de que a obra euclidiana era o avesso do livro de Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, uma exaltação quase lírica ao parlamentarismo da época imperial. “O que um denunciava, o abandono das nossas populações rurais, o outro escondia, na roupagem vistosa do que se convencionou chamar, ainda hoje, ‘democracia coroada’.” De toda sorte, Euclides assumiu o seu lugar no IHGB, proferido um discurso caracterizado por ácidas reprimendas ao “ingênuo fetichismo político” republicano. Por outro lado, frente às novas responsabilidades, num tom humilde que em nada lembrava as críticas às misérias da historiografia brasileira, prometia acomodar a sua “visão restrita e frágil às mais dilatadas perspectivas” do tirocínio histórico daquela associação. Em 1905, simbolizando essa ligação entre o historiador de Canudos e os membros do instituto, a Revista daquela sociedade histórica publicou o ensaio “Da Independência à República”, que havia aparecido nas páginas de *O Estado de São Paulo*, em 1901, como “O Brasil no século XIX”. Nesse texto, Euclides buscou conciliar a sua abordagem histórica republicana e evolucionista com um reconhecimento das contribuições da monarquia para o processo civilizatório brasileiro.²³²

Ainda no tange às relações entre Euclides e a tradição historiográfica brasileira, destaque-se que, em *Os Sertões*, o escritor caboclo aludiu ou citou corógrafos, cronistas coloniais e historiadores, tais como: Manuel Aires de Casal (1754-c.1882), autor da *Corografia Brasileira* (1817); André João Antonil (1650-c.1716), de *Cultura e Opulência no Brasil por suas Drogas e*

²³² Cf. SANTANA, José Carlos Barreto de, op. cit., p. 82-84; BARBOSA, Francisco de Assis. Euclides da Cunha: a marca de um drama. **Revista USP**, São Paulo, n. 54, jun./ago. 2002, p. 43; CUNHA, Euclides da. Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: **Obra completa**, p. 461-463; Id. Da Independência à República (Esboço político). In: **Obra completa**, p. 361-415.

Minas (1711); Gaspar Barléus (1584-1648), autor de *Rerum per Octennium in Brasilia et Alibi Nuper Gestarum* [*História dos Feitos Recentemente Praticados durante Oito Anos no Brasil e Noutras Partes*, 1675]; Fernão Cardim (c 1548-1625), dos *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (integralmente publicado em português em 1925); Karl F. P. von Martius, anteriormente referido; Diogo de Campos Moreno (1566-1617), provável autor do *Livro que Dá Razão do Estado do Brasil* (publicado em 1874); Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), da *História da América Portuguesa* (1730); João Ribeiro (1860-1934), de *História do Brasil* (1900); Gabriel Soares de Souza (1540-1591), autor do *Tratado descritivo do Brasil* (1587); e Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878), que levou adiante as sugestões metodológicas de Martius em *História Geral do Brasil* (1854-1857). Por outro lado, caso sejam corretos os dados que constam no inventário das obras que compunham a sua biblioteca, o escritor caboclo possuía, ao menos, dois dos livros anteriormente mencionados: *História da América Portuguesa* e *Tratado descritivo do Brasil*. Um terceiro, *História Geral do Brasil* (terceira edição revista), aparece, na listagem, como sendo de autoria de Capistrano de Abreu (1853-1927) – não obstante o fato do historiador cearense não haver escrito nenhum livro com esse título. Provavelmente trata-se da terceira edição da obra de Varnhagen organizada por Capistrano, cujo primeiro tomo foi publicado em 1906. Conforme a mesma relação, nas estantes euclidianas achavam-se trabalhos de outros historiadores do século XIX, a exemplo da *História do Brasil*, de Robert Southey (1774-1843), de *Um Estadista do Império*, de Nabuco, e da *História do Brasil*, de Rocha Pombo (1857-1933), além de diversos números da Revista do IHGB. Como se pode inferir, o engenheiro-letrado estava razoavelmente inteirado acerca da produção dos “nossos minúsculos historiógrafos.”²³³

Com base na exposição desses elementos, é possível sugerir que Euclides se esforçou para ser identificado pelos pósteros como *o historiador* da Guerra de Canudos. Acerca desse ponto, mesmo antes do lançamento de *Os Sertões*, ele procurava ser reconhecido como um amante de Clio. Assim, numa carta endereçada ao crítico José Veríssimo, confessava estar realizado com a publicação futura do seu livro: “Está, assim, satisfeita uma aspiração que significa apenas o intuito de dizer a verdade sobre uma fase, ainda [ilegível], da nossa história.” Declarando não se preocupar com o destino literário da obra – resultado de “um desgarrão na rota da [sua] engenharia rude” –, assegurava que ela possuía “o mérito único da sinceridade”, pois se tratava

²³³ Cf. CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, p. 73, 86, 102, 125, 177, 178, 181, 185, 187, 188, 189, 510; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p.3-4.

do “depoimento de uma testemunha”. Finalmente, consolava-se com o fato de que o livro teria “extraordinário valor se conseguir fornecer a futuros historiadores uma página única – mas verdadeira e clara.” Assim, o autor, com um aguçado senso de historicidade, apostava no reconhecimento futuro de *Os Sertões*, direcionando-o aos historiadores do devir – “alenta-me a antiga convicção de que o futuro o lerá”, escreveu a Francisco de Escobar, em 21 de abril de 1902. Preocupado com os olhares dos confrades de pena de épocas vindouras, o escritor considerava seriamente os protocolos de autenticidade e de veracidade históricas. A esse respeito, nas notas à segunda edição do livro, respondendo às objeções de alguns de um dos seus críticos, assegurava: “obedecei ao rigor incoercível da verdade. Ninguém o negará.” Prosseguindo, recorria a Tucídides, para afiançar a integridade do seu método de pesquisa: “sem dar crédito às primeiras testemunhas que encontrei, nem às minhas próprias impressões, mas narrando apenas os acontecimentos de que fui espectador ou sobre os quais tive informações seguras.”²³⁴

A referência a Tucídides e a alusão ao conceito de verdade histórica, presentes em *Os Sertões*, necessitam ser discutidas mais calmamente. No que concerne ao primeiro aspecto, Berthold Zilly assinalou que, em 1994, após a tradução de *Os Sertões* para o alemão, Hanno Zickgraf, articulista do jornal *Süddeutsche Zeitung*, saudou Euclides como *Herodot des Hinterlandes* [*Heródoto do interior*]. Discutindo essa analogia, o crítico alemão ponderou que o forte de Heródoto de Helicarnasso (c. 480-c.420 a.C.) era justamente a narração cênica, com muitas elipses, enigmas, anedotas, boatos, lendas, mitos, a integração das vozes alheias, sem necessariamente passá-las pelo crivo da verificação crítica, como faria Tucídides. Segundo Zilly, o engenheiro-letrado, do mesmo modo que Heródoto, abriu mão de uma posição firme e coerente, admitindo tendencialmente diversas versões do acontecido, narrativas subjetivas ou fantasiosas da história, sem, todavia, abrir mão do conceito de História, em que pesem os seus meandros e as suas contradições, e da busca da verdade. “Essa História e essa Verdade consistem não só de histórias, mas também de imagens, evocadas pela magia da palavra, sejam telas, desenhos, fotografias, cenas teatrais, reais ou imaginadas.” Assim, Euclides não se dirigia apenas aos historiadores futuros, mas à própria História e o principal compromisso euclidiano não era nem com a ciência, nem com a poesia, mas com a verdade, com a preservação da memória, com a história, com a justiça. Dessa forma, o escritor caboclo falava, de modo apaixonado e persuasivo,

²³⁴ Cf. CUNHA, Euclides da. Carta de Euclides da Cunha a José Veríssimo. Lorena, 24 de dezembro de 1901. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1º dez. 2002. Caderno Mais!, p. 24; GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, op. cit. p. 133; CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, p. 783-784.

aos brasileiros e à humanidade como professor, advogado, orador fúnebre, num discurso de pesquisa e instrução de defesa e de acusação, de luto e de glorificação. São esses elementos que possibilitam imaginar a História como espaço de memória e tribunal em *Os Sertões*. Sob essa perspectiva, a visão euclidiana aparece intimamente ligada aos aspectos jurídicos do livro, que inicia uma espécie de processo – no qual o autor desempenha os papéis de testemunha, de perito, de advogado de defesa, de acusador e de juiz. “Além de ser ocasionalmente o acusador dos jagunços, Euclides é, antes de tudo, o seu defensor e portanto o acusador do exército, do governo e da Civilização, quase um procurador geral da História – com maiúscula –, porque esta é a suprema instância da humanidade depois da morte de Deus.” Sendo provisório o juízo do autor sobre a Guerra de Canudos, o verdadeiro tribunal da História era a posteridade, personificada nos leitores e historiadores do mundo civilizado, brasileiros e estrangeiros.²³⁵

Ainda no que tange às possíveis relações entre os estilos do historiador de Helicarnasso e do engenheiro-escritor, deve-se insistir na evidência de que, conforme um cânone solidamente estabelecido no pensamento ocidental, Heródoto encontra-se associado tanto à emergência do conhecimento histórico quanto ao surgimento do ofício do historiador. Como assinalou François Hartog, a operação historiográfica manifesta-se, desde as primeiras palavras da frase de abertura de *Histórias*, como nomeação de um novo lugar e como sua circunscrição nas práticas discursivas e nos saberes em curso: *historié*. Assim, o que se denomina as *Histórias* é a “apresentação pública”, a “mostra” desta *historié*: “Heródoto de Helicarnasso apresenta aqui sua *historié*, para impedir que o que fizeram os homens, com o tempo, se apague da memória e para que grandes e maravilhosas obras, produzidas tanto pelos bárbaros, quanto pelos gregos, não cessem de ser renomadas; em particular, aquilo que foi a causa de eles entrarem em guerra uns com os outros.” Segundo o historiador francês, a palavra *Historía*, formada a partir do verbo *historeîn*, deriva de *hístor* (remetendo etimologicamente a *ideîn*, “ver”, e a [w] *oida*, “saber”). Na mesma linha de raciocínio, o historiador (*hístor*) pode ser compreendido como aquele que investiga passo a passo (*historeî*). Não obstante o fato de Tucídides não utilizar o termo história, pouco a pouco (a partir do século IV a.C.), a designação foi retomada, até acabar se impondo. Por fim, Cícero (106-43 a.C.), utilizando por sua própria conta a palavra latina *historia*, designou Heródoto como “pai da História”. Portanto, *historié* pode ser traduzida como investigação (no duplo sentido de pesquisa

²³⁵ Cf. ZILLY, Berthold. A guerra como painel e espetáculo: a história presentificada em *Os Sertões* de Euclides da Cunha, p. 50-51; Id. Um depoimento brasileiro para a História Universal – traduzibilidade e atualidade de Euclides da Cunha, p. 13-15.

e investigação judiciária), como título e foco organizador de todo um empreendimento intelectual. Ao mesmo tempo, o historiador apresenta-se enquanto “testemunha”, aquele que sabe e, sobretudo, aquele que viu. “Testemunha ocular, ele sabe por ter visto. O *hístor* seria, antes de tudo e por princípio, um olho – e a *historíe*, por sua vez, alguma coisa (senão uma história) relativa ao olho.” Com Heródoto, surgiam a escrita da história e o *métier* do historiador. “Daí em diante, para ‘ver’ é preciso arriscar-se (ir ver) e aprender a ver (recolher testemunhos, reunir as diferentes versões, relatá-las, classificá-las em função do que se sabe por outras fontes e também em função do grau de verossimilhança).”²³⁶

Por outro lado, reitere-se que a noção de verdade histórica, evocada por Euclides, corresponde a um dos valores essenciais do conhecimento histórico. Leopoldo Bernucci ponderou que os historiadores do século XIX estavam menos preocupados com a coleta de material do que com a narração de uma história e a compreensão adequada da mesma. Parece ser esse também o caso de Euclides, que não prescindiu da pesquisa nos arquivos e da coleta de testemunhos enquanto esteve na Bahia, durante o período final da guerra. Entretanto, o ensaio “A Nossa Vendéia” demonstra que ele também podia escrever sobre a natureza e o homem sertanejo sem haver estado em contato direto com eles até os últimos dias da campanha. A exemplo de Tucídides, foi o consórcio entre arte, exatidão e o tom sincero do narrador que modelou *Os Sertões* como livro de história ao gosto do Romantismo. Assim, patriótico, artístico, infatigável perseguidor de uma expressão justa, embora subjetiva da verdade, Euclides, como Tucídides, transmite aos leitores a sua paixão política de modo dramático e vibrante. Conforme assinalou Bernucci, a historiografia do século XIX, firmada nesses princípios básicos de organização discursiva, ponderou, com muito mais rigor e recato, os riscos a que ela se submetia, se o historiador não estivesse atento à noção de verdade – porque toda a narração considerada histórica se modelava, até então, a partir de dois princípios fundamentais: a coleta de dados históricos e a busca de um discurso conveniente à noção de verdade. Contudo, independente do momento histórico, imaginar uma história que forjasse mentiras ou cometesse erros grosseiros de interpretação dos fatos – comprometendo de forma aviltante o conceito de verdade – seria o mesmo que vislumbrar o fim da própria atividade historiográfica.²³⁷

²³⁶ Cf. HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 16-30; Id. **A História de Homero a Santo Agostinho**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 43-47; 51-52.

²³⁷ Cf. BERNUCCI, Leopoldo M. Pressupostos historiográficos para uma leitura de *Os Sertões*, p. 11-12.

A essa altura da discussão, faz-se necessário retomar as distinções aristotélicas entre história e poesia, relevantes no contexto da análise da produção historiográfica euclidiana. Assim, em um conhecido trecho de *A Poética*, Aristóteles afirmou que “não é ofício do poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade.” Para o filósofo grego, o historiador e o poeta não diferem por escreverem verso ou prosa (pois as obras de Heródoto poderiam ser metrificadas, e nem por isso seriam menos históricas, se fossem em verso o que eram em prosa), mas se distinguem na seguinte atitude: no dizer um as coisas que sucederam, e o outro as que poderiam suceder. Sob esse enfoque, a poesia é algo mais filosófico e mais sério do que a história, pois se refere aquela principalmente ao universal, e a esta ao particular. “Por ‘referir-se ao universal’ entendo eu atribuir a um indivíduo de determinada natureza pensamentos e ações que, por liame de necessidade e verossimilhança, convêm a tal natureza; e ao universal, assim entendido, visa a poesia, ainda que dê nomes às suas personagens; particular, pelo contrário, é o que fez Alcebíades ou o que lhe aconteceu.” A esse respeito, como recordou Leopoldo Bernucci, a historiografia requer do historiador uma disposição mental ética não existente no campo da ficção. E a razão para essa assimetria de procedimentos é relativamente simples, porque o romance, por exemplo, lida com o conceito de *verossimilhança* e não de *veracidade*. Conseqüentemente, se os elementos de uma representação ficcional dos fatos coincidirem com os de uma narração dos eventos históricos, não se deverá pensar que o romancista quis aderir a um preceito verdadeiro da mesma maneira como faz o historiador. Na mesma perspectiva, se, eventualmente, a preocupação do romancista estiver voltada para a realidade, esta é admissível somente quando considerada como categoria das coisas possíveis do mundo da ficção. “Portanto, mesmo se a comunicação do verdadeiro ou do verídico for prioridade do artista, esta só será concebida como representação e jamais como narração veraz dos acontecimentos.”²³⁸

O narrador de *Os Sertões* como biógrafo, historiador tradicional e testemunha

Com base nas considerações anteriores, pode-se discutir outra questão referente à narrativa histórica euclidiana, ou seja, os diferentes papéis assumidos pelo escritor caboclo ao

²³⁸ Cf. ARISTÓTELES. *Poética*. In: _____. **Tópicos; Dos argumentos sofisticos; Metafísica: (Livro I e Livro II); Ética a Nicômaco; Poética**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 451. (Os Pensadores, 4); BERNUCCI, Leopoldo M. Pressupostos historiográficos para uma leitura de *Os Sertões*, p. 11-12.

longo da obra maior. A esse respeito, Ronaldo de Melo e Souza sugeriu que Euclides assumiu, para se haver com a diversidade qualitativa da *terra ignota*, seis *máscaras narrativas*: o *observador itinerante*, o *pintor da natureza*, o *encenador teatral*, o *investigador dialético*, o *refletor dramático* e o *historiador irônico*. Com base nessa inteligente conjectura e atentando para os objetivos do presente trabalho, discutem-se, na seqüência, três facetas do historiador da Campanha de Canudos: o biógrafo de Antônio Conselheiro, o historiador tradicional e a testemunha do “crime da nacionalidade”. A partir desse escopo, reitera-se que, na tradição dos estudos euclidianos, é um truísmo assinalar que o engenheiro-letrado estruturou o seu livro em três partes, sob o influxo evidente da concepção determinista taineana, desenvolvida na *Histoire de la Littérature Anglaise* [*História da Literatura Inglesa*, 1863]: “A Terra”, “O Homem” e “A Luta”. Segundo Roberto Ventura, esse modo de composição já havia sido adotado por outros autores brasileiros, a exemplo de Sílvio Romero, na *História da Literatura Brasileira*, que tomou a atividade literária como expressão da natureza e do povo, explicando o seu aparecimento mediante a ação diferenciadora do mestiço. Ancorado nesse esquema geral, Euclides, no momento inicial do seu livro, tratou da geologia brasileira e da geografia dos sertões baianos, aí incluídos o clima do semi-árido, a vegetação da caatinga e a problemática das secas que assolam a região. Já no segundo, discutiu as origens do homem americano, a formação racial do sertanejo e os malefícios da mestiçagem. Finalmente, narrou os acontecimentos da guerra – que resultaram na destruição de Canudos, em nome da consolidação da ordem republicana – como confluência dos fatores naturais, étnicos e históricos. Portanto, “A Luta” é o lugar privilegiado da narrativa histórica euclidiana, o que não implica supor a inexistência dessa forma de relato nas demais partes de *Os Sertões*.²³⁹

Assim, em “O Homem”, uma das marcas do Euclides historiador aparece na composição da biografia do “anacoreta sombrio” – não obstante a carga de preconceitos explícitos e a antipatia manifesta pela figura do beato. Na verdade, o engenheiro-letrado já havia se deparado com o Conselheiro como um problema biográfico desde as reportagens escritas no calor da guerra para o diário paulistano. As oscilações euclidianas no tocante à história de vida do líder religioso atestam, de maneira contundente, as dificuldades enfrentadas para avaliar o significado histórico daquele homem obscuro, até então encarado como o inimigo, por excelência, da

²³⁹ Cf. SOUZA, Ronaldo de Melo e. **A Geopoética de Euclides da Cunha**. São José do Rio Pardo: Casa de Cultura Euclides da Cunha, 2003. p. 9-83; VENTURA, Roberto. **Os Sertões**, p. 46-51; Id. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 200-201.

República. Se, no conjunto das reportagens, Euclides não logrou atingir uma postura equilibrada frente ao espectro do profeta sertanejo, essas contradições foram transpostas e redimensionadas no texto de *Os Sertões*. Assim, em que pese o julgamento pessoal desfavorável (tratava-se de um “documento vivo de atavismo”), o biógrafo ponderava que o historiador somente podia avaliar a altitude do evangelizador (“que por si nada valeu”) considerando a psicologia da sociedade que o criou: “Isolado, ele se perde na turba dos nevróticos vulgares. Pode ser incluído numa modalidade qualquer de psicose progressiva. Mas posto em função do meio, assombra. É uma diátese, e é uma síntese.” Sob essa perspectiva, o homem aparentemente destinado aos cuidados médicos, impelido por uma potência superior, veio bater de encontro com uma civilização – “indo para a história como poderia ter ido para o hospício.” Essas singularidades dificultavam uma reflexão criteriosa acerca do papel desempenhado pelo *Bom Jesus*: “Porque ele para o historiador não foi um desequilibrado. Apareceu como a integração de caracteres diferenciais – vagos, indecisos, mal percebidos quando dispersos na multidão, mas enérgicos e definidos, quando resumidos numa individualidade.” Assim, Euclides reconhecia as estreitas conexões que havia entre a existência singular do “gnóstico bronco” e o meio social que o produziu: “É difícil traçar no fenômeno a linha divisória entre as tendências pessoais e as tendências coletivas: a vida resumida do homem é um capítulo instantâneo da vida de sua sociedade...” Para o bem ou para o mal, a sua biografia compendiava a existência da sociedade sertaneja.²⁴⁰

O autor de *Os Sertões* buscou delinear a história de vida de Antônio Vicente Mendes Maciel com base em outras referências teóricas. A esse respeito, são relativamente comuns, no âmbito dos estudos euclidianos, as menções acerca das influências determinantes dos psicólogos das multidões europeus e de Nina Rodrigues sobre a visão manifestada pelo engenheiro-letrado a tudo que dissesse respeito ao “trágico evangelizador”. Não obstante essa constatação, pode-se sugerir também que os influxos de Thomas Carlyle foram decisivos para a composição da biografia conselheirista, aos olhos de Euclides – embora o historiador e ensaísta britânico seja uma das inúmeras referências ocultas no corpo de *Os Sertões*. Por exemplo, a expressão irônica “grande homem pelo avesso”, uma das muitas adjetivações aplicadas pelo engenheiro-letrado ao Conselheiro, é um empréstimo euclidiano de Carlyle. A esse respeito, o autor de *The French Revolution [A Revolução Francesa, 1839]* e *On Heroes, Hero-Worship and the Heroic in History [Sobre os Heróis, o Culto dos Heróis e o Heróico na História, 1841]* foi uma das leituras

²⁴⁰ Cf. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, p. 251-253, 255.

prediletas do escritor caboclo, como se pode constatar nas citações presentes em diversos momentos da sua vida. Conforme salientado no primeiro capítulo dessa Tese, durante a Revolta da Armada, frente aos exageros do jacobinismo florianista, Euclides encontrava consolo nas “páginas nobremente revolucionárias” do “adorável companheiro e mestre” Carlyle, um dos expoentes do romantismo conservador do século XIX. Por outro lado, nas reportagens escritas sobre a Campanha de Canudos, o correspondente de *O Estado de São Paulo* aventou uma hipótese segundo a qual o peregrino dos sertões poderia aparecer num capítulo fulgurante de Carlyle. Nesse caso específico, o livro aludido era *On Heroes*, o conjunto de conferências do ensaísta britânico dedicado ao “culto dos heróis”. Com efeito, essa hipótese ganha força a partir de um indício concreto: a versão francesa desse trabalho, intitulada *Les Héros* (talvez movido pela pressa, o oficial de justiça omitiu o título completo da obra: *Les Héros, le Culte des Heros et l'Héroïque dans l'Histoire*) encontrava-se entre os cerca de trezentas e cinquenta volumes que compunham o acervo da biblioteca de Euclides, à época do seu falecimento.²⁴¹

Com base nessas ilações, discutir algumas das idéias presentes na obra de Carlyle contribui para esclarecer a sua presença nas referências teóricas euclidianas. Assim, *On Heroes* reúne seis conferências proferidas pelo ensaísta, entre os dias 5 a 22 de maio de 1840, em Oxford. Na seqüência dessas intervenções, o conferencista abordou a figura do herói como *divindade* (Odin), *profeta* (Maomé), *poeta* (Dante, Shakespeare), *sacerdote* (Lutero, Knox), *homem de letras* (Johnson, Rousseau, Burns) e *rei* (Cromwell, Napoleão). Autor de *The French Revolution*, conservador e assustado com a emergência das massas populares no cenário político europeu, Carlyle acreditava na ação providencial dos heróis para conjurar o perigo revolucionário. Segundo o autor de *On Heroes*, a História Universal, ou seja, a história de tudo aquilo que o homem realizou neste mundo, era a história dos “grandes homens” que passaram pela Terra. Esses seres heróicos eram “os condutores de homens”, os modeladores, os padrões e, num sentido amplo, os criadores de tudo quanto os demais se propuseram a fazer ou atingir. Consequentemente, todas as coisas realizadas no mundo eram o resultado material externo, a realização prática e a incorporação do pensamento dos grandes homens que foram enviados ao nosso planeta. Para o ensaísta, a alma de toda a história universal era a história desses homens providenciais. Sob essa perspectiva, a história universal não passava da biografia dos grandes

²⁴¹ Cf. CUNHA, Euclides da. **Obra completa**, p. 145, 200, 233, 386, 445; Id. **Diário de uma expedição**, p. 124; GALOTTI, Oswaldo. **Biblioteca de Euclides da Cunha**, p. 6.

homens, dos espíritos superiores, dos heróis: “A história do mundo, como já disse, é a biografia dos grandes homens.” Adversário da Revolução Francesa, esse romântico assinalava que toda sociedade era fundada no culto dos heróis, pois os princípios sobre os quais repousavam a associação humana correspondiam a uma *Heroarquia* (governo de heróis) – ou mesmo a uma Hierarquia, devido ao seu caráter bastante sagrado. Assim, toda sociedade era uma representação, não insuportavelmente inexata, do culto dos heróis, que ganhava importância em épocas de descrença, de revolução, de decadência e de ruína. “Para mim, nestes dias, parece-me que vejo nesta indestrutibilidade do culto dos heróis a eterna rocha dura e resistente que o naufrágio confuso dos abalos revolucionários não pode destruir.” Portanto, a salvação do mundo repousava na ação dos heróis, que deveriam ser reverenciados pelos demais homens, pois esse culto se constituía no “único ponto fixo na moderna história revolucionária, de outra sorte ela seria um mar sem fundo e sem praia.”²⁴²

Como se percebe, o esboço biográfico do “gnóstico bronco” evidencia a dívida euclidiana para com algumas idéias de Carlyle: a) o profeta sertanejo era um “grande homem” (embora “pelo avesso”); b) o Conselheiro aproximava-se das figuras dos “condutores de povos” (*meneurs de peuples*), dos grandes homens cultuados pelo ensaísta britânico; c) o evangelizador poderia aparecer “dentro de um capítulo fulgurante de Thomas Carlyle”, ao lado do profeta Maomé, o exemplo do herói como sacerdote; e d) em última instância, tratava-se de um herói (não obstante todas as suas especificidades). No que concerne a essa questão, as biografias de Euclides da Cunha e de Antônio Conselheiro apresentavam coincidências perturbadoras, conforme observou Roberto Ventura, sublinhando as analogias entre as *vidas paralelas* das personagens aqui enfocadas. Como se sabe, *Vidas Paralelas* é o título de um conjunto de vinte e duas biografias de estadistas e guerreiros romanos, escritas por Plutarco, que, buscando engrandecer os então senhores do mundo, ressaltou supostos paralelismos com as vidas de pares gregos. A esse respeito, não se deve menosprezar a relevância desse autor no contexto da literatura ocidental, desde o Renascimento e, sobretudo, ao longo do século XIX. Desse modo, foi profunda a difusão da imagem do filósofo de Queroneia como educador e moralista no âmbito da cultura ocidental. Consequentemente, a onda Plutarco também veio bater no Brasil, já que o antigo biógrafo foi um dos modelos para os historiadores nativos erigirem o “panteão de papel” brasileiro, ou seja, a seleção das figuras históricas dignas de serem lembradas – como assinalou Armelle Enders.

²⁴² Cf. CARLYLE, Thomas. **Os Heróis**. São Paulo: Melhoramentos, 1962. p. 9, 18-20, 22.

Nessas plagas, o livro *O Plutarco brasileiro* (1847) – ou, numa versão revista e ampliada, *Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais* (1868) –, escrito por João Manuel Pereira da Silva (1817-1897), atesta essa presença. No que se refere a Euclides, Plutarco apareceu nos seus escritos em 1889, na crônica “Da Corte”. Nesse texto, o propagandista republicano desenvolveu o mote sobre a carência de historiadores no Brasil, recorrentemente retomado: “Unicamente uma disciplina mental esmagadora, inexorável – tal que pelo aniquilamento inteiro das paixões, nos facultasse a abdicação da própria individualidade, poderia dar à nossa pátria um Guizot que relacionasse os fatos e um Plutarco que definisse os homens...” Confirmando as afinidades do escritor com o antigo biógrafo, o inventário da biblioteca de Euclides revela a presença da obra maior de Plutarco, sob a forma da tradução francesa *La vie des hommes illustres*. Portanto, sob os auspícios de Carlyle e de Plutarco, o biógrafo do Conselheiro expressa uma das facetas mais decisivas do Euclides historiador.²⁴³

Por outro lado, engenheiro-letrado também exercitou outras dimensões do *métier* do historiador. Em alguns momentos de “A Luta”, por exemplo, buscou encarnar o típico historiador do século XIX, cioso da necessária objetividade histórica e do distanciamento empático no relato dos acontecimentos. Assim, examinando um “incidente desvalioso”, que se constituiu num das “causas próximas” da guerra – o episódio da compra da madeira para a construção da igreja nova de Canudos –, Euclides limitou-se a declarar: “Historiemos, adstritos a documentos oficiais:” Na seqüência, transcreveu o extrato da Mensagem enviada pelo governador da Bahia, Luís Vianna, ao Presidente da República, explicando as providências tomadas e que resultaram na Primeira Expedição. Outra atitude na qual o autor de *Os Sertões* pretendeu assinalar o seu distanciamento face aos acontecimentos do passado recente apareceu nas ilações estabelecidas entre a biografia do coronel Moreira César e o contexto histórico que a celebrizou. Nesse tópico, após esboçar um perfil deselegante e patológico do *Corta-cabeças* – no qual são notáveis as semelhanças com a personagem euclidiana do Conselheiro –, o escritor, repentinamente, encerrou as suas divagações: “É cedo ainda para que se lhe defina a atitude relativa e a depressão do meio em que surgiu. Na apreciação dos fatos o tempo substitui o espaço para a focalização das imagens: o historiador precisa de certo afastamento dos quadros que contempla. Cerremos essa página

²⁴³ Cf. VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 258-262; CARVALHO, Mário Cesar, op. cit., p. 13; ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro” – A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 41-62, 2000; CUNHA, Euclides da. Da Corte. In: **Obra completa**, 617; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 6.

perigosa.” Assim, Euclides adotava procedimentos comuns a muitos historiadores oitocentistas: a pretensão de uma narrativa objetiva dos acontecimentos e o distanciamento emocional e temporal dos eventos relatados.²⁴⁴

Nesse ponto, Euclides se inseria no âmbito da tradição historiográfica “metódica” ou “positivista”, ou, em termos semelhantes, na “história rankeana”. Conforme lembrou Peter Burke, o “paradigma tradicional” do século XIX estava diretamente associado às opções teórico-metodológicas do historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886). Segundo Burke, essa “visão do senso comum da história” pode ser resumida em seis pontos: 1. a história diz respeito essencialmente à política; 2. os historiadores tradicionais pensam na história como fundamentalmente uma narrativa dos acontecimentos; 3. a história tradicional concentra-se nos grandes feitos dos grandes homens; 4. a história deve ser baseada em documentos – uma das grandes contribuições de Ranke foi a exposição das limitações das fontes narrativas (crônicas) e a ênfase na necessidade de escrever a história a partir de registros oficiais, emanados do governo e preservados em arquivos; 5. o modelo de explicação histórica do paradigma tradicional é centrado nas ações individuais; e 6. a História é objetiva, cabendo ao historiador apresentar aos leitores os fatos “como eles realmente aconteceram” ou “tal como efetivamente sucedeu” – nos termos da famosa citação de Ranke. No caso das últimas passagens do texto euclidiano, há uma convergência óbvia com o quarto e sexto pontos do programa “rankeano”. Aqui, registre-se que o engenheiro-letrado possuía dois livros de um dos pais da “escola metódica”, Charles Seignobos (1854-1942): *Histoire de la civilisation* [*História da civilização*, 1884-1886] e *Histoire politique de l'Europe contemporaine* [*História política da Europa contemporânea*, 1897]. Essa constatação não implica estabelecer relações sobre uma pretensa influência de Seignobos na escrita euclidiana. No caso do autor de *Os Sertões*, o mais razoável seria supor que ele compartilhasse de alguns lugares comuns de muitos historiadores e homens de letras da sua época sobre o modo como se devia escrever uma história com pretensões de veracidade e de fidedignidade, condizente, aliás, com o espírito da cultura histórica oitocentista.²⁴⁵

Entretanto, essa presunção de objetividade, acalentada pelo escritor caboclo, colidia, frontalmente, com outra personagem por ele encenada no livro vingador: o do historiador-

²⁴⁴ Cf. CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, p. 340, 430.

²⁴⁵ Cf. BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro, p. 10-15; HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual em Leopold von Ranke. In: _____ (Org.). **Ranke**. São Paulo: Ática, 1979. p. 14; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 7, 8.

testemunha. Nesse caso, a objetividade, a neutralidade axiológica e o distanciamento foram obliterados pelo fato de Euclides depor como testemunha do “crime da nacionalidade”, perpetrado contra os sertanejos. Conseqüentemente, nas páginas da sua obra-denúncia, o autor retomou a essência do preâmbulo das crônicas intituladas “Atos e palavras”, escritas durante o período de militância republicana: “Escreveremos um depoimento libelo. Seremos – testemunha e juiz.” Acerca desse novo papel, Euclides manifestava a crença de haver recebido dos “pobres jagunços” uma espécie de procuração, mediante a qual desempenharia o ofício de seu “advogado diante da História.” Portanto, o historiador da Guerra de Canudos acreditava estar profundamente comprometido com uma missão ética superior: “Serei um vingador e terei desempenhado um grande papel na vida – o de advogado dos pobres sertanejos assassinados por uma sociedade pulha, covarde e sanguinária...” O historiador-testemunha aparece, inequivocamente, nas passagens em que emitiu o seu “grito de protesto” contra a *degola* dos prisioneiros conselheiristas, cometida pelas tropas republicanas. Nesse ponto, Euclides manifestou a sua indignação face às “lastimáveis selvaticezas”, cometidas pelos “singularíssimos civilizados”, diante dos *jagunços* “semibárbaros”. O escritor aproveitou a ocasião para expiar a culpa por não haver denunciado a *gravata vermelha*, quando da sua presença na frente de batalha. Não obstante, o fato é que, nas entrelinhas de *Os Sertões*, o autor insinuava que o massacre dos habitantes da arraial seria desconhecido pela humanidade, não fosse sua presença naquela erma localidade: “Ademais, não havia temer-se o juízo tremendo do futuro. A História não iria até ali.” Prosseguindo, explicava as diferenças entre as guerras narradas nos anais da História e aquela “charqueada”: “Afeiçãoara-se a ver a fisionomia temerosa dos povos na ruínia majestosa das cidades vastas, na imponência soberana dos coliseus ciclópicos, nas gloriosas chacinas das batalhas clássicas e na selvaticueza épica das grandes invasões. Nada tinha que ver com aquele matadouro.” Afirmando que o sertão era o homizão, caracterizava a região como um espaço não histórico e privado da lei do Estado: “Canudos tinha muito apropriadamente, em roda, uma cercadura de montanhas. Era um parêntese; era um hiato. Era um vácuo. Não existia. Transposto aquele cordão de serras, ninguém mais pecava.” Nesse cenário sugestivo, encenava-se “um drama sanguinolento das cavernas”, realizava-se “um recuo prodigioso no tempo; um resvalar estonteador por alguns séculos abaixo.” Em meio ao ressurgimento da “animalidade primitiva”, os militares (adjetivados como uma “multidão criminosa e paga para matar”) nada tinham a temer. “Nem mesmo o juízo remoto do futuro.” Por fim, lavrou o protesto formal contra a

matança dos sertanejos: “Mas que entre os deslumbramentos do futuro caia, implacável e revolta; sem atitude, porque o deprime o assunto; brutalmente violenta, porque é um grito de protesto; sombria, porque reflete uma nódoa – está página sem brilhos...”²⁴⁶

Entretanto, mesmo essa denúncia tardia se chocava com as barreiras éticas e intelectuais às quais estava submetido o historiador-testemunha. Segundo Roberto Ventura, Euclides enfrentou determinadas questões que desafiavam o limite das representações: “Como narrar fatos tão violentos que ultrapassam a capacidade humana de imaginar e representar? De que forma exprimir acontecimentos cujo caráter desumano supera os limites da linguagem?” Dessa forma, o livro vingador traz um curioso paradoxo, já que deixou de relatar aquilo que forma a base das suas acusações contra as forças armadas: o massacre dos prisioneiros e a destruição da cidade. Esses eventos de extrema crueldade são antes sugeridos do que propriamente narrados, já que não haveria linguagem capaz de exprimir tamanho horror: “De modo a exprimir aquilo que é inexprimível, ou representar o irrepresentável, Euclides oscila entre imagens antitéticas de paraíso e inferno, de salvação e perdição, pelas quais procura captar o caráter tenso e contraditório da história e da natureza.” Portanto, o narrador de *Os Sertões* recuou diante de um fato inexprimível e irrepresentável: a matança dos presos rendidos, evento que ultrapassa os seus quadros de referência, devido à covardia e à violência extremas. “Sua narrativa repousa sobre uma estrutura tensa devido ao conflito entre a necessidade de revisitar um evento traumático do passado e a impossibilidade de representar aquilo que desafia ou supera os limites da linguagem.”²⁴⁷

Por fim, um elemento significativo do artilheiro engendrado pelo historiador-testemunha, que possibilitava colocar em relevo o seu papel na História, consistia em deslocar o sertão para fora do tempo e do espaço da civilização ocidental. Euclides, ao escrever sobre a *terra ignota*, equiparava-se a um pioneiro naquela “região remansada da ciência”, naquele estranho território “predestinado a atravessar absolutamente esquecido os quatrocentos anos da nossa história.” Para Roberto Ventura, essa estratégia discursiva também está presente em outros textos euclidianos – tais como os ensaios sobre a Amazônia, reunidos em *Contrastes e confrontos* e *À margem da história*. Segundo o crítico literário, os sertões, quer nordestinos, quer amazônicos, eram vistos

²⁴⁶ Cf. CUNHA, Euclides da. **Obra completa**, p. 604; GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 129, 133; CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, p. 734-736, 784.

²⁴⁷ Cf. VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha no vale da morte, p. 439, 455; SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur. SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). **Catástrofe e representação**: ensaios. São Paulo: Escuta, 2000. p. 73-98.

pelo escritor caboclo como desertos, espaços fora da escrita. A partir dessa ótica, selva e sertão eram desertos devido ao seu isolamento geográfico, à população rarefeita e, sobretudo, por serem territórios ainda não explorados pela ciência – evitados pelos viajantes e excluídos dos mapas pelos cartógrafos. Portanto, ao explorar a caatinga e a floresta, resgatando o sertanejo do esquecimento, o narrador-viajante procurava integrar os sertões à escrita e à história, cujos limites e fronteiras estariam em contínua expansão. “Povoar, colonizar e escriturar são os instrumentos de tal transplante da civilização para os territórios bárbaros. Fora da escrita e da história, não há salvação: só existe o deserto.” Essa hipótese permite situar os textos euclidianos no âmbito da escrita da história ocidental, conforme as observações formuladas por Michel de Certeau, ao discutir o sentido da empresa de conquista e de colonização da América pelos europeus. Definida pelo historiador francês como “o estudo da escrita como prática histórica”, essa modalidade de escritura opera a partir de um corte entre um sujeito e um objeto de operação, entre um *querer escrever* e um *corpo escrito* (ou a escrever), que fabrica a história ocidental. “É a *escrita conquistadora*. Utilizará o Novo Mundo como uma página em branco (selvagem) para nela escrever o querer ocidental. Transformará o espaço do outro num campo de expansão para um sistema de produção.” Portanto, conjugando os papéis de biógrafo, historiador tradicional e testemunha, Euclides acreditava estar inscrevendo o sertão brasileiro no tempo-espaço da civilização ocidental, grafando, assim, o nome de Canudos nos anais da história universal.²⁴⁸

Euclides da Cunha e os historiadores da Revolução Francesa

Ao longo dos capítulos anteriores, discutiu-se a presença da Revolução Francesa na vida e na obra de Euclides da Cunha. Com efeito, as referências a esse processo espalham-se ao longo dos escritos euclidianos. Destacou-se, ainda, que o autor de *Os Sertões* interpretou diversos acontecimentos da sua época a partir da projeção do modelo da Grande Revolução sobre a história brasileira. Assim, o engenheiro-letrado tomou essa série de eventos como um *leitmotiv*, como um padrão explicativo dos fatos ocorridos na sociedade brasileira nas últimas duas décadas do século XIX – inclusive os que culminaram na guerra nos sertões. Acerca dessa obsessão do escritor pelas referências históricas européias, o conjunto de imagens da Revolução Francesa, que

²⁴⁸ Cf. CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, p. 80-81, 522; VENTURA, Roberto. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. V (suplemento), jul. 1998, p. 134-135, 146; CERTEAU, Michel de, op. cit., p. 9-10.

se cristalizou na obra euclidiana, foi aquela relacionada à Vendéia. A esse respeito, as alusões à revolta camponesa surgem, nos textos do escritor, precedendo os acontecimentos de Canudos. Dessa forma, a metáfora da Vendéia ensejou a Euclides circunscrever movimentos de oposição à República ao *leitmotiv* da Revolução Francesa, que contaminava os seus escritos desde a adolescência. Não por acaso, a primeira denominação do livro sobre Canudos e Antônio Conselheiro foi justamente *A Nossa Vendéia*. Em *Os Sertões*, Euclides revisou algumas das suas concepções sobre o papel da Revolução Francesa no processo de superação do Antigo Regime brasileiro. De fato, paralelos entre as duas histórias nacionais foram submetidos ao crivo da crítica, acompanhando a revisão dos ideais republicanos do escritor. Paradoxalmente, em que pese a atenuação dessas analogias, Euclides manteve a projeção de várias imagens da História Universal, com o provável intuito de aproximar o fenômeno de Canudos dos brasileiros letrados. Ademais, a consideração de que o escritor se distanciou do modelo interpretativo que traçava paralelos entre a Revolução de 1789 e a história brasileira não significa afirmar que a metáfora da Vendéia desapareceu de circulação nas páginas de *Os Sertões*. Ao contrário, enredado pela força imagética dos símiles e signos revolucionários, o autor retomou, esporadicamente, as relações de identidade entre Canudos e a Vendéia. Assim, o escritor ora repeliu as comparações entre *chouans* e *charnecas*, *jagunços* e *caatingas*, ora procurou aproximações históricas sugestivas entre as duas séries de eventos. Em síntese, a idéia da insurreição contra a Revolução Francesa, vista como análoga ao movimento sertanejo, continuou integrando a tessitura da narrativa histórica da Guerra de Canudos na obra maior euclidiana.

Assim, presumindo-se que Revolução Francesa se constitui no conjunto de referências históricas mais expressivo nos escritos euclidianos, no caso de *Os Sertões*, quais seriam as contribuições fundamentais emprestadas pelas narrativas da historiografia revolucionária para o relato euclidiano da *guerra do fim do mundo*? A partir de quais obras historiográficas o engenheiro-letrado se remetia ao processo revolucionário de 1789? Quais as leituras que possibilitaram a construção de analogias entre as histórias francesa e brasileira? Considerando os limites do presente trabalho, deve-se admitir o caráter insatisfatório das respostas aqui apresentadas. Aliás, a identificação precisa das obras realmente consultadas pelo autor de *Os Sertões* é um dos inúmeros obstáculos que se antepõem aos pesquisadores da sua obra. Diversas razões justificam essa lacuna epistemológica, uma das quais está nas especificidades das regras de citação vigentes ao longo do século XIX, bastante distintas das atuais. Ademais, as

imprecisões e a precariedade desse sistema euclidiano foram sublinhadas por diversos autores, a exemplo de Leopoldo Bernucci, Walnice Nogueira Galvão e Berthold Zilly. Via de regra, Euclides não remetia os seus leitores à referência pesquisada ou citava as suas fontes de maneira incompleta – mencionando o autor e não a obra, ou vice-versa. Ressalte-se que essas estratégias não eram inocentes nem resultavam de escorregões teórico-metodológicos. Como assinalou Leopoldo Bernucci, Euclides apresentava um pendor para exibir uma vasta erudição, mesmo estando ela camuflada sob a aparência de leituras completas e meditadas. O resultado desse artil euclidiano é esboçar um forte traço de complexidade, que a análise impressionista e rápida não consegue apreender. “Aquele que, sem perseverança, não se resigne a ler *Os Sertões*, quando esta leitura significa um duro e muitas vezes frustrado exercício de exegese e hermenêutica, estará fadado a comentar questões periféricas sem poder chegar aos aspectos centrais do texto.”²⁴⁹

Existe, ainda, o problema referente aos livros que o escritor caboclo realmente possuiu. Um lugar-comum, insistentemente lembrado pelos seus exegetas, é que Euclides não teve uma grande biblioteca – ou mesmo que ele sequer teve biblioteca. Ademais, as seguidas mudanças, devido à sua “engenharia andante”, obrigavam-no a transportar, para um lado e para o outro, os seus livros. Nessas peregrinações, muitas obras podem ter sido extraviadas. Outro fato muito comentado é que, para a elaboração de *Os Sertões*, o escritor valeu-se do empréstimo dos livros pertencentes a Francisco de Escobar. À época da sua morte, o acervo do escritor contabilizava cerca de trezentos e cinquenta exemplares – conforme o inventário da referida biblioteca. Considerando esses limites, o que se pôde reconstituir, precariamente, foi um quadro das possíveis leituras de Euclides sobre a história francesa – a partir das citações e alusões encontradas nos seus textos e com base no inventário da sua biblioteca. Assim, uma lista incompleta dessas obras historiográficas e dos seus respectivos autores, disponíveis no mercado durante a elaboração de *Os Sertões*, delinearía o seguinte quadro: *Dix ans d'études historiques* [Dez anos de estudos históricos, 1835], de Thierry; *Histoire de la Révolution française* [História da Revolução Francesa, 1823-1838], de Thiers; *Histoire de la Révolution française* [História da Revolução Francesa, 1824], de Mignet; *Histoire de la civilisation en France* [História da civilização na França, 1830] e *Essais sur l'histoire de France* [Ensaio sobre a História da França, 1836], de Guizot; *Histoire de France* [História da França, 1833-1836] e *Histoire de*

²⁴⁹ Cf. BERNUCCI, Leopoldo M. A ontologia discursiva de *Os sertões*, op. cit., p. 65, 67; GALVÃO, Walnice Nogueira. Entrevista a Manoel Antonio dos Santos Neto e Roberto Nunes Dantas, op. cit. p. 185; ZILLY, Berthold. Entrevista, p. 239-241; BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos**, p. 52-53.

France populaire, de Henri Martin; *Histoire parlementaire de la Révolution française* [*História parlamentar da Revolução Francesa*, 1834-1838], de Philippe Buchez (1796-1865); *The French Revolution*, de Carlyle; *Histoire des Girondins* [*História dos Girondinos*, 1847], de Lamartine; *Histoire de la Révolution française* [*História da Revolução Francesa*, 1847-1853] e *Histoire de France* [*História da França*, 1833-1867], de Michelet; *Histoire de la Révolution* [*História da Revolução*, 1847-1862], de Louis Blanc; *L’Ancien Regime et la Révolution* [*O Antigo Regime e a Revolução*, 1856], de Tocqueville; *La Révolution* [*A Revolução*, 1865], de Edgar Quinet (1803-1875); *Les origines de la Révolution* [*As Origens da Revolução*, 1876-1894], de Taine.²⁵⁰

Numa perspectiva diacrônica, as primeiras marcas da Revolução Francesa nos escritos euclidianos apareceram em *Ondas*, quando o estudante do Colégio Aquino homenageou os eventos revolucionários e a sua galeria de heróis em nove poemas que compõem a caderno acima referido. Desses poemas, “Dantão”, “Marat”, “Robespierre” e “Saint-Just” (que foram incluídos na *Obra completa* de Euclides da Cunha, organizada por Afrânio Coutinho) são os mais conhecidos pelos euclidianos – pois ainda se aguarda a publicação integral de *Ondas*. Por outro lado, desde as biografias escritas por Francisco Venâncio Filho, consolidou-se uma perspectiva segundo a qual as aulas de História, ministradas por Teófilo das Neves Leão, inspiraram no jovem Euclides os poemas mencionados. Não obstante, há indícios concretos de que a leitura de *Historia de França popular e ilustrada*, de Henri Martin, foi decisiva para excitar o imaginário euclidiano. Antes de submeter essa hipótese à prova, certas questões acerca da obra supracitada devem ser evidenciadas. Assim, reitera-se que *Historia de França popular e ilustrada* não foi relacionada em nenhum trabalho euclidiano como uma das leituras formadoras do engenheiro-letrado. Esse livro também não se encontrava arrolado no inventário dos volumes que compunham o acervo do escritor. Consequentemente, existe uma lacuna na pesquisa acadêmica sobre os influxos dessa obra nas idéias do autor de *Os Sertões*. Uma contribuição desta Tese para os estudos euclidianos foi estabelecer a *Historia de França* como uma das leituras do Euclides adolescente. A esse respeito, na Casa de Cultura Euclides da Cunha, em São José do Rio Pardo, encontram-se quatro dos sete volumes que compõem a tradução portuguesa (sem data) da obra – não sendo possível afirmar se o escritor a possuía integralmente. Com exceção do primeiro volume, os três demais apresentam as marcas de um carimbo, com o nome “Euclides Cunha”.

²⁵⁰ Cf. GALOTTI, Oswaldo, op. cit.; GÉRARD, Alice, op. cit.; FURET, François. **A Revolução em debate**; SILVA, Rogério Forastieri da. **História da Historiografia**: capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru: EDUSC, 2001.

No caso do terceiro volume, encontra-se a comprovação de que a obra lhe pertencia, nos seguintes termos: “Esta História de França pertence á Euclydes Cunha. Rio de Janeiro, 1884.” No que concerne à última informação, recorde-se que, em 1884, o autor de *Ondas* cursava os preparatórios do Colégio Aquino, na perspectiva de ingressar em alguma das Escolas de ensino superior do Império – a exemplo da Politécnica e da Militar. Portanto, doravante, o trabalho de Martin deve ser incluído entre as leituras formadoras do jovem Euclides.²⁵¹

Mas, qual a relevância de Henri Martin no contexto da historiografia oitocentista francesa? A personagem em questão foi historiador, romancista, membro da Academia Francesa e exerceu os mandatos de deputado e de senador durante a Terceira República. Segundo Alice Gérard, a sua *Histoire de France* (publicada em 15 volumes) foi “um *best-seller* do século XIX”. No que concerne ao livro adquirido por Euclides, o seu prefácio fornece algumas indicações sobre o escopo e o público ao qual se destinava. Segundo o editor, esse trabalho – resultado de trinta e cinco anos de pesquisas – destinava-se principalmente àqueles que, não podendo dispor do tempo necessário para longas leituras, tinham, contudo, o desejo e o dever de averiguar o essencial da historia de cada povo. Portanto, um texto para iniciantes, a exemplo dos estudantes do Colégio Aquino, em 1884. Dessa forma, com base no juízo do próprio Martin, o prefaciador informava que os leitores, com justa razão, desejavam que o historiador procurasse com eles os ensinamentos da Revolução Francesa e o conhecimento do passado longínquo tanto da Gália quanto da França, tornando-se, desse modo, o grande luminar no esclarecimento do passado recente e do futuro. Assim, todo cidadão, independente da nacionalidade, que conhecesse a fundo esse passado não perderia a esperança, nem mesmo nos dias mais tristes. Encerrando a apresentação, o editor assegurava que a Historia da França, era a historia da civilização, a historia da humanidade, somente podendo ser ignorada pelos analfabetos: “O verdadeiro cidadão, aquelle que aspirar ao ideal de progresso compativel com a natureza humana, não poderá nem deverá deixar de ir procurar nas suas páginas brilhantes a orientação de um melhor destino.”²⁵²

Até o momento, somente foi possível estabelecer inferências entre a leitura euclidiana de *Historia de França popular e ilustrada* e a inspiração “jacobina” de alguns dos versos do caderno *Ondas*, tomando-se como referência a contemporaneidade entre elas. Porém, um confronto entre o texto daquela obra e duas epígrafes inscritas em poemas euclidianos revela a

²⁵¹ Cf. MARTIN, Henri, op. cit., v. 1-4.

²⁵² Id., p. 5-7; GÉRARD, Alice, op. cit., p. 49.

prova interna da influência de Henri Martin nas elaborações artísticas de Euclides. Os fragmentos em questão aparecem nas poesias “A Queda da Bastilha (14 de julho de 1789)” e “A Estátua eqüestre”. Assim, a primeira das poesias tem o seguinte mote: “A tomada da Bastilha era para o povo a imagem material da queda do antigo regimen e da destruição do poder arbitrário. Bailli. Memoires.” Acerca dessa epígrafe, a leitura do terceiro volume da *Historia de França popular* permite identificar a sua procedência. Trata-se de uma passagem do livro de Martin, na qual o historiador recorreu a um relato de Jean-Sylvain Bailly – prefeito de Paris no início da Revolução Francesa –, para ilustrar o impacto político da tomada da mais famosa das prisões. Eis a citação: “‘Duas coisas’, diz Bailli nas suas Memórias, ‘hão de assignalar por todo o sempre esse famoso dia 14 de julho: uma, a criação da guarda nacional, que tinha de ser imitada em toda a França e que punha uma barreira ao restabelecimento do despotismo; a outra, a tomada e a demolição da Bastilha, que era para o povo a imagem material da queda do antigo governo e da destruição do poder arbitrario’.” Quanto à segunda epígrafe, encontra-se na terceira parte de “A Estátua eqüestre”, na qual o jovem republicano anotou: “Um povo em revolução é invencível. Isnard.” Aqui, Euclides transcreveu, literalmente, outra citação de Martin, a qual se remetia a uma intervenção de Maximin Isnard, num acalorado debate parlamentar: “Como na questão dos emigrados e na dos padres, Isnard sahiu impetuosamente a terreiro. ‘Um povo em revolução é invencível’, exclamou elle. – Se o povo francez chega a desembainhar a espada, tão cedo a tornará a metter na bainha. – Digamos-lhe que dez milhões de Francezes, abrazados no fogo da liberdade, podiam só por si, se os provocassem, mudar a face do mundo. – Peço que o decreto proposto seja adoptado por unanimidade, mostrando assim que n’este augusto recinto só ha bons Francezes, amigos da liberdade e inimigos dos déspotas.”²⁵³

Portanto, o cotejo entre algumas das poesias do caderno *Ondas* e a obra de Henri Martin acima citada possibilitou identificar uma leitura até então desconhecida do jovem Euclides. Não obstante, no conjunto da obra do engenheiro-letrado – inclusive em *Os Sertões* –, as alusões aos historiadores da Revolução Francesa são assistemáticas, fugazes e fragmentadas, na medida em que os artigos, discursos e textos jornalísticos do escritor caboclo não informam o bastante acerca dessas fontes. Ao pesquisador, resta buscar montar esse autêntico quebra-cabeças historiográfico. Assim, no corpo desses escritos, historiadores como Guizot, Thierry, Quinet e Carlyle foram aludidos ao feito euclidiano. Aliás, registre-se que a parcimônia de Euclides, na explicitação das

²⁵³ Cf. CUNHA, Euclides. *Ondas*; MARTIN, Henri. *Historia de França popular e ilustrada*. v. 3. p. 302, 403.

suas filiações teóricas, contrasta com a prodigalidade da Revolução Francesa como padrão explicativo da história brasileira nas últimas décadas do século XIX, conforme destacado ao longo desta Tese. A partir de um inventário no conjunto dos escritos euclidianos, pode-se registrar que o ministro-historiador Guizot foi mencionado três vezes, ao tempo em que Thierry e Quinet foram citados uma vez cada e Carlyle em seis ocasiões. Um exemplo dessa forma de citação encontra-se no artigo de polêmica política “Da Corte”. Nesse texto, Euclides iniciou a sua crítica sem quartel às misérias dos “nossos minúsculos historiógrafos”: “Unicamente uma disciplina mental esmagadora, inexorável – tal que pelo aniquilamento inteiro das paixões, nos facultasse a abdicação da própria individualidade, poderia dar à nossa pátria um Guizot que relacionasse os fatos e um Plutarco que definisse os homens...” Na seqüência, em 1898, no ensaio “O Brasil mental”, Guizot foi mais uma vez referido, a propósito de uma observação sobre os estilos dos historiadores no final dos Oitocentos: “As diferenças entre verdadeiros historiadores são tão secundárias que não criam gêneros distintos, do mesmo modo que o fato fisiológico, definido pela equação pessoal, em astronomia, não basta para criar gêneros de astrônomos. A concepção dramática de Carlyle, na apreciação dos acontecimentos, a despeito das modalidades da forma, deve atingir as mesmas conclusões positivas que o gênio profundo de Guizot.” Por fim, outra referência que estabeleceu um vínculo com os escritos guizotianos sobre a Revolução Francesa apareceu no ensaio “Um velho problema” – no qual Euclides criticou os revolucionários de 1789 por repudiarem, desde os seus primeiros atos, os próprios princípios criadores: “A consideração de Guizot é profunda: nunca uma filosofia aspirou tanto ao governo do mundo e nunca foi tão despida de império.” Em que pesem tais citações, o inventário do acervo euclidiano não revelou a presença de obra alguma de Guizot. Assim, permanece a dúvida: a qual das obras desse historiador francês Euclides estava se referindo?²⁵⁴

Quanto a Thierry, a sua autoridade foi evocada por Euclides no discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, com o intuito de reforçar o diagnóstico acerca da ausência de uma verdadeira historiografia brasileira, conforme assinalado anteriormente. É bastante provável que essa citação se remetia a *Dix ans d'études historiques*, a única obra do historiador romântico francês que integrava a biblioteca do escritor caboclo. Mas, existem outras razões que possibilitam relacionar aquele historiador francês com o autor de *Os Sertões*. A esse respeito, G. P. Gooch assinalou que coube a Thierry inaugurar um método novo e muito mais vivo de

²⁵⁴ Cf. CUNHA, Euclides da. **Obra completa**, p. 145, 200, 216, 232, 233, 386, 445, 617, 652.

escrever a história, posto ter convencido os seus compatriotas de que o passado não estava morto e que seus atores eram homens com paixões, como as dos demais. Romântico, não cansava de assinalar que a história foi o seu primeiro interesse, despertado pela leitura de Chateaubriand. Antes de se voltar para os estudos históricos, Thierry foi secretário de Henri de Saint-Simon (1760-1825) e jornalista. A partir de 1820, iniciou o estudo sistemático das fontes da história do seu país, objetivando plantar na França a bandeira da reforma histórica. Na sua avaliação, o ofício de historiador demandava erudição, conhecimento da vida e imaginação. A carência de uma ou mais dessas qualidades impossibilitava a realização da sua obra. Com esse espírito, compôs *Histoire de la conquête de l'Angleterre par les Normands* [*História da conquista da Inglaterra pelos Normandos*, 1825] e *Récits des temps mérovingiens* [*Relatos dos tempos merovíngios*, 1840]. Thierry admirava Walter Scott – “esse grande mestre da adivinhação histórica” – e a leitura de *Ivanhoe* lhe permitiu concluir que as cenas do passado poderiam ser ressuscitadas graças ao poder da imaginação. Assim, como os demais filhos do romantismo, a imaginação era mais forte naquele historiador do que a crítica histórica. Porém, como assinalou Josep Fontana, Thierry soube propor os fundamentos de uma renovação da histórica francesa, em consonância com as mudanças que haviam ocorrido na sociedade da sua época. A exemplo de outros historiadores – Barante, Guizot, Thiers e Mignet – o autor de *Dix ans d'études historiques* foi um descendente direto do pensamento histórico da Revolução Francesa. Na mesma perspectiva, Marie-Paule Caire-Jabinet assinalou que na obra de Thierry – como na dos demais historiadores românticos – o povo assumiu posição de destaque no cenário da história. Dessa forma, condenava aqueles historiadores para quem o povo e os cidadãos eram apenas o pano de fundo para o pensamento de um só homem. Assim como Michelet, criticava a concepção aristocrática de uma história vista de baixo. Desse modo, na perspectiva de encontrar as origens da nação francesa, Thierry debruçou-se sobre a Idade Média, nos estudos sobre os merovíngios e os normandos. Sem desprezar nenhum documento, considerava os aspectos da vida material e se insurgia contra uma história exageradamente política, que relegaria à sombra aspectos inteiros da atividade humana. “Para ele, a explicação essencial da história humana é aquilo que ele chama de ‘fatalismo da raça’. Ele interpreta esta expressão como a base étnica e cultural fundamental da identidade de uma nação.” A fragilidade dos indícios aqui expostos não permitem estabelecer uma relação direta entre o programa historiográfico de Thierry e as idéias de Euclides. Entretanto, as pistas, esboçadas ao longo do presente trabalho, talvez contribuam para sugerir

novos caminhos aos estudiosos euclidianos, pois a leitura de *Dix ans de études historiques* não atraiu a atenção desses intérpretes.²⁵⁵

Ainda no que se relaciona às leituras euclidianas, os indícios atestam a presença do já discutido Carlyle, autor de *The French Revolution*. Como assinalou Alice Gérard, esse expoente do conservadorismo europeu foi o primeiro a escrever a história da Revolução Francesa calcada sobre o lirismo, tendo sido também o primeiro grande escritor a celebrar o povo, o único herói dessa história e a “fé francesa de 93”. Entretanto, tal celebração era equívoca, misturando-se nela o puritanismo escocês e certo providencialismo. Assim, por um lado, o ensaísta britânico exaltou, antes, “*sans-culottisme* transcendental”, destinado à destruição de um passado podre, por outro, na seqüência da obra, condenou a experiência democrática francesa como sendo um acontecimento sem finalidade. Interpretado de modo diferente na França, *The French Revolution* tornou-se logo um clássico inglês, facilmente assimilável, apesar das suas ambigüidades. Conforme Roberto Ventura e Edgar de Decca, o livro em discussão foi importante para as elaborações historiográficas do escritor caboclo. Para Ventura, a projeção da Revolução Francesa sobre a história brasileira foi uma obsessão de Euclides retirada das leituras de Carlyle e Michelet. Segundo o mesmo crítico, o engenheiro-letrado, à época da Revolta da Armada, lia essa obra do ensaísta britânico, encontrando nas suas páginas o antídoto contra a agitação revolucionária e o consolo frente aos abusos florianistas. Por sua vez, Edgar de Decca, comentando uma fórmula euclidiana segundo a qual a concepção dramática de Carlyle deveria atingir as mesmas conclusões positivas do gênio de Guizot, assinalou: “Não há dúvida nesta citação de que Euclides se refere à obra sobre a Revolução Francesa de Thomas Carlyle.” Não é desprezível a possibilidade desse encontro euclidiano com *The French Revolution*, entretanto as evidências concretas apontam para o fato de que na biblioteca do escritor havia somente a tradução francesa das conferências sobre os heróis. Portanto, ainda não há provas conclusivas de que o autor de *Os Sertões* tenha lido o estudo de Carlyle sobre a Revolução Francesa. Ademais, o engenheiro-letrado não necessitaria consultar esse livro para tomar contato com a visão negativa lançada por Carlyle sobre o processo revolucionário francês. Com efeito, em *On Heroes, Hero-Worship and the Heroic in History* esse expoente do conservadorismo oitocentista manifestou a

²⁵⁵ Cf. GOOCH, George Peabody. **Historia e historiadores em el Siglo XIX**. México: Fondo de Cultura Económica, 1977. p. 176-179; FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: EDUSC, 1998. p. 108-110; CAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à Historiografia**. Bauru: EDUSC, 2003. p. 95-96; TÉTART, Philippe. **Pequena História dos historiadores**. Bauru: EDUSC, 2000. p. 83.

sua condenação inequívoca à Revolução Francesa e às explosões sociais do passado e do século XIX – a exemplo das agitações operárias, das jornadas de 1830 e do movimento cartista. O ensaísta não ocultava o seu descontentamento para com esses tempos de revolução, marcados pela presença de milhões de miseráveis – que explodiam sob a forma do *sans-culottisme* ou em “outra espécie de loucura”. “Realmente, sem a Revolução Francesa, não saberíamos absolutamente o que fazer numa idade como esta. Saudamos a Revolução Francesa, como marinheiros náufragos saudariam o rochedo mais escabroso, num mundo que, sem ela, seria todo de mar e ondas.” Nesse contexto, a Revolução era um autêntico Apocalipse diabólico. Assim, depositava as suas esperanças nos heróis, porque, mesmo se submergissem todas as tradições, as ordenações, os credos, as sociedades instituídas pelos homens, o culto do heróico permaneceria de pé. Para Carlyle, a certeza no caráter providencial dos heróis e a crença na necessidade de os homens reverenciarem esses enviados divinos, brilhava como uma estrela polar através das nuvens de fumaça e poeira, que envolviam todas as formas de sublevações sociais.²⁵⁶

De um modo geral, diversos intérpretes da obra euclidiana destacaram os poderosos influxos de Hippolyte Taine sobre o escritor caboclo. Com certeza, esse dublê de crítico literário e historiador foi dos autores prediletos de Euclides e presença obrigatória nas estantes da sua biblioteca. Assim, dentre os livros citados no inventário do engenheiro, foram as seguintes as obras taineanas: *Essai sur Tite-Live* [*Ensaio sobre Tito Lívio*]; *Le positivisme anglais: étude sur Stuart Mill* [*O positivismo inglês: estudo sobre Stuart Mill*]; *Nouveaux essais de critique et d'histoire* [*Novos ensaios de crítica e de história*]; *Pages Choisirs* [*Páginas escolhidas*]; e *As Origens da França contemporânea*. Essa última obra – em especial o segundo volume, *A Revolução* – aborda a temática da Revolução Francesa. Portanto, deve-se discutir com mais atenção as prováveis influências exercidas sobre Euclides. Para Edgar de Decca, *Les Origines de la France contemporaine* foi uma das leituras decisivas para a formação do Euclides historiador, pois, nos textos anteriores ao livro vingador (a exemplo daqueles nos quais a Vendéia foi referida), não se encontrava presente ainda a composição literária de dimensões científica que o consagrou – fato ocorrido somente após o encontro do engenheiro-letrado com a obra taineana. Dessa forma, foi Taine quem apresentou pela primeira vez um modelo de uma “história total”, presente na introdução da *Histoire de la Littérature Anglaise*. Sob essa perspectiva, a

²⁵⁶ Cf. GÉRARD, Alice. **A Revolução Francesa: mitos e interpretações**, p. 49; VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p.105, 121-122; DECCA, Edgar Salvadori de. *Euclides e Os Sertões: entre a literatura e a história*, p. 166; CARLYLE, Thomas. **Os Heróis**, p. 188-192.

objetividade, pretendida por Euclides, somente foi alcançada devido ao fato do escritor ter se fundamentado nas proposições taineanas – obedecendo com rigor ao princípio de interpretação histórica baseada nos três níveis da realidade: *a raça, o meio e o momento*. Conseqüentemente, a escolha do modelo de interpretação história de Taine serviu para dar mais credibilidade e autoridade ao texto euclidiano, fato esse que, “somado com uma profusão de teorias científicas, permitiu a Euclides a objetividade almejada.”²⁵⁷

Acerca desses influxos sobre a composição de *Os Sertões*, de Decca lembrou que o arcabouço de uma nova ciência do século XIX, a psicologia, foi assimilado pelo conhecimento histórico a partir de Taine. Assim, no corpo do livro vingador, as referências à *psicologia coletiva* se devem mais aos ensinamentos do autor de *Les Origines de la France contemporaine* do que a escritores como Gustave Le Bon (1841-1931) e Gabriel Tarde (1843-1904). Portanto, a presença implícita ou explícita desses estudiosos nos escritos euclidianos vem corroborar a idéia de que a leitura de Taine foi responsável pelo encaminhamento do escritor brasileiro para o estudo da psicologia de Le Bon. “Sem dúvida, as primeiras incursões no campo da psicologia das massas foram feitas por H. Taine, diante dos perigos trazidos pela Comuna de Paris. Apesar de ele próprio afirmar que, em *Les Origines de la France contemporaine*, os capítulos sobre a Revolução Francesa não estivessem marcados por sua experiência vivida durante a Comuna de Paris, o medo das multidões aí está muito presente.” Sem prejuízo dessa interpretação, assinala-se, todavia, que Euclides teve acesso aos escritos dos psicólogos das multidões do final do século XIX. A esse respeito, dentre os volumes que compunham o acervo euclidiano estavam dois livros de Le Bon: o clássico *Psychologie des foules* [*Psicologia das multidões*] e outro simplesmente listado como *Psychologie* [*Psicologia*]. Por outro lado, como assinalou Leopoldo Bernucci, o escritor caboclo provavelmente leu a tradução francesa de *La Folla criminale* [*A multidão criminosa*], de Scipio Sighele (1868-1913) – citado em *Os Sertões* – e, através dessa obra, tomou contato com as formulações de Gabriel Tarde.²⁵⁸

A respeito dos vínculos entre a obra taineana e os teóricos da psicologia das multidões, Dominique Julia assinalou que os traumatismos revolucionários, que escandiram a história francesa, ao longo do século XIX, pesaram fortemente nas análises empreendidas no final desse

²⁵⁷ Cf. GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 6, 7, 9; DECCA, Edgar Salvadori de. Euclides e *Os Sertões*: entre a literatura e a história, p. 159, 163, 165.

²⁵⁸ Cf. DECCA, Edgar Salvadori de. Euclides e *Os Sertões*: entre a literatura e a história, p.169-170; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 8, 9; CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, p. 317, 420, 457- 458.

período por pensadores de diversas disciplinas. No caso do autor de *Les Origines*, pouco importa a sua afirmativa de que os leitores não deveriam buscar na obra em discussão alusões aos debates contemporâneos, pois a verdade é que os medos suscitados pela Comuna de Paris estão presentes nessa obra. Para Taine, a multidão é um “animal” e o motim popular “um movimento de bruto exasperado pela necessidade e enlouquecido por um suspeito”. Portanto, na manhã de 14 de julho de 1789, o povo, “como um elefante domesticado que voltasse a ser selvagem”, com um gesto, derrubou seu “cornaca habitual” e os novos guias que tolerava, empoleirados em seu pescoço, somente lá estavam pela mostra. Doravante, “ele anda a seu modo, liberto da razão deles, entregue a suas sensações, seus instintos e seus apetites.” Assim, o julgamento do autor de *Histoire de la littérature anglaise* sobre a Revolução Francesa era claramente negativo. Não é segredo que Taine analisou a explosão revolucionária como o emergir de uma selvageria, através da qual subiu à superfície toda a escória de uma sociedade, a mais vil ralé, vagabundos, bandidos e estrangeiros provenientes não se sabe de onde. A partir desse viés, a explicação fundamental para o processo revolucionário residia no encontro entre as teorias quiméricas dos juristas do final do Antigo Regime, largamente difundidas por milhares de “Maquiavel de praça pública”, e a embriaguez de “vários milhões de selvagens” que, libertos das pressões interiores e exteriores, deixaram as paixões mais brutais irromperem. A maneira taineana de analisar a “animalidade” das multidões em movimento foi amplamente partilhada e retomada, com a emergência da psicologia das multidões, vinculada à antropologia criminal e às teorias de Jean-Martin Charcot (1825-1893) sobre o hipnotismo e a sugestão. Essa ciência foi dominada pelos estereótipos da época, pelos fantasmas da irracionalidade e da insanidade das massas. O aparecimento desse campo disciplinar contribuiu, decisivamente, para as apreensões geradas pela irrupção das massas no cenário político e pelos conflitos sociais da época – a exemplo das greves ou da violência das manifestações do 1º de maio, a partir de 1889. Na esteira de Taine, seus epígonos construíram teorias sobre a psicologia coletiva, as quais ultrapassaram as fronteiras européias – Le Bon, por exemplo, foi traduzido em dezessete línguas e conquistou impressionante notoriedade.²⁵⁹

Por sua vez, Alice Gérard situou as reflexões taineanas sobre a “psicose revolucionária” no contexto francês da década de 1870, marcado pelo duplo choque da derrota na Guerra Franco-Prussiana e da Comuna de Paris. Sob essa atmosfera, acentuou-se o pessimismo da historiografia

²⁵⁹ Cf. JULIA, Dominique. A violência das multidões: é possível elucidar o desumano? In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. **Passados recompostos** : campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998. p. 217-221.

liberal, perseguida, mesmo antes dos desastres de 1870-1871, pela idéia de decadência francesa. Assim, a própria lenda da Grande Revolução foi mortalmente ferida, o mito do Império foi destruído por Napoleão III e o Terror parodiado pela Comuna. “A acusação visa mais precisamente a essa Revolução, que não pára de se reencarnar e de enganar, além das instituições, o espírito dos franceses.” Em meio a essa atmosfera, a contra revolução deveria triunfar nessa desgraça superior às esperanças revolucionárias. Assim, vindos dos lados mais opostos, analistas estudaram esse caso de “alienação mental” – e dentre eles estava Taine. Dessa forma, *Les Origines* se constituiu na “máquina de guerra” mais eficaz já lançada contra a Revolução Francesa desde o ensaio de Edmund Burke (1729-1797) *Reflections on the revolution in France* [*Reflexões sobre a Revolução em França*, 1790]. A obra de Taine foi um produto das circunstâncias e da sua paixão, já que o autor, levado pelo desespero patriótico e pelo pensamento violentamente antidemocrático, já estava convencido, antes do início das pesquisas de arquivo, de que “os franceses a partir de 89 agiram e pensaram em parte como loucos, em parte como crianças.” Amparado na psicologia social, o liberal Taine esforçou-se por apresentar o diagnóstico e os remédios apropriados ao mal francês. Além de reduzir o fenômeno revolucionário às tramas de uma minoria de transviados, evocou o tema do reinado da multidão, liberada pelos líderes, em nome da soberania nacional. Nessa obra, aplicou-se aos revolucionários uma linguagem zoomórfica e uma série de metáforas difamantes. Essa linguagem expressava um pessimismo consumado, em oposição ao populismo romântico de Michelet: “a natureza humana é má, o povo com sua escória é um monstro em potência e toda arte do bom governo consiste em refrear os instintos da fera social.” Conseqüentemente, a posição de Taine era tão niilista quanto a dos ultraconservadores: “a revolução em bloco é apenas ‘anarquia’ e subversão criminosa.”²⁶⁰

Diversos intérpretes, a exemplo de Luiz Costa Lima e José Augusto Bastos, colocaram em relevo essas relações de Euclides com os teóricos europeus da psicologia das multidões e com o seu sequaz tropical Nina Rodrigues, autor do artigo “A Loucura epidêmica de Canudos” (1897). Ademais, é inegável que, nos escritos anteriores a *Os Sertões*, o escritor caboclo já utilizava imagens e metáforas características da literatura de Taine, Le Bon, Sighele e Tarde – o que demonstra a circulação dessas idéias entre os intelectuais brasileiros do último quartel do século XIX e a presença insofismável das mesmas nas elaborações mentais euclidianas. Assim, “A Nossa Vendéia” continha diversos adjetivos, dirigidos às massas camponesas da França e do

²⁶⁰ Cf. GÉRARD, Alice, op. cit., p. 68-71.

Brasil, que pareciam ter saltado diretamente das obras de Taine e dos seus discípulos – a exemplo da clássica passagem: “O *chouan* fervorosamente crente ou o *tabaréu* fanático, precipitando-se impávido à boca dos canhões que tomam a pulso, patenteiam o mesmo heroísmo mórbido difundido numa agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados.” Essas idéias, que postulavam o caráter homicida e insano da multidão, seriam retomados, com maior ou menor intensidade, na corpo de *Os Sertões*. Não obstante, Euclides estendeu a sua tese referente à loucura das multidões também para os civilizados do litoral, conforme atesta a sua condenação às tropelias cometidas pelos florianistas e aos *meetings* republicanos, ocorridos nos dias que se seguiram à derrota de Moreira César. Desse modo, o desequilíbrio e o caráter criminoso das multidões estavam tanto no sertão quanto no litoral, essa “nevrose coletiva” também atingia os civilizados – a barbárie estava por toda parte, formando “símbolos que se emparelhavam na mesma selvaticidade”. Uma metáfora genial sintetizava esse quadro: “a Rua do Ouvidor valia por um desvio das caatingas.” Canudos expressava um sintoma, pois a barbárie “não se confinara num recanto da Bahia”, ao contrário, alastrara-se, rompendo nas capitais do litoral. Para o autor do livro-vingador, “o homem do sertão, encourado e bruto, tinha parceiros porventura mais perigosos.”²⁶¹

Não obstante os influxos exercidos pela psicologia das multidões sobre a narrativa euclidiana – recorrentemente sublinhados por certa tradição interpretativa –, a crítica do escritor caboclo à Revolução Francesa se colocava em um patamar diferenciado da de Taine e dos seus seguidores. Malgrado a precoce condenação ao jacobinismo – consonante com a vulgata historiográfica dos liberais e democratas franceses, representada por Martin, Michelet, Mignet e Quinet –, Euclides não acolheu a concepção taineana segundo a qual a Revolução, em bloco, limitou-se à anarquia e à subversão criminosa das massas ensandecidas. Se, nos textos juvenis, manifestou a sua admiração pela “população brava”, responsável pela sustentação do processo revolucionário, no livro vingador mencionou a tomada da Bastilha e homenageou o “grupo de sonhadores [que] falara nos direitos do homem e se batera pela utopia maravilhosa da fraternidade humana”. Por outro lado, esforçando-se por acertar as contas com a sua consciência filosófica anterior, o engenheiro-letrado fundamentou uma crítica aos princípios individualistas da Revolução Francesa – consubstanciados nos “direitos do homem” –, apelando para a tese da socialização dos meios de produção e circulação, preconizado pelos socialistas e, especialmente,

²⁶¹ Cf. LIMA, Luiz Costa. **Terra ignota**: a construção de *Os Sertões*, p. 60-85; BASTOS, José Augusto Cabral Barreto. **Incompreensível e bárbaro inimigo**: a guerra simbólica contra Canudos. Salvador: UDFBA, 1995; CUNHA, Euclides da. Clava... In: **Ondas**; Id. A Nossa Vendéia. In: **Diário de uma expedição**, p. 51.

por Marx. Portanto, a reviravolta de opinião euclidiana sobre os princípios de 1789 colocou-se, por assim dizer, à esquerda de Taine e dos seus epígonos – não obstante a incontestável presença dessas leituras em *Os Sertões*.²⁶²

Para além da abordagem dos teóricos da psicologia coletiva, devem-se buscar outros elementos teóricos no pensamento euclidiano, a exemplo dos influxos românticos – tão marcantes no conjunto da obra do engenheiro-letrado. Acerca dessa questão, como recordou Leopoldo Bernucci, foi o consórcio entre arte, exatidão e o tom sincero do narrador que modelou *Os Sertões* como livro de história ao gosto do Romantismo, resultando numa obra patriótica, artística e marcada pela busca de uma expressão justa, embora subjetiva da verdade. Recorde-se, ainda, que uma das teses principais euclidianas, reiteradas no livro vingador, diz respeito aos vínculos entre a terra e o homem, reconhecidamente uma das linhas de força do movimento romântico. Sob essa perspectiva, o engenheiro-letrado, na sua busca pelo povo brasileiro, conclui que – talvez à maneira de Thierry – os sertanejos do Belo Monte eram “a rocha viva da nossa raça.” Portanto, o melhor do Brasil não estava na civilização de empréstimo do litoral, mas nas profundezas do sertão. Esses elementos remetem para uma discussão acerca dos impactos da historiografia romântica nos escritos euclidianos – nos termos que se seguem. Assim, embora não se possa reivindicar uma filiação automática de Euclides a todos os pressupostos da historiografia romântica, é significativa a presença de teses muito caras aos historiadores dessa tradição no conjunto dos escritos euclidianos – a começar pelo papel fundamental desempenhado pelo imaginário revolucionário. Parece tautológico assinalar que as relações entre o Romantismo e a Revolução Francesa não são caracterizadas pela univocidade – ao contrário, configuram-se ambíguas e complexas. Como notou Alice Gérard, a historiografia revolucionária, após ter anexado ao seu repertório o cristianismo, teve a seu favor o Romantismo, que se passou para a esquerda desde 1835. A esse respeito, Bronislaw Baczko destacou que o elemento responsável por imprimir uma marca duradoura ao imaginário coletivo, para além das iniciativas propagandísticas e mesmo da própria sobrevivência da Revolução foi uma narrativa global, na qual se fundiram as esperanças, as utopias e os mitos produzidos pelas experiências revolucionárias. Ademais, o repertório simbólico contribuiu poderosamente para essa fusão. Quanto à narrativa revolucionária, nas suas diferentes versões, descrevia os atos e o devir da Revolução segundo o modo especificado de um tempo originário, fundador e criador. Assim,

²⁶² Cf. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, p. 597; Id. *Obra completa*, p. 215-220.

glorificando a Revolução como um começo absoluto, essa narrativa apresentava-a, ao mesmo tempo, como inacabada, como um impulso que não conseguiu realizar o seu objetivo final ou que dele foi desviado. “Assim, a narrativa tornou-se a ‘matriz’ de um dos mais poderosos mitos modernos, o mito da revolução, enquanto meio e fim último, simultaneamente capaz de fazer tabula rasa e instalar definitivamente a Cidade Nova para o homem novo.”²⁶³

Portanto, essa *meta-narrativa* revolucionária torna-se um aspecto relevante para discutir alguns dos influxos da historiografia romântica em *Os Sertões*. Acerca desse ponto, no livro vingador há diversas alusões, citações e inferências que se remetem aos acontecimentos da Revolução Francesa – a tomada da Bastilha, a Vendéia, a batalha de Fontenay, o manifesto de Koblenz, o jacobinismo, as guerras napoleônicas – e aos personagens do processo revolucionário em discussão – Charette, Cathelineau, Turreau, Brunswick. Assim, causa estranhamento ao leitor da contemporaneidade a ausência de referências explícitas aos historiadores franceses do século XIX no corpo da obra euclidiana. Mais uma vez, volta à baila as idiossincrasias do modo através do qual Euclides citava suas fontes de pesquisa. Segundo Berthold Zilly, considerando o fato de que o escritor caboclo citava às vezes de maneira imprecisa, o leitor letrado da atualidade, mediante ao recurso da pesquisa, pode compreender melhor certas alusões do que o próprio autor. Esse raciocínio se aplica, por exemplo, ao *Quatrevingt-treize*, que Euclides “conhecia, mas conhecia só por alto, obviamente, entendendo ou lembrando alguns detalhes de modo errado.” Não obstante esse processo consciente ou inconsciente de apagamento das fontes históricas utilizadas, deve-se atentar, na linha de argumentação de Leopoldo Bernucci, para as marcas do projeto historiográfico anterior, que reapareceram em “A Luta”. Nessa parte de *Os Sertões*, Euclides, deixando de lado a vertente religiosa do conflito, recuperou as suas causas políticas – num gesto europeizante de associar Canudos à Vendéia, ou de relacionar os fracassos das tropas federais às táticas militares do velho Mundo, que dificilmente se enquadravam às especificidades da guerra nas caatingas.²⁶⁴

Ademais, ao equiparar as crenças messiânicas dos conselheiristas ao fanatismo político dos republicanos, Euclides seguia as pistas dos historiadores liberais franceses, que condenavam igualmente tanto a selvageria dos camponeses vendeianos quanto os excessos cometidos pelas tropas revolucionárias. Um exemplo dessa atitude aparece no raciocínio de Mignet sobre a

²⁶³ Cf. CUNHA, Euclides. *Os Sertões*, p. 65-66, 766; BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*, p. 325.

²⁶⁴ Cf. ZILLY, Berthold. Entrevista, p. 241; BERNUCCI, Leopoldo M. Prefácio. In: CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, p. 18.

inevitabilidade do confronto entre a Revolução e a Vendéia: “Era inevitável que cedo ou tarde a França e a Vendéia, países tão diferentes, e que só tinham em comum a língua entrassem em guerra: era inevitável que dois fanatismos da monarquia e da soberania popular, do sacerdócio e da razão humana, levantassem as suas bandeiras um contra o outro, e conseguissem o triunfo da antiga ou da nova civilização.” Na mesma perspectiva, Quinet vislumbrou na Vendéia uma guerra religiosa do século XVIII, marcada pelo embate entre dois fanatismos, um representado pela religião antiga e o outro pelo ídolo da liberdade. Segundo Alice Gérard, essa atitude caracterizava os historiadores pertencentes à tradição romântica, os quais evitavam habilmente a controvérsia, eram ávidos por unanimismo, substituindo os fatos pelos seus símbolos, a crítica pelo patético e os problemas por soluções verbais. “Quanto ao passado, todos concluem por uma anistia geral: inscrever sobre todas essas sepulturas ‘mortos pelo futuro e trabalhadores da Humanidade’, diz Lamartine. Quanto ao futuro, todos acreditam na realização, sem violência, da Cidade fraterna.”²⁶⁵

Ainda no que se relaciona aos influxos da historiografia romântica sobre o autor de *Os Sertões*, há uma ausência significativa, tanto nas citações quanto nas prateleiras da sua biblioteca: Jules Michelet, o maior dos historiadores românticos. Salvo leitura equivocada, não há, nos textos euclidianos, sequer uma referência direta àquele historiador. Sublinhar essa evidência não significa descartar a possibilidade dessa leitura por parte de Euclides – que parece ter se esmerado na arte do ocultamento das suas fontes, ou ainda, no processo de apagamento das pistas textuais. Um dos contemporâneos do escritor caboclo, Araripe Júnior, registrou essa afinidade de idéias, num artigo escrito para o *Jornal do Comércio*, em 1903: “Conheço, em outras, uma narração em dez volumes, em que o crescendo da tragédia nunca esmorece. Percorri essa obra sem fadiga, e só no fim senti a extenuação pelo vácuo da sensibilidade privada do alimento. Falo da *Revolução francesa* de Michelet. *Os sertões* nesse ponto a assemelham.” Por outro lado, Alberto Rangel, numa conferência que homenageou a memória do escritor caboclo, mencionou o reencontro do amigo com uma obra do historiador francês, na equatorial Manaus, em 1905: “Por esse tempo notava-se que Euclides pouco dormia. A mariposa decorava Heine. O noitibó relia Michelet.” Mas, qual dos trabalhos de Michelet estava sendo aludida? *Histoire de la Révolution française*, *Histoire de France* ou outra obra menor? A livro mencionado por Rangel teria se

²⁶⁵ Cf. MIGNET, François-Auguste, op. cit., p. 17-18; QUINET, Edgar. **La Révolution**. Paris: Belin, 1987. p. 401-403; GÉRARD, Alice, op. cit., p. 52.

perdido nas aventuras amazônicas do escritor que delineava o plano de *Um Paraíso Perdido*? A exemplo do livro de Martin, a obra de Michelet ainda pode ser localizado em algum acervo público ou particular? Por enquanto, não há respostas para essas indagações. Estabelecer as relações intelectuais porventura existentes entre o escritor caboclo e o historiador francês é mais um dos desafios com os quais se defrontam os pesquisadores euclidianos.²⁶⁶

A esse respeito, as influências de Michelet nas elaborações estéticas e historiográficas do engenheiro-letrado foram sublinhadas por Valentim Fiacoli. Como assinalou esse autor, diversos historiadores, contemporâneos dos primórdios da Revolução Industrial, mesmo aqueles que tomaram como máxima a idéia de a história exigir coloridos variados – na qual o estilo histórico deveria se apresentar como pitoresco e reflexivo –, raramente adotaram plenamente uma postura imparcial. Ao contrário, esses escritores participavam dos debates políticos e tomavam partido das reformas sociais – ou contra as mesmas –, ao mesmo tempo em que esses reivindicavam um caráter artístico para as suas obras. A esse respeito, Fiacoli concentrou sua análise em dois desses historiadores, Thierry e Michelet, “cujas obras não só Euclides conhecia de perto como foram lidos no Brasil na passagem do século.” Conforme o crítico literário, Michelet exerceu uma forte influência sobre a historiografia brasileira, não apenas em Capistrano de Abreu e Oliveira Lima, “mas parece que em Euclides da Cunha, mais do que se costuma reconhecer, ainda que sob certos aspectos e não outros.” Sob essa perspectiva, a conciliação que Michelet operava entre a documentação erudita e a imaginação, além da crença nas forças vitais da alma nacional, mescladas com as “forças eternas” da humanidade, são evidentes no autor de *Os Sertões*. Portanto, esse historiador pode ter legado a Euclides ferramentas metodológicas essenciais para lidar com uma narrativa histórica tão sinuosa quanto a da Guerra de Canudos: “Michelet sempre reagiu contra o conceito puramente documental da história, defendendo os direitos da imaginação reconstrutiva e querendo que a história fosse sobretudo uma ressurreição. Ao mesmo tempo queria que a história julgasse, explicasse e orientasse a humanidade.”²⁶⁷

Conforme Fiacoli, as semelhanças entre Euclides e Michelet podem ser estendidas para outros aspectos, a exemplo da posição do sujeito diante do objeto do conhecimento. Dessa forma, o romântico francês se integrava de tal maneira às épocas descritas que terminava por tomar partido; sentir amores e ódios históricos; sofrer e se exaltar retrospectivamente; evocar os fatos

²⁶⁶ Cf. ARARIPE JÚNIOR. *Os Sertões* (Campanha de Canudos por Euclides da Cunha), p. 57; RANGEL, Alberto. Euclides da Cunha: um pouco do coração de do carácter, p. 29.

²⁶⁷ Cf. FACIOLI, Valentim Aparecido, op. cit., p. 89-90.

com toda a força da sua imaginação e sensibilidade, atentando especialmente para os aspectos brutais e cruéis – com os quais se comovia e buscava a comoção dos leitores, ao tempo em que manifestava uma imensa piedade diante dos sofrimentos dos homens. Como historiador, fazia compreender e pronunciava julgamentos, julgando e mesclando suas exposições históricas com afirmações enfáticas, dotadas de tom profético sobre a consciência moral da humanidade. “Faz-se, assim, pode-se dizer, ao mesmo tempo, poeta e historiador, onde a ironia e às vezes a sátira têm sempre presença ativa.” Por outro lado, Michelet também se identificou com a sua obra, tornando-se até certo ponto o principal herói de si mesmo. Assim, seus livros eram os grandes acontecimentos da sua própria vida. Contudo, essa identidade era movida por um outro sentimento de pertença: o patriotismo, a identificação com a sua pátria, com a história francesa de oito séculos que relatou. Um outro elemento da obra de Michelet, relevante para os prováveis influxos sobre Euclides, era a sua piedade para com os humildes, o amor manifestado pelo povo pobre, no qual depositava uma fé instintiva de regeneração dos males da França urbana e industrial. Com efeito, ele foi um dos primeiros historiadores europeus a escrever a história de uma sociedade com a presença de todas as classes sociais. “Como Victor Hugo, glorifica o povo e o representa fundamentalmente bom, quase infalível ainda em seus erros, encarregado de uma missão de redenção e humanidade e dotado de uma sabedoria imanente, tomadas como fundamento de seus direitos.” Portanto, caso sejam confirmadas as pistas relacionadas aos influxos do autor de *Histoire de France* na escrita euclidiana, esse será mais um dos elementos que atestam a relevância do imaginário historiográfico da Revolução Francesa na construção da narrativa de *Os Sertões*.²⁶⁸

***Os Sertões*, obra historiográfica?**

Ao longo do presente capítulo, discutindo-se a intrincada tessitura da narrativa histórica euclidiana da Guerra de Canudos, destacou-se que o referido processo compreende, pelo menos, três momentos principais: um primeiro, *antes* do contato com as operações militares; um segundo, *durante* a campanha; e, finalmente, o último, *após* o término da guerra. Assim, amalgamando material jornalístico, informações orais, documentos emanados das instâncias oficiais, referências teóricas do pensamento europeu e brasileiro da época e muita capacidade

²⁶⁸ Ibid., p. 90-92.

imaginativa, Euclides – a partir desse *corpus* assimétrico, caótico e contraditório – teceu a sua versão da guerra ocorrida nos sertões da Bahia, plasmada em *Os Sertões*. Como não escapou ao engenheiro-letrado, o livro vingador não se circunscreveu, *stricto sensu*, aos limites do gênero histórico. Ao contrário, não obstante o fato de o projeto original ser concebido sob a modalidade de um relato histórico da Campanha de Canudos, ou o explícito direcionamento da obra aos historiadores do futuro ou ainda a presença de autores da historiografia brasileira e internacional dentre as referências teóricas euclidianas, pode-se afirmar que *Os Sertões* se situa *para além* dos limites estritos da escrita da história. Finalizando, assinala-se que as discussões sobre os vínculos entre os distintos momentos da narrativa euclidiana da Campanha de Canudos, as fontes históricas manipuladas pelo autor e as matrizes historiográficas que deram o formato definitivo ao livro vingador, esboçadas ao longo desse capítulo, colocaram múltiplas indagações e evidenciaram diversas lacunas epistemológicas – o que, aliás, é intrínseco à obra maior de Euclides. Desse modo, reconhecer, como Berthold Zilly, que a narrativa euclidiana da guerra nos sertões se filia à historiografia clássica e moderna – representada por Heródoto, Tucídides, Michelet, Taine e Renan –, não esgota a questão da sua natureza ontológica. Se, por um lado, o intrínseco caráter ensaístico de *Os Sertões* fez com que a obra transbordasse para além das fronteiras da historiografia, por outro, não sendo exclusivamente um livro de história, o mesmo pode ser abordado como “a feliz conjugação” de pelo menos dois modos discursivos: o das ciências e um outro que caracteriza as narrativas sobre realidades imaginadas e literárias, como sugeriu Leopoldo Bernucci. Portanto, não seria legítimo, aos historiadores, pensarem uma estratégia de interpretação para o livro vingador, a qual se ativesse às possíveis interações entre as fontes históricas, os pressupostos historiográficos e os modelos literários à disposição do escritor caboclo, investigando os vínculos entre a descrição dos acontecimentos históricos e os relatos imaginários, presentes na construção da narrativa euclidiana da Guerra de Canudos?²⁶⁹

²⁶⁹ Cf. ZILLY, Berthold. Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha, p. 34; BERNUCCI, Leopoldo M. A ontologia discursiva de *Os sertões*, p. 60.

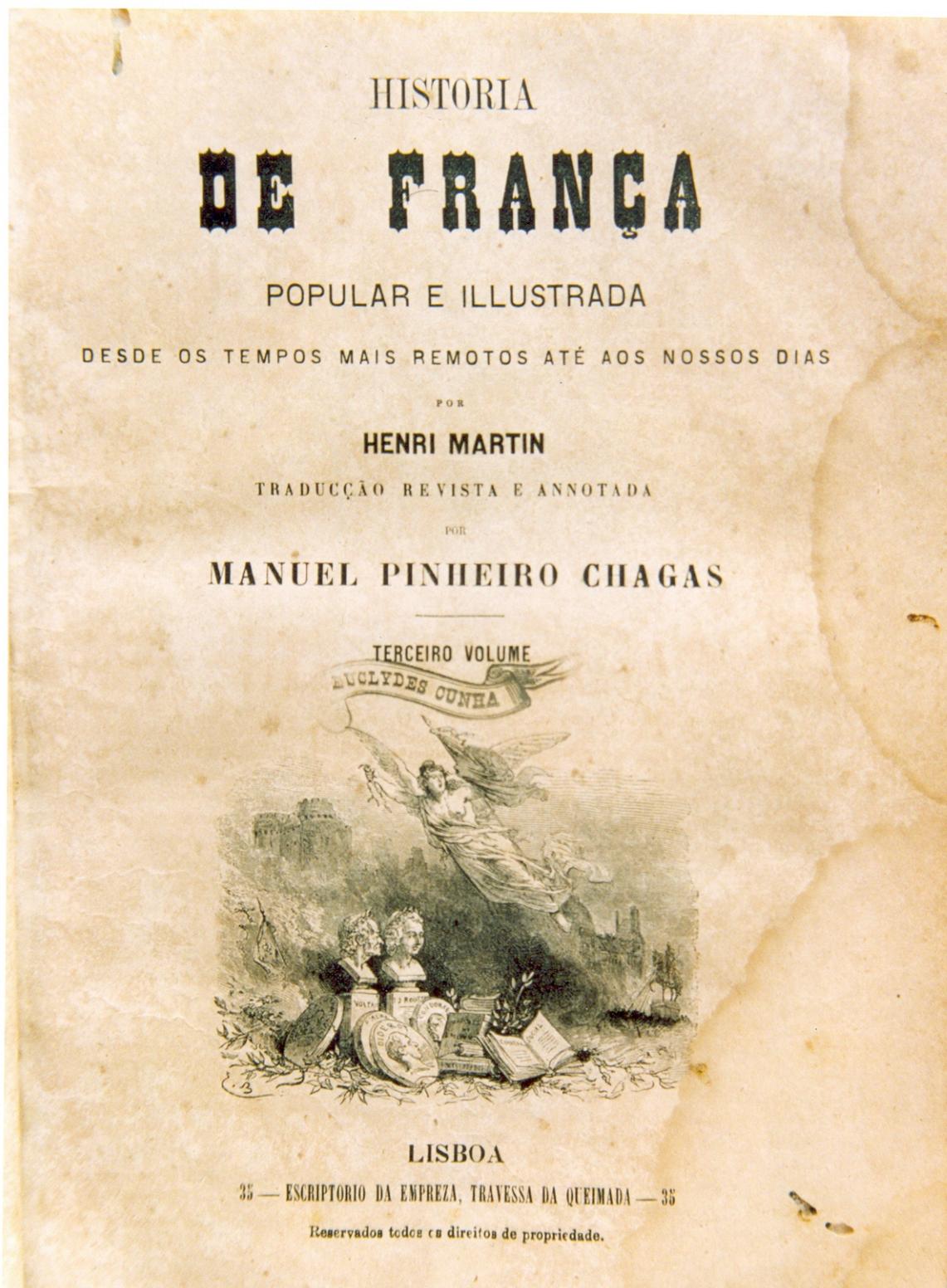


Figura 1
Folha de rosto do terceiro volume de *Historia de Franca Popular e illustrada*, com o carimbo de Euclides Cunha.
Foto de Roberto Carlos Garçon.

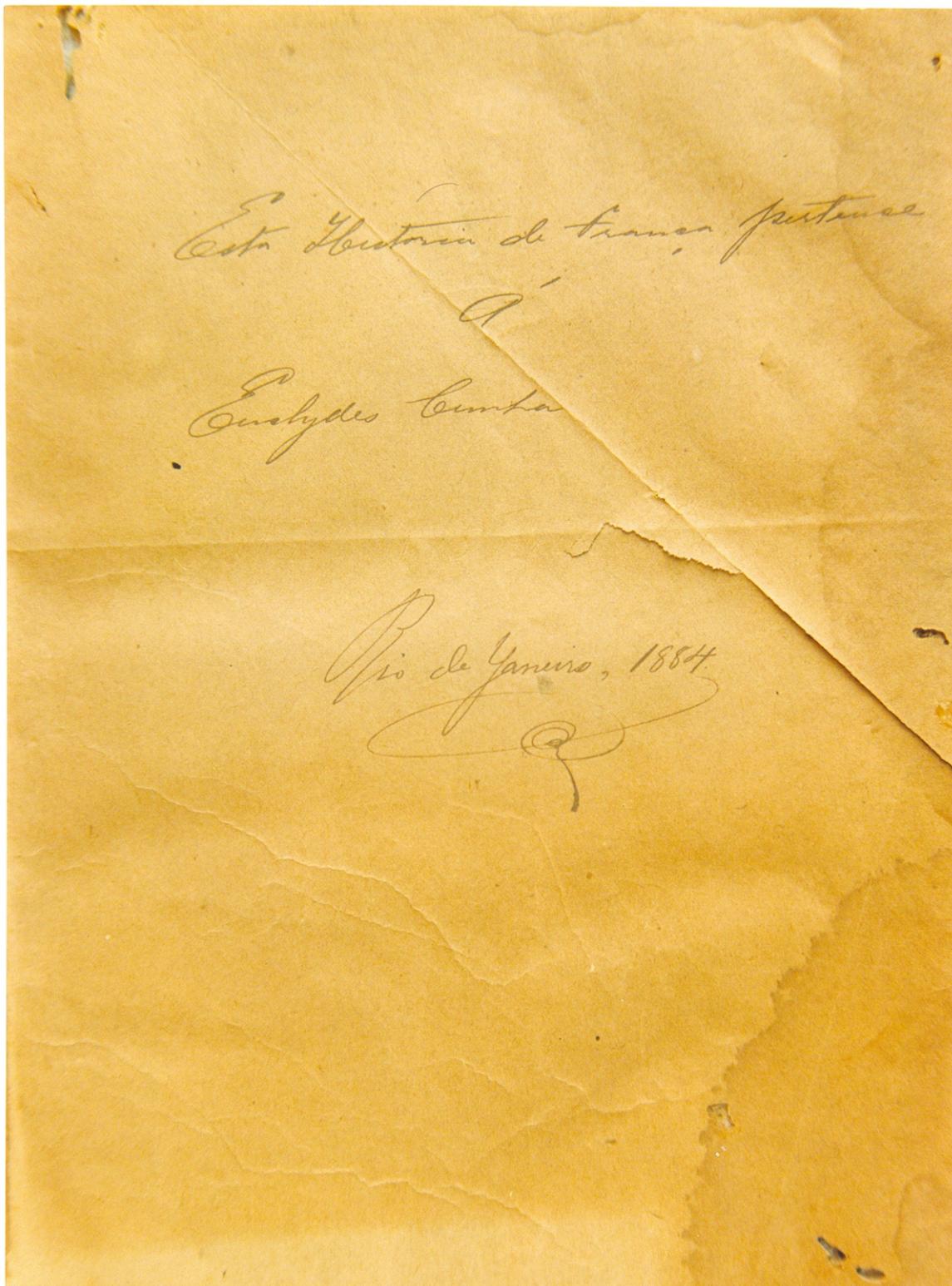


Figura 2
No mesmo volume, a comprovação da propriedade do livro: “Esta História de França pertence á
Euclides Cunha. Rio de Janeiro, 1884.”
Foto de Roberto Carlos Garçon.

CAPÍTULO IV

AS NARRATIVAS IMAGINÁRIAS E A CONSTRUÇÃO DE *OS SERTÕES*

No primeiro capítulo desta Tese, esboçou-se um inventário acerca da vida e da obra de Euclides da Cunha. Na seqüência, sublinhou-se a relevância e a força imagética da Revolução Francesa no conjunto da obra euclidiana. No terceiro capítulo, abordou-se a construção da narrativa histórica da Campanha de Canudos. Entretanto, considerou-se, também, que, devido à sua natureza ensaística, *Os Sertões* ultrapassa os limites restritos da escrita da história. A partir dessa constatação, no presente capítulo, busca-se discutir aspectos relacionados à *ontologia discursiva* do livro vingador, problematizando-se os vínculos existentes entre as categorias de *historicidade*, de *ficcionalidade* e de *literariedade* na narrativa dessa obra. Assim, pretende-se discutir o lugar das narrativas imaginárias em *Os Sertões*. Esse objetivo relaciona-se com uma das questões mais candentes da historiografia contemporânea: a discussão sobre as fronteiras entre a história e a literatura, ou, ainda, o debate acerca das relações entre fato e ficção na narrativa histórica. Com efeito, desde o seu lançamento, uma questão insistentemente discutida, por diversos estudiosos, diz respeito à *ontologia discursiva* de *Os Sertões*, ou seja, se o mesmo é livro de ciência ou arte, se é discurso da realidade ou narrativa ficcional, ou, em última instância, uma construção híbrida, pertencente a diversos gêneros literários. Esse tema veio à baila há mais de cem anos e foi continuamente revisitado pelos exegetas da obra euclidiana, desde as primeiras interpretações de José Veríssimo, Araripe Júnior (1848-1911) e Coelho Neto até os trabalhos de pesquisadores acadêmicos, como Leopoldo Bernucci, Luiz Costa Lima, Walnice Nogueira Galvão e Roberto Ventura. Não obstante o fato dos diagnósticos sejam muitas vezes díspares, *Os Sertões* continua a desafiar qualquer inscrição esquemática em um gênero literário definido, pois a sua narrativa parece se esgueirar entre os interstícios do histórico, do literário e mesmo do ficcional, movendo-se por entre as fronteiras do artístico, do científico e do historiográfico.

Assim, esse capítulo apresenta dois momentos principais. No que tange ao primeiro, considerou-se que a complexidade da natureza ontológica de *Os Sertões* demanda um diálogo com autores que se inserem na tradição interpretativa da obra euclidiana. Nesse contexto, buscou-se elaborar um sumário de alguns dos olhares lançados por contemporâneos e pósteros do engenheiro-letrado acerca do seu livro monumento. Esse esforço de síntese pode sugerir uma

atividade intelectualmente estéril e até mesmo destituída de sentido prático. Não obstante, em se tratando do livro vingador, que há mais de cem anos vem sendo analisado e classificado segundo critérios mais variados, faz-se imperioso um diálogo com alguns dos seus intérpretes mais representativos – assim vislumbrados de acordo com determinados pressupostos canônicos vigentes nos estudos euclidianos, certamente tão problemáticos quanto quaisquer outros cânones. No segundo momento, discutem os influxos de Victor Hugo na poesia e na prosa euclidianas, através de um rastreamento da presença do escritor francês no conjunto dos escritos do engenheiro-escritor. Nesse segmento, como parte de um esforço de interpretação do livro vingador, sublinham-se as contribuições decisivas de Hugo, através de uma versão histórico-literária da Revolução Francesa, o romance histórico *Quatrevingt-treize*, para o *consórcio entre Ciência e Arte* intentado pelo autor de *Os Sertões*. Por fim, discutem-se algumas das possibilidades de Euclides ter utilizado o romance hugoano como um dos seus modelos literários para narrar a guerra sertaneja. Sob essa perspectiva, as relações de intertextualidade entre *Os Sertões* e *Quatrevingt-treize* permitiriam lançar novas luzes sobre as analogias, traçadas por Euclides, entre Canudos e a Vendéia.

Consórcio da ciência e da arte? Os contemporâneos de Euclides e Os Sertões

A questão da ontologia discursiva de *Os Sertões* não passou despercebida aos olhares dos contemporâneos de Euclides, que debateram intensamente aspectos relacionados ao livro vingador, mediante artigos publicados em diversos órgãos da imprensa. Uma prova irrefutável da existência deste debate foi o lançamento do volume *Juízos críticos*, publicado pela editora Laemmert, em 1904, reunindo quinze artigos, nos quais diversos intelectuais aquilataram os méritos e os deméritos do livro euclidiano. Como ressaltou José Leonardo do Nascimento, diversas razões explicam a importância dessa coletânea, já que a mesma permite reconstituir os debates em torno de *Os Sertões*, remontar à natureza da sua recepção e às razões do seu sucesso nos meios culturais brasileiros do início do século XX. A esse respeito, pode-se intuir que a questão da ontologia discursiva já estava contida, *in nuce*, no juízo emitido por José Veríssimo sobre a obra maior de Euclides, na resenha de 3 de dezembro de 1902, em *O Correio da Manhã*. Conforme o literato paraense, o livro de Euclides, era, ao mesmo tempo, obra de um homem de ciência (um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo); de um homem de pensamento (um filósofo,

um sociólogo, um historiador); e de um homem de sentimento (um poeta, um romancista, um artista), que sabia ver, descrever, vibrar e sentir, tanto no que se referia aos aspectos da natureza quanto aos relacionados ao homem. Contudo, embora reconhecendo as qualidades do escritor neófito, Veríssimo reprovou o seu estilo, por sobrecarregar a linguagem com termos técnicos, arcaísmos, neologismos, expressões obsoletas ou raras, resultando num tom gongórico e artificial. Segundo o articulista, o maior defeito da escrita euclidiana era a sua falta de simplicidade, um mal que era quase “um vício de raça”, atingindo também a maioria dos cientistas que faziam literatura. Em que pese essas reprimendas, o artigo do literato foi elogioso para com a as qualidades do escritor “nervoso e vibrante” e o valor do livro em questão. Assim, pode-se ler, nas entrelinhas da resenha, uma antecipação do caráter multifacetado atribuído por muitos dos intérpretes a *Os Sertões*, obra de um homem de ciência, pensamento e sentimento. Segundo Leopoldo Bernucci, não é surpreendente notar que, após a intervenção de Veríssimo, a crítica continuou lendo a obra conforme as claves da ciência e a da arte – que foram assimiladas em forma de consórcio a praticamente tudo que o engenheiro-letrado escreveu em *Os Sertões* e nas obras posteriores. “Todavia, nada estaria indicando, com absoluta segurança, que o autor assim estivesse ‘elaborando’ a sua poética narrativa para seguir conscientemente certos passos previamente delineados, mas fica a impressão de que num dado momento, entre as muitas contradições do seu pensamento, uma estrela-guia deveria ser colocada no horizonte do polígrafo que era dado a inventar, mas sempre com conhecimento de causa.”²⁷⁰

A crítica de Veríssimo foi razoavelmente absorvida por Euclides, com exceção do ponto no qual se referia ao emprego dos termos técnicos – considerado por ele injusto. Em resposta, o autor de *Os Sertões*, valendo-se de um trecho do discurso de posse do químico Marcelin Berthelot, proferido em 1901, na Academia Francesa, formulou a tese relativa ao *consórcio da ciência e da arte*, nos seguintes termos: “Sagrados pela ciência e sendo de algum modo, permitame a expressão, os aristocratas da linguagem, nada justifica o sistemático desprezo que lhes votam os homens das letras – sobretudo se considerarmos que o consórcio da ciência e da arte, sob qualquer dos seus aspectos, é hoje a tendência mais elevada do pensamento humano.” Segundo o escritor caboclo, conforme as “deduções rigorosíssimas” emitidas por Berthelot, “o escritor do futuro será forçosamente um polígrafo; e qualquer trabalho literário se distinguirá dos

²⁷⁰ Cf. NASCIMENTO, José Leonardo do. *Os Sertões* e os olhares da sua época. In: _____; FACIOLI, Valentim (Orgs.), op. cit., p. 7; VERÍSSIMO, José, op. cit., p. 46-47; BERNUCCI, Leopoldo M. A ontologia discursiva de *Os sertões*. p. 59-60.

estritamente científicos, apenas, por uma síntese mais delicada, excluída apenas a aridez característica das análises e das experiências.” Ademais, Euclides defendia a tese da complementaridade entre ciência e arte, sublinhando que a verdadeira impressão artística exigia, fundamentalmente, a noção científica do caso que a despertara – e, nesse caso, impunha-se a comedida intervenção de uma “tecnografia própria”. Significativamente, essa reiteração do juízo euclidiano sobre o consórcio entre ciência e arte, pode ser vislumbrada nas intervenções de alguns dos primevos intérpretes de *Os Sertões*. Assim, o escritor José da Penha fez publicar na *Gazeta de Notícias*, em 14 e 18 de dezembro de 1902, uma análise na qual saudou o talento literário de Euclides, que, entre outros predicados, havia “coligido as forças e a inspiração do homem de ciência e do cultor da arte” para descrever a “esterilidade comovedora dos sertões”. Sem esquecer que, “ao lado do poeta, pensa o engenheiro”, o articulista destacou que parte do “extraordinário valor de *Os Sertões*” estava no fato de palpitarem naquele livro “o consórcio da arte com a ciência” e “o acordo da imaginação com o raciocínio”. É assaz curioso que esse obscuro homem de letras tenha utilizado uma variante muito próxima da fórmula euclidiana do “consórcio entre a ciência e a arte” para destacar as potencialidades do livro vingador. De toda sorte, esses intérpretes valeram-se do mote relacionado à aliança entre a ciência e a expressão artística para ler a obra euclidiana. A propósito, Leopoldo de Freitas (1865-1940), ensaísta e historiador, escrevendo no *Diário Popular*, em 16 de dezembro de 1902, classificou a obra como uma “produção literário-científica”, na qual o autor “conjuntou no seu livro os mais profundos conhecimentos de geografia do interior brasileiro, da geologia, da etnologia e também da sociologia, cujas teorias ele expõe numa linguagem fluente e formosa.” Por fim, Múcio Teixeira, no corpo de dois artigos que vieram a lume no *Jornal do Brasil*, em 23 de janeiro e 24 de março de 1903, enxergou em *Os Sertões* “uma obra histórica, uma obra científica e uma obra de arte.”²⁷¹

As interpretações de Araripe Júnior e de Coelho Neto destacaram-se no conjunto dos olhares lançados pelos contemporâneos de Euclides sobre o seu livro vingador, pois se transformaram, no decorrer do tempo, em autênticos textos canônicos. Para o crítico cearense, nos artigos publicados pelo *Jornal do Comércio*, em fevereiro e março de 1903, *Os Sertões* era

²⁷¹ Cf. CUNHA, Euclides. Carta a José Veríssimo. Lorena, 3 de dezembro de 1902. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 143-144; PENHA, José da. Um livro! *Os Sertões* (Campanha de Canudos) por Euclides da Cunha, Laemmert &C., livreiros-editores. In: NASCIMENTO, JOSÉ Leonardo do; FACIOLI, Valentim (Orgs.), op. cit., p. 26-34; FREITAS, Leopoldo do. *Os Sertões*. In: NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentim, op. cit., p. 35-37; TEIXEIRA, Múcio. *Os Sertões* (Euclides da Cunha – Campanha de Canudos). In: NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentim, op. cit., p. 42-45.

um livro único no seu gênero, na medida em que reunia “uma forma artística superior e original, uma elevação histórico-filosófica impressionante e um talento épico-dramático, um gênio trágico como muito dificilmente se nos deparará em outro psicologista nacional.” Destacando que tal sucesso era raro em uma obra histórica e mesmo em um romance com a extensão daquele livro, Araripe assinalou que o fascínio exercido pelo trabalho euclidiano resultava “de um feliz conjunto de qualidades artísticas e de preparo científico, posta a serviço de uma alma de poeta, que viveu, em grande parte, a vida dos agrupamentos humanos que descreve nessas páginas.” Conforme ainda o mesmo intérprete, na obra de Euclides não se encontrava apenas uma alma poética e um psicólogo, mas, também, “um sociólogo de boa envergadura”, na linha de Thomas Buckle. Alternando observações sobre a “segura educação científica” e o “temperamento de artista” do engenheiro-letrado, Araripe vislumbrou como o traço característico do escritor de *Os Sertões* “o sentimento da tragédia na sua expressão cáustica.” Com tão variados predicados, o historiador da Guerra de Canudos foi equiparado a autores da literatura universal, tais como Michelet, Walter Scott, Xenofonte (c. 427-c. 355 a.C.), Gustave Flaubert (1821-1880) e Fiodor Dostoievski (1821-1881). Por outro lado, no que tange à participação de Coelho Neto no debate sobre a natureza ontológica de *Os Sertões*, a mesma se deveu à sua oposição ao teor da crítica de Veríssimo ao estilo euclidiano – em carta ao escritor caboclo, o autor de *A Capital Federal* chegou a qualificar o literato paraense como “animal cego”. Assim, polemizando com o confrade da ABL, Coelho Neto não mediu palavras para ridicularizar “o ódio da crítica infecunda e magra contra os escritores possantes”. Opondo-se às restrições da “crítica melindrosa” à linguagem euclidiana, sustentou (escudado em Victor Hugo) que todo verdadeiro escritor é um revelador, que tem as suas impressões e busca traduzi-las, rebuscando o termo próprio como o artista da palheta. Portanto, somente “os inexpressivos, os pálidos”, ficavam satisfeitos com o vocabulário do dia a dia, com a técnica comezinha, obedecendo de maneira servil “às imposições da crítica chilra e insossa”, que demandava, como forma de simplicidade, “o trivialismo banal”. Segundo Coelho Neto, *Os Sertões* era “um livro vivo”, composto por terra, céus e almas, cujas páginas apresentavam a energia da natureza, não deixando uma leve e passageira impressão de leitura, porque não se entrava por elas apenas com os olhos, mas com todos os sentidos. Enfim, confessava-se preso e dominado por “essa obra magnífica de ciência e de arte, augusta no que se

refere à terra, grandiosa e verdadeira na parte que estuda o homem, antiga pela grandeza épica no final da luta”, na qual se reproduzia, com juízo imparcial, todos os lances da guerra.²⁷²

No conjunto das intervenções anteriormente discutidas, estabeleceu-se uma grade de leitura de *Os Sertões* como uma obra que realizava um consórcio entre ciência e arte. Contudo, vozes dissonantes se fizeram ouvir entre os contemporâneos do engenheiro-escritor, a exemplo do botânico José de Campos Novaes (1860-1932), que apontou supostos deslizamentos de natureza científica no corpo do livro vingador. Assim, na abertura do seu artigo, publicado na *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*, em 31 de janeiro de 1903, o botânico saudou *Os Sertões* como “um livro raro em nossa literatura”, estabelecendo analogias com *A Retirada da Laguna* (1871), de Alfredo Taunay (1843-1899), que já havia causado assombro aos estrategistas alemães, que a compararam à *Retirada dos dez mil*, de Xenofonte. Em que pesem as medidas iniciais, Novaes questionou os fundamentos científicos do jovem literato: “Suas idéias propendiam sempre para as mais belas e arrojadas generalizações, que lhe parecem mesmo a essência única das ciências. Isso o torna algum tanto injusto no aquilatar o valor intrínseco dos trabalhos especialistas, que amam o detalhe exato, congruente e conclusivo.” Insinuando que o engenheiro-escritor havia feito *tábula rasa* das ciências naturais, o articulista destacava que a preocupação euclidiana com as “generalizações prematuras” poderiam redundar talvez “em bela retórica”, mas ficariam “sempre à espera da sanção e da revisão dos fatos e dos fenômenos.” Assinalando que “as ciências naturais realmente úteis não permitem arrojamentos impacientes pelas conclusões”, Novaes reconhecia a presença de “generalizações magníficas” no livro resenhado, mas a linguagem científica da introdução e de todas as páginas descritivas da obra apresentava “uns ares rebarbativos, muito diverso do estilo claro, preciso e técnico.” Sem deixar cair o tom da crítica, acusava a existência de frases “evidentemente inexatas por excessivamente imaginosas”, como quando mencionou a “acidez corrosiva dos aguaceiros tempestuosos”. Diante de tais questões, o articulista manifestou sua preferência pela dimensão literária de *Os Sertões*, em detrimento do “nefelibatismo científico” exibido pelo jovem escritor, asseverando que, passado o esforço despendido na introdução científica e descritiva, a narrativa dilatava-se “em páginas eloqüentes, rapidíssimas e emocionantes”. Conquanto admirasse a “narrativa brilhantíssima”

²⁷² Cf. ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Os Sertões* (Campanha de Canudos por Euclides da Cunha). In: NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentim, op. cit., p. 55-86; VENTURA, Roberto. *Os Sertões*, p. 16-17; COELHO NETO, Henrique Maximiano. *Os Sertões*. In: NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentim, op. cit., p. 102-111.

(embora passível de reparos nos seus aspectos científicos), o botânico ainda destacou o que lhe parecia ser o maior dos inconvenientes cometidos pelo engenheiro-letrado: não atentar para as contribuições de cientistas (como Martius) que o precederam na exploração do sertão de Canudos – uma região vista por Euclides como remansada da ciência.²⁷³

O médico e engenheiro militar José Maria Moreira Guimarães foi outro contemporâneo de Euclides que lançou um olhar nada condescendente sobre o livro vingador. Ao longo de uma série de quatro artigos, publicados no *Correio da Manhã*, entre os meses de fevereiro e março de 1903, o ex-colega de Escola Militar do escritor caboclo procurou identificar determinadas contradições existentes em *Os Sertões*, na perspectiva de reafirmar a postura correta e a necessidade da intervenção das tropas federais na Campanha de Canudos. O articulista ainda procurou resgatar a idéia segundo a qual Antônio Conselheiro capitaneava um movimento restaurador. Assim, Moreira Guimarães partia de uma impressão segundo a qual a crítica jubilosa e festiva em torno de *Os Sertões* não havia afirmado que “esse belo trabalho é mais produto do poeta e do artista do que do observador e do filósofo.” Acrescentava que “por igual não se encontram nesse livro as virtudes da imaginação e os atributos da reflexão. Porque nem sempre, lado a lado, marcham pelas páginas emocionantes dessa encantadora obra o delicado cultor da palavra e o destemido pensador brasileiro.” A partir dessa dedução, o articulista listou alguns dos problemas que percebia na obra – tais como a consideração da guerra como “um crime”, a elevação do sertanejo à condição de “a rocha viva da nossa raça” e a qualificação das tropas republicanas como “mercenárias”. No fundo, parte considerável do esforço de Guimarães consistia em colocar em xeque a veracidade histórica da narrativa euclidiana. Para tal empreendimento, opôs *Os Sertões* à *Última Expedição a Canudos*, do tenente-coronel Dantas Barreto. Ao tempo em que nutria admiração pela “pena sóbria e inteligente” do coronel Barreto, o ex-companheiro de armas de Euclides assinalava que, no livro vingador, encontravam-se “proposições insustentáveis, belas frases de efeito em que a verdade prima pela ausência.” Exemplificando, o crítico aludia à famosa cena na qual o coronel Moreira César ordenou “uma carga de cavalaria em Canudos.” Conforme o articulista, essa cena somente caberia nas “fantasias de artista que sabe fazer romance, figura”, criadas por Euclides. Por fim, embora reconhecesse que, ao produzir essa obra, o engenheiro-letrado afirmou “a valentia do seu talento, o fulgor da

²⁷³ Cf. NOVAES, José de Campos. *Os Sertões* (Campanha de Canudos) por Euclides da Cunha. In: NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentim, op. cit., p. 112-122.

sua imaginação, a amplitude das suas qualidades de escritor”, Moreira Guimarães julgava não ser lícito cruzar os braços ou aplaudir *Os Sertões*, frente ao “emaranhado de contradições e exageros”, que tanto deturpavam a beleza da linguagem quanto desfiguravam o quadro da história da campanha.²⁷⁴

A resposta de Euclides às impressões de Novaes e Guimarães veio sob a forma das oito notas à segunda edição de *Os Sertões*, lançada em 1903, já que, nessas observações, o engenheiro-letrado, dentre outros aspectos, rebateu as acusações de praticar “nefelibatismo científico” e de ter dado asas à imaginação ao narrar a guerra. Em linhas gerais, o escritor manteve os pontos de vistas desenvolvidos no livro vingador, considerando que os únicos deslizes apontados pela crítica, “pela própria desvalia”, eram “bastante eloqüentes no delatarem a segurança das idéias e proposições aventadas.” Assim, respondendo às objeções do “respeitável cientista” Guimarães acerca de uma das “contradições” presentes na sua obra, Euclides, amparou-se em Tucídides, para afirmar peremptoriamente: “obedeci ao rigor incoercível da verdade. Ninguém o negará.” Por outro lado, comentando acerca do seu “apedrejado nefelibatismo científico”, replicou as objeções de Novaes citando, para corroborar as suas tese, os cientistas franceses Charles Louis Contejean (1824-1907) e Emmanuel Liais (1826-1900). A respeito das reações euclidianas, José Carlos Barreto de Santana destacou que elas mostravam dois aspectos particularmente caros ao escritor. O primeiro, dizia respeito ao emprego preciso dos termos técnicos, que se destinavam a ser plenamente utilizados pelo escritor do futuro, o qual seria um “polígrafo”, tendendo a realizar o consórcio entre a ciência e a arte. O segundo, relacionava-se com a dúvida que se levantou quanto ao domínio do conteúdo científico por parte do escritor. Desse modo, o artigo do botânico não agradou a Euclides, já que ele se identificava como um membro da comunidade científica e capaz de realizar estudos dessa natureza. “Não podia, assim, deixar sem resposta questões que pusessem em dúvida o seu conhecimento sobre temas das ciências, recorrendo, sempre que possível, a livros científicos, como que buscando apoio dos que foram os interlocutores principais quando da redação de *Os Sertões*.”²⁷⁵

Por fim, o último dos olhares contemporâneos acerca de *Os Sertões* a ser discutido neste segmento é o de Sílvio Romero, presente no explosivo discurso pronunciado em 18 de dezembro de 1906, durante a recepção de Euclides na ABL. Nessa violenta peça de ataque, o polemista

²⁷⁴ Cf. GUIMARÃES, José Maria Moreira. O livro de Euclides da Cunha. In: NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentim (Orgs.), op. cit., p. 87-101.

²⁷⁵ Cf. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, p. 783-792; SANTANA, José Carlos Barreto de, op. cit., p. 130.

sergipano fustigou toda uma série de instituições e indivíduos – o regime republicano, seus governantes e a elite litorânea, a Academia, a intelectualidade brasileira, o poeta Castro Alves e o literato Valentim de Magalhães e mesmo os anarquistas. Como assinalou José Leonardo do Nascimento, Sílvio Romero plantou com esse discurso (proferido sob as barbas do Presidente Afonso Pena) uma espécie de marco extremo na crítica da República brasileira – o que não se constituiu num ato de passionalidade, já que um dos elementos da obra euclidiana foi a condenação aos desmandos do novo regime. Numa alfinetada no adversário José Veríssimo, Romero assinalou que a crítica indígena não compreendeu cabalmente o livro vingador, pois a tomou como “um produto meramente literário, como as dezenas de tantos outros que se afez a manusear.” Ademais, destacou que os críticos somente perceberam na obra “as cintilações de estilo”, “os dourados da forma” e, quando muito, consideraram-no como um panfleto de oposição, já que afirmava certas verdades sobre a organização do Exército e as coisas militares, que a imprensa não se atrevera a dizer. Na seqüência, Romero propôs uma leitura de viés sociológico para *Os Sertões*, ao assinalar que esse livro não era “um produto de literatura fácil, ou de politiquismos inquietos”, mas “um sério e fundo estudo social” do povo brasileiro – um objeto das constantes pesquisas, leituras, observações diretas, viagens e meditações do engenheiro-letrado. Portanto, ao invés de se afirmar como um escritor que sabia colocar os pronomes no devido lugar, Euclides se destacava como um homem de idéias, um pensador social. Acrescentava que se poderia extrair da obra uma lição de política, de educação demográfica, de transformação econômica, de remodelamento social, da qual dependeria o futuro das populações sertanejas, dos doze milhões de brasileiros, que constituíam “o braço e o coração do Brasil.”²⁷⁶

No que se refere aos olhares lançados pela *intelligentsia* nacional sobre *Os Sertões*, entre 1902 a 1906, um rápido balanço enseja identificar algumas nuances interessantes. José da Penha, Leopoldo de Freitas, Múcio Teixeira, Coelho Neto e Araripe Júnior vislumbraram essa obra como um texto que realizava o consórcio da ciência e da arte. Por seu turno, José de Campos Novaes, frente ao “nefelibatismo científico” do jovem escritor, manifestou a sua preferência pela dimensão literária da obra em discussão. Já Moreira Guimarães buscou destacar as contradições do trabalho euclidiano, encarando-o como uma obra de “imaginação” (ou, no limite, um livro de ficção). Sílvio Romero analisou-o como um livro de sociologia, um estudo sério e profundo sobre

²⁷⁶ Cf. ROMERO, Sílvio. Discurso pronunciado aos 18 de dezembro de 1906, por ocasião da recepção do Dr. Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras. In: NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentim (Orgs.), op. cit., p. 123-158; NASCIMENTO, José Leonardo do, op. cit., p. 13.

o “Brasil social”. Quanto ao engenheiro-escritor, o mesmo participou e dos debates sobre a ontologia do seu livro, como sugerem as suas respostas a Veríssimo, Novaes e Moreira Guimarães. A julgar pelas pistas dispersas ao longo dos seus textos, Euclides descartou, explicitamente, o caráter ficcional da sua obra maior, conforme se depreende do discurso de posse na ABL, no qual recusou qualquer vínculo identitário entre o seu relato da Guerra de Canudos e as narrativas imaginárias: “[...] me desviei, sobretudo, dessa literatura imaginosa, de ficções, onde desde cedo se exercita e se revigora o nosso subjetivismo, tão imperioso por vezes que faz o escritor um minúsculo epítome do universo, capaz de o interpretar *a priori*, como se tudo quanto ele ignora fosse apenas uma parte ainda não vista de si mesmo.” Na seqüência, reafirmou a fórmula acerca da aliança necessária entre ciência e arte, mediante a um viés bem determinista: “Escritor por acidente – eu habituei-me a andar terra-a-terra, abreviando o espírito à contemplação dos fatos de ordem física adstritos às leis mais simples e gerais; e como é nesta ordem de fenômenos que se aferram, mais de pronto, as transformações contínuas de nossa inteligência, vai-se-me tornando mais e mais difícil esse abranger os caracteres preexcelentes das coisas, buscando-lhe as relações mais altas e formadoras das impressões artísticas ou das sínteses estéticas.” Portanto, as interpretações dos coevos sobre o livro do escritor que se deitou obscuro e acordou célebre projetam três imagens no espelho: consórcio de ciência e arte, obra de imaginação e discurso sobre a realidade. Mas, a última palavra sobre a natureza desse texto estava longe de ser dada pelos intelectuais que testemunharam o seu lançamento e as repercussões do seu sucesso. Na contemporaneidade, um inventário acerca das leituras mais influentes de *Os Sertões* constata que esses juízos díspares, de modo idêntico aos *poltergeister*, atormentam as vidas dos pesquisadores euclidianos.²⁷⁷

A ontologia discursiva de *Os Sertões*

As distintas avaliações sobre a natureza do livro vingador ressurgiram, ao longo dos quase cem anos decorridos desde a morte do engenheiro-escritor. Conforme se verá, as interrogações dos primeiros intérpretes sobre o caráter de *Os Sertões* foram retomadas sob enfoques nem sempre similares – livro de ciência, obra literária, discurso sobre a realidade, obra híbrida.

²⁷⁷ Cf. CUNHA, Euclides da. Academia Brasileira de Letras (Discurso de recepção). In: _____. **Obra completa**, v. I, p. 231.

Portanto, o debate sobre a ontologia discursiva do livro vingador permaneceu aberto e intenso. Na seqüência do presente trabalho, discutem-se alguns aspectos das interpretações de Afrânio Coutinho, Olímpio de Souza Andrade, Franklin de Oliveira, Luiz Costa Lima e Leopoldo Bernucci sobre a ontologia discursiva de *Os Sertões*.

A esse respeito, Afrânio Coutinho, em um ensaio publicado no *Diário de Notícias*, em 12 de outubro de 1952, sustentou o ponto de vista segundo o qual o livro vingador era uma obra de ficção. Em defesa da sua tese, destacou que a mesma não era original, acreditando ter sido levantada por João Ribeiro. Não obstante, essa leitura foi esquecida ou relegada, já que a interpretação da obra euclidiana foi dominada pelas teorias que a fizeram um estudos social e histórico de um povo e de uma situação. “Emprestaram-lhe caráter de objetividade científica, viram-na como o produto da observação direta, uma narração imparcial de fatos, a história sisuda de acontecimentos dramáticos. Essa interpretação ficou oficial, ainda mais reforçada pelo tom científico que nela lobrigaram.” Livro único, *Os Sertões* era dessas obras inclassificáveis dentro dos esquemas simplistas dos gêneros, escapando, assim, à classificação unívoca, participando por natureza de diversos gêneros. Entretanto, subestimar-lhe a natureza literária, considerá-la obra de ciência, parecia ao escritor um erro fundamental de apreciação e interpretação. O que avultava na obra, como arquitetura e como construção, seria o caráter de narrativa, de ficção, de imaginação. Segundo Coutinho, *Os Sertões* era uma “obra de ficção”, uma “narrativa heróica”, uma “epopéia em prosa”, pertencente à família de *Guerra e Paz* e da *Canção de Rolando*, cujo antepassado mais ilustre era a *Ilíada*. Na defesa dessa abordagem, o ensaísta destacou que o nervo da obra, seu fim, seu alvo, seu valor não residem na descrição do caráter das populações sertanejas, como pretendia Sílvio Romero. Assim, o que sobreleva a tudo é a parte artística do livro – no plano, na apresentação dos tipos humanos, na movimentação interna e no estilo. “O que há nele é um vasto afresco da vida sertaneja em um instante de crise. O sopro de tragédia que lhe varre as páginas é antes da linha das grandes tragédias literárias do que das frias descrições históricas.” O ensaísta também estabeleceu uma aproximação entre o engenheiro-escritor e Leon Tolstoi (1828-1910), pois, “Euclides, como Tolstoi, é um soberbo psicólogo das multidões, e os quadros que pinta possuem grandiosidade épica. Formando seu espírito no clima do realismo, a sua objetividade participa da natureza do objetivismo estético e não histórico.” Na perspectiva de consubstanciar essa analogia, o autor se referiu às descrições dos sertanejos, das cenas e dos lugares da guerra,

nas quais predominam a arte, o interesse dramático, a intensidade e o fatalismo trágico mais forte do que seria capaz de comunicar uma descrição fria da Campanha de Canudos.²⁷⁸

Sob essa perspectiva, a despeito da informação científica, o que se ressalta em Euclides é o temperamento de artista, eis porque Coutinho definiu *Os Sertões* como “um romance-poema-epopéia, no qual predomina o sentimento trágico.” Analisando a estrutura do livro, destacou a inexistência de um modelo que lhe se possa comparar com exatidão, fato esse característico das obras-primas da literatura, a exemplo de *A Divina Comédia* e de *Dom Quixote*. “O próprio desenvolvimento da técnica do romance mostra como ele não obedece a uma forma única. Em *Os Sertões*, há uma mistura de diversos gêneros, o ensaio, o drama, a ficção, até a poesia lírica. A forma é-lhe peculiar, específica.” Redefinindo o livro vingador como “obra de arte de ficção”, Coutinho investiu contra a natureza historiográfica da obra euclidiana. Nesse sentido, assinalou que a organização de Euclides era menos de um historiador e homem da ciência, assim como *Os Sertões* era antes uma obra de ficção (“um poema épico em prosa”) do que um ensaio histórico-sociológico. “O método de Euclides, conforme está revelado nesses trabalhos, não é o de historiador. Não tem a objetividade, a fidedignidade aos fatos, a imparcialidade, o respeito ao documento, característicos do método histórico. A vida real, o acontecimento, só lhe serviam como escova para a imaginação criadora. O escritor partia habitualmente dos fatos, mas não permanecia preso a eles, deformava-os, modificava-os, pela lente da imaginação. Submetia-os ao processo de transfiguração artística.” Portanto, a obra em questão não era livro de ciência, pois o seu autor era um artista, um ficcionista, um criador de tipos, tal qual um romancista. Euclides “via a realidade, diretamente ou através de documentos ou testemunhos, e construía o seu retrato de acordo com o seu temperamento, com uma visão transfiguradora.” Segundo o ensaísta, essas descobertas não diminuíaam o valor do livro vingador, ao contrário, aumentavam. Assim, se *Os Sertões* houvesse ficado no plano dos relatórios existentes sobre a campanha e o próprio diário do autor não seria essa “estupenda obra de arte”. Na contramão dos procedimentos científico e historiográfico, ascendeu à condição de arte, tornando-se uma obra-prima de literatura. “E como tal, como obra de arte literária, e não como ciência ou história, é que persistirá.”²⁷⁹

A tese segundo a qual o livro de Euclides é uma obra de ficção não foi esposada por diversos estudiosos euclidianos, dentre eles Olímpio de Souza Andrade. Ao invés de se

²⁷⁸ Cf. COUTINHO, Afrânio. *Os Sertões*, obra de ficção. In: CUNHA, Euclides da. **Obra completa**: em dois volumes. São Paulo: Nova Aguillar, 1995. v. II. p. 61-62.

²⁷⁹ *Ibid.*, p. 62-66.

identificar com o enquadramento ficcional daquele livro, o intérprete, embora não descartasse a presença do imaginário na obra em discussão, assinalou que Euclides, para narrar a história de Canudos, apoiou-se em dois trinômios: a) sinceridade, verdade e arte; e b) linguagem, poesia e imaginação. Conforme Andrade, a vontade da crítica em situar, com precisão, o livro euclidiano num dos ramos da atividade intelectual – história, sociologia, geografia, etnologia e quantos mais – seria ociosa, já que *Os Sertões* não se coloca entre fronteiras claramente delimitadas. Ao contrário, agita-se nas “mais diversas questões e participa de vários gêneros literários, colocando-se bem apenas no território livre da arte, realizada, principalmente, através da História, como seu autor a entendia.” Assim, embora o engenheiro-escritor elege-se a História como centro das suas cogitações, para escrever o que desejava (e da maneira que deseja), ele o fez liberto das normas consagradas e das limitações claramente definidas – apresentando-se com as suas variações de estilo, de forma e de arranjo como um daqueles escritores singulares. Sob essa abordagem, mesmo que o objetivo imediato do escritor caboclo tenha sido contar uma história, assim o fez como a entendia, ou seja, como não a entendiam no seu tempo. “E como escrevia a história já naquele fim de século? Procurando esclarecê-la por todos os meios ao seu alcance; indo á geografia, á climatologia, à biologia, á etnografia, à sociologia, ao folclore, aos depoimentos, à biografia, para ressaltar tudo quanto fosse digno de ser ressaltado e, sobretudo, a influência do meio e da raça na evolução dos grupos e no comportamento coletivo.” Não obstante, a concepção euclidiana de história não excluía o recurso do autor ao imaginário, à “fantasia criadora”. “O mais, as pitadas de imaginação que sem dúvida ele pôs aqui e ali nas suas páginas, não surgem nunca como deturpação da realidade, porém como complemento indispensável dela... Era como compreendia uma narração, que precisava ser feita com fidelidade às cores, às nuances, aos sentimentos, aos estados de alma, coisas exigentes de engenho e arte.” Desse modo, estaria justificada a referência de Euclides ao narrador sincero de Taine – aquele que se irritava com os autores que não alteravam nem uma data, nem uma genealogia, mas desnaturavam os sentimentos e os costumes; que guardavam o desenho dos eventos e mudam a sua cor, que copiavam os fatos e desfiguram a alma.²⁸⁰

Segundo Andrade, vendo e vivendo o seu assunto, Euclides conseguia dominá-lo, recriando-o artisticamente, a ponto de transmiti-lo com aparência de transfiguração. Esse procedimento, resultando, muitas vezes, no apagamento das fronteiras que separam *Os Sertões* de

²⁸⁰ Cf. ANDRADE, Olímpio de Souza, op. cit., p. 313-329.

um trabalho de ficção, permitiu ao ensaísta denominar o livro vingador como uma *obra de arte de linguagem*. Dessa forma, encontra-se o material de romance, ou melhor, o certo teor de imaginação que também existe em *Os Sertões*. “A afirmação embora referido em mais de um ponto, pode parecer contraditória e muito estranha ao leitor menos atento. Porque o que temos visto é um escritor fiel aos quadros que observou, aos fatos que relatou, sempre ajustado à interpretação rigorosa dos documentos escritos e orais de que se valeu.” Entretanto, essa estranheza se dissipa quando se recorda que o engenheiro-escritor deu a senha para esclarecer esse ponto, endossando a afirmação taineana, com a qual encerrou a Nota Preliminar: não se limitaria à exatidão das suas datas nem copiaria simplesmente os fatos, para não se distanciar do que procurava no fundo das almas. “O fato é que, realizando o seu trabalho de fotomontagem e poesia, Euclides não ignorava, como hoje ensinam os mestres no gênero, que a História se faz através de fontes, pesquisas e documentos, mas que sua elaboração participa da obra de arte, necessitando de imaginação para recriar o que aos poucos se extinguiu.” Assim, é difícil estabelecer linhas de demarcação precisas entre o real e o imaginário nas páginas de *Os Sertões*. Conforme o autor, pode-se até mesmo enxergar certa predominância da arte de recriação dos fatos sob a forma da ficção, sob a égide do imaginário em diversas passagens do livro euclidiano. Portanto, o “ficcionalista”, que se espraia do começo ao fim do texto em discussão, sem deixar de ser o historiador consciente, aparece nas referências diretas, persistentes, que, de propósito ou inadvertidamente, Euclides fez às relações entre realidade e ficção em sua obra maior – como nas ocasiões em que recorreu aos “exageros” da “imaginação popular” e aos “casos estupendos amontoados de fantasias”, objetivando preencher as lacunas da narrativa da guerra sertaneja. “Esse gosto de se voltar para a ‘realidade da ficção’, ressaltando-lhe a presença em todas as oportunidades, não era novo em Euclides e, embora bata apenas de ricochete no imenso quadro de exemplos da sua própria capacidade de imaginação, de romancear, de jogar com os símbolos, sonhos e transposições, não deixa de ser bastante significativo.” Muito embora reconhecesse a presença das narrativas imaginárias em *Os Sertões*, Andrade não inscreveu esse livro na rubrica das obras de ficção, preferindo tratá-lo como uma complexa “mistura de realidade e imaginação”, a qual desafiava a capacidade de discernimento dos seus melhores comentaristas. Livro inclassificável, indefinido entre os gêneros, *Os Sertões* justificaria o espanto da maioria dos seus críticos, da mesma forma que o mau jeito dos seus classificadores rígidos, diante do fato de esse livro apresentar-se com suas vigas mestras bem enterradas na realidade contingente e, não

obstante, trazer à tona a “realidade da ficção”. Assim como o sertão, que Euclides não conseguiu enquadrar em nenhuma classificação dos tratadistas do seu tempo, o seu livro não caberia rigorosamente em nenhuma das classificações menos elásticas em que procuraram situá-lo, posto conter e superar todas elas.²⁸¹

Por sua vez, Franklin de Oliveira em *Euclides: a espada e a letra* (1983), discutiu o problema da ontologia literária da obra aqui enfocada, mediante a seguinte questão: o que é *Os Sertões*? Assim, destacou que o livro vingador prosseguia sendo “um *opus* sem identidade”, com a sua natureza literária permanecendo indecifrável, pois, desde José Veríssimo, historiadores, críticos e ensaístas não conseguiram penetrar na sua essência e defini-lo. Argumentando que nenhuma obra, por mais complexa que seja a sua estrutura ontológica, deixa de pertencer a um determinado gênero literário, o articulista afirmou não ser a obra rebelde às categorizações, mas a crítica que não conseguia alcançar a sua complexidade, penetrar na substancialidade, desnudar a essencialidade estética de um texto como *Os Sertões*. Conforme o autor, a crítica literária tem privilegiado a análise das formas da obra euclidiana, em prejuízo da questão da objetividade do livro. Sob esse enfoque, desde Veríssimo até José Guilherme Merquior, que se define esse livro como obra de ficção. “As definições oscilam entre romance e epopéia: ora percorrem a escala do mundo ficcional, ora acasalam o novelístico como o heróico.” Partindo do questionamento dos sucessivos enquadramentos de *Os Sertões* em uma gama de categorias, o autor procedeu uma análise dos argumentos dispostos por essa tradição interpretativa. Na contramão do ponto de vista de Afrânio Coutinho e considerando a perspectiva do próprio pensamento euclidiano, Oliveira destacou que o trabalho de Euclides não poderia ser considerado uma *obra de imaginação*, pois se nesse livro há uma carga ficcional, a mesma é apenas complementar. Não podendo ser definido sob a etiqueta de *obra de ficção*, muito menos poderá ser enquadrado como *romance*, narrativa romanceada, texto em que o real é tratado como ficção. Na perspectiva de complementar as suas reflexões, o estudioso destacou que imprecisões idênticas transparecem nas classificações de *Os Sertões* como narrativa heróica, epopéia em prosa, romance-poema-epopéia, narração romanesca e saga.²⁸²

O mesmo autor descartou a interpretação que afirma ser *Os Sertões* uma obra híbrida, um trabalho *sui generis*, destacando que essa abordagem escamoteia e fraudava a sua ontologia

²⁸¹ Ibid., p. 330-353

²⁸² Cf. OLIVEIRA, Franklin de. **Euclides: a espada e a letra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 13-25.

literária. Para o ensaísta, o fato de essa obra incorporar ao seu território estético várias províncias do saber humano, de estar informado por vários saberes científicos, que a *fantasia exata* de Euclides retrabalha, de realizar uma prosa que retém tanto de pintura, escultura e polifonia, não autoriza a sua classificação como romance. Mas, então, o que é *Os Sertões*? Conforme o escritor maranhense, considerando que o livro euclidiano, sob o ângulo da análise de conteúdo, é um trabalho de crítica político-social, significa que o mesmo se organizou “sob as leis tectônicas do ensaio. É um livro que se constituiu, na mescla de arte e ciência, sob o signo da *fantasia exata*.” Sob essa abordagem, o ensaio aparece como sendo fundamentalmente um exercício de idéias, uma experimentação de conceitos. Assim, sendo uma totalização de saberes, nada o impede de se organizar artisticamente, de adotar uma estrutura estética. Corte transversal na civilização brasileira, *Os Sertões* seria um ensaio de crítica histórica, ostentando, na companhia dos livros de Jacob Burckhardt (1818-1897), Johan Huzinga (1872-1945), Frederick Antal (1887-1954) e Friedrich Heer (1916-1983), os egrégios emblemas da obra de arte literária. No Brasil pós-euclidiano, dois outros “ensaios civilizacionais” alcançaram essa dignidade: *Casa Grande & Senzala* e *Os Donos do Poder* (1958). Portanto, não fosse o seu caráter de “ensaio de crítica histórica” e a dimensão artística inerente à sua condição, *Os Sertões* não teria perdurado como documento e como monumento cultural.²⁸³

As análises de Luiz Costa Lima constituem um marco na tradição dos intérpretes euclidianos, pois esse teórico literário recusou as leituras baseadas na dupla inscrição de *Os Sertões* e questionou o *status* de obra literária ou livro de ficção, advogado por diversos estudiosos do texto em discussão. Assim, uma das vigas-mestras responsáveis pela sustentação da leitura do autor de “Nos Sertões da oculta *mimesis*” (1984) aparece na ênfase concedida à força do cientificismo que marcou a geração de Euclides, formada dentro da tradição “em que Comte, Haeckel e Spencer eram os grandes papas.” Conforme o mesmo literato, os influxos do positivismo e do evolucionismo foram capitais para a interpretação a partir da qual o engenheiro-escritor vislumbrou os acontecimentos de Canudos. Desse modo, o engenheiro-escritor, já nas reportagens que compõem o *Diário de uma expedição*, buscou aplicar ao desafio dos conselheiristas às instituições republicanas uma explicação de cunho biológico. “A idéia de conspiração monárquica vai cedendo passo ao transformismo sociológico. Embora ela não apareça de forma explícita e literal, continua a guiá-lo a metáfora da Vendéia. A República,

²⁸³ Ibid., p. 26-29.

forma avançada de organização social, é atacada pela encarnação atávica do passado.” Para Costa Lima, Euclides, tomado por esse “transformismo sociológico”, utilizou-se da metáfora da Vendéia, de inequívoco embasamento biológico, para cobrir todo o livro e explicar a irrupção do fenômeno de Canudos. Todavia, essa chave de leitura euclidiana resultou num impasse: como explicar a prodigalidade da resistência dos jagunços às tropas federais? Portanto, “a metáfora da Vendéia transformou-se em seu Verdun.” Desse modo, a abordagem segundo a qual, ao longo dos escritos euclidianos sobre Canudos, ocorreu uma passagem da interpretação política de “A Nossa Vendéia” para o “transformismo sociológico” que caracteriza *Os Sertões*, constitui-se em um argumento decisivo para Costa Lima questionar as leituras sobre a dupla inscrição e o estatuto literário ou ficcional da obra maior de Euclides da Cunha.²⁸⁴

Assim, considerando que o livro vingador é uma obra difícil de ser integralmente apreciada, tamanha a quantidade de pesos valorativos a estabelecer, o crítico assinalou que a sua leitura não descarta o direito de se considerar *Os Sertões* sob um ponto de vista literário. Mas, se assim for, o será por outras razões que não as enunciadas pelos intérpretes euclidianos. Dessa forma, enxergou no primado do transformismo sociológico um dos traços definidores do livro vingador – eivado de cientificismo, de evolucionismo, de etnocentrismo, enfim, de uma “sociologia biológica”. Esse cunho científico, esse caráter de “discurso sobre a realidade”, permitiu ao autor deduzir algumas considerações sobre o caráter ficcional ou literário da obra euclidiana. Não obstante a área do ficcional ser mais ampla do que os limites da literatura – pois, além do cinema e da história em quadrinhos, há um ficcional no cotidiano que não se confunde com o literário –, “não há literatura, no sentido estrito do termo, onde não haja ficcionalidade.” Segundo o autor, a ficção resulta de um processo em que a *mimesis* é dominante. Portanto, malgrado o conteúdo trágico de *Os Sertões*, o mesmo não se constitui em uma obra de ficção. Segundo o literato, é o sentimento trágico, agônico da terra, por extensão do homem – com a exclusão das suas apreciações etnocêntricas, que dão lugar à tragédia-impasse – que funciona como princípio seletivo da *mimesis* euclidiana, entretanto sem tornar o livro de Euclides uma obra literária. “É neste sentido legítimo admitir-se uma camada literária na obra considerada. Mas *presença subalterna, pois prepondera sobre ela outra forma de tragédia, que nada tem a ver com a mimesis*. É a tragédia do impasse, a que, inconfessadamente, chega à sua explicação.” Sob essa

²⁸⁴ Cf. LIMA, Luiz Costa. Nos Sertões da oculta *mimesis*. In: _____. **O controle do imaginário**: razão e imaginário no Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 201-212.

perspectiva, tomando-se como premissa a evidência segundo a qual a *mimesis* é um processo cujo resultado final é o produto ficcional, torna-se impróprio falar de *Os Sertões* como obra de ficção. “Por isso uma obra não pode conter a dupla estrutura de discurso da realidade e discurso ficcional. Suas fronteiras são por certo móveis. Por certo ainda o leitor pode privilegiar uma ou outra, a dominante e a dominada.” Ou seja, o livro vingador não é uma obra de ficção. “Discurso da realidade, *Os Sertões* é predominantemente uma obra de sociologia. Os que temem sua perenidade ser ameaçada pelo ultrapasado da teoria que a orientara, procuram-lhe abrir a porta da literatura. Mas, pensada a sério, esta porta é tão estreita quanto qualquer outra. Por ela só passam os corpos ficcionais.” Assim, se para os coetâneos de Euclides e a geração seguinte, denominar ficcional o seu livro não passava de insulto, considerá-lo sob esse viés, no final do século XX, seria sinônimo de leitura má ou deslocada. Essa constatação não implica em que o especialista em literatura nada tenha a fazer com *Os Sertões*. Ao contrário, “além de permitir um exercício de se pensar como a sua *mimesis* dominada por inverter sua posição [...] possibilita ser visto como a consequência mais radical de uma direção que vimos começar a se mover nas primeiras décadas do século XIX.” A referida fecundidade somente parece comprometida caso se insistia em denominar *Os Sertões* obra literária ou até ficcional, sem que se indague o que de fato está se dizendo quando assim se fala.²⁸⁵

As observações de Luiz Costa Lima referentes à natureza do livro vingador foram retomadas em *Terra ignota: a construção de Os Sertões* (1997). No que diz respeito ao duplo estatuto do livro vingador, o teórico assinalou que os críticos do começo do século XX, responsáveis pela primeira recepção da obra euclidiana, não distinguiam entre a concepção retórica das belas-artes (não levando em conta o trabalho dos antiquários, incluía a história entre os seus objetos) e a concepção romântica de literatura (diferenciada enquanto expressão e exploração do mundo individual). Dessa forma, esses intérpretes enquadraram *Os Sertões* numa inscrição dupla (obra de ciência e arte). “Euclides seria pois cientista por sua fidelidade factual, historiador por sua fidelidade aos fatos e romancista pelo tom épico-trágico que empresta sobretudo a ‘A luta’.” Problematizando essa leitura, Costa Lima buscou redefinir a questão referente ao caráter discursivo do livro vingador, questionando as possibilidades de apoio às interpretações da dupla inscrição e da ficcionalidade da obra em discussão. Assinalou que o estudo desse livro permite formular uma hipótese geral, a ser trabalhada nos seguintes termos:

²⁸⁵ Ibid., p. 213-239.

“em *Os sertões*, é permissível a entrada da literatura sob a condição de constituir uma cena de ornato. E de ornato [...] que não se infiltre no quadro principal. Sem o respeito a tais limites –, quadro principal, enquadramento do ornato – cairia por terra à aversão explícita pelas fantasias rimadas.” Assim, destacando que centro e margens, tema e ornato, ciência e literatura, contêm distintas eficácias, o literato sugeriu que o estatuto dependente do discurso literário (de ornato e de ilustração a algo substantivo anterior à prática literária) já era prática corrente na *intelligentsia* brasileira do século XIX. Portanto, *Os Sertões* tornou-se o paradigma dessa idéia de literatura como ornato dependente da realidade.²⁸⁶

Costa Lima identificou a presença da literatura em *Os Sertões* como subordinada a um discurso sobre a realidade, que se revela na centralidade desempenhada pela ciência, como técnica de domínio. Assim, mesmo em “A Luta”, na qual a diferenciação entre tema e margem, parte central e ornato, não mais funciona – a menos que se tomem os dois primeiros segmentos como o centro de que o terceiro seria um megaornato – existe uma nítida subordinação do literário ao científico. “A ciência não só absorve o discurso concorrente, o literário, convertendo-o em parasita ilustrativo ornamental, meio que também mantém em alta temperatura emocional sua recepção, como ela mesma é absorvida pelos resultados práticos que propicia. Conforme o literato, a subserviência que prepondera em *Os Sertões* sobre todos os gestos de independência e revolta está sobremaneira expressa no pragmatismo a que o autor reduz o trabalho da ciência.” Tomado por esse cientificismo, Euclides recusou o lugar do desconhecido, buscando explicar o fenômeno de Canudos. Mas, se o cientificismo nunca abandona *Os Sertões*, nele também há uma *terra ignota*, pois, recusado da cena visível da obra, o desconhecido fermenta na sua subcena. “O que vale dizer: a literatura como ornato, ornato da literatura é uma das manifestações possíveis que, enquanto recalçada, assume a subcena.” Sob esse olhar, no livro vingador há dois modos de narrar: “Cada um desses dois campos, a cena e a subcena, privilegia um recurso narrativo específico. À exposição do método cabe a descrição. À subcena, porque constituída por imagens, corresponderá o que chamaremos máquina da *mimesis*.” Essa máquina cumpre uma função que se coloca fora da disposição fundamental preenchida pelos operadores científicos, já que, sem se confundir com os lugares ocupados pelo centro e pelo ornamento, possibilita um terceiro modo de expressão, não integrado nem ao descritivismo científico, nem à fantasia do literário. “Como

²⁸⁶ Cf. Id. **Terra ignota**: a construção de *Os sertões*, p. 127-144.

então mostra essa sua incidência, a subcena tem um lugar flutuante e descontínuo. Quanto aos elementos da cena, a subcena guarda uma maior proximidade como o mito.”²⁸⁷

Assim, diferenciando tema central e margem, cena e subcena, o autor de *Terra ignota* questionou a classificação de *Os Sertões* sob o cânone da dupla inscrição. Conforme o mesmo crítico, a menos que se professe uma concepção de história e literatura que as inclua em um terceiro termo – a exemplo do que se sucedeu com a concepção retórica, onde a escrita da história e a literatura eram gêneros das mesmas belas-artes, ou ainda com uma concepção totalizante e teleológica da qual a filosofia de Hegel seria a espécie mais duradoura –, uma obra não pode ser, ao mesmo tempo, história e literatura. Em que pese a admissão da existência de um choque entre uma determinada concepção de ciência e o aparecimento de uma subcena rebelde, descontínua, notadamente em “A Terra”, o questionamento desse e de outros pontos não converte *Os Sertões* em literatura. Destacando o absolutismo da concepção de ciência praticada na obra euclidiana, o ensaísta ajuizou que a ambição literária do escritor caboclo não podia servir senão como ornato embelezador ou resultante de verdades cientificamente dispostas. “O plano literário se confunde com as bordas da narrativa, formando a margem ornada, o ornato aformoseador, a parte destacável em antologias – o ‘estouro da boiada’, ‘o sertanejo é antes de tudo um forte’, etc. – sem prejuízo da parte central.” Portanto, conforme a análise de Costa Lima, ao invés de ser uma obra dotada de dupla inscrição – obra de história social e literária –, como afirmou a primeira recepção euclidiana – ou, em proposta mais incoseqüente, uma ficção, em que a terceira parte superaria as limitações das duas primeiras, a cena em *Os Sertões* se divide em uma parte central, movida por uma explicação científica, e uma borda, a ornamentação literária.²⁸⁸

A abordagem desenvolvida por Leopoldo Bernucci assume a forma de um diálogo com as leituras dos estudiosos euclidianos anteriormente citados, com destaque para Luiz Costa Lima. Assim, de acordo com o autor de *A imitação dos sentidos* (1995), dentro do quadro global da estrutura discursiva de *Os Sertões*, formada por engastes sociológicos, históricos, geológicos e etnográficos, reconhece-se desde logo um valor que transcende a categoria empírica da ciência, ou seja, o seu lado literário e imaginário. Assim, conforme demonstram as discussões da crítica sobre a sua natureza ontológica, o difícil não é aceitar o livro vingador como obra literária ou não. “Mas o que torna incômodo e até certo ponto duvidoso para o caso do livro de Euclides é a

²⁸⁷ Ibid. p. 146-172.

²⁸⁸ Ibid., p. 188-209.

pergunta que muitos se vêm fazendo: é *Os Sertões* obra de ficção.” Assim, o que se destaca nas incursões pelos temas da literariedade e da ficcionalidade desse livro – presentes nos trabalhos de Afrânio Coutinho, Olímpio de Souza Andrade, Manuel Pessoa Cavalcanti, Franklin Oliveira e Luiz Costa Lima – é a ênfase posta nas questões de gênero e linguagem. Nesse sentido, o problema da ontologia do livro vingador foi iluminado e redirecionado após a publicação do ensaio de Costa Lima. Contudo, se é verdade, como assinalou o ensaísta, ser impróprio falar de *Os Sertões* sob o rótulo de obra de ficção, “a esta conclusão chega-se com dados extraídos fora da diegese (e. g., entrevistas, declarações, pronunciamentos críticos), sem que se busque na contra argumentação, *i. e.* nas zonas do imaginário do livro, os elementos que teriam dado a seu argumento crítico uma feição algo mais plausível.” Conforme Bernucci, ao longo da argumentação de Lima, os conceitos de literariedade e ficcionalidade se confundem, prejudicando a coerência do discurso desse teórico. Assim, se a pergunta inicial formulada no início de “Nos sertões da oculta *mimese*” é “*Os Sertões* é uma obra literária”?, o desenvolvimento das reflexões desviou-se para outro lado, o do ficcional. Não obstante, a conclusão do ensaísta é correta, estando baseada no princípio da predominância da sociologia, de um discurso sobre a realidade, no corpo de *Os Sertões* – entendendo-se a palavra “sociologia” como abarcadora das outras ciências ou disciplinas anteriormente referidas. Portanto, embora traço frisante da obra de Euclides, o seu caráter sociológico não deixa de compartilhar um espaço textual com as inserções provindas do imaginário. “Estas, como alguns já assinalaram, estariam autenticadas pelas elaborações do estilo e da sintaxe, ou ainda pelas extraordinárias cenas do épico caminhando paralelamente aos tétricos quadros do trágico.” Contudo, indaga Bernucci, em que consiste na verdade a presença do imaginário em *Os Sertões*?²⁸⁹

A esse respeito, distinguindo os conceitos de ficcionalidade e literariedade, Leopoldo Bernucci destacou que, em diversas passagens nas quais configurou o sertanejo, Euclides estava guiado por pressupostos retóricos, sobretudo no jogo de antíteses exercitado pelo autor. Além de obedecer às motivações retóricas dos fortes contrastes, o engenheiro-letrado, ao narrar episódios de batalhas, foi tomado pela energia do literato – que, em muitas páginas, sobrepujou o sociólogo. Ademais, quanto à descrição da geografia do sertão, Euclides inclinava-se definitivamente para o lado do imaginário, como já havia notado Gilberto Freyre – ao sugerir que a paisagem que transborda de *Os Sertões* correspondia à personalidade angustiante do

²⁸⁹ Cf. BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos**, p. 19-20, 24.

engenheiro-escritor. Por outro lado, é fácil perceber como Euclides, em outros momentos, abandonou a pena do historiador para tomar a do literato. Esse seria o caso da utilização pouco cuidadosa das informações presentes no *Relatório* do Frei Monte Marciano, pois o engenheiro-letrado estaria mais interessado no episódio em si, pelas suas potencialidades artisticamente narráveis, do que na precisão histórica do documento. Assim, o narrador de *Os Sertões* omitiu a data exata da chegada do missionário a Canudos, suprimiu trechos do Relatório e “corrigiu” outros tantos. Positivamente, um historiador metódico não agiria dessa maneira. Portanto, não seria gratuito que a reconstrução narrativa desse documento pelo escritor aponte para outras características próprias do discurso do imaginário. Conforme assinalaram outros críticos do escritor caboclo, as inexatidões factuais relacionadas ao episódio podem ser encontradas em outras passagens do seu relato histórico sobre a Guerra de Canudos. Segundo Bernucci, “é ainda pouco histórico, ou melhor pouco científico, o modo de como a voz do narrador se desloca de um ponto ao outro, indo da objetividade à subjetividade de quem narra, oscilando entre a forma impessoal (*nota-se*), a pseudopessoal (*vimos*) e a pessoal (*o viajante, o forasteiro*).” Ademais, essa justaposição de vários modos de narrar não era uma característica típica do discurso sociológico ou histórico à época de Euclides.²⁹⁰

Conforme Bernucci, por certo Euclides não admitiria ser o narrador acima referido. A esse respeito, o discurso proferido pelo novo *imortal* na ABL – no qual afirmou ter se desviado “dessa literatura imaginosa, de ficções” – forneceria a comprovação dessa hipótese. Entretanto, sobre a peça de defesa euclidiana, o autor de *A imitação dos sentidos* comentou que esse “exemplo admirável – no plano das idealizações – do rechaço do imaginário e do apego quase servil ao racionalismo do seu pensamento, a mente cientificista de Euclides também é responsável pela sua postura paradoxal diante das fontes de conhecimento a seu serviço.” Desse modo, entre um estudo de Alexander von Humboldt e um romance de José de Alencar, o racionalismo recalcitrante euclidiano parece ditar que o autor penda para a escolha do primeiro. Entretanto, se essa possibilidade for verdade, como entender então que o escritor romântico legou ao autor de *Os Sertões* as belas reconstruções, feitas a partir de passagens de algumas das suas obras? “Por que no fulcro de Alencar, Euclides cria um diálogo intertextual que irá celebrar as páginas de *Os Sertões*. Ora lançando mão d’*O Sertanejo* para descrição de Antônio Conselheiro, ora servindo-se – em escala menor – de *O Gaúcho* para descrever o sertanejo, o vaqueiro e o gaúcho como tipos,

²⁹⁰ Cf. *Ibid.*, p. 20-24; CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, p. 321-327.

Euclides extrai da obra do escritor romântico trechos verdadeiramente poéticos.” Portanto, ainda hoje parece ser consenso da melhor crítica reconhecer no engenheiro-letrado não um escritor com veia de ficcionista, mas apenas um escritor investido no seu papel de cientista e historiador. Sobre o ponto em discussão, mesmo considerando a intenção de se escudar no *narrador sincero*, algumas das marcas fundamentais da empresa historiográfica – a exemplo da objetividade frente ao objeto de pesquisa e a exatidão das informações – não se destacam como as características mais salientes da narrativa euclidiana sobre a guerra sertaneja. Portanto, seria ingênuo pensar que o narrador tomado de Taine deva ser sempre o porta-voz objetivo de *Os Sertões*. “Narrador que se quer sincero, assumindo o compromisso de esmiuçar e fazer a história de seu país, Euclides não podia deixar de ‘sofrer do mal’ da sua época, isto é, ter a consciência dividida entre as tendências de um romantismo imaginativo e as de um naturalismo ainda pululante.” Precisamente nesse ponto, localiza-se o que o professor da Universidade do Texas denominou “impasse euclidiano”: colhido pelas tensões e pelos conflitos irresolúveis entre esses dois mundos díspares, o escritor caboclo buscou diminuir os efeitos dessa febre agônica, optando por uma conciliação entre eles. Para Bernucci, se assim não fosse, os leitores estariam agora diante de um livro tão árido quanto a paisagem do sertão.²⁹¹

Entretanto, o reconhecimento da natureza literária de *Os Sertões* não implica em sua classificação como uma obra de ficcional. Acerca dessa questão, Bernucci destacou que quaisquer considerações traçadas em torno do problemático eixo história-ficção devem ter em conta duas noções básicas, para distinguir os atributos daquele e para dissipar possíveis equívocos: as noções de ficcionalidade e literariedade. Nessa linha de abordagem, quando se fala de história e ficção, imagina-se a primeira como disciplina ou *locus* de conhecimento, em que o passado é submetido a análises ou estudos rigorosos, e a segunda, por sua vez, é compreendida como gênero ou status ontológico atribuível à maioria dos textos literários. Entretanto, essa forma prática de diferenciar os componentes desse par não resolve, ao menos sob o prisma filosófico, a inadequação de juntar os dois conceitos. Todavia, o que ocorreria, então, se fosse contemplada outra possibilidade de talvez melhor ajustar as categorias sugeridas: história-literatura? “Primando ainda por uma inevitável e mútua negação, o novo par não pode ser visto como simples dualidade; é muito mais do que isso, porque somos forçados a pensá-lo como dicotomia, mas dicotomia cujos termos contrários possuem zonas de contato entre si.” Sob essa perspectiva,

²⁹¹ Cf. BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos**, p. 22-23.

Bernucci ressalta que nem todas as obras ficcionais devem ser consideradas literárias, a exemplo das histórias em quadrinhos, o cinema, os contos de fada. No caso de *Os Sertões*, a despeito das estreitas relações intertextuais com as obras de Victor Hugo e de Afonso Arinos e em que pesem as múltiplas narrações imaginárias que Euclides ali inseriu, a “Bíblia da nossa nacionalidade”, definitivamente, não pode ser considerada ficcional.²⁹²

Com base nesse juízo, Bernucci buscou discutir os conceitos de ficcionalidade e literariedade. Na esteira das elaborações de Walter Mignolo, caracterizou a primeira noção “como uma propriedade atribuída aos discursos conforme um certo conhecimento que temos das convenções no uso da linguagem, que nos permite distinguir a ficção da mentira, do erro e da verdade.” Assim, a principal marca distintiva para o reconhecimento da conformidade da convenção de ficcionalidade é a *não-co-referencialidade* entre narrador e autor. Por seu turno, o segundo termo é definido como “uma propriedade atribuída a um dado discurso conforme um certo conhecimento que temos das normas institucionais, através das quais se decide se um discurso é ou não literário.” Essas normas se baseiam em critérios genéricos, lingüísticos e estilísticos. No caso de *Os Sertões*, a sua dimensão literária foi notada pelos primeiros críticos, mediante a uma chave de leitura que enfatizou o consórcio entre ciência e arte no livro vingador. No entanto, a presença do polígrafo Euclides, que era dado a inventar, embora com conhecimento de causa, não transforma o seu texto num livro ficcional. Seja por via direta ou analógica, antes de falar de *Os Sertões* como obra de ficção, será preciso entendê-la como a feliz conjugação de pelo menos dois modos discursivos: um deles, o das ciências, e o outro, aquele que tipicamente prevalece nos discursos ficcionais, literários. No que diz respeito ao primeiro, ele aspira à objetividade da narrativa, ao rigor dos dados coletados e às citações corretas dos livros de pesquisa. Quanto ao segundo, a imaginação do autor se empenha em preencher as frinchas das narrativas históricas, alterando, se necessário, as qualidades particulares dos homens e dos objetos com vistas a despertá-los do estado inerte em que encontram, subjugados pelos fatos. “Portanto, traço predominante de *Os Sertões*, o seu caráter científico, em sentido lato, não deixa porém de compartilhar um espaço textual com as inserções providas, não necessariamente da ficção, mas do imaginário.” Como assinalaram alguns críticos, essas inserções estariam

²⁹² Id. A ontologia discursiva de *Os sertões*, p. 58.

autenticadas pelas elaborações de estilo e de sintaxe, ou ainda pelas extraordinárias cenas do épico caminhando paralelamente aos tetricos quadros do trágico.²⁹³

Não obstante tais distinções conceituais, permanece a questão sobre a presença do imaginário na tessitura da narrativa euclidiana da Campanha de Canudos. Nesse sentido, a discrepância entre as realizações artísticas e a precisão científica se faz sentir em muitos trechos de *Os Sertões*. Assim, Euclides, ao perseguir a verdade sobre a *guerra do fim do mundo*, teve, muitas vezes e com ousadia, que adivinhar e argumentar, principalmente por pouco saber acerca da geologia e da botânica sertanejas. Não deixa de ser irônico que, nessa busca de precisão científica, o engenheiro-escritor tenha utilizado uma linguagem repleta de riqueza criativa e tonalidades – a mesma linguagem que os poetas apaixonadamente gostam de explorar e que os cientistas procuram evitar. “Por essa razão, Euclides pode ser considerado um escritor original que, em princípio, gostava de narrar pelo simples fato de narrar, logrando assim o efeito estético desejado que iria auxiliá-lo na explicação dos fenômenos históricos e científicos. Mas o homem da ciência predomina ao longo do livro.” Conforme Bernucci, se o ensejo para imaginar calhava bem a Euclides, os quadros fictícios deveriam ser plausíveis e circunstanciais, e, sempre que possível, aproximar-se com maior intensidade daquilo que se considerava verdadeiro, ou, pelo menos, tivesse a aparência de verdade, isto é, ser verossímeis – sendo assim ambas as coisas difíceis de desentranhar. O escritor caboclo, ao defender um determinado modo de representação, no qual não bastava a supressão da destruição das evidências, quando o caso lhe parecia pouco convincente, procedia como o bom orador da época de Quintiliano (30-100 d.C.), que a partir da tribuna recorria aos fatos e às realidades inventados para defender uma causa concreta. Assim, embora o discurso científico seja o elemento dominante no livro vingador, ele não deixaria de compartilhar um espaço textual com as inserções provindas do imaginário – o que caracterizaria obras pertencentes aos gêneros híbridos. “Para quem era sensível às potencialidades da língua aos recursos retóricos do discurso ficcional e às qualidades artísticas de um texto, não deveria ser difícil perceber que *Os sertões* não poderia acomodar um só discurso, mas vários.”²⁹⁴

Ao demonstrar que na construção de um enredo histórico ou ficcional entram uma série de elementos comuns que tanto podem pertencer à ficção quanto à historiografia, Leopoldo Bernucci não descartou as possibilidades de diferenciar tais linhas de força na tessitura de *Os Sertões*.

²⁹³ Ibid., p. 58-60.

²⁹⁴ Ibid., p. 64, 67.

Portanto, as distinções fundamentais entre história e ficção são operadores relevantes na leitura do estudioso em questão acerca do livro vingador. A esse respeito, a questão da verossimilhança no livro vingador se apresenta de maneira complexa e não muito fácil de resolver, mas ela permite iniciar uma discussão em torno da linguagem ficcional nesse texto. Assim, Bernucci considera ser impróprio classificar a obra-mestra de Euclides como ficcional, embora não julgue incorreto buscar nela um dos seus discursos mais tonificantes, ou seja, aquele que imita o da ficção. Não obstante, deve-se notar que o livro em questão não se ficcionaliza, porque o que ocorre nele é mais um “empréstimo” de linguagem. Para que *Os Sertões* fosse considerado obra de ficção, cujo romance ofereceria um exemplo extremo, teria que haver passado, pelo menos, por um processo de ficcionalização de *todos* os seus discursos, processo que somente teria cabido a Euclides decidir ou ajuizar. “A ficcionalidade de um livro independe da vontade de um determinado leitor de querer ou não considerá-lo como tal.” Entretanto, se com apenas os determinantes lingüísticos (vocabulário, torneio de frases, figuras de linguagem e de pensamento, etc.) não se pode garantir o *status* de ficcionalidade para um discurso, o que nos permitiria caracterizá-lo dessa maneira? Dentre as diversas respostas possíveis, torna-se necessário destacar aquela que distingue a ficção da História. Segundo o autor de *A imitação dos sentidos*, as poéticas antigas já procuravam diferenciar as duas modalidades de escritura sobre a base de uma discussão em torno dos conceitos de *verossimilhança* e *verdade*. O primeiro cabia à ficção (tragédia, comédia, lírica, épica), preocupado com a aparência da verdade, e o segundo à História, dedicado à verdade dos fatos. “Preserva-se no cabedal dessas leituras o costume de ver, repetidas vezes, traços de escritura que se associam mais à ficção enquanto outros se relacionam mais com a História. Com as várias leituras acumuladas no decorrer do tempo, cria-se um consenso sobre como se realizam obras ficcionais e as historiográficas.” Segundo Bernucci, mesmo correndo o risco de uma inevitável generalização, pode-se dizer que os marcadores de linguagem, presentes em *Os Sertões*, autorizam os pesquisadores a identificar esses traços como mais característicos de um que de outro discurso. Por exemplo, a precisão das datas e o apoio documental interessam à História, enquanto que a sua vaguidade interessa à ficção. Seria também aceitável a noção de testemunha ocular, que constata os fatos pertencer à História, enquanto a anedota engendrada pela subjetividade de uma personagem fazer parte do campo da ficcional. Não obstante os parâmetros enunciados, em se tratando de *Os Sertões*, as fronteiras entre a ficção e a História não estão claramente delimitadas, posto a escritura euclidiana estar norteada em, pelo menos, dois

parâmetros: um aristotélico, que insiste no conceito de verdade histórica e de sua oposição aos fatos imaginados; e outro, tipicamente dos grandes escritores oitocentistas, como Michelet, que reagiu contra o conceito puramente documental do conhecimento histórico, batendo-se pelos direitos da imaginação reconstrutiva. Euclides provavelmente concordaria com essa analogia, pois, citando Taine, desenvolveu uma tese muito próxima à da imaginação reconstrutiva – ao observar que havia autores que não alteravam nenhuma data, nem uma genealogia, mas deturpavam os sentimentos e os costumes; que guardavam o desenho dos eventos e modificavam a sua cor; que copiavam os fatos e desfiguravam a alma.²⁹⁵

Acerca dessa possível relação entre a escrita do engenheiro-escritor e uma das manifestações da imaginação historiográfica do século XIX, Leopoldo Bernucci assinalou que a escrita da história requer do historiador uma disposição mental ética que não existe no campo da ficção. Assim, mais uma vez, torna à baila as distinções fundamentais entre História e ficção na composição de *Os Sertões*. Por exemplo, o romance lida com o conceito de verossimilhança e não com o de veracidade. Sob essa perspectiva, se os elementos de uma representação ficcional dos fatos coincidirem com os de uma narração de sucessos históricos, não se deve pensar que o romancista quis aderir a um preceito do verdadeiro, da mesma maneira como o faz o historiador. Na eventualidade de que a sua preocupação seja realmente com a realidade, essa é admissível somente quando considerada como categoria das coisas possíveis do mundo da ficção. “Portanto, mesmo se a comunicação do verdadeiro ou do verídico for prioridade do artista, está só será concebida como representação e jamais como narração veraz dos acontecimentos.” Desse modo, antigos filósofos já discutiam a questão da verdade *de re* (dos fatos) e *de dicto* (da narração). A esse respeito, Cícero abordou o problema da verdade moral que concerne à narração dos fatos, enquanto Plínio (23-79 d.C.) se interessou pelo conceito de verdade natural que afeta as próprias coisas. Note-se que são duas maneiras de lidar com um único conceito de verdade, resultante de dois métodos: um empírico, porque necessita da verificação dos dados na *arqueologia* que a atividade pressupõe; e o outro de maior densidade moral, porque implica uma articulação da linguagem que não somente possa convencer, do ponto de vista retórico, mas que também logre comunicar com grande eficiência, e de forma ética, a verdade dos fatos tal como esta é concebida através da pena de cada historiador. Ao contrário da noção de verdade histórica, na ficção, os

²⁹⁵ Id. Prefácio. In: CUNHA, Euclides, *Os Sertões*, p. 42-44; p. 43-44; FACIOLI, Valentim. *Euclides da Cunha: a gênese da forma*, p. 90; CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, p. 67.

conceitos são outros, pois se não é possível determinar com consistência a aplicação das regras de verossimilhança aos vários discursos ficcionais existentes, é possível entender com precisão o funcionamento das diversas realidades verossímeis. Por exemplo, em um conto de fadas, como *Cinderela*, as regras de verossimilhança são muito diferentes das de um conto realista, mas em ambos os casos a finalidade é uma só, manter a coerência interna do texto. Aquele que não tolerar tais acontecimentos será mau leitor, não compreendendo o protocolo que este gênero literário (o conto de fadas) estabelece.²⁹⁶

A questão da ontologia discursiva de *Os Sertões* requer um breve balanço dos pontos de vista até então discutidos. Para Afrânio Coutinho, o texto em questão, um “livro único”, era uma das obras inclassificáveis dentro dos esquemas simplistas dos gêneros literários, que, escapando à classificação unívoca, participava de muitos desses gêneros. Entretanto, subestimar-lhe a natureza literária, considerando-o obra de ciência, era um erro fundamental de apreciação e interpretação. Segundo Coutinho, o que se destaca no livro é o caráter de narrativa, de ficção, de imaginação. Conseqüentemente, tratava-se de uma “obra de arte de ficção”, uma “narrativa heróica”, uma “epopéia em prosa”, um “romance-poema-epopéia”, no qual predominava o sentimento trágico. Por sua vez, Olímpio de Souza Andrade, mesmo reconhecendo a presença das narrativas imaginárias em *Os Sertões*, não inscreveu esse livro na rubrica das obras de ficção, preferindo tratá-lo como uma complexa “mistura de realidade e imaginação”, a qual desafiava a capacidade de discernimento dos seus melhores comentaristas. Livro inclassificável, *Os Sertões* apresentava-se com suas vigas mestras bem enterradas na realidade contingente, mas trazia á tona a “realidade da ficção”. Sob esse enfoque, a narrativa euclidiana da guerra não excluía o recurso do autor ao imaginário, á “fantasia criadora”. Já Franklin de Oliveira, embora reconhecendo a complexidade da estrutura ontológica do livro vingador, assinalou que o texto de Euclides não pode ser considerado “obra de imaginação”, “ficção” ou “romance”, pois se há nele uma carga ficcional, a mesma é apenas complementar. Da mesma forma, a interpretação que sugere ser *Os Sertões* uma obra híbrida escamoteia e fraudas a sua ontologia literária. Não obstante reconhecer que Euclides recriou a realidade mediante a uma “fantasia exata”, o crítico classificou *Os Sertões* como um “ensaio de crítica histórica”. Por sua vez, Luiz Costa Lima reagiu contra as leituras que propugnavam a dupla inscrição e o *status* de obra literária ou de ficção do livro euclidiano. Esse teórico da literatura não descarta o direito de se considerar *Os Sertões* sob um ponto de vista

²⁹⁶ Cf. BERNUCCI, Leopoldo M. Pressupostos historiográficos para uma leitura de *Os Sertões*, p. 12.

literário, muito embora outras razões que não as enunciadas pelos intérpretes euclidianos. Assinalando que não há literatura, no sentido estrito do termo, onde não haja ficcionalidade, classificou *Os Sertões* como um “discurso da realidade”, uma obra predominantemente sociológica. Destacando o cientificismo e o estatuto subalterno do literário do texto euclidiano, o crítico assinalou que, em *Os Sertões*, é permissível a entrada da literatura sob a condição de constituir uma cena de ornato. Assim, o plano literário que acompanhava o escritor caboclo não podia servir senão como ornato embelezador (a borda da narrativa) de verdades cientificamente dispostas (a parte central da obra), daí o porquê de a cena em *Os Sertões* se dividir em uma parte central, movida por uma explicação científica, e uma borda, a ornamentação literária. Por fim, Leopoldo Bernucci assinalou que no quadro global da sua estrutura discursiva do livro vingador, formada por engastes sociológicos, históricos, geológicos e etnográficos, reconhece-se um valor que transcende a categoria da ciência, ou seja, o seu lado literário e imaginário. Portanto, embora o traço frisante da obra seja o seu caráter sociológico, ela não deixa de compartilhar um espaço textual com as inserções provindas do imaginário. Contudo, sublinhar a dimensão literária de *Os Sertões* não implica encarar o livro euclidiano como obra ficcional. Ao contrário, será preciso entendê-lo como a conjugação de pelo menos dois modos discursivos: o das ciências e outro que prevalece nos discursos ficcionais e literários. Além de diferenciar as noções de literariedade e ficcionalidade, o autor assinalou que, na construção híbrida de *Os Sertões*, participam elementos que tanto podem pertencer à ficção quanto à historiografia.

Portanto, com exceção de Luiz Costa Lima, os demais intérpretes colocaram em destaque a presença, ao lado do discurso científico, de uma dimensão literária e mesmo ficcional em *Os Sertões*. A partir dessa interpretação, o problema da ontologia discursiva de *Os Sertões* pode ser enfocado como um exemplo de “gêneros misturados”, no qual as linhas de demarcação entre os elementos científicos e históricos e os literários e ficcionais são complexas e sinuosas. Sob essa perspectiva, Euclides produziu uma obra que oscila entre o tratamento científico e o enfoque literário. Tratar-se-ia, conforme Roberto Ventura, de uma “mescla de gêneros e linguagens”, de caráter híbrido, uma via intermediária entre a narrativa e o ensaio. Assim, “*Os Sertões* é uma obra que transita entre a literatura, a história e a ciência, ao unir a perspectiva científica, de base naturalista e evolucionista, à construção literária, marcada pelo fatalismo trágico e por uma visão romântica da natureza. Euclides recorreu a formas de ficção – como a tragédia e a epopéia – para compreender o horror da guerra e inserir os fatos num enredo capaz de ultrapassar sua

significação particular.” Essas últimas observações trazem para o centro das discussões sobre a natureza da obra euclidiana as possibilidades de entroncamento entre Euclides e Victor Hugo, ou das relações intertextuais entre *Os Sertões* e o romance *Quatrevingt-treize*. Como se vem destacando ao longo dessa Tese, essas analogias possibilitam discutir acerca das relações entre a escrita da história e os diversos gêneros literários na construção da narrativa histórica, evidenciados por historiadores e demais profissionais das ciências humanas nas últimas três ou quatro décadas. Preliminarmente, trata-se de abordar os influxos hugoanos no conjunto dos escritos de Euclides. Na seqüência, buscam-se estabelecer, mais precisamente, as relações intertextuais que vinculam a obra euclidiana ao romance hugoano.²⁹⁷

Euclides e Victor Hugo

No contexto dos vínculos que relacionam história e literatura, no corpo de *Os Sertões*, passa-se a discutir o raio de alcance de Victor Hugo sobre a escritura euclidiana. Nessa perspectiva, destacar a presença do autor de *Notre-Dame de Paris* (1831) na literatura brasileira do século XIX é um lugar-comum. A esse respeito, discutindo a ação hugoana ao longo do período aludido, Antônio Carneiro Leão assinalou que nenhum artista, escritor, homem de Estado ou pensador nacional ou estrangeiro teve, nessas latitudes, projeção igual ao mago da poesia francesa. “De extremo a extremo da pátria brasileira, durante mais de cinquenta anos, a originalidade de suas imagens, o flagrante de suas personificações, a audácia renovadora de sua língua, o mistério cósmico de seu sentimento religioso, a força revolucionária de seu estro conquistaram inteligências e os corações.” Não obstante as prováveis obliterações que a manifesta hugolatria de Carneiro Leão possam resultar no presente esforço de análise, um biógrafo da contemporaneidade, Graham Robb – reconhecido pela sua mordaz desconstrução do culto da personalidade hugoana –, diagnosticou, em termos semelhantes, o impacto profundo causado pelo criador de *Quasímodo* e *Jean Valjean* no panorama literário e político do Ocidente. “Nenhum outro escritor do século XIX gozou de tamanho prestígio literário e político. Um mapa mundial mostrando a extensão da influência popular de Hugo seria mais monotonamente vermelho do que um mapa do Império britânico é rosa, e uma exposição completa de sua participação em várias histórias nacionais explodiria os limites desta biografia (e extenuaria os

²⁹⁷ Cf. VENTURA, Roberto. *Os Sertões*, p. 60.

limites da competência do biógrafo).” No mesmo diapasão, o biógrafo ressaltou que essa vaga descomunal do hugoanismo se estendeu para além dos limites do Velho Mundo. “Por toda América do Sul e Central, o autor de *Hernani* e *Napoléon-le-Petit* era agora o principal catalisador europeu de uma *naissance* literária e política que justifica plenamente sua equiparação da revolução romântica com a revolução de fato.”²⁹⁸

Com efeito, no Brasil, o romancista francês exerceu poderoso influxo sobre várias gerações de poetas e escritores, pertencentes às escolas romântica, realista e parnasiana – a exemplo de Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Castro Alves, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, Valentim de Magalhães, Vicente de Carvalho, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, Olavo Billac e Euclides da Cunha. Ao longo desse período, as obras de Hugo foram abundantemente traduzidas, citando-se, dentre os mais de seus cem tradutores brasileiros, os nomes de Maciel Monteiro, Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Castro Alves, José Bonifácio (o Moço), Múcio Teixeira, Luís Delfino, Cassiano Tavares Bastos, Raimundo Correia, Teixeira de Melo, Vicente de Carvalho, Arthur Azevedo e do Imperador Pedro II. Assim, já em 1836, Hugo era comentado nas páginas de *Varietades Literárias*, por Pereira da Silva. Em 1841, Maciel Monteiro traduziu “Madame autor de Vous” (“Senhora em torno de vós”), composição que integra *Les Feuilles d’Automne* [*As Folhas de Outono*, 1831], apontada como a primeira tradução brasileira de um texto hugoano. Em 1846, Gonçalves Dias traduziu *Bug-Jargal* (1826), o primeiro trabalho completo hugoano versado para o português, no Brasil, segundo Cassiano Tavares Bastos. Por sua vez, o Imperador Pedro II – que se declarava hogófilo desde os seis anos de idade – responsabilizou-se pela tradução de poemas, como “Louis XVII”, e Machado de Assis traduziu *Les Travailleurs de la Mer* [*Os Trabalhadores do mar*, 1866], no mesmo ano de seu lançamento na Europa. Como lembrou Júnia Barreto, a hugolatria dos brasileiros prolongou-se pelo século XX. Assim, os dados da Biblioteca Nacional informam que mais de setenta trabalhos de traduções e adaptações dos seus textos foram publicados no Brasil – tendo sido a obra romanesca traduzida integralmente. No topo da lista dos textos hugoanos mais

²⁹⁸ Cf. LEÃO, Antônio Carneiro. **Victor Hugo no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. p. 42; ROBB, Graham. **Victor Hugo: uma biografia**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 356 e 385.

traduzidos, aparecem *Os Miseráveis* (dezoito vezes), seguido por *Os Trabalhadores do Mar* e *Notre-Dame de Paris* (dez edições cada) e *Quatrevingt-treize* (sete vezes).²⁹⁹

Buscando explicar raízes desse sucesso de Hugo no Brasil, Carneiro Leão assinalou que, muito embora faltasse ao romancista aquele *senso de medida*, tão característico dos franceses, “sobravam-lhe a generosidade, o amor humano, a disposição para sofrer na defesa do belo, do justo e do verdadeiro – símbolos imortais do coração de sua pátria. E não estariam aí [...] as causas da predisposição para o fascínio de tantas gerações de artistas, de pensadores, de homens de Estado brasileiros pelo grande poeta?” Ademais, como lembrou Júnia Barreto, além de o século XIX marcar o apogeu da cultura francesa no Brasil e a redescoberta do jovem país pelos franceses, aqui o Romantismo teve forte impacto político. “O misticismo social e o messianismo revolucionário reforçaram a aura da Revolução Francesa e promoveram, de certa forma, as idéias abolicionistas. Victor Hugo era, então, o ídolo dos poetas e dos escritores românticos brasileiros e também dos políticos.” Segundo a mesma autora, esse era o resultado lógico do fascínio de muitos brasileiros pelas idéias e pelo patrimônio artístico hugoanos, um fenômeno que se iniciou muito cedo. Conseqüentemente, a presença do poeta, romancista, dramaturgo e teórico na vida literária e artística do Brasil do século XIX foi muito forte. Seus textos aqui se tornaram familiares, quase ao mesmo tempo em que na França. Obras como *Les Châtiments* [*Os Castigos*, 1853 e 1870], *Histoire d’un crime* [*História de um crime*, 1877-1878] e, sobretudo, *Napoléon-le-Petit* [*Napoleão, o Pequeno*, 1852] eram constantemente citadas nas tribunas, na imprensa e nos discursos políticos. “A admiração não era atribuída, portanto, apenas ao escritor romântico do prefácio de *Cromwell*, mas, sobretudo, ao Hugo político, aquele que introduziu o proletariado na literatura e que fez um retrato monumental dos acontecimentos do século XIX.” Na mesma perspectiva, o escritor tornou-se uma verdadeira fonte de inspiração para seus confrades brasileiros e, por muitas vezes, objeto de paródia. Portanto, a hugolatria atingia homens como o escritor e parlamentar José de Alencar, em cujas obras, como *O Gaúcho* (1870), são flagrantes as intertextualidades com os romances do escritor francês.³⁰⁰

Em contrapartida, Hugo manifestou interesse por determinados assuntos brasileiros, conforme evidenciam uma das prosaicas aventuras amorosas do poeta, determinadas referências

²⁹⁹ Cf. LEÃO, Antônio Carneiro, op. cit., p. 37, 39, 45- 50, 145, 146; HUGO, Victor. **Os Trabalhadores do mar**. Tradução de Machado de Assis. São Paulo: Nova Cultural, 2003; BARRETO, Júnia. Victor Hugo e o Brasil. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, nº. 46, dez. 2002, p. 116.

³⁰⁰ Cf. LEÃO, Antônio Carneiro, op. cit., p. 9, 48, 104; BARRETO, Júnia, op. cit., p. 133-116.

literárias ao Brasil, posições acerca da abolição da escravidão, externadas pelo escritor na imprensa e mesmo as relações de amizade mantidas com Imperador. Assim, Hugo teve um *affaire* com certa dama brasileira, codnominada “Rosita Rosa”. Por outro lado, algumas de suas obras, como *Os Trabalhadores do Mar*, contêm fugazes alusões ao Brasil. Uma das razões que contribuíram para estreitar as vinculações de Hugo com o Brasil foi a presença nessas plagas de Charles Ribeyrolles (1812-1860), jornalista e amigo do escritor, que emigrou para os trópicos pouco depois do *coupe d'état* de Louis Bonaparte. Sob encomenda, Ribeyrolles escreveu *Le Brésil Pittoresque* [*O Brasil Pitoresco*, 1859]. Em 1860, após a morte de Ribeyrolles, jornalistas brasileiros resolveram erigir um monumento em sua homenagem, no seu sepulcro, no cemitério de Niterói. Assim, membros da imprensa dirigiram-se a Hugo, pedindo-lhe um epitáfio para o túmulo do seu companheiro de exílio na ilha de Jersey, na Grã-Bretanha. O texto solicitado veio acompanhado de uma carta intitulada “Victor Hugo aos brasileiros”, datada de 4 de novembro de 1860. E as manifestações de interesse de Hugo pelo Brasil continuaram. Em 1871, ele publicou um artigo num jornal belga elogiando a Lei do Ventre Livre. Na seqüência, em 1884, ao comentar a alforria dos escravos das províncias do Amazonas e do Ceará, destacou que o Brasil aboliu a escravidão com um golpe decisivo, ao tempo em que felicitava Pedro II pelo gesto. No que concerne ao monarca brasileiro, por ocasião de uma das suas visitas a Paris, em 1877, fez questão de conhecer o romancista revolucionário. A partir de então, trocaram medidas e fotografias, tendo Sua Majestade recebido do escritor um exemplar autografado de *L'Art d'Être Grand-Père* [*A Arte de ser avó*, 1877], datado de 22 de maio de 1879.³⁰¹

Uma das demonstrações mais eloqüentes da hugolotria brasileira emergiu ao longo dos dias que se seguiram ao desaparecimento do escritor, fato ocorrido em 22 de maio de 1885. Essa notícia repercutiu intensamente no Brasil, tanto no Parlamento, quanto na imprensa e na sociedade letrada. Na capital do Império, a Câmara dos Deputados aprovou, em 25 de maio, um voto de pesar, proposto por Martim Francisco, nos seguintes termos: “Victor Hugo, inteligência vigorosa que aos 79 anos escrevia esse grande monumento – *Noventa e Três*, onde ele reúne à altura da epopéia os primores do romance; Victor Hugo, essa inteligência, acima de qualquer outra que se manifestava aos 80 anos em *Torquemada*, vivo protesto contra a intolerância religiosa; Victor Hugo, finalmente, notável no verso, no romance, no teatro, na política, quando

³⁰¹ Cf. LEÃO, Antônio Carneiro, op. cit., p. 58-73; ROBB, Graham, op. cit., p. 472; BROCA, Brito. Victor Hugo e os românticos. In: _____. **Românticos, Pré-Românticos e Ultra-Românticos**: vida literária e romantismo brasileiro. São Paulo: Polis, 1979. p. 305-308.

assombrava o mundo no Senado francês com a sua eloquência máscula e sentimentos generosos, merece, sem dúvida, uma homenagem da Câmara dos senhores deputados da nação brasileira.” Nas páginas dos periódicos nacionais – tais como *A Semana*, *Jornal do Comércio*, *Quinzenal*, *Diário de Notícias*, *O País*, *A Província de São Paulo*, *Correio Paulistano*, *Diário da Bahia*, *Diário de Pernambuco*, dentre outros – diversos intelectuais brasileiros prantearam o desaparecimento do escritor. Os estudantes da Escola Militar da Praia Vermelha telegrafaram aos colegas da Escola Saint-Cyr, pedindo-lhes que os representassem nos funerais de Hugo, enquanto os lentes da academia suspendiam as aulas em demonstração de pesar. Por seu turno, os alunos da Escola Politécnica – estabelecimento de ensino cursado por Euclides à época – enviaram um telegrama ao Ministro do Brasil em Paris, solicitando que lhes fizesse representar nas cerimônias fúnebres, enquanto os professores da referida instituição dirigiam-se à Academia Francesa, rogando aos seus membros que aceitassem as condolências pela dolorosa perda que a França e o gênero humano sofreram naquela data.³⁰²

Como se pode constatar, a presença de Victor Hugo na vida cultural e política brasileira do século XIX foi extraordinariamente intensa. Como outros homens de letras do seu tempo, Euclides também experimentou os efeitos do fenômeno que Sílvio Romero diagnosticou como “febre a Victor Hugo”, conforme se pode atestar mediante a uma simples verificação das alusões e das referências ao escritor francês, espalhadas ao longo dos textos do engenheiro-letrado – desde os escritos juvenis até as obras da sua maturidade. A esse respeito, Wilson Martins, num estudo ao que tudo indica pioneiro, destacou algumas das analogias existentes entre Euclides e Victor Hugo. Segundo o autor de *História da Inteligência Brasileira*, ainda não se havia estudado o parentesco estilístico, ou melhor, psicológico, existente entre Euclides e Hugo, assim como entre o escritor caboclo e outros autores das grandes literaturas. Conforme Martins, esse parentesco não escapou ao próprio autor de *Os Sertões*, que o exprimiu incidentalmente, talvez sem aquilatar-lhe completamente o significado. De toda sorte, somente a preocupação de correção lingüística euclidiana, manifestada ao longo da sua produção textual, já seria, por si mesma, suficientemente reveladora das simetrias com o romântico francês. Assim, Euclides teria idéia, ainda que “vaga e inconsciente”, das afinidades de temperamento e de estilo que o uniam à “maior potência verbal da literatura francesa.” Portanto, “se talvez seja um exagero dizer que Victor Hugo tenha sido o seu modelo, a sua grande admiração (o que, de resto, é ponto que bem

³⁰² Cf. LEÃO, Antônio Carneiro, op. cit., p. 163-258.

merece elucidar-se), o fato inegável é que os associam tantas semelhanças íntimas que espanta não tenham sido até hoje suficientemente estudadas.”³⁰³

A respeito desse ponto, sublinhe-se que vários pesquisadores euclidianos – a exemplo de Adelino Brandão, Leopoldo Bernucci, Francisco Foot Hardman, Roberto Ventura, Edgar de Decca e Berthold Zilly – enfatizaram as marcas hugoanas na poesia e na prosa do escritor caboclo. Não obstante, certa tradição interpretativa não se deteve exaustivamente nessa questão. Como ponderou Foot Hardman, os críticos têm ressaltado muito o papel desempenhado pela ideologia do progresso. Engenheiro e oficial do Exército, era previsível que o pensamento de Euclides fosse perpassado por idéias relacionadas aos grandes movimentos político-culturais da sua época: positivismo, evolucionismo, materialismo, socialismo reformista, republicanismo. Entretanto, na sua obra aparece uma outra polaridade que a marca profundamente, ou seja, um romantismo de base hugoana, responsável por provocar na prosa e na poesia euclidianas uma combinação entre estética do sublime, dramatização da natureza e da história e discurso socialmente empenhado. Reitere-se que essa matriz não foi um apanágio de Euclides, tendo marcado muitos outros escritores da sua geração. Por seu turno, Adelino Brandão sublinhou que os impressionantes paralelos existentes entre o romance *Quatrevingt-treize* e *Os Sertões* levaram-no a concluir serem as afinidades de fundo, forma, estrutura e técnica, tema, processo e conteúdo da narrativa entre os dois escritores bem menos “inconscientes” do que sugeriu Wilson Martins – não sendo explicadas somente por meras “afinidades de temperamento”. Assim, os parentescos psicológicos e de estilo existentes entre Hugo e Euclides desembocaram nas analogias incomuns que vinculam *Os Sertões* a *Quatrevingt-treize*. Segundo Brandão, o relacionamento entre os dois estilistas se fundamentava numa atitude consciente, já que Euclides teria um conceito concreto dos processos estilísticos de Victor Hugo – e não apenas uma intuição “vaga”. Portanto, um conjunto de certos traços comuns aparece nas obras hugoana e euclidiana em questão: a onipresença da natureza, a caracterização dos tipos humanos, os quadros dramáticos presentes nas narrativas, o caráter vingador da literatura, a denúncia dos crimes e das injustiças cometidos pelas coletividades nacionais.³⁰⁴

³⁰³ Cf. MARTINS, Wilson, op. cit., p. 209.

³⁰⁴ Cf. HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides da Cunha, p. 293-310; BRANDÃO, Adelino. Euclides e Victor Hugo, p. 25-45; BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos**, p. 25-38; VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**, p. 42, 47, 53; DECCA, Edgar Salvadori de. Os Sertões e sua cena original, p. 137-162; Id. Euclides e *Os Sertões*: entre a literatura e a história, p.

As primeiras marcas do autor de *Les Misérables* na escrita euclidiana apareceram, concomitantes às referências primevas à Revolução Francesa, no caderno de poesias *Ondas*. A esse respeito, os poemas “Serenata”, “Rebate – Aos padres” e “Os grandes enfeitados”, escritos entre 1883 e 1884, foram encimados por epígrafes que continham trechos de composições hugoanas, reunidas nas coletâneas *Odes et Ballades* [*Odes e Baladas*, 1826 e 1828] e *Les Châtiments*. Aqui, cabe destacar a poesia anticlerical “Rebate – Aos padres”, iniciada com um apelo iluminista do escritor francês: “Sonnez, sonnez toujours, clairons de la pensée” (“Toquem, toquem sempre, clarins do pensamento”). Como se sublinhou em outros momentos dessa Tese, o adolescente Euclides não ocultava o fascínio exercido pelos alexandrinos férreos e incisivos de Victor Hugo. Nesse sentido, no poema “Último canto” (1884), o jovem bardo manifestou a sua admiração irrestrita a Hugo, “esse arquiteto audaz do pensamento”, que “jamais sói refrear o seu verso terrível, veloce como a luz, como o raio incoercível!” Em janeiro de 1888, esse poema foi publicado, com alterações, na *Revista da Família Acadêmica*, sob o título “Fazendo versos” – quando o autor cursava a Escola da Praia Vermelha. Ainda no que se refere às elaborações poéticas euclidianas, acrescente-se que outra das suas poesias, “Estâncias”, publicada na mesma revista, em outubro do mesmo ano, foi aberta com uma inscrição que se remetia a Victor Hugo: “Les beaux yeux sauvent les beaux vers!” [“Os belos olhos salvam os belos versos!”]. O fragmento em questão faz parte do poema “À Mademoiselle J.”, que integra a obra *Les Chants du Crépuscule* [*Os Cantos do Crepúsculo*, 1835].³⁰⁵

A poesia “O Mestre” (1885), na qual Euclides pranteou a morte de Victor Hugo, ocupa um lugar menor no âmbito dos estudos euclidianos. Paradoxalmente, como lembrou Francisco Foot Hardman, esse poema é relevante para a configuração do romantismo de Euclides, muito embora não tivesse sido incorporado à *Obra completa* do escritor caboclo, editada em 1966. De toda sorte, essa composição apareceu na revista carioca “Quinzenal”, em 6 de junho de 1885, a qual publicou diversas manifestações de pesar de hogólatras brasileiros, capitaneados por Araripe Júnior. Assim, nos seus versos, um obscuro estudante de engenharia da Escola Politécnica, um

157-188; ZILLY, Berthold. Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha, p. 5-55.

³⁰⁵ Cf. CUNHA, Euclides da. **Ondas**; Id. **Obra completa**, p. 699, 708, 711, 718; HUGO, Victor. **Odes et ballades. Les Orientales**. Paris: Garnier-Flamarion, 1968. p. 254; Id. **Oeuvres Poétiques I**. Avant l'exil 1802-1851. Paris: Gallimard, 1964. p. 518-519, 878-882; Id. **Oeuvres Poétiques II**. Les Châtiments. Les Contemplations. Paris: Gallimard, 1967. p. 182.

certo Euclides Cunha, manifestou os seus sentimentos diante do desaparecimento do grande escritor, nos seguintes termos:

Não choremo-lo não... se essas dores supremas
Geram sombria noite em nosso ser magoado.
Em nossa alma se arqueia
Cada folha imortal de seus imensos poemas
Com um céu constelado
Destes eternos sóis: o canto, a estrofe e a idéia.³⁰⁶

As afinidades que vincularam a trajetória intelectual de Euclides à imagem de Hugo estenderam-se por boa parte da existência do engenheiro-letrado. O fascínio hugoano exercido sobre Euclides pode também ser constatado nos artigos jornalísticos e ensaios nos quais o engenheiro-letrado buscou discutir elementos do legado do escritor francês. Assim, no ensaio “Críticos” (1888), o cadete da Escola Militar da Praia Vermelha, valendo-se de um tom pretensioso, assinalou que a maioria dos críticos brasileiros da época se caracterizava por uma deplorável infecundidade, constituindo-se, na maioria das vezes, meia dúzia de literatos descrentes e aborrecidos – cuja única preocupação era esconder uma profunda esterilidade mental nas criações estranhas. Desse modo, vislumbrava-os como indivíduos animados por um grande fanatismo pela *realidade*, procurando o que havia de mais hediondo e nojento nas páginas de Émile Zola (1840-1902); o que havia de mais impuro nos capítulos de Eça de Queirós; o que havia de mais extravagante na poesia de Jean Richepin (1849-1926). Asseverando que a Bíblia dos *realistas* era *O Primo Basílio* (1878), convidava seus leitores a acompanharem uma série de ações iconoclastas, as quais provariam a esterilidade intelectual dos seus adversários: “Quereis matá-los à mingua de ar e de luz?.. Envolvei-os na límpida cintilação de uma página de Lamartine; lançai-lhes às fronteiras os brilhos de um grande sonho de Goethe, recita-lhes um alexandrino brilhante de Victor Hugo. Para essa gente, a síntese suprema da realidade é a lama...” Prosseguindo com as suas diatribes, o cadete argumentava que os realistas fechavam os olhos, aterrados às “grandes produções da cabeça olímpica de Victor Hugo.” Para esses críticos, Jean Valjean era um espantalho, um parto monstruoso de um temperamento enormemente enfermo, “um manequim estranho animado por uma alucinação, por um sonho de poeta, e inteiramente isolado das leis naturais...” Na contracorrente, o projeto de literato, que esperava não ter “a desgraça de ser escritor, um dia”, assinalava a sua identificação para com a mensagem

³⁰⁶ Cf. CUNHA, Euclides da. O mestre. In: ARARIPE JÚNIOR. **Obra crítica de Araripe Júnior** (volume I, 1868-1887). Rio de Janeiro: casa de Rui Barbosa, 1958. p. 412; HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides da Cunha, p. 308.

humanitarista hugoana, centrada na possibilidade de regeneração dos indivíduos: “Pois bem, eu que não sei ainda até onde pode subir a energia de um caráter, eu que não sei até que ponto pode ser heróica a virtude, eu, por honra minha, creio ser João Valjean, um personagem real, creio sinceramente naquela ascensão progressiva de uma alma...”³⁰⁷

Na seqüência, em 24 de maio de 1890, nas páginas de *Democracia*, Euclides discutiu a presença hugoana no contexto da história das idéias do século XIX. Assim, escrevendo a propósito do quinto aniversário de morte do “prodigioso sonhador” de *Les Orientales* [*As Orientais*, 1829], estranhava as mais descontraídas opiniões acerca do escritor francês: “Uns fizeram-no um Deus, outros um rimador vulgar.” Na contracorrente, destacava que o temperamento apaixonado do “heróico panfletário” de *Napoléon-le-Petit* o eximiu da consideração cuidadosa e constante do meio em que agia, daí porque a sua ação sobre ele foi por demais insignificante. Dessa forma, comparava a obra do escritor francês com os cânones do pensamento científico oitocentista, com nítida inclinação pelo legado cientificista. Assim, o articulista reconhecia que Victor Hugo estava “muito longe de ser a primeira individualidade de seu século.” Para Euclides – que se encontrava “sob o domínio cativante de Auguste Comte” –, à fantasia rimada hugoana, antepunham-se, vitoriosos, os mais brilhantes competidores – os representantes oitocentistas das ciências naturais: “Enquanto os mais alevantados problemas, as mais trabalhosas questões, estimuladas pelas exigências crescentes da civilização, iluminavam amplamente as cabeças geniais de Comte, Huxley, Haeckel, Darwin e Spencer, o desterrado de Jérsei expandia todo o seu sentimentalismo, ou o lirismo arrebatador da sua imensa nevrose revolucionária.” Não obstante, o articulista acreditava que se a alma do sonhador e artístico Hugo estivesse subordinada a “uma sólida educação científica”, se fosse revigorada pela “disciplina férrea da ciência”, a mesma imprimir-se-ia de modo mais brilhante ao século que o viu nascer. Contudo, o sonhador francês nunca se deteve frente à contemplação aprofundada da natureza, fítando-a através de sua fantasia caprichosa, tentando amoldá-la às extravagâncias da sua imaginação irrequieta. O que resultou a Hugo foram os aplausos efêmeros que o circundaram e a aparição de uma notável espécie de admiradores – que o combatiam e o adoravam, que o apedrejavam ajoelhados. Apesar de tudo isso, era impossível negar-lhe altitude: “Para engrandecê-lo basta-lhe a grandeza do próprio coração tantas vezes aberto à dor universal.”³⁰⁸

³⁰⁷ Cf. CUNHA, Euclides da. Críticos. In: **Obra completa**, p. 568-570

³⁰⁸ Cf. CUNHA, Euclides da. Divagando. In: **Obra completa**, p. 634-635; Id. Carta a Lúcio de Mendonça, 1904. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 194.

A despeito dessa homenagem singela, Euclides explicitou a sua hugolatria em uma crônica, publicado em 22 de maio de 1892, em *O Estado de São Paulo*. Nesse texto, o engenheiro repercutia os sete anos da morte do “poeta extraordinário, que se nacionalizara em todas as pátrias, pelo condensar melhor do que qualquer outro talvez, no amálgama ideal de bronze e de ouro de seus versos eternos, essa síntese continuamente crescente, que se espelha em todas as literaturas, e é o ponto de apoio de todas as nacionalidades e a garantias mais sólida de todas as civilizações.” Conforme o cronista, se qualquer literatura define uma nacionalidade, por se basear inteiramente no sentimento hereditário da raça e na subordinação às tradições nacionais, Victor Hugo, “o genial e extraordinário romântico”, era mais do que o poeta da França, pertencia ao século XIX – “porque o que todos nós sentimos, palpitando veemente, fulgurante se sonoro, através dos seus alexandrinos imortais, não é a alma de uma sociedade, mas sim todo sentimento humano!” Prosseguindo, destacou que à desmedida afetividade hugoana não bastou o sentimento da pátria, razão porque o escritor universal se ligou à disposição moral da solidariedade humana – “intentando assim, por uma intuição de vidente, esse consórcio final da Arte com a Filosofia, a que chegaram também os pensadores modernos, porém através de longas, penosas e severas meditações.” Precisamente neste ponto, aflora a hipótese de que Euclides tomou para si dois traços expressivos do pensamento de Victor Hugo, os quais se fizeram presentes ao longo da sua obra: o sentimento da pátria e o consórcio final da Arte com a Filosofia – ou, ainda, o consórcio da ciência e da arte. Ademais, o tenente do Exército destacava que Hugo, tendo nascido com o século XIX, pareceu ter-se ligado indissolivelmente a essa época extraordinária das maiores revoluções da filosofia, da política e da arte intentando a tarefa de refleti-las todas, pois a revolução ocidental colocara no seio de todos os povos os germens da regeneração política, e em todos os cérebros os primeiros elementos da regeneração filosófica. “Era preciso, porém, alguém que idealizasse essa existência moderna, que dela derivou, alguém que, exagerando embora as verdades da filosofia e da política, as interpretasse, sob a forma atraente de utopias e de ideais deslumbrantes. Esta função foi admiravelmente exercitada pelo homem extraordinário, de cujo nome nos lembramos hoje.” Mesmo forrando-se à incumbência de elaborar um esboço biográfico hugoano – que fluíam tanto das páginas tranqüilas de *Les Contemplations* [*As Contemplações*, 1856] quanto das folhas explosivas de *L’Année Terrible* [*O Ano terrível*, 1872] –, Euclides declarava objetivar impedir que passe despercebido um nome, sobre o qual se começava a fazer um esquecimento injusto e ingrato. Ao tempo em que admitia não ser Hugo não o primeiro

homem do século XIX, o futuro historiador de Canudos assumia a sua veneração para com o “sonhador extraordinário que tão bem idealizou a fraternidade humana”, preconizada na idéia da república universal – a maior conquista ulterior da política moderna.³⁰⁹

Os escritos euclidianos sobre a Campanha de Canudos, que antecederam *Os Sertões*, contêm uma referência indireta a Victor Hugo, presente em uma das reportagens escritas por Euclides, em 13 de agosto de 1897. Assim, o correspondente de *O Estado de São Paulo*, comentando a emoção do general Cláudio do Amaral Savaget, ferido em um combate travado no arraial conselheirista, diante das saudações carinhosas que recebeu dos habitantes de Salvador, sacou o seguinte mote: “De verre pour gémir, d’airain pour resistir” (“De vidro para gemer, de bronze para resistir”). Malgrado o fato de o jornalista não atribuir os créditos de autoria, o fragmento em questão foi extraído do poema “À Louis B.”, que integra *Les Chants du Crépuscule*, anteriormente referido. Por outro lado, em que pese a ausência de citações de Hugo, no texto final de *Os Sertões*, essa evidência não significa que a força imagética do escritor francês estivesse distante das elaborações artísticas e teóricas euclidianas. A esse respeito, a carta escrita pelo engenheiro-escritor a Francisco de Escobar, em 19 de outubro de 1902, às vésperas do lançamento do livro vingador, é suficientemente reveladora. No manuscrito em questão, Euclides, apavorado com a enorme quantidade de descuidos gramaticais, que tinham escapado ao crivo da revisão – temeroso de ficar à mercê “de quanto meninote erudito brune as esquinas” e “passível da férula brutal dos terríveis gramatiquinhos” –, consolava-se com um argumento decisivo: “Felizmente disseram também que o Victor Hugo não sabia francês.” Ressalte-se que esse ato falho é por demais significativo. Aqui, tem-se uma das evidências que possibilitam corroborar a tese de Wilson Martins, segundo a qual Euclides tinha idéia, “ainda que vaga e inconsciente”, das afinidades de temperamento e de estilo que o uniam a um dos maiores escritores franceses do século XIX. Por fim, a essa pista deve-se acrescentar o detalhe – não irrelevante – de que o ano de 1902 entrelaçou a publicação da obra euclidiana sobre a Campanha de Canudos às comemorações do centenário de nascimento do autor de *Quatrevingt-treize*.³¹⁰

As alusões fugazes euclidianas às obras de Hugo se estenderam para além de *Os Sertões*. Assim, o escritor brasileiro escolheu uma epígrafe hugoana para ilustrar o intento de seu trabalho

³⁰⁹ Cf. CUNHA, Euclides da. Dia a dia, 22 de maio de 1892. In: _____. **Obra completa**, p. 679-680.

³¹⁰ Cf. CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**, p. 84; Id. Carta a Francisco de Escobar. Lorena, 19 de outubro de 1902. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 141; HUGO, Victor. **Oeuvres Poétiques I**, p. 889-896.

Peru versus Bolívia (1907): “... mais il est permis, même au plus faible, d’avoir une bonne intention et de la dire” (“... mas, é permitido, mesmo ao mais fraco, ter uma boa idéia e a dizer”). Com efeito, esse fragmento foi extraído do prefácio de uma das obras de Hugo – *La Légende des siècles* [*A Lenda dos séculos*, 1859, 1877 e 1883]. Por fim, na conferência “Castro Alves e seu tempo”, proferida no centro Acadêmico XI de Agosto, na Faculdade de Direito de São Paulo, em 2 de dezembro de 1907, Euclides, ao colocar em questão o papel desempenhado pelos influxos hugoanos no “insigne e extraordinário condoreiro da Bahia”, pareceu manifestar, consciente ou inconscientemente, mal-estar para com as semelhanças existentes entre os seus escritos e os do romancista francês: “Os que lhe denunciam nos versos a autoridade preponderante de Victor Hugo, esquece-lhes sempre que ela existiu sobretudo por uma identidade de estímulos. Não foi o velho genial quem nos ensinou a metáfora, o estiramento das hipérboles, o vulcanismo da imagem, e todos os exageros da palavra, a espelharem, entre nós, uma impulsividade e um desencadeamento de paixões que são essencialmente nativos.” Assim como o escritor caboclo buscou repelir as analogias que vinculavam Castro Alves a Hugo, o seu próprio estilo guardava inquietantes analogias com o conjunto de traços que marcavam a escrita do autor de *Quatrevingt-treize*. Dessa maneira, nas características estilísticas hugoanas, sublinhadas por Carneiro Leão, poder-se-ia vislumbrar elementos recorrentemente assinalados pelos euclidianos como característicos do autor de *Os Sertões*: “Realmente, ele foi o artista da palavra, o manejador do epíteto preciso, o pintor inexcedível do flagrante dos fatos, o trabalhador infatigável da forma, o mestre do estilo. Ele sabia, quando oportuno, ‘buscar o calão da plebe, a linguagem desabrida dos forçados, o balbuciar informe e ilógico das crianças.’”³¹¹

Portanto, tomando-se como referência as citações e as alusões de Euclides à obra de Victor Hugo, mencionadas ao longo do presente segmento, um levantamento parcial e incompleto sugere a leitura – ou, ao menos, o contato – do engenheiro-letrado com as seguintes obras do escritor francês: *Odes et ballades*, *Les Châtiments*, *Les Chants du Crépuscule*, *Les Misérables*, *Les Orientales*, *Napoléon-le-Petit*, *Les Contemplations*, *Le Anée Terrible* e *La Légende des siècles*. Contrastando com essa apreciável quantidade de menções, o inventário das obras pertencentes ao engenheiro-escritor, à época do seu desaparecimento, configura-se decepcionante, pois não acusa a presença sequer de um volume hugoano nas suas estantes. Aqui,

³¹¹ Cf. CUNHA, Euclides da. Castro Alves e seu tempo. In: **Obra completa**, p. 474; HUGO, Victor. **La Légende des siècles I**. Paris: Garnier-Flamarion, 1979. p. 62; LEÃO, Antônio Carneiro, op. cit., p. 34.

estabelece-se um contraponto entre a ausência do romancista francês, nos livros que pertenciam a Euclides, e a presença de dois sustentáculos do pensamento cientificista do século XIX, igualmente relevantes no contexto das elaborações euclidianas: Comte e Taine. Assim, o fundador do positivismo encontrava-se presente na biblioteca euclidiana através do *Cours de Philosophie Positive* [*Curso de Filosofia Positiva*, 1830-1842]. No que diz respeito a Taine, o autor de *Os Sertões* possuía os seguintes trabalhos: *Essai sur Tite Live*, *Pages Choisies*, *Neuveau essais de Critique et d'Histoire*, *Origens da França contemporânea* e *Le Positivisme Anglais*. O mesmo raciocínio aplicar-se-ia a Charles Darwin (1809-1882) e Thomas Henry Huxley (1825-1895), presentes, nas prateleiras de Euclides, através de traduções francesas das obras: *On the Origin of Species* [*Sobre a Origem das Espécies*, 1859] e *Man's Place in Nature, and other Anthropological Essays* [*O Lugar do Homem na Natureza e outros ensaios antropológicos*, 1894]. Poder-se-ia argumentar que o foco da leitura euclidiana modificou-se, transitando do fascínio adolescente pela poesia hugoana para os trabalhos científicos. Não obstante, faz-se necessário investigar os sinais dessa presença-ausência de Hugo em *Os Sertões*, confrontando-se o livro vingador e o *Quatrevingt-treize*, uma versão histórico-literária da Revolução Francesa.³¹²

Quatrevingt-treize: o modelo literário de A Nossa Vendéia?

Alguns críticos literários, historiadores e estudiosos euclidianos vêm insistindo nas analogias inquietantes que vinculam esse romance histórico de Hugo aos escritos do chamado *Ciclo d' Os Sertões*. Assim, debruçaram-se sobre esse tema Adelino Brandão, Leopoldo Bernucci, Roberto Ventura, Walnice Nogueira Galvão, Berthold Zilly, Edgar de Decca, dentre outros. Para esses autores, a imagem, por excelência, do conjunto da obra hugoana, que teria se cristalizado em Euclides, foi aquela relacionada à Vendéia – o levante monarquista e clerical ocorrido no oeste da França, em fins do século XVIII, e narrado no *Quatrevingt-treize*, que associou nobres e camponeses daquele departamento em oposição à República francesa e aos seus aliados locais. Como já evidenciado ao longo desta pesquisa, as alusões à Vendéia surgem, nos escritos euclidianos, desde 1892, precedendo os acontecimentos dramáticos de Canudos. Portanto, as correlações, estabelecidas por Euclides, entre o processo revolucionário francês e a história brasileira, colocam diversas questões, a exemplo da que se segue: a partir de quais

³¹² Cf. GALOTTI, Oswaldo, op. cit., p. 5-9.

referências historiográficas, literárias ou sociológicas foram construídas tais ilações? Sabe-se que a temática da contra-revolução foi objeto de romances, a exemplo de *Le Dernier Chouan* [*O Último Chouan*, 1829], de Balzac. Michelet, outra provável leitura do escritor caboclo, também narrou episódios da Vendéia. Entretanto, os indícios, presentes no conjunto da obra euclidiana, sugerem uma hipótese de trabalho plausível, vazada nos seguintes termos: o *Quatrevingt-treize* foi uma das leituras decisivas para a construção da metáfora euclidiana da Vendéia. Assim, a adaptação do enredo histórico-literário hugoano, ao contexto brasileiro do final do século XIX, possibilitou ao engenheiro-escritor a construção de um modelo narrativo, que aproximou os eventos de Canudos aos da Vendéia – colocando em movimento uma série de imagens, a qual condicionou a sua recepção do fenômeno sertanejo. Conforme assinalou Leopoldo Bernucci, no caso específico da herança de Hugo sobre a formação intelectual euclidiana, o romântico francês proporcionou ao escritor caboclo uma entrada mais iluminadora ao fenômeno da Vendéia. Assim, colocando de lado a perspectiva historiográfica de Michelet, descartando a ironia de Tocqueville e mesmo ignorando as lições de Carlyle, o engenheiro-escritor recorreu à terceira parte do *Quatrevingt-treize*. Para Euclides, “ler esta versão histórico-literária da Revolução Francesa importava em encontrar um diapasão que o colocasse entre a nota da história, como comprovante dos fatos e a nota da ficção que suprindo os vazios daquela, acrescentava-lhe – na bela expressão de Heine – ‘os sonhos dos homens’.”³¹³

Partindo-se dessa premissa, caso Euclides tenha lido o romance histórico em discussão, é provável que o tenha feito durante a sua infância ou adolescência, ou seja, ao longo das décadas de 1870 e 1880. Ademais, o futuro homem de letras contava com uma vantagem adicional: conforme Antônio Carneiro Leão, desde 1874 (no mesmo ano em que o adolescente Euclides iniciou os seus estudos no colégio do professor Caldeira) existia uma tradução brasileira do *Quatrevingt-treize*, realizada sob os cuidados do advogado, jornalista e militante republicano Salvador de Mendonça (1841-1913) – conforme atesta prefácio de sua autoria, “O Romance da Revolução”, escrito no Rio de Janeiro, em 21 de abril de 1874. *Per se*, essa informação se configura impressionante, pois indica a publicação quase simultânea da tradução brasileira com a primeira edição francesa – que apareceu em 19 de fevereiro do mesmo ano. Ainda no que se refere à versão brasileira, Salvador de Mendonça, ao apresentar o novíssimo romance hugoano, sublinhava tanto o portentoso caráter literário da obra quanto os impactos políticos decorrentes da

³¹³ Cf. BERNUCCI, Leopoldo M. **a imitação dos sentidos**, p. 27-28.

sua leitura: “Devorar-se-ão páginas do livro, ter-se-á a avidez de saber que surpresas reserva o poeta aos seus leitores, querer-se-á ver em que sentido se desenvolveu essa poderosa imaginação, que canto ou que clamor subiu dessa alma sonora, cheia de originalidade e mistério; e, o que mais, após essa leitura ficarão gravados, no ânimo dos filhos livre da América brasileira, novas páginas do evangelho da democracia...”³¹⁴

Não obstante esses indícios, uma questão inquietante persiste: Euclides leu o *Quatrevingt-treize*? Precisamente nesse ponto, deve-se rediscutir as semelhanças e as distinções entre as noções de prova historiográfica e jurídica. A esse respeito, trata-se de um lugar-comum afirmar que toda pesquisa histórica deve estar baseada em algum tipo de prova. Sem prejuízo dessa assertiva, John Lukacs, investigando a biografia de Adolf Hitler (1889-1945) como um problema historiográfico, sublinhou o papel de um cânone do conhecimento histórico, estabelecido no século XIX, o qual exige que o historiador profissional esgote todas as fontes (sobretudo as primárias) referentes ao tópico em questão. Entretanto, frente aos conhecidos obstáculos para dar conta dessa exigência, todo historiador trabalha necessariamente baseado em prova incompleta. “Ao mesmo tempo, a extensão da prova que pode usar é potencialmente ilimitada – outra diferença entre a história e o direito.” No que toca a esse ponto, Jacob Burckhardt assinalou que, rigorosamente falando, não existe nenhum método histórico definido, pois o que o historiador necessita é ser competente em *saber como ler*. Ou seja, ao analisar as ações dos sujeitos históricos, os amantes de Clio se deparam com a diferença entre prova legal e prova histórica – muito embora ambas estejam sujeitas ao princípio do senso comum segundo o qual “as intenções têm de ser inferidas dos fatos”. “A busca e a aceitação da prova pelo historiador não é limitada pelas categorias dos procedimentos jurídicos. Potencialmente, tudo lhe é útil e proveitoso – o que torna o trabalho tanto mais fácil quanto é difícil o do advogado ou juiz.” Portanto, não é possível afirmar, peremptoriamente, somente com base nas provas historiográficas, que o modelo narrativo euclidiano – esboçado em “A Nossa Vendéia”, ou no *Diário de uma expedição* ou mesmo, em última instância, em *Os Sertões* – seja tributário do *Quatrevingt-treize*. Por enquanto, essas relações de intertextualidade devem ser propostas como uma hipótese de trabalho.³¹⁵

Entretanto, antes mesmo de discutir as possíveis analogias existentes entre as duas obras anteriormente citadas, deve-se esboçar uma síntese acerca dos elementos fundamentais que

³¹⁴ Cf. LEÃO, Antônio Carneiro, op. cit., p. 266; REY, Pierre-Louis. **Quatrevingt-treize de Victor Hugo**. Paris: Gallimard, 2002. p. 16.

³¹⁵ Cf. LUKACS, John. **O Hitler da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 18-19, 133.

compõem o romance hugoano. Portanto, trata-se de buscar elaborar um resumo do *Quatrevingt-treize*, de evidenciar as suas principais personagens e de problematizar as relações entre História e ficção, presentes na trama romanesca. No que diz respeito ao primeiro aspecto, o romance está condensado no ano de 1793, no departamento da Vendéia, oeste da França, e narra a guerra civil que opôs os camponeses e os nobres da Bretanha às tropas republicanas e aos seus aliados locais. Esquemáticamente, três são as personagens centrais, a partir das quais Hugo teceu a trama romanesca: o marquês de Lantenac, o ex-padre Cimourdain e o visconde Gauvain. O primeiro, trata-se de um príncipe bretão (visconde de Fontenay e senhor das Sete Florestas), exilado na Inglaterra e despachado para a Bretanha pelos emigrados e os ingleses, com o intuito de chefiar a contra-revolução. Quanto ao antigo sacerdote, “virgem sinistro”, foi indicado pelo Comitê de Salvação Pública para o cargo de comissário delegado, com plenos poderes para exterminar a Vendéia. Fanático, inflexível e inexorável, Cimourdain representa a moral e os valores jacobinos, sintetizados no “ano terrível” de 1793. Quanto a Gauvain, um jovem aristocrata que aderiu à Revolução, foi designado pela *troika* Robespierre, Danton e Marat comandante militar da coluna expedicionária do exército das costas, operando na região do *Bocage*, infestada por Lantenac. Sobrinho-neto de Fontenay e pupilo de Cimourdain, Gauvain expressa as idéias de clemência, moderação e tolerância, pelas quais o autor de *Quatrevingt-treize* se batia – especialmente nos anos que se seguiram à repressão governamental aos participantes da Comuna de Paris. O romance está dividido em três partes, as quais correspondem a três localizações geográficas diferentes. Assim, três lugares determinam a ordem da narrativa: “En Mer” [“No Mar”], “A Paris” [“Em Paris”] e “En Vendée” [“Na Vendéia”]. Na primeira parte, o autor narra as aventuras do marquês de Lantenac, desde a sua partida até o desembarque na Bretanha, para assumir o comando da revolta camponesa. Na segunda, que tem como cenário a capital francesa e se debruça sobre a obra da Convenção, serve para apresentar aos leitores Cimourdain e Gauvain. Por fim, no terceiro segmento, de longe o mais extenso do romance, Hugo descreveu mais detidamente a guerra da Vendéia, os seus líderes e os combatentes. Nesse ponto, o romance atinge o clímax, com o confronto entre as três principais personagens, as quais representam os valores em choque no ano de 1793: Lantenac, o Antigo Regime e a contra-revolução; Cimourdain, a Revolução e o jacobinismo; e Gauvain, que, segundo Graham Robb, “cobre o abismo entre a clemência e a *raison d'état*.” No desfecho da obra, após um combate sangrento, travado entre *blancs* (realistas) e *bleus* (republicanos) pela posse da Tourgue – uma espécie de

Bastilha da província –, Fontenay, escolhendo salvar três crianças que se encontravam no edifício em chamas ao invés de se evadir, foi aprisionado e foi sentenciado à guilhotina. Gauvain, movido pelo humanitarismo, mas também pela fidelidade ao seu próprio sangue, auxiliou a fuga do seu tio-avô, tomando o lugar do inimigo aristocrata na masmorra. Conforme exigia a virtude revolucionária, o jovem militar foi condenado à morte, com o voto de Minerva do seu preceptor. O romance se encerra com a execução de Gauvain, concomitante ao suicídio de Cimourdain.³¹⁶

A elaboração de um romance sobre o ano de 1793 (e sobre a guerra da Vendéia) era um antigo projeto acalentado pelo escritor francês. Segundo Pierre-Louis Rey, deve-se notar que, mesmo antes de imaginar escrever o romance, Hugo já havia escolhido “93” para simbolizar a Revolução Francesa. Por sua vez, Graham Robb assinalou que a desafiadora empreitada de escrever o *Quatrevingt-treize* representou o acerto de contas do romancista com seu último grande tema: a Revolução Francesa no que teve de mais horrível. Assim, 1793 não foi somente o ano do Terror, como o da decapitação de Luís XVI, o da rebelião realista na Bretanha, o de Danton, Robespierre e Marat, enfim o auge do período que ele fora criado pela mãe para detestar religiosamente. Conforme o mesmo biógrafo, esse momento histórico se constituía numa lacuna berrante na imensa e descabelada enciclopédia das suas obras completas. “Mesmo *Les Misérables* contornara toda a Revolução e apagara de fato o período imediatamente anterior ao nascimento de Hugo. Só agora, após o pesadelo da Comuna, quando qualquer atenuação do Terror provavelmente seria vista como um ato de traição, ele ia preencher a lacuna.” Um dos motivos da demora do romancista era que, em sua mente, a Revolução Francesa representava o velho dilema da consciência individual e o bem maior, aplicado à história. Assim, inquiria-se: Como podiam tais barbarismo e crueldade ter sido o dourado alvorecer da era moderna? Como era possível ser otimista na esteira de um massacre? Para Hugo, o desafio era arrancar a Revolução de seu útero sangrento e mostrar a sua face luminosa, tratava-se de “lançar naquele número aterrorizante, 93, um raio de pacificação”, “fazer com que as pessoas deixassem de ter medo do progresso.”³¹⁷

Assim, a temática da Vendéia apareceu, recorrentemente, na poesia e na prosa hugoanas. As próprias origens familiares do escritor contribuíam para essa fixação. O seu pai, Léopold (*Brutus*) Hugo (1773-1828), como oficial das tropas republicanas, combateu a revolta da Bretanha, e ali conhecendo sua futura esposa, a vendeiana Sophie Trébuchet (1772-1821). A

³¹⁶ Cf. HUGO, Victor. *Quatrevingt-treize*; ROBB, Graham, op. cit., p. 459-460; REY, Pierre-Louis, op. cit., p. 63-64.

³¹⁷ Cf. REY, Pierre-Louis, op. cit., p. 39; ROBB, Graham, op. cit., p. 459.

propósito, *Quatrevingt-treize* contém uma passagem na qual o escritor afirmava, com autoridade, poder falar sobre a guerra da Vendéia, pois o seu pai a fizera. Portanto, a filiação do romancista possibilitou construir uma convincente antítese de um pai republicano e ateu, e uma mãe católica e monarquista, encontro que resultou no seu lançamento no mundo, “pela colisão dos mais poderosos opostos da história moderna.” Sob essa perspectiva, a imagem da Vendéia ligou-se, intrinsecamente, aos escritos hugoanos, desde a sua adolescência, prolongando-se até os textos da velhice. Dessa maneira, Hugo, muito antes de se transformar no romancista revolucionário, foi o “poeta da Vendéia”, já que, sob a Restauração, o filho do *sans-culotte Brutus*, como boa parte dos românticos franceses, foi um realista (*royaliste*). A essa época, juntamente com os seus irmãos Abel (1807-1855) e Eugène (1800-1837), Victor fundou a revista *Le Conservateur Littéraire* (dezembro de 1819 a março de 1821). Segundo Graham Robb, esse periódico revelava muito sobre a natureza reacionária dos primórdios do romantismo francês, cujo futuro líder era o mais conservador dos *conservateurs*. Ato contínuo, o jovem bardo legitimista publicou uma ode de onze páginas intitulada “Les Destins de la Vendée” [“Os Destinos da Vendéia”, 1819] – reprisada, sob o título “La Vendée”, em *Odes et poésies diverses* [*Odes e poesias diversas*, 1822]. No poema, o autor pranteava os “mártires” da Vendéia. Na seqüência, em fevereiro de 1821, na ode “Quiberon”, Satã (denominado “o Maldito” ou “anjo proscrito”) foi responsabilizado pelo massacre sofrido pelos realistas, após uma tentativa de desembarque dos emigrados naquele ponto da costa francesa, em 25 de junho de 1795. Sublinhe-se que, no contexto da produção poética do Hugo ultra-realista, Satã (que fez uma bela carreira no conjunto da sua obra) era a figura alegórica escolhida para representar o ideal revolucionário. Monarquista às vésperas da Revolução de Fevereiro de 1848, o romântico expressou, sob a forma de arrependimento, sua opinião sobre a guerra da Vendéia em um poema de *Les Contemplations* intitulado “Écrit en 1846” – mas, na realidade mais tardia. Assim, lamentava ter visto pouco a França e muito a Vendéia em suas composições anteriores. Ao mesmo tempo, reconhecia que o fato de ter louvado o “heroísmo bretão” dos grandes camponeses havia lhe ocultado os grandes homens da Revolução. Em suma, tinha equiparado a alvorada à noite escura, *quatre-vingt-treize* a *Saint-Berthélemy* [“a Noite de São Bartolomeu”, 1572]. 1793 em contraposição aos crimes da monarquia; a alvorada e a noite escura; o sangue que a Revolução derramou, mas que não se derramará mais doravante. Para Pierre-Louis Rey, Victor Hugo esboçou aqui a filosofia poética do *Quatrevingt-treize*. Finalmente, em dezembro de 1876, a Vendéia reapareceu no poema “Jean

Chouan”, incluído na nova série de *La Légende des siècles* (1877). Com efeito, embora condenado as motivações ideológicas dos contra-revolucionários, o poeta celebrou o martírio do mais famoso chefe da rebelião do Oeste. A esse respeito, assinala-se que a reflexão hugoana sobre a Revolução já estava suficientemente afirmada para que o escritor pudesse fazer justiça aos que defenderam com sinceridade a outra causa. Portanto, mesmo reconhecendo o futuro pertencer aos “azuis”, que lutaram contra as forças das trevas, não deixava de admirar o heroísmo dos “brancos”, que souberam defender uma causa pertencente ao passado.³¹⁸

Conforme Pierre-Louis Rey, Victor Hugo procedeu uma absolutização dos vendeianos, pois compreendia que os revolucionários necessitavam de inimigos dignos para afirmar o seu heroísmo. Para além da rivalidade entre as partes em conflito, impunha-se a grandeza de uma cerimônia, na qual “brancos” e “azuis” desempenhavam cada um o seu papel. Por isso, o romancista afirmava, em virtude de um paradoxo histórico, que a Vendéia serviu ao progresso. Assim, a marcha rumo ao progresso, testemunhada em *La Légende des siècles* e que conheceu em 1793 um formidável avanço, fazia-se necessária pela única razão que ela estava se produzindo. Hugo assinalava que essa marcha, bem ou mal compreendida, deveria ser admitida, pois o seu término era a luz – daí porque a Vendéia servir ao progresso. Portanto, Hugo tinha vocação para escrever uma obra que comemorasse e explicasse a guerra civil que ensangüentou a França. Não obstante, *Quatrevingt-treize* é um romance político e o testemunho de um sujeito histórico do presente, pois a sua inspiração foi influenciada decisivamente pelos acontecimentos que a França experimentou ao longo do verão de 1870 e a primavera de 1871, a saber: a derrota na guerra contra a Prússia, a Comuna de Paris e os massacres que se seguiram a esse movimento revolucionário. Segundo Pierre-Louis Rey, o olhar histórico (senão de historiador) aplicado por Hugo a 1793 integrou, explicitamente, ao seu texto, o ponto de vista de um observador da década de 1870. A esse respeito, o romance foi iniciado em 16 de dezembro de 1872 e concluído em 9 de junho de 1873. Na época em que Hugo o redigiu, os espíritos agitados pelos eventos da Comuna não puderam evitar o paralelo entre 1793 e 1871. Portanto, essa visão do presente foi decisiva para o encadeamento da narrativa e para a elaboração da filosofia poética do *Quatrevingt-treize*. Sob essa perspectiva, nos anos que se seguiram à derrota dos comunardos, Hugo apelou constantemente a favor da concessão da clemência republicana aos insurgentes. Assim, quando

³¹⁸ Cf. ROBB, Graham, op. cit., p. 15-19, 81; REY, Pierre-Louis, op. cit., p. 11-14; HUGO, Victor, **Quatrevingt-treize**, p. 187; Id. **Odes et Ballades. Les Orientales**, p. 44-47, 51-55; Id. **Oeuvres Poétiques II**, p. 671-682. Id. **La Légende des siècles II**. Paris: Garnier-Flamarion, 1967. p. 249-251.

Gauvain declarou a Cimourdain ser a anistia a mais bela palavra da língua humana, percebia-se as exortações do escritor em favor do perdão aos socialistas. Por outro lado, ao evocar as execuções sumárias perpetradas pelos vendeianos contra os republicanos, comentando já ter visto essa prática, a alusão se configurava límpida para um leitor de 1874, após os fuzilamentos *en masse* dos vencidos da Comuna. Ao discursar no Senado, em 1876, lembrando que Hoche anistiou a Vendéia, Hugo queria convencer os republicanos conservadores de que eles não tinham direito de denunciar os excessos do Terror se, por sua vez, mostravam-se tão inflexíveis no tocante aos seus adversários. Malgrado os seus esforços, a Terceira República somente anunciou o perdão parcial aos comunardos em 1879, enquanto a anistia total veio em 1881.³¹⁹

Na condição de obra pertencente a um gênero literário definido, *Quatrevingt-treize* é um romance histórico. Conforme Pierre-Louis Rey, denomina-se “romance histórico” o gênero literário no qual as personagens e os acontecimentos imaginários se inscrevem em um lugar e em uma intriga conforme os ensinamentos essenciais da História. Não obstante, essa definição de conjunto admite, todavia, variantes. Seguindo o modelo de Walter Scott, as personagens fictícias do romance hugoano misturam-se com os atores históricos – gerando um vai-e-vem entre história e ficção. Assim, as figuras imaginadas de Lantenac, Cimourdain e Gauvain dialogam ou se referem aos sujeitos históricos, como Danton, Marat e Robespierre e Jean Chouan. Através da personagem de Cimourdain, o romancista utilizou-se mais audaciosamente das convenções aceitas para o romance histórico, colocando o ex-padre frente a frente com os “três juizes” de 1793 – Robespierre, Danton e Marat. Por outro lado, durante os anos em que hesitou ampliar o seu projeto literário, Victor Hugo buscou documentar-se acerca da guerra da Vendéia e da Convenção. A sua principal fonte foi *Mémoires du comte Joseph de Puisaye* [*Memórias do conde Joseph de Puisaye*, 1803-1808]. A esse respeito, o retrato que o conde Puisaye (1755-1827) traçou de si mesmo e sobre o seu papel na insurreição vendeiana inspiraram a personagem do marquês de Lantenac. Ainda no que se refere às fontes historiográficas do romance, o autor se nutriu das informações encontradas nos trabalhos de Louis Blanc, Michelet e outros historiadores sobre os temas em questão. Assim, por vezes, o romancista citou as suas fontes históricas, como nas passagens do romance em que indicou o tomo e a página de Puisaye evocados. Procedendo dessa forma, o seu estilo didático aproxima-se ao de um professor de história, citando

³¹⁹ Cf. REY, Pierre-Louis, op. cit., p. 15, 19, 21-22, 46-47, 50-51; HUGO, Victor. **Quatrevingt-treize**, p. 141-149, 190, 196, 231; Id. **La Légende des siècles I**, p. 60.

corretamente as datas e contextualizado situações do passado. Por exemplo, o romance se inicia à maneira de um relato histórico, com a citação precisa das datas, a menção do nome historicamente atestado de Antoine Joseph Santerre (1752-1809), comandante das tropas republicanas na Vendéia, e a referência ao bosque de Saudraie, local exatamente situado e conhecido do leitor instruído como ponto de encontro histórico dos *chouans*. A ficção imitava a História – o que não se constituía em uma inovação nessa época. Porém, tais escrúpulos não faziam de Hugo um historiador, pois, conforme um parâmetro geral oitocentista, ele diferenciava os ofícios do romancista e do historiador. Como preveniu no *Reliquat* do *Quatrevingt-treize*, a História mostrava os fatos, o romance, os costumes. A História mostrava o organismo, o romance, a alma. Enfim, o romance era o drama sem moldura. Com efeito, quem se ativer somente ao conteúdo do *Quatrevingt-treize* terá uma visão historicamente equivocada do período representado. Procurando elucidar essa mistura entre real e imaginário, na composição da trama romanesca hugoana, Pierre-Louis Rey supôs que o escritor manteve as suas fontes históricas para justificar as aparentes inverossimilhanças da obra, pois se os eventos grandiosos ou atrozes são atestados pela História – parece dizer o romancista –, porque não acreditar em sua narrativa? Portanto, misturando história e ficção, verdade e lenda, Hugo construiu a sua versão histórico-literária sobre a guerra da Vendéia.³²⁰

Aceitando-se a premissa segundo a qual o *Quatrevingt-treize* se constituiu em um dos modelos literários através dos quais Euclides lançou seu olhar sobre o fenômeno de Canudos, deve-se evidenciar algumas das analogias que relacionam esse romance ao conjunto dos escritos do engenheiro-letrado denominado *Ciclo d’Os Sertões*. Conforme destacado anteriormente, o escritor caboclo tomou a história da Revolução Francesa como um *leitmotiv*, como um padrão explicativo, dos processos ocorridos no Brasil nas últimas duas décadas do século XIX. A esse respeito, a metáfora da Vendéia aparece como o elemento mais evidente desse entroncamento entre o conjunto da obra euclidiana, a historiografia da Grande Revolução e o romance histórico de Victor Hugo. No que diz respeito a Canudos, a simples denominação do texto fundador euclidiano como “A Nossa Vendéia” já seria suficientemente reveladora da presença dos influxos hugoanos na grade de leitura através da qual o escritor caboclo vislumbrou os eventos que se processaram nos sertões da Bahia, entre 1896 e 1897. Não obstante, deve-se ressaltar que os espectros da Vendéia atormentavam os escritos euclidianos mesmo antes da produção do

³²⁰ Cf. REY, Pierre-Louis, op. cit., p. 33-36, 52-56, 79; HUGO, Victor. **Quatrevingt-treize**, p. 24-25, 187, 189.

“seminal ensaio” sobre Canudos. Como se sublinhou ao longo dessa Tese, as correlações entre a revolta camponesa ocorrida no oeste francês e os movimentos que se antepuseram à consolidação da República brasileira contaminavam as elaborações de Euclides desde uma crônica publicada em 6 de abril de 1892, em *O Estado de São Paulo*. No texto em questão, o autor assinalava que a República brasileira também tinha “a sua Vendéia perigosa.” Conseqüentemente, estabeleceu aproximações entre os “perturbadores” do governo Floriano Peixoto e os “heróicos vendeianos”. Entretanto, não desejando ser injusto para com os “rudes bretões”, o articulista destacava a fragilidade intrínseca dos seus congêneres tupiniquins. Portanto, se os adversários do “Marechal de Ferro” não estavam à altura de desempenhar o papel dos dignos adversários da República, outros atores históricos deveriam apresentar a elevada estatura para reencenar o drama da Revolução Francesa nos trópicos. Conforme Euclides descobriu, os sertanejos de Canudos seriam os protagonistas brasileiros desse embate, equiparando-se aos “heróicos vendeianos.” A esse respeito, Edgar de Decca assinalou que a emergência de Canudos proporcionou ao escritor caboclo encontrar a Vendéia brasileira. Segundo o historiador paulista, desde os primeiros artigos euclidianos, Canudos estava irremediavelmente preso à sua cena original: a imagem da Vendéia anti-republicana construída no romance de Hugo. Assim, a caracterização de Canudos como um episódio de reação monarquista não foi uma descoberta euclidiana – a maioria da imprensa nacional e estrangeira adjetivou dessa forma a rebelião nos sertões baianos. Entretanto, somente Euclides concedeu a grandiosidade da Vendéia ao movimento conselheirista.³²¹

Mas, é verossímil supor que a presença das imagens hugoanas relacionadas à Vendéia antecedem até mesmo a crônica de 1892. A esse respeito, uma análise mais detida de algumas das poesias que compõem o caderno *Ondas* evidencia determinadas pistas relevantes nesse contexto. Assim, os poemas intitulados “Clava...”, “A Canalha”, “Dantão” e “Robespierre” continham uma enigmática expressão: “Noventa e três”. Conforme se assinalou, reiteradas vezes, no decorrer do presente trabalho, as leituras dos episódios revolucionários, narrados por romancistas e historiadores incutiram no jovem Euclides essa mistura de fascinação e temor pelo ano crítico de 1793. Um exemplo dessas alusões aparece na poesia “Clava...”, datada de 1º de novembro de 1883, na qual o bardo imaginava, mediante a utilização de signos ambíguos, a ação das massas revolucionárias em 1793. Assim, Euclides criou um panorama imaginário da Paris

³²¹ Cf. CUNHA, Euclides da. Dia a Dia, 6 de abril de 1892. In: _____. **Obra completa**, p. 656-657; DECCA, Edgar Salvadori de. Euclides e *Os Sertões*: entre a literatura e a história, p. 162, 163, 176.

revolucionária, sob o Terror, quando, segundo as suas palavras, o trono se curvou frente à barricada; a púrpura curvou-se ante ao farrapo, em ombros seminus; um rei curvou-se aos pés do povo e “vinte séculos maus de treva e tirania curvaram-se ante uma hora de liberdade e luz.”

Era em Noventa e três – a desforra dos séculos –
O brado colossal – o áspero surgir...
– Eco da voz de Deus, rolando sobre o mundo,
Que foi, grande, arrancar, do seu torpor profundo,
A liberdade audaz – no seio do porvir!..

Era em Noventa e três – a febre colossal –
Que o riso de Marat e o verbo de Dantão –
Acenderam – cruel – fatal – atroz – sublime
(Amplexo da Glória com o Crime) –
No peito suarento – viril – da multidão!..

Era em Noventa e três – infrene a população –
Feroz – louca, revel – na febre dos fuzis!..
Traçava com os punhais, a delirar, insana,
As estrofes cruéis da liberdade humana
Nas pedras sanguinosas das praças de Paris!...³²²

As relações entre Euclides e Hugo foram investigadas por Edgar de Decca, na perspectiva de discutir o que denominou “*Os Sertões* e sua cena original”. Conforme argumentou esse historiador, pelo menos duas obras foram decisivas para a formação euclidiana: o *Quatrevingt-treize* e *Les origines de la France contemporaine*, de Hippolyte Taine. No que diz respeito aos influxos do romance hugoano, o mesmo autor fez notar que, desde os sonetos em que saudou os heróis revolucionários, o modelo histórico que norteava Euclides não era o da Revolução Francesa em todo o seu desenrolar, mas o de um dos seus períodos cruciais: o ano de 1793. Por exemplo, nos versos dedicados a Danton e Robespierre, apareceu a palavra “Noventa e três”. Portanto, seria pertinente questionar: o *Noventa e três* da poesia era algo que aconteceu historicamente e foi reconstruído por um texto historiográfico ou se tratava do romance de Hugo, que têm como título, justamente, *Quatrevingt-treize*? “A referência do acontecimento de 93, Euclides constrói literalmente a partir da obra de Victor Hugo e esta afirmação sustenta-se pela importância dessa obra na construção do modelo narrativo d’*Os sertões*. Assim, *noventa e três* não é acontecimento histórico, mas sim acontecimento literário, um romance histórico escrito na década de setenta do século XIX por Victor Hugo, romancista francês de grande aceitação nos meios intelectuais brasileiros.” Conforme o historiador, as vezes em que a expressão “Noventa e

³²² CUNHA, Euclides da. Clava, In: **Ondas**.

três” apareceu nas poesias euclidianas, ecoavam as vozes das personagens do romance hugoano que, de resto, em sua maioria, eram os atores históricos daquele período, exemplo de Robespierre, Danton e Saint-Just. Em suma, “o *noventa e três* dos versos de Euclides é o *Quatrevingt-treize* de Victor Hugo.” Ademais, de Decca recordou que o tema da Vendéia passou a existir, no universo da literatura, a partir da obra hugoana. Como tal, ele teve um significado extremamente forte e decisivo no universo intelectual euclidiano. A esse respeito, antes mesmo de Antônio Conselheiro se tornar figura *non grata* à República, o engenheiro-escritor já esquadrihava “A Nossa Vendéia” monarquista nos eventos políticos de oposição ao novo regime. Portanto, a obra inspiradora para a composição da cena original de *Os Sertões* foi o romance de Hugo, que, ao focar a Vendéia, tornou-se uma fonte importante para Euclides. A essa contribuição, acrescente-se que o romance está contextualizado no período revolucionário de 1793 e toda a sua trama se condensa na Vendéia, que foi, para Hugo, um acontecimento histórico total. Portanto, se o modelo euclidiano já estava presente no *Quatrevingt-treize*, ele somente adquiriu as feições de uma composição literária de dimensões científicas, em *Os Sertões*, através do encontro de Euclides com a obra de Taine.³²³

Essas observações trazem à baila uma reflexão sobre alguns dos elementos dispostos no ensaio “A Nossa Vendéia”, na perspectiva de sublinhar as relações de intertextualidade entre *Os Sertões* e o *Quatrevingt-treize*, presentes *in statu nascendi* nos escritos do escritor caboclo. A princípio, nada impedia Euclides de ter estabelecido a similaridade entre os acontecimentos de Canudos e os da Vendéia, referenciado em uma obra histórica e não no romance de Victor Hugo. Aliás, uma hipótese plausível é que o conjunto das imagens vendeianas, que emergem dos textos do escritor caboclo, resultem de um processo de hibridação entre elementos presentes tanto em livros de História quanto em obras literárias. Não obstante, algumas pistas esparsas, encontradas no corpo do “seminal ensaio” sobre Canudos, sugerem a contribuição decisiva do romance hugoano para a construção de determinados motivos, recorrentes na série de imagens de Canudos produzidas por Euclides – tais como a onipresença da natureza, os vínculos identitários entre os combatentes nativos e o meio que os cercava e a invisibilidade dos guerrilheiros. Por exemplo, prefigurando uma relação de identidade entre o homem e a natureza (um dos *tópoi* do Romantismo), o engenheiro-escritor ajuizava que o solo do sertão de Canudos era, talvez mais do que “a horda dos fanatizados sequazes de Antônio Conselheiro”, o mais sério inimigo das forças

³²³ Cf. DECCA, Edgar Salvadori de. Euclides e *Os Sertões*: entre a história e a literatura, p. 158-162.

republicanas. Ou quando sustentava que os sertanejos, “identificados à própria aspereza do solo em que nasceram”, refletiam “naturalmente toda a inconstância e toda a rudeza do meio em que se agitam.” Ou, ainda, discutindo as dificuldades encontradas pelas tropas da Expedição Artur Oscar, ao lembrar que não havia como perseguir o *jagunço* “no seio de uma natureza que o criou à sua imagem – bárbaro, impetuoso, abrupto.” Enfim, o homem e o solo justificavam a aproximação histórica expressa no título do ensaio euclidiano. Quanto à misteriosa invisibilidade dos *tabaréus* do Belo Monte, Euclides não mediu esforços para relacioná-la com “os adversários impalpáveis da Vendéia – heróis intangíveis que se escoando céleres através das charnecas prendiam as forças republicanas em inextricável rede de ciladas...” Sobre a mesma questão, Euclides discutiu o abalo da estratégia bélica europeia frente à guerra de guerrilhas, pois as forças antagonistas, “adaptadas de modo singular ao terreno e invisíveis como misteriosas falanges de duendes”, irrompiam de todos os paragens, surgiam de modo inesperado das fendas do terreno e, fugindo à batalha decisiva, prolongavam a luta, em uma sucessão ininterrupta de combates rápidos e indecisos. Assim, paulatinamente, o escritor associou elementos da guerra da Vendéia à Campanha de Canudos, além de transferir atributos pertencentes aos vendeianos para os conselheristas. Conforme se discute ao longo desta Tese, esses aspectos eram recorrentes na narrativa do *Quatrevingt-treize* e atuavam como uma espécie de desvio, através do qual o escritor caboclo, mediante aos modelos historiográficos e literários europeus, aproximava-se da *terra ignota*. Para Berthold Zilly, Euclides explicou parcialmente o sertão por um desvio pela Europa, traduzindo a parte desconhecida do Brasil em conceitos e representações ocidentais, dos quais se originam os seus parâmetros de interpretação. Sob essa perspectiva, o engenheiro-letrado, dirigindo-se ao público culto do Brasil, buscava explicar o sertão através de referências da tradição ocidental: a Antigüidade, o Cristianismo, a literatura e a história francesa. Portanto, o autor de *Os Sertões* contemplava a Revolução Francesa como moldura referencial para a Guerra de Canudos, ligando-se, nesse aspecto, aos republicanos radicais e ao corpo de oficiais.³²⁴

Um outro motivo euclidiano, que parece ter saltado do romance de Victor Hugo, foi o dos ataques desfechados pelos canudenses aos canhões das tropas republicanas. Acerca desse ponto, em “A Nossa Vendéia”, o ensaísta sublinhava: “O *chouan* fervorosamente crente ou o *tabaréu* fanático, precipitando-se à boca dos canhões que tomam a pulso, patenteiam o mesmo heroísmo

³²⁴ Cf. CUNHA, Euclides da. *A Nossa Vendéia*, p. 50-51, 53-54, 57; ZILLY, Berthold. *Euclides da Cunha na Alemanha*, p. 342

mórbido difundido numa agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados.” Segundo Berthold Zilly, essa antecipação de aspectos relacionados a Canudos demonstra como funcionava o processo de percepção e representação da realidade do sertão em Euclides, ou seja, a partir de idéias e imagens pré-fabricadas, transmitidas por livros que tratavam freqüentemente de realidades do Velho Mundo, que conhecia através de narrativas históricas e literárias. Conforme o tradutor alemão, poder-se-ia dizer que a observação direta do sertão brasileiro e as pesquisas científicas e etnográficas euclidianas estavam subordinadas às suas intenções estéticas, servindo para confirmar, precisar e detalhar o que o autor já sabia ou intuía em forma de imagens e cenas, antes mesmo de sua chegada à região. “No caso do assalto aos canhões, a realidade pareceu cumprir à risca as expectativas, evocadas por *Quatrevingt-treize*, romance de Victor Hugo, de 1874, sobre a repressão cruenta da revolta contra a Revolução Francesa na Vendéia e na Bretanha, que eclodiram em 1793, exatamente cem anos antes da fundação de Canudos.” Assim, a cena dos sertanejos agarrados aos canhões, buscando tomá-los a pulso, de modo bastante similar à narrativa literária hugoana, parece ter sido um *topos* da época, que deve ter atizado bastante a fantasia dos contemporâneos, pois apareceu em vários livros e artigos sobre a guerra. A propósito, um mês antes de Euclides delinear a primeira parte de “A Nossa Vendéia”, Olavo Bilac (1865-1918), na crônica “Malucos furiosos”, em 5 de fevereiro de 1897, nas páginas de *A Bruxa*, já havia projetado as imagens dos ataques aos canhões, desfechados pelos canudenses contra a artilharia da Expedição Febrônio de Brito, em janeiro do mesmo ano. Sob essa perspectiva, refletindo acerca dos boatos, das notícias e dos testemunhos referentes ao malogro dessa expedição, o cronista prognosticava acerca do impacto do conflito que se desenrolava no Norte do Brasil e lançava sobre os conselheiristas o estigma do fanatismo religioso: “A guerra civil de Canudos é muito mais grave do que a do Rio Grande do Sul e da revolta naval, porque é uma guerra feita por fanáticos, por malucos furiosos que o delírio religioso exalta – gente que vem morrer agarrada à boca das peças, tentando tomá-las a pulso.”³²⁵

Não obstante, destaque-se que Euclides não foi o primeiro homem de letras a interpretar a *guerra do fim do mundo* mediante a uma grade de leitura hugoana: Machado de Assis o precedeu nessa abordagem. Assim, em 22 de julho de 1894, decorrido um ano desde a refundação do

³²⁵ Cf. CUNHA, Euclides da. *A Nossa Vendéia*, p. 51; ZILLY, Berthold. *Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha*, p. 21-22; Id., *Canudos telegrafado. A guerra do fim do mundo como evento de mídia na Europa de 1897*, p. 81; BILAC, Olavo. *Malucos furiosos*. In: _____. **Vossa insolência** : crônicas. São Paulo : Cia. das Letras, 1996, p. 403.

arraial às margens do Vaza-Barris, o cronista carioca abordou o fenômeno sertanejo na sua coluna “A Semana”, publicada na *Gazeta de Notícias*. Para tanto, inspirou-se no poema hugoano “Chanson de Pirates” [“Canção de Piratas”, 1830], que integra *Les Orientales*, cujo título foi adotado para a sua crônica fundadora. Em “Canção de Piratas”, Machado comentou, com ironia, os telegramas e as notícias de jornal alarmantes que chegavam ao Rio de Janeiro, dando conta das pretensas tropelias dos sequazes do Conselheiro e dos clavinoteiros de Belmonte, no sul da Bahia. Considerando a inconsistência dessas fontes acerca de Canudos e do seu profeta, Machado buscou interpretá-los mediante a um viés poético, misterioso e romântico. Assinalava que, se para os jornais e os telegramas, os canudenses e os clavinoteiros eram criminosos, para os artistas esses homens representavam a poesia que lhes levantava em meio à prosa chilra e dura do fim do século. “Os dois mil homens do Conselheiro, que vão de vila em vila, assim como os clavinoteiros de Belmonte, que se meteram pelo sertão, comendo o que arrebatam, acampando em vez de morar, levando moças naturalmente, moças cativas, chorosas e belas, são os piratas dos poetas de 1830. Poetas de 1894, ali tendes matéria nova e fecunda. Recordai vossos pais; cantai, como Hugo, a canção dos piratas: *En mer, les hardis écumeurs! Nous allions de Fez à Catane...*” Convidando o leitor a penetrar na Espanha, a terra da imaginação de Hugo, Machado assinalava que “o romantismo é pirataria, é o banditismo, é a aventura do salteador que estripa um homem e morre por uma dama.” Por fim, mesclando bom senso com capacidade imaginativa e ironia, arrematava: “Crede-me, esse Conselheiro que está em Canudos com os seus dois mil homens, não é o que dizem telegramas e papéis públicos. Imaginai uma legião de aventureiros galantes, audazes, sem ofício nem benefício, que detestam o calendário, os relógios, os impostos, as reverências, tudo o que obriga, alinha e apruma. [...] Os partidários do Conselheiro lembraram-se dos piratas românticos, sacudiram as sandálias à porta da civilização e saíram à vida livre.”³²⁶

Os comentários sobre os eventos de Canudos renderam a Machado sete crônicas relacionadas ao tema, publicadas na *Gazeta de Notícias* entre 22 de julho de 1894 a 14 de fevereiro de 1897. Conforme assinalou Dácia Ibiapina da Silva, o escritor percebeu claramente a riqueza poética e literária do que acontecia nos sertões da Bahia, o que lhe colocava na contracorrente das opiniões emitidas por outros articulistas da época: “As crônicas de Machado de Assis sobre a Guerra de Canudos trazem as marcas características do seu estilo literário:

³²⁶ Cf. ASSIS, Machado de. Canção de Piratas. In. _____. *A Semana*. 2º Volume (1894-1895). Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1938. p. 156-158.

sutileza, tolerância, ceticismo, ironia. Machado trata Antônio Conselheiro como se fosse um de seus personagens prediletos, por isso não o vê como inteiramente bom, nem como inteiramente mau, mas como um ser humano complexo e ambivalente, pelo qual se deixa fascinar. Ele nunca o chama de fanático, salteador, neurótico, o coisa que o valha.” Muito embora esse ponto de vista não seja pacífico entre os estudiosos da Guerra de Canudos – a exemplo de Walnice Nogueira Galvão, que discorda da tese segundo a qual o cronista escreveu a favor dos canudenses –, Machado de Assis apresentou nuances que o tornaram distinto do conjunto da *intelligentsia* nacional da época. Por exemplo, na crônica de 31 de janeiro de 1897, colocando-se na condição de artista, o articulista expressou a sua discordância para com a perseguição movida pela República ao séquito conselheirista: “Os direitos da imaginação e da poesia hão de sempre achar inimiga uma sociedade industrial e burguesa. Em nome deles protesto contra a perseguição que está se fazendo à gente de Antônio Conselheiro. Este homem fundou uma seita a que não se sabe o nome nem a doutrina. Já este mistério é poesia.” Sublinhando que se contavam muitas “anedotas” sobre o líder sertanejo e que não se conheciam os seus discursos, o autor de *Dom Casmurro* sugeriu a necessidade de a imprensa cobrir diretamente o fenômeno que se processava no interior baiano: “Nenhum jornal mandou ninguém aos Canudos. Um *repórter* paciente e sagaz, meio fotógrafo ou desenhista, para trazer as feições do Conselheiro e dos principais subchefes, podia ir ao centro da seita nova e colher a verdade inteira sobre ela. Seria uma proeza americana.” A esse respeito, não é inverossímil conjecturar que tanto Euclides quanto o fotógrafo Flávio de Barros aceitaram a sugestão de Machado de ajuizar, *in situ*, o que se conhecia somente através de narrativas pouco afiançáveis. Como assinalou sensatamente o cronista, sem o contato direto com essa realidade e não se sabendo a verdadeira doutrina da seita, restava apenas “a imaginação e a poesia para floreá-la. Estas têm direitos anteriores a toda organização civil e política.” Finalmente, recordava, que a sanha persecutória movida contra o povo do Conselheiro privaria a crônica nacional de um assunto vago, remoto, fecundo e pavoroso, e mais: “A perseguição faz-nos perder isto; acabará por derribar o apóstolo, destruir a seita e matar os fanáticos. A paz tornará ao sertão, e com ela a monotonia. A monotonia virá também à nossa alma. Que nos ficará depois da vitória da lei?”³²⁷

³²⁷ Cf. SILVA, Dácia Ibiapina. Entre literatura e jornalismo: a Guerra de Canudos nas crônicas de Machado de Assis e Olavo Bilac. In: ALMEIDA, Angela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão de (Orgs.). **De sertões, desertos e espaços incivilizados**. Rio de Janeiro: FAPERJ; MAUAD, 2001; p. 145; GALVÃO, Walnice Nogueira. Entrevista a Manoel Antonio do Santos Neto e Roberto Nunes Dantas, op. cit., p. 171; ASSIS, Machado. 31 de

Para Dácia Ibiapina da Silva, na crônica supracitada tem-se um caso exemplar de defesa de uma causa popular por um intelectual, em nome da estética, da pureza, da autenticidade da vida rural, em contraposição à urbana. Não obstante, em 14 de fevereiro de 1897, na última das suas intervenções sobre a questão de Canudos, Machado tratou o Conselheiro como uma celebridade, capaz de fazer baixar o valor dos títulos brasileiros nas Bolsas de Nova Iorque e Londres. Com notável capacidade premonitória (se vista retrospectivamente, lógico) assinalou que o nome do *Bom Jesus* acabaria por integrar o imaginário nacional e que um autor escreveria um livro sobre a Guerra de Canudos: “Um dia, anos depois de extinta, a seita e a gente dos Canudos, Coelho Neto, contador de coisas do sertão, talvez nos dê algum quadro daquela vida, fazendo-se cronista imaginoso e magnífico deste episódio que não tem nada de fim-de-século.” A priori, o cronista supunha que esse escritor seria Coelho Neto, que havia lançado *Sertão*. Não sabia que Canudos e o Conselheiro se tornariam matéria para dois outros escritores coevos (Arinos e Euclides) narrarem as suas versões acerca do conflito que se desenrolava no interior da Bahia. Finalmente, retomou a profecia sobre a obra a ser escrita sobre o assunto, além de prever que um especialista do futuro se ocuparia do tema e de vislumbrar as celebrações do centenário da fundação do Belo Monte: “Ora bem, quando acabar esta seita dos Canudos, talvez haja nela um livro sobre o fanatismo sertanejo e a figura do Messias. Outro Coelho Neto, se tiver igual talento, pode dar-nos daqui a um século um capítulo interessante, estudando o fervor dos bárbaros e a preguiça dos civilizados, que os deixaram crescer tanto, quando era fácil tê-los dissolvido com um patrulha, desde que o simples frade não fez nada. Quem sabe? Talvez então algum devoto, relíquia dos Canudos, celebre o centenário desta finada seita.”³²⁸

Retomando o fio da análise sobre os influxos de Victor Hugo nos textos euclidianos anteriores a *Os Sertões*, sublinhe-se que a reportagem “Um episódio da luta”, escrita em Salvador, em 18 de agosto de 1897, sintetiza as linhas mestras dessa primeira série de imagens criadas pelo escritor caboclo sobre Canudos. A partir de relatos que ouviu de soldados provenientes do teatro das operações, o enviado de *O Estado de São Paulo* reconstituiu, com extrema riqueza de detalhes e capacidade imaginativa, um assalto desfechado por onze sertanejos, capitaneados por um dos filhos do guerrilheiro Joaquim Macambira – esse adjetivado

janeiro de 1897. In: _____. **A Semana**. 3º volume (1895-1900). Rio de Janeiro: W.M. Jackson Inc., 1938. p. 412-418.

³²⁸ Cf. SILVA, Dácia Ibiapina, op. cit., p. 146; ASSIS, Machado de. 14 de fevereiro de 1897. In: _____. **A Semana**. 3º volume (1895-1900), p. 423-429.

como “espécie grosseira de *Imanus* acobreado e bronco” –, contra uma peça de artilharia da Expedição Artur Oscar, nos primeiros dias de junho. Os *jagunços* almejavam “destruir a *matadeira*”, ou seja, o canhão *Krupp* 32 – em *Os Sertões*, Euclides modificou a sua denominação para *Whitworth* 32 –, o qual foi praticamente descrito pelo articulista como uma personagem romanesca: “Como um animal fantástico e monstruoso, o canhão Krupp, a *matadeira*, assoma sobre o reparo resistente, voltada para *Belo Monte* a boca truculenta e flamívoma – ali – sobre a cidade sagrada, sobre as igrejas, prestes a rugir golfando as granadas formidáveis – silenciosa agora, isolada e imóvel – brilhante o dorso luzidio e escuro, onde os raios do sol caem, refletem, dispersam em cintilações ofuscantes.” O ataque foi malogrado e todos os sertanejos, exceto um, caíram sob os golpes de baioneta ou fuzilados pelos soldados. O tom épico dessa cena agradou em cheio ao escritor, que, em *Os Sertões*, reeditou o assalto à *matadeira* em duas ocasiões. Euclides, que já se vira enredado pela cena em que os sertanejos se precipitavam à boca dos canhões das tropas do major Febrônio e os tomavam a pulso, possivelmente vislumbrou no ataque à *matadeira* uma confirmação das relações de similaridades entre Canudos e a Vendéia. Concluindo, o articulista encerrou a reportagem nos termos que se seguem: “Estas e outras histórias, contam-nas, aqui, os soldados, colaboradores inconscientes das lendas que envolverão mais tarde esta campanha cruelíssima.” A respeito dessa narrativa, deve-se observar que o escritor (nesses e em outros episódios da guerra) tomava a liberdade de alterar pormenores dos eventos históricos que narrava, mostrando assim seu pendor para a ficção – como assinalou Walnice Nogueira Galvão. Segundo a mesma autora, no episódio da *matadeira* o ficcionista Euclides sobrepujou o historiador de Canudos, tanto no que diz respeito à dramatização do episódio, quanto nas sugestões ambientais, na descrição do movimento e nas imagens violentas.³²⁹

Precisamente nessa reportagem, as analogias entre o texto euclidiano e o *Quatrevingt-treize* são impressionantes, conforme se percebe no cotejo entre o artigo anteriormente citado e a terceira parte do romance histórico hugoano (“La Vendée”). Assim, Hugo, retomando uma poderosa imagem da guerra da Vendéia, presente em outras narrativas históricas e literárias, a exemplo da *Histoire de la Révolution Française* de Michelet, destacou que os *chouans*, armados com paus, atacavam os canhões das tropas republicanas e, após lhes tomarem dos azuis, batizavam-nos, como nos casos de *Missionnaire* e *Marie Jeanne*. Acrescente-se, ainda, que o

³²⁹ Cf. CUNHA, Euclides. **Diário de uma expedição**, p. 100-105; Id. **Os Sertões**, p. 587, 648-650; GALVÃO, Walnice Nogueira. **Saco de gatos: ensaios críticos**, p. 81, 83.

mais forte indício das intertextualidades entre Euclides e Hugo apresenta-se na alusão ao *Imanus*. Como se sabe, esse símile aplicado a Joaquim Macambira constituiu-se em uma das personagens do *Quatrevingt-treize*, ou seja, *Gouge-le-Bruant*, o ardiloso *Brise-bleu (Mata-azuis)*, terrível inimigo dos exércitos republicanos. Finalmente, a relação estabelecida entre história e lenda, na perspectiva do romancista francês, complementa o quadro simetrias com o texto euclidiano. A esse respeito, saltam aos olhos as suas analogias com a estratégia de composição adotada pelo autor de *La Légende des siècles* em sua narrativa da guerra da Vendéia, ancorada no entrelaçamento entre história e lenda, verdade e ficção. Para Hugo, a história das florestas bretãs, de 1792 a 1800, poderia ser escrita à parte e entraria na vasta aventura da Vendéia como uma lenda. Não obstante, aproximando as narrativas históricas das ficcionais, assinalou que a história tem a sua verdade, e a lenda tem outra. A verdade lendária, contudo, é de uma natureza diversa da verdade histórica. A verdade lendária é a invenção, tendo como resultado a realidade. De resto, a história e a lenda têm o mesmo fim: pintar no homem momentâneo o homem eterno. Para o romancista francês, a guerra da Vendéia somente podia ser completamente explicada se a lenda complementasse a história: fazia-se necessário a história para o conjunto e a lenda para os pormenores. Essa sugestão pode ter incidido sobre o historiador da Guerra de Canudos, que buscou encontrar “um domínio comum da fantasia e da razão.” Segundo Leopoldo Bernucci, Euclides, ao se valer da expressão *lendas*, era justamente na ordem das coisas onde se encaixavam as “narrativas anedóticas” elaboradas pelos “rudes cronistas” da guerra, quando elas eram histórias que não necessitavam ser atestadas pela outra História. “Como poderíamos exigir da História uma versão esmerada e limpa se as contradições que afloram são a prova mais contundente da sua impossibilidade de ser unívoca?” Mas, em que pesem as relações intertextuais com Hugo, Euclides desconfiava mais da imaginação do que o autor de *Quatrevingt-treize*.³³⁰

As intertextualidades entre *Os Sertões* e *Quatrevingt-treize*

Conforme Leopoldo Bernucci, para Victor Hugo e Euclides, a floresta e o deserto eram os locais que encarnavam o mistério, o silêncio e o segredo. Espaços geográficos diametralmente opostos, no entanto intimamente atados pelas lianas inextricáveis das analogias construídas por

³³⁰ Cf. HUGO, Victor. *Quatrevingt-treize*, p. 180-181, 188; MICHELET, Jules, op. cit., p. 269-271; BERNUCCI, Leopoldo M. *A imitação dos sentidos*, p. 30.

Hugo, não permitiam sequer que o discernimento do leitor os penetrasse em busca de uma possível dissociação – o que derruiria todo um sistema de sustentação discursiva. “A saber aquele que instala o símile. Em última análise, esses dois universos se estendem além de suas fronteiras nacionais à procura de uma equação, expressa pelo *aqui* e o *lá*, sendo este segundo termo um proverbial antecedente do sistema comparativo do discurso dos dois autores.” Sob o signo do símile, que lhes delega poder e autoridade, o romancista francês e o engenheiro-escritor reconstruíram o seu *locus* nacional, certificando-se primeiro de que um fato ou objeto precedente tenha sido posto aos olhos do leitor. “Dessa maneira, já se estaria a meio caminho de uma garantia quase total de apreensão do desconhecido, quando fosse necessário defrontar-se com fenômenos que pela sua natureza embaralhavam e confundiam o pensamento.” Nesse contexto, ganha relevo um dos pontos de contato entre Hugo e Euclides, que se revestem de maior interesse: a descrição da paisagem. Na descrição da natureza, o leitor vê desfilar diante dos olhos um organismo vivo, de dimensões humanas, que em parte explica os procedimentos dos *chouans* e dos *jagunços*. Assim, o romance sobre a Guerra da Vendéia contém alguns dos principais aspectos que ilustram o discurso euclidiano sobre Canudos: “a natureza cúmplice, a presteza do jagunço em ocultar-se quando negaceia, seus traços mais contrastivos e as peculiaridades topográficas.” Portanto, em suas narrativas, os dois autores destacaram a cumplicidade entre os guerrilheiros e a natureza, ou seja, nas charnecas ou nas caatingas, os exércitos republicanos enfrentavam inimigos invisíveis em conluio com as forças vivas da natureza.³³¹

A esse respeito, no seu romance sobre 1793, o escritor francês externou o ponto de vista segundo o qual a Vendéia (a revolta eclesiástica) teve a colaboração das sete florestas terríveis que cobriam a região, posto que as trevas se auxiliavam. Assinalando que uma convivência secular vinculava os homens às formações vegetais daquele departamento francês, Hugo insistiu na tese segunda a qual as trágicas florestas bretãs representaram, mais uma vez, o seu papel de servas e de cúmplices na rebelião vendeiana, como o tinham sido de todas as outras. Destacando que o camponês tinha dois pontos de apoio – o campo que o alimentava, e o bosque que o ocultava –, o romancista sublinhou serem as florestas bretãs daquela época como verdadeiras cidades. Paradoxalmente, nada aparentava ser mais surdo, mais mudo e mais selvagem do que aqueles inextricáveis labirintos de espinhos e ramos, as vastas matas, verdadeiros jazigos de imobilidade e silêncio. Nesse cenário, nada mais podia lembrar a solidão mais morta e sepulcral. Entretanto,

³³¹ Cf. BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos**, p. 34, 36.

se se pudesse, subitamente, de um só golpe, cortar as árvores, ver-se-ia nessa sombra um formigueiro de homens. Portanto, aquelas matas hipócritas, cheias de combatentes ocultos em uma espécie de labirinto subjacente, eram como enormes esponjas obscuras, de onde, sob a pressão do pé gigantesco da Revolução, saltou a guerra civil. Assim, no desenrolar da guerra, as tropas republicanas batiam-se contra adversários quase mágicos, intangíveis: batalhões invisíveis estavam sempre a postos nas tocaias; exércitos ignorados serpeavam por debaixo dos militares revolucionários; combatentes nativos pareciam sair da terra de repente e, da mesma forma, tornavam a entrar nela; os vendeianos surgiam inumeráveis e desapareciam, dotados de ubiqüidade e de dispersão; os rebeldes eram avalanche que se tornava poeira; colossos que possuíam o dom de encolher; gigantes para combater e anões para desaparecer; jaguares que tinham costumes de toupeiras. Sob o ponto de vista hugoano, na Vendéia, a alma da terra encarnava-se no homem. Nesse ponto, ganha sentido a analogia estabelecida pelo romancista entre Jean Chouan e o deus marinho grego Proteu, que podia assumir diferentes formas.³³²

Por seu turno, em diversos momentos da narrativa da Guerra de Canudos, Euclides pareceu, consciente ou inconscientemente, retomar esses motivos hugoanos. Assim, nas páginas de *Os Sertões*, os conselheiristas aparecem, sob fortes tintas romanescas, caracterizados como adversários incorpóreos, invisíveis aos olhos dos soldados da República, que pareciam brotar do chão, de todos os quadrantes da caatinga. A partir desse prisma, nos moldes da tradição romântica, o engenheiro-letrado delineou uma imagem do sertanejo como um ente fantástico que se adaptou e foi talhado pela natureza à sua imagem e semelhança: “bárbaro, impetuoso, abrupto...” Movendo-se nesse terreno, os canudenses tornavam-se guerreiros impalpáveis, intangíveis, frente aos destacamentos republicanos. Assim, Euclides destacou as especificidades relacionadas a uma guerra nas caatingas, que favorecia, muito mais do que as matas virgens, a ação dos rebeldes face às tropas regulares: “Ao que as caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entram também de certo modo na luta. Armam-se para o combate; agridem. Trançam-se, impenetráveis, ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas multívias, para o matuto que ali nasceu e cresceu.” A mesma simbiose entre a natureza e o combatente nativo, presente na Vendéia, poderia ser vislumbrada nas cercanias de Canudos: “E o jagunço faz-se guerrilheiro-tugue, intangível... As caatingas não o escondem apenas, amparam-no.” Nos sertões, mais do que os adeptos do *Bom Jesus*, os expedicionários se defrontavam com o antagonismo formidável da

³³² Cf. HUGO, Victor. *Quatrevingt-treize*, p. 180, 182-184, 192-193.

caatinga: “As seções precipitam-se para os pontos onde estalaram os estampidos e estacam ante uma barreira flexível, mais impenetrável, de juremas. Enredam-se do cipoal que as agrilhoa, que lhes arrebatam das mãos as armas, e não vingam transpô-lo.” E mais ainda, quando a linha de baionetas busca avançar nesse terreno, em busca do inimigo invisível: “Lampeja por momentos entre os raios do sol joeirados pelas árvores sem folhas; e parte-se, faiscando, adiante, dispersa, batendo contra espessos renques de xiquexiques, unidos como quadrados cheios, de falanges, intransponíveis, fervilhando espinhos...” Em grande medida, esse fragmento da narrativa euclidiana servia como uma antecipação dos percalços experimentados pelas tropas federais no “dédalo desesperador” das ruas de Canudos: “Espalham-se, correm à toa, num labirinto de galhos. Caem, presos pelos laços corredios dos quipás reptantes; ou estacam, pernas imobilizadas por fortíssimos tentáculos. Debatem-se desesperadamente até deixaram em pedaços as fardas, entre garras felinas de acúleos recurvos das macambiras.” Incapaz de enfrentar o homem e a natureza, o Exército sentia na sua própria força a própria fraqueza: “A luta é desigual. A força militar decai a um plano inferior. Batem-no a terra e o homem”. Portanto, “a natureza toda protege o sertanejo. Talha-o como Anteu, indomável. É um titã bronzeado fazendo vacilar a marcha dos exércitos.” Comente-se, de passagem, que ao escritor caboclo não faltou sequer o equivalente do Proteu no modelo literário francês. Em *Os Sertões*, a personagem mitológica referida é a do titã Anteu, um dos filhos da Terra, de onde retirava sua força. Ademais, os elementos relacionados à configuração do solo, conselheira de muitas das ações do homem, como sublinhou o autor do *Quatrevingt-treize*, também foram destacados pelo escritor brasileiro, na perspectiva de demonstrar a aliança estabelecida entre os *jagunços* e as caatingas: “O inimigo traía-se apenas na feição ameaçadora da terra. Encantoara-se. Rentes com o chão, rebatidos nas dobras do terreno, entaliscados nas crastas – esparsos, imóveis, expectantes – dedos presos aos gatilhos dos clavinotes, os sertanejos quedavam, em silêncio, tentando as pontarias, olhos fitos nas colunas ainda distantes, embaixo, marchando após os exploradores que esquadriavam cautelosamente as cercanias.” Portanto, a ênfase sobre os vínculos entre o homem e a terra, um dos *tópoi* do Romantismo, expressa mais uma das identidades entre Euclides e Victor Hugo.³³³

Ainda sobre esse ponto, Leopoldo Bernucci destacou que traços singulares do vendeiano, delineados por Hugo e enlaçados no historicismo e no primitivismo românticos, também se fazem presentes na obra euclidiana. Sob esse enfoque, a peculiar religiosidade dos habitantes da

³³³ Cf. CUNHA, Euclides da, *Os Sertões*, p. 215, 355, 357-363, 391-392, 578, 583.

Vendéia, a sua habilidade no reconhecimento das manifestações telúricas, o seu primitivismo e tradicionalismo e a sua especificidade lingüística encontravam com certa facilidade os seus respectivos correlatos em *Os Sertões*. Senão, comparem-se as caracterizações dos habitantes da Bretanha e do semi-árido da Bahia, delineadas por cada um dos escritores. Para o autor de *Quatrevingt-treize*, o camponês bretão era um “selvagem grave e singular”, de olhar claro e cabelos compridos, que se alimentava de leite e castanhas; vivia limitado ao seu teto de colmo, à sua sebe e ao seu fosso; se servia de água unicamente para beber; usava jaquetas de couro com arabescos de seda e tatuava suas vestes, como os seus antepassados celtas pintavam os seus rostos; respeitava o senhor no carrasco; falava uma língua morta; levava a vida aguilhoando os bois, aguçando as foices, limpando o trigo negro, amassando o pão de centeio; venerava, em primeiro lugar, a charrua e, em segundo lugar, a avó, acreditando tanto na Virgem Santa quanto na Dama Branca, devotando-se ao altar, mas também à misteriosa alta pedra erguida no meio da charneca; a um só tempo, era lavrador no campo, pescador na costa e caçador na mata; amava os seus reis, os seus senhores, os padres e os seus piolhos; era pensativo, imóvel, durante horas inteiras na praia deserta, sombrio escutador do mar. Essa imagem de uma população semibárbara, vivendo à margem da civilização e retardatária no seu tempo, encontrou o seu correspondente na obra de Euclides. Dessa forma, buscando explicar a “evolução do caráter” do sertanejo, o escritor caboclo desenvolveu uma caracterização que apresenta paralelos desconcertantes com a pintura hugoana do bretão, há pouco mencionado: “Caldeadas a índole aventureira do colono e impulsividade do indígena, tiveram, ulteriormente, o cultivo do próprio meio que lhes proporcionou, pelo insulamento, a conservação dos atributos e hábitos avoengos, ligeiramente modificados apenas consoante as novas exigências da vida. – E ali estão com as suas vestes características, os seus hábitos antigos, o seu estranho aferro às tradições mais remotas, o seu sentimento religioso levado até o fanatismo, e o seu exagerado ponto de honra, e o seu folclore belíssimo de rimas de três séculos...”³³⁴

Conforme Leopoldo Bernucci, nos antípodas da argumentação em favor dos vendeianos ou *jagunços*, ou contra eles, vê-se que era possível concebê-los como seres nobres, fortes e heróicos, ao mesmo tempo em que o seu lado bárbaro, rude e primitivo era acentuado. É provável que, nesse ponto, o jogo de antíteses, tão revelador das identidades entre os escritores em questão,

³³⁴ Cf. BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos**, p. 32-33; HUGO, Victor. **Quatrevingt-treize**, p. 181-182; CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, p. 190.

tenha atingido seu ponto mais elevado. No que se refere ao autor de *Quatrevingt-treize*, o mesmo qualificou os rebeldes franceses através de expressões tão antitéticas quanto, por um lado, combatentes extraordinários, medonhos, intrépidos e gigantes, e, por outro, ladrões, selvagens, bandidos e assassinos. Nesse diapasão, o escritor referiu-se à Vendéia como um prodígio, mas também uma Guerra de Ignorantes, tão estúpida e tão esplêndida, abominável e magnífica, que entristeceu e orgulhou a França. Assim, a Vendéia era uma ferida que era uma glória. Prosseguindo, considerando que a Vendéia acabou com a Bretanha, aplicava à essa insurreição uma saraivada de adjetivos ambíguos: refrega colossal, chicana de titãs, rebelião desmedida, destinada a deixar na história mais do que uma palavra, a Vendéia, palavra ilustre e negra; suicidando-se pelos ausentes, devotada ao egoísmo, passando seu tempo a fazer à covardia a oferta de uma imensa bravura; sem cálculo, sem estratégia, sem tática, sem plano, sem finalidade, sem chefe, sem responsabilidade, mostrando até que ponto a vontade pode vir a ser a impotência; cavalheiresca e selvagem; o absurdo em fúria, construindo contra a luz um guarda-fogo de trevas; a ignorância fazendo à verdade, à justiça, ao direito, à razão, à emancipação, uma longa resistência estúpida e admirável; enfim, essa guerra foi um ensaio inconsciente de parricídio. Quanto a Euclides, a expressão que melhor dá conta do jogo de antíteses por ele aplicado ao sertanejo é o oximoro “Hércules-Quasímodo” (que bastaria para evidenciar a ausência-presença de Victor Hugo em *Os Sertões*). Os *jagunços* são apresentados mediante uma imagem bifronte, às vezes como retardatários, desequilibrados e fanáticos, e outras como titãs, campeadores terríveis e membros de uma raça forte. Para Walnice Nogueira Galvão, como essas afirmações surgem entrelaçadas, a resultante literária é a presença constante das figuras da antítese e do oximoro. Ademais, a repetição incessante de afirmações contraditória oferece a possibilidade de ler dois livros num só. “Num deles, os rebeldes são heróicos, fortes, superiores, inventivos, resistentes, impávidos. No outro, eles são ignorantes, degenerados, racialmente inferiores, anormais, atributos que impregnam também, por extensão, seu líder Antônio Conselheiro e o próprio arraial onde viveram.” Portanto, não somente a natureza comprazia-se em um jogo de antíteses, nos sertões de Canudos, mas o escritor caboclo esmerou-se em criar um palimpsesto infernal, que ainda aprisiona o leitor em uma rede inextricável de símbolos e signos ambíguos.³³⁵

³³⁵ BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos**, p. 29; HUGO, Victor. **Quatrevingt-treize**, p. 181, 187-189, 192-193, 195-196; CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, p. 66, 135, 200, 202, 207, 363, 401; GALVÃO, Walnice Nogueira. **Gatos de outro saco**, p. 81.

Ainda no que se relaciona ao aspecto da construção de uma imagem primitiva dos habitantes da Vendéia e do semi-árido brasileiro, Leopoldo Bernucci assinalou que mesmo um autor como Victor Hugo, pouco afeito às teorias deterministas de seus colegas naturalistas franceses, não conseguiu escapar da artilosa e persuasiva força com que os sisudos doutores das ciências da época anunciavam a fórmula mágica que iria vaticinar a compreensão dos caracteres humanos. “A fórmula era relativamente simples, mas condenada ao fracasso: ‘Dize-me de onde vens e eu te direi como és’. Percorrendo rapidamente o *Quatrevingt-treize*, n’*Os Sertões*, no entanto, ela será acolhida com mais vagar, desdobrando-se e aplicando-se em muitas das suas páginas. Mas do que procurar ver as raízes deste mal, será apreciar o impacto e as implicações que o meio tem para as guerrilhas dos vendeianos e dos canudenses.” No caso de Euclides, a imagem do sertão e dos sertanejos é bipartida, composta tanto de atributos românticos quanto de elementos naturalistas, muito embora se incline por esses últimos – o que não impossibilita vislumbrar na situação aludida influxos românticos tardios, mas poderosos.³³⁶

Aliados à natureza e semibárbaros, os vendeianos e os canudenses lutavam contra as tropas republicanas munidos de armas primitivas, que por vezes misturavam-se aos seus símbolos religiosos. No caso da contra-revolução francesa, Hugo assinalou que os camponeses atacavam os *azuis* com lanças, espingardas velhas e novas, varas, forcados, foices, facas de mato, espetos, paus ferrados e pregados e alguns combatentes traziam no peito uma cruz feita de ossos humanos. Por outro lado, o romancista estabeleceu uma associação entre o ímpeto guerreiro dos rebeldes e o seu fanatismo religioso – uma tópica, aliás, presente em outros escritores republicanos, a exemplo de Michelet e Mignet. Assim, Hugo sublinhou uma informação de um contemporâneo segundo a qual Jean Chouan obrigava os seus comandados a estarem constantemente com os seus rosários entre as mãos. Ademais, lembrou que, ao atacarem os quadrados republicanos, caso encontrassem no campo de batalha alguma cruz ou uma capela, os camponeses se ajoelhavam e oravam sob o fogo inimigo. Por fim, narrando as preliminares de uma batalha travada na cidade de Dol, o autor descreveu as tropas vendeianas como seis mil camponeses, com corações de Jesus sobre as suas jaquetas de couro, fitas brancas nos chapéus redondos, divisas cristãs nos braços, rosários nos cinturões, tendo mais forcados do que sabres e carabinas sem baioneta, arrastando canhões atrelados com cordas, mal equipados, mal disciplinados, porém frenéticos.³³⁷

³³⁶ Cf. BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos**, p. 33, 37.

³³⁷ Cf. HUGO, Victor. **Quatrevingt-treize**, p. 186-188, 191, 204.

No que se refere a Euclides, que já havia associado a “coragem bárbara e singular” presente no “*chouan* fervorosamente crente” ao “heroísmo mórbido” do “*tabaréu* fanático”, pode-se estabelecer as similaridades com o modelo hugoano. Assim, em *Os Sertões*, o autor destacou que os sertanejos enfrentaram as três primeiras Expedições – equipadas com fuzis e carabinas *Comblain* e *Mannlicher*, metralhadoras *Nordenfeldt* e canhões *Krupp* – armados com utensílios tão grosseiros quanto os dos seus “congêneres” europeus. Por outro lado, não resta dúvida de que o escritor caboclo também relacionava a bravura dos sertanejos à sua extrema religiosidade. A narrativa euclidiana do primeiro combate da Guerra de Canudos, travado em Uauá, em 21 de novembro de 1896, além de identificar as peças do arsenal conselheirista, também acusou a presença de representações simbólicas do sagrado: “Guiavam-nos símbolos de paz: a bandeira do Divino e, ladeando-a, nos braços fortes de um crente possante, grande cruz de madeira, alta como um cruzeiro. Os combatentes armados de velhas espingardas, de chuços de vaqueiros, de foices e varapaus, perdiam-se no grosso dos fiéis que alteavam, inermes, vultos e imagens dos santos prediletos, e palmas ressequidas retiradas dos altares.” Aqui, não há uma linha divisória segura para delimitar a bravura dos combatentes e o seu fanatismo religioso. Sobre o mesmo assunto, o relato da cena na qual os conselheiristas “reeditaram” o episódio de Uauá, acossando a Expedição Febrônio de Brito, em 19 de janeiro de 1897, às portas da *aldeia sagrada*, permite retomar as intertextualidades entre *Os Sertões* e o *Quatrevingt-treize*: “Abandonando as espingardas imperfeitas pelos varapaus, pelos fueiros dos carros, pelas foices, pelas forquilhas, pelas agulhadas longas e pelos facões de folha larga, os sertanejos enterreiraram-na, surgindo em grita, todos a um só tempo, como se aquele disparo fosse um sinal prefixo para o assalto.”³³⁸

Essas séries de imagens, mobilizadas por Hugo e Euclides, encontravam correspondências evidentes nas duas sucessões de acontecimentos históricos (a Vendéia e Canudos), acessíveis pela mera consulta dos autores às suas fontes históricas. Não obstante, podem também evidenciar a permanência de uma modalidade de imaginário social. Como destacou Bronislaw Baczko, as revoltas camponesas que a França conheceu entre os séculos XVII e XVIII são exemplos flagrantes do papel desempenhado pelos imaginários sociais nas mentalidades e nas práticas coletivas. Por um lado, elas colocam em relevo a intervenção ativa desses imaginários na cristalização das recusas e das esperanças que as grandes crises de violência popular (a exemplo do *Grande Medo* de 1789) alimentaram. Por outro, manifestou-se, na sucessão dessas crises, uma

³³⁸ Cf. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, p. 348, 400.

notável resistência desse imaginário, reproduzindo no longo prazo a solidariedade entre tais imaginários coletivos e um modo de vida, uma cultura e um dispositivo simbólico determinados. Assim, os imaginários sociais intervêm continuamente ao longo dos motins e em diversos níveis. As suas funções são múltiplas: designar o inimigo no plano simbólico; mobilizar as energias e representar as solidariedades; cristalizar e ampliar os temores e esperanças difusos. Todos converge para a legitimação da violência popular. No que se refere ao conjunto de imagens das revoltas camponesas francesas sob o Antigo Regime, que ainda circulam no imaginário coletivo, as analogias tanto com a Vendéia quanto com Canudos são insofismáveis: “Na maioria da vezes, os amotinados agrupavam-se em bandos que variavam entre algumas dezenas e alguns milhares de homens juntos, sob o comando de ‘capitães’ escolhidos geralmente no seio dos camponeses, mas às vezes também na nobreza. Os camponeses raramente dispunham de armas de fogo, estando sobretudo munidos das armas tradicionais – facas, forquilhas, machados e chuços.”³³⁹

No que se refere às causas profundas das guerras, Hugo e Euclides buscaram inseri-las no âmbito de uma violenta colisão entre a modernidade e o arcaísmo. Em termos contemporâneos, não é incorreto utilizar a noção de “choque de culturas”, aplicada por Berthold Zilly, para dar conta da força motriz que desencadeou a Guerra de Canudos. “*Os Sertões* apresenta um tipo de *clash of cultures* que é infelizmente mais freqüente do que nunca: o impacto entre grupos atrasados, muitas vezes rurais, cultural e religiosamente tradicionais, fundamentalistas, periféricos, de um lado, e do outro, a civilização moderna, racional, secularizada e globalizadora, que os atropela com brutalidade e arrogância.” Para o autor de *Quatrevingt-treize*, se o leitor quisesse compreender a Vendéia, deveria imaginar o antagonismo entre a Revolução Francesa e o camponês bretão. Assim, em face desses acontecimentos incomparáveis, da ameaça imensa de todos os benefícios ao mesmo tempo, do acesso de cólera da civilização, do excesso de progresso furioso, do melhoramento desmedido e ininteligível, o vendeiano cego não poderia aceitar toda essa claridade. Sob essa ótica, encontrando-se oprimida pela libertação à força, a Bretanha revoltou-se. No limite, Hugo enxergava nessa guerra a manifestação da própria luta do progresso, na qual as idéias gerais eram odiadas pelas concepções parciais. Portanto, duas palavras resumiam toda a revolta vendeiana: Terra e Pátria, camponeses *versus* patriotas, a querela da

³³⁹ Cf. BACZKO, Bronislaw. Imaginação social, p. 315.

idéia local contra a idéia universal. Não obstante, concluía, a Vendéia serviu ao progresso, pois as catástrofes têm uma maneira sombria de arranjar as coisas.³⁴⁰

Em contrapartida, a obra euclidiana não parece alimentar nenhuma ilusão em relação ao caráter benéfico da marcha do progresso nos trópicos, ao contrário, a Guerra de Canudos foi caracterizada como “um refluxo para o passado”, “um crime”, “um refluxo em nossa história.” Assim, Euclides enfocou esse conflito como parte do avanço da civilização nos sertões, resultando no esmagamento inevitável das raças pelas raças fortes, teorizado por Gumplowicz. Dessa forma, os brasileiros do litoral, que viviam “parasitariamente à beira do Atlântico dos princípios civilizatórios elaborados na Europa”, não conheciam os habitantes do arraial às margens do Vaza-Barris, nem podiam conhecê-los. Portanto, aqui, configura-se a dialética litoral *versus* sertão – uma das idéias centrais do livro vingador. Nesse contexto, o antagonismo entre Canudos e a República era inevitável: “Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República.” Esse ponto de vista euclidiano se constitui em uma das marcas de *Os Sertões*: a crítica do processo de modernização à brasileira e um dos seus resultados mais conhecidos – a contínua exclusão dos pobres e miseráveis. “Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente.” A nova *classe dirigente*, que mimetizou as leis e as instituições políticas de outros países, descuidou das necessidades elementares desses brasileiros: “Iludidos por uma civilização de empréstimo; respigando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade.” Um dos resultados desse processo foi a transformação dos sertanejos em brasileiros que eram “mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos...”³⁴¹

Portanto, em linhas gerais, uma das leituras possíveis dos livros de Victor Hugo e Euclides da Cunha é aquela que destaca a Revolução Francesa e a Proclamação da República como os dois eventos desencadeadores que resultaram na Vendéia e na Campanha de Canudos. Não obstante, embora plausível, esse esquema é demasiado simplista. Como salientou Leopoldo Bernucci, ao longo das obras hugoana e euclidiana, observa-se que a interpretação causal das

³⁴⁰ Cf. ZILLY, Berthold. Um depoimento brasileiro para a História Universal – traduzibilidade e atualidade de Euclides da Cunha, p. 11; HUGO, Victor. **Quatrevingt-treize**, p. 181-183, 194, 196.

³⁴¹ Cf. CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, p. 66-67, 316-317.

guerras não se atrelava às trincheiras políticas, ao contrário, suas origens, em boa parte, foram explicadas pelo pugilato travado entre o Bem e o Mal. Quem sabe de maneira similar a Michelet, Hugo classificou a Vendéia como um *malentendu* (*mal-entendido*), incorrendo, ambos os escritores, em uma imprecisão semântica, uma vez que as partes em conflito não se utilizaram da mesma linguagem – o que afastaria a tese do mal-entendido propriamente dito, mas sim um diálogo ininteligível pela não identificação dos códigos culturais. A esse respeito, o romancista enfatizou o papel desempenhado pelo clero contra-revolucionário como um dos aspectos que levaram à sublevação dos camponeses. Por outro lado, em uma conversação entre o visconde de Fontenay e o marinheiro Halmalo, o nobre explica que o papel dos emigrados que retornavam era socorrer Deus, ou, ainda, auxiliar os bravos camponeses a salvar a França, o rei e a Deus. Sob essa perspectiva, tratava-se de uma guerra dos ímpios contra os padres, dos regicidas contra o Rei, de Satanás contra Deus. Sobre o mesmo tema, em um diálogo travado entre Cimourdain e um estalajadeiro, este informou ao comissário do Comitê de Salvação Pública que os camponeses denominavam a Guerra da Vendéia como a luta entre o arcanjo São Miguel e Belzebu. Aditava que, para os aldeões, o general monarquista Lantenac era São Miguel e o comandante patriota Gauvain era Belzebu. Na contracorrente, o hospedeiro afirmava que, se nessa guerra havia um diabo, ele era Lantenac, e se existia um anjo, o mesmo era Gauvain. A propósito, antes de Hugo compor o seu romance, historiadores como Mignet, Michelet, Martin e Quinet, condenaram ambas as modalidades de fanatismo (o realista e o jacobino), que levantavam as suas bandeiras um contra o outro, objetivando o triunfo da antiga ou da nova civilização.³⁴²

Para Euclides, que, em *Os Sertões*, desvencilhou-se em parte da tese que postulava na revolta sertaneja um movimento político restaurador, também não foi difícil reconhecer as marcas de uma batalha entre o Bem e o Mal, no conflito que se travava nos sertões da Bahia. Assim, destacou que os sertanejos identificavam a imagem da República com o triunfo efêmero do Anticristo, além de resumir o programa conselheirista ao aforismo segundo o qual o novo regime era *a lei do cão*. Por outro lado, comentando um dos ataques das tropas federais às posições dos *jagunços*, o engenheiro-escritor sublinhou que os retumbantes brados de viva a República, o grito de guerra que marcava as arrancadas contra Canudos, deram à luta “um traço singular de heroicidade antiga, revivendo o desprendimento doentio dos místicos lidadores da média idade.”

³⁴² Cf. BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos**, p. 33, 37; HUGO, Victor. **Quatrevingt-treize**, p. 71-72, 188, 201; MICHELET, Jules, op. cit., p. 453.

Na mesma perspectiva, ao assinalar que “a luta da República, e contra seus imaginários inimigos, era uma cruzada”, o autor aproximou os comportamentos dos republicanos às crenças messiânicas dos conselheiristas. Desse modo, os soldados, supostos portadores da civilização e do progresso, comportavam-se como “modernos templários”, cultuavam o seu próprio Messias e combatiam com a mesma fé inamalgável. “Os que daquele modo se abatiam à entrada de Canudos tinham todos, sem excetuar um único, colgada ao peito esquerdo, em medalhas de bronze, a efigie do marechal Floriano Peixoto e, morrendo, saudavam a sua memória – com o mesmo entusiasmo delirante, com a mesma dedicação incoercível e com a mesma aberração fanática com que os jagunços bradavam pelo Bom Jesus misericordioso e milagreiro...” Portanto, ao equiparar o messianismo conselheirista ao fanatismo dos republicanos, Euclides provavelmente seguia não apenas o modelo literário hugoano, mas também uma das idéias da escola historiográfica liberal francesa – a condenação tanto da selvageria dos camponeses vendeianos quanto do Terror revolucionário dos jacobinos.³⁴³

Uma outra instigante analogia entre *Os Sertões* e *Quatrevingt-treize* apresenta-se nas relações estabelecidas por parte de ambos os autores entre a escrita da história e a ficção, ou entre as narrativas históricas e os relatos imaginados. Acerca desse ponto, sublinhe-se, com a maior clareza possível, que os livros supracitados participam de gêneros distintos entre si: um é romance histórico, o outro um ensaio com pretensões historiográficas. No que diz respeito a Hugo, a assertiva segundo a qual a Vendéia somente poderia ser explicada completamente se a lenda complementasse a história – pois se fazia necessária a história para o conjunto e a lenda para o detalhe – definia bem a natureza do seu empreendimento histórico-literário. Sem prejuízo dessa premissa central do romance histórico, ressaltou, todavia, que a história tem a sua verdade, e a lenda tem outra. A verdade lendária, contudo, é de uma natureza diversa da verdade histórica. A verdade lendária é a invenção tendo como resultado a realidade. De resto, a história e a lenda têm o mesmo fim: pintar no homem momentâneo o homem eterno. A respeito dessa solução hugoana, que buscava dar conta de uma tarefa desafiadora quanto narrar um caso tão perturbador como o da Vendéia, Leopoldo Bernucci questionou se não seria justamente a necessidade de buscar uma mimese adequada para um livro que se quer histórico, *Os Sertões*, que teria levado Euclides a se entroncar com o autor de *Quatrevingt-treize*. “Por que o conceito de mimese para o escritor francês ainda se apoiava no sentido dado pelos renascentistas italianos, o da *imitatio*.

³⁴³ Cf. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, p. 319-320, 617.

Como definição de uma representação de acontecimentos históricos, o sentido dado à mimese aqui é intencionalmente amplo, porque pretende incluir tanto os relatos históricos poéticos quanto os poemas históricos, sem que o processo de criação literária fosse concebido sob o pendore da originalidade.” Portanto, ainda que seja impróprio considerar *Os Sertões* obra ficcional, não seria incorreto nela um dos seus discursos mais tonificantes, aquele que *imita* a ficção.³⁴⁴

Não seria essa uma saída teórico-metodológica para refletir sobre o papel desempenhado pelas narrativas imaginárias em *Os Sertões*? Segundo Franklin de Oliveira, há um trecho na obra euclidiana, de capital importância para a sua *ontologia discursiva*. A passagem aludida é aquela na qual o escritor caboclo relaciona a semelhança da Serra do Cambaio (que lhe lembrava uma antiga necrópole) com as lendas das “cidades encantadas” da Bahia, “que têm conseguido dar à fantasia dos matutos o complemento de sérias indagações de homens estudiosos, originando pesquisas que fora descabido lembrar, não tem outra origem.” Assim, para o crítico maranhense, as palavras “imaginação” “fantasia”, tomadas como sinônimos, possuíam a importância de o engenheiro-letrado atribuir ao ficcional, ao fictício, ao inventado, ao imaginário, ao fantasista ou fantasioso (as lendas), o poder de complementar o pensamento reflexivo – as “sérias indagações dos estudiosos”. “Para Euclides, pelo que se depreende das referências às lendas e ao seu papel complementar, a *fantasia* é o fermento, a levedura das criações artísticas e científicas.” Por sua vez, Leopoldo Bernucci recordou que os pressupostos da técnica escritural de Euclides contemplavam não somente as facetas verdadeiras e falsas do caso, mas as “autorizadas” pelo respaldo do documento escrito, as exemplares e as inegavelmente persuasivas. Assim, como todas as “narrações anedóticas”, as suas fontes variavam em qualidade e quantidade, ou porque eram testemunhos orais pouco fidedignos, ou porque ofereciam um punhado de evidências que não conseguem sustentar totalmente a sua verossimilhança. “Porém, uma vez decidido que o que ‘realmente aconteceu’ lhe parecia irrelevante à sua narração, Euclides se empenha em narrá-la com presunção de verdade.” Por fim, as lendas (como a do episódio da *matadeira*) eram encaixadas numa ordem das coisas segundo a qual as narrativas lendárias apareciam como uma história sem a necessidade de ser atestada pela outra História. Portanto, em termos muito semelhantes ao programa hugoano, caberia à fantasia criadora preencher as lacunas relacionadas à campanha militar, colocando as diversas histórias ao lado da História. Assim, observadas as distinções entre a escrita da história e o romance, poder-se-ia afirmar que os acontecimentos

³⁴⁴ Cf. HUGO, Victor. **Quatrevingt-treize**, 180-181 ; BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos**, p. 28.

históricos forneceriam a moldura para o livro vingador, enquanto as lendas contribuíram com os aspectos anedóticos, subjetivos, lendários, irredutíveis à comprovação histórica.³⁴⁵

Conforme se discutiu ao longo do presente trabalho, Euclides projetou sobre Canudos alguns dos principais lugares comuns que a historiografia e a literatura oitocentistas aplicaram à Vendéia, pois, ao estabelecer a “aproximação histórica” entre as duas séries de acontecimentos, o autor contemplava a Revolução Francesa como moldura referencial para a história brasileira. Conseqüentemente, lançava sobre a guerra sertaneja as muitas das imagens elaboradas pelos escritores europeus, o que lhe possibilitava associar os sertanejos aos *chouans*. Por sua vez, a metáfora da Vendéia cumpria a função de inserir aquela região desconhecida do Brasil no panorama da História Universal. Finalmente, as analogias com as lutas dos revolucionários franceses contra os rebeldes vendeianos garantiam a repetição da história e a conseqüente vitória das armas republicanas brasileiras. Insistiu-se, ainda, na evidência de que o fato de o engenheiro-escritor ter se distanciado do modelo interpretativo que traçava paralelos entre a Revolução de 1789 e a história brasileira não significou que a metáfora da Vendéia desapareceu de circulação nas páginas de *Os Sertões*. Ao contrário, enredado pela força do imaginário revolucionário, o autor retomou, esporadicamente, as relações de identidade entre Canudos e a Vendéia. Para Leopoldo Bernucci, a recorrência de *A Nossa Vendéia*, como metáfora fortemente alinhavada em *Os Sertões*, aparece inclusive no final do livro vingador. Assim, na seção em que Euclides discutiu os reveses finais da guerra nos sertões, os novos cabecilhas ganharam apelidos sugestivos, como os dos *chouans*, mas pouco prováveis, somente para acomodar-se ao modelo literário francês. Dessa forma, Pedro, o *Invisível*, José Gamo, *Caco de Ouro* poderiam ser os *dublês* de Gouge-le-Bruant (*Brise-Bleu*), Hoisnard (*Branche d’Or*), Chatenay (*Robi*) e outros. Assim, aprisionado nos fios da trama do *Quatrevingt-treize*, o escritor brasileiro reiterou que, de forma idêntica a *chouannerie*, os conselheiristas possuíam “apelidos funambulescos”, o que explicaria essas alcunhas improváveis, para as lideranças emergentes de Canudos. Portanto, com a ambigüidade que marcou a aplicação da metáfora da Vendéia ao contexto brasileiro, o escritor caboclo ora associa, ora dissocia os *jagunços* dos *chouans*. O exemplo mais evidente das analogias entre os textos supracitados aparece no paralelo traçado entre Joaquim Macambira e a

³⁴⁵ Cf. OLIVEIRA, Franklin de, op. cit., p. 22; CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, p. 389-390; BERNUCCI, Leopoldo M. *A imitação dos sentidos*, p. 30.

personagem do *Imanus*. Em *Os Sertões*, Macambira foi caracterizado como “espécie grosseira de *Imanus* acobreado e bronco” ou como “espécie de *Imanus* decrépito.”³⁴⁶

Portanto, as pistas, até então evidenciadas, sugerem uma relação de simetria entre o *Quatrevingt-treize* e *Os Sertões* ou entre os seus referentes históricos – a Vendéia e Canudos. Não obstante o fato de que nem Victor Hugo ou o seu romance sejam citados na obra euclidiana, no interior dessa existem sinais que tornam pertinente a hipótese aqui esboçada. Sob essa perspectiva, Euclides não apenas estabeleceu uma aproximação histórica entre os eventos que se processaram na Vendéia, no final do século XVIII, e no interior da Bahia, no crepúsculo do século XIX, como também pode ter se utilizado do plano de composição do *Quatrevingt-treize* para construir elementos da narrativa de *Os Sertões*. Por exemplo, há uma notável semelhança entre os títulos de capítulos que integram a terceira parte do romance hugoano, intitulado “En Vendée” (“Na Vendéia”), qual sejam, “Les forêts” (“As florestas”), “Les hommes” (“Os homens”) e “Leur vie en guerre” (“A sua vida na guerra”) e os blocos nos quais está segmentado *Os Sertões* – “A Terra”, “O Homem” e “A Luta”. Um elementar exercício de leitura comparada possibilita interessantes correspondências entre os estilos, os adjetivos aplicados às principais personagens e o jogo de antíteses característico de ambos os escritores. Assim, parece plausível supor que o escritor caboclo se inspirou na narrativa romanesca de Hugo para aproximar determinadas imagens da Vendéia às do sertão de Canudos e os tipos humanos dos *chouans* aos dos *jagunços*. No que tange às analogias estabelecidas por Euclides, pode-se esboçar, em linhas gerais, a seguinte conjectura: o engenheiro-letrado projetou certas imagens da Vendéia – retiradas tanto de narrativas históricas quanto de relatos imaginários – nos acontecimentos dramáticos de Canudos, criando sentidos inusitados para os eventos ocorridos no sertão do Brasil. Através desse complexo jogo de luz e sombras, ligou os eventos de 1793 aos fatos de 1897, evidenciando a força que determinados escritos possuem sobre os imaginários coletivos ao longo da história. Se, por um lado, o romance de Hugo marcou a narrativa euclidiana da guerra nos sertões, por outro, o relato do escritor caboclo influenciou, decisivamente, o imaginário nacional acerca daquele massacre – tanto no que diz respeito aos seus contemporâneos quanto aos pósteros.³⁴⁷

As similaridades entre os textos confrontados suscitam duas indagações finais. A primeira, questiona as razões de o autor de *Quatrevingt-treize*, tão onipresente na construção da

³⁴⁶ Cf. BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos**, p. 37; CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, p. 313, 645, 648.

³⁴⁷ Cf. HUGO, Victor. **Quatrevingt-treize**, p. 180, 182, 187; CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, p. 69, 149, 329.

narrativa euclidiana da Campanha de Canudos, não ser citado pelo epígono brasileiro em sua obra de maior fôlego. A esse respeito, Leopoldo Bernucci, ao analisar os manuscritos de *Os Sertões*, rastreou o intuito do engenheiro-escritor em quitar parte da sua dívida intelectual para com o mestre francês. Assim, no corpo desse esboço do livro vingador, comparando as operações militares, que se desenrolaram nas charnecas e nas caatingas, Euclides assinalou que a Vendéia era um exemplo clássico, para, em seguida, destacar o papel dos “adversários anônimos” da Revolução, cuja “feição proeminente foi-lhe ainda impressa pelos chefes primitivos tão bem fixos por Victor Hugo na estupenda página do Imanus.” Vendéia, Victor Hugo e Imanus... A seqüência dos elementos é significativa. Aqui, encontrava-se uma prova interna decisiva dos influxos hugoanos na elaboração dos textos euclidianos sobre Canudos. Entretanto, seja porque as regras acadêmicas de citação no século XIX fossem menos rigorosas do que as atuais, seja porque Euclides não pudesse se esquivar do problema da originalidade romântica ou ainda não desejasse ser o seu trabalho, pretensamente científico e dirigido aos historiadores da posteridade, recepcionado pela crítica e pelos leitores como mais um romance histórico sobre Canudos, o fato é que essa referência foi suprimida do texto publicado em 1902. Portanto, a herança hugoana, no plano de composição de *Os Sertões*, é uma das questões que se colocam para os pesquisadores euclidianos na contemporaneidade e, em parte, responsável por sua fortuna crítica.³⁴⁸

A segunda indagação, diz respeito à recorrência de Euclides à metáfora da Vendéia, no livro vingador, não obstante o choque de realidade experimentado pelo correspondente de guerra de *O Estado de São Paulo* e a sua admissão explícita de que o movimento de Canudos “não traduzia o mais pálido intuito político”. Sobre esse ponto, algumas reflexões de Freud podem lançar novas luzes acerca do impasse euclidiano. A esse respeito, discutindo a presença de duas fontes documentais na contextura do Hexateuco, o psicanalista observou que dois tratamentos opostos deixaram suas marcas nesse conjunto de livros sagrados. Por um lado, ele foi submetido a revisões que o falsificaram no sentido de seus objetivos secretos, mutilaram-no e amplificaram-no e, até mesmo, transformaram-no em seu reverso; por outro lado, uma piedade solícita dirigiu-o e procurou conservar o texto bíblico tal como era, pouco importando se era coerente ou se se contradizia. “Assim, em quase toda a parte ocorrem lacunas observáveis, repetições perturbadoras e contradições óbvias, indicações que nos revelam coisas que não se indicavam a

³⁴⁸ Cf. CUNHA, Euclides da. **Manuscritos d’Os Sertões**, p. 10. Apud BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos**, p. 166.

serem comunicadas. Em suas implicações, a deformação de um texto assemelha-se a um assassinato: a dificuldade não está em perpetrar o ato, mas em livrar-se de seus traços.” Para ilustrar essa situação, Freud tomou de empréstimo a palavra *Entstellung* (*deformação*), em seu duplo significado: não apenas “mudar a aparência de algo”, mas também “por algo em outro lugar, deslocar”. “Por conseguinte, em muitos casos de deformação textual, podemos não obstante esperar descobrir que o que foi suprimido ou renegado está oculto em outro lugar, embora modificado e despojado de seu contexto. Apenas, nem sempre será fácil reconhecê-lo.” Essa alusão freudiana possibilita reafirmar que, em *Os Sertões*, devido à sua técnica especialíssima de “reciclagem textual”, Euclides enleou-se em um cipó de contradições. Dessa forma, o engenheiro-letrado superpôs às camadas do projeto historiográfico anterior – *A Nossa Vendéia* – o seu ensaio de interpretação do Brasil. Os resultados dessa estratégia de hibridação são por demais conhecidos. Não seria essa uma explicação razoável para o fato de, ao longo da tessitura da obra euclidiana, aflorarem tantas discrepâncias nesse palimpsesto infernal?³⁴⁹

Por fim, uma outra hipótese para compreender o dilema do engenheiro-letrado pode ser vislumbrado nas relações estabelecidas por Carlo Ginzburg entre história, retórica e prova. No centro da sua argumentação, o historiador italiano se coloca contra o que qualifica como a idéia rudimentar segundo a qual os modelos literários intervêm nos trabalhos historiográficos apenas no final, para organizar o material coletado. Ao contrário, esses modelos agem durante todas as etapas da pesquisa, “criando interdições e possibilidades.” Para Ginzburg, os cultores de uma postura historiográfica céptica somente examinam o produto literário final, sem levar em conta as pesquisas arquivísticas, filológicas, estatísticas etc. que o tornam possível. Em suma, os historiadores deveriam deslocar a sua atenção do produto literário final para as fases preparatórias, investigando, assim, a interação recíproca, *no interior do processo de pesquisa*, dos dados empíricos com os vínculos narrativos. Assim, os historiadores colocam, direta ou indiretamente, as suas perguntas para as fontes históricas em formas narrativas. Essas narrações provisórias delimitam um âmbito de possibilidades que, freqüentemente, são modificadas e mesmo descartadas ao longo do processo de pesquisa. “Podemos comparar essas narrativas a instâncias mediadoras entre questões e fontes, as quais influem profundamente (ainda que não de maneira exclusiva) sobre os modos pelos quais os dados históricos são recolhidos, eliminados,

³⁴⁹ Cf. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, p. 316; FREUD, Sigmund. *Moisés e o monoteísmo*, p. 37-40; BERNUCCI, Leopoldo M. *A imitação dos sentidos*, p. 114-115.

interpretados e, por fim, naturalmente, narrados.” Em suma, não obstante os seus claros intuitos deformantes, Euclides, aprisionado em um dédalo desesperador de interdições e possibilidades, não conseguiu se desvencilhar do imaginário social da Revolução Francesa, da metáfora da Vendéia e nem ao menos das marcas de Victor Hugo.³⁵⁰

³⁵⁰ Cf. GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: História, retórica e prova. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p. 44, 144.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho, discutiu-se a presença do imaginário social da Revolução Francesa na construção da narrativa euclidiana da Guerra de Canudos. A partir desse escopo, sublinhou-se que, em diversos momentos, Euclides da Cunha estabeleceu analogias entre a história brasileira do final do século XIX e a Grande Revolução. Assim, em sua produção textual (poesias, ensaios, crônicas, cartas e livros), expressou admiração pelas personagens revolucionárias; considerou a possibilidade de uma transição do Império à República, e o fim do Antigo Regime no Brasil, sob os moldes do processo francês do final do século XVIII; temeu uma restauração monárquica, que devolvesse a coroa aos descendentes de Pedro II, conforme o símile da retomada do poder pelos Bourbon franceses; e, no que se constitui no dado mais relevante para avaliar a sua obsessão por referências históricas francesas, empregou a metáfora da Vendéia para caracterizar fenômenos distintos de oposição à República brasileira, com destaque para o movimento de Canudos. Portanto, a Revolução Francesa aparece como a série de eventos históricos mais importante no quadro das referências euclidianas, embora não seja o único acontecimento que apareça com destaque em sua prosa – muito embora os outros registros não tivessem a presença das imagens revolucionárias, as quais transcenderam ao mero nível alusivo. Afirmou-se, ainda, que esse fenômeno não se restringiu apenas ao engenheiro-letrado, ao contrário, abarcou toda a sua geração, com destaque para os republicanos radicais, significativamente alcunhados jacobinos. Sob essa perspectiva, pôde-se inferir que o autor de *Os Sertões* tomou a Revolução Francesa como um *leitmotiv*, um padrão explicativo, dos processos ocorridos no Brasil oitocentista, especialmente nas duas últimas décadas desse século.

Com base nessas evidências, no primeiro capítulo desta Tese, esboçou-se um inventário acerca da vida e da obra de Euclides. Na seqüência, sublinhou-se a relevância e a força imagética da Revolução Francesa no conjunto da obra euclidiana. No terceiro capítulo, abordou-se a construção da narrativa histórica da Campanha de Canudos, considerando-se que, devido à sua natureza ensaística, *Os Sertões* ultrapassou os limites restritos da escrita da história. A partir dessa constatação, no quarto capítulo, discutiram-se aspectos relacionados à ontologia discursiva do livro vingador, problematizando-se os vínculos existentes entre as categorias de historicidade, de ficcionalidade e de literariedade na narrativa dessa obra. No mesmo segmento, evidenciaram-

se intertextualidades entre o livro vingador e o romance histórico *Quatrevingt-treize*, de Victor Hugo, uma versão histórico-literária da Revolução Francesa. Sob esse prisma, esse trabalho acadêmico buscou problematizar os influxos tantos dos relatos históricos quanto dos literários na estrutura discursiva de *Os Sertões*, evidenciando a presença de uma modalidade de imaginário social (o da Revolução Francesa) na construção do enredo de um livro que se pretendia narrativa verídica e sincera da Guerra de Canudos. Assim, argumentou-se que Euclides entrelaçou história e literatura, recorrendo tanto às narrativas historiográficas quanto a modalidades de relatos imaginários (a exemplo do romance histórico hugoano) para comunicar aos pósteros a trágica experiência de Canudos. Portanto, o propósito de discutir, no conjunto desta Tese, os influxos do imaginário revolucionário na construção da narrativa de *Os Sertões* – destacando os complexos vínculos que enleiam narrativas históricas e relatos imaginários na obra euclidiana – relaciona-se com uma das questões relevantes da historiografia contemporânea: a discussão acerca das fronteiras entre a história e a literatura, ou, ainda, o debate acerca das relações entre fato e ficção na narrativa histórica.

No corpo destas Considerações Finais, discutem-se alguns elementos relacionados à questão da narrativa histórica, presentes nesta Tese e que encontram pertinência nos debates historiográficos contemporâneos. Assim, conforme se assinalou, a forma ensaística, adotada em *Os Sertões*, fez com essa obra se localizasse para além da historiografia. Ademais, sublinhou-se que, não sendo exclusivamente um texto histórico, o livro vingador pode ser abordado como uma conjugação de, ao menos, dois modos discursivos: um pertencente às ciências e aquele que caracteriza as narrativas sobre o imaginário e o literário. Pelas mesmas razões, considerou-se que a relação de Euclides com a escrita da história configura-se extremamente problemática – posto seu ensaio extrapolar as searas dos cultores de Clio. Portanto, é um truísmo destacar que *Os Sertões* incorporou, canibalisticamente, não apenas aspectos do conhecimento histórico, mas também elementos advindos das humanidades e das ciências naturais. Aliás, essa é uma das razões pelas quais a entrada do engenheiro-escritor na tribo dos historiadores ser passível de tantos e tão variados questionamentos. Não obstante, para os historiadores, trata-se de uma tarefa legitimamente defensável uma análise da obra maior de Euclides atendo-se às interações entre as fontes históricas, os pressupostos historiográficos e os modelos literários à disposição do escritor caboclo, investigando os vínculos entre a descrição dos acontecimentos históricos e os relatos

imaginários, presentes na construção da sua narrativa acerca da Guerra de Canudos – conforme se pretendeu realizar ao longo do trabalho que aqui se conclui.

Sob essa perspectiva, deve-se assinalar que, em determinadas passagens de *Os Sertões*, o narrador euclidiano pareceu vacilar, considerando extremamente frágil a linha que separava o real da ficção, o fato da fantasia. Assim, referindo-se à incineração de Canudos por uma “gambiarra de incêndios”, admirou-se com o fato de essa cena (“real, concreta, iniludível”) surgir, aos seus olhos, como uma “ficção estupenda”. Na mesma perspectiva, destacou que os soldados (“os rudes cronistas dos acontecimentos”), estando sob “a sugestão empolgante do maravilhoso”, configuravam os acontecimentos mediante a uma “forma imaginosa”, pois a sua ingenuidade lhe ditava os casos, verídicos na essência, mas “deformados de exageros que narravam”. Sublinhou, ainda, o “exagerado romancear dos mais triviais sucessos” por parte dos militares republicanos. Recordou que muitos dos eventos da guerra sertaneja foram coloridos fortemente pela “imaginação popular” (dando à campanha “um tom impressionante e lendário”), resultando na urdidura de estranhos episódios. Na mesma linha de abordagem, observou que, frente a esses relatos, a imaginação popular “delirava na ebbriez dos casos estupendos, amontoados de fantasias.” No limite, Euclides admitiu que a idéia de pátria se configurava, no sertão, uma “ficção geográfica”. Não obstante essas oscilações, a pretensão explícita do escritor foi produzir uma narrativa verídica dessa série de eventos. Assim, o autor de *Os Sertões* enxergava na “fantasia dos matutos” o mero papel de complementar as “sérias indagações de homens estudiosos”. Conforme a terminologia vigente em determinados campos e canteiros da escrita da história contemporânea, Euclides objetivou narrar o conflito nos sertões com base em “um efeito de verdade” – e não tornar indistintas e abertas as fronteiras entre as narrativas com pretensão de veracidade e os relatos imaginados. Afinal, como fez questão de frisar, na cerimônia de posse na ABL, ao elaborar *Os Sertões*, havia se afastado “desta literatura imaginosa, de ficções.” A esse respeito, pode-se intuir que, para Euclides, seria moralmente inaceitável narrar o “drama sangrento” de Canudos sob os auspícios da licença ficcional. A sua presunção em obedecer “ao rigor incoercível da verdade” impulsionava-o rumo a um compromisso ético para com os resultados da sua pesquisa, sintetizado no ideal do narrador sincero taineano. Não é inverossímil assinalar que ele compreendia como parte fundamental do ofício do historiador dar sentido às experiências humanas do passado, mediante a uma narrativa veraz dos acontecimentos pretéritos.

Contudo, essa presunção de verdade histórica não impediu que o escritor caboclo cometesse deslizes factuais, praticasse uma retórica exacerbada e tropeçasse em interpretações heterodoxas. Como em tudo que se refere à obra de Euclides, a sua pretensão de uma narrativa verídica dos fatos também resultou em formidável impasse. A esse respeito, a utilização do modelo literário do *Quatrevingt-treize* configura-se como um dos exemplos que evidenciam as múltiplas possibilidades de o escritor caboclo valer-se de elementos literários e ficcionais para dar sentido aos acontecimentos históricos da Guerra de Canudos. Ademais, em outros momentos do livro vingador, os elementos poéticos sobrepõem a narrativa objetiva e veraz dos acontecimentos testemunhados ou acessíveis mediante à documentação disponível. A constatação de alguns críticos, segundo a qual, mesmo em “A Terra”, Euclides se inclinou decisivamente para uma narrativa imaginária da geografia do sertão, é definitiva acerca do equívoco de certa leitura de *Os Sertões*, que atribui valor absoluto à objetividade científica do engenheiro-letrado. Mas, no que toca à escrita da história, poder-se-ia exigir do “Heródoto dos sertões” a exatidão de um discípulo de Ranke ou a de um historiador metódico, da estirpe de um Fustel de Coulanges (1830-1889)? A esse respeito, recorde-se que o autor de *Os Sertões* redigiu a sua narrativa sobre a *guerra do fim do mundo* em um momento no qual inexistia, no Brasil, a profissionalização do ofício do historiador. Se o IHGB configurava-se, à época, como o *locus* da operação historiográfica no território nacional, Euclides sequer vazou os termos do seu relato a partir dos ensinamentos do venerável Instituto. As suas duras reprimendas aos “nossos minúsculos historiógrafos” e a constatação de que o estado da arte da historiografia brasileira, ao tempo do lançamento de *Os Sertões*, encontrava-se “como a da França antes de Thierry” são por demais reveladoras da condição de *outsider* do escritor caboclo nas searas da História tupiniquim. A esse respeito, a recorrência do escritor à forma do ensaio explica-se, em certa medida, a partir das especificidades da historiografia brasileira do final do século XIX e primórdios do XX. No mais, Euclides era um homem de letras, um engenheiro-escritor, e não um historiador de ofício – o que não impossibilitou a sua pretensão de se inserir entre os amantes de Clio. Escrevendo em um momento histórico no qual as fronteiras entre a história, a literatura, o jornalismo e as ciências eram relativamente “abertas”, o autor de *Os Sertões* gozava de uma liberdade teórico-metodológica impensável para os historiadores acadêmicos da contemporaneidade.

Por outro lado, é pertinente assinalar que, embora não seja correto considerar *Os Sertões* como um texto predominantemente ficcional, o livro vingador enseja algumas das possibilidades – e

das potencialidades – de as narrativas imaginárias atuarem, decisivamente, na estrutura de um relato que se pretende científico, histórico e objetivo. Em última instância, a análise da construção da narrativa da obra euclidiana pode tornar os historiadores mais atentos às hibridações e aos influxos que ligam a escrita da história a outros gêneros literários. Reafirme-se que focar os liames intertextuais entre a historiografia e a literatura (em uma palavra, a questão da narrativa no texto histórico) não significa dissolver as fronteiras – certamente problemáticas, mas reais – que distinguem os gêneros em questão. Ao contrário, expressa uma postura que advoga a existência de um fim cognitivo comum à escrita da história e aos demais gêneros literários, ou seja, o relato da experiência humana. Nos termos de Victor Hugo, a História tem a sua verdade, assim como a lenda. Contudo, o compromisso com a verdade é um aspecto opcional para o literato e uma finalidade principal para o historiador. Assim, destacar as semelhanças entre História e literatura não apresenta, como resultado causal, esquecer a lógica das diferenças entre esses dois campos de conhecimento. Ao invés de borrar as diferenciações entre esses campos – sob a capa apaziguadora do vocábulo “ficção” –, um posicionamento mais consequente seria vislumbrar literatura e historiografia como gêneros que se desafiam mutuamente, em perspectiva histórica, hora se aproximando, hora se afastando, às vezes sendo alcançadas por influxos de sentido único, às vezes por influxos mútuos. Uma maior conscientização da existência de uma dimensão literária em um texto que se pretende histórico, como *Os Sertões*, não significa que o pesquisador contemporâneo deva descurar dos procedimentos elementares do conhecimento histórico – a exemplo do controle das pretensões à verdade, próprias das narrativas historiográficas, e da questão referente à centralidade da prova na investigação histórica. Afinal, existe uma historicidade que se situa para além do texto, a imaginação histórica não é absolutamente livre e o historiador deve, necessariamente, remeter-se às suas evidências. A ação dos modelos literários, na composição do texto historiográfico, não se faz ao bel-prazer do historiador. Ao contrário, supõe uma relação tensa entre esses modelos e os dados empíricos resultante da pesquisa histórica – um processo cheio de meandros, ainda pouco estudado por historiadores, literatos, filósofos e outros profissionais das ciências humanas.

Finalmente, dois aspectos fundamentais devem ser reiterados. Por um lado, ao narrar a *guerra do fim do mundo*, o engenheiro-letrado não pretendia construir um discurso ficcional acerca dos eventos que testemunhou ou sobre os quais teve informações documentadas e historicamente verificáveis. Por outro, não obstante essa declaração de princípios, história e

literatura enlaçam-se, no livro vingador, tanto quanto a vegetação espinhosa e retorcida das caatingas. E, assim como as cabeças-de-frade, as favelas, os mandacarus, os quipás e os xiquexiques ameaçam ferir, profunda e dolorosamente, os pesquisadores incautos que se embrenham nas suas áridas paisagens. A propósito, a sobrevivência da obra euclidiana no imaginário nacional não se deveu à qualidade das informações históricas sobre o movimento de Canudos, nem ao caráter científico relacionado à descrição dos sertões nordestinos, mas à sua estupenda força literária. Discurso sobre a realidade, consórcio de ciência e arte, obra híbrida, *Os Sertões* encontrou na literatura o seu atestado de imortalidade. Sob essa perspectiva, a análise acerca da elaboração narrativa euclidiana apontou para um processo complexo, no qual o engenheiro-escritor se valeu tanto dos relatos históricos quanto dos imaginários para esboçar, “ante o olhar de futuros historiadores”, a guerra travada nos sertões da Bahia. Portanto, essas são algumas das questões que contribuíram para transformar *Os Sertões* num clássico da historiografia, da literatura e do pensamento social brasileiro e para entronizar a trágica experiência de Canudos como uma síntese da história nacional. Ao longo desse trabalho acadêmico, o que se pretendeu foi discutir algumas das questões que dizem respeito às relações entre a historiografia e a literatura presentes na obra euclidiana. História e literatura. Narrativas históricas e relatos imaginados. Provas e possibilidades. Verdade e verossimilhança. Esses pares, nem sempre antitéticos, há séculos acompanham o ofício do historiador. Não foi diferente a experiência de Euclides da Cunha, o realista-romântico que sistematizava a dúvida, ao construir a sua narrativa da Guerra de Canudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OBRA DE EUCLIDES DA CUNHA

CUNHA, Euclides da. **Ondas**: primeiras poesias de Euclides Cunha. Rio de Janeiro: [s.n.], 1883.

_____. **Canudos** (Diário de uma expedição). Introdução de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

_____. **Caderneta de Campo**. Introdução, notas e comentário por Olímpio de Souza Andrade. São Paulo: Cultrix, 1975.

_____. **Obra completa**: em dois volumes. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

_____. **Diário de uma expedição**. Organização Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

_____. **Os Sertões** (Campanha de Canudos). Edição, Prefácio, Cronologia, Notas e Índice Leopoldo Bernucci. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____. Carta de Euclides da Cunha a José Veríssimo. Lorena, 24 de dezembro de 1901. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1º dez. 2002. Caderno Mais!, p. 24.

_____. Amanhã. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 maio 2005. Caderno Mais!, p. 4.

_____; CARDOSO, Saturnino Nicoláo; ALBUQUERQUE, Thomaz Cavalcanti de. Resposta à Confederação Abolicionista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 maio 2005. Caderno Mais!, p. 5.

_____. Resposta à Confederação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 maio 2005. Caderno Mais!, p. 5.

SOBRE EUCLIDES DA CUNHA OU OS SERTÕES

ABREU, Regina. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Funarte; Rocco, 1998.

ANDRADE, Juan C. P. de (Org.). **Vida e obra de Euclides da Cunha** site. Bibliografia. Base de dissertações e teses. Disponível em: <<http://www.euclides.site.br.com>>. Acesso em: 2 nov. 2006.

ANDRADE, Olímpio de Souza. **História e Interpretação de Os Sertões**. São Paulo: EDART, 1966.

ARARIPE JÚNIOR. *Os Sertões* (Campanha de Canudos por Euclides da Cunha). In: NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentim (Orgs.). **Juízos críticos: Os Sertões** e os olhares da sua época. São Paulo: Nankin; UNESP, 2003. p. 55-86.

ASSIS, Dilermando de (CIBÉLA, Ângelo). **Um nome, uma vida, uma obra**: Dilermando de Assis. Rio de Janeiro: Neves & Cia., 1946.

_____. **A Tragédia da Piedade**: mentiras e calúnias de “A vida dramática de Euclides da Cunha”. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1952.

ASSIS, Judith Ribeiro de. **Anna de Assis**: histórica de um trágico amor. Judith Ribeiro de Assis em depoimento a Jefferson de Andrade. Rio de Janeiro: Codecri, 1987.

BARBOSA, Francisco de Assis. Euclides da Cunha: a marca de um drama. **Revista USP**, São Paulo, n. 54, p. 38-51, jun./ago. 2002.

BERNUCCI, Leopoldo Marco. **A imitação dos sentidos**: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha. São Paulo: EDUSP, 1995.

_____. A ontologia discursiva de *Os sertões*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. V (suplemento), p. 57-72, jul. 1998.

_____. Prefácio. In: CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: Campanha de Canudos. São Paulo: Ateliê, 2001. p. 13-49.

_____. Pressupostos historiográficos para uma leitura de *Os Sertões*. **Revista USP**, São Paulo, n° 54, p. 6-15, jun. ago. 2002.

BRANDÃO, Adelino. Euclides e Victor Hugo. In: _____ (Org.). **Enciclopédia de estudos euclidianos**. Jundiaí: Jundiá, 1982. p. 23-45.

_____. **Paraíso Perdido**: Euclides da Cunha: vida e obra. São Paulo: IBRASA, 1996.

_____. **Euclides da Cunha**: bibliografia comentada. Jundiaí: Literarte, 2001.

CALAZANS, José. Euclides da Cunha nos jornais da Bahia. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, n° 4, p. 47-50, jul. dez. 1969.

_____. Algumas fontes de *Os Sertões*. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, n° 6, p. 37-44, jul. dez. 1971.

_____. Algumas fontes de *Os Sertões*. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n° 13, p. 91-125, 1972.

COELHO NETO. Feições do homem. In: RANGEL, Alberto et al. **Por protesto e adoração: in memoriam** de Euclides da Cunha. Rio de Janeiro: Gremio Euclides da Cunha, 1919. p. 87-100.

COUTINHO, Afrânio. Os Sertões, obra de ficção. In: CUNHA, Euclides da. **Obra completa**: em dois volumes. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1995. v. 2. p. 61-66.

DECCA, Edgar Salvadori de. Os Sertões e sua cena original. In: AGUIAR, Flávio; CHIAPPINI, Lígia (Orgs.). **Civilização e exclusão**: visões do Brasil em Érico Veríssimo, Euclides da Cunha, Claude Levi-Strauss e Darcy Ribeiro. São Paulo: Boitempo, 2001. p. 137-162.

_____. Euclides e *Os Sertões*: entre a literatura e a história. In: FERNANDES, Rinaldo de (Org.). **O clarim e a oração**: cem anos de *Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 157-188.

_____; GNERRE, Maria Lucia Abaurre. Prefigurações literárias da barbárie nacional em Euclides da Cunha, Machado de Assis e Lima Barreto. In: NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). **Os sertões de Euclides da Cunha**: releituras e diálogos. São Paulo: UNESP, 2002. p. 123-147.

_____. Trauma e história na composição de *Os sertões*. In: NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). **Os sertões de Euclides da Cunha**: releituras e diálogos. São Paulo: UNESP, 2002. p. 41-62.

DORIA, Escragnolle. Euclides da Cunha. In: RANGEL, Alberto et. al. **Por protesto e adoração**: in memoriam de Euclides da Cunha. Rio de Janeiro: Gremio Euclides da Cunha, 1919. p. 31-55.

FACIOLI, Valentim Aparecido. **Euclides da Cunha**: a gênese da forma. 1990. 172 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

FREYRE, Gilberto. Introdução. In: _____. **Canudos** (Diário de uma expedição). Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. VII-XXV.

_____. Euclides da Cunha. In: _____. **Perfil de Euclides e outros perfis**. Rio de Janeiro: Record, 1987. p. 17-69.

_____. Euclides da Cunha, revelador da realidade brasileira. In: CUNHA, Euclides da. **Obra completa**: em dois volumes. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1995. v. 1. p. 17-32.

GALOTTI, Oswaldo. **Biblioteca de Euclides da Cunha**. São Paulo: [s.n.], 1984.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Saco de Gatos**: ensaios críticos. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

_____. **Gatos de outro saco**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. Euclides, elite modernizadora e enquadramento. In: ____ (Org.). **Euclides da Cunha**. São Paulo: Ática, 1984. p. 7-37.

_____. Euclides da Cunha. In: PIZARRO, Ana (Org.). **América Latina**: palavra, literatura e cultura. São Paulo: Memorial; Campinas, UNICAMP, 1994. p. 615-633.

_____. *Os Sertões*: uma análise literária. In: MENEZES, E. Diatahy B. de; ARRUDA, João (Orgs.). **Canudos**: as falas e os olhares. Fortaleza: UFC, 1995. p. 23-30.

_____. À margem da carta. In: AGUIAR, Flávio; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (Orgs.). **Gêneros de fronteira**: cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997. p. 123-127.

_____. Fato e ficção na obra de Euclides da Cunha (Depoimento a Nísia Trindade Lima e Simone P. Kropf). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. V (suplemento), p. 287-303, Jul. 1998.

_____; GALOTTI, Oswaldo. **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: EDUSP, 1997.

GÁRATE, Miriam V. **Civilização e Barbárie n'Os Sertões**: entre Domingos Faustino Sarmiento e Euclides da Cunha. Campinas; São Paulo: Mercado das Letras; FAPESP, 2001.

GARCIA, Márcia Japor de Oliveira; FÜRSTENAU, Vera Maria. **O acervo de Euclides da Cunha na Biblioteca Nacional**. Campinas; Rio de Janeiro: Ed. da UNICAMP; Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

GERBASE, Carlos. “As matadeiras e os conselheiros”: representações de Antônio Conselheiro e do canhão Whitworth 32 em *Os Sertões*, *Guerra de Canudos* e *A matadeira*. In: GOMES, Gínia Maria (Org.). **Euclides da Cunha**: literatura e história. Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 329-342.

HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides da Cunha. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 293-310, jan. abr. 1996.

_____. Festa melancólica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 maio 2005. Caderno Mais!, p. 4.

LIMA, Luiz Costa. Nos Sertões da oculta *mimesis*. In: _____. **O controle do imaginário**: Razão e imaginário no Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 201-241.

_____. **Terra ignota**: a construção de *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MASCHIETTO, Cármen Cecília Trovatto. **A tradição euclidiana**: uma ponte entre a história e a memória. São Paulo; Rio de Janeiro: Arte & Ciência; UNIRIO, 2002.

OLIVEIRA, Franklin de. **Euclides**: a espada e a letra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PEIXOTO, Afrânio. Euclides da Cunha: o homem e a obra. In: **Poeira na estrada**. São Paulo: Nacional, 1944. p. 9-44.

_____. Euclides da Cunha: dom e arte de estilo. In: **Poeira na estrada**. São Paulo: Nacional, 1944. p. 45-77.

PONTES, Elói. **A vida dramática de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

PRADO, Antonio Arnoni. Ficção e verdade n'Os Sertões. **Remate de Males**: Revista do Departamento de Teoria Literária, Campinas, nº 13, p. 35-29, 1993.

RABELO, Silvio. **Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: CEB, 1948.

RANGEL, Alberto. Euclides da Cunha: um pouco do coração e do carácter. In: _____ et al. **Por protesto e adoração** : *in memoriam* de Euclides da Cunha. Rio de Janeiro: Gremio Euclides da Cunha, 1919. p. 3-30.

REVISTA do Gremio Euclides da Cunha. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1918.

ROMERO, Sylvio. Euclides da Cunha. In: RANGEL, Alberto et al. **Por protesto e adoração**: *in memoriam* de Euclides da Cunha. Rio de Janeiro: Gremio Euclides da Cunha, 1919. p. 199-218.

SANTANA, José Carlos Barreto de. **Ciência e Arte**: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais. São Paulo; Feira de Santana, Hucitec; Universidade Estadual de Feira da Santana, 2001.

_____. A construção do discurso científico de Euclides da Cunha: análise da geologia em *Os Sertões*. In: FERNANDES, Rinaldo de (Org.). **O clarim e a oração**: cem anos de *Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 199-220.

SENA, Davis Ribeiro de. Estrada Real de Santa Cruz: o duelo. In: _____. **Sob a luz do meteoro**: Canudos x República. Recife: Ed. do Autor, 2003. p. 131-166.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. Revisão de Euclides da Cunha. In: CUNHA, Euclides. **Obra completa**: em dois volumes. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1995. v. 2. p. 11-59.

SOUZA, Ronaldes de Melo e. **A Geopoética de Euclides da Cunha**. São José do Rio Pardo: Casa de Cultura Euclides da Cunha, 2003.

TOSTES, Joel Bicalho. **Águas de Amargura**: o drama de Euclides da Cunha e Anna. Joel Bicalho Tostes em depoimento a Adelino Brandão, Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1990.

VALENTE, Luiz Fernando. Entre Clio e Calíope: a construção da narrativa histórica em *Os sertões*. Rio de Janeiro, **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. V (suplemento), p. 39-55, jul. 1998.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Aspectos biográficos de Euclides da Cunha. **Instituto de Pesquisas Sociais Euclides da Cunha**. São José do Rio Pardo, janeiro de 2005. Disponível em: <<http://www.euclidesdacunha.org/venancio.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2005.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. **Euclides da Cunha**: ensaio biobibliográfico. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica, 1931.

_____. **Euclides da Cunha a seus amigos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

_____. **A Glória de Euclides da Cunha**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha. **Remate de Males**: Revista do Departamento de Teoria Literária, Campinas, nº 13, p. 41-46, 1993.

_____. Mito e tragédia em Euclides da Cunha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 set. 1994. Caderno Mais!, p. 6.

_____. Euclides da Cunha e a República. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 275-291, jan. abr. 1996.

_____. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. V (suplemento), p. 133-147, jul. 1998.

_____. Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na *urbs* monstruosa. In: ADBALA JR., Benjamin; ALEXANDRE, Isabel M.M. (Org.). **Canudos**: palavra de Deus sonho da terra. São Paulo: SENAC; Boitempo, 2001. p. 89-99.

_____. Euclides da Cunha no vale da morte. In: FERNANDES, Rinaldo de (Org.). **O clarim e a oração**: cem anos de *Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 439-459.

_____. Euclides da Cunha no vale da morte. **Revista USP**, São Paulo, nº 54, p. 16-29, jun. ago. 2002.

_____. *Os Sertões*. Introdução. In: SANTIAGO, Silvano (Coord.). **Intérpretes do Brasil** (v. 1). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 171-191.

_____. **Os Sertões**. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. Euclides Conselheiro da Cunha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1º dez. 2002. Caderno Mais!, p. 14-15.

_____. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

VERÍSSIMO, José. *Os Sertões*, Campanha de Canudos por Euclides da Cunha. In: NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentim (Orgs.). **Juízos críticos**: *Os Sertões* e os olhares da sua época. São Paulo: Nankin; UNESP, 2003. p. 46-54.

VILLA, Marco Antonio. O “Diário de uma Expedição” e a construção de *Os sertões*. In: NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). **Os sertões de Euclides da Cunha**: releituras e diálogos. São Paulo: UNESP, 2002. p. 11-39.

ZILBERMAN, Regina. Euclides e os outros. In: FERNANDES, Rinaldo de (Org.). **O clarim e a oração**: cem anos de *Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 391-410.

ZILLY, Berthold. Euclides da Cunha na Alemanha. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, nº. 26, p. 329-350, jan. / abr. 1996.

_____. A Guerra como painel e espetáculo. A história presentificada em *Os Sertões* de Euclides da Cunha. **História: Questões & Debates**, Curitiba, nº 26/27, p. 46-79, jan. / dez. 1997.

_____. Um depoimento brasileiro para a História Universal – traduzibilidade e atualidade de Euclides da Cunha. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 5-15, out. 1997.

_____. Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, nº 12, p. 5-55, abr. 1999.

_____. A Barbárie: antítese ou elemento da civilização? Do *Facundo* de Sarmiento a *Os Sertões* de Euclides da Cunha. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão de (Orgs.). **De sertões, desertos e espaços incivilizados**. Rio de Janeiro: FAPERJ; MAUAD, 2001. p. 271-301.

_____. A encenação da História em *Os Sertões* de Euclides da Cunha. In: AGUIAR, Flávio; CHIAPPINI, Lígia (Orgs.). **Civilização e exclusão: visões do Brasil em Érico Veríssimo, Euclides da Cunha, Claude Levi-Strauss e Darcy Ribeiro**. São Paulo: Boitempo, 2001. p. 176-196.

_____. A Guerra de Canudos e o imaginário da sociedade sertaneja em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha: da crônica à ficção. In: CHIAPPINI, Lígia; AGUIAR, Flávio Wolf de (Orgs.). **Literatura e história na América Latina**. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 37-47.

SOBRE A GUERRA DE CANUDOS

ARINOS, Afonso. **Os Jagunços**: novela. Rio de Janeiro; Brasília: Philobiblion; INL, 1985.

ASSIS, Machado de. Canção de Piratas. In: _____. **A Semana**. 2º volume (1894-1895). Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1938. p. 155-159.

_____. 31 de janeiro de 1897. In: _____. **A Semana**. 3º volume (1895-1900). Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1938. p. 412-418.

_____. 14 de fevereiro de 1897. In: _____. **A Semana**. 3º volume (1895-1900). Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1938. p. 423-429.

BASTOS, José Augusto Barreto. **Incompreensível e bárbaro inimigo**: a guerra simbólica contra Canudos. Salvador: EDUFBA, 1995.

BENÍCIO, Manuel. **O Rei dos Jagunços**: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

BILAC, Olavo. Canudos. In: _____. **Vossa Insolência**: crônicas. Organização: Antonio Dimas. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 381-415.

BOMBINHO, Manuel Pedro das Dores. **Canudos, história em verso**. Transcrição, apresentação e notas Marco Antonio Villa. São Paulo; São Carlos: Imprensa Oficial; Ed. UFSCAR, 2002.

CALAZANS, José. **Canudos na literatura de cordel**. São Paulo: Ática, 1984.

_____. Canudos não euclidiano: fase anterior ao início da Guerra do Conselheiro. In: SAMPAIO NETO, José Augusto et al. **Canudos**: subsídios para a sua reavaliação histórica. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1986. p. 1-21.

_____. **Quase biografias de jagunços**: o séquito de Antônio Conselheiro. Salvador: Centro de Estudos Baianos; Universidade Federal da Bahia, 1986.

_____. **Cartografia de Canudos**. Salvador: EGBA, 1997.

_____. A Guerra de Canudos na poesia popular. In: ABDALA JR., Benjamin; ALEXANDRE, Isabel M. M. (Orgs.). **Canudos**: palavra de Deus sonho da terra. São Paulo: SENAC; Boitempo, 2001. p. 149-160.

_____. Canudos – origem e desenvolvimento de um arraial messiânico. **Revista USP**, São Paulo, nº 54, p. 72-81, jun. ago. 2002.

_____. **O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro**: contribuição ao estudo da Campanha de Canudos. Salvador: EDUFBA, 2002.

FERRAZ, Renato José Marques; SANTOS NETO, Manuel Antônio dos; PINHEIRO, José Carlos da Costa. **Cartilha histórica de Canudos**. Salvador: Prefeitura Municipal de Canudos; Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 1991.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No Calor da Hora**: a Guerra de Canudos nos jornais. 4ª expedição. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **O Império do Belo Monte**: vida e morte de Canudos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____; PERES, Fernando da Rocha. **Breviário de Antonio Conselheiro**. Salvador: EDUFBA; Odebrecht, 2002.

GUERRA, Sérgio. **Universos em confronto**: Canudos versus Belo Monte. Salvador: Ed. UNEB, 2000.

HORCADES, Alvim Martins. **Descrição de uma viagem a Canudos**. Salvador: EGBA; EDUFBA, 1996.

LEVINE, Robert M. **O Sertão Prometido**: o massacre de Canudos. São Paulo: EDUSP, 1995.

MARINS, Francisco. **A Aldeia Sagrada**. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

MARTINS, Paulo Emílio Matos. Os viventes do Bello Monte – considerações sobre o tamanho do arraial conselheirista na crônica literária e no imaginário sertanejo. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão de (Orgs.). **De sertões, desertos e espaços incivilizados**. Rio de Janeiro: FAPERJ; MAUAD, 2001. p. 133-140.

MILTON, Aristides. **A Campanha de Canudos**. Brasília: Senado Federal, 2003.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **O Brasil Republicano**. Tomo III, v. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 39-92.

NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. **Antônio Conselheiro e Canudos**: revisão histórica. São Paulo: Nacional, 1978.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus; Ed. USP, 1965.

SAMPAIO, Consuelo Novais (Org.). **Canudos**: cartas para o Barão. São Paulo: EDUSP, 1999.

SAMPAIO NETO, José Augusto Vaz et al. **Canudos**: subsídios para a sua reavaliação histórica. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

SANTOS NETO, Manoel Antonio dos; DANTAS, Roberto Nunes. **Os intelectuais e Canudos**: o discurso contemporâneo (v. 1). Salvador: Ed. UNEB, 2001.

_____. **Os intelectuais e Canudos**: o discurso contemporâneo (v. 2). Salvador: Ed. UNEB, 2003.

SENA, Davis Ribeiro de. **Sob a luz do meteoro**: Canudos x República. Recife: Ed. do Autor, 2003.

SILVA, Dácia Ibiapina da. Entre Literatura e Jornalismo: a Guerra de Canudos nas crônicas de Olavo Bilac e Machado de Assis. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão de (Orgs.). **De sertões, desertos e espaços incivilizados**. Rio de Janeiro: FAPERJ; MAUAD, 2001. p. 141-155.

SILVA, Rogério Souza. **Antônio Conselheiro**: a fronteira entre a civilização e a barbárie. São Paulo: Annablume, 2001.

SOARES, Henrique Duque-Estada de Macedo. **A Guerra de Canudos**. Rio de Janeiro; Brasília: Philobiblión; INL, 1985.

VENTURA, Roberto. “A Nossa Vendéia”: Canudos, o mito da Revolução Francesa e a formação de identidade cultural no Brasil (1897-1902). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, 31, p. 129-145, 1990.

VILLA, Marco Antonio. **Canudos**: o povo da terra. São Paulo: Ática, 1999.

ZILLY, Berthold. Flávio de Barros, o ilustre cronista anônimo da guerra de Canudos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n° 36, p. 105-113, maio-ago. 1999.

_____. Canudos telegrafado. A guerra do fim do mundo como *evento de mídia* na Europa de 1897. **Ibero-Amerikanisches Archiv**, Berlin, 26 . 1/2, p. 59-96, 2000.

SOBRE A REVOLUÇÃO FRANCESA

ARENDDT, Hannah. O significado de Revolução. In: _____. **Da Revolução**. São Paulo; Brasília: Ática; UnB, 1990. p. 17-46.

BLANNING, T.C.W. **Aristocratas versus burgueses?** A Revolução Francesa. São Paulo: Ática, 1991.

CARLYLE, Thomas. **História da Revolução Francesa**. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

COBBAN, Alfred. **A Interpretação Social da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina**. São Paulo; Brasília: Nova Stella; EDUSP; CNPq, 1990.

FURET, François. **Marx e a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

_____. **Pensando a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **A Revolução em debate**. Bauru: EDUSC, 2001.

_____; OZUF, MONA. **Dicionário crítico da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

GÉRARD, Alice. **A Revolução Francesa**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

HUGO, Victor. **Quatrevingt-treize**. Paris: Garnier-Flamarion, 1965.

_____. **Noventa e Três**. Porto: Lelo & Irmão, 1977 (2 v.).

MARTIN, Henri. **Historia de França popular e ilustrada desde os tempos mais remotos até aos nossos dias**. Lisboa: Escriptorio da Empreza, [188?].

MICHELET, Jules. **Histoire de la Révolution française** (v. II). Paris : Gallimard, 1985.

_____. **O processo de Luís XVI**. São Caetano do Sul: Imaginário, 2004.

MIGNET, F. A. **Historia da Revolução Franceza** desde 1789 até 1814 (Tomo segundo). São Paulo: J. Azevedo & Companhia, 1899.

PÉRONNET, Michel. **A Revolução Francesa em 50 palavras-chaves**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

QUINET, Edgar. **La Révolution**. Paris: Belin, 1987.

SCANTIMBURGO, João de. **O Brasil e a Revolução Francesa**. São Paulo: Pioneira, 1989.

SOLÉ, Jacques. **A Revolução Francesa em questões**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

TULARD, Jean; FAYARD, Jean-François; FIERRO, Alfred. **Histoire et dictionnaire de la Révolution française (1789-1799)**. Paris: Robert Laffont, 1987.

VOVELLE, Michel. **Jacobinos e jacobinismo**. Bauru: EDUSC, 2000.

_____. **Combates pela Revolução Francesa**. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. (Org.). **França revolucionária (1789-1799)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. In: COHN, Gabriel (Org.). **Theodor W. Adorno**. São Paulo: Ática, 1994. p. 167-187.

ARISTÓTELES. Poética. In: _____. **Tópicos; Dos argumentos sofísticos; Metafísica: (Livro I e Livro II); Ética a Nicômaco; Poética**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 439-471. (Os Pensadores, 4).

ASSOUN, Paul-Laurent. **Marx e a repetição histórica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). **Enciclopédia Einaudi** v. 5 (Anthropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

_____. O revolucionário. In: FURET, François (Org.). **O homem romântico**. Lisboa: Presença, 1999. p. 225-262.

BARRETO, Júnia. Victor Hugo e o Brasil. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, n.º. 46, p. 111-120, dezembro de 2002.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BATALHA, Claudio H. M. Três visões da Comuna de Paris: Benoît Malon, Louise Michel e Prosper-Olivier Lissagaray. In: BOITO JR., Armando (Org.). **A Comuna de Paris na História**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 109-120.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política** (v. 2). Brasília; São Paulo, UnB; Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 183-191.

BROCA, Brito. **Românticos, Pré-Românticos e Ultra-Românticos**; vida literária e romantismo brasileiro. São Paulo: Polis, 1979.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: _____ (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 327-348.

_____. As fronteiras instáveis entre história e ficção. In: AGUIAR, Flávio; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (Orgs.). **Gêneros de fronteira**: cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997. p. 107-115.

_____. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à Historiografia**. Bauru: EDUSC, 2003.

CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: _____. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000. p. 109-138.

CARLYLE, Thomas. **Os heróis**. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

CARPEAUX, Otto Maria. Prosa e ficção do Romantismo. In: GUINSBURG, Jacó (Org.). **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 157-165.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil Republicano**, volume 2: sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 181-234. (História Geral da Civilização Brasileira)

_____. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

_____. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

CASTORIADES, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **História cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 173-208.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

CROCE, Benedetto. **El carácter de la filosofía moderna**. Buenos Aires: Imán, 1959.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

FALBEL, Nachman. Os fundamentos históricos do Romantismo. In: GUINSBURG, Jacó (Org.). **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 23-50.

FALCON, Francisco. História das idéias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 91-125.

FONTANA, Josep. **História**: análise do passado e projeto social. Bauru: EDUSC, 1998.

FREUD, Sigmund. Análise terminável e interminável. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. Volume XXIII (1937-1939). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 265.

_____. **Moisés e o monoteísmo**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

GAY, Peter. **O Estilo na História**: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. *Ephrasis* e citação. In: _____. CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa; Rio de Janeiro: DIFEL; Bertrand, 1989. p. 215-232.

_____. Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis. In: _____. CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa; Rio de Janeiro: DIFEL; Bertrand, 1989. p. 179-202.

_____. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

_____. Entrevista a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da história**: nove entrevistas. São Paulo: UNESP, 2000. p. 269-306.

_____. Estranhamento. Pré-história de um procedimento literário. In: _____. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 15-41.

_____. **Relações de força**: História, retórica e prova. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

_____. **Nenhuma ilha é uma ilha**: quatro visões da literatura inglesa. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

_____. O extermínio dos judeus e o princípio da realidade. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006. p. 211-232.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de um prólogo. In: _____. (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 7-24.

GOOCH, George Peabody. **Historia e historiadores em el siglo XIX**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1977.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos*: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUINSBURG, Jacó. Romantismo, historicismo e história. In: _____. (Org.). **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 13-21.

HARDMAN, Francisco Foot. Incêndios sublimes: figurações da Comuna no Brasil. In: BOITO JR., Armando (Org.). **A Comuna da Paris na História**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 183-205.

HARTOG, François. A arte da narrativa histórica. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998. p. 193-202.

_____. **O Espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. A volta da narrativa. In: _____. **Sobre história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. p. 201-206.

_____. **A Era das Revoluções**: Europa 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. **A Era dos Impérios**: 1875-1914. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **O Brasil monárquico**: do Império à República. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 2, v. 5).

HUGO, Victor. **Oeuvres Poétiques I**. Avant l'exil 1802-1851. Paris: Gallimard, 1964.

_____. **Oeuvres Poétiques II**. Les Châtiments. Les Contemplations. Paris: Gallimard, 1967.

_____. **La Légende des siècles II**. Paris: Garnier-Flamarion, 1967.

_____. **Odes et Ballades. Les Orientales**. Paris: Garnier-Flamarion, 1968.

_____. **La Légende des siècles I**. Paris: Garnier-Flamarion, 1979.

_____. **Napoleão, o pequeno**. São Paulo: Ensaio, 1996.

_____. **Do grotesco e do sublime**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. **Os Trabalhadores do mar**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Nova Fronteira; UFMG, 2000.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JULIA, Dominique. A violência das multidões: é possível elucidar o desumano? In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). **Passados recompostos** : cantos e canteiros da História. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998. p. 217-232.

LACAPRA, Dominick. História e romance. **Revista de História**, Campinas, n. 2/3, p. 107-124, 1991.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques (Dir.). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 215-240.

LAPLATINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Col. Primeiros Passos, 309).

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1992.

LEÃO, Antônio Carneiro. **Victor Hugo no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 167-182.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In; RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996. p. 141-184.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 225-249.

LÖWY, Michel; SAYRE, Robert. **Romantismo e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

LUKACS, John. **O Hitler da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

MARRUS, Michael M. **A assustadora história do Holocausto**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira: v. V (1897-1914)**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1996.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a História do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 219, p. 187-205, abr./jun. 1953.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. **Toda verdadeira história é história contemporânea: a historiografia como passado-presente na obra de Benedetto Croce**. 1999. 120 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 179-193.

PATLAGEAN, Evelyne. A história do imaginário. In: LE GOFF, Jacques (Dir.). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 291-316.

PAULO NETO, José (Org.). **Lukács**. São Paulo: Ática, 1992. p. 177-188.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República**. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REY, Pierre-Louis. **Quatrevingt-treize de Victor Hugo**. Paris : Gallimard, 2002.

ROBB, Graham. **Victor Hugo: uma biografia**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROUANET, Sergio Paulo. A Revolução Francesa das letras. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 de julho de 2002, Caderno Mais!, p. 13-15.

SANTOS, Pedro Brum. **Teorias do romance**: relações entre ficção e história. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SEGRE, C. Narração/narratividade. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). **Enciclopédia Einaudi** v. 17 (Literatura-texto). Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1989. p. 57-69.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). **Catástrofe e representação**: ensaios. São Paulo: Escuta, 2000. p. 73-98.

SILVA, Helenice Rodrigues da. História intelectual: condições de possibilidades e espaços possíveis. In: _____. **Fragmentos da história intelectual**: entre questionamentos e perspectivas. Campinas: Papirus, 2002. p. 11-27.

SILVA, Paulo Santos. **Âncoras de Tradição**: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). Salvador: EDUFBA, 2000.

SILVA, Rogério Forastieri da. **História da Historiografia**: capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru: EDUSC, 2001.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996. p. 231-269.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. **Revista de História**, Campinas, n. 2/3, p. 13-37, 1991.

TALMON, J. L. **Romantismo e Revolta**: Europa 1815-1848. Lisboa: Verbo, 1967.

VENTURA, Roberto. **A Narração do mundo**: ensaios sobre ficção e história. 1999. 190 f. Tese (Livre Docência em Teoria Literária) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. Brasília: UnB, 1995.

VOLOBUEF, Karin. **Frestas e arestas**: a prosa de ficção do Romantismo na Alemanha e no Brasil. São Paulo: UNESP, 1999.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

WEBER, Max. A Política como vocação. In: _____. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2002. p. 59-124.

WHELING, Arno. **A Invenção da História**: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro; Niterói: Universidade Gama Filho; EDUFF, 1994.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica no século XIX. São Paulo: EDUSP, 1992.

_____. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994.